UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História Econômica

“EM TORNO DO TRONO”

A economia política das comunicações postais
no Brasil do século XIX (1829 – 1865)

(versão corrigida)

Pérola Maria Goldfeder Borges de Castro

São Paulo
2021

Pérola Maria Goldfeder Borges de Castro

“EM TORNO DO TRONO”

A economia política das comunicações postais
no Brasil do século XIX (1829 – 1865)

(versão corrigida)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para
obtenção do título de Doutora em História.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Macchione Saes.

De acordo: 28 mar. 2021

São Paulo
2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

C355t Castro, Pérola Maria Goldfeder Borges de
Em torno do Trono: a economia política das
comunicações postais no Brasil do século XIX (1829 -
1865)/Pérola Maria Goldfeder Borges de Castro; orientador
Alexandre Macchione Saes - São Paulo, 2021.
585 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de História. Área de concentração:
História Econômica.

1. Correios. 2. Administração Pública. 3. Reformas
Postais. 4. Império do Brasil. 5. Século 19. I. Saes,
Alexandre Macchione, orient. II. Título.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Pérola Maria Goldfeder Borges de Castro

Data da defesa: 28/04/2021

Nome do Prof. (a) orientador (a): Alexandre Macchione Saes

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 25/06/2021

(Assinatura do (a) orientador (a))

Nome: CASTRO, Pérola Maria Goldfeder Borges de

Título: Em torno do Trono – a economia política das comunicações postais no Brasil do século XIX

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em História.

Aprovado em: ____/____/____

Banca Examinadora:

Presidente

Prof. Dr. Alexandre Macchione Saes

Instituição: Universidade de São Paulo

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Membros Titulares

Prof.^a Dr.^a Anne G. Hanley

Instituição: Northern Illinois University

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.^a Dr.^a Mônica Duarte Dantas

Instituição: Universidade de São Paulo

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.^a Dr.^a Wilma Peres Costa

Instituição: Universidade Federal de São Paulo

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Membros Suplentes

Prof.^a Dr.^a Luciana Suarez Lopes

Instituição: Universidade Federal de São Paulo

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. Thiago Fontelas Rosado Gambi

Instituição: Universidade Federal de Alfenas

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. Bruno Aidar Costa

Instituição: Universidade Federal de Alfenas

Julgamento: _____ Assinatura: _____

*Fora, dentro...
Eis o mundo dividido em dois.
Dentro, a fome.
Fora, o leite.
Nasceu
O espaço.*

*Dentro, a fome
fora, o leite
E, entre os dois,
a ausência,
a espera,
sofrimento indizível
E que se chama
tempo.*

*E é assim
que, tão somente
do apetite,
nasceram
o espaço
e a existência. (Frédéric Leboyer).*

AGRADECIMENTOS

Em pouco mais de um ano, pari dois filhos: ao primogênito, Thomaz David, devo minha reinvenção como mulher, mãe, historiadora. Foi ele quem, com seu apetite pela vida, me ensinou que as balizas mais importantes de meu ofício – tempo e espaço – nascem dos inúmeros e, por vezes, conflitantes sentimentos contidos nos atos de amar/amamentar.

A presente tese é, com efeito, a “caçulinha” dessa narrativa: como todo o bebê, ela nasceu de um desejo. Relaciono abaixo as pessoas, grupos e instituições que, de alguma forma, possibilitaram a realização desse desejo.

Agradeço primeiramente à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, pelo suporte financeiro necessário ao desenvolvimento desse trabalho. Com a bolsa de Doutorado (projeto 2015/11209-3) concedida por essa instituição, pude visitar arquivos, digitalizar fontes primárias, participar de eventos acadêmicos, etc. A estadia na Universidade de Columbia (Nova York, EUA), proporcionada pela bolsa de Estágio de Pesquisa no Exterior (projeto 2018/03712-5), foi ademais extremamente enriquecedora: ao longo de seis meses tive contato quase que diário com as “infinitas” caixas de leituras, fontes e anotações do professor Richard R. John, mestre querido a quem sou muito grata.

Outro nome igualmente importante nessa trajetória foi o de meu orientador, professor Alexandre Macchione Saes. Agradeço a ele pela oportunidade de ingressar no Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH/USP. Sua gentileza habitual e disponibilidade em apontar caminhos para o desenvolvimento da pesquisa foram, ademais, imprescindíveis para o resultado final da mesma. Nesse mesmo ensejo, agradeço aos professores José Jobson de Andrade Arruda e Luciana Suarez Lopes pelas sugestões feitas por ocasião do Exame de Qualificação; à professora Wilma Peres Costa, pelos elogios feitos à tese e por aceitar participar da banca de Defesa; e aos professores Anne G. Hanley, Monica Duarte Dantas e Bruno Aidar Costa, pelas positivas avaliações feitas por ocasião do exame de Defesa.

Ao longo dos anos em que estive matriculada no PPGHE-FFLCH/USP, cursei disciplinas e frequentei grupos de estudo cujas temáticas muito me ajudaram na definição dos contornos teórico-metodológicos da pesquisa. À professora Luciana Suarez Lopes, mais uma vez, pelos ensinamentos valiosos sobre finanças públicas no período imperial; à professora Mónica Arroyo, do Departamento de Geografia Humana, por me apresentar a uma rica bibliografia sobre território e circulação; à professora Marisa Midori Deaecto, pelas leituras em Habermas; à professora Íris Kantor, pela amizade construída no âmbito dos estudos sobre

história das infraestruturas; à professora Miriam Dolhnikoff e, novamente, a Mônica Dantas, por simplesmente revolucionarem meu olhar sobre o Brasil no século XIX.

Quanto às instituições arquivísticas em que pesquisei, gostaria de deixar um registro especial ao Arquivo Público Mineiro – APM, na pessoa de seu antigo superintendente Thiago Veloso Vitral, pela cortesia com que sempre me recebeu abrindo espaço, inclusive, para que eu apresentasse as ideias iniciais de minha pesquisa. A Ligia Cristina Pinheiro da Silva, do Centro de Documentação do Arquivo da Câmara dos Deputados, em Brasília – AHCD, agradeço pela solicitude com que se dispôs a me ajudar no curto período em que ali estive. Também sou grata à equipe do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – ANRJ, em especial a Dilma Cabral e aos outros profissionais do grupo de pesquisa Memória da Administração Pública Brasileira – MAPA, pelo compartilhamento de informações e material bibliográfico.

Resultados parciais de meu trabalho foram apresentados em diversos eventos acadêmicos, muitos deles resultando em publicações. Destaco aqui os anais do *9th Postal History Symposium* (Nova York, julho de 2016) e do primeiro congresso internacional realizado pelo *Istituto di Studi Storici Postali “Aldo Cecchi”* (Prato – Itália, junho de 2019). A Susan D. Smith e Bruno Crevato-Selvaggi, organizadores dos respectivos eventos/volumes, agradeço pela leitura atenta dos diferentes papers cujos conteúdos foram de alguma forma incorporados a essa tese. .

A itinerância de minha vida acadêmica fez com que eu conhecesse muitas pessoas especiais, além daquelas já citadas. Em Nova York, pude desfrutar da companhia irreverente de Diane de Blois e Robert Dalton Harris, amigos queridos com quem partilho, além da amizade de Richard John, o interesse por história dos serviços postais e o amor por antiguidades, roupas de brechó e afins. Pablo Piccato e Xochtl, por sua vez, me acolheram em seu apartamento no Upper West Side, proporcionando-me uma rica experiência cultural. Em Belo Horizonte, para onde sempre retorno, sei que tenho o apoio sincero de meus padrinhos, Cecília e Stener. Já no Rio de Janeiro, sempre pude contar com o carinho e a hospitalidade de Rita Almico e Luiz Fernando Saraiva. A esses casais maravilhosos, meu “muito obrigada!”

Alguns amigos merecem reconhecimento especial pela generosidade com que se dispuseram a me ajudar. Nesse sentido, agradeço a Stephan Sander Faes, Sébastien Richez e aos colegas dos grupos “Brancaleone” e “Infra” pela leitura atenta de alguns capítulos da tese. Minha gratidão a James Grimwood-Taylor por partilhar comigo a riqueza de sua coleção sobre a reforma postal britânica de 1839/40; Aos colegas Igor Venceslau, Thomaz Fortunato e Mayra Guapindaia, que também pesquisam serviços postais, bem como a Eduardo Cavalcante e Mateus Simon, agradeço pelo compartilhamento de documentos e informações relacionadas a

arquivos. Sou extremamente grata a Wagner Wendt Nabarro e Caio César Martins Pinto, pela execução dos mapas que compõem essa tese; a André Betti agradeço pelo incentivo e pelas revisões de meus manuscritos em inglês; A René Lisboa, que normatiza meus textos desde a época da graduação, meu reconhecimento por ter participado dessa trajetória.

Essa tese foi escrita entre mamadas, trocas de fralda, canções de ninar e brincadeiras com meu filho. Nesse sentido, a presença de uma sólida rede de apoio formada por familiares – Maria do Rosário; Margarida; Maria Patrícia; Maria Izabel (mesmo a distância); Elza; Sérgio; José Jorge; Breno Aisenberg, etc. – e amigos, como Mariana e Lucia, foi fundamental para que eu conseguisse dividir meu tempo entre a escrita e as atividades citadas. Também contei com o apoio e a compreensão de meus colegas da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer de Campanha – MG. Agradeço, portanto, a todos e a todas.

Essa lista não estaria jamais completa sem o nome de Serginho, meu grande amor, companheiro de aventuras e coator do projeto chamado “Thomaz David”. A ele dedico o fruto desse trabalho e digo, mais uma vez: *“Venceu o nosso querer bem”*!

A Serginho e Thomaz David, com amor.

RESUMO

O estabelecimento dos serviços postais no Brasil do século XIX ocorreu de maneira simultânea aos processos de construção do Estado nacional e de formação do mercado. Entre 1829 e 1865, o governo brasileiro introduziu uma série de reformas administrativas e fiscais que buscavam assegurar o monopólio do Estado sobre a remessa de correspondências, dentre as quais destacam-se a criação da *Diretoria Geral dos Correios*, a uniformização das tarifas postais e a adoção do sistema de porte pré-pago com base no uso de selos. É também nesse contexto que assiste-se à expansão burocrática, financeira e infraestrutural dos serviços postais, processo que fez da Corte o principal centro receptor e expedidor de correspondências do país. Com base em uma ampla gama de documentação formada por atos administrativos; debates parlamentares; dados estatísticos e financeiros; etc., essa tese tem como propósito contribuir com o progresso dos estudos sobre o Oitocentos brasileiro, ao analisar os aspectos políticos, regulamentares, fiscais e infraestruturais que caracterizaram a instituição dos serviços postais. Para isso, busca-se responder à seguinte questão: como os Correios contribuíram para que Estado, território e mercado se consolidassem no Brasil?

Palavras-chave: Correios; administração pública; reformas postais; Império do Brasil; século XIX.

ABSTRACT

The establishment of postal services in 19th century Brazil occurred simultaneously with State building and market formation processes. Between 1829 and 1865, Brazilian government introduced several administrative and fiscal reforms that sought to ensure the State's monopoly on postal affairs, among which the creation of the *Diretoria Geral dos Correios* (Brazilian General Post Office), the adoption of uniform postage and the use of stamps to ensure pre-payment. This context was also marked by the bureaucratic, financial and infrastructural expansion of postal services, a process that turned the Court of Rio de Janeiro into the main receiving and sending center in the country. Based on a wide range of documentation formed by administrative acts; parliamentary debates; statistical and financial data; etc., this PhD dissertation aims to contribute to the progress of 19th century Brazil academic studies, by analyzing the political, regulatory, fiscal and infrastructural aspects that characterized the institution of postal services. In order to do so, one needs to answer the following question: how the postal system contributed to the state building, as well to the formation of territory and market in 19th century Brazil?

Keywords: Postal Systems; Public Administration; Postal Reforms; Brazilian Monarchical State; 19th century.

RÉSUMÉ

L'établissement des services postaux au Brésil au XIX^e siècle a eu lieu simultanément aux processus de construction de l'État national et de formation du marché. Entre 1829 et 1865, le gouvernement brésilien a introduit une série de réformes administratives et fiscales visant à assurer le monopole de l'État sur l'envoi de la correspondance, parmi lesquelles la création de la *Direction générale des postes*, l'uniformisation des tarifs postaux et l'adoption de la système d'affranchissement prépayé basé sur l'utilisation de timbres. C'est également dans ce contexte que on assiste à l'expansion bureaucratique, financière et infrastructurelle des services postaux, processus qui a fait de la Cour du Rio de Janeiro le principal centre de transactions postales dans le pays. Sur la base d'un large éventail de documents constitués par des actes administratifs; débats parlementaires; données statistiques et financières; etc., cette thèse de doctorat vise à contribuer à l'avancement des études sur le XIX^e siècle brésilien, en analysant les aspects politiques, réglementaires, fiscaux et infrastructurels qui ont caractérisé l'institution des services postaux. À cette fin, on cherche à répondre à la question suivante: comment la Poste brésilienne a-t-elle contribué à la consolidation de l'État, du territoire et du marché?

Mots clés: Système postal; administration publique; réformes postales; Empire du Brésil; 19^e siècle.

LISTA DE ABREVIATURAS

AHCD	Arquivo Histórico da Câmara dos Deputados
AHU	Arquivo Histórico Ultramarino
ANRJ	Arquivo Nacional do Rio de Janeiro
APERJ	Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro
APESP	Arquivo Público do Estado de São Paulo
APM	Arquivo Público Mineiro
BNRJ	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Total de cartas expedidas pelos Correios Britânicos (1839 – 1853).....	181
Gráfico 2 –	Receita bruta dos Correios Britânicos (1839 – 1853).....	182
Gráfico 3 –	Receita líquida dos Correios Britânicos (1839 – 1853).....	183
Gráfico 4 –	Receita e despesa dos Correios Brasileiros, em réis (1840 – 1860)	290
Gráfico 5 –	Déficit dos Correios Brasileiros, em réis (1848 – 1858)	291
Gráfico 6 –	Receita da Administração Geral dos Correios da Corte e província do Rio de Janeiro, em réis (1840 – 1860).....	292
Gráfico 7 –	Volume de correspondência remetida e expedida pela Administração Geral dos Correios da Corte e província do Rio de Janeiro (1838 – 1860)	292
Gráfico 8 –	Superávit das agências da Administração Geral do Correio da Corte e província do Rio de Janeiro, em réis (1847)	293
Gráfico 9 –	Déficits orçados para a administração dos Correios da província de Minas Gerais, em réis (1841 – 1847).....	294
Gráfico 10 –	Tipos de despesas dos Correios da província de Minas Gerais (1855/1856).....	295
Gráfico 11 –	Fontes de renda dos Correios brasileiros, em réis (1854 – 1865).....	298
Gráfico 12 –	Fontes de renda do Correio da província do Rio de Janeiro (1851/52)	300
Gráfico 13 –	Fontes de renda do Correio da província do Amazonas (1851 – 1868)	300
Gráfico 14 –	Vendas de selos na província de Minas Gerais, em réis (1850 – 1855)	301
Gráfico 15 –	Despesa, receita e gastos com pessoal, em réis (1859 – 1865).....	307
Gráfico 16 –	Volume total de correspondência recebida e expedida no Brasil (1846-1865)	356
Gráfico 17 –	Volume de correspondência recebida e expedida nas administrações dos Correios das províncias do Pará, Piauí e Ceará (1846 – 1865).....	358
Gráfico 18 –	Volume total de correspondências remetidas e expedidas por província (1846 – 1865).....	359
Gráfico 19 –	Volume total de cartas, jornais e ofícios remetidos e expedidos pelos Correios (1849 – 1865)	360
Gráfico 20 –	Comparativo entre o Rio de Janeiro e as demais províncias em número de cartas recebidas e expedidas (1849 – 1865).....	360
Gráfico 21 –	Comparativo entre o Rio de Janeiro e as demais províncias em número de jornais recebidos e expedidos (1849 – 1865).....	361

Gráfico 22 – Comparativo entre o Rio de Janeiro e as demais províncias em número de ofícios recebidos e expedidos (1849 – 1865).....	361
Gráfico 23 – Volume total de cartas, ofícios e jornais recebidos e expedidos pelos Correios da província do Amazonas (1857)	362
Gráfico 24 – Comparativo de cartas recebidas e remetidas pelos Correios da província de Alagoas (1857).....	372
Gráfico 25 – Comparativo de jornais recebidos e remetidos pelos Correios da província de Alagoas (1857).....	373
Gráfico 26 – Comparativo de ofícios recebidos e remetidos pelos Correios da província de Alagoas (1857).....	373
Gráfico 27 – Comparativo de cartas recebidas e remetidas pelos Correios da província do Amazonas (1853).....	374
Gráfico 28 – Comparativo de jornais recebidos e remetidos pelos Correios da província do Amazonas (1853).....	375
Gráfico 29 – Comparativo de ofícios recebidos e remetidos pelos Correios da província do Amazonas (1853).....	375

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - <i>Correio de Pernambuco no dia da chegada do vapor de Europa [Praça de d. Pedro II]</i> , de Luis Schlappriz (c. 1863 – 1865).....	61
Imagem 2 – Selo postal “ <i>Penny Black</i> ” (1840).....	179
Imagem 3 – Sinete de vidro com inscrição “ <i>Thank Rowland Hill for This</i> ” – circa 1840 (Detalhe).....	179
Imagem 4 – Selo gomado com inscrição “ <i>Thank Rowland Hill for This</i> ” – circa 1840 (Detalhe).....	180
Imagem 5 – Série de selos postais “ <i>Olhos de Boi</i> ” (1843).....	208
Imagem 6 – Localização das caixas postais na cidade do Rio de Janeiro (1845).....	336
Imagem 7 – Linhas postais na cidade do Rio de Janeiro (1852).....	339
Imagem 8 – Limites da área coberta pelo serviço de carteiros a pé e delimitação dos distritos postais da cidade do Rio de Janeiro (1857).....	342

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Evolução das agências e linhas postais no Brasil (1854 – 1860)	319
Mapa 2 – Evolução das agências e linhas postais na província do Rio de Janeiro (1854 – 1860).....	320
Mapa 3 – Evolução das agências e linhas postais na província de São Paulo (1854 – 1860)	321
Mapa 4 – Evolução das agências e linhas postais na província de Minas Gerais (1854 – 1860).....	322
Mapa 5 – Evolução das agências e linhas postais na província de Pernambuco (1854 – 1860).....	324
Mapa 6 – Evolução das agências e linhas postais na província do Maranhão (1854 – 1860).....	326
Mapa 7 – Evolução das agências e linhas postais na província de Alagoas (1854 – 1860) ..	327
Mapa 8 – Evolução das agências e linhas postais na província de Mato Grosso (1854 – 1860).....	328
Mapa 9 – Evolução das agências e linhas postais na província do Amazonas (1854 – 1860).....	329
Mapa 10 – Cobertura territorial das linhas postais (1854 – 1860).....	331
Mapa 11 – Fluxos postais expedidos das repartições postais provinciais para a Administração Geral dos Correios da Corte e província do Rio de Janeiro (1846 – 1849).....	364
Mapa 12 – Fluxos postais expedidos da Administração Geral dos Correios da Corte e província do Rio de Janeiro para as repartições postais provinciais (1846 – 1849).....	365
Mapa 13 – Ofícios expedidos pelas repartições postais provinciais e recebidos pela Administração Geral dos Correios da Corte e província do Rio de Janeiro (1846 – 1849).....	366
Mapa 14 – Ofícios expedidos pela Administração Geral dos Correios da Corte e província do Rio de Janeiro e recebidos pelas repartições postais provinciais (1846 – 1849).....	367
Mapa 15 – Jornais expedidos pelas repartições postais provinciais e recebidos pela Administração Geral dos Correios da Corte e província do Rio de Janeiro (1846 – 1849).....	368

Mapa 16 – Jornais expedidos pela Administração Geral dos Correios da Corte e província do Rio de Janeiro e recebidos pelas repartições postais provinciais (1846 – 1849).....	369
Mapa 17 – Cartas expedidas pelas repartições postais provinciais e recebidas pela Administração Geral dos Correios da Corte e província do Rio de Janeiro (1846 – 1849).....	370
Mapa 18 – Cartas expedidas pela Administração Geral dos Correios da Corte e província do Rio de Janeiro e recebidas pelas repartições postais provinciais (1846 – 1849).....	371

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Valor dos portes para ultramar (1798).....	82
Tabela 2 –	Portes das cartas de terra (1801).....	82
Tabela 3 –	<i>“Preços que as cartas e geralmente todos os papéis fechados em sobrescrito devem pagar pelo porte do Correio da Capitania de Minas Gerais”</i> (1809).....	83
Tabela 4 –	<i>“Correios da comunicação interior da dita Capitania [Minas Gerais], e para as de Goiás e Mato Grosso”</i> (1809)	84
Tabela 5 –	Orçamento do Império para o ano de 1829 (1828).....	94
Tabela 6 –	Tarifas dos portes de Correio marítimo (1829)	103
Tabela 7 –	Tarifas dos portes de Correio terrestre – em réis (1829)	104
Tabela 8 –	Tarifas dos portes das cartas conduzidas por paquetes ingleses (1829)	105
Tabela 9 –	Orçamento dos Correios urbanos (1839)	156
Tabela 10 –	Procedência, categorias e volume das correspondências recebidas pelo Correio Geral da Corte (1839).....	157
Tabela 11 –	Comparativo das rendas dos Correios do Império (1826)	272
Tabela 12 –	Rendas dos Correios em diferentes províncias litorâneas (1798 – 1799).....	274
Tabela 13 –	Renda dos Correios em diferentes localidades do interior (1825 - 1828)	274
Tabela 14 –	Despesa dos Correios em diferentes províncias litorâneas (1798 – 1799)	275
Tabela 15 –	Portes arrecadados e entradas no Tesouro Público do Correio da Vila de Mariana, Minas Gerais (1816 – 1823).....	277
Tabela 16 –	Despesa dos Correios em diferentes localidades do interior (1825 – 1828)....	277
Tabela 17 –	Orçamento das despesas dos Correios da Corte e província do Rio de Janeiro para o ano financeiro de 1835/1836 (1833)	283
Tabela 18 –	Orçamento da despesa dos Correios da província de São Paulo para o ano financeiro de 1835/36 (1833).....	285
Tabela 19 –	Orçamento das rendas dos Correios brasileiros (1840 – 1849)	289
Tabela 20 –	Receita e despesa dos Correios em Uberaba (1853 – 1856).....	296
Tabela 21 –	Estatística da correspondência recebida e expedida em Uberaba.....	296
Tabela 22 –	Despesas feitas pela 4ª Diretoria da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (2º semestre de 1862).....	307
Tabela 23 –	Portes dos Correios urbanos da cidade do Rio de Janeiro (1851)	340

Tabela 24 –	<i>“Dias de partidas dos Correios destinados para a interior comunicação desta Corte, e Cidade do Rio de Janeiro com a Vila dos Campos dos Goitacazes, e com a Capitania do Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo, Goiás, Mato Grosso e Pará no presente ano de 1810, e seguintes”</i>	346
Tabela 25 –	Relação dos papéis expedidos do Rio de Janeiro pelos paquetes Imperatriz e São Salvador (Outubro, 1847)	354

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	26
CAPÍTULO 1 - ENTRE O DEDO DO GIGANTE E A LETRA DA LEI	68
1.1 Sigilo postal em tempos incertos.....	69
1.2 Franqueamento de periódicos: os votos e o veto.....	80
1.3 Centralização e monopólio em questão	93
CAPÍTULO 2 - PARA ALÉM DA IDEIA DE LUCRO	120
2.1 Correios urbanos: modelos e apropriações	121
2.2 Taxa fixa para periódicos e os pródomos da reforma.....	133
2.3 Paulo Fernandes Vianna e a petite poste carioca	152
CAPÍTULO 3 - DO PENNY BLACK AO OLHO DE BOI.....	171
3.1 A campanha pela redução das tarifas postais no advento da era vitoriana.....	173
3.2 Estados Unidos e França: repercussões da experiência britânica	184
3.3 Brasil: dilemas e disputas.....	196
CAPÍTULO 4 - SOBRE RATOS E REFORMAS.....	222
4.1 Rupturas na política, continuidades na mudança	224
4.2 “Simplificar para aperfeiçoar”	248
4.3 Os significados da reforma	254
CAPÍTULO 5 - UM SERVIÇO EM EXPANSÃO ?	269
5.1 As finanças dos Correios: fontes de renda e principais despesas.....	271
5.2 Agências e linhas: os fixos da administração postal e suas representações.....	309
5.3 Em torno do Trono: os fluxos, suas periodicidades, composições e direções.....	346
CONCLUSÃO.....	378
FONTES PRIMÁRIAS	384
REFERÊNCIAS	411
ANEXOS	435
ANEXO 1 - Portes das cartas entre Rio de Janeiro e Minas Gerais, em réis (1809)	435
ANEXO 2 - Modelo de guia contendo número e valor dos maços contidos no malote (1829).....	439
ANEXO 3 - Modelo de fatura contendo número e valor dos maços inclusos no malote (1829).....	440
ANEXO 4 - Modelo de fatura de cartas remetidas para outras agências (1829)	441
ANEXO 5 - “Tarifa dos portes das cartas do porto do Rio de Janeiro para todos os do Império, e vice-versa, e dos mesmos portos uns para os outros entre si” (1829).....	442
ANEXO 6 - “Tarifa dos portes das cartas dos correios de terra” (1829)	443

ANEXO 7 -	<i>“Tarifa dos portes das cartas de Inglaterra, conforme a convenção dos pacotes” (1829)</i>	444
ANEXO 8 -	<i>“Conhecimentos dos Seguros” (1829)</i>	445
ANEXO 9 -	Modelo de guia de papéis seguros (1829)	446
ANEXO 10 -	<i>“Mapa das partidas dos correios” (1829)</i>	447
ANEXO 11 -	<i>“Tabela das quantias que por sua passagem deve pagar na Administração do Correio Marítimo cada passageiro, a bordo dos Paquetes Imperiais” (1829)</i>	448
ANEXO 12 -	Modelo de recibo para passageiros de pacotes (1829)	449
ANEXO 13 -	<i>“Tabela das comedorias que deve pagar cada passageiro a bordo dos Paquetes Imperiais ao Comandante do respectivo Pacote” (1829)</i>	450
ANEXO 14 -	Modelo de relação de comedorias (1829)	451
ANEXO 15 -	<i>“Tabela dos fretes dos Paquetes no trimestre do 1º de Março a 30 de Junho de 1829” (1829)</i>	452
ANEXO 16 -	Declarações consulares sobre a taxaço de jornais brasileiros [Anexo à representação da Comissão da Praça de Comércio do Rio de Janeiro]. JORNAL DO COMÉRCIO, 06 set. 1836	453
ANEXO 17 -	<i>“Tabela dos Portes que devem pagar nos Correios do Império as cartas e mais papéis na conformidade do Decreto n. 254, de 29 de novembro de 1842”, em réis (1844)</i>	454
ANEXO 18 -	Modelo de escrituração dos ofícios a serem entregues aos carteiros para distribuição (1849)	455
ANEXO 19 -	Modelo de <i>“Entrada de cartas e jornais de porte a pagar”</i> (1829)	456
ANEXO 20 -	Modelo de ata das ocorrências e das faltas dos condutores (1849)	457
ANEXO 21 -	Modelo de auto do estado das malas, sacos, maços, etc. das correspondências neles contidas (1849)	460
ANEXO 22 -	Modelo de listas de cartas dos assinantes (1849)	461
ANEXO 23 -	Modelo de listas de distritos (1849)	462
ANEXO 24 -	Mapa de organização do Salão da Tesouraria da Administração Geral do Correio da Corte em conformidade com o artigo 104º do Regulamento Interno (1849)	463
ANEXO 25 -	Modelo de anúncio de entrega de cartas (1849)	464
ANEXO 26 -	Modelo de <i>“Saída de cartas e jornais de porte a pagar”</i> (1849)	465
ANEXO 27 -	Modelo de <i>“Pauta das linhas dos correios terrestres”</i> (1849)	466
ANEXO 28 -	Modelo de listas de ofícios, seguros, cartas e jornais remetidos (1849) ..	467
ANEXO 29 -	Modelo de bilhete passado aos capitães e mestres de barcos (1849)	468
ANEXO 30 -	Modelo de guia de acompanhamento da requisição de selos para venda (1849)	469
ANEXO 31 -	Modelo de <i>“Caderno para lançamento das Cartas seguras”</i> (1849)	470
ANEXO 32 -	Modelo de <i>“Caderno para lançamento das partes dadas pelos Mestres das embarcações a saírem”</i> (1849)	471
ANEXO 33 -	Modelo de <i>“Caderno para o lançamento diário das cartas entradas”</i> (1849)	472
ANEXO 34 -	Modelo de <i>“Caderno para se lançarem as Cartas de porte fiados aos Assinantes”</i> (1849)	473
ANEXO 35 -	Modelo de <i>“Caderno para conta de cartas entregues aos carteiros”</i> (1849)	474
ANEXO 36 -	Modelo de <i>“Caderno de lançamento das contas com os vendedores de selos na Tesouraria e diversas Agencias do Correio”</i> (1849)	475
ANEXO 37 -	Modelo de <i>“Pauta das embarcações próximas a saírem”</i> (1849)	476

ANEXO 38 -	<i>“Inventário das cartas e mais papéis de porte existentes na Tesouraria do Correio da Corte desde o 1º de Julho de 1847 até o último de Junho de 1848, com declaração dos valores das ditas cartas e papéis, e dos meses a que eles pertencem”</i> (1849)	477
ANEXO 39 -	Modelo de <i>“Livro Caixa da Administração do Correio da Corte”</i> (1849)	478
ANEXO 40 -	Modelo de <i>“Livro de Contas correntes com o Tesoureiro”</i> (1849)	479
ANEXO 41 -	Modelo de <i>“Livro de Contas correntes com as Agências do Correio da Corte”</i> (1849)	482
ANEXO 42 -	Modelo de talão de quitação para os agentes e multas (1849).....	483
ANEXO 43 -	Modelo de talão de quitação para papéis seguros (1849)	484
ANEXO 44 -	Modelo para talão de quitação de assinaturas (1849)	485
ANEXO 45 -	Modelo de <i>“Livro da Receita e Despesa para as Agências”</i> (1849).....	486
ANEXO 46 -	Modelo de balancetes mensais para as administrações (1849).....	489
ANEXO 47 -	Modelo de balancete mensal para as agências (1849)	490
ANEXO 48 -	Modelo de termo dos livros de balanços (1849)	491
ANEXO 49 -	Modelo de <i>“Balanço definitivo da Administração do Correio da Corte”</i> (1849).....	494
ANEXO 50 -	Modelo de termo sobre o balanço geral definitivo do ano financeiro (1849)	496
ANEXO 51 -	Modelo de <i>“Orçamento da Receita e Despesa da Administração do Correio da Corte e suas Agências”</i> (1849)	497
ANEXO 52 -	Modelo de auto de infração em conformidade com o artigo 255º do Regulamento Interno (1849).....	504
ANEXO 53 -	Modelo de assentamento de empregados (1849).....	505
ANEXO 54 -	Modelo de estatística anual dos Correios (1849)	506
ANEXO 55 -	Modelo de balanço (1834)	507
ANEXO 56 -	Legislação relativa à organização de administrações dos Correios nas províncias (1830 – 1835).....	509
ANEXO 57 -	Vencimento dos empregados do Correio da Corte, em réis (1829).....	511
ANEXO 58 -	<i>“Tabela dos atuais vencimentos e do aumento concedido aos Empregados do Correio Geral desta Corte pelo Decreto da data de hoje [14 de novembro de 1834]”</i> (1834)	512
ANEXO 59 -	Relação dos funcionários dos Correios nas províncias e seus respectivos vencimentos, em réis (1839)	513
ANEXO 60 -	Relação nominal dos empregados do Correio da Corte pagos pelo Tesouro Público (1833)	515
ANEXO 61 -	Relação nominal dos empregados subalternos do Correio da Corte e província do Rio de Janeiro pagos pela Administração do Correio Geral (1833).....	516
ANEXO 62 -	Despesas diversas da Administração Geral dos Correios (1833)	517
ANEXO 63 -	Relação nominal dos estafetas pagos pelas diversas administrações e agências da província do Rio de Janeiro (1833)	518
ANEXO 64 -	Relação dos empregados da Administração do Correio de Campos pagos pela mesma administração (1833)	519
ANEXO 65 -	Relação dos pedestres matriculados na província de São Paulo (1833)	520
ANEXO 66 -	Receita e despesa dos Correios brasileiros, em réis (1840 – 1889).....	521
ANEXO 67 -	Orçamento dos Correios do Império, em réis (1841 – 1847).....	523

ANEXO 68 -	Receita da Administração do Correio Geral da Corte e província do Rio de Janeiro (1840 – 1860)	524
ANEXO 69 -	Cartas exportadas e importadas pela Administração Geral do Correio da Corte e província do Rio de Janeiro (1838 – 1860).....	525
ANEXO 70 -	Receita e despesa do Correio Geral da Corte e suas agências, em réis (1847/1848)	526
ANEXO 71 -	Balanço das despesas dos Correios da província de Minas Gerais (1842/43)	528
ANEXO 72 -	Relação Despesa com correios/ orçamento provincial, em réis (1846) ...	531
ANEXO 73 -	Fontes de renda dos Correios Brasileiros, em réis (1853 – 1865).....	532
ANEXO 74 -	Relação dos vendedores de selos na cidade do Rio de Janeiro (1845)	541
ANEXO 75 -	<i>“Relação nominal de todos os Empregados das Agencias dos Correios da Província como dos locais onde as mesmas se acham colocados, para a vista deles se fazerem as remessas das quantias abaixo declaradas dos selos designativos dos portes dos ditos Correios”</i> (1843)...	542
ANEXO 76 -	Orçamento das fontes de renda dos Correios da província de Minas Gerais, em réis (1848 – 1850).....	543
ANEXO 77 -	Despesas dos Correios brasileiros, em réis (1853 – 1865)	545
ANEXO 78 -	Cálculo do imposto sobre vencimentos (1843)	546
ANEXO 79 -	Relação dos funcionários do Correio Geral da Corte e seus respectivos vencimentos, em réis (1843)	547
ANEXO 80 -	Relação dos funcionários dos Correios nas províncias e seus respectivos vencimentos, em réis (1843)	548
ANEXO 81 -	<i>“Tabela do vencimento atual dos Empregados da Diretoria Geral dos Correios da Corte e Província do Império, com especificação do aumento proposto para os mesmos, e do total que devem ficar percebendo”</i> (1846)	549
ANEXO 82 -	<i>“Tabela dos vencimentos dos Empregados da Diretoria Geral e das Administrações do Correio da Corte e das Províncias, a que se refere o art. 25 da Lei do Orçamento para o exercício de 1858 – 1859”</i> (1857).....	551
ANEXO 83 -	Número de carteiros por província (1861)	554
ANEXO 84 -	Tabela dos vencimentos dos empregados da Diretoria Geral dos Correios do Império em conformidade com o decreto nº 3.443 de 12 de abril de 1865 (1865)	555
ANEXO 85 -	Razão de agencias postais por número de habitantes (1854 – 1860)	556
ANEXO 86 -	Relação dos emolumentos dos funcionários das agencias de Minas Gerais (1854)	557
ANEXO 87 -	Evolução das agencias postais no Brasil (1854 – 1860)	559
ANEXO 88 -	Razão de número de empregados por agencia (1846).....	560
ANEXO 89 -	Evolução das linhas postais no Brasil (1858 – 1860)	561
ANEXO 90 -	Cobertura das linhas postais nas províncias (1859 – 1860).....	562
ANEXO 91 -	Lista de encarregados das caixas filiais (1846)	563
ANEXO 92 -	Localização das caixas postais (1857)	564
ANEXO 93 -	<i>“Relação extraída do Livro de Registro das chegadas do Correio Ordinário a esta Administração desde o 1º de Janeiro até o último de Junho de 1833”</i>	565
ANEXO 94 -	Marcha dos Correios de São Paulo para a Corte do Rio de Janeiro em 03 out. 1831 e 03 nov. 1833. APESP, C05642.....	566
ANEXO 95 -	Guias de certificação da marcha dos Correios de São Paulo para a Corte do Rio de Janeiro em 20 ago. 1830. APESP, C05642	568

ANEXO 96 -	Volume absoluto de correspondências recebidas e expedidas no Brasil.....	572
ANEXO 97 -	Volume total de correspondencia das administrações provinciais dos Correios (1846 – 1860)	573
ANEXO 98 -	Categorias de objetos postais recebidos e expedidos pelos Correios do Império (1849 – 1865)	574
ANEXO 99 -	Categorias de objetos postais recebidos e expedidos pelas administrações dos Correios nas províncias do Império (1865)	575
ANEXO 100 -	<i>“Demonstração do número dos ofícios, cartas e jornais importados e exportados pelo Correio Geral da Corte em 1847, e com um adiantamento da totalidade da importação e exportação dos referidos objetos no ano anterior de 1846 para melhor comparação do progresso das relações entes a Corte e cada uma das Províncias” (1848).....</i>	576
ANEXO 101 -	Estatística das cartas, jornais e ofícios recebidos e remetidos pela administração dos Correios da província de Alagoas (1857)	579
ANEXO 102 -	Estatística dos objetos postais recebidos e expedidos pela Administração dos Correios da província do Amazonas entre 2 de janeiro de 1852 até o fim de junho do mesmo ano (1853).....	580
ANEXO 103 -	Estatísticas diversas da agencia dos Correios da Vila de Uberaba (1856)	581

INTRODUÇÃO

Nada tem Vossa Majestade Imperial tanto a peito, como fazer desaparecer as distâncias, que O separam de Seus súditos, e até, se possível fosse, reuni-los todos *em torno de Seu Trono*.¹

Com essas palavras, proferidas em novembro de 1842, o Conselho de Estado justificava seu parecer favorável a uma série de medidas tarifárias e regulamentares que visavam melhorar a administração dos Correios. Há no argumento uma clara preocupação com a dimensão territorial do poder monárquico, evidenciada pelo desejo atribuído ao jovem Pedro II, então recém-entronado, de aniquilar as distancias espaciais (mas também políticas e ideológicas) que o separavam de seus súditos dispersos pelo imenso e não ainda de todo unificado território nacional. Vale lembrar que, naquele mesmo ano, São Paulo e Minas Gerais, duas importantes províncias setentrionais do Império, haviam sido palco de rebeliões armadas que contestavam o programa reformista do governo. No extremo Sul do país, o conflito entre tropas legalistas e *farrapos* se arrastava por anos, consumindo os recursos financeiros do Tesouro.

Nesse contexto de múltiplas instabilidades, a expressão em relevo na epígrafe estava longe de significar um simples jogo de palavras. Em tom de contemporização com os abusos de liberdade que os ordeiros julgavam terem sido cometidos no passado recente da nação, ela apontava para a necessidade de se instituir uma economia política das comunicações postais que traduzisse os principais pontos do Regresso: recuperação do prestígio da Coroa, revalorização dos princípios de ordem e autoridade, proeminência da administração sobre a política e ênfase na soberania nacional. Ademais, como observa Ilmar Rohloff Mattos, “*Era preciso que os homens livres do Império tanto se reconhecessem quanto se fizessem reconhecer como membros de uma comunidade – o “mundo civilizado”, o qual era animado, então, pelo ideal de progresso*”.²

Uma das obras que melhor traduziu essa nova ordem é *Elementos de Direito Administrativo Brasileiro* (1857),³ de Vicente Pereira Rego: para se conservar e se desenvolver,

¹ *Relatório da Repartição dos Negócios do Império apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 1ª Sessão da 5ª Legislatura pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado Candido José de Araújo Vianna*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1843, p. 49 (Itálico nosso).

² MATTOS, Ilmar Rohloff. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004, p. 23.

³ Publicada originalmente sob o título “*Elementos de Direito Administrativo Brasileiro comparado com o Direito Administrativo Francês, segundo o método de P. Pradier-Fodéré*”, a obra de Pereira Rego divide-se em dois tomos e comporta três partes: a primeira, um estudo sobre o conceito de Administração e os principais órgãos gerais e provinciais; a segunda parte dedica-se à administração contenciosa, elencando vários tipos de tribunais administrativos existentes na França, mas não no Brasil; a terceira, finalmente, analisa os vários meios de ação administrativa e a disciplina pelo Estado de determinadas atividades privadas, finalizando pela apreciação dos bens nacionais (ou monopólios), dos impostos e dos encargos financeiros do Estado.

a sociedade deveria, na opinião do jurista pernambucano, “*substituir ao império cego e desordenado das forças individuais uma força inteligente e suprema, o Poder público, encarregado de satisfazer ao interesse comum*”.⁴ Nessa interpretação está implícita a noção de que interesse público e interesse de Estado são sinônimos, sendo a separação e distinção do poder público em *legislativo* (o que ordena) e *executivo* (o que aplica) condições *sine qua non* para o exercício do bom governo.

Pereira Rego sumariza as funções das autoridades administrativas em três verbos: *obrar*, *consultar* e *deliberar*, donde vem a divisão da administração em três campos distintos: *ativa*; *consultiva* e *contenciosa*. Como no Brasil não houvesse conselhos ou tribunais administrativos, o autor concentra sua análise nos sujeitos da administração ativa, que são os agentes do Executivo. Nas suas palavras:

O princípio em que assenta toda a Administração ativa é a *unidade* dos funcionários. A unidade na Administração é designada pelo nome de *centralização*. Ela consiste na subordinação dos administradores locais à Autoridade central que os nomeia e demite, e reserva para si a decisão dos negócios mais importantes. Mas em cada ramo dos serviços públicos, em cada grau da hierarquia administrativa, um só agente centraliza a direção e a responsabilidade.⁵

Os Correios figuram na obra de Pereira Rego entre as atividades monopolizadas pelo Estado,⁶ tais como a cunhagem de moedas e a fabricação de pólvora. Citando juristas franceses da época,⁷ ele assim justifica o direito/dever do governo brasileiro de fazer com exclusividade o transporte das correspondências:

⁴ REGO, Vicente Pereira. *Elementos de Direito Administrativo Brasileiro para uso das Faculdades de Direito do Império*. 2ª ed. Recife: Tipografia Comercial de Geraldo Henrique de Mira & C., 1860, p. 5.

⁵ *Ibidem*, pp. 21 – 22.

⁶ A ausência de uma definição explícita de *monopólio* na obra de Pereira Rego explica-se, em parte, pela conotação exclusivamente privada/comercial atribuída a esse conceito até meados do XIX. Para Raphael Bluteau (1712 – 1728), monopólio era “*o contrato de quem compra e toma a si um gênero de mercadoria, para o vender ele só; ou a compra em grosso de uma mercadoria, para dá-la depois por miúdo a mercadores circumforâneos*” (p. 561). Definições semelhantes encontram-se nas obras de Antonio de Moraes Silva (1798): “*Comércio do que atravessa generos, e mercadorias, para as estancar, e vender pelo preço que lhes quiser pôr*” (p. 314); e de Luís Maria da Silva Pinto (1832): “*Contrato do que compra as mercadorias para ele só as vender*” (p. 722). Sendo assim, a utilização do termo *monopólio postal*, presente nas obras de Kelly B. Olds (1995), Douglas K. Adie (1990), James I Campbell Jr. (2008), Richard R. John (2008) entre outros autores, deve ser feita com cautela, visto que a prerrogativa do Estado (ou de agentes por ele designados) em oferecer com exclusividade o transporte de correspondências tenha apresentado características bastante distintas nos países de diferentes formações portuguesa, hispânica e inglesa. Cf.: OLDS, Kelly B. “The Challenge to the U.S. Postal Monopoly, 1839 – 1851”. In: *Cato Journal*, v. 15, n. 1, 1995, pp. 1 – 24; ADIE, Douglas K. *The Mail Monopoly: Analysing Canadian Postal Service*. Vancouver: Fraser Institute, 1990; CAMPBELL JR., James I. “Postal Monopoly Laws: History and Development of the Monopoly on the Carriage of Mail and the Monopoly on Access to Mailboxes” [Apendix C]. In: *Study on Universal Postal Service and the Postal Monopoly*. Fairfas: George Mason University, 2008; JOHN, Richard R. “History of Universal Service and the Postal Monopoly” [Apendix D]. In: *Study on Universal Postal Service and the Postal Monopoly*. Fairfas: George Mason University, 2008.

⁷ Albin Le Rat de Magnitot e Huard-Delamarre, autores de *Dictionnaire de Droit public et administratif*. Paris: Joubert, 1836, v. 2.

Os progressos da civilização criam por toda a parte novas relações entre os homens; multiplicam incessantemente os laços de suas afeições e de seus interesses; e impõem ao Governo o dever de estabelecer entre eles comunicações mais fáceis e frequentes; de aproximar por meios mais prontos e exatos as distancias que os separam; de abrir às suas relações vias mais diretas e cômodas, enfim, de satisfazer a todas as exigências das suas necessidades e até somente de suas conveniências. A sociedade recebe a vida e o movimento pelo contato perpétuo das ideias e ações dos que a compõem. O serviço dos correios é, pois indispensável para manter o animar da nossa existência social pela *atividade do seu mecanismo*, e pelo *jogo contínuo de suas numerosas molas*.⁸

Em um mundo impactado por inovações tecnológicas tais como ferrovias, barcos a vapor e telégrafos elétricos, é de se supor que a metáfora mecânica utilizada pelo jurista contivesse diversos sentidos. Ela aponta, em primeiro lugar, para dois fenômenos aparentemente díspares: especialização/mecanização do trabalho e simplificação do expediente. Não por acaso, ao propor a adoção de uma tarifa postal única para todo o Império, Thomaz José Pinto Serqueira, assim exclamou, em 1860: “*O Empregado do Correio deve ser uma máquina, o serviço deve ser tão simplificado que não lhe exija raciocínio*”.⁹ Além disso, no mesmo ano de publicação do livro de Pereira Rego, o diretor geral dos Correios oficiara ao ministro dos Negócios do Império sugerindo a adoção de uma máquina inglesa que tinha por fim substituir o trabalho manual no procedimento de carimbar cartas, considerado por ele “*fastidioso*”. Outros aspectos dessa transformação foram: divisão do pessoal das repartições em turmas; definição de itinerários para os condutores; instituição de protocolos operacionais e de segurança; uniformização da escrituração, etc.

Tal como uma máquina, os Correios estiveram sujeitos a constantes reformas/revisões e esse é o segundo sentido da metáfora que exploramos na tese. No mesmo relatório em que comparou empregados a máquinas, Pinto Serqueira fez o seguinte comentário: “*do modo porque hoje se acha organizada a Diretoria, com as atribuições que tem o Diretor Geral, são, quer uma quer outra, molas, que antes servem para retardar, do que para acelerar o movimento desta parte do serviço público*”. Nesse sentido, ele propunha reestruturar a repartição, o que apenas ocorreu em 1865.

⁸ REGO, *op. cit.*, p. 222 (Itálicos nossos).

⁹ “Relatório da Diretoria Geral dos Correios”, 28 fev.1861. In: *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 1ª Sessão da 11ª Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império José Antonio Saraiva*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1861 [Anexo F].

Sistemas postais são redes de comunicação administrativamente coordenadas cuja existência remonta a, pelo menos, 4.000 anos de história. Eles podem ser classificadas em três categoriais: imperial, corporativa e nacional.¹⁰ Como exemplo de sistema postal imperial, cita-se o *Cursus Publicus* romano, instituição estabelecida durante o reinado do imperador Augustus (29 a.C – 14 a.C.) com a finalidade de conduzir correspondências diplomáticas, direcionar campanhas militares e planejar a rotina administrativa do Império. Já os sistemas postais corporativos eram empreendimentos particulares patrocinados por Universidades, Guildas, etc. que floresceram na Europa durante a Idade Média. Para os fins desse estudo, interessa-nos tratar especificamente da terceira categoria de sistema postal, a de tipo *nacional*, visto que seu aparecimento esteja relacionado à expansão do capitalismo e à formação dos Estados modernos entre os séculos XVI e XIX.

Na Inglaterra, o processo de monopolização da Coroa sobre o transporte de correspondências iniciou-se no período anterior à Commonwealth (1649 – 1660), tendo se consolidado nas décadas subsequentes por meio de diversas legislações.¹¹ Quando Adam Smith escreveu seu célebre tratado de economia política, os Correios britânicos já figuravam como um próspero exclusivo. É nesse contexto que deve ser lida a seguinte passagem de *A Riqueza das Nações* (1776):

Os serviços postais representam um empreendimento comercial propriamente dito. O Governo adianta a despesa necessária para implantar as diversas agências de correio, para comprar ou alugar cavalos ou carruagens necessárias, sendo ressarcido com grande lucro pelas taxas pagas pela correspondência e demais artigos transportados. Acredito que esse seja o único empreendimento comercial que tenha sido administrado com sucesso por todos os governos. O capital a ser adiantado não é muito considerável. Não há mistério nesse negócio. Os retornos não somente são certos, mas imediatos.¹²

Para Smith, os Correios eram um empreendimento mercantil do qual todo o governante deveria se ocupar pois, além de demandar pouco investimento de capital, oferecia certeza e imediatez em seus retornos. Os serviços postais faziam parte, ademais, de uma série de

¹⁰ JOHN, Richard R. “Postal Systems”. In: *International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences*. Oxford: Elsevier, 2015. pp. 640 – 643.

¹¹ Síntese dos decretos cromwelianos sobre sistemas postais, o *Postal Act* de 1660 proibia o transporte privado de cartas e/ou pacotes, além de obrigar mestres e capitães de navios a entregarem diretamente no Correio todas as correspondências por eles transportadas. Já a legislação de 1711 introduziu um significativo aumento no valor dos portes das cartas, além de estender as diretrizes regulamentares anteriormente mencionadas para todos os territórios sob o domínio da Coroa britânica. A existência desses dispositivos legais não impediu, contudo, o surgimento de empreendimentos privados tais como o *Penny Post* de Londres, cuja história analisamos adiante. Cf: HEMMEON, Joseph Clarence. *The history of the British Post Office*. Cambridge: Harvard University, 1912.

¹² SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Nova Cultural Ltda., 1996, p. 276.

instituições – como estradas, pontes, canais, cunhagem de moeda, etc. – cuja existência e manutenção o autor considerava crucial para o desenvolvimento do comércio.¹³ Nesse sentido, somente o monopólio da Coroa sobre o transporte de correspondências poderia garantir o estabelecimento de uma cultura homogênea e de um espaço econômico unificado, pressupostos para se instaurar uma verdadeira sociedade de mercado.

As reflexões de Smith sobre a rentabilidade dos serviços postais encontram interface na obra de um contemporâneo, William Blackstone (1723 – 1780). Ao discorrer sobre a origem dos Correios em seu país, o jurista britânico apresenta o seguinte comentário:

Não pode haver método mais aceitável do que este [monopólio de serviços postais] de levantar dinheiro: pois nele tanto o governo quanto o povo encontram um benefício mútuo. O governo obtém uma grande receita; e as pessoas fazem seus negócios com maior facilidade, expedição e economia, do que seriam capazes de fazer se as tarifas postais (e é claro a instituição responsável pela recolha delas) não existissem.¹⁴

Embora façam referência à uma realidade nacional particular, as obras de Smith e Blackstone apontam para a emergência, em meados do século XVIII, de um *topos* discursivo geral ao qual chamamos *economia política das comunicações*.¹⁵ Formado originalmente pela combinação entre a tradição monopolística de gestão dos serviços postais e os então recentes princípios de extração fiscal direta, centralização administrativa e fomento ao comércio, esse *topos* evoluiu ao longo do tempo, ganhando novos elementos (como as noções pós-

¹³Pierre Rosanvallon observa que, no século XVIII, a palavra “*comércio*” – originalmente identificada com uma prática marginal no conjunto das atividades tradicionais que definiam a sociedade medieval (cultivar, governar, combater, rezar, etc.) – passou a designar uma atividade social autônoma, sendo por vezes utilizada como sinônimo de *comunicação e correspondência*. Essa permutação de termos não ocorria apenas em nível semântico: ao estudar a circulação de informações na esfera das trocas mercantis, Jacques Bottin observa que, entre 1550 e meados da centúria seguinte, “*o crescimento do comércio comissionado, bem como a intensificação do uso da letra de câmbio nos espaços internacionais e “nacionais”, contribuíram para o aumento da circulação de papéis com ordens ou informações de todos os tipos*”. Cf.: ROSANVALLON, Pierre. *O Liberalismo econômico: história da idéia de mercado*. Bauru/SP: EDUSC, 2002. p. 81; BOTTIN, Jacques. “Négoce et circulation de l’information au début de l’époque moderne”. In: LE ROUX, Muriel (dir.). *Histoire de la Poste: de l’administration à l’entreprise*. Paris: Éditions Rue d’Ulm, 2002. pp. 41 – 54.

¹⁴BLACKSTONE, William. *Commentaries on the Laws of England in Four Books*. v. 1. Filadélfia: J. B. Lippincott Co., 1893. pp. 209 – 210 (Tradução nossa).

¹⁵Oriundo do pensamento liberal clássico, esse termo foi reapropriado e definido por pelo sociólogo francês Vincent Mosco como sendo “*o estudo das relações sociais, particularmente as relações de poder, que mutuamente constituem a produção, distribuição e consumo de recursos informacionais*”. MOSCO, Vincent. *The Political Economy of Communication*. Londres: SAGE Publications, 1996, p. 52 (Tradução nossa). Recentemente, Richard John e Jonathan Silberstein-Loeb retomaram o conceito em questão, relacionando-o à sua agenda de pesquisa em História das Comunicações. Para esses autores, todos os sistemas de produção, armazenamento e transmissão de informação são constituídos de “*um conjunto mutável e dinâmico de ideais cívicos, normas éticas e arranjos institucionais – públicos, privados e intermediários*”, os quais conferem corpo e historicidade aos fenômenos comunicacionais. JOHN, Richard R.; SILBERSTEIN-LOEB, Jonathan (eds.). *Making News: The Political Economy of Journalism in Britain and America from the Glorious Revolution to the Internet*. Nova York: Oxford University Press, 2015, p. 3 (Tradução nossa).

revolucionárias de *serviço público*; *sigilosidade postal*; *difusão subsidiada de luzes*, etc.) e sendo apropriado por diferentes agentes políticos, econômicos e sociais.

Na França, por exemplo, os serviços postais permaneceram nas mãos de particulares designados pelo rei até o final do regime monárquico, em 1792. A criação da Agencia Nacional dos Correios em maio do ano seguinte e sua progressão nas duas primeiras décadas do século XIX evidenciam, na opinião de Benoît Oger, a opção dos deputados revolucionários e, posteriormente, de Napoleão Bonaparte pela gestão direta dessa atividade, sendo justificada por um duplo imperativo: “*interesse dos governantes por controlar a informação (antes, durante e depois da Revolução) e busca de novas fontes de renda para o Tesouro*”. Esse autor também observa que, ao se tornar monopólio do Estado, “*os Correios saíram da Revolução e do Império organizados, estruturados, praticamente livres da concorrência privada, prontos, pode-se dizer, para participar da grande aventura liberal e industrial do século XIX*”.¹⁶

Durante a restauração monárquica (1814 – 1830), os Correios franceses passaram por um processo de diversificação na oferta de serviços. A criação do mandato postal em 1817 é fruto desse contexto: com ele, os agentes passaram a transferir e receber dinheiro em espécie de particulares, atividades que até então eram restritas a estabelecimentos bancários. Porém, a medida mais importante desse período foi a criação do serviço postal rural, em 1829.¹⁷ Também é nessa época que se evidencia o conflito entre a lógica de *serviço público* que orientava a Agencia Nacional dos Correios e o fiscalismo do Ministério das Finanças, órgão ao qual aquela repartição estava subordinada.¹⁸

¹⁶ OGER, Benoît. «Les mutations de la Poste de 1792 à 1990, entre ruptures et continuités » . In: *Flux*, n. 42, 2000, p. 8 (Tradução nossa).

¹⁷ Aprovada durante o reinado de Carlos X, a lei de 10 de junho de 1829 – também denominada *Lei Sapey*, em homenagem a seu idealizador, o deputado Charles Sapey – determinava “*o estabelecimento de um serviço de correios em todas as comunas da França*”. Nesse mesmo ano, cerca de 35.000 caixas postais foram instaladas pelo país, sendo recrutados mais de 5.000 pedestres para as tarefas de coleta e distribuição de correspondências. Cf.: RICHEZ, Sébastien. “Le Facteur rural des postes em France avant 1914: un nouveau médiateur au travail”. In: *Le Mouvement Social*, n. 218, jan./mar. 2007, pp. 29 – 44. Benoît Oger atribui à instituição do serviço postal rural um duplo significado: ruptura com o modelo administrativo de Antigo Regime, centrada na figura dos *maîtres de poste*, e premissa de construção de uma moderna rede de comunicações. Nas palavras do autor: “*antes desta lei, os Correios franceses não eram mais que uma sucessão de caminhos privados e repartições públicas, os quais estavam sujeitos a restrições aplicadas de forma mais ou menos uniforme pelo espaço*”. Cf.: OGER, *op. cit.*, p. 9

¹⁸ A obra *Des Postes en Général et Particulièrement en France* (1826) reflete bem esse embate: escrita pelo burocrata Charles Bernede três anos antes da implantação do serviço postal rural, ela pretende ser uma demonstração da utilidade dos correios tanto para os interesses privados quanto para a ordem moral e política da nação. Para Bernede, os Correios faziam parte de um conjunto de instituições cuja existência era fundamental para o estabelecimento da ordem social: “*Assim que vemos o surgimento de uma sociedade ou o surgimento de uma colônia, a correspondência imediatamente começa, espalhando-se com surpreendente rapidez*”, diz. Nesse sentido, o autor defendia a ação de um Estado forte que, a semelhança dos imperadores da antiguidade, empregasse todos os recursos materiais e humanos disponíveis no gerenciamento da infraestrutura de comunicação. Cf.: BERNEDE, Charles. *Des Postes en Général, et Particulièrement en France*. Paris: Librairie de Raynal, 1826, p. II (Tradução nossa).

O estabelecimento de serviços postais nos Estados Unidos da América esteve, por sua vez, relacionado à organização do sistema político e às práticas administrativas decorridas da opção pelo arranjo federativo.¹⁹ Por meio do *Postal Act* de 1792, estabeleceu-se os três principais aspectos do desenho institucional que os Correios norte-americanos haveriam de ter ao longo de todo o Oitocentos: a) admissão de jornais no fluxo postal; b) proibição de práticas de interceptação e abertura de correspondências e c) transferência para o Congresso do poder de criação e regulamentação de linhas postais. Além de representar uma ruptura com a economia política da antiga metrópole (Inglaterra), essas disposições favoreciam a expansão dos três pilares de comunicação a distância existentes na época: sistema postal; indústria de diligências (*stagecoaches*) e imprensa periódica. Elas também reafirmavam um dos princípios básicos do modelo democrático norte-americano, qual seja o compromisso dos representantes eleitos com a publicidade e pronta difusão de seus atos (*accountability*).²⁰

O departamento dos Correios foi elevado à categoria de gabinete ministerial após a posse do presidente Andrew Jackson, em março de 1829. Nessa época, havia nos Estados Unidos da América 74 agências de Correio para cada 100.000 habitantes, estatística que até então nenhum país europeu havia alcançado.²¹ Longe de ter sido espontâneo, essa realidade foi, na opinião de Richard John, “*um produto de decisões políticas deliberadas que, por mais imprevisíveis que tenham sido seus resultados, permitiram aos funcionários dos Correios gerir uma grande e diversa população espalhada por domínios geograficamente vastos e culturalmente diversos*”.²²

¹⁹ Ao analisar as discussões parlamentares sobre a comunicação entre os entes federados, Nicolas Barreyre chega a seguinte conclusão: “*Os Correios norte-americanos são, portanto, mais que um sistema de transmissão de cartas; são uma importante peça no maquinário do governo federal. São um órgão do Executivo federal no mesmo nível que outros departamentos, como o de Estado ou da Guerra; eles são dirigidos por um Postmaster General, figura que encabeça uma rede considerável de agências postais que irrigam o conjunto do país. Os Correios são, pois, plenamente integrados ao aparelho administrativo do Estado federal americano no século XIX*”. BARREYRE, Nicolas. “Administration et franchise. La Poste, le Congrès et les formes de l’État au XIXe siècle”. In: *Revue Française d’Études Américaines*, v. 2, n° 112, 2007, p. 53 (Tradução nossa).

²⁰ Cf.: JOHN, Richard R. *Spreading the News: The American Postal System from Franklin to Morse*. Cambridge – MA: Harvard University Press, 1995, pp. 25 – 63.

²¹ De acordo com Richard John, os números de agências postais *per capita* na Grã-Bretanha e na França dessa mesma época eram 17 e 4, respectivamente. Cf.: JOHN, *op. cit.*, p. 5.

²² JOHN, Richard R. “Governmental Institutions as Agents of Change: Rethinking American Political Development in the Early Republic, 1787 – 1835”. In: *Studies in American Political Development*, v. 11, pp. 347 – 380. 1997 (Tradução nossa). A atual historiografia norte-americana ainda conta com as contribuições de Richard Kielbowicz sobre a relação entre sistema postal e imprensa; de Daniel Headrick sobre as tecnologias de conhecimento e comunicação do século XIX e de David Henkin sobre a presença dos Correios em momentos importantes da história dos Estados Unidos, como a marcha para Oeste e a Guerra Civil (1861 – 1865). Ao reavaliar a importância dessa instituição na vida pública norte-americana, esses estudos redimensionam, por fim, a relação entre formas de Estado e sistemas postais, questionando o mito tocquevilliano de que os Estados Unidos teriam se constituído em torno de um governo central fraco.

Se comparada aos casos acima apresentados, a economia política das comunicações postais desenvolvida nos países ibéricos apresenta algumas singularidades: até finais do século XVIII, o transporte de correspondências tanto em Portugal quanto na Espanha era feito exclusivamente por empresas familiares.²³ A difusão do reformismo ilustrado em meados daquela centúria fez com que os monarcas daqueles países passassem a ver na monopolização uma forma de afirmar sua soberania sobre o território, estimular transações comerciais e aumentar a extração fiscal de seus respectivos Tesouros. Nesse sentido, eles destituíram os agentes comissionados de suas tradicionais sinecuras e centralizaram a administração dos Correios nas mãos de funcionários do governo. Foi o que fez D. Maria I de Portugal, por exemplo, ao extinguir o ofício de Correio-mor, em 1797.

Em discurso proferido por ocasião da abertura da Sociedade Real Marítima, em 22 de dezembro de 1798, d. Rodrigo de Souza Coutinho, elogiou a iniciativa da soberana, por considerar que a incorporação dos serviços postais à Coroa fazia “*de uma vez cessar o ridículo que se dava ao governo português por ser o único em que o correio público era patrimônio de um particular*”.²⁴ Anteriormente à reforma em questão, o secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos já havia se manifestado sobre a necessidade de transformar aquela atividade em “*uma renda pública do soberano, restituindo-se à coroa o que por abuso imperdoável se acha alienado*”.²⁵

Todavia, as expectativas de Souza Coutinho quanto ao desempenho financeiro dos Correios logo se arrefeceram: em relatório sobre as receitas e despesas relativas ao ano de 1800, na rubrica referente a esse serviço, ele escreveu: “*Correio, por ora nada (coisa extraordinária)*”. Porque o conselho de Adam Smith parecia não se confirmar em Portugal, fato que causou espécie no futuro Conde de Linhares?

Uma provável resposta a esse questionamento encontra-se no método de arrecadação adotado pelos Correios de Antigo Regime, o qual baseava-se em duas premissas: cálculo dos portes com base na distância percorrida pelos carregadores e pagamento feito no momento de entrega das correspondências. Se esses procedimentos tinham como propósito favorecer as

²³Em Portugal, o ofício de *Correio-mór* permaneceu nas mãos da família Da Mata de 1606, quando foi comprado, até 1797 – data de sua reincorporação aos quadros administrativos e fiscais da Coroa. Já na Espanha, haviam dois cargos: 1) o de *Correo mayor general*, que foi exercido por membros da família Tassis até 1622, quando os condes de Oñate adquiriram essa mercê e 2) o de *Correio mayor de Indias*, que esteve nas mãos da família Galindez Carvajal por mais de dois séculos, até ser reincorporado à Coroa por Carlos III, em 1767. Cf.: GUAPINDAIA, Mayra Calandrini, *O controle do fluxo das cartas e as reformas de Correio na América Portuguesa (1796 – 1821)*. 2019. 351 p. (Tese de Doutorado) - Universidade de Lisboa, Lisboa, 2019, pp. 33 – 35.

²⁴*Apud* SOBRAL NETO, Margarida. *Os Correios na Idade Moderna*. Lisboa: Fundação Portuguesa das Comunicações, 2005. p. 48.

²⁵Idem, p. 47.

comunicações e mitigar a insegurança e a irregularidade características dos serviços postais, por outro lado eles apresentavam uma dupla inconveniência: facilitavam a ocorrência de abusos – tais como a recusa de alguns destinatários em pagar pelas correspondências recebidas – e dificultavam a contabilidade das repartições.

A solução encontrada por alguns Estados para remediar esses problemas e transformar os Correios em um serviço público *de fato*, eficiente e acessível a todos, foi uma série de medidas contábeis, fiscais e regulamentares as quais denominamos genericamente *reformas postais*. Fundamentadas na uniformização das tarifas e no estímulo ao pagamento antecipado dos portes, essas reformas transformaram a estrutura e o funcionamento dos Correios nacionais na segunda metade do século XIX, tal como veremos adiante.

O estabelecimento da Corte portuguesa no Rio de Janeiro, em 1808, implicou a montagem de um amplo e complexo aparelho capaz de assegurar a unidade do Império luso-brasileiro, então em estado de guerra. Nesse processo, que teve como corolários a reorganização espacial do poder monárquico e a expansão da máquina administrativa e fiscal, novos órgãos governamentais foram estabelecidos e outros se constituíram a partir da adaptação das estruturas coloniais existentes.²⁶

Em linhas gerais, podem-se identificar cinco eixos da administração joanina: 1) Justiça e polícia;²⁷ 2) Fazenda; 3) Interior; 4) Ensino, artes e ciências e 5) Armada. Essa especialização das competências governamentais evidencia, por sua vez, a existência de uma racionalização

²⁶A criação dos mecanismos administrativos e judiciários de soberania imperial também produziu uma burocracia expandida e centralizada que reconhecia na Corte do Rio de Janeiro sua fonte de legitimação. Um levantamento demográfico feito nos anos 1970 mostra que o número de nomeações para cargos nas forças militares, na administração e na justiça dessa cidade mais que duplicou durante os treze anos de permanência da Família Real portuguesa no Brasil, passando de 1.300 funcionários nos anos finais do período colonial para mais de 3.000, em 1816. Nas províncias, o aparato burocrático foi igualmente ampliado dentro dos moldes pré-existentes da administração colonial, com a criação de novas comarcas, juizados de fora e registros alfandegários. MANCHESTER, Alan. “The Growth of Bureaucracy in Brazil, 1808 – 1821”. In: *Journal of Latin American Studies*, Vol. 4, n. 1, 1972, pp. 77 – 83.

²⁷No léxico político de Antigo Regime, o sentido das atribuições policiais era bastante distinto do que atualmente consideramos competência da polícia: “tratava-se do governo e da administração interna da *república* (entendida como vinculada ao *público*), principalmente no que respeitava às comodidades, isto é, asseio, fartura de víveres e, também, da segurança dos *cidadãos* (entendidos como aqueles que viviam na cidade”. In: SLEMIAN, Andréa; PIMENTA, João Paulo G. *A corte e o mundo: Uma história do ano em que a família real portuguesa chegou ao Brasil*. São Paulo: Alameda, 2008, p. 67.

do aparato estatal português em curso desde a gestão pombalina (1750 – 1777), sendo as Secretarias de Estado²⁸ e o Erário Régio peças-chave desse processo.

Qual era a inserção dos Correios nesse novo arranjo? A incorporação dessa instituição ao Estado luso-brasileiro iniciou-se, com efeito, antes do traslado da Corte portuguesa para o Brasil: em 1797, d. Maria I extinguiu o ofício de Correio-Mor – na verdade, uma prebenda da família Da Mata desde 1606 – e atribuiu a d. José Diogo Mascarenhas Neto, então Secretário da Repartição dos Negócios Estrangeiros, responsabilidade pela provisão de comunicações postais. A essa medida seguiu-se a organização dos Correios do Reino, cujo expediente foi dividido em três categorias: 1) mala do interior; 2) cartas registradas e 3) mala de ultramar e estrangeiros; incluía-se nessa última categoria a gestão das correspondências para o Brasil. Essas mudanças foram confirmadas pelo Alvará Régio de 20 de janeiro de 1798, tendo sido posteriormente retificadas pelos seguintes instrumentos: *Regulamento Provisional para o Novo Estabelecimento do Correio*, de 1º de abril de 1799; Aviso de 14 de março de 1801 (com artigos aditivos ao regulamento de 1799) e *Regimento Geral para o Correio*, de 8 de abril de 1805.

Pode-se dizer que, até meados da década de 1840, os Correios não constituíram uma repartição unificada, estando segmentados em duas categorias: serviços marítimos, que respondiam à Secretaria de Estado de Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos e serviços terrestres ou de interior, cuja jurisdição coube, inicialmente, à pasta dos Negócios do Brasil. As tarifas postais eram consideradas ademais objeto exclusivo do Erário Régio,²⁹ o que confirma o caráter marcadamente fiscal dos Correios no Antigo Regime.

²⁸ No Brasil, as Secretarias de Estado foram reorganizadas de forma a melhor se adequarem à realidade da nova sede administrativa. Sendo assim, o primeiro gabinete de D. João na nova sede, nomeado em 11 de março de 1808, era composto da seguinte maneira: a pasta dos “Negócios do Reino”, doravante denominados “do Brasil”, ficou a cargo de d. Fernando José de Portugal e Castro, futuro Conde e Marquês de Aguiar, a quem competia uma ampla gama de funções relacionadas à política interna do Império, tais como nomeação de prelados, provimento de títulos, doações, privilégios, rendas, pleitos, homenagens e mercês; provimento de presidentes e ministros para os tribunais; administração da polícia, etc. Esse ministro também acumulou as funções de assistente do Real Gabinete e presidente do Erário Régio, passando a se responsabilizar não somente pela contabilidade do Reino, mas também pelas contas, propostas, arrematações, administrações, contratos, inspeções de fábricas, manufaturas, fundições e minerações subvencionadas pela Real Fazenda. D. João Rodrigues de Sá Melo Meneses, Visconde de Anadia, conservou a Secretaria de Estado de Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, a qual teve suas atribuições originais repartidas com a pasta dos Negócios do Brasil, ficando sua jurisdição restrita aos assuntos relacionados a frotas navais e territórios de ultramar. Finalmente, para a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra foi nomeado D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Conde de Linhares, figura de prestígio nos quadros burocráticos da administração portuguesa. Com sua experiência à frente da pasta da Marinha e Domínios Ultramarinos, entre os anos de 1795 e 1801, e seu bom relacionamento com o corpo diplomático britânico, esse ministro tinha como atribuições todas as negociações com as Cortes estrangeiras, o que compreendia tratados de paz, casamentos, alianças e comércio. Cf.: CABRAL, Dilma; CAMARGO, Angélica. *Estado e Administração: a Corte joanina no Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2010.

²⁹ O Erário Régio também administrava o cumprimento das arrematações de linhas postais por particulares, o pagamento de funcionários dos Correios, bem como a concessão de licenças e aposentadorias aos mesmos. Nas províncias, os serviços postais eram dirigidos pelas Juntas de Administração e Arrecadação da Real Fazenda, às quais competia dar cumprimento às ordens expedidas pelo Presidente do Erário Régio.

As medidas de d. João e seus ministros em relação aos Correios elucidam o significado da implantação do aparelho de Estado português no Brasil.³⁰ É consenso historiográfico que a transferência da Corte para o Rio de Janeiro tenha marcado o início do processo de descolonização, o qual se deu em dois sentidos complementares: desagregação das instituições coloniais – fenômeno evidenciado, segundo Sérgio Buarque de Holanda, pela supressão dos vice-reinados e pela limitação da autonomia fiscal das câmaras municipais³¹ – e integração do complexo imperial luso-brasileiro ao então emergente sistema mundial de dependências capitaneado pela Inglaterra. Esses movimentos coincidiram com a internacionalização econômica e cultural do território brasileiro, sobretudo do espaço urbano carioca, que se abriu ao fluxo do comércio transatlântico, das expedições científicas, da imprensa e, também, das correspondências.

Embora essas transformações tenham se dado em ritmo acelerado e implicado na remodelagem da estrutura administrativa postal, sua dimensão não deve ser superestimada, visto que a arquitetura institucional em questão não conformasse a existência de um projeto nacional. Como nota Roderick Barman:

As mudanças introduzidas pela Coroa foram projetadas para servir sua própria conveniência e atender às suas próprias necessidades; não pretendiam, muito menos em um plano coerente, transformar suas posses do Novo Mundo no que equivalia a um Estado nação. Nada foi feito para racionalizar e unificar o sistema de governança existente fora do Rio de Janeiro ou para adaptar as fórmulas tradicionais da Europa às necessidades e condições específicas do Novo Mundo.³²

³⁰ A instalação de uma complexa malha de órgãos governamentais na Corte do Rio de Janeiro a partir de 1808 é frequentemente vista pela historiografia como um simples traslado das principais instituições portuguesas para solo tropical. Representante dessa perspectiva, Raimundo Faoro nos fala de uma “*carapaça administrativa, enorme e inútil*” que, ao ser transladada para o novo Império, “*sufoca e amordaça*” as diversidades regionais. Outros autores, como Roderick Barman, compreendem que sequer havia um projeto coerente de transmigração dessas instituições, sendo a transferência da Corte para o Rio de Janeiro marcada pelo imprevisto. Apenas recentemente a produção historiográfica sobre o período em questão passou a relativizar essas interpretações, ao propor uma leitura do processo de formação do aparelho de Estado luso-brasileiro sobre a óptica da adaptabilidade institucional. Sobre o tema na historiografia tradicional, ver: FAORO, Raimundo. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2012; BARMAN, Roderick. *Brazil: The Forging of a Nation (1798 – 1852)*. Califórnia: Stanford University Press, 1988. Para uma exemplificação da perspectiva sobre adaptabilidade institucional, ver: SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria Coroada: O Brasil como corpo político autônomo (1780 – 1831)*. São Paulo: Ed. Unifesp, 1999; BICALHO, Maria Fernanda; FRAGOSO, João; GOUVÊA, Fátima (orgs.). *Antigo Regime nos trópicos. A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVII e XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Modos de governar: ideias e práticas políticas do império português. Séculos XVI – XIX*. São Paulo: Alameda, 2005; MARTINS, Ana Canas Delgado. *Governança e arquivos: d. João VI no Brasil*. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo, 2007.

³¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. “A herança colonial – sua desagregação”. In: *História geral da civilização brasileira. O processo de emancipação*. t II., v. 3. 9 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 13 – 47.

³² BARMAN, *op. cit.*, p. 44 (Tradução nossa).

Nesse sentido, a emergência do Brasil como corpo político autônomo a partir de 1822 alterou significativamente o papel dos Correios na montagem do aparelho de Estado, conferindo-lhes um sentido político até então inexistente no repertório das instituições administrativas luso-brasileiras: tratava-se não mais de apenas ligar à Corte as diversas províncias do Império, mas também de prover essas províncias de uma uniformização contábil, administrativa e burocrática que assegurasse a eficiência das comunicações e, com isso, a governabilidade do território nacional. Os desafios para esse projeto, obviamente, foram muitos, podendo ser sumarizados na dificuldade do Estado brasileiro em fazer valer seu monopólio sobre o transporte de correspondências.³³

Como se deu o pacto entre o “Trono” e seus “entornos”, ou seja, entre monarquia e ordem social nas primeiras décadas do Segundo Reinado? Podemos distinguir três interpretações macropolíticas em relação ao problema. Na primeira, o Estado monárquico foi um instrumento utilizado pela elite dominante para preservar seus interesses e expandir sua influência sobre outras regiões. Richard Graham deixa isso claro ao afirmar que proprietários escravocratas dominaram a política do período imperial,³⁴ no que é seguido por Mattos, que exacerba a relação dialética entre classe e Estado da seguinte maneira: “*a íntima relação entre a construção do Estado imperial e a constituição da classe senhorial faz com que a Coroa assuma, desse modo, o papel de um partido*”. Sob essa ótica, “Trono” e “entorno”, mormente as regiões cafeeiras do Vale do Paraíba fluminense, não se distinguiam, sendo ambas as

³³Os processos de independência ocorridos na América Hispânica entre as últimas décadas do século XVIII e as primeiras da centúria seguinte, assim como no caso brasileiro, ensejaram inúmeras transformações na estrutura e no funcionamento dos sistemas postais daquelas regiões. Nesse sentido, o livro de Enrique Cárdenas de la Peña que compõe a coletânea *Historia de las Comunicaciones y los Transportes en México* (1987) contém um capítulo exclusivo sobre as disputas pelo controle dos fluxos de correspondência durante a guerra de independência mexicana (1810 – 1821). Isabel García-Montón García-Baquero analisa por sua vez o lugar dos Correios cubanos no processo de desenvolvimento regional ocorrido entre meados do século XVIII e primeira metade do Oitocentos. Para o caso de Cartagena de Indias (Colômbia), têm-se por fim as análises de Christiane Laffite Carles (1993) sobre fluxos postais marítimos e de Rocío Moreno Cabanillas (2012) sobre a organização administrativa dos serviços postais locais nas décadas anteriores à independência. Cf.: LA PEÑA, Enrique Cárdenas de. *El Correo*. México: Secretaría de Comunicaciones y Transportes, 1987 (Coleção Historia de las Comunicaciones y los Transportes en México); GARCÍA-MONTÓN GARCÍA-BAQUERO, Isabel. *El sistema de Correos interiores y el desarrollo regional en Cuba, 1754-1868*. 1991. 560 p. (Tese de Doutorado) - Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 1991; CARLES, Christiane Laffite. “Navegación y correos en la Costa colombiana en la época de la Independencia”. In: *Huellas – Revista de la Universidad del Norte*, Barranquilla, n. 38, ago. 1993, pp. 5 – 10; MORENO CABANILLAS, Rocío. “Cartas para administrar desde la distancia. El caso de la Administración de Correos de Cartagena de Indias (1764 – 1821). Un estado de la cuestión”. In: *Bibliographia Americana*, n. 8 (2012), pp. 210 – 231.

³⁴ GRAHAM, Richard. *Patronage and Politics in Nineteenth-Century Brazil*. Califórnia: Stanford University Press, 1990, p. 1 (Tradução nossa).

categorias resultado da inserção do Brasil no sistema internacional de dependências capitaneado pelos países industrializados.

O tema da centralização monárquica é visto sob um ângulo diverso pela chamada “escola sociológica”, que tem em José Murilo de Carvalho seu principal representante. Para esse autor, a manutenção da unidade política e da integridade territorial do Império durante as décadas de 1830 e 1840, período em que essa ordem esteve mais ameaçada, se deu em consequência do tipo de elite política forjada pelo Estado, grupo esse que tinha na coesão ideológica sua característica fundamental. Assim, embora a agenda dos burocratas e magistrados coincidissem com os interesses do comércio e da grande lavoura, “*ela decorria antes de sua formação e posição dentro do Estado do que ao fato de se vincularem socialmente a esses setores*”.³⁵ A consequência dessa distinção radical entre os agentes do “Trono” e seu “entorno” socioeconômico é a seguinte constatação: “*o Estado imperial se tornava, através de sua elite, um instrumento ao mesmo tempo de manutenção e de transformação das estruturas sociais*”. Parafraseando Joaquim Nabuco, Carvalho se refere a esse aspecto fundamental da política brasileira como “*dialética da ambiguidade*”.

Tributário das reflexões de Charles Tilly sobre formação dos Estados nacionais europeus, o livro de Roderick Barman fornece-nos um terceiro ponto de vista sobre o significado da expressão *Em torno do Trono*. Diferentemente dos outros autores citados, que submetem a análise dos fatos ao crivo de arcabouços teóricos bem definidos, Barman mescla à descrição detalhada do ambiente político que caracterizou os primeiros anos da década de 1840 alguns elementos interpretativos, tais como: a coesão ideológica dos burocratas do Império, já presente em Carvalho; a hegemonia do grupo escravista fluminense, fundamento da tese de Mattos, bem como a importância conferida por Graham às relações de patronagem para o funcionamento das instituições. Para o autor de *Brazil: The forging of a Nation* (1988), a derrota das revoltas liberais em São Paulo e Minas Gerais representou o triunfo do ideário monárquico-centralizador da *nação* sobre as antigas soberanias concorrentes das *pátrias*. Na queda de braços entre o “Trono” e seus “entornos”, o primeiro saiu, portanto, fortalecido: “*A autoridade do*

³⁵ CARVALHO, José Murilo de. *Teatro de Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988, p. 152. Vale observar que os historiadores americanos Eul-Soo Pang e Ron Seckinger desenvolveram argumento semelhante ao de Carvalho, ao aplicar o conceito weberiano de “mandarinato” à esfera da burocracia imperial. Segundo esses autores, “*through their formal education and subsequent administrative internship, the Brazilian mandarins gained national values and perspectives, which enabled them to serve the interests of the monarchy rather than remain captives of regional economic and family interests*”. Sem tradução para a língua portuguesa, a versão desses autores, contudo não encontrou tanta popularidade antes os acadêmicos brasileiros quanto as obras de Carvalho. PANG, Eul-Soo; SECKINGER, Ron. “The Mandarins of Imperial Brazil”. In: *Comparative Studies in Society and History*, v. 14, n. 2, mar., 1972, pp. 215 – 244.

governo tornou-se primordial e, dentro da política nacional, a decisão do imperador passou a valer como palavra final".³⁶

Não obstante pressupostos teóricos distintos e interpretações por vezes divergentes, esses autores reiteram o modelo de arquitetura do poder monárquico enunciado pelo Conselho de Estado no citado parecer sobre a reforma postal, de 1842. Ao analisar a maneira como os membros da elite política imperial viam o país, Carvalho observa que *"esse Brasil era como um sistema heliocêntrico, dominado pelo sol do Estado, em torno ao qual giravam os grandes planetas do que chamavam as "classes conservadoras" e, muito longe, a miríade de estrelas da grande massa do povo"*.³⁷ Mattos, por sua vez, matiza a composição das classes conservadoras, utilizando-se de uma metáfora espacial para agrupá-las *"em círculos concêntricos traçados a partir do Paço"*: no primeiro nível, o *"mais distante"*, estariam os plantadores escravistas, homens que não estavam vinculados diretamente ao mundo da política, mas que nele passaram a influir no momento em que receberam o influxo centralizador do Estado; quanto aos *"mais próximos"*, esses seriam deputados gerais, senadores, presidentes de província e conselheiros, figuras de destaque no jogo político e/ou na máquina administrativa. Haveria, por fim, um *"estrato intermediário"*, composto por deputados provinciais e chefes locais, os quais eram responsáveis por unir os fios da meada entre sociedade e política.³⁸

Outra percepção partilhada por esses intérpretes é a de que o afastamento entre política e formação social no Brasil do século XIX teria produzido uma dicotomia entre *"país formal"* e *"país real"*. Tema de debates na historiografia sobre o período em questão,³⁹ essa ideia está

³⁶ BARMAN, Roderick. *Brazil: The Forging of a Nation, 1798 - 1852*. Califórnia: Stanford University Press, 1988, p. 216 (Tradução nossa).

³⁷ CARVALHO, *op. cit.*, p. 125.

³⁸ A esse modelo interpretativo Mattos sobrepõe um segundo escalonamento de caráter histórico-social: para o autor, a identidade nacional brasileira encontrava-se na interjunção de três esferas: 1) o *mundo do governo*, ocupado pela elite branca que compunha a *"boa sociedade"* imperial; 2) o *mundo do trabalho*, representado pelos escravos, mulheres, agregados e crianças, esses confinados ao âmbito das relações privadas – a *"casa"* – e sujeitos ao poder patriarcal-escravista e 3) o *mundo da desordem*, território por excelência dos marginalizados: pequenos proprietários pobres (livres ou libertos); vadios e demais segmentos que compunham a *"raia miúda"*, de caráter potencialmente transgressor. Nesse sentido, Mattos faz uma analogia entre a dominação escravista e o exercício da política, afirmando que *"governar o Estado era, no fundo e no essencial, elevar cada um dos governantes da Casa à concepção de vida estatal"*. MATTOS, *op. cit.*, p. 133.

³⁹ Em artigo sobre a recomposição de categorias de análise conservadoras nas historiografias moderna e contemporânea, Izabel Andrade Marson traça a trajetória da tese sobre a incompletude do projeto liberal brasileiro, identificando suas origens nos escritos de Joaquim Nabuco que tratam das consequências sociais e políticas da escravidão. A dicotomia construída por esse autor entre esse conceito e o de *liberalismo* teria ecoado, segundo Marson, ao longo de todo o século XX, encontrando sua formulação acadêmica mais acabada no artigo *"As ideias fora do lugar"* (1977), de Roberto Schwarz. Contrariando essa percepção, Marson observa que *"a compatibilidade entre essas categorias [liberalismo e escravidão] ficou notada em inúmeras falas até o início da década de 1880, quando os traços modelares das nações "civilizadas" foram redefinidos e passaram a privilegiar parâmetros raciais. Dessa forma, até aquele momento, políticos conservadores e liberais no Brasil e em outras nações, dentre eles muitos ingleses, entendiam que a escravidão poderia ser superada gradativamente, e se bem administrada, tornar-se-ia um eficiente recurso para a domesticação dos povos considerados "selvagens", e para a*

presente no livro *“Teatro de Sombras”*, onde Carvalho aprofunda a noção de “dialética da ambiguidade” para denunciar o falseamento das instituições liberais brasileiras: *“uma sociedade escravocrata governada por instituições liberais e representativas; uma sociedade agrária e analfabeta dirigida por uma elite cosmopolita voltada para o modelo europeu de civilização”*.⁴⁰

Também Barman se utiliza do enfoque dicotômico na passagem de seu livro em que trata do *“homem de casaca”*. Para o autor, *“esse traje de lã preta era um uniforme virtual que distinguia os membros do mundo oficial da população comum”*.⁴¹ Em outra ocasião, o autor desenvolveu dois pontos ligados a essa tese: o primeiro trata da inconsistência das ideias liberais no Brasil. Reiterando o célebre aforismo atribuído ao deputado Holanda Cavalcanti (Visconde de Albuquerque) – *“Nada se assemelha mais a um ‘saquarema’ do que um ‘luzia’ no poder”* – Barman afirma que *“nenhuma convicção ideológica profunda dividia os dois partidos políticos. Eles são melhor compreendidos como coalizões nacionais de facções provinciais baseadas em clãs familiares competindo por domínio no nível local”*. A segunda reflexão diz respeito ao protagonismo da monarquia na regulamentação das instituições liberais. Para o autor, *“foram as habilidades políticas de Pedro II, o cidadão imperador par excellence, que fez do Brasil epítome do Estado liberal na América Latina de meados do século XIX”*.⁴²

Nas últimas décadas, a verticalização das pesquisas no âmbito dos cursos de Pós-Graduação em História tem contribuído para a revisão desses modelos interpretativos ao questionar muitas de suas premissas, tais como a hierarquização do corpo político, o caráter inacabado/falso do projeto liberal brasileiro e a dicotomia entre realidade e representação.⁴³ Em comum, esses estudos têm o fato de não se prenderem a um ângulo específico de análise, como é o caso das categorias *“Estado”*, para Carvalho e Barman, e *“classe social”*, para Graham e

disciplinarização do futuro cidadão/trabalhador”. MARSON, Izabel Andrade. “Antigo Regime, feudalismo, servidão, escravidão: diálogos entre antigos e modernos na argumentação sobre “inconclusão” da nação liberal no Brasil (séculos XIX e XX)”. In: *Revista de História*, ed. especial, (2010), pp. 165 – 186.

⁴⁰ CARVALHO, *op. cit.*, p. 162.

⁴¹ BARMAN, *op. cit.*, p. 237.

⁴² BARMAN, Roderick J. (2012) *The Enigma of Liberalism in Imperial Brazil, 1822-1889*. In: Liberalism, Monarchy and Empire: Ambiguous Relationships, 10 February 2012, Senate House, London. (Unpublished).

⁴³ A título de exemplo, citamos os trabalhos de Jeffrey Needell sobre a formação dos partidos políticos nas décadas de 1830 – 1840; de Miriam Dolhnikoff sobre o funcionamento das Assembleias Legislativas; de Monica Duarte Dantas sobre a participação de livres e libertos pobres na política, e de Julio Bentivoglio sobre a articulação dos grupos palacianos, as chamadas *“facções áulicas”*. NEEDELL, Jeffrey. “Formação dos partidos políticos no Brasil da Regência à Conciliação”. In: *Almanak Brasiliense*, n. 10, nov. de 2009, p. 5 – 22; DOLHNIKOFF, Miriam, *et. al.* “Representação política no Império: crítica à ideia do falseamento institucional”. In: LAVALLE, Adrian (org.). *O horizonte da Política: Questões emergentes e agendas de pesquisa*. São Paulo: Ed. UNESP, 2012, pp. 97 – 141; DANTAS, Monica Duarte (org.). *Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011; BENTIVOGLIO, Julio. “Palacianos e aulicismo no Segundo Reinado – a Facção Áulica de Aureliano Coutinho e os bastidores da Corte de D. Pedro II”. In: *Revista Esboços*, v. 17, n. 23, 2010, pp. 187 – 221.

Mattos. Sem desconsiderar a importância desses conceitos, eles evidenciam a *dinâmica* existente entre os múltiplos atores da política imperial, bem como a inserção desses atores em um *contexto* complexo formado pela interseção de diferentes forças econômicas, políticas, sociais e culturais, tanto em níveis regional/local quanto em esfera internacional.

Tendo em vista a importância que o aspecto *relacional/contextualista* adquiriu nas interpretações mais recentes sobre o Brasil do século XIX, questionamos: para além da evidente promessa de centralização, quais outros sentidos poderiam ser atribuídos à expressão “*em torno do Trono*”, síntese da economia política brasileira de comunicações? Teria ela uma dimensão econômica, também evidenciada em países como Inglaterra e Estados Unidos, de desterritorialização das relações de mercado e, complementariamente, de mercantilização das relações pessoais? Seria ela um manifesto exclusivo do Estado, detentor do monopólio sobre a remessa de correspondências, ou estaria também na pauta de ação de comerciantes, empresários, etc.? Na busca por respostas a essas indagações, vale analisarmos o contexto da reforma postal britânica, um dos eixos temáticos da tese através do qual a experiência brasileira ganha amplitude e significado.

Em junho de 1836, pouco tempo antes de falecer, o secretário geral dos Correios britânicos, Sir Francis Freeling deixou registrado em seus papéis pessoais o seguinte desabafo:

Postagem barata! Do que esses homens estão falando? Será que, durante toda a minha vida, estive errado? [...] Tornar a receita dos Correios a mais produtiva possível foi um dever solene a mim imposto por sucessivos ministros. [...] O quê! Você, *Freeling*, criado e educado como tem sido, vai prestar-se a esses esquemas extravagantes?⁴⁴

Oscilando entre a dúvida sobre suas próprias convicções e o ceticismo em relação à viabilidade financeira do que ele chamou de “*esquemas extravagantes*” – a ideia, amplamente ventilada nos meios mercantil e parlamentar da época, de que uma redução radical dos portes das cartas levaria a um aumento da receita dos Correios – esse burocrata septuagenário encarna as incertezas próprias de seu tempo, quando a agenda reformista se fez presente na economia política dos Estados nacionais em fase de consolidação.⁴⁵ Nesse sentido, sua morte pode ser

⁴⁴ *Apud* JOYCE, Herbert. *The History of the Post Office*. Londres: Richard Bentley & Son, 1893, p. 427 (Tradução nossa).

⁴⁵ James Grimwood-Taylor chama atenção para o fato de que o conceito de “reforma postal” não era totalmente novo nos anos 1830, sendo empregado em contextos como o da introdução de diligências (*stagecoaches*) por John Palmer em finais do século XVIII. GRIMWOOD-TAYLOR, James L. *The British Postal Reforms of 1839 to 1840*. Derby: s/ed., 1990.

considerada um ponto de viragem na história do moderno sistema postal britânico: a partir de então, esse ramo da administração pública deixou de ser visto exclusivamente como fonte de renda, adquirindo definitivamente foros de serviço público.

Quem eram “*esses homens*” aos quais Freeling faz referência? A historiografia anglófona sobre os Correios frequentemente apresentou esse tema sob a perspectiva da luta entre o arrojo da iniciativa privada e o acanhamento da administração pública.⁴⁶ No caso das reformas postais dos anos 1839/40, essa abordagem fica ainda mais acentuada, explica-nos Martin Daunton, pela presença da figura de Rowland Hill, considerado por muitos memorialistas o pai do moderno sistema postal britânico.⁴⁷ Vale ressaltar, entretanto, a existência de outros reformadores contemporâneos a Hill – como os ingleses Charles Fenton Whiting⁴⁸ e James Chalmers;⁴⁹ os norte-americanos Barnabas Bates⁵⁰, Joshua Leavitt⁵¹ e Pliny

⁴⁶ Em comentário pontual sobre o tema da reforma em questão, o historiador britânico Ernest Llewellyn Woodward fornece-nos um exemplo dessa abordagem, ao afirmar que “*a introdução do penny post em 1840 é outro exemplo do conflito entre razão e preconceito, e também da forma como a iniciativa reformista veio de empreendedores privados, e frequentemente enfrentou a cega oposição e timidez do funcionalismo público*”. WOODWARD, E. L. *The Age of Reform, 1815 – 1870*. Londres: Oxford University Press, 1938, p. 53 (Tradução nossa).

⁴⁷ A vinculação do nome de Hill à reforma postal de 1839/40 foi fruto, sobretudo, do esforço de autopromoção empreendido pelo próprio reformador: após se aposentar como secretário da Diretoria Geral dos Correios, ele dedicou os últimos quinze anos de sua vida à elaboração de uma volumosa autobiografia. Essa obra restou inacabada, tendo sido concluída pelo sobrinho do autor. Os filhos de Hill – Eleanor Smyth e Pearson Hill – também se engajaram na rememoração da imagem do pai, escrevendo biografias sobre o grande reformador dos correios britânicos. Sobre essa produção historiográfica, observa Daunton, “*a verdade é que o desenvolvimento dos Correios é agora visto quase que exclusivamente pelo viés dos próprios escritos de Hill, obras volumosas de auto-justificativa que não oferecem uma visão objetiva das reformas introduzidas nos anos 1840*”. DAUNTON, Martin J. *Royal Mail: The Post Office since 1840*. Londres: The Athlone Press, 1985, pp. 3 – 5 (Tradução nossa).

⁴⁸ Whiting (1802 – 1875) era tipógrafo e produziu algumas das primeiras gravuras coloridas de que se tem notícia na Inglaterra. Em fevereiro de 1830, ele escreveu ao Secretário Freeling oferecendo-lhe um “*Plano para aumentar a receita dos Correios*”: esse consistia, basicamente, na adoção de uma tarifa postal única cobrada de acordo com o peso das correspondências. Argumentava Whiting que o novo método de cobrança abriria “*um amplo campo para comunicação e lucro*”, ao incentivar as pessoas a enviarem toda uma gama de materiais impressos pelos Correios. Para identificar o pagamento prévio dessa tarifa e prevenir eventuais fraudes no sistema, o tipógrafo propunha a utilização de um envelope de desenho elaborado, denominado por ele “*go-free*”. Cf.: MUIR, Douglas N. *Postal Reform & The Penny Black*. Londres: National Postal Museum, 1990, p. 29. (Tradução nossa).

⁴⁹ Em 1837, o livreiro e tipógrafo James Chalmers (1782 – 1853) apresentou ao Parlamento proposta semelhante à de Whiting: instituir o porte pré-pago por meio de uma marca postal adesiva, denominada por ele “*slips*”. Posteriormente, esse projeto foi publicado na íntegra pelo *The Post Circular*, periódico oficial do Mercantile Committee on Postage, dando início a uma disputa entre Chalmers e Rowland Hill pelo título de inventor dos selos postais. Pouco interessado nessa polêmica, Asa Briggs observa que “*tanto Hill quanto Chalmers estavam mais interessados nos benefícios econômicos e sociais da reforma postal baseada em uma tarifa uniforme, pré-paga e barata, do que no dispositivo fiscal (selos) em si*”. BRIGGS, Asa. *Victorian Things*. Chicago: University of Chicago Press, 1988, p. 328 (Tradução nossa).

⁵⁰ Nos anos 1830, Bates (1787 – 1854) se estabeleceu em Nova York, onde abriu uma livraria e inaugurou um pequeno jornal semanal de cunho religioso. Durante sua gestão como agente postal, esse publicista e ministro evangélico atuou ativamente em prol da redução das tarifas postais e contra o monopólio dos serviços de transporte interurbano de correspondências. Bates também foi membro da Grande Loja Maçônica de Rhode Island, tendo participado da fundação do Workingman’s Party. Em sua lápide, no cemitério de Mount Auburn (Cambridge, Massachusetts – EUA) lê-se a inscrição: “*Father of Cheap Postage*”. Cf.: MACBRIDE, Van Dyk. *Barnabas Bates, the Rowland Hill of America*. Nova Jersey: V.D. MacBride, 1947.

⁵¹ Em 5 de abril de 1848, Leavitt (1794 – 1876) ajudou a fundar a *Boston Cheap Postage Association*, entidade que tinha como pauta de reivindicações a implantação da tarifa única de dois centavos para periódicos e o fim dos

Miles;⁵² os franceses Achille Piron⁵³ e Claude Grasset,⁵⁴ entre outros – o que nos leva a considerar o fenômeno em questão um empreendimento coletivo e transnacional, visto que esses homens se correspondessem entre si.⁵⁵

Para fins de análise, é possível dividir os propagandistas da reforma postal britânica em três grupos: o primeiro compunha-se de banqueiros, mercadores e comerciantes contrários às altas tarifas cobradas pelos Correios.⁵⁶ Por iniciativa de George Moffatt,⁵⁷ nome proeminente

privilégios postais para parlamentares, agentes postais e membros do alto escalão do governo. Antes disso, porém, esse advogado e ministro evangélico já militava a favor da redução das tarifas postais, tendo sido um dos responsáveis pela organização da campanha política que levou à aprovação do Post Office Act de 1845. Leavitt também se destacou pela publicação de escritos abolicionistas, tendo sido um dos principais defensores da causa no estado de Massachusetts. Além de *Remarks and Statistics on the Subject of Cheap Postage and Postal Reform in Great Britain and United States* (1848) e *The Moral and Social Benefits of Cheap Postage* (1849), dois de seus mais conhecidos panfletos, ele escreveu diversos artigos sobre o tema da reforma postal para jornais como o *Morning Chronicle* e *New Englander*. Cf.: DAVIS, Hugh Houck. *The Reform Career of Joshua Leavitt, 1794 – 1873*. (Tese de Doutorado em História Moderna), The Ohio State University, 1969. 403 pp.

⁵² Miles (1818 – 1865) faz parte de uma segunda geração de reformadores norte-americanos que continuaram advogando pela melhoria dos serviços postais após a promulgação do Post Office Act de 1845. Em 1855, ele publicou *Post Office Reform: its Urgent Necessity and Practicability*, panfleto no qual analisava o legado de Rowland Hill e refletia sobre as condições específicas dos Correios em Nova York, seu estado natal. Ao lado de Elihu Burritt (1810 – 1879), Miles foi um dos principais propagandistas do *Ocean Penny Postage*, projeto precursor da União Postal Universal (1874) que buscava reduzir as tarifas cobradas sobre as correspondências que iam dos Estados Unidos para a Europa.

⁵³ Piron (1798 – 1865) era subdiretor dos Correios franceses quando publicou *Du Service des Postes et de la Taxation des Lettres au Moyen d'un Timbre*, em 1838. Nesse tratado, ele propõe a redução das tarifas e a adoção de selos postais como forma de aumentar a receita dos Correios e melhorar a qualidade do serviço prestado por essa instituição. Cf.: PIRON, Achille. *Du Service des Postes et de la Taxation des Lettres au Moyen d'un Timbre*. Paris: H. Fournier, 1838. 160 p.

⁵⁴ Para publicar seu tratado, Piron contou com o apoio de Claude Grasset (1795 – 1850), funcionário dos Correios e autor de diversos panfletos de apoio à reforma postal. Em abril de 1843, Grasset enviou à Câmara dos Deputados um ofício no qual apresentava seu sistema de tarifação: esse consistia em uma adaptação do projeto de Rowland Hill, prevendo a adoção do valor único de 1 franco para cartas que pesassem entre 10 e 100 gramas. O porte pré-pago seria identificado por meio de um envelope timbrado, cujas cores variavam de acordo com o peso do objeto postal. Cf.: GRASSET, Claude. *Réforme Postale: Un Cri d'Alarme Sur l'Esclavage de la Pensée*. Paris: Ebrard, 1844. 32 p.

⁵⁵ Em ofício de 1841 enviado ao Diretor Geral dos Correios, Claude Grasset comenta que Rowland Hill havia lhe enviado documentos oficiais sobre a reforma postal de 1839/40. A correspondência desse burocrata francês não ficara, contudo, restrita às ilhas britânicas: segundo Olivia Langlois, Grasset também discutiu o assunto com diplomatas da Confederação Suíça, segunda entidade internacional a adotar uma tarifa postal uniforme. LANGLOIS, Olivia. “The English Impact on the Adoption of a Unique Tax in France and Other European Countries”. In: LE ROUX, Muriel (ed.). *Post Offices of Europe, 18th - 21st Century: A Comparative History*. Bruxelas: Peter Lang, 2014, pp. 429 – 439.

⁵⁶ Na Grã-Bretanha, o cálculo dos portes era feito com base na distância e no número de folhas de papel contidas num envelope ou em outro invólucro postal. Além disso, as tarifas encareceram consideravelmente no contexto das guerras napoleônicas, chegando aos seguintes valores em 1812: 1) Menos de 15 milhas = 4 pence; 2) 15 a 20 milhas = 5 pence; 3) 20 a 30 milhas = 6 pence; 4) 30 a 50 milhas = 7 pence; 5) 50 a 80 milhas = 8 pence; 6) 80 a 120 milhas = 9 pence; 7) 120 a 170 milhas = 10 pence; 8) 170 a 230 milhas = 11 pence; 9) 230 a 300 milhas = 1 shelling; 10) 300 a 400 milhas = 1 shelling e 1 pence; 11) Mais de 400 milhas = 1 pence para cada 100 milhas adicionais. Dessa tabela advinha que uma carta de Londres para Edimburgo custava 1 *shilling*; valor que equivalia, segundo Frank Staff, à jornada de trabalho de um operário londrino da época. STAFF, Frank. *The Penny Post, 1680 – 1918*. Londres: Lutterworth Press, 1964, p. 72.

⁵⁷ Moffatt (1806 – 1868) era importador de chá e participou ativamente das campanhas pela extinção da taxa sobre periódicos e pela redução das tarifas postais. Ele também chegou a ser deputado por diversos condados, tornando-se uma figura influente no partido Whig da segunda metade do século XIX.

na praça do comércio de Londres, eles formaram o *Mercantile Committee on Postage*, entidade cujo papel na divulgação do pensamento reformista será analisado adiante.

Outra importante linha de força era o grupo parlamentar capitaneado por Robert Wallace,⁵⁸ deputado Whig de origem escocesa que ascendeu à Câmara dos Comuns após a reforma eleitoral de 1832.⁵⁹ Em seu discurso de despedida proferido em 1845, Wallace rememorou como se tornara interessado em questões relativas à reforma postal:

No primeiro ano em que tomei assento na Câmara dos Comuns, fui induzido a entrar no que acabou se tornando o mais trabalhoso dos meus compromissos parlamentares – a reforma dos Correios. Os selos de cartas endereçadas a figuras altamente respeitáveis de Greenock⁶⁰ haviam sido violados; Fui instado a investigar o caso e buscar reparação por esse abuso de autoridade. A investigação me levou a descobrir que o Correio, que era considerado o mais puro e imaculado de todos os departamentos do Estado, eram precisamente o contrário. Desconsiderando as apreensões de amigos e o desdém dos oponentes, continuei, portanto, acompanhando a investigação de perto, e lutando sozinho por anos para trazer à tona graves abusos, um após o outro.⁶¹

Os ataques de Wallace eram constantes e se dirigiam a diferentes aspectos administrativos dos Correios: questionou o direito que os agentes tinham de abrir correspondências privadas; fez duras críticas ao Secretário Freeling, acusando-o de má gestão e nepotismo;⁶² propôs, por fim, que o diretor geral dessa repartição ficasse sujeito à fiscalização de um Conselho Parlamentar.

⁵⁸ Em contraste com algumas versões historiográficas que tratam Wallace (1773 – 1855) como “jovem homem”, Robert Willcocks observa que esse parlamentar era quase sexagenário quando assumiu seu primeiro mandato, em 1833. Isso não o impediu de se tornar a principal figura da campanha pela redução da tarifa postal, tal como reconhecem outros especialistas no tema, como Howard Robinson, Frank Staff e James Grimwood-Taylor. Esses autores também observam que Wallace provinha de uma importante família de mercadores em Glasgow, fato que teria contribuído para seu interesse por questões relacionadas ao livre comércio e comunicações. Cf.: ROBINSON, Howard. *The British Post-Office: A History*. Nova Jersey: Princeton University Press, 1948; STAFF, Frank. *The Penny Post, 1680 – 1918*. Londres: Lutterworth Press, 1964; WILLCOCKS, Robert M. *England's Postal History to 1840*. Escócia: s/ed., 1975; GRIMWOOD-TAYLOR, op. cit., p. 15.

⁵⁹ A Lei de Reforma de 1832 (também conhecida como *Great Reform Act*) foi um ato do Parlamento britânico que teve como objetivo ampliar o escopo representativo e corrigir os abusos então recorrentes no pleito para a Câmara dos Comuns. Por meio desse dispositivo, foram criados colégios eleitorais nas principais cidades da Inglaterra e País de Gales, aumentando-se a massa do eleitorado de cerca de 500.000 para 813.000 votantes. Apesar da persistência de vícios do antigo sistema eleitoral, John Phillips e Charles Wetherell observam que essa reforma gerou uma tendência partidária entre o eleitorado britânico, aproximando-o de outros congêneres a ele contemporâneos. Cf.: PHILLIPS, John; WETHERELL, Charles. “The Great Reform Act of 1832 and the Political Modernization of England”. In: *The American Historical Review*, v. 100, n. 2, 1995, pp. 441 – 436.

⁶⁰ Vale notar que o condado de Greenock, do qual Wallace foi o primeiro representante parlamentar, era uma próspera região manufatureira que dependia dos serviços postais para ter acesso às informações sobre o mercado de algodão.

⁶¹ *Apud* MUIR, op. cit., p. 32 (Tradução nossa).

⁶² Em discurso de ingresso proferido na Câmara dos Comuns (agosto de 1833), Wallace teria acusado Freeling de gerir os Correios “com mesquinha e parcimônia”. O Secretário também foi criticado por ter empregado seu filho George como Assistente do Secretário Geral dos Correios, posto criado pelo próprio administrador, em 1801. ROBINSON, op. cit., p. 250.

Na opinião do deputado escocês, todo o sistema dos Correios exigia revisão, devendo essa instituição ser gerida por “*homens criados para negócios*”.⁶³ Wallace também se posicionou a favor da redução das tarifas, argumentando que “*se os Correios fossem colocados em uma base mais liberal, a receita coletada seria muito maior, cessando-se todas as reclamações que tem sido feitas sobre o assunto*”.

Vale destacar, por fim, a atuação da *Society for the Diffusion of Useful Knowledge* na promoção da reforma postal. Fundada em 1826, essa agremiação tinha como objetivo promover a instrução das classes trabalhadoras, utilizando-se para isso de maciça propaganda impressa. Um de seus membros mais ativos, o publicista Charles Knight, descreveu seus colegas como “*homens de mente culta, cada um tratando as opiniões dos outros com respeito; os mais capazes e os mais modestos; em uma palavra, cavalheiros e acadêmicos*”.⁶⁴ Foi Knight que, no contexto das discussões parlamentares sobre a revogação das tarifas sobre periódicos, propôs ao Parlamento britânico que se adotassem selos de 1 *penny* como forma de tributar todos os materiais impressos que fossem distribuídos pelos Correios. Veremos adiante como essa ideia seria incorporada às diretrizes da reforma postal de 1839/40, dando origem a um dos signos mais populares do movimento: o *Penny Black*.

Difusão do conhecimento não era o único ideal que encontrava eco na pauta de reivindicações dessa agremiação. Para muitos de seus integrantes, como o líder radical Richard Cobden,⁶⁵ as altas tarifas postais eram algo ruim, não apenas porque obstavam o aumento de instrução, mas também porque dificultavam o comércio. Em opúsculo de 1833, o economista John Ramsay Mc Culloch expressou visão semelhante à de Cobden ao afirmar que “*nada contribui mais para facilitar o comércio do que o transporte seguro, rápido e barato de cartas*”. Embora reconhecesse que os usuários dos serviços postais deveriam pagar pelo transporte de suas correspondências, Mc Culloch recomendava: “*não se deve nunca aumentar o porte das cartas sem consideração madura das circunstâncias*”.⁶⁶

Empresários, comerciantes, parlamentares, *intelligentsia*: cada categoria tinha um interesse específico na redução das tarifas postais. Para os primeiros urgia um serviço postal

⁶³ *Apud* ROBINSON, *op. cit.*, p. 251 (Tradução nossa).

⁶⁴ KNIGHT, Charles. *Passages of a Working life during Half a Century*. Londres: Bradbury & Evans, 1864, p. 122, v. 2. (Tradução nossa).

⁶⁵ Figura de proa no movimento para revogação dos impostos sobre o comércio de milho na Inglaterra, Cobden (1804 – 1865) teria se utilizado dos Correios reformados para disseminar mais de 40.000 circulares, panfletos e outros materiais impressos pela *Anti-Corn Law League*, agremiação por ele fundada em parceria com outros líderes liberais, em 1838. Sobre o protesto contra os impostos sobre o comércio de milho e sua relação com a reforma postal de 1839/40, ver: BRIGGS, Asa. *The Age of Improvement, 1783 – 1867*. Nova York: David McKay Company Inc., 1959.

⁶⁶ MCCULLOCH, Richard Ramsay. *On Commerce*. Londres: Baldwin & Cradock, 1833, p. 128 (Tradução nossa).

rápido, confiável e barato. Aos parlamentares, por sua vez, interessava cercar o poder de burocratas como Freeling, colocando limites ao monopólio fiscal do Estado. Já os acadêmicos, publicistas e demais intelectuais viam nessa instituição um poderoso vetor de disseminação do conhecimento que elevaria os níveis educacionais e morais da então emergente sociedade industrial. Premissas básicas do liberalismo oitocentista – *livre comércio*, *fiscalização das instituições* e *civilização* –, somadas aos princípios utilitaristas que animavam os círculos religiosos e letrados da época,⁶⁷ formaram, portanto, o substrato ideológico da reforma postal britânica dos anos 1839/40.

Em nenhuma outra publicação da época essas ideias ficaram mais claramente expostas do que em *Post Office Reform: Its Importance and Practicability* (1837),⁶⁸ segundo tratado de economia política escrito por Rowland Hill.⁶⁹ Impresso originalmente para circular apenas entre parlamentares e membros do governo, esse panfleto apareceu em três edições adicionais entre

⁶⁷ Sobre a composição filosófica dessa ideologia, Joel Wiener comenta que “as demandas da classe média britânica pela remoção das “tarifas sobre o saber” representou um amalgama de diversas correntes que dominavam o pensamento reformista moderado de início dos anos 1830. Um compromisso com o utilitarismo benthamita e as doutrinas da economia política, o reformismo educacional, o movimento de livre comércio, as demandas por melhorias no sistema postal e uma série de queixas econômicas concretas compunham o núcleo desse amalgama”. Duncan Campbell-Smith observa, por sua vez, que “como defensores do novo capitalismo liberal, eles [os reformadores] desejavam ver os Correios como uma instituição comercialmente vibrante e um bastião, na medida do possível, do livre comércio. Obviamente, essa repartição pública dificilmente poderia ser um caso direto de *laissez-faire*. Mas, se fosse para se permitir o monopólio, seria esse um mal necessário”. In: WIENER, Joel. *The War of the Unstamped*. Nova York: Cornell University Press, 1969, p. 22; CAMPBELL-SMITH, Duncan. *Masters of the Post*. Londres: Penguin Books, 2011, p. 122 (Tradução nossa).

⁶⁸ Optamos por manter o título original dessa obra no corpo do texto como estratégia de destaque gráfico, válida sobretudo para parágrafos que tratam de reformas postais em diversos contextos e temporalidades.

⁶⁹ Rowland Hill (1795 – 1879) veio de uma família de empreendedores educacionais comprometidos com uma pauta de ideais típicos do liberalismo oitocentista. Seu pai, Thomas Wright Hill (1763 – 1851), é descrito por Howard Robinson como “um ardente defensor do livre comércio, um reformador nato, um homem com mente especulativa”: foi ele que fundou Hazlewood, instituição de ensino reconhecida por Jeremy Bentham como modelo de educação pública. O irmão mais velho de Rowland, Matthew Davenport Hill (1792 – 1872) foi um advogado de destaque na Birmingham pré-vitoriana, tendo sido um dos responsáveis pela Reforma Política de 1832. Já Frederic Hill (1803 – 90) escreveu *National Education, its Present State and Prospectus* (1836), tratado no qual propunha uma nova abordagem da questão educacional no país, relacionando-a a questões próprias da filosofia utilitarista. O próprio Rowland se dedicou a outras questões da pauta reformista antes de enveredar pelo estudo dos Correios. Em 1832, ele publicou *Home Colonies: A Plan for the Gradual Extinction (by Education) of Pauperism and the Diminution of Crime*: como o próprio título indica, trata-se de um projeto educacional direcionado para colonos pobres. O opúsculo lhe rendeu nomeação para a *South Australian Commission*, em cujo cargo de Secretário o autor permaneceu de 1833 a 1839. Foi nesse período que Rowland passou a se interessar pela reforma postal, em função de adversidades enfrentadas pelos comissionários no estabelecimento da colônia de Adelaide. ROBINSON, *op. cit.*, p. 258 – 261.

fevereiro de 1837 e primeiro semestre de 1838, tendo sido recebido com entusiasmo pela opinião pública da época.⁷⁰

Como o próprio título da publicação indica, a intenção do autor não era arrogar para si o pioneirismo da reforma postal, e sim justificar a importância social e econômica dessa medida, analisando a viabilidade de um projeto cujas diretrizes – redução das tarifas postais e aumento da rentabilidade dos Correios por meio de melhorias no sistema fiscal – já haviam sido expostas em outros termos por economistas a ele contemporâneos.⁷¹ Nesse sentido, a obra em questão deve ser vista, segundo Martin Dauntton, “*como parte de um debate mais amplo sobre o nível das taxas e tarifas indiretas que se tornou uma das principais questões políticas nos anos 1830*”,⁷² sendo Hill “*ponto de entrada em um debate sobre a natureza de uma economia mista, que é uma característica central da História britânica*”.⁷³

Hill inicia seu texto chamando atenção para os diferentes efeitos que as reduções tributárias podem ter sobre os rendimentos fiscais de um país. Exemplo disso são o malte e o café: ambas as commodities tiveram seus direitos de importação cortados pela metade ao longo da década de 1830; no entanto, apenas a segunda apresentou crescimento significativo (em torno de 50%). Esse fato leva o autor a concluir que “*deve-se ter muito cuidado na seleção do imposto que se quer reduzir, a fim de que o máximo de alívio seja concedido ao público, com o mínimo de prejuízo para a Receita*”.⁷⁴ Mas qual seria o tributo mais sensível a semelhante operação?

⁷⁰ A primeira edição desse panfleto tinha o rótulo de “*Privada & Confidencial*”, pois Hill acreditava que essa seria a única medida necessária para convencer os parlamentares e membros do governo sobre a importância de sua proposta. Como esse reconhecimento não veio de imediato, o autor teve de providenciar uma edição pública, praticamente idêntica à primeira, que saiu a lume em 22 de fevereiro de 1837, tendo sido editada por Charles Knight. Já a terceira edição, datada de 15 de Novembro do mesmo ano, sofreu algumas modificações significativas, passando a conter, além de um prefácio maior, um post-scriptum e um apêndice de nº 9, intitulado *Progress of Post Office Reform*. Vale observar que a análise contida nesse capítulo faz referência a essa versão. A quarta edição, por fim, é idêntica à terceira e apareceu no primeiro semestre de 1848. GRIMWOOD-TAYLOR, *op. cit.*, p. 18.

⁷¹ Em *On Financial Reform* (1829), o economista Henry Parnell (1776 – 1852) já havia citado o caso dos Correios para ilustrar sua tese de que “*quando um imposto é elevado a um patamar excessivamente alto, sua redução não é necessariamente seguida de uma queda na receita, mas pode levar a um aumento da mesma*”. In: PARNELL, Henry. *On Financial Reform*. 3. ed. Londres: John Murray, 1831, p. 47 (Tradução nossa). Martin Dauntton observa que o tratado de Parnell teve grande influência sobre os parlamentares e reformadores sociais radicais que se reuniram em torno da Junta de Comércio de Londres. Citando Lucy Brown, o autor observa que “*Hill e os reformadores postais não foram, portanto, originais em suas discussões sobre elasticidade de preços e tributação ideal, tendo integrado a onda de pensamento Whig dos anos 1830*”. In: DAUNTTON, Martin. “Comments”. In: CREW; KLEINDORFER, *op. cit.*, p. 15 (Tradução da autora). Cf.: BROWN, Lucy. *The Board of Trade and the Free Trade Movement, 1830 – 42*. Oxford: Clarendon Press, 1958.

⁷² DAUNTTON, *op. cit.*, p. 9 (Tradução nossa).

⁷³ DAUNTTON, In: CREW; KLEINDORFER, *op. cit.*, p. 15.

⁷⁴ HILL, Rowland. *Post-Office Reform: Its Importance and Practicability*. 2 ed. Londres: Charles Knight and Co., 1837, p. 2 (Tradução nossa).

Para justificar a escolha das tarifas postais como objeto de reforma, Hill analisou dados disponíveis nos relatórios de diversas comissões parlamentares, os quais mostravam uma perda na renda absoluta dos Correios (507,700 libras em 1835), se comparada ao crescimento da população britânica nas duas décadas após o término das guerras napoleônicas. Esse raciocínio de cunho malthusiano⁷⁵ era complementado por uma poderosa apologia dos serviços postais como vetor de civilização:

Quando se considera o quanto o progresso religioso, moral e intelectual do povo seria acelerado pela circulação desobstruída de cartas e de muitas baratas e excelentes publicações atuais de cunho não-político, os Correios assumem o novo e relevante caráter de um poderoso motor da civilização; capaz de desempenhar um papel de destaque na grande obra da educação Nacional.⁷⁶

Hill acreditava que o alto custo das tarifas postais era resultado de um arranjo administrativo complexo e ineficiente que privilegiava a arrecadação fiscal em detrimento da qualidade do serviço prestado à população. Nesse sentido, ele passa a analisar o que chama de “*custo real*” da operação postal: formada pela soma das despesas de trânsito e de coleta de portes, essa rubrica era estimada em 1/36 de *penny*, independentemente das distâncias percorridas em ambas as operações.⁷⁷ Disso advinha a seguinte conclusão: “*se, portanto, a tarifa postal for proporcional a toda a despesa incorrida com o recebimento, trânsito e entrega da carta, bem como com a coleta de seu porte, ela deverá ser uniformemente igual para todas as cidades do Reino Unido*”.

Para comprovar que a redução dos portes levaria a um aumento na receita dos Correios, o autor desenvolve uma detalhada análise – que atualmente qualificaríamos de “microeconômica” – de forma a mostrar que o custo das operações postais, não variava em função do trajeto percorrido pelos entregadores, tampouco do número de folhas de papel contidas em uma correspondência. Essa descoberta ia de encontro, segundo Bernhard Siegert, aos fundamentos dos tradicionais sistemas postais, significando uma total erradicação das

⁷⁵ Vale observar que, na época de Hill, *Essay on Population* (1798) de Thomas Robert Malthus (1766 – 1834) fazia parte do mainstream de leituras em economia política, quer pela utilização original de dados censitários e estatísticos para a formulação de previsões econômicas, quer pela refutação de teses fisiocratas segundo as quais os países europeus caminhavam para um constante e inevitável progresso. Sobre a relação entre o movimento estatístico britânico e as reformas Whig de 1830/40, ver: HEADRICK, Daniel R. *When Information Came of Age*. Nova York: Oxford University Press, 2000.

⁷⁶ HILL, *op. cit.*, p. 8.

⁷⁷ Sobre esse critério de cálculo da tarifa postal, Ronald Coase explica que “*essa não era a distância entre os dois lugares conectados tal como num voo de corvo, mas a distância de acordo com a qual uma carta era realmente transportada pelos Correios*”, ou seja, a distância entre os postos de postagem e entrega das correspondências. COASE, Ronald. “Rowland Hill and the Penny Post”. In: *Economica*, New Series, v. 6, n. 24, nov. 1939, pp. 423 – 435.

marcas territoriais que antes definiam os processos de comunicação: “*A ideia de Hill – tão simples quanto profunda – era, portanto pensar na Grã-Bretanha como uma única cidade, isso é, não mais dar importância a um critério que havia sido tão caro ao discurso Ocidental sobre a natureza das cartas: a ideia de distância*”.⁷⁸

Além da uniformidade de portes – atributo distintivo do plano em questão⁷⁹ – Hill defendia a adoção do pagamento prévio como forma de simplificar a contabilidade e otimizar o expediente dos Correios:

Parece, então, que, em relação à redução dos trabalhos dos entregadores, bem como dos funcionários das agências, o grande desideratum é que o porte de todas as cartas seja pago antecipadamente. Se tal arranjo fosse efetivado, isso sem dúvida economizaria o tempo dos entregadores ainda mais que o dos funcionários: não haveria mais necessidade de paradas para recolher pagamentos; além disso, provavelmente seria desnecessário que os entregadores esperassem até a abertura das portas, pois todas as casas teriam uma caixa postal na qual eles pudessem jogar as cartas e, tendo batido nas portas, passar adiante o mais rápido possível.⁸⁰

Prevendo que esse sistema de pagamento pudesse encontrar resistência por parte do público, Hill propunha que “*todas as cartas e outros papéis, únicos ou múltiplos, formando um pacote e não pesando mais do que meia onça, fossem taxados a 1 penny; e pacotes mais pesados, a qualquer limite conveniente [...] fossem acrescidos de 1 penny para cada meia onça adicional*”.⁸¹ Com esse arranjo, o autor esperava não apenas “*neutralizar toda a objeção pecuniária ao porte pré-pago*”, mas também quadruplicar o volume de correspondência transportada pelos Correios (de 120.000.000 para 500.000.000 objetos postais), levando essa repartição a obter, em médio prazo, um lucro de 200% anuais.⁸² Vale observar que essas estimativas fundamentavam-se na assertiva de que “*o aumento do consumo é inversamente proporcional à diminuição dos preços*”,⁸³ lei econômica formulada pelo próprio Hill cujo significado ele próprio reconhecia não ser muito claro.

O último capítulo de *Post-Office Reform* é dedicado a uma questão aparentemente de menor importância para esse reformador: como arrecadar os valores advindos do pagamento prévio das correspondências? Na primeira edição de seu panfleto, Hill apenas recomendou que

⁷⁸ SIEGERT, Bernhard. *Relays: Literature as an Epoch of the Postal System*. California: Stanford University Press, 1999, p. 102 (Tradução nossa).

⁷⁹ COASE, *op. cit.*

⁸⁰ HILL, *op. cit.*, pp. 29 – 30.

⁸¹ Howard Robinson observa que, na primeira edição do panfleto em análise, Hill havia proposto o valor de 1 penny para cada onça adicional. No entanto, por sugestão do então Chanceler do Tesouro, Thomas Spring Rice, o reformador abaixara esse limite de peso para meia onça, prevendo que o público encontraria dificuldades em se adaptar ao sistema de pagamento prévio. ROBINSON, *op. cit.*, p. 267.

⁸² HILL, *op. cit.*, pp. 63 – 64.

⁸³ HILL, *op. cit.*, p. 86.

as pessoas fossem até as agências postais e pagassem em espécie pela expedição de suas cartas. Já na edição subsequente é mencionado um segundo sistema de coleta:

Alguns anos atrás, quando discutia-se a conveniência de se extinguir completamente os impostos sobre jornais, permitindo que esses fossem entregues pelos Correios, foi sugerido pelo Sr. Charles Knight que o porte desse material pudesse ser coletado por meio de invólucros postais vendidos a 1 *penny* cada. Aproveitando-me dessa excelente ideia, proponho o seguinte arranjo: que envelopes e folhas de papel timbradas sejam fornecidas ao público pela Stamp Office ou pelos Correios, ou por ambas as instituições, conforme for mais conveniente, e vendidas a um preço equivalente ao porte por mim proposto. Identificadas dessa maneira, as cartas seriam tratadas em todos os aspectos como objetos francos e poderiam, como tal, ser colocadas nas caixas postais ao invés de entregues ao destinatário.⁸⁴

Contudo, algumas pessoas poderiam ter dificuldade em subscrever os objetos postais mencionados nessa passagem. Para esses casos, Hill sugeria o uso de um pequeno pedaço de papel *“cujo verso fosse coberto por uma substancia viscosa que, em contato com umidade, aderisse ao verso da carta, de forma a evitar a necessidade de sua postagem”*. Sem imaginar a popularidade que essa ideia alcançaria entre os britânicos, o autor reconhecia que *“o plano preferencial, pelo menos em um primeiro momento, talvez seja adotar uma combinação dos dois sistemas, dando ao público a opção, no caso de correspondências que não excedam meia onça, de usar o selo postal ou pagar em dinheiro”*.⁸⁵

Essas são as proposições básicas de *Post-Office Reform*. Marco da reforma postal britânica, a publicação desse panfleto certamente contribuiu para estimular o debate sobre a adoção de medidas hoje consideradas banais, tais como o cálculo das tarifas com base no peso das correspondências e o pagamento adiantado dos portes feito pelo remetente no momento da postagem. Sendo assim, em função dessa ruptura com os parâmetros fiscais, administrativos e tecnológicos de Antigo Regime, muitos historiadores não hesitam em caracterizar a década de 1840 como *revolucionária* em termos de comunicações.⁸⁶

Os desdobramentos da reforma postal britânica foram acompanhados com interesse por autoridades administrativas de diversos países. Alguns chegaram a enviar agentes à Inglaterra

⁸⁴ HILL, *op. cit.*, pp. 41 – 42.

⁸⁵ HILL, *op. cit.*, p. 45.

⁸⁶ Na periodização elaborada por Eric Hobsbawm, essa década corresponde à chamada *Era das Revoluções* (1789 – 1848), quando o mundo assiste à erupção de uma “dupla revolução” (1789/Industrial) que transformou utando as forças produtivas quanto as estruturas de poder do Antigo Regime. HOBBSAWN, Eric. *A Era das Revoluções, 1789 – 1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

com o fito de estudar o funcionamento dos Correios, como foi o caso de Estados Unidos e França. Até o final daquele século, os preceitos do plano de Hill seriam adotados integral ou parcialmente por diversas nações ao redor do mundo,⁸⁷ de sorte que é possível falar em um movimento internacional de redução e/ou uniformização das tarifas postais.

Ao refletir sobre a dimensão espacial desse fenômeno, Léonard Laborie sugere que ele “*reforçou a dimensão territorial e nacional ligada aos Correios*”. Segundo esse historiador, esse tipo de reforma teria sido vista pelos contemporâneos como uma medida de “justiça territorial”, de vez que ela permitisse que as populações mais afastadas dos centros de poder não se ressentissem contra o governo por seu afastamento. Nesse sentido, ele questiona: “*Pode-se portanto concluir que houve uma «desespacialização» do universo postal a partir desse marco?*”⁸⁸

A pergunta de Laborie ecoa um questionamento feito por outro francês, Alfred Foville, em finais do século XIX: “*Não podemos esperar que o baixo custo, a rapidez e, conseqüentemente, a multiplicidade das comunicações postais tenham gradualmente o efeito de confundir interesses, aproximando mentes e talvez corações?*”.⁸⁹ A consequência mais visível desse duplo fenômeno (aceleração dos transportes/redução dos custos) foi a tendência centralizadora observada pelo autor em diversas esferas da vida político-administrativa.⁹⁰ Assim, com metáfora organicista típica de sua época, conclui Foville: “*a unidade de ação é*

⁸⁷ Na Espanha, por exemplo, a instituição do porte único com base no peso das correspondências deu-se por meio de um decreto régio promulgado em 12 de agosto de 1845. Quatro anos depois, em pleno processo de implantação dos selos postais, um novo decreto instituiu o pagamento prévio de correspondências, sendo que essa operação apenas se tornaria compulsória em 1856. Vistos em conjunto, esses marcos apontam para a existência de uma “*onda modernizadora*” naquele país entre os anos 1830 e 1860, tal como observa Angel Bahamonde Magro. Cf.: BAHAMONDE MAGRO, Angel. “El Sistema Postal en la España Contemporánea, 1833 - 1936”. In: BAHAMONDE MAGRO, Angel ; LORENTE, Gaspar Martínez; CARVAJAL, Luis Enrique Otero. *Las comunicaciones en la construcción del Estado contemporáneo en España: 1700-1936*, Ministerio de Obras Públicas, Transportes y Medio Ambiente, Madrid, 1993, pp. 67 – 122. Esse fenômeno, contudo, teve temporalidades distintas nos diferentes territórios que compunham o mundo hispano-americano: de acordo com Isabel García-Montón García-Baquero, “*não obstante, e apesar de sussistirem as preocupações cubanas por introduzir melhoras em seu sistema de pagamento, a reforma peninsular não se aplicou na ilha, onde as tarifas de 1824 subsistiram até 1854, quando se modificou o pagamento*”. GARCÍA-MONTÓN GARCÍA-BAQUERO, Isabel. *El sistema de Correos interiores y el desarrollo regional en Cuba, 1754-1868*. 1991. 560 p. (Tese de Doutorado) - Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 1991 (Tradução nossa).

⁸⁸ LABORIE, Léonard. Mondialisation postale: innovations tarifaires et territoires dans la seconde moitié du XIXe siècle. In: *Histoire, économie & société*, v. 2, 26^e année, p. 15 – 27. 2007.

⁸⁹ FOVILLE, Alfred. *La transformation des moyens de transport et ses conséquences économiques et sociales*. Paris: Librairie Guillaumin, 1880, p. 183 (Tradução nossa).

⁹⁰ Na diplomacia, por exemplo, “*o impulso [...] se concentra cada vez mais nas mãos do ministro*”, não restando aos embaixadores e plenipotenciários outra função se não a de cumprir ordens. A administração interior, por sua vez, orientava-se no sentido de diminuição das circunscrições territoriais e do pessoal nelas empregado, embora Foville reconhecesse que “*nada é mais difícil que uma reforma desse tipo*”. Até mesmo a Igreja Católica vivenciava tal fenômeno, sendo que, segundo o autor, “*a recente promulgação do dogma de infalibilidade papal só se tornou possível depois que instituíram-se em Roma, como em outros lugares, estradas de ferro e agências telegráficas*”. Ibidem, pp. 432 – 437 (Tradução nossa).

assegurada ao organismo governamental, como é, por exemplo, ao corpo humano pela imediação das transmissões nervosas”.

Em estudo sobre o capitalismo na contemporaneidade, David Harvey retoma a teoria marxista da acumulação (implícita em Foville) para refletir sobre a capacidade que esse sistema tem de se expandir geograficamente e sua tendência a anular o espaço pelo tempo. Segundo o geógrafo britânico, “*o imperativo da acumulação implica consequentemente no imperativo da superação das barreiras espaciais*”.⁹¹ E essa superação se faz pela progressiva redução dos custos de comunicação e transporte, o que implica no aumento da velocidade e na diminuição do tempo de circulação do capital.

As reflexões de Harvey apontam para um aspecto do século XIX nem sempre contemplado pelos historiadores: as transformações de ordem tecnológica, logística e comunicacional que ocorreram simultaneamente ao aumento da produção e possibilitaram a dinamização do mercado.⁹² Essas transformações também estiveram na base do *imperialismo*, fenômeno de natureza política e econômica caracterizado segundo Daniel Headrick pelas seguintes etapas: 1) penetração e exploração do espaço por viajantes estrangeiros; 2) conquista dos povos indígenas e imposição da jurisdição europeia sobre eles e 3) construção de infraestruturas de comunicação e transporte de forma a integrar os espaços colonizados, enredando-os ao capitalismo.⁹³

Headrick faz parte de uma linhagem historiográfica que atribui aos fenômenos comunicacionais atributos dialéticos de ruptura/continuidade.⁹⁴ Pioneiro dessa perspectiva, Robert Albion propôs a utilização do termo “revolução nas comunicações” (*communication revolution*) para distinguir esse objeto de seu congênere mais célebre, a revolução industrial. Nas palavras desse historiador:

É praticamente desnecessário chamar a atenção para o fato de que as transformações nas comunicações foram tão “revolucionárias” quanto na indústria ou em outros campos. Antes dessas mudanças, o movimento tanto dos homens quanto das

⁹¹ HARVEY, David. *A produção capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume, 2005, p. 50.

⁹² Essa hipótese já havia sido desenvolvida por Fernand Braudel para os primórdios do capitalismo: “*Toda atividade esbarra na resistência do espaço, encontra seus limites e suas acomodações. Condenada à lentidão, aos preparativos laboriosos, aos colapsos inevitáveis, a economia mediterrânica deve ser vista, desde o início, sob esse ângulo das distâncias*”. BRAUDEL, Fernand. *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l’époque de Philippe II*. Paris: Armand Colin, 1966, p. 326 (Tradução nossa).

⁹³ HEADRICK, Daniel. *The Tools of Empire*. Nova York: Oxford University Press, 1981, p. 11.

⁹⁴ Em estudo sobre as modernas tecnologias de informação e de comunicação, Headrick dedica especial atenção à campanha pelo “penny postage”, considerada por ele uma das principais causas de inovação comunicacional. Para o historiador americano, a redução do porte pago pelas correspondências “*transformou os Correios de uma agência coletora de impostos em um instrumento de comunicação popular, garantindo à classe trabalhadora, pela primeira vez, acesso aos Correios, além de incentivar o comércio e a educação*”. HEADRICK, *op. cit.*, p. 192 (Tradução nossa).

informações dependia invariavelmente da velocidade que um cavaleiro poderia viajar.⁹⁵

Esse conceito foi retomado décadas mais tarde por Richard John. Em estudo sobre a formação do sistema postal norte-americano no século XIX, esse historiador distingue duas categorias de inovação: 1) descobertas tecnológicas e desenvolvimento de novas fontes de energia (como os navios a vapor; as ferrovias e os cabos telegráficos submarinos) e 2) inovações institucionais, organizacionais e infraestruturais (mudanças regulamentares; burocratização das repartições; construção de estradas de rodagem; introdução de tarifas especiais; diversificação da oferta de serviços no setor privado, etc.). Para John, os correios teriam sido o primeiro agente de mudança revolucionária: *“ao facilitar a transmissão regular de informações em toda a extensão e amplitude dos Estados Unidos, o sistema postal forneceu os cidadãos americanos comuns de informações sobre o mundo as quais eles não poderiam obter de outra maneira”*.⁹⁶

Em *The Control Revolution* (1986), James Beniger segue outra linha de análise sobre o tema. Ele defende a tese de que a revolução industrial teria levado a uma crise de controle na sociedade norte-americana, devido à rapidez sem precedentes com a qual a produção e o transporte de mercadorias passaram a ser feitos. Essa hipótese foi adaptada por Toni Weller e David Bawden ao contexto da Inglaterra vitoriana, demonstrando a ocorrência não de uma, mas de várias crises ao longo do século XIX. Isso teria levado, na opinião dos autores, ao desenvolvimento das seguintes esferas de controle: 1) aprimoramento das técnicas e tecnologias comunicacionais; 2) aumento do papel do Estado como agente regulador da administração; 3) comodificação das informações. Vale acrescentar que, tal como Albion e Beniger, Weller e Bawden também discordam que a tecnologia da revolução industrial *per se* tenha causado transformações comunicacionais, pelo contrário: *“essas duas esferas estavam interligadas, sendo que tanto as crises quanto ondas de inovação determinaram as mudanças na estrutura organizacional e nas redes de comunicação do século XIX e início do XX”*, afirmam os autores.⁹⁷

Uma terceira corrente interpretativa compreende os fenômenos industriais e comunicacionais sob a óptica das “lógicas espaciais de inovação”. Para os autores que partilham dessa perspectiva, *“a inovação não impacta o território à medida que a ferramenta esculpe a*

⁹⁵ ALBION, Robert. “The Communication Revolution”. In: *The American Historical Review*, v. 37, n. 4, jul. 1932, pp. 718 – 719 (Tradução nossa).

⁹⁶ JOHN, Richard. *Spreading the News: The American Postal System from Franklin to Morse*: Cambridge, Mass: Harvard UP, 1995, p. 6 (Tradução nossa).

⁹⁷ WELLER, Toni; BAWDEN, David. “The social and technological origins of the information society”. In: *Journal of Documentation*, v. 61, n. 6, 2005, pp. 779 (Tradução nossa).

pedra, nem a tecnologia define de forma determinista o futuro social”⁹⁸ e sim o inverso: são as variáveis espaçotemporais e as apropriações da tecnologia pela sociedade que moldam a inovação. Além disso, observa Pascal Grisset: “o termo “revolução” implica modificações profundas nas estruturas de poder. Controlar os sistemas de comunicação é garantir uma posição estratégica. As revoluções das comunicações trouxeram assim uma redefinição das hierarquias entre as nações”.⁹⁹ Nesse sentido, ele estabelece uma periodização que tem exatamente na década de 1840 seu marco inicial.¹⁰⁰

Vistas em conjunto, essas perspectivas revelam a existência de um vasto campo de estudos sobre a historicidade das comunicações postais no século XIX. Elas também nos levam a concluir que a “dupla revolução” (Francesa/Industrial) de que fala Eric Hobsbawn em *A Era das Revoluções* (1962)¹⁰¹ somente foi possível com o concurso de um terceiro processo revolucionário: as transformações tecnológicas, fiscais e regulamentares que abalaram as estruturas de poder e propriedade então vigentes, aproximaram comunidades antes distantes umas das outras, e ampliaram o horizonte mental das pessoas. Contudo, resta um problema: com território extenso, baixa densidade populacional e altos índices de analfabetismo, teria o Brasil experimentado uma “revolução nas comunicações”?

A formação da tríade “território/mercado/Estado” – fundamento do que chamamos economia política das comunicações – é um processo histórico e conceitual que possui datações

⁹⁸ GRISSET, Pascal; FERNANDEZ, Alexandre. “Les logiques spatiales de l’innovation, XIXe – Xxe siècles”. In: *Histoire, économie et société*. Paris: Armand Colin, 2007, p. 5 (Tradução nossa).

⁹⁹ GRISSET, Pascal. *Les révolutions de la communication XIXe – XXe siècle*. Paris: Hachette, 1991, p. 4 (Tradução nossa).

¹⁰⁰ A periodização de Grisset é a seguinte: 1) dos anos 1840 até a Segunda Guerra Mundial, vive-se sob o primado da eletricidade e das telecomunicações: “a partir de então, o conjunto de informações, escritos, sons e imagens passam a ser transmitidos instantaneamente” (Idem, p. 3). No âmbito imagético, têm-se a transmissão de tecnologia do ramo fotográfico (vigente no mercado mundial desde os anos 1830) para o cinema, com a consequente invenção da indústria do entretenimento e comunicação em massa. Ademais, a Inglaterra, que até então detinha hegemonia nos ramos de transporte e comunicação, vê-se obrigada a competir por mercado com nações emergentes, como Alemanha e Estados Unidos. 2) Já o segundo período inaugura-se com a vitória dos Aliados, em 1945: a partir de então, os EUA se afirma como potencia mundial, sendo que os sistemas de comunicação passam a depender da eletrônica de semicondutores. Essa é a época que dá origem, segundo o autor, à sociedade de informação na qual vive-se atualmente, embora seja possível identificar a permanência de alguns valores que fundamentavam os sistemas de comunicação burgueses do século XIX: *rapidez, segurança; comodidade e anonimato*.

¹⁰¹ Nesse livro, Hobsbawn analisa os fatores econômicos, políticos culturais que contribuíram para a expansão geográfica do capitalismo durante a segunda metade do século XIX. Segundo o autor, a extraordinária aceleração na velocidade das comunicações, proporcionada pelos telégrafos, ferrovias e barcos a vapor, teve um resultado paradoxal: ao mesmo tempo em que intensificou a interdependência da economia mundial, aumentou o abismo entre as regiões contempladas pelas novas tecnologias e os rincões mais remotos do planeta. Cf.: HOBSBAWN, Eric. *A Era das Revoluções, 1789 – 1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

e características diferentes nos países do hemisfério norte e na América Latina. Nos primeiros, ele esteve associado ao desenvolvimento do capitalismo comercial e da política mercantilista ocorrido entre os séculos XVI e XVIII. Já no continente americano, diz Mónica Arroyo, “*a convergência entre território, mercado e Estado (nos moldes europeus) dar-se-á somente séculos mais tarde, com a irrupção dos processos de independência política e a formação dos Estados nacionais*”.¹⁰² Vale observar que em todas essas épocas coexistiram diferentes sistemas de comunicação.

Como observado pelo jurista Pereira Rego, os Correios têm um “mecanismo” complexo em que se articulam diversas “molas”: decretos e regulamentos que conferem à administração postal um quadro institucional; reformas que são adotadas com maior ou menor êxito, influenciando nas finanças da repartição; poderes políticos que intervêm na criação de agências e na definição dos trajetos das linhas, sem esquecer os empregados e usuários que conferem significado social a esse serviço. Sendo assim, uma proposta de análise sobre a formação do sistema postal brasileiro no século XIX deve se fundamentar em metodologias que nos permitam vislumbrar uma unidade epistemológica – nesse caso, a confluência entre território, Estado e mercado – em meio à diversidade que caracteriza o objeto.

Em estudo sobre a formação do Estado francês, Pierre Rosanvallon aponta quatro imperativos metodológicos que podem ser bastante úteis nessa empreitada: o primeiro é o da *desglobalização*, que consiste em evitar enxergar o Estado como uma totalidade coerente, evidenciando rupturas, incongruências e descontinuidades nas relações entre as instituições e a sociedade.¹⁰³ Perspectiva semelhante é empregada por António Manuel Hespanha ao observar os aparelhos da administração pública portuguesa:

Nos equipamentos políticos de todas as épocas coexistem modelos que a história progressivamente sedimentou, cada qual dotado de uma lógica interna, combinando a seu modo o espaço, as tecnologias, os equipamentos e os destinatários da ação político-administrativa numa estratégia diferenciada de exercício do poder. Na evolução dos sistemas de poder, nenhum sistema superveniente risca completamente o anterior; nem tão pouco o integra tão harmonicamente que ambos passem a fazer corpo numa só peça. A sucessão é sempre conflitual e compromissória. O resultado é sempre um equilíbrio de elementos díspares, por vezes ligados por reconversões funcionais, mas por vezes em aberta conflitualidade.¹⁰⁴

¹⁰² ARROYO, Mónica. “Território, Mercado e Estado: uma convergência histórica”. In: *GEOgraphia*, Niterói, ano 6, n. 12, 2004, p. 65.

¹⁰³ ROSANVALLON, Pierre. *L'État en France: de 1789 à nos jours*. Paris: Seuil, 1990, p. 11.

¹⁰⁴ HESPANHA, António Manuel. *Centro e periferia nas estruturas administrativas do Antigo Regime*. Disponível em: http://www.fd.unl.pt/docentes_docs/ma/amh_MA_3900.pdf / Acesso em: 15 nov. 2017.

O segundo imperativo de Rosanvallon é a *hierarquização*. Segundo o autor, a principal dificuldade dos estudos historiográficos sobre o Estado consiste em produzir uma inteligibilidade comparativa que contemple as especificidades nacionais e evidencie as diversas temporalidades que caracterizam o fenômeno estatal moderno. Hierarquizar, nesse sentido, significa integrar os diferentes níveis de apreensão de nosso objeto que, como vimos na apresentação, podem ser: institucional/normativo, financeiro, territorial e humano.

Já a *articulação* é um procedimento metodológico que abrange dois níveis de realidade, quais sejam: os aparelhos administrativos e as formas políticas abstratas. Sob essa perspectiva, o Estado não é apenas um agente de transformação concreta do território, mas também uma entidade política cuja soberania deriva da capacidade de congregar diferentes ideias e representações. É significativa, nesse sentido, a explicação que Rosanvallon faz em outra obra sobre os termos *Estado e mercado*:

O Estado e o mercado não são “coisas”, *são relações da sociedade com ela mesma inscritas num modo específico de organização dos espaços sociais*. [...] O Estado, por exemplo, só é uma instituição, uma organização diferenciada e centralizada do poder sobre a sociedade na medida em que produz um território, ou seja, uma forma particular de unificação dos espaços econômicos, políticos, militares e culturais. [...] Do mesmo modo, o mercado é primeiramente um modo de representação e de estruturação do espaço social; só secundariamente é um mecanismo de regulação descentralizada das atividades econômicas pelo sistema de preços. Desse ponto de vista, o Estado-nação e o mercado remetem a uma mesma forma de socialização dos indivíduos no espaço.¹⁰⁵

A *totalização* é, por fim, o processo que nos permite compreender os aparelhos de Estado em sua totalidade, evitando rotulá-los por setores, funções, etc. Para Rosanvallon, a história do Estado não é uma soma das histórias dos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário ou das políticas por eles encarnadas, sendo que a singularidade histórica de um objeto como os Correios somente ganha sentido se analisada dentro do conjunto de práticas e ideologias que lhe condiciona; nesse caso a centralização administrativa e o liberalismo econômico característicos do constitucionalismo monárquico brasileiro do século XIX.

Adaptada a nosso estudo, as proposições de Rosanvallon nos levam a perceber os Correios brasileiros como parte fundamental de um Estado em vias de expansão e especialização de suas competências. Elas também nos auxiliam a compreender a trajetória institucional de nosso objeto, em especial as reformas tarifárias e regulamentares da década de 1840, dentro de um quadro de referências multinacional pautado por três fenômenos-chave: 1)

¹⁰⁵ ROSANVALLON, Pierre. *O Liberalismo Econômico*: história sobre a ideia de mercado. Bauru: EDUSC, 2002, p. 147 (Grifos no original).

emergência do capitalismo e da noção de lucratividade relacionada à esfera empresarial; 2) emergência do monopólio do Estado e da noção de serviço público pautada no caráter subsidiário das funções administrativas; 3) mercantilização dos objetos postais como fator de mediação entre a lógica subsidiária (pública) e a empresarial (privada).

Dilma Cabral e Angélica Ricci Camargo são outras autoras que nos fornecem alguns apontamentos sobre a relação entre administração pública e Estado. Segundo elas, é comum ter-se a percepção de que a descrição formal de um aparelho administrativo, por si só, não é capaz de retratar as tensões, os conflitos e as adaptações nele ocorridos. Isso não torna obsoleto o conhecimento sobre a estrutura da dinâmica administrativa, pelo contrário: é na criação, supressão ou transferência de cargos e órgãos, por exemplo, que se vislumbram “*não apenas registro formal de uma determinação, mas também o espaço onde se expressam disputas e conflitos*”.¹⁰⁶

Cabral e Camargo reconhecem, contudo, que a grande dificuldade desse trabalho está na instabilidade administrativa do Império que, ao longo de décadas, sofreu ora a fusão de pastas em grandes estruturas, ora a cisão de competências, quando da criação de organismos especializados. Ademais, até a década de 1840, a organização das Secretarias de Estado era bastante incipiente, não havendo uma legislação orgânica que diferenciasses as atribuições do Ministro de Estado e Negócios do Império e do Ministro da Marinha quanto aos Correios marítimos, por exemplo. Essa situação exige que o pesquisador recorra ao exame de legislação não específica sobre seu objeto e agregue diferentes órgãos não apenas pela relação de sucessão cronológica, mas também pela transferência e/ou incorporação de suas funções. Também deve-se refletir sobre o significado dessas mudanças em termos de inovação, com a introdução de novos métodos e procedimentos administrativos.

A metodologia proposta por essas autoras no âmbito do projeto de pesquisa *Memória da Administração Pública Brasileira* (MAPA),¹⁰⁷ busca superar a tradicional dicotomia existente entre governo e administração. Assim, embora estejam indissociavelmente ligados à política imperial, os Correios devem ser vistos como uma instância específica de distribuição do poder, especificidade que se manifesta nos diferentes usos que deles fazem atores públicos

¹⁰⁶ CABRAL; CAMARGO, *op. cit.*, p. 15.

¹⁰⁷ Desenvolvido para atender às necessidades do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, o projeto de pesquisa em questão tem como objetivo compilar e sistematizar os atos legais, entre leis, decretos e portarias, que criaram, extinguíram, transformaram e organizaram a estrutura e o funcionamento de órgãos da administração colonial, imperial e federal do século XVI ao XXI. Do trabalho iniciado na década de 1980 resultaram diversas obras, instrumentos de pesquisa, publicações periódicas, etc., com destaque para *Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial* (1985), sob a organização de Graça Salgado, além dos volumes da coletânea *Estado e Administração – A corte joanina no Brasil* (2010) e *A construção do Brasil independente* (2015) – ambos organizados por Dilma Cabral.

(Estado) e privados (mercado). Tal complexidade requer o uso de categoriais de análise específicas e uma forma de apreensão dos fenômenos que congregue contribuições de diferentes áreas, tais como História Econômica, História do Direito, História Política, etc.

Por exemplo: ao analisarmos a documentação pertinente aos Correios, devemos considerar a diferenciação que o direito administrativo da época fazia entre *atos orgânicos* e *regulamentares*. Segundo Pereira Rego, os primeiros são aqueles que têm por objeto fundar a organização de algum ramo da administração pública. Já os atos regulamentares são aqueles destinados a regular os pormenores da execução. Ambos os dispositivos têm força obrigatória, como as leis, porém se diferem delas pela sua origem. Nas palavras do autor: “*se eles se estendem ao futuro pela sua providencia, se abrangem certas generalidades no seu objeto, contudo não têm o caráter de permanência que é próprio da lei*”.¹⁰⁸

Analizados sob essa perspectiva, a maioria dos dispositivos que iremos analisar no decorrer da tese são regulamentares e não orgânicos, de vez que visavam aprimorar o serviço postal já existente. Resta-nos identificar os pontos de ruptura dessa ordem institucional, bem como a maior ou menor *organicidade* desses regulamentos, ou seja, quais contemplam a administração postal como um todo e quais prescrevem apenas medidas específicas, como o regulamento de 1842 sobre a uniformização da tarifa, por exemplo.

Outro autor que embasa nossas reflexões teórico-metodológicas é Charles Tilly. Em artigo intitulado *The Time of States*, ele aponta duas características do poder político que estão diretamente relacionadas à problemática dos sistemas postais: *circunscrição* e *centralização*. O primeiro aspecto se refere à capacidade dos Estados de regular estoques e fluxos de recursos dentro e fora das fronteiras nacionais. Já centralização é a faculdade que essas instituições têm de penetrar em todos os níveis da atividade social pela via do comando, da coordenação e do controle.¹⁰⁹ De todos os órgãos administrativos de um Estado, os Correios talvez seja um dos que melhor articulam essas competências, de vez que seu expediente implique no domínio do espaço, por meio de agências e linhas espalhadas pelo território, e também do tempo, por meio de cronogramas de entrega, calendários de partidas e jornadas de trabalho.

As reflexões de Tilly encontram interface na obra de Claude Raffestin, geógrafo francês que analisa os fenômenos espaciais sob a óptica das relações de poder. Para esse autor, “*quer se trate de relações, com os homens, com os territórios ou com os recursos, há sempre a criação de regras e de normas, cuja finalidade é aumentar a eficácia do controle e da gestão dos seres*

¹⁰⁸ REGO, *op. cit.*, 12.

¹⁰⁹ TILLY, Charles. “The Time of States”. In: *Social Research*, v. 61, n. 2, 1994. pp. 269 – 295 (Tradução nossa).

e das coisas”.¹¹⁰ Em uma acepção dialética, Raffestin observa que todo o código político é constituído pela articulação de dois pares conceituais, quais sejam *concentração/dispersão* e *hierarquia/não hierarquia*. Ao se apropriar do espaço e do tempo, o Estado hierarquiza esses dois elementos e os converge como recursos para um centro especializado de poder. Nas palavras do autor:

A capital está pois, com frequência, na origem de uma mais-valia espaço-temporal, uma vez que devora o espaço e o tempo social das outras regiões, impondo seus códigos. Esse controle dos códigos é realizado pelos atores sintagmáticos, que combinam suas estratégias a partir da capital. Mais-valia espacial, pois a capital impõem espaços com a ajuda de seus códigos, e mais-valia temporal, pois a capital obriga as outras a trabalharem seus códigos, a utilizá-los por um tempo cada vez maior.¹¹¹

Em se tratando de fenômenos comunicacionais, essa análise investe-se de especial significado, pois como notara o geógrafo espanhol Camilo Vallaux no início do século XX, “o deslocamento de pensamentos sempre tolera pressões ou tentativas de pressões que uma vontade hegemônica faz sobre as outras vontades”.¹¹² Assim, ao estudarmos a constituição do aparelho de Estado no Brasil do século XIX, é importante termos em mente o processo pelo qual, por meio dos Correios e de outros instrumentos administrativos, a Corte do Rio de Janeiro extraiu proveito de outras regiões do Império, neutralizando o potencial fragmentário de suas diferenças e desigualdades econômico-sociais.

As contribuições da Geografia nos são úteis para pensar não apenas a natureza essencialmente política e econômica de nosso objeto, mas também sua reprodução no espaço, a qual se materializa sob a forma de *redes*. Conceito polissêmico que tem suas origens no léxico científico do século XVIII,¹¹³ as redes são definidas por Roberto Lobato Corrêa como “o conjunto de localizações humanas articuladas entre si por meio de vias e fluxos”.¹¹⁴ Segundo esse autor, elas podem ser analisadas em três dimensões: *organizacional*, *temporal* e *espacial*, as quais envolvem, respectivamente, estrutura interna, duração no tempo e abrangência no espaço.

¹¹⁰ RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993, p. 268.

¹¹¹ Ibidem, p. 195.

¹¹² VALLAUX, Camilo. *El suelo y el Estado*. Madrid: Daniel Jorro Editor, 1914, p. 267.

¹¹³ O termo *rede* foi originalmente empregado para designar o funcionamento fisiológico do corpo humano, expresso por meio do sangue e das conexões nervosas, por exemplo. Esse conceito também era aplicado do numa acepção metafórica pelos astrônomos para ordenar estrelas e planetas em uma totalidade cognoscível. A partir do século XIX, as redes passaram a designar um conjunto de técnicas de gestão utilizadas pelo Estado para controle do território. MUSSO, Pierre. “La raison du Réseau”. In: *Quaderni*, n. 52, 2003, p. 56.

¹¹⁴ CORRÊA, Roberto Lobato. “Redes geográficas: reflexões sobre um tema persistente”. In: *Cidades*, v. 9, n. 16, 2012, p. 200.

Em relação à dimensão organizacional, os sistemas postais podem ser descritos como redes de comunicação formalmente planejadas que se articulam de maneira desigual no espaço por meio de agências/ administrações (fixos) e linhas (fluxos). Esses elementos, juntamente com outras tessituras e nodosidades de que se compõe o território, constituem a infraestrutura dos fenômenos de circulação pois, como nota Milton Santos, “*as redes não prescindem de fixos – que constituem suas bases técnicas – mesmo quando esses fixos são pontos. Assim, as redes são estáveis e, ao mesmo tempo, dinâmicas. Fixos e fluxos são intercorrentes, interdependentes*”.¹¹⁵

As agências de Correio desempenharam importante papel na constituição dos espaços públicos e na estruturação da paisagem urbana, orientando a vida cotidiana das comunidades.¹¹⁶ Localizadas na rua principal de uma cidade ou em suas imediações, elas eram endereço conhecido por todos, lugar de difusão de notícias e de estreitamento de laços de sociabilidade, práticas consideradas fundamentais para a formação da opinião pública.¹¹⁷

A obra *Correio de Pernambuco no dia da chegada do vapor de Europa* (IMAGEM 1), do litógrafo suíço Luis Schlappriz representa bem essa realidade: nela, homens de chapéu, guarda-chuva e casaca correm em direção a uma pequena janela do edifício anexo à Igreja do Divino Espírito Santo; lá forma-se uma pequena multidão que é observada por outros grupos, sobretudo de mulheres, as quais margeiam a praça com suas sombrinhas e saias coloridas. Ao fundo da composição, paquetes ancorados aguardam, talvez vazios, o momento de receberem malotes postais com as correspondências de resposta.

¹¹⁵ SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 221.

¹¹⁶ Para Sébastien Richez, as agências postais oitocentistas eram, conjuntamente às Casas de Câmara e outros edifícios públicos, «*marca sólida e visível da presença do Estado*». RICHEZ, Sébastien. “L’essor postal dans le Calvados au cours de la seconde moitié du XIX siècle”. In: *Annales de Normandie*, v. 50, n. 4, 2000, p. 525 (Tradução nossa).

¹¹⁷ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. “Opinião Pública”, In: FERES JR., João (org.). *Léxico da História dos conceitos políticos no Brasil*. 2. ed. Revista e ampliada, Belo Horizonte, UFMG, 2014, p. 155 – 171. p. 167.

Imagem 1 - Correio de Pernambuco no dia da chegada do vapor de Europa [Praça de d. Pedro II], de Luis Schlappriz (c. 1863 – 1865)

Fonte: CARLS (1863 – 1865).

Quanto às linhas, essas possuem um regime de funcionamento que necessita ser esclarecido. Se a definição dos trajetos era obra do Estado, motivada por demandas econômicas, políticas e sociais; a condução e o transporte das correspondências respondiam, em contrapartida, a empreendimentos predominantemente privados que se materializavam, sobretudo, em contratos de arrematação. É, portanto, nessa dupla subordinação administrativa, ao mesmo tempo pública e privada, que devemos compreender esse importante elemento do sistema postal brasileiro no século XIX.

Outra distinção importante diz respeito aos diferentes vetores que caracterizam o sistema postal. Em artigo sobre o mercado brasileiro no Oitocentos, Renato Leite Marcondes evidencia a importância do comércio de cabotagem para a circulação interprovincial de bens até a segunda metade do século XIX. Reiterando a tese de Caio Prado Júnior, o autor afirma que antes da febre ferroviária do último quartel do século XIX, o principal eixo de

desenvolvimento comercial foi pela via marítima.¹¹⁸ Nesse sentido, podemos estimar que as rotas marítimas tivessem desempenhado papel preponderante sobre suas congêneres terrestres, em especial no tocante à comunicação com as províncias austrais, cujos territórios eram mais difíceis de serem acessados pelo interior do continente.

A natureza peculiar das redes de comunicação postal engendrou ainda um conjunto de termos especializados que tinham na polissemia sua marca principal. Como exemplo disso podemos citar o uso indiscriminado que burocratas e membros do governo faziam do termo “*correios*” para se referir tanto à repartição em si, quanto às diversas categorias (carteiros; pedestres/caminheiros; estafetas; postilhões, etc.) que lidavam com a condução de correspondências. Em função disso, na impossibilidade de identificarmos com certeza o enquadramento funcional de algum empregado mencionado na tese, optamos pelo uso do termo genérico “condutor” ao invés de “correio”, de forma a evitar ambiguidades de sentido.¹¹⁹ Quando essa substituição não foi possível, distinguimos os dois objetos pelo uso da letra maiúscula no caso da repartição (Correios) e minúscula em se tratando do pessoal (correios).

Outros vocábulos relacionados à divisão do trabalho indicam, por sua vez, formas diferenciadas de deslocamento no tempo e no espaço. Esse era o caso de “*estafetas*” e “*pedestres*”, categorias que significavam, respectivamente, “*o correio ordinário que vai a cavalo de um lugar a outro*” e o empregado que, a pé, “*costuma desempenhar ao mesmo tempo as posições de distribuidor e de carteiro em um ou mais locais de um bairro*”.¹²⁰ Havia ainda expressões advindas dos léxicos militar e científico, tais como “*marcha*” (para velocidade), “*giro*” (para itinerário) ou “*laboratório*” (para empreendimentos administrativos experimentais).

Quanto às dimensões temporais de análise, é novamente Raffestin que nos fornece elementos para justificar nossa argumentação. Ao refletir sobre o processo de reorganização do território francês nos anos que se seguiram à Revolução de 1789, esse autor observa que “*a passagem de uma estrutura de poder para uma outra significa também a substituição de um embasamento territorial por outro*”.¹²¹ Nesse sentido, cremos que a ruptura política com Portugal ocorrida em 1822 tenha implicado em uma profunda reestruturação do território

¹¹⁸ MARCONDES, Renato Leite. “O Mercado brasileiro do século XIX: uma visão por meio do comércio de cabotagem”. In: *Revista de Economia Política*, v. 32, n. 1, 2012, p. 143.

¹¹⁹ Para facilitar o entendimento do leitor, também atualizamos as citações de fontes primárias de acordo com as normas ortográficas vigentes na atualidade.

¹²⁰ CLAVERIA, Gloria. El léxico del correo en los diccionarios de la Academia Española de la segunda mitad del siglo XIX. In: *Estudi General 21 – Revista de la Facultat de Lletres de la Universitat de Girona*. v. 1, 2001, p. 387 (Tradução nossa).

¹²¹ RAFFESTIN, Claude. *op.cit.*, p. 171.

brasileiro, mesmo se o que prevaleceu em termos de discurso político tenha sido a opção pela continuidade manifesta na preservação do termo “*Império do Brasil*”.¹²²

Vista por esse ângulo, a instituição da Diretoria Geral dos Correios em 1829 constitui um dos marcos do pós-independência. Por meio dessa repartição – que, contudo, teve existência permanentemente questionada ao longo das décadas seguintes – Estado e mercado passaram a se constituir não mais em “torno de um Trono” localizado alhures, mas sim na órbita de uma nova Corte. Já a transferência dos serviços postais para a pasta dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1860), embora tenha ampliado as atribuições do diretor geral, não implicou em uma ruptura *de fato* com a organização interna da repartição por ele administrada. Por esse motivo, estendemos nossa análise até 1865: nesse ano, a reforma empreendida pelo governo nas seções daquele ministério resultou em um esvaziamento das competências da Diretoria Geral dos Correios, as quais foram transferidas para a Administração dos Correios da Corte.

Além da identificação dos marcos espaciais e temporais da tese, é necessário que problematizemos a formação do sistema postal brasileiro, em variados aspectos (administrativo; político; financeiro; infraestrutural), levando em conta três níveis de análise:

- a) *Mundial*: qual o lugar do Brasil na “mundialização postal” de que fala Laborie? O que estava acontecendo no mundo, em termos de reformas fiscais e regulamentares, simultaneamente às reformas de 1842/1844? Como os modelos fiscais e regulamentares dos Correios europeus foram adaptados à realidade nacional?
- b) *Nacional*: como se deu a expansão financeira e infraestrutural dos Correios pelo território do Império? Que relação os serviços postais tinham com a constituição da sociedade imperial, sociedade essa marcada pela ruralidade e pelo escravismo? Qual era o nível de ingerência tanto de representantes parlamentares como de atores privados nas medidas tomadas pelo governo em relação aos Correios?

¹²² LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A utopia do poderoso Império: Portugal e Brasil, bastidores da política (1798–1822)*. São Paulo: Sette Letras, 1994.

- c) *Regional*: como a moldura administrativa dos Correios foi adaptada às inúmeras particularidades do interior? Em que medida essas particularidades representaram um desafio à consolidação do monopólio do Estado sobre a remessa de correspondências?

Há ainda uma subdivisão temática – que procuramos seguir, na medida do possível – a qual organiza os assuntos dos capítulos em cinco categorias:

- 1) Institucional/Legal (incorporações, desmembramentos e reorganizações ministeriais; regulamentos e suas reformas; hierarquias, competências e conflitos de jurisprudência; expediente e escrituração dos objetos postais);
- 2) Política (presença de temas relacionados aos Correios nos debates parlamentares (Câmara e Senado) e na opinião pública em geral);
- 3) Financeira (receita/despesa geral; receita/despesa provinciais; fontes de renda geral/provinciais; tipos de despesa geral/provinciais; políticas tarifárias e contabilidade);
- 4) Humana (quadro de funcionários; formas de recrutamento e contratações; tipos de emolumentos (salários; ordenados; gratificações); direitos, deveres e autorrepresentações).
- 5) Infraestrutural (agências; linhas; periodicidade dos itinerários; volume das correspondências; direção das correspondências e categorias de objetos postais);

A tese encontra-se dividida em cinco capítulos. Nos quatro primeiros analisamos cronologicamente os aspectos políticos, legais e regulamentares característicos do monopólio do Estado sobre a remessa de correspondências. Também são contemplados dois temas transversais, quais sejam: a afirmação do princípio de sigilosidade postal em detrimento das práticas de interceptação e abertura de correspondências e a passagem da lógica fiscalista que via os Correios apenas como fonte de renda para a noção de serviço público pautada em critérios como confiabilidade, regularidade e prontidão. Para isso, examinamos as deliberações, informações, notícias e opiniões contidas em quatro tipos de fontes: I) Relatórios ministeriais das pastas dos Negócios do Império (1832 – 1860) e dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1861 – 1889);¹²³ II) Debates parlamentares (Câmara e Senado) relativos a

¹²³ Esses documentos foram digitalizados e encontram-se disponíveis no portal do Center for Research Libraries, da Universidade de Chicago: <http://ddsnext.crl.edu/titles>.

diversas legislaturas;¹²⁴ III) Leis, decisões e demais dispositivos legais;¹²⁵ IV) Periódicos, panfletos, opúsculos e demais materiais impressos da época.¹²⁶

O primeiro capítulo circunscreve-se ao reinado de Pedro I (1822 – 1831). Nessa época, as bases regulamentares de muitas instituições, inclusive dos Correios, foram assentadas ou sofreram significativa remodelação. Veremos que tal processo não se deu, contudo, sem conflito: enquanto deputados da oposição liberal clamavam pela observância do princípio de sigilo das correspondências, pelo direito de conduzirem cartas fora dos Correios e por livre circulação de impressos, autoridades governamentais se mostravam mais preocupadas com a arrecadação fiscal e com a contenção de ideias revolucionárias do que com a propagação indiscriminada de *luzes* pelo território do Império. Ao final do período em questão, o arranjo institucional prevalecente terminou por dificultar que o Estado tivesse algum tipo de controle sobre o fluxo de correspondências.

A ausência de monopólio não significou, contudo, indiferença do governo regencial em relação aos Correios, e é disso que trata o segundo capítulo. Na década de 1830, assiste-se à organização das administrações provinciais, à regulamentação das diferentes categorias de emolumentos (diárias, salários, etc.) e ao reajuste dos portes. É também durante a Regência que seriam formuladas as primeiras diretrizes em relação à distribuição domiciliar de correspondências nas principais cidades do Império. Todavia, dada a própria estrutura regulamentar dos Correios pós-1831, essas iniciativas tiveram de enfrentar a concorrência de representantes do setor privado, como Paulo Fernandes Vianna, empresário fluminense cuja trajetória analisamos adiante.

No terceiro capítulo, adotamos perspectiva transnacional para compreender como as novas diretrizes de economia política propostas por Rowland Hill foram recebidas na Grã-Bretanha e em países, como Estados Unidos, França e, especialmente, Brasil. As diferenças entre a reforma postal britânica de 1839/40 e suas congêneres nacionais, além de sinalizarem a plasticidade característica do liberalismo oitocentista, revelam a existência de três racionalidades distintas – *comercial*, *cívica* e *fiscal* – as quais serão analisadas ao longo do capítulo. Também buscamos identificar e comparar a participação de parlamentares, burocratas e comerciantes em cada uma das experiências nacionais contempladas.

¹²⁴ Essas fontes também encontram-se digitalizadas e disponíveis no portal da Biblioteca Nacional Digital: <https://bndigital.bn.gov.br/>.

¹²⁵ A versão digitalizada das leis, decisões e demais atos legislativos do Império encontram-se disponível no portal da Câmara dos Deputados: <https://www2.camara.leg.br/>.

¹²⁶ A maioria dos periódicos brasileiros utilizados na pesquisa encontram-se disponíveis no mencionado portal da Biblioteca Nacional Digital. Quanto aos jornais, panfletos e opúsculos de outras nacionalidades, esses foram coletados em diferentes acervos documentais os quais encontram-se relacionados ao final da tese.

O quarto capítulo é destinado a compreender o processo de modernização burocrático-regulamentar pelo qual os Correios brasileiros passaram entre as décadas de 1840 e 1860. Se no período anterior o que estava em jogo era a exclusividade do Estado na gestão dos fluxos postais, no reinado de Pedro II tratava-se não apenas de assegurar esse monopólio (mesmo que de forma precária), como também de garantir que os processos de coleta, escrituração, contabilidade e entrega de correspondências fossem feitos da forma mais simples e eficiente possível. Para isso, restaurou-se o estatuto da Diretoria Geral dos Correios (1841) e regulamentou-se o expediente da Administração dos Correios da Corte (1849), terminando por fundir essas duas repartições em um mesmo arranjo institucional (1865).

A lógica adotada no último capítulo da tese não é cronológica, mas relacional: para compreendermos como se deu a expansão dos serviços postais pelo território do Império, analisamos uma ampla e variada gama de fontes composta por: dados financeiros e estatísticos dos Correios;¹²⁷ correspondência administrativa;¹²⁸ relatórios de presidentes de província,¹²⁹ etc. Uma das hipóteses desenvolvidas aqui é a de que a adoção do pagamento antecipado de portes com base no uso de selos teria não apenas simplificado a contabilidade dos Correios como também transformado em mercadoria o serviço prestado por essa instituição. A semelhança do que fizera Léonard Laborie para o caso francês, também nos interrogamos se a uniformização dos portes com base apenas no peso das correspondências teria implicado simultaneamente na “*desespacialização*” das trocas postais e na afirmação das dimensões territorial e nacional inerentes aos Correios modernos. O adensamento fiscal, infraestrutural e logístico dos Correios no território,¹³⁰ bem como sua adequação à lógica capitalista teriam

¹²⁷ A maioria desses dados encontram-se nos anexos dos relatórios ministeriais das pastas dos Negócios do Império (1832 – 1860) e dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1861 – 1889).

¹²⁸ Parte dessa correspondência administrativa, sobretudo no que diz respeito aos serviços postais marítimos, encontra-se disponível no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ), em diferentes fundos documentais. Para compormos um quadro menos unilateral dessas correspondências, tivemos de consultar os acervos documentais de diferentes instituições, com destaque para o Arquivo Público Mineiro (APM); Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP) e Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Atualmente, estamos realizando uma sondagem aos fundos do Arquivo Público João Emerenciano (APEJE), em Pernambuco, para identificarmos a existência de correspondência administrativa, atos governamentais e documentos contábeis/fazendários relacionada aos Correios.

¹²⁹ A versão digitalizada desses documentos também encontram-se disponíveis no portal do Center for Research Libraries, da Universidade de Chicago: <http://ddsnext.crl.edu/titles>.

¹³⁰ Em estudo sobre a expansão dos serviços postais em Santa Catarina no século XIX, Alcides Goularti Filho fala em “*adensamento do Estado no território*” – expressão cunhada pelo economista alemão Georg List – ao analisar a forma como de seu o estabelecimento de agências e linhas postais no interior daquela província. Para o autor, “*a abertura de agências e de linhas dos correios também faz parte do movimento de formação do mercado interno e do território em Santa Catarina no século XIX*”. GOULARTI FILHO, Alcides. “Agências e linhas dos correios na integração do território catarinense no século XIX”. In: *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 47, n. 2, p. 395 – 498, abr/jun. 2017, pp. 395 – 428.

contribuído, por fim, para reforçar a “*mais-valia espaço-temporal*” (expressão de Raffestin, p. 53) da Corte sobre outras regiões do Império.

Com esse trabalho – ação inicial de uma agenda de pesquisa que pretendemos seguir – esperamos chamar atenção para a importância dos fenômenos comunicacionais na dinâmica histórica do capitalismo e na formação dos Estados nacionais, evidenciando o caráter integrador de uma renovada História Econômica que se enriquece na assimilação de novas temáticas e procura contemplar a interação entre as múltiplas esferas da vida social.¹³¹

¹³¹ Cf.: ARRUDA, José Jobson de Andrade. “Por uma renovada História Econômica”. In: SAES, Alexandre Macchione; RIBEIRO, Maria Alice Rosa; SAES, Flávio Azevedo Marques de (orgs.). *Rumos da História Econômica no Brasil: 25 anos da ABPHE*. São Paulo: Alameda, 2017, pp. 85 – 112.

CAPÍTULO 1

ENTRE O DEDO DO GIGANTE E A LETRA DA LEI

A instabilidade generalizada que marcou o Primeiro Reinado (1822 – 1831) é vista pela historiografia como um dos aspectos da crise de legitimidade que acompanhou a imagem de Pedro I ao longo de quase todo seu governo, desde a dissolução da primeira Assembleia Constituinte, em 1823, até a abdicação desse monarca, em abril de 1831.¹³² Nesse contexto de perseguições políticas e censura, um conhecido pasquim radical publicou o seguinte aviso:

Francisco Antonio Pereira dos Santos avisa à pessoa que lhe tem tirado cartas do Correio, vindas do Rio e Pernambuco para que não continue, pois que protesta pela reincidência. De caminho lembra o anunciante ao Snr. devoto de segredos alheios, que siga outra vereda, visto, que por esta nada conseguirá, e fique desde já sabendo, que o anunciante nunca fez, não faz, nem fará caso de manobras de absolutistas, *muito mais conhecendo o dedo do gigante*.¹³³

Gênero bastante popular na imprensa da época, os pedidos de restituição de correspondências revelam uma das principais falhas então atribuídas aos Correios: a falta de rigor nas remessas. Todavia, o texto em questão vai além da denúncia, sugerindo a existência de fatores políticos ocultos – representados pela metáfora “*dedo do gigante*” – que poderiam influir arbitrariamente na vida das pessoas, tolhendo suas liberdades e devassando seus segredos.

Posto que houvesse desconfiança nas instituições, essa também foi uma época de intenso esforço parlamentar no sentido de garantir a observância de direitos fundamentais tanto nas esferas secundárias da administração pública quanto na sociedade civil em geral. É, portanto, nessa conjuntura contraditória de impulso regulamentador e crescente polarização das disputas entre os poderes Executivo e Legislativo pela organização dos aparelhos de Estado¹³⁴ que se situam três temas caros ao ideário liberal oitocentista: o princípio de sigilosidade das

¹³² Para um exame atualizado da historiografia sobre o Primeiro Reinado, ver: RIBEIRO, Gladys Sabina; PEREIRA, Vantuil. “O Primeiro Reinado em revisão”. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial* (1808 – 1831). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. pp. 137 – 173.

¹³³ NOVA LUZ BRASILEIRA, 11 dez. 1829 (Grifos nosso).

¹³⁴ Vantuil Pereira estabelece uma periodização do conflito entre Câmara dos Deputados e o Imperador. Segundo o autor, os primeiros indícios de conflito apareceram no cenário político durante os trabalhos da primeira Assembleia Constituinte, entre março e novembro de 1823. Imbuídos do espírito revolucionário constitucionalista, muitos deputados assumiram posturas bastante radicais, pensando talvez que poderiam construir um novo aparato de Estado. O segundo momento, representado pelas primeiras e segundas legislaturas (1826 – 1831), iniciou-se com uma postura temerosa por parte dos deputados eleitos, os quais foram se radicalizando a medida que o perigo de sofrerem a mesma sorte da Assembleia Constituinte se revelou improvável. O auge dessa tensão, segundo Pereira, foi o período de 1829 a 1831, que culminou com a Abdicação do Imperador. In: PEREIRA, Vantuil. *Ao Soberano Congresso*. São Paulo: Alameda, 2010, p. 171.

correspondências; o subsídio governamental à circulação de periódicos e a centralização do aparelho administrativo dos Correios sob a égide do monopólio do Estado. Para analisá-los, é necessário compreender primeiramente como se deu a ruptura com as práticas, ideias e regulamentações do período anterior.

1.1 Sigilo postal em tempos incertos

O ano de 1811 começara para Francisco Antonio Ferreira Souto com uma grande viagem. Logo nos primeiros dias de janeiro, ele embarcou a bordo da fragata Carlota, com destino ao Rio de Janeiro, cidade então recentemente elevada à condição de sede do Império português. O motivo dessa empreitada era bastante específico: uma ordem régia, datada de maio do ano anterior, determinava aos governadores do Reino que fizessem partir imediatamente aquele ex-oficial da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar – que também era especialista “*em abrir cartas suspeitas*”.¹³⁵

Sob algumas condições, Ferreira Souto concordou em se mudar para a nova Corte a fim de assumir o que ele mesmo declarava ser posto “*de bastante Consideração*” no Correio Geral: primeiramente, solicitava que lhe fossem pagos os vencimentos relativos a todo o ano de 1808 e parte do de 1810, os quais somavam 1:325\$000 réis. Também requeria o ex-oficial que tanto sua viagem como a de sua família – esposa, três filhos, um sobrinho e dois criados – fossem feitas à custa da Fazenda Real. Apresentava, por fim, uma lista de instrumentos, livros e demais objetos que deveriam ser comprados para o exercício de seu ofício:

Uma porção de Massa igual a que existe; 4 Arreteis de Azougue; 3 Maçaricos de Prata; 4 Facas redondas de dois cortes; 3 Canivetes; 10 Arreteis de lacre, de todas as quantidades; 6 Resmas de papel Almaço; 1 dita de peso; 1 dita de ordinário; 1 Arroba de cera boa; 3 Palmatórias para velas; 3 Castiçais; 3 Tesouras de aficar [sic]; 1 dita de aparar papel; 1 alfinete Real grande, outro pequeno; 2 Réguas; 10 Maços de pesos; Vidros para água; Pincéis pequenos; Uma balança de Ferro; A receita da Massa; Caixotes proporcionados; Dicionários de Antonio Domingos de Vieira;¹³⁶ Dicionários Geográficos.¹³⁷

¹³⁵ 05 maio 1810. Aviso do Conde de Aguiar [D. Fernando José de Portugal e Castro] ao patriarca eleito de Lisboa [D. Antonio José de Castro]. Rio de Janeiro. AHU_ACL_CU_017, Cx. 258, doc. 17644, p. 2.

¹³⁶ O autor da lista provavelmente se equivocou ao escrever o sobrenome de Antonio de Moraes Silva, autor do *Diccionario da língua portuguesa* (1789), confundindo-o com o linguista português Frei Domingos Vieira (1775 – 1857), que teve seu *Grande Dicionário Português ou Tesouro da Língua Portuguesa* publicado postumamente em 1874.

¹³⁷ Em anexo a esse documento consta uma cópia da lista dos utensílios que foram efetivamente comprados para o uso do agente postal: “3 Maçaricos de Latão; 4 Facas; 4 Canivetes; 4 Vidros para Água; 18 Pincéis; 2 Borrachas; 1 Escova; Pena de Lápis; 3 Arreteis de Massa; 3 ditos de Azougue; 2 Réguas; 1 Tesoura”. AHU_ACL_CU_017, Cx. 258, doc. 17.644, p. 12; 13.

Nesse arrolamento destaca-se a massa, considerada por Ferreira Souto “*essencial [...] para reimprimir os Sinetes das Cartas que se abrem*”.¹³⁸ Essa declaração revela o caráter sigiloso do procedimento: era necessário que os missivistas não desconfiassem que estivessem sendo alvo de investigação; por isso a reimpressão de sinetes, de forma a não deixar vestígios de que as cartas haviam sido abertas.

O caso de Ferreira Souto demonstra quão enraizadas eram as práticas de interceptação e abertura de correspondência na burocracia postal de Antigo Regime. Na França, por exemplo, era conhecida a existência do *Cabinet Noir*, serviço secreto que desde o século XVII praticava a violação sistemática da correspondência de intelectuais, diplomatas, políticos e demais pessoas suspeitas de subversão.¹³⁹ Instituições desse tipo também existiam na Inglaterra, Espanha, Rússia, Dinamarca e em diversos reinos do território Habsburgo.¹⁴⁰

Em Portugal, a proximidade dos correios-mores com altos escalões da burocracia estatal favorecia a existência de redes de poder e cumplicidade no tocante à interceptação e violação de cartas. Em documento anônimo dos anos 1780 citado por Margarida Sobral Neto, o autor denuncia a participação de d. João V e seu ministro Sebastião José de Carvalho e Melo (Marquês de Pombal), em um esquema do tipo, porém reconhece: eram essas práticas “*a alma de manejar os negócios do Reino*”.¹⁴¹

As reformas de finais do século XVIII introduziram uma série de dispositivos coercitivos na legislação: nas *Instruções Práticas para os Correios Assistentes* (1799), por exemplo, era prevista prisão aos estafetas que arrombassem malas ou cometessem “*qualquer crime contra a segurança dos objetos do Correio*”.¹⁴² Para os territórios coloniais, a *Instrução*

¹³⁸ A receita da dita massa era outro item essencial; sua revelação, todavia, parece ter sido objeto polêmica, tal como sugere documento anônimo incluso no requerimento de Ferreira Souto: “*dizem que Thomé Barbosa tem [a receita] em seu poder, e nega a sua existência: e a que atualmente serve é feita por um ourives, que também não quer escrever o modo de se fazer, dizendo somente de palavra ao Sub-Inspetor do Correio o processo de manipulação*”. AHU – ACL – CU 005, Cx. 253, doc. 17.225, p. 3.

¹³⁹ Em sua obra *Le Cabinet Noir* (1950), Eugène Vaillé analisa o funcionamento dessa instituição entre os séculos XVII e XVIII, buscando compreender seu papel no contexto de desenvolvimento do pensamento ilustrado francês. Segundo o autor, esse instrumento de censura foi amplamente utilizado pelos monarcas franceses de Antigo Regime, tendo sido extinto no contexto do processo revolucionário de 1789. Não obstante isso, Vaillé argumenta que as práticas de controle de correspondência continuaram a existir na França ao longo do século XIX, sobretudo durante o governo de imperial de Napoleão Bonaparte (1804 – 1815), quando foram alçadas ao estatuto de prerrogativa policial. Sobre espionagem e sigilosidade postal na França dos séculos XVIII e XIX, ver: VAILLÉ, Eugène. *Le Cabinet Noir*. Paris: Presses Universitaires Françaises, 1950; HOROWITZ, Sarah. “Policing and the problem of Privacy in Restoration-Era France, 1815-30”. In: *French History*, v. 27, n. 1, 2013, pp. 45 – 68; BAUER, Deborah Susan, *Marianne is Watching: Knowledge, Secrecy, Intelligence and the Origins of the French Surveillance State (1870 – 1914)* (Tese de Doutorado), Los Angeles: University of California, 2013. 555 p.

¹⁴⁰ CAPLAN, Jay. “Surveillance and secrecy: the Black Cabinets”. In: _____. *Postal culture in Europe, 1500 – 1800*. Oxford: Voltaire Foundation, 2016, pp. 95 – 123.

¹⁴¹ SOBRAL NETO, Margarida. *As Comunicações na Idade Moderna*. Lisboa: Fundação Portuguesa das Comunicações, 2005, pp. 44 – 56.

¹⁴² *Instruções práticas para os Correios Assistentes*. Lisboa: Oficina de Antonio Galhardo, 1799, p. 4 [Artigo 11º].

para as Juntas de Fazenda dos Estados do Brasil sobre os Correios (1798) determinava que se algum empregado dos Correios cometesse os crimes de “*abrir cartas ou de as entregar [sic] maliciosamente e de caso pensado a outra pessoa*” que não fosse sua dona, esse seria punido “*segundo as leis*”.¹⁴³ Contudo, a atuação do mencionado ex-oficial no período de vigência dessas leis aponta para a existência de distintas concepções de contravenção em se tratando de sigilo postal.

A disseminação da pauta de direitos civis ocorrida durante os processos revolucionários de fins do século XVIII e início do XIX tornou insustentável qualquer justificativa de manutenção dos mecanismos de vigilância utilizados pelos monarcas absolutistas em suas administrações. No entanto, a licitude da violação do sigilo postal em situações de ameaça à segurança pública – evidenciada pelo princípio jurídico de *Salus Populi Suprema Lex* – continuou a ser alvo de debate.¹⁴⁴

Na Assembleia Nacional francesa de 1789, alguns deputados, como o Marquês Louis-Marthe de Gouy d’Arcy, chegaram a defender a utilização desse instrumento como forma de coibir atos conspiratórios e contrarrevolucionários:

Em um estado de guerra, é permitido abrir cartas; e nestes tempos de fermentações e tempestades, de calúnias e conspirações, podemos nos olhar e ver que estamos realmente em estado de guerra. Portanto, temos o maior interesse em conhecer os autores de nossos males; e, para podermos obter esse conhecimento, precisamos necessariamente empregar os mesmos meios empregados na guerra; é preciso estar autorizado a interceptar e romper o sigilo de todos os pacotes, cartas, endereços, provenientes de países ou de pessoas suspeitas.¹⁴⁵

Todavia, diante do protesto de opositores como Armand-Gaston Camus – que considerava as cartas como “*uma propriedade privada exclusiva daquele que as envia e daquele que as recebe*” –, optou-se por manter a sigilosidade postal nos quadros da *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* (1793), relacionando-a a liberdade de expressão e à garantia de propriedade privada das missivas.

As previsões dispostas nesse documento foram assimiladas pelos legisladores luso-brasileiros no contexto do constitucionalismo que marcou a década de 1820. Preocupados não

¹⁴³ 26 fev. 1798. Instrução para as Juntas de Fazenda do Estado do Brasil sobre correios. TC. Erário Régio. Livro de registro de provisões e cartas dirigidas à capitania do Rio de Janeiro, Livro 4056, 364. Citado por GUAPINDAIA, 2019, p. 154.

¹⁴⁴ Sobre o uso da prerrogativa de *Salus Populi* no Primeiro Reinado, ver: COSTA, Vivian Chieregati. *Suspensão de garantias na monarquia constitucional representativa brasileira: debates parlamentares, práticas políticas e contestação à ordem* (1824 – 1842). 524 p. (Tese de Doutorado). FFLCH/USP, São Paulo, 2020.

¹⁴⁵ Apud BELLOC, Alexis. *Les postes Françaises: recherches historiques sur leur origine, leur développement, leur législation*, Paris, Librairie de Firmin-Didot, 1886, pp. 254 – 257 (Tradução nossa).

somente em assegurar o sigilo da correspondência aos cidadãos, como também em responsabilizar os aparelhos de Estado pelos abusos cometidos, os deputados eleitos para as Cortes de Lisboa formularam a seguinte disposição: “*O segredo das cartas será inviolável. A Administração do Correio ficará rigorosamente responsável por qualquer infração desta lei*”.¹⁴⁶

Como se deu a incorporação do direito de sigilosidade postal pelo Estado brasileiro no pós-Independência? Nessa parte do capítulo, tratamos desse assunto sob duas perspectivas complementares: uma delas é a emergência dos direitos civis como parte integrante dos projetos liberais de Estado que surgiram concomitantes ao estabelecimento dos governos constitucionais. Também veremos como as práticas de interceptação de correspondências e de violação do sigilo postal foram progressivamente perdendo legitimidade como instrumentos de vigilância ligados à razão de Estado para se tornarem contravenções passíveis de imputação penal.

Para isso, abordamos o direito de sigilosidade postal, bem como sua transgressão, em três níveis de análise: 1) *nível parlamentar*, contemplando as discussões sobre sigilo postal suscitadas no Parlamento em diversos momentos, especialmente em 1823, por ocasião da redação do primeiro projeto constitucional; 2) *nível legal*, com base nos artigos da Constituição de 1824, do Código do Processo Criminal de 1832 e de outros instrumentos regulatórios que tratam dessa questão; e 3) *nível administrativo*, no qual percebemos como as normas relativas à segurança das correspondências eram recebidas e apropriadas por agentes da administração local em contextos de instabilidade política. Essa análise permitir-nos-á refletir sobre a constituição do serviço postal enquanto aparelho estratégico para o monitoramento das comunicações no interior do país, evidenciando o embate entre a urgência de manutenção da ordem pública e a garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos.

Em sessão da Assembleia Constituinte de 26 de julho de 1823, José Martiniano Pereira de Alencar propôs que se apresentasse ao governo um aviso sobre a observância do sigilo postal. A justificativa do deputado cearense para tal medida era que, mesmo após o rechaço das tropas portuguesas do território bahiano, continuavam muitos cidadãos a se queixarem do “*criminoso abuso*” de terem suas cartas abertas.¹⁴⁷

¹⁴⁶ *Decreto das Cortes Gerais da Nação Portuguesa*. N.ºs 1 a 90: 1821, p. 10.

¹⁴⁷ DIÁRIO DA ASSEMBLEIA GERAL, CONSTITUINTE E LEGISLATIVA DO IMPÉRIO DO BRASIL, 26 jul. 1823, p. 462 – 481.

A proposta recebeu apoio reticente de Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, um dos líderes da oposição ao governo. Reconhecia o deputado paulista que a Assembleia não faria mal algum em admoestar o governo sobre a inviolabilidade do segredo das cartas, visto que esse parecesse, em sua opinião, *“algum tanto esquecido”* dessa garantia fundamental. Porém, alertava aos colegas: esses poderiam *“martelar”* o quanto quisessem sobre a importância daquele direito, *“eles [os governos] farão sempre o contrário do que nós pretendemos sobre este ponto”*.

Outro deputado, Francisco Carneiro de Campos, manifestou-se favorável à proposta de Pereira de Alencar. Na opinião do parlamentar baiano, que também era responsável pela pasta dos Negócios do Império, fazia-se necessário reiterar a importância do direito de sigilosidade postal, visto que as bases legais em vigor já não fossem as mesmas do período joanino. Carneiro de Campos sublinhava a ruptura do novo arranjo político com a antiga legislação: *“deve guardar-se a inviolabilidade das cartas é por ser um dos direitos de cidadão, mas não por ser artigo dessas bases [portuguesas], com as quais já nada temos”*. Nessa declaração, o deputado fazia referência à já mencionada *“Instrução para as Juntas de Fazenda dos Estados do Brasil sobre Correios”* (1798), que previa prisão dos empregados que abrissem cartas ou as entregassem a outras pessoas que não as destinatárias das mesmas.¹⁴⁸

Dentre as vozes contrárias à proposta, destaca-se a de Manoel José de Souza França: para justificar sua opinião, o deputado fluminense elencou uma série de argumentos, alguns deles contraditórios, que tiravam do governo a responsabilidade pela violação do sigilo postal. Segundo ele, não se deveria remediar o mal *“cortando pela fonte dos abusos”*, pois a real causa desse estado de coisas era a *“falta de costumes”* que, no Brasil, havia vulgarizado *“o privilégio de os empregados públicos atacarem impunemente os direitos dos seus concidadãos”*. Nesse sentido, afirmava:

A razão por que se devassa o segredo das cartas no correio, é porque não há responsabilidade pública do administrador. Se este funcionário público temesse a lei da responsabilidade, se esta pontualmente punisse as malversações de todos os empregados, bem creio eu que nem se haviam abrir cartas do correio, nem outros muitos abusos excitariam as queixas dos nossos concidadãos contra os mesmos empregados. A mim não me importa, nem a nós nos deve importar se o governo patrocina ou não essa má obra; isso é questão muito indiferente para o caso; pois tanto isso deve servir de escusa aos oficiais do correio, como se de boa feição com os seus superiores cometessem qualquer outro crime contra a lei.

Para Souza França, as cartas eram uma *“propriedade estranha”* das quais o

¹⁴⁸ ANRJ, Juntas da Fazenda, Códice 67, v. 23, fls. 12 – 27.

administrador dos Correios era “*fiel depositário*”. Portanto, ao abrir correspondências ou consentir que seus subordinados o fizessem, esse funcionário estaria, na visão do deputado, incorrendo em uma tripla infração: violação do segredo epistolar; aleivosia da confiança e malversação do emprego público.

Questionado sobre a possibilidade de o governo coagir um agente a perpetrar tais atos ilícitos, Souza França inverteu a lógica de sua argumentação, passando a criticar não mais a conduta ativa dos funcionários públicos, mas sua passividade perante a tirania e a corrupção.¹⁴⁹ “*A obediência de um cidadão livre*” tinha, segundo ele, “*limites demarcados na mesma lei*”. Esta seria, pois, a diferença entre um cidadão e um escravo, esse último “*instrumento passivo da tirania*”. Sob essa óptica, explicava:

Não há coação neste caso da parte do governo: o que há é servilismo; e servilismo muito baixo da parte do administrador, porque prefere cometer um crime agravado da aleivosia contra a confiança pública e de malversação do emprego que se lhe confiou, somente por agradar e ganhar a vontade de um ministro de estado que o peita.

Ao concluir sua fala, Souza França alegava que os governos não eram em regra maus, senão porque encontrassem “*instrumentos passivos das suas malversações nos agentes secundários da administração pública*”. Com esse argumento, o deputado colocava, portanto, o Executivo na condição de mero cúmplice do crime em questão, eximindo-o de penalidades pela seguinte máxima: “*é boa regra de administração de justiça criminal escarmentar em poucos a culpa que cometeram muitos*”. Infere-se que os *poucos* aos que ele se referia eram, nesse caso, o administrador do Correio e seus subordinados.¹⁵⁰

A proposta de envio do aviso foi aprovada, não obstante as referidas objeções. Nesse ofício, os parlamentares recomendavam ao governo “*o mais particular cuidado sobre a administração do correio*” e instavam-no a tomar as medidas que lhe parecessem mais próprias para evitar a violação do segredo das cartas, princípio considerado “*sempre sagrado nos governos verdadeiramente livres*”.¹⁵¹ Ao ser notificado, Pedro I expediu ordens à

¹⁴⁹ Por ocasião da discussão de um projeto de lei sobre a responsabilidade dos funcionários públicos, em julho de 1826, o deputado Souza França voltou a reiterar seu argumento sobre o direito de resistência (ou obediência ativa) dessa categoria de empregados, evidenciando novamente a questão do sigilo postal, com a seguinte questão: “*O administrador do correio não sabe que a inviolabilidade do segredo das cartas é firmada pela constituição e que contra a constituição não prevalecem ordens algumas? Logo, se responder a um aviso que lhe for dirigido, para entregar certas cartas – não quero, - será demagogo, anarquista, rebelde, revolucionário?*”. ANAIS DO PARLAMENTO BRASILEIRO, 05 jul. 1826, p. 345.

¹⁵⁰ A lei de responsabilidade dos Ministros, Secretários de Estado e Conselheiros de Estado somente sairia a lume em 15 de outubro de 1827, sendo que, até então, não haviam bases legais sobre as quais o poder Executivo pudesse ser julgado.

¹⁵¹ ANAIS DO SENADO BRASILEIRO, 29 jul. 1823, p. 172.

Administração Geral dos Correios para que se evitasse a violação do segredo das correspondências.¹⁵² Tal atitude pode ser vista como um recuo estratégico do governo face ao avanço dos direitos na pauta do constitucionalismo brasileiro dos anos 1820.

Mesmo havendo preocupação por parte de deputados como Carneiro de Campos em refundar as bases legais do princípio de sigilosidade postal, essa garantia não foi explicitada no projeto constitucional de 1823. Já a Carta Magna de 1824 trazia em seu artigo 179º uma reprodução quase *ipsis litteris* da passagem dos *Decretos das Cortes Gerais* (1821) relativa ao tema: “*O segredo das cartas é inviolável. A administração do correio fica rigorosamente responsável por qualquer infração desse artigo*”.¹⁵³ Contudo, em circunstâncias extraordinárias, o rigor de aplicabilidade da lei poderia ser relativizado, tal como prevê o parágrafo 35º do mesmo artigo 179º:

Nos casos de rebelião, ou invasão de inimigos, pedindo a segurança do Estado, que se dispensem por tempo determinado algumas das formalidades, que garantem a liberdade individual, poder-se-á fazer por ato especial do Poder Legislativo. Não se achando, porém a esse tempo reunida a Assembleia, e correndo a Pátria perigo iminente, poderá o Governo exercer esta mesma providencia, como medida provisória, e indispensável, suspendendo-a imediatamente que cesse a necessidade urgente, que a motivou; devendo num, e outro caso remeter à Assembleia, logo que reunida for, uma relação motivada das prisões, e de outras medidas de prevenção tomadas; e quaisquer Autoridades, que tiverem mandado proceder a elas, serão responsáveis pelos abusos, que tiverem praticado a esse respeito.¹⁵⁴

Os parlamentares eleitos para a primeira legislatura (1826 – 1829) trataram, por sua vez, de regulamentar os dispositivos coercitivos enunciados no texto constitucional. Nesse sentido, um dos primeiros projetos apresentados pela Comissão de Leis Regulamentares – que tinha nomes como Bernardo Pereira de Vasconcelos e Nicolau Pereira Vergueiro entre seus integrantes – previa perda de emprego, multa pecuniária e até mesmo prisão de dois meses a um ano para funcionários públicos que subtraíssem, suprimissem ou abrissem correspondências depois que essas fossem postadas no Correio. Tais penas poderiam ser duplicadas se outras pessoas descobrissem “*em todo ou em parte, o que na carta se continha*”.¹⁵⁵

¹⁵² 30 jul. 1823. Ordem Régia ao Administrador dos Correios para se evitar a violação do segredo das Cartas. AHCD – BR DFCD AC 1823-D-73.

¹⁵³ Note-se que a mudança de tempo verbal desse enunciado em relação à legislação portuguesa não é aleatória: ela aponta para o processo de transformação discursiva, já evidenciado por Andréa Slemian, em que o caráter prospectivo dos primeiros textos constitucionais cedeu lugar à dimensão utilitária das Constituições modernas como instrumentos de manutenção da ordem *no presente*. SLEMIAN, Andréa. *Sob o império das leis*. Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822 – 1834) (Tese de Doutorado). São Paulo: FFLCH/USP, 2006.

¹⁵⁴ Carta de Lei de 25 de março de 1824. BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1886, p. 35.

¹⁵⁵ Trata-se do projeto de lei de responsabilidade dos empregados públicos, cujo artigo 38º continha a seguinte disposição: “*O empregado público que subtrair, suprimir ou abria carta depois de lançada no correio, ou*

O direito de inviolabilidade de correspondência também foi discutido em esferas administrativas regionais e locais. Em 22 de maio de 1828, o presidente da província do Maranhão, Marechal Manoel da Costa Pinto, convocou seu conselho de governo a fim de deliberar sobre a seguinte questão: no início do mês, a polícia havia interceptado um estafeta que ia da capital São Luís à vila de Caxias conduzindo uma mala de cartas na qual suspeitavam-se haver “*maços de papéis incendiários*”.¹⁵⁶ Coincidentemente, na véspera do ocorrido, trezentos exemplares de um suplemento do *O Farol Maranhense*, folha conhecida por sua oposição ao governo, haviam sido recolhidos por seu redator. Receoso de que esses papéis pudessem agitar os povos do interior e suspeitando da ligação entre esses dois fatos, Costa Pinto mandou apreender a mala e questionar ao Conselho se deveria abrir a mesma.¹⁵⁷

A maioria dos conselheiros votou a favor da devassa, propondo que se abrissem os maços “*em judicial segredo*”. O desembargador Joaquim José Sabino reconheceu que o segredo das cartas era inviolável, porém argumentou que, situações especiais, quando as autoridades se viam obrigadas a “*descobrir e caçar revoluções*”, esse tipo de medida extraordinária era justificado pelo princípio de “*salus popules*”.

Sabino dizia-se receoso com o “*perigo mais ou menos eminente*” sobre o qual alertavam avisos ministeriais e “*sussurros*” locais. Além disso, “*notícias do Sertão*” declaravam haver “*mais do que rumor para República*” no interior da província. Por esses motivos, recomendava o conselheiro: “*é melhor atalhar a enormidade, e o perigo do Crime, do que espaciar [sic] as providencias para o aniquilar já no meio da derramação [sic] do sangue dos Cidadãos, e no horror da guerra civil*”. Todavia, ele ponderava ser prudente esperar que os trezentos exemplares do mencionado jornal aparecessem com seu redator. Caso isso não ocorresse, ficaria confirmada a “*sedução [sic] revolucionária*” e “*conhecidos muitos dos seus correios*”.

Antonio Pedro da Costa Ferreira e Manoel Gomes da Silva Belfort foram os únicos conselheiros que apresentaram restrições à abertura do malote. Para o primeiro, a província não

concorrer cientemente para que outrem o faça, perderá o seu emprego, pagará uma multa de 20\$ a 60\$ e sofrerá uma prisão de dois até seis meses. Se o funcionário for empregado na administração do correio serão dobradas as penas, e ficará inábil para outro qualquer emprego”. ANAIS DO PARLAMENTO BRASILEIRO, 29 maio 1826, p. 38.

¹⁵⁶ ANRJ, Fundo: Negócios de Províncias - IJJ9 – 555, Maranhão, Sessão de 22 maio 1828.

¹⁵⁷ O parlamentar e escritor fluminense João Manoel Pereira da Silva (1817 – 1898) foi um dos primeiros a narrar o episódio em questão em seu livro *Segundo período do reinado de Dom Pedro I no Brasil*. Rio De Janeiro: B. L. Garnier, 1871. Análises historiográficas mais atuais encontram-se em: SLEMIAN, *op. cit.*, p. 210; CIRINO, Raissa Gabrielle Vieira. *Pelo bem da “Pátria” e pelo Imperador: o Conselho Presidencial do Maranhão na construção do Império (1825 – 1831)*. (Dissertação de Mestrado). São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2015, p. 80 – 82.

estava em caso de rebelião que justificasse o emprego de medidas extraordinárias. Temendo ferir o mencionado artigo 179º da Constituição, ele votou que as cartas fossem entregues no Correio e que o presidente desse as providências que estivessem dentro de suas atribuições para “*atalhar a conduta dos suspeitos*”. Já o conselheiro Belfort sugeriu que as cartas suspeitas ficassem retidas até que as circunstâncias de rebelião pudessem ser mais claramente identificadas. Quando isso se confirmasse, o malote poderia ser aberto.

Em seu voto, Costa Pinto salientou que, de acordo com o *Regimento Geral do Correio* de 1805, então em vigor, as correspondências apenas poderiam ser transportadas por agentes credenciados por essa instituição. Ora, o malote suspeito não havia sido confiado a nenhuma “*responsabilidade legal*”, mas sim “*furtivamente*” a um correio particular que “*ilegalmente*” o conduzia. Com base nessa tese, argumentava:

A Constituição do Império afiança que quando entregar a sua correspondência por meio de cartas à confiança da administração do correio, deve ficar na certeza que por este meio o segredo será inviolável, e a mesma administração rigorosamente responsável pela infração. Se, porém, qualquer lá particularmente entregar as cartas a quem lhe parecer a sua escolha, decerto a administração do Correio de forma nenhuma pode responder pela falência: O mandar assim cartas é um procedimento arbitrário, é até contra a Lei.

Ao reforçar a procedência ilegal da correspondência, sua intenção era justificar sua abertura, alegando que o sigilo postal era uma garantia afiançada pela Constituição, mas somente para cartas sob a tutela do Correio. Costa Pinto também concordava com Sabino que a província vivia tempos de rebelião, sendo necessário “*cortar o mal, e não o deixar propagar*”, ou seja, impedir que os papéis suspeitos chegassem à população. Sendo assim, votou corroborando a abertura do malote.

Como desfecho dessa sessão, consta-se que o malote foi aberto, nele encontrando-se apenas “*papéis enxovalhados*”, o que foi considerado “*forte indicio de terem [sido] trocados de propósito por se acharem [os suspeitos] já prevenidos*” em relação à devassa. Por fim, Costa Pinto ordenou que os maços fossem selados, juntamente com uma carta que um deles trazia dentro – a qual, curiosamente, não foi aberta – e devolvidas ao portador “*no mesmo estado em que os tinha entregue*”.

A repercussão desse fato na imprensa local foi rápida: *O Farol Maranhense*, por exemplo, publicou um artigo de capa sobre o assunto, com a sugestiva epígrafe em francês: “*Plus l’administration commet de fautes, plus elle desire le silence*”.¹⁵⁸ Nele, lamentava o

¹⁵⁸ “Quanto mais a administração comete faltas, mais ela deseja o silencio”. O FAROL MARANHENSE, 30 maio 1828 (Tradução nossa).

redator que o conselho presidencial houvesse permitido a abertura do malote interceptado, sem justificativa aparente; essa “*nódoa*”, nas palavras do redator, jamais poderia ser lavada daquela gestão.¹⁵⁹

O caso foi denunciado à Comissão de Constituição da Câmara dos Deputados, então presidida por Bernardo de Vasconcelos. Esse órgão passou, por sua vez, ao governo a responsabilidade pela averiguação das provas e punição dos culpados.¹⁶⁰ Em setembro daquele mesmo ano, Costa Pinto foi exonerado da presidência do Maranhão.¹⁶¹

Um ano depois, o jornal *A Aurora Fluminense* rememorava o episódio ocorrido, qualificando-o como “*um escandaloso monumento do que pode a louca teima e capricho de qualquer Presidente das nossas Províncias*”. E questionava: “*O segredo das cartas foi violado; o artigo Constitucional infringido; todo este procedimento consta de um Auto solene, assinado pelos mesmos delinquentes; e que gênero de castigo sofrerão esses funcionários?*”.¹⁶²

As cobranças da sociedade civil, evidenciadas no texto d’*A Aurora*, por leis que responsabilizassem o poder público e coibissem esse tipo de infração foram, em parte, contempladas pelo *Código do Processo Criminal* (1832), o qual estabelecia penas e ritos de julgamento para os crimes prescritos no *Código Criminal* (1830).¹⁶³

No *Código Criminal*, o princípio de inviolabilidade da correspondência foi reiterado no capítulo que trata dos atentados à vida e segurança do indivíduo. Eram considerados crimes: “*tirar maliciosamente do correio cartas que lhe não pertencerem, sem autorização da pessoa a quem vierem dirigidas*” e “*tirar ou haver as cartas da mão ou do poder de algum portador particular por qualquer maneira que seja*”. As penas para essas ações variavam de multa pecuniária a três meses de prisão, sendo dobradas caso o infrator comunicasse a terceiros o conteúdo das correspondências. Vale observar que as cartas que fossem subtraídas do Correio

¹⁵⁹ Cerca de um ano após o episódio, *O Farol Maranhense* publicou o conteúdo comentado da ata da sessão de 22 de maio de 1828. O FAROL MARANHENSE, 24 mar. 1829.

¹⁶⁰ ANAIS DO PARLAMENTO BRASILEIRO, 06 set. 1828, p. 246.

¹⁶¹ A mudança de governo não serenou, contudo, a situação de instabilidade política e social no Maranhão: em ofício de 5 de setembro de 1829, o administrador dos Correios, David da Fonseca Pinto, requereu uma guarda para sua casa, onde funcionava a repartição, em razão de “*sucessos extraordinários*” que “*punham duvidosas as mais sagradas garantias constitucionais*”. Os eventos aos quais o requerente se referia eram, provavelmente, os diversos atos de violência praticados naquele ano contra cidadãos de origem portuguesa, visto que Fonseca Pinto fosse um deles. Na época, o *Farol Maranhense* publicou uma crítica ao procedimento do administrador, acusando-o de participação em uma “*trama absolutista*” que buscava “*tornar odioso o Sistema atual*”. PORAQUÊ [Rio de Janeiro], 12 out. 1829; 19 out. 1829.

¹⁶² A AURORA FLUMINENSE, 06 jul. 1829.

¹⁶³ Segundo Monica Duarte Dantas, tratam-se de dois instrumentos legais, expressões do pensamento liberal então hegemônico no país, que tinham por fim prevenir abusos contra os cidadãos, estabelecer limites ao poder e definir formas corretas de utilização do patrimônio público. DANTAS, Monica Duarte. “Constituição, poderes e cidadania na formação do Estado-Nacional brasileiro”. In: *Fórum Rumos da Cidadania*. Campos do Jordão, São Paulo: Instituto Prometheus de Estudos Ambientais, Culturais e Políticos; Fundação Lia Maria Aguiar, 2009/2010, p. 41.

por qualquer uma dessas maneiras não poderiam ser admitidas em juízo para formação de culpa.¹⁶⁴

Quanto aos crimes de responsabilidade, eram acusados de prevaricação os funcionários públicos que, “*por afeição, ódio ou contemplação, ou para promover interesse pessoal*”, cometessem atos ilícitos, dentre eles “*subtrair, suprimir ou abrir carta depois de lançada no correio*”.¹⁶⁵ Tais infrações poderiam implicar na perda do emprego, em prisão de dois a seis meses ou em multa pecuniária. Caso esses abusos fossem cometidos contra portador particular, a pena era mais branda, variando de multa pecuniária a prisão por sessenta dias. Nesses casos, os objetos postais violados também não poderiam ser utilizados para formarem culpa em processo.¹⁶⁶

Não obstante a vigência dessa legislação, diversos casos de violação do sigilo de correspondências foram reportados. Em relatório sobre o ano de 1832, o ministro José Lino Coutinho explicava o descrédito que a Administração Geral dos Correios, a despeito de sua então recente reorganização, estava sofrendo: “*pois que todos os dias se ouvem clamores, contra as faltas, e mesmo crimes ali perpetrados, tais como o de se abrirem Cartas, e de se sumirem os papéis seguros*”. E ponderava: “*Este clamor, (é verdade), pode ser falso, e injusto; porém mau é, Senhores, que semelhantes Estabelecimentos, por onde correm muitas vezes o sigilo e interesse dos Cidadãos, e cuja conduta deve ser sem pecha, se vejam tão abocanhados, e mordidos*”.¹⁶⁷

Em maio de 1833, Manoel Jacinto Nogueira da Gama (Marquês de Baependi) denunciou a seus colegas senadores os seguintes fatos ocorridos em sua província natal, Minas Gerais, por ocasião da eclosão de um tumulto na cidade de Ouro Preto, em 22 de março daquele ano:¹⁶⁸

¹⁶⁴ BRASIL. *Código Criminal do Império do Brasil*. 2ª ed. Recife: Tipografia Universal, 1858, p. 86-87 (Artigos 215º, 216º, 217º, 218º).

¹⁶⁵ Idem, p. 55 (Título V – Dos Crimes contra a boa Ordem, e Administração Pública; Capítulo 1; Artigo 129º; Parágrafo 9º).

¹⁶⁶ No *Código do Processo Criminal*, esse princípio é reiterado pelo seguinte artigo 93º: “*As cartas particulares não serão produzidas em Juízo sem o consentimento de seus autores; salvo se provarem contra os mesmos*”. BRASIL. *Código do Processo Criminal de Primeira Instância do Brasil*. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos – Livreiro/Editor, 1899, p. 156.

¹⁶⁷ *Relatório do Senhor Ministro do Império, José Lino Coutinho*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1832, 15pps. BNRJ, Obras Raras, 153, 002, 028, n. 007.

¹⁶⁸ O episódio ao qual o senador faz referência ficou conhecido na historiografia das sedições do período regencial como “Revolta do Ano da Fumaça” ou “Sedição de Ouro Preto”, tendo se constituído na reação de grupos conservadores e setores das forças armadas provinciais à política de orientação liberal moderada praticada pelo governo mineiro. Estudos recentes, como os de Andréa Lisly Gonçalves, Francisco Eduardo Andrade e Wlamir José da Silva, lançaram novas (e diferentes) perspectivas sobre a revolta, relacionando-a ao processo mais amplo de construção do Estado nacional brasileiro. Sobre o assunto, ver: ANDRADE, Francisco Eduardo. Poder local e herança colonial em Mariana: faces da Revolta do “Ano da Fumaça” (1833). In: *Termo de Mariana: História e documentação*. Mariana: Ed. UFOP, 1998, pp. 127 – 35; GONÇALVES, Andréa Lisly. *Estratificação social e mobilizações políticas no processo de formação do Estado nacional brasileiro – Minas Gerais, 1831 – 1835*. São

As cartas têm sido interceptadas; os correios têm sido examinados, para não se espalharem notícias que não agradem a certos partidos; os viandantes têm sofrido as mais rigorosas buscas nas estradas, sendo até despidos para se certificarem se conduzem ou não cartas: alguns têm sido presos e conduzidos à cadeia de São João, e a outros, onde se acham na enxovia pelo crime de conduzirem cartas, ou de darem notícias do que acontecia no Ouro Preto.¹⁶⁹

Episódios como esse são ilustrativos de como o sigilo postal esteve na pauta dos debates sobre direitos que caracterizaram a implantação da nova ordem jurídico-institucional brasileira nos primeiros anos pós-Independência. Nesse processo, que teve como corolário a separação dos poderes de Estado, a afirmação dos critérios de cidadania e a criação de mecanismos de representatividade política, observa Andréa Slemian: *“a imagem da Constituição aparecia como de verdadeira pedra de toque, ao fornecer materialidade a anseios de normalização do futuro a partir das experiências vividas de ruptura/ continuidade como o passado”*.¹⁷⁰

A polissemia do texto constitucional, evidenciada nas diferentes utilizações discursivas que dele fizeram publicistas, parlamentares e autoridades provinciais, não significou um falseamento dos princípios liberais encarnados nesse documento.¹⁷¹ Pelo contrário: foi essa característica que garantiu a manutenção do jogo político em contextos nos quais a ordem constitucional esteve potencialmente ameaçada.

1.2 Franqueamento de periódicos: os votos e o veto

Outro tema relacionado aos Correios que esteve presente na agenda dos primeiros parlamentares brasileiros diz respeito ao franqueamento de jornais, periódicos e livros como forma de facilitar a propagação de notícias pelo interior do Império. Nessa parte do capítulo, analisamos como diferentes propostas de isenção tarifária para materiais impressos evidenciaram o clima melindroso existente entre a Câmara dos Deputados e o Imperador.¹⁷²

Paulo: Hucitec, 2008. SILVA, Wlamir José da. *Liberals e povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na província de Minas Gerais (1830 – 34)*. São Paulo: Hucitec, 2009.

¹⁶⁹ ANAIS DO SENADO BRASILEIRO, 25 maio 1833, p. 114.

¹⁷⁰ SLEMIAN, *op. cit.*, p. 19.

¹⁷¹ Na historiografia sobre o período Imperial, há uma concepção, já em parte superada, de que o sistema representativo brasileiro, do qual a Constituição de 1824 é expressão normativa, teria sido um falseamento dos princípios liberais então vigentes, em especial o direito ao voto, que seria reservado a apenas uma parcela da população. Para uma leitura crítica dessa interpretação, ver: DOLHNIKOFF, Miriam *et al.* “Representação política no Império. Crítica à ideia de falseamento institucional”. In: LAVALLE, Adrian Gurza (org.). *El horizonte de la política. Brasil y la agenda contemporánea de investigación en el debate internacional*. México: CIESAS, 2011, pp. 125 – 166.

¹⁷² Estudos historiográficos que tratam da constituição dos Correios norte-americanos no século XIX frequentemente enfatizam o papel das instituições legislativas e presidenciais na distribuição de cargos e recursos do governo federal. Nesse sentido, Jon Rogowski argumenta que tanto o Presidente quanto os membros do Congresso viam claras vantagens eleitorais no controle do aparelho postal: primeiramente, porque esse era um

Entre os autores liberais do século XIX, era consensual a ideia de que os veículos de comunicação desempenhavam importante papel na formação da opinião pública, sendo a liberdade de imprensa um dos fundamentos dos governos representativos.¹⁷³ Ora, para haver livre circulação de jornais pelo território nacional era necessário que os governos implantassem políticas tarifárias específicas para esse tipo de material impresso.

O primeiro país a incluir periódicos na lista de itens expedidos pelos Correios foram os Estados Unidos, por meio do *Post Office Act* de 1792. Uma lei complementar de 1794 incluiu nesse documento uma provisão que taxava em apenas 1 *cent* o porte de todos os jornais que fossem impressos nos estados norte-americanos, qualquer que fosse a distância percorrida pelos transportadores. Para Richard John, essa medida era fundamentada na crença republicana de que, ao difundirem notícias e opiniões, os Correios desempenhavam papel de destaque na vida política de uma sociedade, contribuindo, assim, para a concretização do princípio de *cidadania informada*.¹⁷⁴

Em Portugal, o Alvará Régio de 1798 determinou que o cálculo dos portes fosse feito com base no volume: toda a carta que pesasse até quatro oitavas teria de porte 80 réis. A partir disso, aumentava-se 40 réis a cada duas oitavas excedentes.¹⁷⁵ Nas *Instruções para os Correios da América* (1798), que acompanhavam aquele documento, o legislador assim se expressou sobre esse sistema: “é tão fácil, que não precisa de mais explicação”.

meio eficaz de prover os eleitores de informações sobre seus projetos políticos; ademais, a distribuição dos cargos de *postmasters* dava-se, em geral, entre simpatizantes do partido no poder, assegurando fidelidade e apoio político desses funcionários. Cf.: ROGOWSKI, Jon. “Political Institutions, the Separation of Powers, and the United States Post Office: Presidential Influence in the Era of Congressional Dominance”, *American Political Science Review*, v. 5, n. 2, pp. 1 – 37. 2014. p. 8.

¹⁷³ Em 1644, o poeta e intelectual britânico John Milton já defendia o direito à liberdade de imprimir suas ideias e opiniões sem qualquer tipo de censura; quase dois séculos mais tarde, essa reivindicação seria retomada por seu compatriota Jeremy Bentham em dois ensaios: *Sobre a liberdade de imprensa e de discussão política* (1821) e *Garantias contra o abuso do poder* (1822 – 1823). Na literatura francesa, um dos principais representantes da ideia de liberdade de imprensa é Alexis de Tocqueville: Em *A Democracia na América* (1835), coletânea de escritos organizada após sua viagem aos Estados Unidos, ele descreve e analisa diversas instituições políticas, dentre elas a liberdade de imprensa. Para o autor francês, “a soberania do povo e a liberdade de imprensa são, pois, duas coisas inteiramente correlativas. A censura e o voto universal são, ao contrário, duas coisas que se contradizem e não se podem encontrar por muito tempo nas instituições políticas de um mesmo povo”. TOCQUEVILLE, Alexis de. *A Democracia na América*. Livro 1. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 209.

¹⁷⁴ JOHN, Richard R. *Spreading the News*, 1995, pp. 28 – 30; 56 – 57.

¹⁷⁵ Alvará de 20 de janeiro de 1798. *Coleção da Legislação Portuguesa*. Lisboa: Tipografia Maigrense, 1828, pp. 479 – 482.

Tabela 1 – Valor dos portes para ultramar (1798)

Peso (em oitavas)	Valor (em réis)
Até 4	\$80
4 a 6	\$120
6 a 8	\$160
Acima de 8	\$160 por oitava

Fonte: Elaboração da autora com base no Alvará de 20 de janeiro de 1798. In: *Coleção da Legislação Portuguesa*. Lisboa: Tipografia Maigrense, 1828, pp. 479 – 482.

Posteriormente, estabeleceram-se cinco distâncias básicas (TABELA 2), “*a fim de se favorecer a mais dificultosa comunicação dos povos*”.¹⁷⁶ Os valores da primeira coluna concerniam às “*cartas singelas*”, ou seja, que não excedessem duas oitavas de peso. Havia, ademais, três classes de “*cartas dobradas*” de acordo com o peso, a saber: 1ª) de 2 até 4 oitavas; 2ª) de 4 até 6 oitavas e 3ª) de 6 oitavas até 8 oitavas (1 onça). Para os maços que excedessem essa última medida, aplicava-se a mesma regra de proporção. Gazetas, papéis impressos e autos de processo que fossem remetidos sem capa fechada pagariam, por fim, metade das taxas estabelecidas.

Tabela 2 – Portes das cartas de terra (1801)

Distância (em léguas)	carta singela (em réis)	1ª classe (em réis)	2ª classe (em réis)	3ª classe (em réis)
0 a 10	\$20	\$30	\$40	\$50
10 a 20	\$25	\$40	\$50	\$60
20 a 30	\$30	\$50	\$60	\$70
30 a 40	\$35	\$60	\$70	\$80
40 a 50	\$40	\$70	\$80	\$90

Fonte: Elaboração da autora com base no Aviso de 14 de março de 1801. In: *Coleção da Legislação Portuguesa*. Lisboa: Tipografia Maigrense, 1828, pp. 683 – 684.

Ao analisar as Instruções lançadas pelas Juntas de Fazenda de diversas capitanias, Mayra Calandrini Guapindaia identifica duas tendências de adaptação dessas normas a realidade da América Portuguesa:¹⁷⁷ a primeira, característica de capitanias que se comunicavam por mar – nomeadamente Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro – consistia em

¹⁷⁶ Aviso de 14 de março de 1801. In: *Coleção da Legislação Portuguesa*. Lisboa: Tipografia Maigrense, 1828, pp. 683 – 684.

¹⁷⁷ GUAPINDAIA, *op. cit.*, p. 158.

cobrar 80 réis por cartas de até 4 oitavas de peso, aumentando-se 20 réis a cada 2 oitavas. Esses valores e proporções equivaliam, segundo a autora, a metade do porte pago pelas cartas enviadas a Lisboa.

Já em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, territórios de exploração aurífera, o porte das correspondências estava vinculado ao preço do ouro em pó então em circulação. No caso da primeira capitania, a regra estipulada em 1798 foi a seguinte: cartas de até 4 oitavas pagavam 4 vinténs, aumentando-se dois desses a cada 2 oitavas. Equivalendo um vintém de ouro a 37,5 réis, percebe-se que a comunicação por terra era mais onerosa do que pela via marítima. Isso talvez se devesse, na opinião de Guapindaia, aos altos custos implicados na abertura e manutenção de caminhos; provimento de animais e recrutamento de carregadores.¹⁷⁸

A transferência da Corte para o Rio de Janeiro tornou necessário retificar os portes de forma a garantir o monopólio do Estado sobre a remessa de correspondências para o interior. Se em 1798 essa tarefa ficara a cargo das Juntas de Fazenda, agora passava a ser competência do Erário Régio organizar rotas postais, definir datas e horários para os giros dos pedestres, estabelecer regras para arrematações, fixar taxas, etc. Datam desse contexto as seguintes tabelas de portes para cartas permutadas entre a capital do Império e diversas localidades mineiras (TABELA 3), bem como entre essas e as províncias de Goiás e Mato Grosso (TABELA 4):

Tabela 3 – “Preços que as cartas e geralmente todos os papéis fechados em sobrescrito devem pagar pelo porte do Correio da Capitania de Minas Gerais” (1809)

Trajeto		Valor (em réis)	Peso
Do Rio de Janeiro	À Vila Rica	\$100	Até 4/8
	À Cidade de Mariana	\$120	
	À Sabará	\$140	
	À Vila do Príncipe	\$200	
	À Tejuco	\$230	
	À São João del Rey	\$80	
	À Vila da Campanha	\$140	
	À Vila de Tamanduá	\$125	
	À Vila de Pitangui	\$145	
	À Vila de Paracatú	\$280	

Fonte: Aviso de 8 de maio de 1809. BRASIL. *Coleção das Decisões do Governo do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1891, p. 14.

¹⁷⁸ Idem, p. 159.

Tabela 4 – “Correios da comunicação interior da dita Capitania [Minas Gerais], e para as de Goiás e Mato Grosso” (1809)

Trajeto	Valor (em réis)
Entre Vila Rica e a Cidade de Mariana	\$20
Entre Vila Rica e São João	\$50
Entre Vila Rica e Sabará	\$40
Entre Vila Rica e Vila de São João do Príncipe	\$100
Entre Vila Rica e Tejuco	\$30
Entre a Vila do Príncipe e Tejuco	\$25
Entre São João del Rey e a Vila de Campanha	\$60
Entre São João del Rey e Tamanduá	\$45
Entre São João del Rey e Pitangui	\$65
Entre São João del Rey e Paracatú	\$200
Entre Tamanduá e Pitangui	\$45
Entre Pitangui e Paracatú	\$135

Fonte: Aviso de 8 de maio de 1809. BRASIL. *Coleção das Decisões do Governo do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1891, p. 14.

O que vemos aqui é uma significativa mudança na política de tarifação, que passou a se orientar em função de uma nova variável: a distância em relação à Corte ou a importantes centros regionais, como Vila Rica e São João del Rey. Com efeito, para a maioria das localidades listadas na primeira tabela, os portes de quatro oitavas sofreram decréscimo se comparados aos 150 réis (4 vinténs) cobrados desde 1798. Contudo, nota Guapindaia, eles eram maiores do que os 75 réis que passaram a ser cobrados como valor mínimo das cartas, em 1801.¹⁷⁹

Nas instruções que acompanham essas tabelas constam ainda regras para a taxaço da correspondência que circulava no interior da capitania de Minas Gerais: entre as Comarcas de Sabará, Vila do Príncipe e a Comarca do Rio das Mortes, por exemplo, os portes deveriam ser regulados somando-se os que ficavam arbitrados entre as mesmas jurisdições e a de Vila Rica. Assim, uma carta de quatro oitavas de peso expedida da Vila do Príncipe para a de Campanha pagaria por três trechos – até Vila Rica (100 réis); de Vila Rica a São João del Rey (50 réis) e de São João del Rey a Vila de Campanha (60 réis) – totalizando 210 réis. Disso percebe-se o quão alto era o ônus da comunicação intraprovincial feita pela via postal regularizada, visto que

¹⁷⁹ GUAPINDAIA, *op. cit.*, p. 163.

o porte daquele mesmo remetente para o Rio de Janeiro custasse apenas 10 réis a mais.

No ano seguinte à promulgação dessas Instruções, o contador geral do Erário Régio, Antonio Mariano de Azevedo, enviou à Junta de Fazenda de Minas Gerais uma tabela completa dos portes (ANEXO 1).¹⁸⁰ Nela vemos com clareza o resultado da adaptação da regra de progressão utilizada no Reino para o extenso território colonial: uma multiplicidade de pesos e valores que certamente tornaram mais complexa a escrituração. Vale acrescentar que o meio porte para gazetas, impressos e autos, desde que estivessem abertos, foi mantido por essa legislação.

Quanto aos Correios de mar, a correspondência transportada por navios mercantes estrangeiros passou a seguir as disposições da lei de 26 de fevereiro de 1810 – também conhecida como *Convenção dos Paquetes* – que estabeleceu viagens com regularidade mensal entre o porto de Falmouth e a cidade do Rio de Janeiro.¹⁸¹ Esse dispositivo, contudo, não legislava especificamente sobre periódicos; apenas determinava que as cartas simples permutadas entre Grã-Bretanha e Brasil pagassem três shillings e oito pences sterlinos – valor que, na época, equivalia a 120 réis.

É de se supor que a cobrança dessa taxa tenha suscitado equívocos: em novembro de 1812, um aviso expedido pelo então Secretário dos Negócios do Brasil, Fernando José de Portugal e Castro (Conde de Aguiar), declarava ciência de que “*por essa Administração do Correio [Corte] se tem cobrado indevidamente das cartas vindas pelos navios mercantes ingleses*”. Isso obrigava “*os donos de amostras das fazendas, e das gazetas a pagar por estas um porte que não [era] devido*”. Nesse sentido, o documento recomendava que “*por uma simples carta de folha de papel*” se pagasse o porte acima mencionado. Gazetas e amostras estariam sujeitas, por sua vez, ao que na Grã-Bretanha se legislasse sobre o assunto.¹⁸²

Esses são, pois, os principais dispositivos do período joanino concernentes a tarifação postal. Vistos em conjunto, eles refletem não apenas o processo de interiorização da metrópole na colônia,¹⁸³ mas também a incapacidade dessa metrópole em impor um monopólio sobre a remessa de correspondências, quer fossem cartas, gazetas, papéis oficiais, etc. Com algumas alterações, essa legislação continuou vigorando no Brasil após a Independência. A seguir,

¹⁸⁰ 07 set. 1809. Ordem do Conde de Aguiar à Junta da Real Fazenda da Capitania de Minas Gerais sobre a nova tarifa de portes das cartas que pelos correios são enviadas à corte. BNRJ, Manuscritos, I-26, 17, 077.

¹⁸¹ Carta de Lei de 26 de Fevereiro de 1810. BRASIL. *Coleção das Leis do Império Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891, pp. 73 – 76.

¹⁸² Aviso nº 40 [Fazenda], de 14 de novembro de 1812. In: BRASIL. *Coleção das Decisões do Governo do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, p. 48 – 49.

¹⁸³ Sobre esse conceito historiográfico, ver: DIAS, Maria Odila da Silva. “A interiorização da metrópole”. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *1822 – Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972, pp. 160 – 184.

veremos mais detalhadamente o debate sobre a isenção tarifária de impressos.

Em 1823, a Assembleia Constituinte determinou que a remessa de seu *Diário* fosse gratuita a todas as câmaras municipais do Império. Quanto às assinaturas particulares desse jornal, essas deveriam ser reguladas de modo que seu valor bastasse “*tão somente para fazer face às despesas do papel e impressão*”.¹⁸⁴ Reiterada pela legislatura de 1826,¹⁸⁵ essa medida revela a preocupação dos parlamentares com aspectos que iam além da dimensão fiscal dos serviços postais, bem como o desejo de reforçar o princípio de prestação de contas (*accountability*), característico das instituições representativas liberais.

Não demorou muito para que isenção tarifária de impressos destinados às municipalidades fosse reivindicada por outras instituições: em setembro de 1827, a Câmara recebeu uma representação de Baptista Caetano de Almeida, comerciante residente em São João del Rei, participando haver fundado uma biblioteca nessa vila, em 9 de agosto do mesmo ano.¹⁸⁶ Em face dessa notícia, o padre José Bento Leite Ferreira de Melo, um dos principais representantes da oposição no Parlamento, requereu à Assembleia que fossem isentos de portes “*todos os livros, jornais e periódicos destinados a enriquecer aquele tão proveitoso estabelecimento*”.¹⁸⁷

No parecer da Comissão de Instrução Pública, o idealizador da “*patriótica empresa*” foi louvado pela “*filantropia de seus sentimentos*” ao propor “*propagar as luzes entre os seus*

¹⁸⁴ DIÁRIO DA ASSEMBLEIA GERAL CONSTITUINTE, E LEGISLATIVA DO IMPÉRIO DO BRASIL, 09 ago. 1823, p. 481.

¹⁸⁵ Em junho de 1826, Antonio Marques de Sampaio indicou que se oficiasse ao governo para dar providencias no sentido de isentar de porte as folhas daquela Assembleia que fossem destinadas às câmaras municipais e demais autoridades estabelecidas nas províncias. Alegava o deputado mineiro que os cofres públicos nada teriam a perder com a medida, ficando os mesmos compensados com o aumento da tiragem do dito impresso na Tipografia Nacional. Essa indicação foi encaminhada à comissão de redação da Câmara, que concluiu ser desnecessária uma nova resolução, visto que ainda vigorasse a da Assembleia Constituinte. ANAIS DO PARLAMENTO BRASILEIRO, 15 jun. 1826, p. 345.

¹⁸⁶ Primeiro empreendimento dessa natureza existente na província de Minas Gerais, a Biblioteca pública de São João del Rey foi estabelecida de maneira provisória no prédio da Casa da Misericórdia, tendo sido posteriormente transferida para a Casa da Câmara, em setembro de 1828. Existem pelo menos três trabalhos monográficos que tratam das iniciativas de Baptista Caetano de Almeida em prol da instrução pública, medidas que contemplaram, além da referida biblioteca, o jornal *Astro de Minas* e uma *Sociedade Phylopolitechnica*. Cf.: MORAIS, Christianni Cardoso. *Para aumento da instrução da mocidade da nossa pátria: leitores, leituras, livros e biblioteca na Vila de São João Del Rei (1824 – 1831)*. (Monografia). São João Del Rei: FUNREI, 2000; MOTTA, Rosemary Tofani. *Baptista Caetano de Almeida: um mecenas do projeto civilizatório em São João Del Rei no início do século XIX – a biblioteca, a imprensa e a sociedade literária*. Dissertação (Dissertação de Mestrado). Belo Horizonte: UFMG, 2000; MACULAN, Carlos Eduardo. *As luzes do tempo: Baptista Caetano de Almeida, projeto civilizacional e práticas políticas no Brasil pós-Independência (São João Del Rei, 1824 – 1839)*. (Dissertação de Mestrado). Juiz de Fora: UFJF, 2011.

¹⁸⁷ ANAIS DO PARLAMENTO BRASILEIRO, 03 set. 1827, p.11.

concidadãos” de forma a fazê-los reconhecer “*a dignidade do homem; a extensão dos seus direitos, e a linha de suas obrigações na sociedade civil*”.¹⁸⁸ Sendo assim, resolveu-se que os livros e folhas destinados à biblioteca pública de São João del Rei fossem isentos de portes nos Correios e de direitos nas alfândegas e portos secos.¹⁸⁹ Posteriormente, ampliaram-se essas disposições a todas as bibliotecas do Império.¹⁹⁰

No Senado, a resolução em questão foi recebida com entusiasmo, considerada de extrema necessidade à “*profusão das luzes*”.¹⁹¹ Houve mesmo quem quisesse ampliar as disposições contidas no texto original, propondo a isenção de direitos alfandegários sobre livros “*não só às bibliotecas públicas, mas também a outras quaisquer corporações, e a todos os homens de letras*”.¹⁹² Por fim, o texto da resolução foi preservado tal como viera da Câmara,¹⁹³ tendo sido sancionada pelo Imperador em 15 de novembro de 1827.¹⁹⁴

A iniciativa dos parlamentares brasileiros em aprovar essa medida demonstra-nos que o modelo liberal de Estado por eles idealizado não prescindia de uma dimensão civilizacional, materializada na fundação e manutenção de instituições públicas e privadas de instrução, como as bibliotecas, sociedades literárias, gabinetes de leitura, etc. Nesses espaços de saber, mas também de exclusão,¹⁹⁵ os cidadãos (e apenas eles) deveriam ser formados (e informados) de maneira a concorrerem para o progresso da nação com o exercício de sua liberdade e capacidade intelectuais.

O tema da isenção tarifária de impressos voltou à cena parlamentar em maio de 1828, mais uma vez, pelas mãos do padre Ferreira de Melo. Queixava-se o deputado mineiro de que, havendo no Brasil muitas folhas periódicas, elas ainda não haviam produzido “*todos os frutos que eram de se esperar*” devido aos inúmeros embaraços fiscais a que estavam sujeitas. Essa situação era agravada por outra circunstância, qual seja o fato de os periódicos estrangeiros serem isentos de impostos, enquanto os nacionais pagavam metade do porte das cartas, tal como convencionado na legislação portuguesa. Em face dessa contradição, Ferreira de Melo

¹⁸⁸ ANAIS DO PARLAMENTO BRASILEIRO, 03 out. 1827, p. 100.

¹⁸⁹ ANAIS DO PARLAMENTO BRASILEIRO, 10 out. 1827, p. 121.

¹⁹⁰ ANAIS DO PARLAMENTO BRASILEIRO, 22 out. 1827, p. 139.

¹⁹¹ ANAIS DO SENADO DO IMPÉRIO DO BRASIL, 30 out. 1827, p. 268.

¹⁹² Proposição feita por João Lustosa da Cunha Paranaguá (Marquês de Paranaguá). ANAIS DO SENADO DO IMPÉRIO DO BRASIL, 05 nov. 1827, p. 302.

¹⁹³ “Não pagarão portes de Correio as folhas periódicas e jornais públicos que forem dirigidos a bibliotecas publicas, e os livros para as mesmas bibliotecas serão isentos das alfândegas, e portos secos, revogadas para esse fim todas as leis, alvarás, decretos e mais resoluções em contrario”. ANAIS DO PARLAMENTO BRASILEIRO, 25 out. 1827, p. 147.

¹⁹⁴ Decreto de 15 de Novembro de 1827. BRASIL, *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1827*. Parte Primeira. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1875, p. 106.

¹⁹⁵ Vale lembrar que aqueles grupos aos quais a palavra escrita era interdita (escravos, operários, mulheres, etc.) frequentemente abriam espaço à comunicação por meio da oralidade. MOREL, Marco. “Palavras além das letras: apontamentos sobre imprensa e oralidade na primeira metade do século XIX”. *Acervo – Revista do Arquivo Nacional*, v. 23, nº 1, jan-jun.: França e Brasil: história, v. 23, nº 1, pp. 63 – 80, 2010.

apresentou uma resolução que invertia a lógica desse procedimento: as folhas estrangeiras (a exceção das destinadas às bibliotecas públicas) pagariam porte, desonerando-se suas congêneres nacionais.¹⁹⁶

Principal porta-voz do oposicionismo na imprensa carioca, o jornal *A Aurora Fluminense* considerou a proposta de Ferreira de Melo uma medida conveniente contra o “estado de incomunicabilidade e isolamento” em que jaziam as províncias brasileiras. Ademais, seu redator perspicazmente reconhecia a função estratégica dos meios de comunicação na manutenção da unidade imperial:¹⁹⁷

Os benefícios, que hão de nascer de uma tal providência não são talvez ainda bem avaliados; mas lance-se os olhos sobre o estado de incomunicabilidade e de isolamento, em que parecem estar as diferentes partes do Brasil; e o laço de comunicação, que podem formar as Folhas políticas circulando de uns para outros pontos; e então se conhecerá a sua transcendência, e extensos resultados.¹⁹⁸

Após ser analisado pela Comissão de Fazenda, o projeto de Ferreira de Melo voltou à discussão no Parlamento, onde recebeu várias propostas adicionais. O deputado baiano José Avelino Barbosa, por exemplo, apresentou uma emenda para que a isenção fiscal dos livros destinados às bibliotecas públicas fosse ampliada “para todos os cidadãos do império do Brasil”.¹⁹⁹ Outro parlamentar, José Gervásio de Queiroz Cerqueira, propôs um artigo aditivo para que os periódicos fossem tratados como cartas seguras. Receava o deputado cearense que os extravios, então recorrentes, aumentassem entre os periódicos francos de porte. Com essa medida, buscava impor à administração dos Correios “a obrigação de pagar o importe do seguro para obrigá-la a ser mais diligente”. José Lino dos Santos Coutinho, por sua vez, chamou atenção para outro problema que poderia advir dessa mudança de legislação, qual seja

¹⁹⁶ ANAIS DO PARLAMENTO BRASILEIRO, 09 maio 1828, pp. 34 – 36.

¹⁹⁷ Também é interessante observar como o redator desse jornal via a função dos periódicos na vida política de uma sociedade: “As publicações periódicas são hoje uma necessidade dos Povos civilizados; apresentando em limitado espaço e com certa concisão o essencial das boas doutrinas, eles são os Mestres daquela classe de pessoas, que não tem tempo, nem estão no caso de recorrer a outras fontes de mais sisuda instrução; acompanhando o estado, e modificações da sociedade, os Jornais estão sempre em dia com as precisões da população, e se ocupam com as questões e interesses do momento, que se sucedem sem cessar, reclamando contra a prepotência, em favor do oprimido, ou patenteando os abusos de qualquer gênero, que obstam ao bem, e melhoramentos sociais. É por isso que essa sorte de escritos é indispensável em um Governo Representativo, e aí forma um dos corretivos do Poder; mas a sua influencia será quase nula, se eles não penetrarem em todos os ângulos, e não forem levar a luz aos mais ocultos esconderijos; se se [sic] não estabelecer por seu meio uma franca permutação de ideias uteis, de informações e bons ofícios, como que se aumente em toda a parte a massa dos conhecimentos humanos, ou o que é o mesmo a civilização”. *A AURORA FLUMINENSE*, 01 set. 1828.

¹⁹⁸ *A AURORA FLUMINENSE*, 11 jun. 1828.

¹⁹⁹ Segundo Avelino Barbosa, havia um foral da Alfândega, datado de 15 de outubro de 1518, que legislava sobre esse objeto. A proposta em questão foi ainda apoiada com ressalvas pelos deputados Francisco de Paula e Souza e Bernardo Pereira de Vasconcelos. *ANAIS DO PARLAMENTO BRASILEIRO*, 07 jun. 1828, pp. 57 – 59.

a introdução oculta de cartas no interior dos periódicos francos. De acordo com o deputado baiano, essa prática ilegal já ocorria da seguinte forma:

Os correspondentes dos diversos países estrangeiros, querendo mandar cartas, periódicos e muitos papéis a seus correspondentes fazem uns pequenos pacotes cobertos com um pano, e põem-lhe o sobrescrito por fora “Amostras de fazenda”, e com este titulo de amostras vão estes pacotes para a alfândega, e cada um dos comerciantes vai recebê-los, e aí vêm 50 e 100 cartas e muitos periódicos, ficando assim a nação inibida de receber muitos portes.

Enquanto na Inglaterra os agentes postais eram rigorosos na arrecadação dos portes – até as cartas que saiam para Portugal eram objeto de fiscalização, dizia o deputado – no Brasil, os Correios jaziam em estado de “*abandono total*”, razão pela qual davam “*muito pouco lucro todos os anos*”. Em face disto, sugeriu Lino Coutinho que se recomendasse ao governo aumentar a fiscalização nos Correios a fim de evitar todo e qualquer tipo de contrabando.

Embora versassem sobre um tema em comum, qual seja a inépcia da administração brasileira em fazer valer o monopólio do Estado, as emendas de Queiroz Cerqueira e Lino Coutinho receberam críticas de distinto teor. Sobre a proposta de tornar seguros os periódicos francos de porte, José Clemente Pereira observou que essa medida sobrecarregaria a administração do Correio com mais uma escrituração, fazendo-se necessário aumentar o número de empregados. Comprometido em preservar a imagem do governo, o deputado de origem portuguesa radicado no Brasil questionou, ademais, a veracidade do argumento de Queiroz Cerqueira sobre os extravios de papéis nos Correios, alegando que, ao menos no Rio de Janeiro, a distribuição de periódicos era feita de forma regular.

Contradizendo a fala de Clemente Pereira, de quem era antagonista, Vasconcelos confirmou a existência de abusos na administração, ao dizer de forma irônica que “*em outro tempo, as mesmas cartas não escapavam à caridade da polícia ou de quem tinha essa inspeção*”. O deputado mineiro também previa que, uma vez que os periódicos não pagassem portes de Correio, haveria pouco cuidado em sua escrituração. Nesse sentido, ele reconhecia a utilidade da emenda de Queiroz Cerqueira, a qual deveria, segundo ele, ser remetida a uma comissão: “*o abuso é fácil; e muito mais o será não pagando porte os periódicos*”, concluía.

Já a emenda sobre coibição do contrabando de cartas trouxe à tona críticas relacionadas às limitações de poder do Executivo, tema que também esteve presente no debate sobre o sigilo das correspondências, analisado anteriormente. O padre José Custódio Dias, um dos mais radicais opositores do governo na Câmara, opôs-se veementemente à proposta de Lino Coutinho, alegando que, com ela, o Legislativo dava brechas para que os Ministros tomassem

medidas arbitrárias, como romper o subscrito desses impressos. No Senado, essa emenda terminou sendo excluída do texto original.²⁰⁰

Os senadores que votaram contra a resolução o fizeram por dois motivos: receio de que o Tesouro perdesse uma fonte de renda, mesmo que pequena e convicção de que a medida em questão aumentaria as despesas do Estado com os serviços postais. Nas palavras de Paranaguá:

No estado em que estamos a respeito de finanças, e quando até nos vemos em circunstâncias de pôr alguns impostos, não sei como possamos prescindir dessa receita, ao mesmo tempo que [sic] com isto aumentamos a despesa. Com efeito, uma vez que o porte dos periódicos for gratuito, crescerá a remessa de tais papéis, e, portanto será preciso maior número de transportes, e condutores, e consequentemente maior despesa com o Correio.²⁰¹

Carneiro de Campos, por sua vez, dizia reconhecer nos periódicos um meio “*de propagar as luzes na massa geral do povo*”, porém asseverava: “*é cousa [sic] perigosa a mudança que há de um imposto para outro, pois o povo estranha tudo o que é novo*”. Na opinião do senador bahiano, os Correios brasileiros não davam “*grandes rendimentos*” como em outros países, pois estavam sujeitos a diversos abusos: “*vemos nesse diário chamado do Rio de Janeiro anunciar-se todos os dias, que Fuão [sic] vai à loja de tal, onde se acham cartas para lhe serem entregues; isto é um verdadeiro contrabando*”, denunciava.²⁰² Sendo assim, mais importante do que isentar os materiais impressos de porte – medida que segundo Carneiro de Campos, poderia “*abrir uma porta a novas despesas, e até ao abuso*” – era promover uma reforma da legislação postal que coibisse as práticas mencionadas pelo senador.

Contrapondo-se à lógica fiscalista presente nessas alegações, o mineiro José Inácio Borges declarou: “*Eu também olho para a economia; mas olho para aquelas cousas [sic] que se opõem a ela, e não para aquelas que resultam em benefício público*”. Semelhante recurso foi utilizado por Manoel Caetano de Almeida e Albuquerque para justificar seu voto favorável à resolução em questão: “*Eu já disse que a bondade da Lei faz esquecer uma pequena despesa:*

²⁰⁰ Essa resolução chegou ao Senado em 17 de junho de 1828, tendo sido discutida entre os dias 4 e 18 de setembro. Na ocasião, José Lisboa da Silva (Visconde de Cairú) apresentou uma emenda que suprimia o artigo concernente ao porte de folhas periódicas estrangeiras, enquanto João Antonio Rodrigues de Carvalho sugeriu a supressão da parte do texto que instava o governo a tomar medidas contra o contrabando. Apenas essa segunda emenda foi aprovada. In: ANAIS DO SENADO DO IMPÉRIO DO BRASIL, 10 set. 1828, p. 246.

²⁰¹ ANAIS DO SENADO DO IMPÉRIO DO BRASIL, 06 jun. 1829, p. 314.

²⁰² Os anúncios de entregas de cartas continuaram a ser publicados nos jornais da Corte ao longo de todo o período em questão. Em maio de 1825, o Ministério da Fazenda emitiu um aviso no qual declarava ser exclusivamente da atribuição da Administração dos Correios a entrega de cartas e arrecadação dos respectivos portes. O documento determinava que “*à vista daqueles anúncios*” o administrador dos Correios, por meio de seu ajudante, intimasse os portadores das cartas a entregá-las “*sem dúvida ou embaraço algum*”, sob pena de pagarem multas. Em conclusão, o governo lembrava ao público que os portes dos Correios “*constitui uma das rendas publicas do Império*”. Cf.: Aviso nº 108 [Marinha], de 5 de maio de 1825. BRASIL. *Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885, pp. 68 – 69.

nós tratamos de melhorar os Brasileiros e não de penar”. Nicolau de Campos Vergueiro, por sua vez, apresentou seu raciocínio sob a perspectiva de integração do território:

Os periódicos que são remetidos pelo Correio são poucos, porque como as distâncias são grandes, e as taxas são fortes, ficam muito caros; um, ou outro é que faz esta despesa. Se é conveniente conservar as Províncias isoladas, é outro caso; mas eu assento que ninguém o dirá. É necessário comunicarem-se todas para que não se extinga o espírito nacional.

Ao final da discussão, a imagem dos Correios que prevaleceu foi a de serviço público essencial e não a de fonte de renda. Essa precedência não apenas garantiu a aprovação da resolução no Senado, como também convenceu senadores que, como Carneiro de Campos, haviam se posicionado contra a isenção tarifária de impressos.

Antes de sancionar a resolução aprovada pelas duas casas legislativas, o Imperador convocou o Conselho de Estado para dar seu parecer sobre o assunto. Em 4 de julho de 1829, esse órgão se reuniu no Paço Imperial da Corte e, em presença de Clemente Pereira, então recentemente nomeado Ministro e Secretário dos Negócios do Império,²⁰³ votou unanimemente por não se isentar de porte os periódicos nacionais. Justificavam os conselheiros sua decisão *“pelos prejuízos que [a medida] causava a este estabelecimento [Correios], desfalcando-se tão consideravelmente seu rendimento, quando suas despesas tanto se haviam aumentado para que desta Repartição se tirassem os melhores resultados em benefício público”*.²⁰⁴ Após adiar sua decisão por mais de uma semana, d. Pedro I corroborou, por fim, com a opinião de seus conselheiros e prescreveu a resolução sobre o porte franco de impressos.²⁰⁵

Vimos até aqui dois projetos bastante representativos do liberalismo constitucional predominante na Câmara dos Deputados durante a primeira década de Independência. Os diferentes desfechos que essas propostas tiveram revelam-nos a existência de duas lógicas distintas que estiveram em constante conflito e acomodação na esfera do debate político: a ideologia liberal de difusão das luzes e o imperativo fiscal, prioridade do governo. Para

²⁰³ De posse em 20 de novembro de 1827, o 7º gabinete ministerial tinha Pedro de Araújo Lima (Marquês de Olinda) à frente da pasta do Império, o qual foi substituído em 15 de junho de 1828 por José Clemente Pereira. In: JAVARI, Jorge João Dodsworth (Barão de). *Organizações e Programas Ministeriais*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889, p. 21.

²⁰⁴ ATAS DO CONSELHO DE ESTADO, 1873, v.1, p. 20 - 21.

²⁰⁵ O veto do imperador a esse e outros projetos unanimemente aprovados no Parlamento suscitou críticas veementes na imprensa da época: o *A Aurora Fluminense*, por exemplo, sugeriu que se apresentasse ao público uma tabela das leis propostas no Senado e/ou na Câmara dos Deputados que haviam sido rejeitadas por sugestão do Conselho de Estado, cujas deliberações eram para todos *“escuridão e mistério”*, na opinião de seu redator. Lembrava essa folha, ademais, que enquanto na Inglaterra era muito raro o uso dessa prerrogativa real – em seu longo reinado, o rei britânico Jorge III lançara mão desse último recurso apenas duas vezes, dizia o autor do artigo – no Brasil, um grande número de leis e resoluções havia sido indeferido pelo monarca em apenas quatro anos de funcionamento da Assembleia. A AURORA FLUMINENSE, 29 jul. 1829.

deputados da ala liberal, a disseminação de jornais que advogassem por sua causa era condição de significativa vantagem na luta contra os agentes retrógrados da política nacional. Já os governistas argumentavam que a ampliação da isenção tarifária a todos os periódicos traria consigo o aumento do porte das cartas e a consequente ruína financeira dos Correios.

Essas diferentes lógicas remetem-se, por sua vez, à existência de grupos políticos distintos com projetos de Estado igualmente conflitantes: de um lado, parlamentares vinculados a interesses provinciais que defendiam o estabelecimento pleno do sistema constitucional, a limitação da autoridade do governo e a adoção de princípios liberais mais abrangentes, como distribuição equitativa de poderes, liberdade de imprensa e autonomia administrativa. Do outro lado, situavam-se o próprio d. Pedro I e políticos da base governista, os quais buscavam preservar o arranjo institucional vigente, reiterando a proeminência do Executivo sobre os demais poderes constitucionalmente estabelecidos.²⁰⁶

No primeiro caso analisado, estimamos que o franqueamento de porte concedido aos periódicos e livros que fossem remetidos às bibliotecas públicas tenha sido visto pelo governo como uma medida positiva, de vez que o bônus *civilizacional* – difusão de *luzes* pelo interior das províncias – fosse maior que o ônus financeiro advindo da diminuição de arrecadação de renda pelos Correios.

Ao proporem a generalização dessa medida a todos os periódicos que circulavam pelo Império, os parlamentares brasileiros foram, contudo, além do que estava disposto ceder o governo em prol da comunicação. Daí o uso do veto imperial, medida constitucionalmente atribuída ao Poder Moderador, mas que se tornou alvo de críticas devido à recorrência que dela fez d. Pedro I ao longo de seu reinado.

O tema da isenção tarifária de impressos voltaria a aparecer na pauta de reivindicações da Câmara em diversos momentos, especialmente durante a 2ª Legislatura (1830 – 1833),²⁰⁷ quando os deputados da oposição governamental, então hegemônicos, atacaram as bases regulamentares concebidas pelo imperador, tal como veremos a seguir.

²⁰⁶ NEEDELL, Jeffrey. “Formação dos partidos políticos no Brasil da Regência à Conciliação”. In: *Almanack Brasiliense*, n. 10, 2009, pp. 5 – 29; PEREIRA, Vantuil. *op. cit.*, p. 123.

²⁰⁷ Em 15 de maio de 1830, o deputado baiano Ernesto Ferreira França apresentou vários projetos de sua autoria que haviam ficado sem discussão na legislatura anterior. Dentre esses projetos, destaca-se um que franqueava de porte todas as folhas nacionais, independentemente de seus destinatários serem públicos ou privados. O deputado bahiano também propunha reiterar a condição das folhas estrangeiras que fossem destinadas às bibliotecas do Império, prevendo medidas para se combater “*o abuso da introdução oculta de cartas*” dentro dos periódicos. Embora aprovada em primeira discussão, essa proposta ficou sem resolução visto que suas disposições fossem semelhantes às sugestões incorporadas no texto de revisão da regulamentação postal de 1829, analisada na terceira parte desse capítulo. ANAIS DO PARLAMENTO BRASILEIRO, 15 maio 1830, p. 146.

1.3 Centralização e monopólio em questão

Todos os anos, logo no início dos trabalhos legislativos, era de praxe que os deputados recebessem a visita de um ou mais integrantes do ministério, os quais apresentavam relatórios de suas gestões. Previsto em lei e reiterado no regimento da Câmara, esse rito confirmava a função de fiscal do poder Executivo exercido por essa instituição. Por outro lado, essa era também a oportunidade que os ministros tinham para sondar o termômetro político do Parlamento, buscar apoio para suas propostas ou se defender das acusações a eles dirigidas pelos membros da oposição.

A sessão de 10 de junho de 1828 foi ocasião de se ouvir a fala de Miguel Calmon Du Pin e Almeida.²⁰⁸ No poder a menos de um ano, em meio a constantes ataques, o ministro da Fazenda primou pela cautela: apresentou, primeiramente, o balanço para o ano de 1827, seguido de uma apreciação do estado da dívida pública e, por fim, do orçamento da receita e despesa para 1829.

Sobre os gastos públicos do ano anterior, Calmon Du Pin se disse impossibilitado de formar uma conta geral do Império, devido ao pouco tempo de trabalho que ele contava em sua gestão. Sendo assim, apresentou uma conta parcial da receita e da despesa feita pelo Tesouro Público Nacional, a qual constava os valores de 12.068:466\$632 e 49.356:426\$924 réis, respectivamente.²⁰⁹

Quanto ao orçamento (TABELA 5) vemos que este priorizava as despesas a serem feitas com os ministérios da Guerra e da Marinha: juntas, essas pastas perfaziam um total de 11.310:822\$000 réis, ou seja, 58% dos gastos estimados pelo ministro. As despesas com a Fazenda também eram expressivas, 33% do total orçado, visto que em seu programa estivesse o pagamento de parte da indenização assumida no Tratado Luso-Brasileiro de 1825. Esses valores deixam transparecer o forte peso que as questões diplomáticas e, em especial, a Guerra Cisplatina tinham nas finanças de um país que lutava por se afirmar nos quadros geopolíticos da época.

²⁰⁸ Parlamentar bahiano de origem liberal, Calmon du Pin foi nomeado para o Ministério da Fazenda em 20 de novembro de 1827, tendo sido substituído interinamente em 18 de junho de 1828 por José Bernardino Baptista Pereira. Em 25 de setembro daquele ano, Calmon Du Pin voltou a ocupar a mesma pasta. In: JAVARI, *op. cit.*, p. 21.

²⁰⁹ ANAIS DO PARLAMENTO BRASILEIRO, 10 jun. 1828, p. 77.

Tabela 5 – Orçamento do Império para o ano de 1829 (1828)

Receita		13.808:928\$000
Despesa especificada por Ministério (em réis)		Porcentagem em relação à despesa total
Império	925:586\$000	5%
Justiça	488:657\$000	2%
Marinha	4.151:922\$000	21%
Guerra	7.158:900\$000	37%
Fazenda	6.546:580\$000	33%
Estrangeiros ²¹⁰	296:320\$000	1,51%
Total	19.567:965\$000	Déficit: 5.759:037\$000

Fonte: Elaboração da autora com base nos ANAIS DO PARLAMENTO BRASILEIRO, 10 jun. 1828, p. 77.

Calmon Du Pin estimava que, com o cessar dos conflitos no Sul do Império, as despesas extraordinárias com os ministérios da Guerra e da Marinha tenderiam a diminuir. Não obstante a conjuntura bélica, ele questionava seus colegas parlamentares: *“por ventura não devemos cuidar já em fazer frente a outras despesas de paz, e despesas necessárias e urgentes que a nação reclama há largo tempo?”*. Nesse sentido, o ministro externava sua preocupação com o desenvolvimento nacional, materializado na abertura de novas estradas, no melhoramento das vias existentes e no regular estabelecimento de Correios marítimos e terrestres.

A visão de Calmon Du Pin sobre os gastos públicos, mormente sobre os Correios foi reiterada na proposta que ele enviou à Câmara no mesmo mês de seu discurso. Nesse documento, o ministro examinava a trajetória dessa instituição na América Portuguesa, desde o Alvará Régio de 1798 até o adiante analisado *Regulamento Provisional para a Administração Geral do Correio da Corte e Província do Rio de Janeiro* (1808), documento por ele considerado *“mesquinho e imperfeito”*. Reconhecendo o estado de abandono em que se achavam as comunicações postais no Brasil, Calmon du Pin apresentava algumas diretrizes para a reforma da administração dos Correios, que eram:

dar-lhe um novo regulamento; pô-la em contato por meio de uma convenção com as administrações dos correios de Lisboa, Londres e Paris; dividi-la em três direções, a saber: marítima, terrestre e estrangeira; e finalmente ajuntar-lhe um *pequeno correio* para a distribuição das cartas nas cidades.²¹¹

²¹⁰ Desmembrada da pasta do Império em 13 de novembro de 1823, a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros continuou sendo regulada em suas atribuições pelas definições do Alvará de 14 de outubro de 1788, que estabelecia as competências da então Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Ao longo de todo o século XIX, as atribuições dessa secretaria não seriam estabelecidas por nenhum ato legal, sendo possível conhecer suas funções apenas por meio das determinações que eram atribuídas a suas repartições. CABRAL, Dilma. “Estado e Administração na formação de um país independente”. In: *Estado e Administração: A construção do Brasil Independente (1822 – 1840)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015, pp. 15 – 45.

²¹¹ ANAIS DO PARLAMENTO BRASILEIRO, 11 jun. 1828, p. 97 (Grifos no original).

Se realizadas, essas medidas contribuiriam, na opinião do ministro, para o melhoramento da civilização, do comércio e dos interesses da Fazenda pública, três importantes princípios de progresso que faziam parte do repertório econômico lusobrasileiro desde finais do século XVIII. Calmon Du Pin terminava sua exposição alegando que o governo já teria dado início à reorganização dos Correios, se não houvesse reconhecido a necessidade de uma lei que prevenisse irregularidades e estabelecesse bases de tarifação, tarefas essas prerrogativas do poder Legislativo.

A proposta em questão foi remetida à Comissão de Fazenda da Câmara, que a converteu em projeto de lei. Por meio desse dispositivo, o governo ficava autorizado a estabelecer Correios de mar e terra entre as províncias do Império, devendo formar os regulamentos que julgasse convenientes nesse sentido e, o mais importante: *“dando de tudo conta à assembleia geral”*.²¹²

A discussão dessa resolução ocorreu em clima de tensão entre governo e parlamentares. A tônica do debate foi o questionamento de se o ministro tinha autonomia para estabelecer novos Correios, visto que as despesas com esse empreendimento não houvessem sido especificadas na lei do orçamento daquele ano. Para a maioria dos deputados ficou claro que, com essa proposta, o governo buscava fazer gastos extraordinários. Nas palavras de Bernardo de Vasconcellos, *“o governo o que quer é dinheiro para estas despesas, e nada mais”*.²¹³

Alguns parlamentares aproveitaram o ensejo para criticar irregularidades praticadas pelo poder Executivo. José Custódio Dias, por exemplo, suspeitava que a proposta em questão fosse uma *“armadilha do governo para poder abrir mais cartas”*. Já na opinião de Lino Coutinho, *“se o governo cuidasse mais dos interesses do Brasil, poderia ter já estabelecido muitas comunicações”*, haja vista existirem *“muitas embarcações de que o governo podia lançar mão para fazer correios”*, ao invés de utilizá-las para fins bélicos. Quanto aos serviços postais terrestres, o estado de desleixo era confirmado pelo fato de que, em 18 meses, o Parlamento não havia recebido uma notícia sequer do Maranhão, então em estado de guerra: *“parece até que esta província não pertence ao Império”*, exclamava o deputado baiano.

No outro polo do debate situava-se Calmon Du Pin. Em elogio à própria iniciativa, o deputado recém-afastado da pasta da Fazenda afirmou que a proposta em pauta era o trabalho mais útil que se havia apresentado naquela sessão. Representando o pensamento governista sobre o assunto, Calmon Du Pin apresentava como emenda as seguintes observações: *“1ª que o governo fique autorizado para organizar correios gerais, e estabelecer entre as províncias*

²¹² ANAIS DO PARLAMENTO BRASILEIRO, 13 set. 1828, p. 234.

²¹³ ANAIS DO PARLAMENTO BRASILEIRO, 17 set. 1828, p. 247.

os correios necessários; 2ª dar regulamento e poder alterar o sistema das taxas”, sendo autorizado a fazer despesas para tal.

Em oposição ao aumento dos gastos públicos, Bernardo de Vasconcellos e Francisco de Paula Souza e Melo, dois dos principais membros da oposição liberal na Câmara, defenderam que a reforma dos Correios fosse feita por uma via alternativa. Segundo o deputado paulista, por meio da iniciativa privada, o Correio haveria de ser *“muito mais bem administrado”*. Assim, propôs Paula e Souza que, na possibilidade legal de se delegar os serviços postais a empresas, se desse preferência a esse método.

A proposta em questão suscitou ainda outros comentários e proposições. Raimundo José da Cunha Mattos sugeriu, por exemplo, que o governo delegasse aos presidentes de província a tarefa de estabelecer novos Correios: *“certamente as nossas comunicações haveriam de ser mais breves, e muito fáceis”*, dizia. Preocupado com as consequências do aumento dos portes para os usuários desse serviço, o governista d. Marcos Antonio de Souza (Bispo do Maranhão) recomendou que tarifas não fossem alteradas *“com grande dispêndio dos que mandam as cartas”*.

O projeto de lei apresentado pela Comissão de Fazenda acabou por incorporar as principais reivindicações feitas pelos deputados naquela seção, tal como se vê no seguinte texto encaminhado ao Senado:

Artigo 1º. O Governo fica autorizado para reorganizar o Correio Geral, e para estabelecer entre as Províncias do Império os Correios de mar e terra, que parecerem necessários para manter as relações entre elas, preferindo, quando for possível, o meio das empresas.

Artigo 2º. Fica também autorizado o Governo para formar os regulamentos que julgar convenientes para a sobredita reorganização, e estabelecimento dos Correios; podendo alterar a Legislação atual da maneira mais conducente a esse fim; e dando de tudo conta à Assembleia Geral na primeira sessão.²¹⁴

Aprovada por aquela casa sem objeções,²¹⁵ a proposta foi levada a cabo pelo Ministério dos Negócios do Império, em maio de 1829.²¹⁶ Anos mais tarde, os senadores Francisco de Paula Souza e Melo e Clemente Pereira – esse último havia sido chefe daquela secretaria no período em questão – se refeririam a esse episódio como a primeira vez em que o corpo legislativo nacional delegou ao governo responsabilidade por formar um regulamento com

²¹⁴ ANAIS DO SENADO DO IMPÉRIO DO BRASIL, 19 set. 1828, p. 246.

²¹⁵ Decreto de 30 de setembro de 1828. BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1878, pp. 70 – 71.

²¹⁶ Decreto de 5 de março de 1829. BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1877, pp. 70 – 71.

força de lei.²¹⁷

De todas as medidas previstas no amplo escopo do decreto em questão, a mais premente era, sem dúvida, a elaboração de um novo regulamento para os Correios. Dela dependiam todas as outras diligências especificadas no decreto, tais como o estabelecimento de rotas marítimas e terrestres; a contratação de particulares para o transporte das correspondências, a fixação de portes, etc. E para os gestores envolvidos nesse processo, o êxito dessas operações perpassava pelo estabelecimento de uma administração centralizada.

As reformas empreendidas em finais do século XVIII por agentes da ilustração portuguesa foram importantes, sobretudo, por vincularem os Correios ao Erário Régio, confirmando, assim, o caráter fiscal dessa repartição. Contudo, elas não lograram subordinar as diversas administrações postais ultramarinas ao Correio Geral do Reino, mesmo porque a racionalidade centralizadora que tal empreendimento demandava era em muitos aspectos incompatível com os ideais organizacionais de Antigo Regime, além de inviável sob o ponto de vista da logística de governabilidade.

No mesmo ano de sua chegada ao Brasil (1808), d. João promulgou o *Regulamento Provisional para a Administração Geral do Correio da Corte e Província do Rio de Janeiro*.²¹⁸ Como o próprio título indica, esse documento não propunha uma ampla reestruturação dos serviços postais; apenas fornecia diretrizes provisórias para a organização de um aparato administrativo local já existente.

A principal disposição do *Regulamento Provisional* dizia respeito ao efetivo da Corte, que foi fixado da seguinte maneira: um administrador, com ordenado de 600\$000 réis anuais;²¹⁹ um ajudante, no valor de 300\$000 réis anuais; dois oficiais papelistas recebendo por ano 160\$000 réis cada um; um oficial de peso – que tivera seu ordenado reduzido de 200\$000 para 140\$000 réis anuais por ser sua atribuição considerada “*insignificante*” – e, por fim, um correio de ofícios com diária de 200 réis.

Quanto às atribuições desses funcionários, ao administrador competia, além do

²¹⁷ ANAIS DO SENADO DO IMPÉRIO DO BRASIL, 01 fev. 1850, p. 20.

²¹⁸ Decisão nº 53 de 22 de novembro de 1808. BRASIL. *Coleção das Leis do Brasil de 1808*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891, p. 70.

²¹⁹ Em 1809, Manoel Theodoro da Silva, administrador do Correio da Corte, requereu o aumento de seu ordenado, alegando, para isso, o progressivo aumento de trabalho na repartição sobre seu comando. Esse requerimento foi atendido por meio de um decreto régio, em 23 de fevereiro de 1810, o qual elevava o ordenado do dito administrador à quantia de 800\$000 anuais, acrescendo-se a isso 150\$000, para despesas com o expediente da administração, visto que o ônus desse laboratório fosse por conta do próprio administrador.

“*governo econômico da Administração*”, a escrituração e a fiscalização da conduta dos demais funcionários da repartição. Já o ajudante serviria de escrivão da receita e despesa, podendo substituir eventualmente o administrador. Esses dois funcionários eram os únicos que tinham acesso às chaves do cofre da administração, sendo a eles atribuída a responsabilidade pelo mesmo.

Os outros funcionários dividiam-se, por sua vez, nas tarefas de tratamento da correspondência, atendimento ao público e demais misteres da repartição. Aos oficiais papelistas, por exemplo, competia elaborar listas nominais e entregar as cartas ao povo, devendo, para isso “*ter a casa competente aberta mais tempo que o do trabalho ordinário*”. Quanto ao correio de ofícios, esse deveria ter “*cuidado e asseio*” na entrega das correspondências, tanto públicas como privadas.

O *Regulamento Provisional* ainda dividia o expediente dos Correios da Corte em dois turnos: de manhã, os trabalhos começavam às oito horas e, à tarde, eram reiniciados às três horas, estendendo-se frequentemente pela noite. Esses horários, bem como a escala de saídas das malas do Correio para as diferentes capitanias deveriam ser tornados públicos por meio de um Edital a ser fixados na porta da administração.

Essa estrutura organizacional não deixou de existir com a reforma, pelo contrário: concomitantemente à criação da Diretoria Geral dos Correios (artigo 1º),²²⁰ houve uma ampliação do quadro de funcionários da Corte, acrescentando-se a ele um contador; um tesoureiro; um oficial papalista; três praticantes; um porteiro e três correios de ofícios (artigo 2º). Os ordenados dos novos funcionários foram, ademais, fixados, enquanto os dos antigos sofreram reajuste.

Posto que coexistentes, os cargos de diretor e de administrador tinham lugares institucionais bastante distintos.²²¹ Ao primeiro competia “*fiscalizar, promover, e dirigir a administração geral de todos os Correios; e propor ao Governo pela Secretaria de Estado dos*

²²⁰Regulamento da Administração Geral dos Correios (homologado pelo Decreto de 5 de março de 1829). BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1877, pp. 208 - 250.

²²¹ Semelhante distinção já havia sido apresentada no *Regimento Geral para os Correios* (1805). “*Para o Governo e responsabilidade geral dos objetos do Correio em todo o Reino*”, diz o documento, haveria um Sub-Inspetor que, subordinado à inspeção do Ministério dos Negócios do Reino, serviria nesse posto “*somente pela honra e consideração*” de ser encarregado “*de um ramo tão importante de Administração Pública*”. As incumbências desse funcionário eram quase as mesmas especificadas no regulamento de 1829 para o Diretor Geral: “*propor ao Inspetor todos os meios que a prática mostrasse serem convenientes para melhorar qualquer ramo da Administração econômica, ou para facilitar o melhor e mais pronto serviço interno e externo dessa Repartição*”. O regimento de 1805 também instituíra um Diretor “*para o governo econômico, exação e bom serviço público do Correio Geral, e das suas competentes relações com os Correios das Províncias*”. A jurisdição desse cargo repartia-se em três administrações: a primeira relativa aos Seguros; a segunda para as Cartas do Reino e a terceira para as cartas estrangeiras e de Ultramar. Decreto de 8 de abril de 1805 [Regimento Geral para o Correio]. *Coleção da Legislação Portuguesa* (1082 – 1810). Lisboa: Tipografia Maignrense, pp. 345 – 349.

Negócios do Império todos os meios” que a prática administrativa mostrasse “*convenientes para melhorar a mesma Administração*”.²²² Já o administrador, cargo de natureza mais técnica que política, era responsável pelas seguintes funções:

A fiscalização da receita e despesa, e o governo econômico da administração do Correio Geral desta Corte e Província; fazer com que todos os empregados cumpram exatamente os seus deveres; vigiar que o giro dos Correios se pratique com a maior regularidade possível, e que a entrega das cartas seja feita com toda a brevidade e exatidão necessária; procedendo imediatamente à suspensão de qualquer empregado nos Correios da sua administração que for convencido de ter ofendido por alguma forma a inviolabilidade do segredo das cartas [...]; fazendo no caso de existir criminalidade, as participações necessárias aos Ministros criminais competentes, para procederem na conformidade das leis do Império; dando ao mesmo tempo conta de tudo ao Diretor Geral dos Correios (artigo 3º).²²³

Com o reajuste salarial de 1829, o ordenado desse funcionário passou de 800\$000 para 1:200\$000 réis, equivalendo, portanto, aos vencimentos de outros titulares da pasta dos Negócios do Império, tais como o Diretor do Jardim Botânico e diversos lentes da Faculdade de Medicina da Corte.²²⁴

A preocupação do governo brasileiro com os rendimentos da Administração Geral ficou patente nos artigos que tratam da contabilidade dessa repartição. Segundo o regulamento, eram atribuições Tesoureiro: “*arrecadar o porte das cartas, fiscalizando a maneira, porque este se recebe das partes*” (artigo 6º). Para que esse funcionário pudesse desempenhar a contento suas funções, todos os praticantes e demais oficiais deveriam estar “*debaixo de sua imediata inspeção*”, podendo ser despedidos, caso levantassem suspeitas em seu superior. Ao Tesoureiro também competia arrecadar passagens e fretes de encomendas pagos por passageiros dos paquetes; além de prêmios de seguros e gratificações pagas pelos assinantes que desejassem receber a correspondência em casa.

²²² Ao Diretor Geral também foi prevista uma gratificação anual cujo valor, não especificado no regulamento, deveria cobrir as despesas que esse empregado porventura fosse obrigado a fazer.

²²³ Note-se que o regulamento dava autonomia ao administrador para efetuar suspensões de funcionários a ele subordinados, quando fossem comprovadas infrações, sobretudo no tocante ao direito de sigilosidade postal. Contudo, em situações de polarização política como nos anos finais do Primeiro Reinado, tal prerrogativa poderia ensejar situações tais como a denunciada no jornal *Astréa* por um correspondente de pseudônimo *Anti-luso Carioca*: “*Snr. Redator. – Desejara que Vme. pela sua folha nos declarasse o Correio desta Cidade é Tribunal? Se o Snr. Administrador pode proibir que os Empregados da sua Repartição usem de chapéus de palha feitos aqui no Brasil? Se há Lei que ordene a qualidade do chapéu de que os Empregados públicos devam usar quando vão às suas Repartições? E se essa Lei estabeleceu a exceção única a favor do Administrador do Correio que há muito tempo não usa senão de chapéu de palha; é verdade que feitos na Europa? Estas perguntas desejamos ver respondidas, pois sabemos que o Snr. Caetano Luiz de Araújo Administrador do Correio proibiu hoje a dois Empregados da sua Repartição entrarem para ela com chapéus de palha brasileira e manufaturados por um Cidadão Brasileiro*”. In: ASTREA, 29 mar. 1831.

²²⁴ “Quadro Demonstrativo dos Empregados das diversas Repartições Públicas anexas à Secretaria de Estado dos Negócios do Império”. ANRJ, NA, Rio OF, Códice 196, v. 1 (1833).

Ao final de cada dia, o Tesoureiro deveria entrar no cofre da administração geral e lá depositar o produto das diversas operações ocorridas naquele expediente, “*formando-se um sistema de escrituração simples e clara*” (artigo 154º). Quanto à prestação de contas, determinava-se que, no dia 3 de cada mês, esse mesmo funcionário se dirigisse ao Tesouro Público de com todo o rendimento líquido do mês antecedente e acompanhado de uma certidão elaborada pelo contador da referida repartição (artigo 7º).²²⁵ Essa mesma entrada deveria ser feita nas Juntas de Fazenda provinciais pelos administradores dos Correios, visto que eles também servissem como tesoureiros.²²⁶ Além disso, determinou-se que no princípio do mês de julho caberia ao diretor geral enviar um mapa da receita e despesa de todo o ano antecedente (artigo 155º).

Anteriormente à reforma, a nomeação dos funcionários provinciais era feita pelas Juntas de Fazenda.²²⁷ Com o novo regulamento, essa competência ficou “*a arbítrio do Diretor Geral*” (artigo 21º), o que demonstra a intenção do governo em centralizar não apenas a capacidade extrativa, mas também a cadeia decisória da repartição. Além disso, definiu-se que todas as cidades e vilas do Império deveriam possuir, obrigatoriamente, agências postais (artigo 24º), sendo as municipalidades responsáveis pelo provimento de recursos para esses ensaios por período de 1 ano (artigo 25º),

[...] e no fim do mesmo ano [as agências] farão novas participações acompanhadas de uma conta da receita e despesa, que tiver havido, para se tomarem por parte da Administração Geral, se assim convier, ou se mandar continuar o ensaio por mais outro ano; no fim do qual ficarão tais Correios indefectivelmente a cargo da mesma Administração.

Em arraiais e demais povoações pequenas onde não houvesse necessidade de um empregado efetivo, as municipalidades ficariam responsáveis por nomear particulares que merecessem “*confiança pública*” para cuidar do expediente dos Correios. Sem ordenado, essas pessoas teriam direito a 12% da arrecadação mensal com portes, em benefício das despesas que

²²⁵ Essa disposição não deve ter ficado muito clara aos funcionários nela implicados, pois em 10 de julho de 1829, a Secretaria da Fazenda emitiu um aviso com instruções ao Tesoureiro da Administração Geral dos Correios sobre como proceder corretamente ao envio das folhas de pagamento. Nesse mesmo mês, o Ministério do Império expediu uma ordem para que as contas mensais das despesas e as folhas dos empregados da Administração geral fossem enviadas àquela secretaria para depois serem encaminhadas ao Tesouro. Aviso nº 119 [Fazenda] de 10 de julho de 1829; Portaria nº 122, de 20 de Julho de 1829. In: BRASIL. *Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1877, pp. 106 – 107; 108 – 109.

²²⁶ O artigo 23º das *Instruções para os Correios da América* anexa ao Alvará de 1798 já determinava que todos os meses as Juntas de Fazenda tomassem conta dos livros de contabilidade das administrações postais.

²²⁷ Segundo as instruções anexas ao Alvará de criação dos Correios Marítimos para o Brasil (1798), às Juntas de Fazenda era encarregada “*a direção, governo e criação dos correios nos ditos Estados [e] a nomeação provisional dos seus Officiais e empregados*”. Essas nomeações deveriam recair “*em pessoas de conhecida probidade*”, sendo o administrador “*pessoa bem estabelecida e de crédito*”.

tivessem de fazer com o expediente postal (artigo 30º).

Essa era, portanto, a arquitetura institucional dos Correios tal como a concebeu o governo imperial, em 1829. Seu vigamento era calcado, sobretudo, na centralização das operações contábeis, mas também na uniformização do expediente: mesmos horários de serviço; mesmo modo de abrir malas e distribuir cartas, mesmo cálculo de portes, etc.²²⁸ Todavia, em se tratando de despesas, a lógica invertia-se: nesse caso, a regra era descentralizar ao máximo os custos do serviço, o que significava arcar apenas com as despesas das repartições situadas na Corte e nas capitais de província.

Para padronizar a escrituração, o novo regulamento fornecia os seguintes modelos: uma guia contendo o número e o valor dos maços inclusos em cada malote (ANEXO 2); uma fatura contendo o número e o valor das cartas inclusas em cada maço (ANEXO 3) e uma fatura específica das cartas que fossem remetidas para outras agências (ANEXO 4). Esses papéis deveriam ser preenchidos pelos administradores de todo o Império e enviados juntamente com os malotes postais (artigos 41º e 46º).²²⁹

No que tange à distribuição das cartas, continuaram em vigor as listas nominativas utilizadas desde o período colonial para comunicar aos destinatários que suas correspondências estavam disponíveis nas agências (artigo 48º). As missivas que não fossem procuradas pelo público seriam lançadas em uma “*Lista de cartas atrasadas*” (artigo 55º) para, doze meses depois, queimarem publicamente à porta do Correio (artigo 56º).²³⁰ Além disso, não era permitido a nenhum empregado do Correio separar ou tirar cartas para pessoas particulares (artigo 20º).²³¹

Para que a entrega das cartas nas agências se fizesse com regularidade, o administrador deveria ter “ *muito particular cuidado*” na observância das seguintes regras: despachar as pessoas por ordem de chegada e “*sem preferência*” e evitar que se travassem “*razões entre os*

²²⁸ Esses temas correspondem ao título II do regulamento – *Da economia e direção dos trabalhos*.

²²⁹ Consta no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro duas caixas com documentos da administração dos Correios da província de São Pedro, relativos ao período de 1833 a 1838. Entre esses documentos, encontramos aproximadamente duas centenas desses formulários destinados Administração Geral dos Correios do Rio de Janeiro. No momento, estamos avaliando como proceder metodologicamente à análise desse rico material. A notação desse conteúdo é: ANRJ, Série Comunicação ICC3 – cxs. 27 e 30.

²³⁰ Note-se que o *Regimento do Correio* de 1805 já determinava que as cartas do Reino que por espaço de um mês não fossem retiradas por seus respectivos donos seriam reputadas como *perdidas*; sendo lançadas em um livro específico para essa escrituração; passados dois anos, esse material poderia ser incinerado presença dos funcionários da repartição (artigo 30º).

²³¹ Semelhante determinação já havia sido esboçada pelo ministro da Fazenda quando instruiu o administrador do Correio a lançar em lista todas as cartas, não entregando nenhuma a crédito, nem recebendo emolumentos dos que procuravam correspondências após o prazo definido para as queimas. Aviso nº 125 de 30 de agosto de 1828. In: BRASIL. *Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1878, p. 114.

empregados” e o público, podendo recorrer ao guarda da casa do Correio caso algum cliente perturbasse a boa ordem (artigo 52º). Quanto à entrega domiciliar, estabeleceu-se uma anuidade de dez a vinte mil réis para as casas de comércio e demais particulares que desejassem pagar por esse serviço (artigo 53º).²³² Vale observar que, embora ninguém pudesse ser compelido a tirar do Correio ou receber em casa cartas que lhe fossem dirigidas, não se permitia uma retirada parcial de correspondências (artigo 59º).

O regulamento manteve o método antigo de cobrança pelo serviço, determinando que as cartas fossem pesadas e os valores dos portes anotados no sobrescrito das mesmas. Nos casos de pagamento adiantado, inscrevia-se a marca – *franca* – nas missivas. Essas operações deveriam ser feitas com o auxílio de “*balanças competentes*” e com “*a maior regularidade e exatidão possível*” (artigo 61º).

O cálculo dos portes das cartas transportadas por Correios marítimos levava em consideração duas distâncias: a primeira “*entre o porto do Rio de Janeiro e todos os mais portos do Império, e de uns para os outros entre si*” e a segunda “*do lugar do primeiro Correio de terra, donde partirem as cartas até o Correio do porto do seu embarque*” (artigo 62º). A progressão desse primeiro trajeto (TABELA 6) (ANEXO 5) permaneceu a mesma da legislação colonial: 20 réis a cada duas oitavas. Se considerarmos a notável inflação dos preços ocorrida na década de 1820, pode-se estimar que houve mesmo um barateamento do serviço postal no Brasil.²³³

²³² No ano seguinte à promulgação do regulamento, o governo teve de emitir uma portaria especificando o sentido dessa disposição, visto que o Diretor Geral dos Correios, Diogo Jorge de Brito (então já falecido), houvesse estabelecido uma anuidade de 16 réis para caixeiros que desejassem receber sua correspondência privativa na casa de comércio onde trabalhavam. Segundo o documento em questão, a ordem do Diretor Geral era “*prejudicial à Fazenda Pública, pois somente se devem entender por cartas de tais casas aquelas que lhes forem dirigidas com os nomes dos donos, chefes, ou representantes delas, ou com a firma por que forem conhecidas na Praça*”. Nesse sentido, os caixeiros precisavam de convenções separadas, as quais deveriam ser feitas, “*pelo preço mais cômodo*” que fosse possível [Portaria n. 299, de 14 de dezembro de 1830]. In: BRASIL. *Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1876, p. 171.

²³³ Para uma análise sobre a política inflacionária do período pós-Independência, ver: ÓNODY, Olivier. *A Inflação Brasileira (1820 – 1958)*. Rio de Janeiro: s/ed., 1960; PELÁEZ, Carlos Manuel; SUZIGAN, Wilson. *História Monetária do Brasil*. 2ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

Tabela 6 – Tarifas dos portes de Correio marítimo (1829)

Peso (em oitavas)	Valor (em réis)
2	\$20
4	\$40
6	\$60
8	\$80
10	\$100
12	\$120
14	\$140
16	\$160
18	\$180
20	\$200
22	\$220
24	\$240
26	\$260
28	\$280
30	\$300
32	\$320
34	\$340
36	\$360
38	\$380
40	\$400

Fonte: Decreto de 5 de maio de 1829. BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1877, p. 240.

Enquanto os portes de mar eram determinados com base apenas no peso dos objetos postais, seus congêneres pela via terrestre continuaram a se pautar pelo complexo sistema de cálculo que multiplicava o peso das correspondências pela distância percorrida pelos condutores. No afã de garantir equidade geográfica entre a Corte e as localidades do interior contempladas pela legislação, foram estabelecidas doze zonas postais de quinze léguas cada (artigo 65º), não obstante a tabela anexa ao regulamento (TABELA 7) (ANEXO 6) conter apenas dez distâncias:

Tabela 7 – Tarifas dos portes de Correio terrestre – em réis (1829)

Peso (em oitavas)	Santo Antonio de Sá	Friburgo; Cantagalo	SJDR; Barbacena; Queluz; Ilha Grande; Paraty; Macaé; Campos	São Paulo e Vilas do Norte desta Província; Ouro Preto	Vilas do Sul de São Paulo; Mariana; Tamanduá; Espírito Santo	Sabarará; Vila da Campanha; Pitangui	Iguape; Vila de São Matheus	Vila do Príncipe; Paranaguá	Tejuco	Mato Grosso; Goiás; Paracatu
até 2	\$10	\$20	\$40	\$50	\$60	\$70	\$80	\$100	\$110	\$120
até 4	\$20	\$40	\$80	\$100	\$120	\$140	\$160	\$200	\$220	\$240
até 6	\$30	\$60	\$120	\$150	\$180	\$210	\$240	\$300	\$330	\$360
até 8	\$40	\$80	\$160	\$200	\$240	\$280	\$320	\$400	\$440	\$480
até 10	\$50	\$100	\$200	\$250	\$300	\$350	\$400	\$500	\$550	\$600
até 12	\$60	\$120	\$240	\$300	\$360	\$420	\$480	\$600	\$660	\$720
Até 14	\$70	\$140	\$280	\$350	\$420	\$490	\$560	\$700	\$770	\$840
até 16	\$80	\$160	\$320	\$400	\$480	\$560	\$640	\$800	\$880	\$960
até 18	\$90	\$180	\$360	\$450	\$540	\$630	\$720	\$900	\$990	1\$080
até 20	\$100	\$200	\$400	\$500	\$600	\$700	\$800	1\$000	1\$100	1\$200
até 22	\$110	\$220	\$440	\$550	\$660	\$770	\$880	1\$100	1\$210	1\$320
até 24	\$120	\$240	\$480	\$600	\$720	\$840	\$960	1\$200	1\$320	1\$440
até 26	\$130	\$260	\$520	\$650	\$780	\$910	1\$040	1\$300	1\$430	1\$560
até 28	\$140	\$280	\$560	\$700	\$840	\$980	1\$120	1\$400	1\$540	1\$680
até 30	\$150	\$300	\$600	\$750	\$900	1\$050	1\$200	1\$500	1\$650	1\$800

Fonte: Decreto de 5 de maio de 1829. BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1877, p. 241.

Note-se que as cartas simples, quer já houvessem sido transportadas por mar, quer fossem exclusivamente por terra, eram taxadas na razão de dez réis para cada quinze léguas, não podendo exceder cento e vinte réis de porte. Já cartas de até quatro oitavas deveriam pagar vinte réis até a primeira distancia, progredindo-se esse valor de forma que o porte máximo dessa categoria, ainda que as missivas viessem “*dos lugares mais longínquos do Império*”, não excedesse duzentos e quarenta réis (artigo 66º). Esses valores eram, contudo, apenas projeções, dada a ausência, reconhecida pelo governo, de “*tabelas exatas, calculadas sobre as verdadeiras distâncias*”. As únicas cartas que passaram a pagar o porte atualizado a partir daquela data foram as de 2/8 que iam da Corte para o Tejuco (120 réis), Tamanduá (60 réis), Pitangui (60 réis) e Paracatu/ Goiás/ Mato Grosso (120 réis), tal como estipulado na tabela.

O regulamento também legislava sobre o método de arrecadação da correspondência estrangeira, o que colocava fim, ao menos formalmente, nas lacunas sobre o tema existentes na legislação de 26 de fevereiro de 1810.²³⁴ Assim, as cartas que viessem da Inglaterra em pacotes

²³⁴ Consta que a Administração do Correio da Corte estivesse cobrando “*indevidamente das cartas vindas pelos navios mercantes ingleses o mesmo porte de cartas*” conduzidas por embarcações nacionais; Tal situação obrigava

ingleses pagariam porte segundo tabela em anexo ao regulamento (TABELA 8) (ANEXO 7).

Caso viessem em navios mercantes, ou mesmo de guerra, esses objetos pagariam cento e vinte réis até quatro oitavas de peso, ainda que pesassem menos de uma oitava. A progressão dos portes, nesse caso, era calculada na razão de trinta e cinco réis a cada duas oitavas de peso (artigo 69º).

Tabela 8 – Tarifas dos portes das cartas conduzidas por paquetes ingleses (1829)

Peso (em oitavas)	Valor (em réis)
2	\$330
4	\$660
6	\$990
8	1\$320
10	1\$650
12	1\$980
14	2\$310
16	2\$640
18	2\$970
20	3\$300
34	5\$610
36	5\$940
38	6\$270
[...]	[...]
150	24\$750

Fonte: Decreto de 5 de maio de 1829. BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1877, p. 242.

Vimos anteriormente que o franqueamento de gazetas, jornais e demais impressos suscitou polêmicas nas primeiras legislaturas. Isso porque tal material encerrava um dilema: era fonte de renda ou vetor de *luzes*?

O governo reiterou parcialmente as decisões parlamentares nesse sentido, ao isentar de porte os periódicos que fossem dirigidos a bibliotecas publicas (artigo 71º). Esse mesmos impressos, se endereçados a particulares, pagariam, porém, meio porte das cartas, desde que fossem acondicionados “*sem capa [e] presos com tiras de papel*” de forma a evitar contrabando (artigo 72º). A regra do meio porte também valia para periódicos estrangeiros, taxados segundo

os donos de amostras de fazenda e de gazetas a pagar por esses materiais “*um porte que não [era] devido*”. Em face disso, ordenou-se que as cartas que viessem pelos navios de comércio só pagassem 120 réis “*por uma simples carta de folha de papel, e das mais em proporção*”. Quanto às gazetas e amostras de fazenda, documento apenas menciona que deveria ser cobrado “*o que se pratica na Grã-Bretanha por iguais artigos*”. Aviso de 14 de novembro de 1812. BRASIL. *Coleção das Leis do Brasil de 1812*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891, pp. 48 – 49.

a tabela dos paquetes ingleses (artigo 73º). Essas disposições foram ademais estendidas a autos e processos judiciais que as partes tivessem de remeter por via de recurso às Relações ou Tribunais (artigo 74º).

Os únicos materiais que receberam franqueamento absoluto foram os papéis do serviço público.²³⁵ Eram consideradas dessa categoria “*as cartas que as Autoridades e Funcionários Públicos dirigem a pessoas particulares e vice-versa, todas as vezes que nos sobrescritos se declare o nome ou emprego de quem as dirige ou a quem se dirigem, e nelas se escreva a nota – Serviço Público*” (artigo 75º). Essa exigência de identificação do teor da correspondência buscava coibir o uso abusivo da isenção tarifária para campanhas políticas, difamações de adversários e manipulação de informações durante períodos eleitorais.

O capítulo relativo à cobrança de portes terminava com uma série de restrições à remessa privada de correspondência. Nesse sentido, determinava-se que, nos lugares onde houvessem Correios “*regularmente estabelecidos*” ficaria “*proibida toda e qualquer remessa de cartas, sem ser pelas malas dos mesmos Correios*”. Às pessoas que infringissem essa lei seria imposta uma multa de dez a trinta mil réis (artigo 81º). Exceção era feita aos escravos, criados ou caixeiros que conduzissem cartas para seus senhores, bem como aos boiadeiros, tropeiros e demais prestadores de serviços que transportassem correspondências para seus contratantes (artigo 82º). Para aqueles que não estivessem nesses casos, mas que, mesmo assim, desejassem ser portadores de cartas particulares, era prevista tal possibilidade, desde que fossem pagos os competentes portes nas agências do Correio e se inscrevessem a marca – *franca* – no sobrescrito das ditas cartas (artigo 83º).

Quanto aos seguros, preservou-se o costume segundo o qual as administrações postais não se responsabilizavam pela remessa de joias, bilhetes de loteria ou dinheiro em espécie.²³⁶ O pagamento desse serviço – 800 réis – deveria ser feito juntamente com o do porte correspondente ao peso dos referidos materiais. De cada seguro, dar-se-iam dois recibos (ANEXO 8): o primeiro, denominado “*cautela*” seria entregue ao segurador e o outro seria anexado ao maço ou carta segura (artigo 84º). Um terceiro documento, assinado pelo destinatário da correspondência no momento da recepção, deveria retornar a agência dos Correios onde se efetuou o dito seguro (artigo 85º).

²³⁵ Vale observar que a portaria n. 34 de 4 de outubro de 1816 já legislava em sentido semelhante ao isentar de porte as cartas de ofício que fossem dirigidas aos Ministros de Estado e aos oficiais maiores das respectivas secretarias. BRASIL. *Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890, p. 30.

²³⁶ O Aviso de 14 de março de 1801 continha a seguinte interdição: “*É proibido misturar com as Cartas encomendas de toda e qualquer natureza, ou dinheiro, a fim de que as Correspondências possam marchar com segurança e celeridade*”.

No caso – “*não esperado*”, frisava o regulamento – de extravio de alguma carta segura, o administrador que houvesse assinado a cautela seria obrigado a pagar ao segurador a indenização de 50\$000 réis, além das ações criminais, que pudessem ocorrer quando comprovado dolo (artigo 86º). Para que a fiscalização pudesse ocorrer, o regulamento determinava que do segundo tipo de recibo fosse feita uma guia com todas as cartas e papéis seguros (ANEXO 9).

A preocupação do governo em garantir seu monopólio também fica evidente em diversos artigos do regulamento que tratam da condução de malas pelos Correios de terra. Para distinguir os condutores licenciados, determinava-se que eles fossem “*sempre acompanhados de competentes guias, assignadas pelos Administradores, e seladas com o selo das Armas Imperiais*” e que portassem, no chapéu ou pendente no pescoço, “*uma chapa de figura oval, branca, ou amarela, com a legenda – Correio de...*” (artigo 89º). Esses empregados seriam ademais proibidos de receber cartas avulsas e, se o fizessem, poderiam ser multados na forma do artigo 81º ou mesmo despedidos, caso reincidissem na contravenção (artigo 93º).

No intuito de disponibilizar tempo para que as pessoas respondessem às cartas, o regulamento determinava que a chegada dos Correios de terra ocorresse na antevéspera do dia assinalado para a partida (artigo 97º). Exceção era feita à correspondência que partia da Corte para São Paulo e Minas Gerais (e vice versa): nessas províncias, por serem “*de maior expediente*”, o giro dos condutores se dava em um menor intervalo de tempo e segundo itinerário determinado (ANEXO 10).

No meio marítimo, onde o tráfico de correspondências era bastante comum,²³⁷ obrigava-se que todos os comandantes, capitães ou mestres de navios entregassem ao agente do Correio todas as cartas que trouxessem, podendo receber por isso uma comissão facultativa de 30 réis por objeto (artigo 113º). Nesse mesmo sentido, proibiam-se “*todos os navios de guerra, e mercantes, nacionais ou estrangeiros*” de receberem “*cartas particulares fechadas*”, a exceção da correspondência relativa aos negócios das próprias embarcações. Ademais, “*todos os comandantes, oficiais, mestres, passageiros, ou qualquer pessoa da tripulação*” que fossem

²³⁷ A preocupação do governo com a observância da lei no meio marítimo era recorrente: em 18 de novembro de 1829, o Ministério da Fazenda expediu um decreto no qual ordenava às autoridades alfandegárias que remetessem à repartição do Correio quaisquer cartas ou maços com sobrescritos que acompanhassem os manifestos dos navios que entrassem no porto da Corte. Em dezembro do ano seguinte, foi a vez do Ministério dos Negócios do Império proceder nesse sentido: ordenou-se que houvesse a bordo dos paquetes um exemplar do regulamento dos Correios, a fim de que os comandantes e outros empregados o pudessem consultar “*em caso de dúvida, evitando-se assim muitos erros, faltas e contestações*”. Essa medida tinha sua razão de ser pois, no mês anterior à sua promulgação, o comandante do “Paquete da Bahia”, Tenente Francisco José de Melo, havia zarpado do Rio para os portos do Norte sem a necessária ordem do Diretor Geral dos Correios tal como previsto no regulamento de 1829. Aviso de 18 de novembro de 1829. In: BRASIL. *Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1876, p. 162.

encontrados portando cartas seriam multados em dez a trinta mil réis (artigo 114º), ficando sujeito à mesma multa “*todo e qualquer individuo residente nas cidades e vilas notáveis*” que não entregasse nos Correios as cartas que recebidas por esse meio, fossem elas nacionais ou estrangeiras (artigo 115º). Não obstante essas proibições, autorizava-se os sobretidos navios mercantes e de guerra a conduzir malotes, desde que esses fossem sujeitos aos portes estabelecidos pela administração dos Correios (artigo 116º).

O encaminhamento de cartas, ofícios e materiais impressos não era o único serviço cuja exclusividade interessava ao governo garantir. Nesse sentido, o novo regulamento dos Correios também legislava sobre a admissão de passageiros e encomendas diversas nos paquetes imperiais.

Em relação ao primeiro tópico, determinou-se que o reajuste do valor das passagens estipulado para o ano financeiro de 1829/30 (ANEXO 11) fosse feito pelo Ministério da Marinha. A essa repartição também era facultado designar o número de passageiros que cada embarcação poderia transportar (artigo 122º).

Aqueles que pretendessem obter passagem nos paquetes deveriam, primeiramente, dirigir-se aos seus comandantes, habilitados com passaporte do Ministério da Marinha ou de qualquer outra secretaria (artigo 123º). O comandante lhes designaria o número do camarote que deveriam ocupar, passando-lhes um conhecimento (ANEXO 12) por ele assinado (artigo 124º). Com esse documento, os passageiros iriam então até a administração do Correio pagar a passagem competente (artigo 125º). Para evitar que algum passageiro desistisse da viagem depois de expedido o conhecimento do comandante e, assim, inviabilizasse a ocupação de algum camarote, determinava-se prazo de até 48 horas antes da partida do paquete para que os comprovantes de pagamento fossem apresentados a bordo (artigo 126º).

O regulamento ainda legislava sobre as comedorias, delegando aos comandantes dos paquetes a responsabilidade pelo reajuste dos preços estipulados para aquele ano financeiro (ANEXO 13) (artigo 127º). Note-se que, enquanto para as duas primeiras categorias de viagem – do Rio de Janeiro para os portos do Sul e Norte e da Bahia para os portos de Alagoas e Pernambuco – o valor das comedorias era fixo, na volta dos quatro portos do Norte para Pernambuco dobra-se o preço desse serviço.

Toda a bagagem que excedesse “*12 arrobas de peso, ou [...] 8 pés cúbicos de volume*”, não incluindo o que pudesse ser levado pelos passageiros e pela tripulação dentro dos camarotes, seria considerada encomenda e estaria sujeita ao frete competente. Excetuava-se dessa regra os gêneros de mantimentos que os passageiros quisessem levar a bordo para seu consumo durante a viagem (artigo 128º).

O regulamento determinava que, “*em tempo de paz*”, fossem aceitos quaisquer gênero de encomendas, desde que não excedessem o peso de meia carga correspondente a sua lotação.²³⁸ Apenas pólvora, armamentos e líquidos inflamáveis eram vetados a bordo, salvo por ordem e conta do governo (artigo 131º). A escrituração desse material, assim como a dos passageiros, seria feita pelo escrivão do pacote, ao qual competia registrar três recibos “*segundo o estilo mercantil*” (ANEXO 14) (artigo 132º).

Ao deixar as encomendas nas alfândegas, os despachantes se dirigiriam aos Correios para pagar o frete; apenas a vista desse pagamento poderiam as encomendas ser recebidas a bordo no porto de embarque (artigo 134º). O preço dos fretes seria, ademais, regulado no princípio de todos os trimestres pela administração dos Correios, “*com atenção aos preços correntes das Praças respectivas*”, os quais nunca poderiam ser excedidos (ANEXO 15).

Logo que os pacotes ancorassem nos portos de destino, ao escrivão competia dentro de 48 horas remeter à alfândega local as encomendas, “*acompanhadas de uma relação exata, extraída do livro da carga, para verificação da entrega*”; os donos dessas mercadorias deveriam, por sua vez, apresentar o recibo de entrega das mesmas na administração dos Correios, de forma a se responsabilizarem “*pelos faltas, e pelos extravios de direitos que, por sua culpa, ou omissão*” acontecessem (artigo 137º).

Os comandantes dos pacotes ficariam obrigados a pagar pelas avarias que procedessem “*de defeito do navio, ou de mau acondicionamento das encomendas, ou de roubo de todo, ou parte delas, ou extravio qualquer, acontecido no mar*” a exceção do que fosse feito “*por força superior*”. Para essa indenização, receberiam os destinatários 25% da importância total dos fretes de todas as encomendas. Fora esses casos, o regulamento isentava os comandantes e a Fazenda Pública de qualquer responsabilidade (artigo 138º).

Essas são, pois, as principais disposições contidas no *Regulamento da Administração Geral dos Correios*. Dois meses após a promulgação desse dispositivo, o governo expediu uma portaria declarando sem efeito todas as leis, instruções ou ordens anteriores relacionadas aos Correios.²³⁹ Fundava-se, assim, uma nova ordem administrativa, de caráter marcadamente nacional, que tinha por escopo três intenções fundamentais: conquistar a confiança do público, reiterando, para isso, o princípio de inviolabilidade das correspondências; centralizar a extração de renda, ao simplificar a contabilidade nas repartições postais e garantir o monopólio por meio

²³⁸ Os volumes não poderiam exceder “*mais de dois quintais de peso*”; se fossem líquidos, não se admitiam “*senão até barris de quatro em pipa*” (artigo 133º).

²³⁹ Portaria nº 72 de 22 de abril de 1829. BRASIL. *Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1877, p. 65.

do combate ao contrabando e à remessa privada.

Em abril de 1829, o comandante de esquadra Diogo Jorge de Brito²⁴⁰ assumiu o recém-criado cargo de diretor geral dos Correios, sendo-lhe afiançado 1:200\$000 réis anuais, em conformidade com o regulamento então em vigor. Como a concessão de gratificações a funcionários necessitava de aprovação parlamentar, era de se esperar que o governo enviasse uma cópia do novo regulamento à Câmara dos Deputados após o início do ano legislativo, o que não aconteceu. Em face dessa omissão, Bernardo de Vasconcellos requereu ao ministro Clemente Pereira que prestasse contas de suas ações, consideradas “*invasivas e arbitrárias*” por Lino Coutinho²⁴¹ e “*usurpações do poder legislativo*” por Ribeiro de Andrada.²⁴²

As críticas da oposição liberal continuaram mesmo após a substituição do gabinete clementino, ocorrida em dezembro daquele ano.²⁴³ Em maio de 1830, Holanda Cavalcanti rememorava os acontecimentos daquela gestão dizendo que, à testa do ministério, encontrava-se “*um indivíduo capaz de tudo alterar, tudo confundir, tudo atrapalhar*”. Esse indivíduo, alegava o deputado baiano, “*se arvorava em legislador com o pretexto de boa ordem*”, tendo legislado em assuntos como o dos Correios de forma a favorecer “*aqueles que ele queria ter em seu partido*”. E concluía: “*tudo quanto aparece deste ministro é incapaz, tudo é prostituído*”.²⁴⁴

O clima de desconfiança em relação à maneira como o governo estava conduzindo a reforma era corroborado, ademais, pela discrepância entre o valor solicitado para gastos com os Correios naquele ano – 150:000\$000 réis – e a renda estimada para esse ramo do serviço público: apenas 20:000\$000 réis. Em face disso, Vasconcelos e Holanda Cavalcanti apresentaram diferentes emendas no sentido de impedir que o governo gastasse verbas que não fossem geradas pelos próprios Correios;²⁴⁵ já Lino Coutinho, após dizer que não sabia se era

²⁴⁰ Oficial de origem portuguesa com experiência nos quadros burocráticos do Império, Jorge de Brito permaneceu no cargo de Diretor Geral dos Correios até sua morte, em maio de 1830, quando foi substituído interinamente por Caetano Luiz de Araújo, então administrador do Correio da Corte. In: LOPES, Domingos de Castro. *O Correio Brasileiro: notícia histórica*. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1909, p. 76.

²⁴¹ ANAIS DO PARLAMENTO BRASILEIRO, 18 maio 1829, p. 89 – 90.

²⁴² ANAIS DO PARLAMENTO BRASILEIRO, 02 jun. 1830, p. 307.

²⁴³ O gabinete ministerial que sucedeu aquele de novembro de 1827 tinha originalmente José Joaquim Carneiro de Campos (Marquês de Caravelas) e Felisberto Caldeira Brant (Marquês de Barbacena) à frente das pastas dos Negócios do Império e da Fazenda, respectivamente, In: JAVARI, *op. cit.*, p. 24.

²⁴⁴ ANAIS DO PARLAMENTO BRASILEIRO, 12 maio 1830, p. 126.

²⁴⁵ A emenda de Holanda Cavalcanti foi apresentada em sessão de 7 de julho de 1830 e continha o seguinte teor: “*Que a administração do correio seja fixada segundo a tabela do parecer a parte com a condição de ser para essa despesa aplicada unicamente os meios de receita do mesmo correio*”. Vasconcelos, por sua vez, fez a seguinte

melhor “*acabar com semelhante estabelecimento*”, propôs que a remessa do subsídio para a repartição em questão ficasse em aberto até que uma Comissão destinada para a análise do novo regulamento desse o seu parecer.

A proposta de Lino Coutinho foi reiterada por outro liberal bastante atuante na Câmara, Ferreira de Melo, que requereu que as instruções para o funcionamento da Administração Geral dos Correios fossem examinadas pela Comissão de Constituição, a qual era composta pelos deputados Diogo Antonio Feijó, José Martiniano de Alencar e Ernesto Ferreira França.²⁴⁶ Sob vários aspectos relacionados a seguir, o projeto de lei alternativo elaborado por esses parlamentares revela como alguns fundamentos da administração pedrina eram incompatíveis com o projeto liberal então hegemônico da Câmara dos Deputados durante a segunda legislatura (1830 – 1833).

A primeira objeção dos pareceristas em relação ao conteúdo do regulamento dizia respeito ao diretor geral, cargo considerado supérfluo pelos deputados. Sendo assim, propunham reestruturar a direção dos serviços postais nos seguintes termos: “*Fica suprimido o emprego de diretor geral dos correios, sendo na Corte o ministro do império e nas províncias os presidentes os que devem dirigi-los e inspecioná-los*”.²⁴⁷

Essa proposta dividiu, mais uma vez, as opiniões de dois rivais: de um lado, Bernardo de Vasconcellos aprovava a extinção do cargo em questão por desejar cortar gastos com as repartições do governo. “*Quanto ao diretor dos correios, pergunto eu, que necessidade há disso?*”, questionava.²⁴⁸ Do outro lado, Clemente Pereira mostrava-se contrário ao artigo em questão por crer que, sozinho, um ministro não pudesse arcar com tantas responsabilidades.²⁴⁹

No meio termo entre a opinião de Vasconcelos e as considerações de Clemente Pereira, Ferreira de Melo apresentou um artigo aditivo no qual transferia ao administrador do Correio da Corte todas as atribuições do diretor geral. Argumentava o deputado mineiro haver uma “*desligação [sic] continuada*” entre as administrações provinciais; daí a necessidade de uma “*pessoa de intermédio*” a quem os agentes locais pudessem se dirigir “*independente do ministro de estado*”. Aprovada na Câmara e incorporada ao texto do projeto,²⁵⁰ esse arranjo

sugestão na sessão seguinte: “*Que o governo regule a administração dos correios em forma que sua despesa se faça a vista da sua receita*”. In: ANAIS DO PARLAMENTO BRASILEIRO, 08 jul. 1830, p. 74.

²⁴⁶ ANAIS DO PARLAMENTO BRASILEIRO, 15 maio 1830, p. 154.

²⁴⁷ ANAIS DO PARLAMENTO BRASILEIRO, 06 ago. 1830, p. 316. O manuscrito original desse projeto de lei encontra-se no Arquivo Histórico da Câmara dos Deputados (AHCD), Lata 47, maço 14, pasta 02.

²⁴⁸ Vasconcelos tentou mesmo emplacar uma emenda à lei do orçamento que extinguiu o cargo de Diretor Geral, mas não conseguiu por estar esta disposição já inclusa no projeto da Comissão de Constituição. In: ANAIS DO PARLAMENTO BRASILEIRO, 06 ago. 1830, p. 325.

²⁴⁹ ANAIS DO PARLAMENTO BRASILEIRO, 07 ago. 1830, p. 329.

²⁵⁰ ANAIS DO PARLAMENTO BRASILEIRO, 23 set. 1830, p. 538.

institucional recebeu críticas do senador Saturnino de Souza e Oliveira, que previu um “*eterno conflito entre o Ministro e o Administrador*” caso a medida não fossem emendada.

A supressão do cargo de diretor geral também suscitou polêmicas relacionadas ao lugar dos Correios na estrutura institucional das Secretarias de Estado. Francisco dos Santos Pinto, por exemplo, discordou da organização centrada em apenas um órgão do Executivo. Em alternativa ao que lhe pareceu “*uma sobrecarga ao Ministro do Império*”, o senador capixaba propôs que se transferissem todas as incumbências relativas aos Correios marítimos para a pasta da Marinha.²⁵¹ Tal opinião era diametralmente oposta àquela explicitada pelo Marquês de Paranaguá, por ocasião da votação da lei do orçamento no ano anterior:

A desordem desta Repartição [Correios] provém dela estar dependente de três outras, isto é, pertencerem os seus rendimentos ao Tesouro a sua despesa à Secretaria do Império, e a nomeação dos Comandantes, etc. à da Marinha. Isto devia pertencer a um só ramo de administração, porque da maneira que está, nunca se poderá dar um orçamento exato, para o qual é preciso estar tudo isto debaixo de uma só repartição, que faça as despesas, e dê as providencias.²⁵²

Outra mudança sugerida pela Comissão dizia respeito ao custeamento dos novos ensaios. Viu-se que o regulamento de 1829 determinava que todas as cidades e vilas do Império tivessem Correios, sendo que, em agências de pequena receita, as câmaras municipais deveriam encarregar pessoas de confiança pública para o serviço. Os encargos municipais eram complementados pelo artigo 25º, que se referia ao estabelecimento de linhas postais:

Os [ensaios] que forem gerais de alguma Província, ou de umas para outras, serão promovidos pelos Presidentes, ouvindo o Conselho do Governo, com a aprovação de sua Majestade o Imperador. *Os que porém forem particulares de uma ou mais vilas ficam encarregadas às Câmaras Municipais, que darão principio a essas tentativas, estabelecendo três Correios mensais de umas para outras, cujas despesas fará cada uma, dentro dos respectivos distritos, à custa das suas rendas*, durante o primeiro ano, dando logo parte do novo estabelecimento aos Administradores das Províncias respectivas, que farão as competentes comunicações aos Presidentes, e ao Diretor Geral.²⁵³

Em contrapartida a essas disposições, a Comissão de Constituição simplificava o processo de incorporação de linhas secundárias ao aparelho do Estado, transferindo para a Fazenda Pública os custos iniciais dessa empresa. Tal medida foi uma forma de chamar para o governo a responsabilidade pela expansão e uniformização dos serviços postais, além de

²⁵¹ ANAIS DO SENADO DO IMPÉRIO DO BRASIL, 06 maio 1831, p. 47.

²⁵² ANAIS DO SENADO DO IMPÉRIO DO BRASIL, 16 set. 1830, p. 78.

²⁵³ Regulamento da Administração Geral dos Correios [Decreto de 5 de março de 1829]. BRASIL, *Coleção das Leis...*, p. 212 (Grifos nosso).

significar substantiva desoneração dos cofres municipais cujas receitas eram, muitas vezes, insuficientes para arcar com despesas dessa ordem.²⁵⁴

A garantia de continuidade do processo de monopolização do Estado sobre a remessa de cartas era, com efeito, um dos aspectos mais sensíveis da reforma, visto que a mobilidade espacial característica dos serviços de transporte tornasse aqueles que o desempenhavam menos sujeitos à fiscalização. Ademais, em uma sociedade escravista marcada pelo signo das relações de violência racial, era comum que “camponeses” e mestiços pobres fossem recrutados como condutores de correspondências privadas, tal como relata ter visto um viajante inglês do início do século:

Os camponeses são frequentemente enviados para tarefas que nada tem a ver com negócios públicos; por léguas e léguas esses pobres companheiros são levados a viajar, com o objetivo de levar uma carta particular do chefe, de seus capitães ou de seus tenentes, sem remuneração.²⁵⁵

Vimos que o regulamento de 1829 foi bastante detalhado nesses pontos, determinando que, nas vilas e cidades onde houvesse Correios regularmente estabelecidos, fosse proibida toda e qualquer remessa de cartas que não se fizesse pelas malas da agência local. Segundo o artigo 81º desse documento, “*as pessoas que forem encontradas com cartas se imporá uma multa de dez a trinta mil réis, aplicada metade para o agente, ou pessoa, que der a denuncia, e outra metade entrará no cofre do Correio respectivo*”. Vale observar que essa multa poderia ser imposta por requerimento de qualquer agente postal, o qual deveria comunicar às autoridades judiciais sobre o ocorrido. Excetuavam-se dessa infração a correspondência que algum escravo conduzisse “*sendo de seu senhor, ou o criado, ou caixeiro, de seu amo*”, bem como as que fossem portadas por “*boiadeiros, e tropeiros, arreadores, ou arrais de barcos, pertencentes às pessoas*” a quem fossem dirigidos os objetos da sua condução.

As disposições do regulamento relativas à condução de cartas sofreram críticas contundentes na Câmara dos Deputados. Para Bernardo de Vasconcellos, seu conteúdo revogava “*não só leis existentes, mas também a constituição*”, visto que o princípio “*de que*

²⁵⁴ Essa hipótese é corroborada por testemunhos como os de Luiz Paulo de Araujo Basto, presidente da província da Bahia, que assim declarava em 1830: “*A necessidade extrema de se facilitarem as comunicações com o interior da Província, exigia o pronto estabelecimento de Correios; mas aparecendo o Decreto de 5 de março do ano passado que mandou executar o regulamento geral dos mesmos Correios, foram as Câmaras encarregadas de promoverem este objeto de tanta importância, o qual aliás não tem tido o necessário impulso em razão mesmo da total falta de meios em muitos dos Municípios*”. 01 dez. 1830. *Fala do Presidente da Província da Bahia Luiz Paulo de Araújo Basto*. Bahia: Tipografia Imperial e Nacional, 1830, p. 5.

²⁵⁵ KOSTER, Henry. *Travels in Brazil*. Londres: Longman, Hurst, Rees, Orme and Brown, 1816, p. 192 (Tradução nossa).

ninguém pode remeter suas cartas senão pelo correio” fosse contrário à liberdade dos cidadãos expressa no texto constitucional. Essa disposição também dava margem, segundo o deputado, ao estabelecimento de uma verdadeira monopolização do Estado sobre os serviços postais – fato que, na década de 1830, ainda era objeto de indefinição. E questionava, retoricamente: *“Estará este monopólio estabelecido nas exceções da constituição? De certo que não”*.²⁵⁶

Em seu projeto, os deputados encarregados de examinar o regulamento dos Correios certamente levaram a opinião de Vasconcelos em consideração, pois decidiram suprimir os artigos que tratavam da remessa privada de cartas, considerados vexatórios pela Comissão. Em seu lugar, pode-se dizer que eles apenas aprimoraram o conteúdo coercitivo da lei, ao determinar que ninguém seria obrigado a *“meter nos correios cartas ou quaisquer papeis, nem a pagar o porte deles”* quando não fossem *“conduzidos pelos mesmos correios ou entregues pela administração”*.²⁵⁷

Há nessa mudança uma dupla intenção: assegurar as liberdades individuais de acordo com os princípios liberais vigentes no século XIX e, ao mesmo tempo, coibir práticas ilegais. Assim, ao substituir uma regulamentação proibitiva – *“é proibido postar e conduzir cartas que não sejam pelos Correios”* – por uma linguagem condizente com a retórica liberal da época – *“ninguém será obrigado a postar cartas que não sejam conduzidas pelos Correios”* – os deputados talvez buscassem incentivar a população a utilizar o serviço oferecido pelo Estado, instruindo-a a postar adequadamente suas correspondências nas agências de Correio e evitar meios de comunicação que estivessem fora da ordem vigente.

No Senado, o Marques de Inhambupe criticou o artigo substitutivo em questão, por considerá-lo *“contra os interesses gerais da Nação”*. Em defesa do monopólio, visto como essencial para a manutenção dos Correios, ele argumentava:

Esta Administração é feita para comodidade das comunicações, assim Oficiais como particulares, faz uma grande despesa, para o que ordinariamente não chega o produto do porte das cartas, e é para suprir a estas despesas, que em toda a parte se proíbe o mandar cartas fora das malas.²⁵⁸

Para o senador bahiano, era ademais *“sem dúvida injusto”* que o Estado se compromettesse a zelar pela conservação e bom andamento do serviço postal, enquanto os particulares, com a medida, apenas se aproveitariam do benefício. E questionava: *“há de ser*

²⁵⁶ ANAIS DO PARLAMENTO BRASILEIRO, 15 maio 1830, p. 155.

²⁵⁷ O deputado pernambucano Venâncio Henriques de Rezende chegou a apresentar uma emenda que suprimia esse artigo do projeto de lei da Comissão, mas ela não foi aprovada. ANAIS DO PARLAMENTO BRASILEIRO, 20 set. 1830, p. 534.

²⁵⁸ ANAIS DO SENADO DO IMPÉRIO DO BRASIL, 17 maio 1831, p. 157.

livre a quem quiser subtrair-se a um tão justo, e módico imposto, de que tira sempre a utilidade da segurança da carta, e certeza da entrega?”

A lógica de mitigação do conteúdo proibitivo da lei também valeu para o artigo 114º do regulamento que tratava da condução de malas por navios de guerra e mercantes. Ao invés de impedirem a tripulação ou os passageiros dessas embarcações de conduzirem missivas, medida que era praticamente impossível de se fiscalizar,²⁵⁹ a Comissão de Constituição propôs a seguinte resolução: *“todo o navio de guerra ou mercante será obrigado a entregar no correio logo que chegar ao porto todas as cartas que trouxer, recebendo 20% do valor de seus portes, debaixo da pena de 10\$ a 30\$. E estas cartas pagarão somente metade dos portes”*. Estratégico, esse artigo contrabalanceava o peso das multas do texto original com duas vantagens: comissão sobre os portes das correspondências para os mestres das embarcações e barateamento dos portes, no caso dos passageiros e demais membros da tripulação.

Outro tópico da regulamentação postal que sofreu alterações substantivas no projeto da Comissão de Constituição diz respeito ao porte de periódicos: vimos que os deputados da primeira legislatura haviam aprovado um projeto de lei que franqueava jornais e livros enviados às bibliotecas públicas do Império. Posteriormente, tentou-se expandir essa isenção a todos os periódicos nacionais, independentemente de seu destinatário, porém essa medida sofreu veto do Imperador.

O regulamento em questão reiterou a resolução de 15 de novembro de 1827, ao prever o franqueamento de impressos nacionais que tivessem como destino instituições públicas. Todavia, houve omissão em relação aos *Diários* da Assembleia Legislativa, periódico cuja isenção de porte era garantida desde 1823. Em face dessa medida, que igualava a importante folha em questão a qualquer jornal informativo, Bernardo de Vasconcelos chegou a declarar: *“Tão arrependido estivera eu dos meus pecados, como estou de ter votado por esse arbítrio do governo”*.²⁶⁰

Com vistas a facilitar o fluxo de impressos pelo interior do Império, a Comissão de

²⁵⁹ A fiscalização das correspondências nos portos era tão difícil de ser feita que em 31 de janeiro de 1825 o Ministério da Fazenda emitiu um aviso no qual autorizava que o Agente do Mar – cargo subordinado ao Intendente Geral da Polícia – intimasse aos mestres de embarcações e passageiros que lhe entregassem todas as cartas que trouxessem, *“sob a pena de pagarem o tresdobro das taxas correspondentes”*. Esse documento também faz menção à *“criminosa prática”* que essas pessoas tinham de ocultar *“maliciosamente”* cartas, *“anunciando depois impudentemente nos diários a sua existência”*, a fim de serem procurados pelos respectivos donos das missivas, o que era feito *“em grave prejuízo do rendimento da Administração”*. Aviso nº 27 [Fazenda] de 31 de janeiro de 1825. BRASIL. *Coleção das Decisões...*, 1885, p.17.

²⁶⁰ ANAIS DO PARLAMENTO BRASILEIRO, 23 maio 1829, p. 134. Naquele mesmo mês, porém, o governo emitiu uma decisão que declarava francos de porte os diários da Assembleia Geral [Portaria 25 de maio de 1829]. In: BRASIL. *Coleção das Decisões...*, 1877, p. 82.

Constituição satisfizes o antigo anseio dos liberais²⁶¹ e franqueou de porte todos os jornais nacionais, quer fossem endereçados a particulares, quer se destinassem a bibliotecas, arquivos e demais espaços públicos. Apenas jornais estrangeiros, quando não endereçados a instituições desse tipo, deveriam pagar taxa. Assim, o projeto em questão determinava o seguinte: “*Serão francas de porte nos Correios do Império as folhas periódicas, e jornais públicos nacionais e dos estrangeiros, os que forem dirigidos a particulares, pagarão somente a oitava parte do porte*”.

O principal apologista de isenção tarifária de periódicos foi Evaristo Ferreira da Veiga: em seu discurso, o deputado fluminense (que também era editor do *A Aurora Fluminense*) buscou acentuar a utilidade da medida com o argumento de que ela contribuiria indiretamente para a melhoria da instrução pública:

Todos [nós] sabemos a vantagem que se tem colhido da circulação dos periódicos liberais, e de todos os periódicos em geral; todos nós sabemos que o Brasil de 30 difere muito do de 26, e para isso tem concorrido muito os jornais. Se pois a sua circulação nos serve para a melhor instrução dos povos, que não tem por ora grande some de ilustração, para que deixamos de tomar este meio indireto de a favorecer?²⁶²

Em resposta a Paula Cavalcanti – que se declarara contrário ao artigo em questão por temer que ele implicasse no aumento do porte para cartas – Ferreira da Veiga argumentou que os “*negócios particulares*” de que tratavam essas correspondências eram menos relevantes se comparados “*ao interesse da liberdade e da causa pública de que tratam os periódicos!*”, sendo, por isso, justificável esse subsídio. E acrescentou, sem esconder sua orientação radical: “*a causa [franqueamento de porte] é tão boa, que não devemos deixar de dar toda a publicidade, porque a arma dos periódicos liberais, é tão excedente [sic] que rebenta na mão dos servis*”.

A discussão desse artigo também suscitou polêmicas no Senado. O pernambucano Bento Barroso Pereira, por exemplo, não via inconvenientes na isenção tarifária de periódicos, desde que ela se restringisse aos materiais transportados por Correios marítimos. Já o Marques de Barbacena considerava a medida viciosa, visto que a gratuidade do porte pudesse ser utilizada para favorecer a especulação comercial de editores. Antecipando um assunto que seria retomado na década de 1840, ele observava:

²⁶¹ Essa era uma demanda, inclusive, dos setores mais exaltados da ala liberal. Em artigo intitulado “*Pequenos lembretes*” os redatores do pasquim *Nova Luz Brasileira* faziam o seguinte comentário: “*Deve-se quanto antes isentar de portes tudo quanto é folha periódica, que se remete pelo Correio de umas para outras Províncias*”. NOVA LUZ BRASILEIRA, 10 maio 1831.

²⁶² ANAIS DO PARLAMENTO BRASILEIRO, 24 maio 1830, p. 117.

Em todos os países civilizados quem paga a carta é quem a manda, e não quem a recebe; nada há mais injusto que obrigarem-me a pagar o porte de uma carta que muitas vezes não me interessa, e maços de papéis que um se lembra de me mandar para eu lhe dar um destino; quando não é (o que tem acontecido muitas vezes) uma burla de papéis velhos, só para me fazerem imoralidade.²⁶³

Em oposição a Barbacena, um político conservador, Inhambupe defendia a “*difusão das luzes*” a qualquer custo. Segundo ele,

Ninguém desconhece quanto são dificultosas as comunicações do interior das nossas Províncias; quanto custa conduzir para grandes distâncias as malas do Correio às costas de homens, mas seja qual for o incômodo que possa haver, é necessário, que os povos estejam ao corrente de tudo o que se passa; que as ideias liberais, e as luzes do século, em que vivemos, tão uteis à humanidade, se difundam e propaguem por toda a extensão do Império.

Há uma aparente contradição entre a opinião positiva desse senador bahiano sobre o franqueamento de periódicos e aquela por ele expressa durante a discussão do artigo que desobrigava particulares de postarem suas correspondências nos Correios. Todavia, deve-se ter em mente que, na lógica liberal oitocentista, os Correios eram um veículo prioritário de informações, não de cartas – os portes por elas pagos eram vistos, inclusive, como subsídio ao transporte de periódicos. Além disso, a isenção tarifária concedida a impressos, se onerava financeiramente o Estado, em nada ameaçava-lhe o monopólio.

Do projeto original da Comissão, dois artigos acabaram sendo excluídos: o 7º, que definia portes fixos de 40, 60 e 80 réis para cartas simples que saíssem do Rio de Janeiro para Bahia, Maranhão e Pará, respectivamente, além de estabelecer um porte máximo de 400 réis; e o artigo 8º, que determinava o pagamento de metade do porte para correspondências remetidas pelos Correios marítimos que já houvessem sido taxadas nos Correios de terra, desde que esse valor não ficasse abaixo de 20 réis.

Postas em discussão, essas disposições receberam emendas bastante diversas. Ferreira de Melo quis a supressão de ambas. Já Paula Souza sugeriu que se suprimisse apenas a parte do texto do artigo 7º relativo ao porte máximo de 400 réis. Lino Coutinho, por fim, propôs um aumento significativo nos valores: 40, 80, 120 e 160 réis para as cartas simples que saíssem do Rio para Bahia, Pernambuco, Maranhão e Pará, respectivamente, sendo essa regra válida também para os portos do sul.

Em contraste com essas opiniões um tanto convencionais sobre tarifação, Antonio Pereira Rebouças fez uma sugestão até então inédita no Parlamento: que se pagasse “*o mesmo*

²⁶³ ANAIS DO SENADO DO IMPÉRIO DO BRASIL, 17 maio 1831, p. 66.

porte para qualquer província do império sem diferença de distância". Argumentava o deputado bahiano que:

Se nós pudéssemos colocar em todas as províncias impressas seria muito melhor; mas nós não podemos destruir os erros da corografia na condução de tipografias para as províncias interiores do Brasil; por isso devemos igualar os portes que é o único meio que temos para facilitar a circulação de nossas ideias.

Porém, ao final da discussão, o próprio autor da emenda se convenceu de que a alteração dos portes naqueles termos desfigurava completamente o texto do regulamento e votou a favor da emenda de Ferreira de Melo, que saiu vitoriosa.

Assim como Rebouças – e, em consonância com a voz de Barbacena no Senado – Lino Coutinho propôs um artigo aditivo cujo conteúdo representava uma novidade em termos de administração: *“que os portes das cartas sejam pagos na ocasião de serem metidas no correio”*. Com essa medida, o deputado bahiano dizia querer *“que quem levasse a carta ao correio pagasse desde logo o porte dela, e deixa-se de incomodar a gente com cartas de encomenda de processos, demandas, etc.”* ou mesmo com *“papéis velhos, solas, etc.”*. Para corroborar seu argumento, Lino Coutinho citava o caso dos Correios urbanos ingleses:²⁶⁴

Na Inglaterra assim se faz, quem vai meter as cartas no correio, paga, por consequência isto não é novo, o correio não perde em nada, antes lucra, porque no fim do ano não há cartas demoradas para se pagar, e não tem que fazer autos de fé como aqui se faz, de se queimar milhares e milhares de cartas, e a nação é quem perde.

O tema do pagamento antecipado dividiu opiniões entre os parlamentares. Ernesto Ferreira França, por exemplo, via no artigo em questão duas *“grandes vantagens”*: a primeira era fazer com que a administração dos Correios recebesse os portes das cartas, mesmo havendo *“falta de pagamento de muitas”*; a segunda vantagem, por sua vez, era evitar que o cidadão fosse *“perseguido com cartas inúteis”*. Contradizendo a fala de alguns colegas – como Evaristo Ferreira da Veiga, que afirmava: *“quem põe o preço na carta é aquele que a recebe”* – o deputado pernambucano via a dinâmica comunicacional sob outro ângulo: *“quem escreve é quem tem interesse, ainda mesmo pelo interesse da amizade”*.

José Antonio da Silva Maia, em contrapartida, considerava o pagamento prévio das correspondências uma *“verdadeira imposição”*. Argumentava o deputado de origem portuguesa que, sendo o porte *“pagamento de serviço de trabalho que faz o correio a benefício dos cidadãos”*, então ele não deveria ser pago antes, *“por que o serviço não se paga senão*

²⁶⁴ Esse tema será visto no próximo capítulo da tese.

depois de feito”.

Outra voz que se posicionou contrariamente ao artigo em questão foi a do padre Ferreira de Melo. Deplorando a inexistência de uma *“tabela exata”* que fornecesse ao público o valor dos portes praticados no Império, o parlamentar mineiro indagou: *“como é que aqui se há de recolher exatamente o porte de uma carta que tem de ir de certa distância de cujas intermediárias administrações não têm ainda notícia?”.*

Essa questão nos revela mais que um problema de ordem prática: trata-se de uma verdadeira incompatibilidade entre a dinâmica de adensamento dos Correios no território e os mecanismos de simplificação da contabilidade adotados na época. Assim, para que a proposta de Lino Coutinho se concretizasse, era necessário não apenas expandir de forma racional a malha de comunicações pelo interior do Império, mas também transformar as bases de extração fiscal dos Correios, abolindo o método de cálculo dos portes com base na distancia. E esses processos apenas começariam a se desdobrar no país após mais de uma década.

A promulgação do decreto que sancionava as alterações feitas no regulamento da Administração Geral dos Correios deu-se em 7 de junho de 1831, dois meses após abdicação de Pedro I.²⁶⁵ Em nota, o *Jornal do Comércio* elogiou a medida como sendo uma das maiores evidências de *“boas intenções e liberalismo”* da Assembleia:²⁶⁶

O transacto [sic] Governo, que previa o quanto as luzes, a civilização, e mesmo as comunicações recíprocas das Províncias, que lhe convinha estorvar, ganhariam com semelhante concessão, por muito tempo recusou sancionar uma resolução, que aliás todo o Brasil reclamava. Logo porém que os sucessos de Abril devolveram a direção dos negócios do Estado a um Governo, cujos membros foram tirados dentro o Povo, e um Ministério esclarecido e patriota sucedeu a emperrados; [a resolução] foi imediatamente sancionada.

O redator concluía com uma reflexão sobre as vantagens que a nação colheria do novo arranjo institucional: *“A leitura dos periódicos instrutivos civiliza o Povo, e a franqueza das comunicações entre as Províncias desfaz o juízo de que são estrangeiras umas para com as outras, juízo este, que o transacto [sic] Governo fomentava para seus fins”.* Por colocar temas como centralização administrativa, circulação subsidiada de impressos e monopólio do Estado sobre a remessa de correspondências na pauta dos debates parlamentares, a emenda liberal à legislação de 1829 pode ser considerada, portanto, elemento fundamental no processo de regulamentação dos Correios no Brasil.

²⁶⁵ A notícia da promulgação dessa lei foi recebida com entusiasmo pela imprensa liberal, como o *Astrea*, que publicou em caixa alta a transcrição do artigo 7º do decreto, que trata do franqueamento de porte dos periódicos nacionais. ASTREA, 05 jul. 1831.

²⁶⁶ JORNAL DO COMÉRCIO, 17 set. 1831.

CAPÍTULO 2

PARA ALÉM DA IDEIA DE LUCRO

“Não entra nos meus planos só a ideia de lucro, entra também a de concorrer para o aumento da minha pátria”.²⁶⁷ Assim se expressava Paulo Fernandes Vianna, empresário fluminense do ramo de serviços postais urbanos. Seu argumento ecoa uma significativa mudança de paradigma em relação aos Correios: com o desenvolvimento do capital ocorrido durante a primeira metade do século XIX, essa instituição deixou de ser vista apenas como fonte de renda e vetor de governança para se tornar, também, instrumento de integração econômica e social no território. Como observa o redator de um periódico de prestígio no época: *“Se ao antigo sistema d’Administração colonial convinha dividir os povos continentais, a nós convém-nos unir, e pô-los em contato, estreitar os interesses individuais”*.²⁶⁸

A ampliação do papel dos Correios ensejou, contudo, um impasse, e esse foi traduzido sob a forma de paradoxo pela mesma folha em questão: *“em todos os Países a administração dos correios perde, e é assim que ela ganha; porque a Nação não deve estar a olhar para os 50 réis da carta; mas para as transações que ela pode conter, de que ela se alimenta, que são o verdadeiro lucro”*.²⁶⁹ Note-se que, enquanto para Fernandes Vianna, “lucro” e “aumento da pátria” são ideias distintas, posto que justapostas, no editorial do *A Verdade* esses valores se confundem, sendo as transações contidas nas cartas – e não o porte das mesmas – o “verdadeiro lucro” do qual a nação se alimenta. E é essa a diferença fundamental entre as perspectivas da iniciativa privada e do poder público em relação aos serviços postais.

No capítulo anterior, vimos que as reformas ocorridas no Primeiro Reinado revelaram uma conjuntura de intensa disputa entre Legislativo e Executivo: ambos os poderes desejavam definir os contornos administrativos e institucionais que o novo Império haveria de ter. Com efeito, ao suprimirem o posto de diretor geral dos Correios e autorizarem que cartas fossem remetidas fora dos malotes postais, os deputados da 2ª Legislatura (1830 – 1833) obstaram que algum controle do Estado sobre o fluxo de correspondências, mesmo que precário, fosse ensaiado em escala nacional.

A ausência de centralização administrativa e de demarcação do monopólio não significou, contudo, indiferença do governo em relação aos Correios, pelo contrário: é no

²⁶⁷ 06 ago. 1839. Carta de Paulo Fernandes Vianna a Francisco de Paula Almeida e Albuquerque, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império. BNRJ, Manuscritos, Documentos Biográficos, cx. C1057, 036.

²⁶⁸ A VERDADE, 28 abr. 1832.

²⁶⁹ A VERDADE, 27 mar. 1832.

período em questão que assiste-se ao estabelecimento de diversas administrações provinciais, à regulamentação das diferentes categorias de emolumentos (diárias, salários, etc.) e ao reajuste dos portes. Foi também durante a Regência (1831 – 1840) que seriam formuladas as primeiras diretrizes em relação à distribuição domiciliar de correspondências nas principais cidades do Império. Todavia, dada a própria estrutura regulamentar dos Correios pós-1831, essas iniciativas tiveram de enfrentar concorrência de empreendedores como Fernandes Vianna, cuja trajetória será vista adiante.

2.1 Correios urbanos: modelos e apropriações

Antes de analisarmos as medidas tomadas pelo governo regencial em relação aos serviços postais urbanos vale compreendermos os parâmetros internacionais em relação aos quais a experiência brasileira ganha significado.

As transformações econômicas, demográficas e urbanas ocorridas na Europa em finais do século XVIII ensejaram o aparecimento de um dinâmico mercado para a coleta e distribuição de correspondências. Circunscrito inicialmente a Londres e demais cidades industriais, como Birmingham e Edimburgo,²⁷⁰ esses serviços se caracterizavam pela adoção de alguns protocolos fiscais e escriturários que seriam posteriormente ressignificados pelos reformadores dos anos 1830/40, tais como o incentivo ao pagamento antecipado; a utilização de selos e marcas para a identificação do porte e a uniformização das tarifas de acordo com o peso das correspondências.

Um dos responsáveis pela difusão do modelo britânico de administração postal foi Claude Humbert Piarron de Chamousset (1717 – 1773).²⁷¹ Em 1757, ele apresentou ao Rei Luís XV um memorando no qual dava detalhes sobre a origem e o funcionamento do correio urbano em Londres, “*um dos estabelecimentos mais cômodos que tem havido na Inglaterra*”,

²⁷⁰ Em seu diário de viagem, Daniel Defoe (1660 – 1731) comenta sobre o estado dos Correios urbanos em Londres, sua cidade natal, o que nos permite inferir que, até meados do século XVIII, esse serviço era realmente uma especificidade britânica: “*embora, por algum tempo, essa instituição [London Twopenny Post] tenha sido objeto de equívocos e extravios, ela agora é dotada de uma administração tão requintada que nada pode ser mais exato que seus serviços, e isso com a máxima segurança e expedição. Cartas são entregues nos cantos mais remotos da cidade quase tão rapidamente quanto se elas fossem enviadas por um mensageiro particular, e na periodicidade de quatro, cinco, seis a oito vezes por dia, conforme a distância do local o torna viável [...]. Não vemos nada disso em Paris, Amsterdã, Hamburgo ou qualquer outra cidade que eu já tenha visto ou ouvido falar*”. In: DEFOE, Daniel. *A Tour Through the Whole Island of Great Britain*. Dent: Everyman's Library, 1928, pp. 341 – 342 (Tradução nossa).

²⁷¹ Chamousset era médico e filantropo, tendo ficado conhecido na França de seu tempo pela fundação das primeiras associações de benefício mútuo existentes naquele país.

propondo formas de adaptá-lo às grandes cidades da Europa.²⁷²

Chamousset observa na introdução do texto que, como implícito no nome da instituição (*Penny Post*), uma das características fundamentais do correio londrino era a modicidade dos portes, que variavam entre um *penny* e dois *pences*, a depender do endereço do destinatário. Ele atribui a invenção dessa instituição a um comerciante, William Dockwra, que, em 1680, teria inaugurado uma linha postal “às suas próprias custas e despesas, sem o apoio ou autoridade do governo”.

Tão logo o *Penny Post* começou a gerar lucro, nota Chamousset, Dockwra teve de enfrentar um processo movido contra ele pelo Duque de York, Diretor Geral dos Correios na época, “sob o pretexto da existência de leis que proibiam indivíduos de prejudicarem os Correios”. Reconhecendo justiça em tal acusação, o autor francês afirmava que a motivação do governo britânico ao incorporar um serviço de natureza privada teria sido “menos o benefício do Estado [...], que a comodidade do público”.²⁷³

Para Chamousset, o estabelecimento de Correios urbanos trazia consigo diversas vantagens sociais: primeiramente, a economia de tempo que o contato direto entre correspondentes muitas vezes prejudicava. O anonimato dessa rede de comunicação era outro atributo valorizado, pois preservava seus usuários de “se exporem às injúrias do tempo”. Como público alvo dessa medida, o autor elencava as seguintes categorias: “os intelectuais e os homens de letras, [...] os financistas e as pessoas da alta sociedade, [...] os negociantes, mercadores” e outras pessoas cujos diferentes tipos de atividades as obrigassem a “estar em perpétua correspondência, mesmo permanecendo em casa”.

Indicado para o cargo de Comissário Real para assuntos postais, Chamousset obteve cartas patentes para estabelecer Correios urbanos (*Petite Poste*) na cidade de Paris e desfrutar dos lucros do empreendimento pelo período de trinta anos. Comprometia-se o beneficiado a “conferir a esse estabelecimento uma forma estável e autêntica”, podendo para isso fixar o preço e a forma de pagamento das tarifas postais. Estipulou-se, ademais, uma periodicidade mínima de três vezes ao dia para a coleta e distribuição das correspondências. Um aviso real datado de 8 de julho de 1759 dava ao público detalhes sobre a nova instituição:

²⁷² Além desse documento, que tem como título *Mémoire Sur la petite Poste établie dans l'intérieur de la ville de Londres, sur le modele de laquelle on pourroit en établir de semblables dans les plus grandes Villes de l'Europe*, Chamousset redigiu outros três memorandos relativos a serviços postais: um que dava detalhes sobre o registro das cartas patentes para a execução do projeto; outro sobre o estabelecimento de uma linha privativa da Corte que contemplasse a rota Paris/Versailles e um terceiro texto regulamentar sobre diligências de passageiros (*poste au chevaux*) e estafetas (*méssageries*). Todos esses projetos, acrescidos de outros documentos e um elogio biográfico feito por Jean-Baptiste Cotton Des-Doussayes, foram compilados em dois tomos sob o título *Oeuvres Completes de M. de Chamousset* (Paris: De l'Imprimerie de Ph.D. Pierres, 1782).

²⁷³ *Oeuvres Completes de M. de Chamousset*, 1782, p. 139 (Tradução nossa).

Serão estabelecidos na nossa cidade de Paris, dentro dos muros das barreiras, diferentes bureaux para a postagem de cartas e pacotes, os quais serão enviados de um distrito para o outro de acordo com a seguinte tarifa: dois *sols* (sic) para cada carta simples, bilhete ou cartão cujo peso não ultrapasse uma onça, estando ou não contido em envelope, e três *sols* (sic) para os pacotes. A fim de prevenir abusos, a tarifa será paga antecipadamente. As cartas e pacotes serão timbrados com a marca específica do departamento de origem.²⁷⁴

Chamousset enfrentou diversas críticas na execução de seu projeto, como a de que os Correios urbanos contrariavam a liberdade individual de poder contratar mensageiros privados. Contra esse argumento, o empresário respondia em tom irônico:

As pessoas ricas, que têm muitos empregados e poucos negócios, podem achar esse meio muito lento para satisfazer a impaciência que excita coisas de puro prazer; mas se for suficiente para atender às necessidades e aos negócios, terei cumprido a parte mais essencial de meu intento.

Chamousset dividiu a cidade em nove bairros, cada um deles guarnecido de um *bureau* de distribuição. Ele também instalou caixas postais (*boites aux lettres*) em imóveis particulares, incumbindo seus donos de receberem o pagamento das tarifas. Por fim, o empreendedor recrutou cento e setenta carteiros, homens que ele dizia deverem ser “*selecionados e observados com zelo*” pelas autoridades competentes.²⁷⁵

O sucesso da *Petite Poste* na década de 1760 fez com que Paris se consagrasse como *mainstream* dos serviços postais na primeira metade do século XIX.²⁷⁶ Não por acaso, uma das primeiras atitudes do reformador Rowland Hill ao tomar posse de seu cargo no Tesouro Real Britânico foi visitar aquela instituição, do que resultou o documento “*Report on the French Post Office*” (1839).

Lisboa foi a primeira cidade portuguesa a ser contemplada por um projeto de *pequena posta*, termo utilizado na legislação local.²⁷⁷ Essa medida já estava prevista nos textos regulamentares de 1798 e 1799, mas apenas pôde ser efetivada em 1801, com a divisão do

²⁷⁴ ZACCONE, Pierre. *La Poste Adecdotique et Pittoresque*. Paris: Librairie Achille Faure, 1867, p. 29 (Tradução nossa).

²⁷⁵ *Oeuvres Complètes de M. de Chamoussset*, 1782, p. 177 (Tradução nossa).

²⁷⁶ Charles Bernède, memorialista dos serviços postais que escreveu na primeira metade do século XIX, assim comenta sobre a difusão do modelo francês de distribuição domiciliar de correspondências: “*Em Viena, os correios urbanos começaram a operar em 1771. Deve-se essa iniciativa ao Sr. Schotten, que seguiu o modelo francês estabelecido com doze anos de antecedência por M. Chamoussset. [...] Há pontos para os quais cartas são expedidas 15 ou 20 vezes ao dia*”. Sobre o personagem citado por Chamoussset, não foram encontradas referências em obras coevas do período. Cf.: BERNÈDE, Charles. *Des Postes en Général et particulièrement en France*. Paris: A La Librairie de Raynal, 1826, p. 104 (Tradução nossa).

²⁷⁷ PINTO, Ernesto Madeira. *O Correio: origem e progressos das instituições postais em Portugal*. Lisboa: Tipografia do Jornal “O Progresso”, 1882. pp. 28 – 31.

perímetro urbano em dezessete distritos postais, número que passou para dezoito em 1821.²⁷⁸ Em cada um desses distritos foram estabelecidas caixas para o depósito de cartas. Os usuários desse serviço tinham de pagar uma taxa de 20 réis para constar na lista de assinantes do Correio. A eles era oferecido, ademais, um seguro para cartas e demais papéis pelo preço marcado em tabela e mais 20 réis ao portador. Para justificar essas inovações, observa Frédéric Vidal, autoridades administrativas lisboetas evocaram a existência de um movimento internacional de reforma dos Correios nas grandes cidades da Europa.

No Brasil, o serviço de entrega domiciliar de correspondências já havia sido garantido pelo regulamento de 1829, porém necessitava de condições institucionais e financeiras para se efetivar. Foi nesse sentido que, durante os primeiros anos da década de 1830, o governo expediu uma série de decretos que organizavam as administrações dos Correios nas províncias, fixavam o número de empregados de cada repartição e determinavam seus respectivos vencimentos. Como visto anteriormente, muitas dessas diligências causaram polêmica no Parlamento, por serem vistas como um gasto desnecessário que apenas mitigava o real problema dos serviços postais no país: a falta de verba para se empreender uma ampla reforma.

A pressão pela melhoria das comunicações postais ocorria por múltiplos canais. Para Aureliano de Souza Coutinho – redator do jornal *A Verdade* e parlamentar de prestígio nos círculos palacianos – a iniciativa da Assembleia nessa seara era “*objeto de primeira necessidade*”, dado o atraso dos serviços postais brasileiros em relação a seus congêneres europeus. Também merece destaque a relação entre trabalho escravo urbano e circulação privada de correspondências, explícita na fala de Souza Coutinho:

Em todas as Capitais, e grandes Cidades da Europa circulam, desde as 7 horas da manhã, até 8 da noite, os correios de Cidade, de maneira que pode-se escrever v.g. de S. Cristovão para Botafogo, e receber a resposta, antes do meio dia, e o mesmo de tarde, coisa em que se ganha muito tempo, além das outras economias, que resultam de não ir, nem mandar um preto. O Governo ganharia e os particulares muito mais.²⁷⁹

Souza Coutinho criticava as listas nominativas herdadas da administração portuguesa, dizendo que essas estavam “*na sua infância*” e, por isso, não apresentavam “*garantia alguma*”

²⁷⁸ *Plano para o Estabelecimento da Posta diária em Lisboa, que servirá para a entrega de todas as Cartas do Correio, e da Comunicação da mesma Cidade*, 1821. Citado por VIDAL, Frédéric. “L’organisation d’une poste à domicile à Lisbonne durant la première moitié du XIXe siècle: Gestion et usage de l’espace urbain”. In: *Histoire Urbaine*, 53, 2018, pp. 141 – 160.

²⁷⁹ A VERDADE, 28 abr. 1832.

à *segurança das cartas*”. Segundo ele: “*Nós somos felices [sic] porque não sabemos imitar senão o ridículo, desprezando as boas coisas*”. Por “boas coisas” subentenda-se entrega domiciliar: esse método, na opinião do redator, não apenas evitaria o extravio de correspondências e a necessidade de se ir à agência do Correio, mas também facilitaria expediente: “*Os empregados na Administração do correio da Corte são quase cativos, nunca descansam, o trabalho é demasiado, e porque? Por falta de método*”, concluía.

Antonio Pinto Chichorro da Gama, titular da pasta dos Negócios do Império entre os anos de 1833 e 1835,²⁸⁰ também manifestou ponto de vista semelhante: para ele, o método de remessa então em vigor era “*mui pouco próprio*” para a cidade do Rio de Janeiro, cuja extensão desanimava os habitantes dos bairros mais afastados do centro a utilizarem os serviços postais. Em alternativa àquele estado de coisas, o ministro propunha dividir a capital em distritos, instalar caixas para o recebimento de cartas e entregar esse material nos domicílios cadastrados, “*mediante um pequeno aumento no respectivo porte e empregando-se as convenientes cautelas para a regularidade; e exatidão do serviço, e para a inviolabilidade do segredo das mesmas cartas*”. No intuito de convencer seus interlocutores a autorizarem a reforma, Chichorro da Gama concluía sua fala com a seguinte promessa: “*se esse sistema demanda maior despesa, parte será compensada por maior receita, e parte pela comodidade pública*”.²⁸¹

O primeiro esforço de regulamentação apenas ocorreu na gestão de Joaquim Vieira da Silva e Souza: em setembro de 1835, esse ministro expediu um regulamento que dava diretrizes às administrações postais da Corte e das capitais das províncias da Bahia, Pernambuco, Maranhão, Pará e São Pedro sobre como proceder com a entrega de correspondências nos domicílios do perímetro urbano (artigo 1º). Com vistas a “*facilitar com especialidade, e estender as relações de comércio*”,²⁸² o texto da lei deixa transparecer a opção do governo por um modelo de gestão semelhante ao de Chamousset, que tinha como base a organização distrital, a utilização de caixas postais e o engajamento de particulares nas tarefas de coleta e timbragem de cartas.

Para que o serviço de distribuição domiciliar fosse possível, recomendou o governo que se dividissem essas cidades em um “*conveniente número de distritos*” (artigo 2º),²⁸³ sendo

²⁸⁰ JAVARI, *op. cit.*, p. 45.

²⁸¹ *Relatório da Repartição dos Negócios do Império apresentado à Assembleia Geral Legislativa na sessão ordinária de 1834; pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado Antonio Pinto Chichorro da Gama*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1834, pp. 23 – 25.

²⁸² Decreto de 9 de Setembro de 1835. BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1864, pp. 87 – 88.

²⁸³ *Regulamento a que se refere o Decreto desta data para a recepção e entrega das cartas nas Administrações dos Correios* (homologado pelo Decreto de 9 de Setembro de 1835). BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1864, pp. 87 – 95.

nomeado um pedestre para cada uma dessas seções. Feita a divisão, em cada distrito seriam colocadas pelo menos quatro caixas, onde os moradores e transeuntes pudessem lançar sua correspondência (artigo 3º). Por medida de segurança, essas caixas seriam numeradas, fechadas com chave (artigo 4º) e fixadas nas portas das casas. Assim, *“por uma pequena fenda praticada nas mesmas portas”* as pessoas poderiam introduzir suas cartas *“a qualquer hora do dia ou da noite”*.

Note-se que a gestão desse serviço incentivava a participação coadjuvante de particulares. Segundo o regulamento, os moradores das casas onde estivessem colocadas as caixas postais, *“pelo cuidado e guarda delas”*, receberiam a quantia de 5 réis por carta, podendo gozar dos privilégios que competiam aos empregados dos Correios, caso prescindissem dessa gratificação. Eles assistiriam, ademais, à abertura das caixas e carimbariam com uma chancela todas as cartas que ali estivessem, exigindo dos condutores um recibo dessa operação (artigo 5º).

O regulamento determinava que esses condutores usassem uniforme designado pelo governo e trouxessem duas bolsas: uma cingida à cintura, com a correspondência a ser distribuída, e a outra a tiracolo, lacrada, *“só com uma abertura para a introdução das cartas”* que no caminho fossem postadas. A semelhança dos funcionários do *Penny Post* britânico, eles trariam campainhas, *“para se fazerem anunciar nas casas [...] e nas ruas”* e receberiam uma comissão de 5 réis por carta entregue (artigo 6º). A fiscalização desses agentes era prevista nos seguintes critérios de recrutamento: *“indivíduos bem procedidos”*, de preferência *“pais de família”*, que soubessem *“ler, escrever e contar alguma coisa”*. Os pedestres deveriam ademais prestar uma fiança de 55 mil réis para assegurar à administração o valor das cartas que lhes eram confiadas (artigo 7º). Em compensação, tal como os particulares que se prestavam a cuidar das caixas, teriam direito a uma gratificação de 5 réis por cada carta que entregassem (artigo 8º).

No intuito de dar maior publicidade ao serviço, incumbiam-se os administradores de *“desde logo publicar por todos os jornais”* ou *“por editais afixados em todas as praças, e lugares públicos”* o novo método de entrega das correspondências. Essas publicações deveriam, ademais, conter recomendações ao público sobre como sobrescritar as cartas, declarando a rua e o número das casas em que os correspondentes residissem (artigo 9º).

Para facilitar a localização de um determinado endereço, o regulamento previa que, em cada uma das administrações contempladas pela lei houvesse um ou mais livros em ordem alfabética para que as pessoas pudessem neles escrever seus respectivos nomes e moradias, *“para maior certeza, e facilidade da entrega das cartas”* (artigo 10º). Caso a correspondência

fosse dirigida a algum estrangeiro de endereço desconhecido, essa seria encaminhada às casas dos cônsules das respectivas nações, ficando os mesmos responsáveis pelo pagamento do porte (artigo 11º). Ao final de cada mês, os administradores formariam um inventário de cartas atrasadas a semelhança do que havia sido disposto no regulamento de 1829 (artigo 13º).

A entrega das correspondências nos endereços cadastrados seria feita diariamente, em dois horários: às 8 horas da manhã e às 3 horas da tarde. Nos domingos e dias santos, o expediente seria reduzido para o primeiro horário apenas. Antes de saírem para seus respectivos distritos, todos os correios entregadores de cartas deveriam se posicionar em volta de uma mesa para participarem da distribuição interna feita pelo primeiro oficial. Findo esse procedimento, aos ajudantes dos administradores competia tomar nota do valor que cada entregador levasse consigo, acrescentando 20 réis às cartas que não fossem de assinantes da anuidade de entrega domiciliar. O regulamento fixava ademais uma tarifa de 40 réis para todas as correspondências que fossem retiradas das caixas postais, qualquer que fosse seu peso, volume ou procedência. Quanto às cartas cujo peso excedesse oito oitavas, essas seriam encaminhadas sob a condição de que seus portes fossem pagos pelos portadores no ato de as lançarem aos Correios (artigo 12º).

O regulamento de 1835 criava duas espécies de seguros: o primeiro variava conforme a distância a ser percorrida pelo entregador, prevendo o reembolso da integralidade do valor caso o objeto postal fosse extraviado; já o seguro de *carta recomendada* era fixo (400 réis), e garantia apenas a metade da quantia reembolsada pelos seguros então existentes. Em ambos os casos, o porte das cartas deveria ser pago antecipadamente, o que era de praxe nesse tipo de postagem (artigos 14º e 15º).

Por meio desse dispositivo os periódicos continuaram a ser francos de porte, ficando somente sujeitos ao pagamento de uma comissão de cinco réis aos entregadores (artigo 16º). O governo ficava, por fim, autorizado a igualar os portes tanto desses materiais quanto das cartas recebidas de países estrangeiros, segundo as convenções de reciprocidade então vigentes (artigo 17º).

Remetido no ano seguinte à Comissão de Orçamento e Fazenda da Câmara, o texto regulamentar recebeu pouco endosso de José Inácio Borges.²⁸⁴ Em seu relatório, o ministro reconhecia que a criação de um serviço postal urbano nos moldes europeus era a única solução para os inconvenientes de comunicação na Corte, porém ponderava:

²⁸⁴ José Inácio Borges foi titular da pasta dos Negócios do Império entre fevereiro e junho de 1836.

[...] para realizar uma tal reforma, além das dificuldades a vencer por efeito de nossos hábitos, seria preciso obter os Regulamentos que por lá [Europa] se seguem a tal respeito, e aplicá-los judiciosamente ao estado de nossa civilização, o que não pode ser obra do momento.²⁸⁵

Não obstante o tom da fala ministerial, o regulamento recebeu parecer favorável da Comissão parlamentar que dele se encarregou.²⁸⁶ Em seu texto, os comissionários julgavam que as medidas em questão favoreciam “*os habitantes das cidades mais populosas, e principalmente o comércio*”, pois os possibilitava “*colher algumas vantagens pela maior segurança e regularidade nas entregas, e remessas das cartas*”. Contudo, o texto da lei não poderia ser adotado sem algumas alterações.

A primeira delas dizia respeito à gratificação de 5 réis por carta dada aos donos das casas em que fossem colocadas caixas postais. Julgava a Comissão que, em lugar desse “*vencimento mingado*” – cuja habilitação exigiria “*não pequeno trabalho*”²⁸⁷ dos particulares – fosse-lhes dado apenas privilégios semelhantes aos dos empregados postais. Por igual razão de economia, também suprimiu-se a gratificação concedida aos entregadores. A justificativa dos pareceristas para essa alteração era que “*tantas gratificações absorveriam todo o lucro, que proviesse do novo método proposto pelo governo, e recairia sobre a nação a despesa que só é feita para benefício dos particulares*”. Ficariam aqueles empregados apenas com vencimentos diários de 640 réis, tal como arbitrado pelo regulamento de 1829.

Quanto ao porte das cartas, os comissionários consideraram excessivo cobrar 40 réis por carta depositada nas caixas de distrito, reduzindo esse valor pela metade. Todavia, no texto alternativo posto em votação conservou-se a quantia extra de 20 réis a ser paga por pessoas que não fossem assinantes de anuidades, qualquer que fosse o peso, volume ou direção de suas correspondências. Essa sobreposição de taxas foi criticada pelo deputado José Joaquim Vieira Souto, que propôs o seguinte arranjo: cartas remetidas dentro de uma mesma cidade pagariam 40 réis; demais correspondências (vindas de outras províncias ou localidades) pagariam a taxa designada na tabela então em vigor (1829), acrescendo-se uma quantia de 20 réis.²⁸⁸

A Comissão concordou em reformar as disposições relativas ao seguro, porém recusou a distinção entre *cartas seguras* e *cartas recomendadas*, sob a alegação de que essa segunda

²⁸⁵ *Relatório da Repartição dos Negócios do Império apresentado à Assembleia Geral Legislativa na sessão ordinária de 1836; pelo respectivo ministro e secretário de Estado José Ignácio Borges*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1836. pp. 30 – 32.

²⁸⁶ O manuscrito desse parecer foi assinado por José Pedro de Carvalho e José Joaquim Fernandes Torres. AHCD, lata 115, Maço 1, Pasta 3.

²⁸⁷ ANAIS DO PARLAMENTO BRASILEIRO, 19 maio 1837, p. 85.

²⁸⁸ Nessa mesma ocasião, Vieira Souto propôs um artigo aditivo que autorizava o governo imperial a regular os vencimentos dos empregados da Administração do Correio Geral.

categoria, de valor mais baixo, faria desaparecer as demais modalidades então existentes. No intuito de preencher uma lacuna na regulamentação, os pareceristas acrescentaram uma disposição legislativa para que, findo o prazo de três meses contados a partir da data de registro do seguro, o Correio fosse desobrigado de indenizar os clientes em caso de extravio de correspondência. Segundo José Pedro de Carvalho, essa medida tinha por finalidade “*tirar uma pesada responsabilidade que tinham os administradores dos correios*”,²⁸⁹ alguns dos quais já haviam se manifestado por meio de petições a esse respeito.²⁹⁰ Diante das críticas de que era impossível determinar um prazo máximo de entrega, esse mesmo deputado apresentou, contudo, uma emenda que prolongava o prazo da indenização para um ano.

Os comissionários acharam por bem suprimir o artigo do regulamento que garantia franqueamento de porte para impressos nacionais. Isso porque naquele mesmo ano de 1835, a Assembleia havia alterado as bases de cálculo das taxas do Correio, obrigando jornais, autos e demais papeis do foro a pagar ¼ do porte das cartas.²⁹¹ Exceção foi feita apenas aos periódicos estrangeiros de nações que concedessem igual isenção a materiais impressos no Brasil.

O único artigo aprovado sem debate autorizava o governo a executar as providências propostas em outras cidades que não aquelas contempladas no texto original. Disto percebe-se que, não obstante divergências em relação aos gastos públicos e às formas de tributação, todos os deputados concordavam sobre a necessidade de estender para o Império os benefícios da reforma postal.

O consenso em torno da necessidade de aprimoramento regulamentar dos Correios não foi, contudo, suficiente para que o projeto em questão se concretizasse: remetida ao Senado em junho de 1837, a resolução da Câmara ali permaneceu sem discussão por mais de cinco anos, tendo sido rejeitada pela Comissão de Fazenda daquela casa,²⁹² em razão do novo projeto regulamentar que então se gestava no Conselho de Estado.²⁹³

A melhoria dos serviços postais e, em especial, da entrega de correspondência nos

²⁸⁹ ANAIS DO PARLAMENTO BRASILEIRO, 19 jun. 1837, p. 288.

²⁹⁰ O expediente da Câmara dos Deputados de 12 de Julho de 1836 acusa o recebimento de uma representação do Administrador Geral do Correio da Corte sobre a necessidade de se reformar o artigo 86º do regulamento dos Correios. Esse artigo previa que os administradores provinciais pagassem uma multa de 800 réis a todos os clientes que tivessem suas cartas seguras extraviadas.

²⁹¹ Lei nº 99 de 31 de Outubro de 1835 [Orçamento para o ano financeiro de 1836/37]. BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1864, p. 102.

²⁹² ANAIS DO SENADO DO IMPÉRIO DO BRASIL, 31 jan. 1843, p. 2.

²⁹³ Esse regulamento será tema do capítulo quarto da tese.

centros urbanos não era preocupação exclusiva de parlamentares e membros do governo, tendo seu lastro na opinião pública. Em maio de 1836, o jornal *O Atlante* – primeira tribuna do célebre publicista Justiniano José da Rocha – divulgou uma série de artigos que tratavam do tema em questão, com o objetivo de mostrar a seus leitores como os Correios, “*uma das mais abusivas administrações públicas do Império*” poderiam se tornar “*um estabelecimento de importância não só fiscal, como política*”.²⁹⁴

O primeiro texto²⁹⁵ fazia uma comparação entre os Correios brasileiros e seus congêneres britânicos. “*O direito de levar cartas de um lugar para outro*”, observava o redator, era “*inclusivamente direito da coroa*”; esse monopólio impunha, no entanto, ao governo “*a obrigação de satisfazer amplamente todas as exigências do público*”, ganhando esse, além da garantia de que suas necessidades seriam providas, “*a segurança da correspondência, e as vantagens da responsabilidade que se pode tornar muito mais efetiva numa repartição pública, do que numa particular*”.

Para o redator, três qualidades eram necessárias em uma instituição postal, a saber: extensão, regularidade e presteza. Nesses três quesitos, a Inglaterra havia alcançado “*a perfeição possível*”:

Para todos os pontos da ilha, partem todos os dias choches de posta, que em pontos convenientemente se ramificam de maneira que vão as cartas parar em certas cabeças de distrito, a que chamam post-towns, e que servem de centro a espaços de tal modo limitados, que torna fácil aos habitantes, obterem sua correspondência em pouco tempo. [...] A regularidade do correio Britânico entende-se, não pelo que respeita ao público, mas também pelo que respeita ao rendimento do estado. – Pelo que respeita ao público, são as cartas marcadas logo que se recebem no correio com a data do dia da entrega, e os empregados responsáveis por qualquer discrepância, ou falta denunciada pela rubrica. [...] Pelo que respeita ao estado, existe um tal sistema de conferencia, e combinação que muito dificilmente torna o abuso de empregados, que tem obrigações a cumprir debaixo de um formulário certo, no mesmo momento, e em lugares apostados. [...] Sobre a presteza do correio britânico só uma observação pessoal pode dar ideia dela; as cartas de Londres a Falmouth, distância de 270 milhas ou 90 léguas chegam regularmente no espaço de 33 ½ horas.

Em “*perfeito contraste*” com esse quadro estavam os serviços postais do Império:

Nem extensão, nem regularidade, nem presteza se conhecem no nosso correio. Para algumas freguesias de importância nas vizinhanças da Metrópole não há meio de mandar cartas, para outras, se os há, deve-se a empresários particulares. A falta de regularidade é ainda mais saliente, [...]. O segredo das cartas garantido pela Constituição torna-se uma quimera quando qualquer pode tirar do correio a carta que lhe pareça, e a simples entrega salva o empregado da responsabilidade. [...] A respeito

²⁹⁴ O ATLANTE, 13 maio 1836.

²⁹⁵ Esse artigo foi posteriormente replicado pelos jornais *O Novo Farol Paulistano* (01/06) e *Gazeta Universal* (15/06) de Pernambuco.

da presteza, apelamos para os padecentes que dias depois da chegada dos correios esperavam unidos à janela que todos os ingleses primeiro, depois os amigos, depois os conhecidos fossem servidos para então receber a sua cartinha, se por ventura não soava a tal hora antes, e eram obrigados a voltar a tarde.

Em outro artigo, esse mesmo jornal abordava as vantagens de se estabelecer um serviço de correios urbanos na cidade do Rio de Janeiro. De acordo com seu redator, “*tal plano seria de um beneficio infinito para a Capital do Império, aumentando o intercurso amigável, facilitando o comércio, e restituindo a um trabalho produtivo, grande número de braços hoje empregados em levar cartas*”.²⁹⁶ Além disso, ele esperava que o novo sistema colocasse termo à subtração de missivas alheias nas agencias e administrações dos Correios, um dos “*mais escandaloso de todos os abusos*”, em sua opinião. O texto era concluído com um elogio ao posicionamento de José Inácio Borges, então ministro dos Negócios do Império: “*Não se contentem nossos Estadistas com idear planos gigantescos que ordinariamente goram. Pelos detalhes é que devemos começar*”.

Outra folha da Corte que se dedicou ao tema dos serviços postais urbanos foi o *Correio Oficial*. No artigo “*Pequena Estafeta de Londres*” – provável tradução de um texto de Chamousset – a origem daquela instituição era introduzida pela seguinte observação: “*Em uma Cidade mui povoada e extensa requer-se algum meio de comunicação entre os habitantes, não lhes convindo mandar criados a duas e três léguas de distância para mútua informação da saúde, ou de qualquer outro acontecimento*”.²⁹⁷ Continuava autor sua narrativa:

Isto sugeriu a um habitante de Londres a ideia de estabelecer uma empresa por sua conta em 1683, para condução de cartas e pequenos maços por toda a cidade, várias vezes no dia, pelo pequeno custo de uma moeda de cobre. Os lucros que este indivíduo percebia deste seu feliz estabelecimento excitaram a cobiça do Ministério, que o privou da sua empresa para o incorporar na casa dos Correios.

Após fornecer alguns dados financeiros sobre o *Penny Post* e de analisar a razão entre custeio e arrecadação, observava em nota o tradutor do texto que, para alcançar êxito com semelhante instituição, deveria o governo brasileiro estabelecer o porte pré-pago das correspondências e evitar, assim, “*as lograções [sic] de certos curiosos que abusam dos nossos Correios com prejuízo alheio*”.

Também o *Jornal do Comércio* publicou em sua coluna de variedades uma tradução sobre o tema. Em “*O Correio de Londres*”,²⁹⁸ artigo retirado do periódico francês *Le*

²⁹⁶ O ATLANTE, 24 maio 1836.

²⁹⁷ CORREIO OFICIAL, 03 ago. 1836.

²⁹⁸ JORNAL DO COMÉRCIO, 17 fev. 1837.

Constitutionnel, o autor declara intenção de fazer uma descrição não da capital britânica, mas de seu Correio, “*estabelecimento mais completo*” daquela cidade:

Hoje em dia o correio de Londres se divide em três ramos: a divisão geral para o interior, a divisão estrangeira e a das *postas a dous pennys* [sic]. A divisão geral é a mais extensa, e pode-se avaliar a sua importância imensa, considerando-se que as cartas entregues em Londres, somente nesta categoria, produzem em uma só manhã uma quantia que algumas vezes excede de 2,500 lib. sterl. A organização está tão admiravelmente combinada, que, qualquer que seja o número de cartas, todos os trabalhos do dia se concluem em seis horas. Pesam-se, taxam-se, seguram-se e timbram-se 60 a 70 cartas por minuto.

Em junho de 1837, foi a vez do *Jornal dos Debates* publicar um artigo sobre o tema em questão. Ao evidenciar as contribuições do serviço postal urbano para os “*progressos da civilização, e das luzes*”,²⁹⁹ bem como para o comércio, em especial, dizia seu autor que “*a sociedade recebe a vida e o movimento pelo contato perpétuo das ideias e ações das pessoas que o compõem*”. Nesse sentido, a instituição tornava-se indispensável “*para entreter e animar ainda mais nossa existência social, pela atividade de seu mecanismo, e pelo jogo contínuo de suas numerosas molas*”.³⁰⁰ Para corroborar esse argumento, o jornal mencionava cidades europeias e norte-americanas onde cartas e jornais eram entregues “*uma, duas, e três vezes no dia, segundo a sua maior ou menor grandeza e movimento*”. Dessa forma, a circulação de informação fazia-se “*com uma admirável comodidade*”, não havendo retardo na correspondência “*tanto pela regularidade de trabalhos, como pelas leis que os governam*”.

O jornal reconhecia que a implantação desse tipo de serviço no Brasil demandaria “*uma pequena aumento*” [sic] da taxa” de forma a ressarcir os cofres públicos e garantir “*um lucro proporcionado*” ao Estado. Essa era, em sua opinião, a entidade que possuía “*os mais seguros meios de estabelecer correspondências entre todos os pontos do Império*”. Concluía o autor do artigo sua reflexão da seguinte maneira:

A nova organização de correios urbanos para as principais cidades do Brasil, mui facilmente se pode estabelecer, não com a grandeza das de Londres, Paris, ou Berlim, mas proporcionalmente às cidades comerciais, iguais em população e indústria às do Brasil. Por esse meio, o aviso de um negociante a outro na mesma praça é imediatamente entregue, e mesmo as suas correspondências exteriores não serão retidas na casa da Administração, como acontece entre nós. Ganham eles na diminuição de tempo de idas e respostas às suas cartas, e na regularidade e segurança delas. Ganha o Estado o benefício da aumento [sic] da tarifa, e em empregar maior número de pessoas na administração das cartas, e em não conservar e perder por isso

²⁹⁹ JORNAL DOS DEBATES, 07 jun. 1837, p. 42 – 43.

³⁰⁰ É curioso notar a semelhança entre as expressões utilizadas pelo autor desse artigo e o capítulo de *Elementos de Direito Administrativo Brasileiro* que trata dos serviços postais. Como a obra de Vicente Pereira do Rego teve sua primeira edição em 1857, deduz-se que a autoria do artigo em questão é do jurista pernambucano, que posteriormente teria adaptado o texto ao formato de seu tratado legal.

um tão grande número dela, que os donos não mandam buscar por ignorância, e que são queimadas.

Contudo, o que se apresentava como uma medida duplamente lucrativa (“ganha o mercado” / “ganha o Estado”) encobria a necessidade de reformar profundamente as estruturas fiscais sob as quais os Correios brasileiros estavam assentados. Nesse processo, algum ônus era inevitável: quer aumentassem as tarifas e sujeitassem periódicos a porte (o que desagradava o comércio) quer subsidiassem o franqueamento de materiais impressos, arcando com a baixa arrecadação para os cofres públicos (o que atingia o governo), as partes interessadas na melhoria dos serviços postais haveriam de encontrar um meio termo para viabilizar a tão almejada reforma.

2.2 Taxa fixa para periódicos e os pródomos da reforma

No início de 1832, Manoel Ignácio de Melo e Souza, oficiou ao governo imperial para reportar diminuição nas rendas do Correio de Minas Gerais.³⁰¹ Argumentava o presidente daquela província que diversas pessoas tanto na capital Ouro Preto como no interior estavam se utilizando da lei que franqueava de porte os periódicos “*para roubarem os portes das cartas, introduzindo-as nos maços das folhas*”. Os funcionários da administração provincial haviam notado ademais que, rompidas as tiras de papel que envolviam os maços de impressos, deles saíam “*cartas e até certidões de muitas folhas de papel, e requerimentos*”, sendo essas ocorrências tanto mais frequentes quanto maiores eram os portes que se tinham de pagar pelas correspondências. Em vista disso, Melo e Souza pedia orientações sobre como proceder a fim de que aqueles abusos não tornassem “*quase extinto o rendimento do Correio*”.

A atitude daquele presidente de província foi elogiada pelos redatores do *A Verdade*, que apresentaram os seguintes argumentos para a supressão da dita lei:

Porquanto nem todos os jornais são dignos de serem levados à custa da Nação; e se devem ser dispensados do porte, são só, a nosso ver, os Diários da Assembleia, e os do Governo, porque convém que ao mais remoto lugar do Império cheguem os feitos destes poderes Constitucionais; mas a Nação levar a sua custa *Matracas, Filhos da Terra, Caramurús, Carijós, etc.*, é sem dúvida filantropia demasiada, ou demasiada proteção aos jornalistas, únicos a quem, o benefício desta Lei, toca.³⁰²

³⁰¹ 23 fev. 1832. Ofício de Manoel Ignácio de Melo e Souza a Diogo Antonio Feijó, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império. AHCD, lata 70, maço 4, pasta 4. Esse documento foi posteriormente publicado pelo *Correio Mercantil* em 21 de março de 1832.

³⁰² A VERDADE, 27 mar. 1832.

A opinião desse jornal revela uma visão bastante exclusivista da atividade periódica, visão essa que se desenvolvera entre os setores moderados do pensamento liberal brasileiro por ocasião do *boom* de pasquins radicais ocorrido entre os anos finais do Primeiro Reinado e o início da Regência.³⁰³ Os redatores do *A Verdade* reconheciam que, se os jornais comesçassem a pagar porte, haveria menor quantidade de impressos e, conseqüentemente, menos arrecadação para Tesouro. Esses fatos, porém, seriam compensados, segundo eles, pela existência de periódicos “*mais instrutivos, e mais úteis*” à opinião pública. E concluíam: “*perca ela [nação]; mas não tanto que leve grátis o veneno, onde não deve chegar*”.³⁰⁴

Entre os parlamentares, os efeitos da legislação de 1831 foram tratados mais no campo financeiro do que no ideológico: Honório Hermeto Carneiro Leão, por exemplo, apresentou uma emenda à lei do orçamento para o ano de 1833/34 que acrescia 40 contos aos 140:000\$000 réis consignados para a despesa com serviços postais marítimos e terrestres.³⁰⁵ Argumentava o deputado mineiro que o franqueamento de periódicos aprovado por aquela mesma legislatura havia causado aumento no expediente de muitas repartições, inclusive na de sua província natal, sendo o crédito fixado em lei, portanto, insuficiente.³⁰⁶

Já Manuel Alves Branco, em sessão do ano seguinte, sugeriu que se duplicassem o valor de diversas contribuições, dentre elas os portes de periódicos,³⁰⁷ por considerar esse tributo “*cousa [sic] muito insignificante*” aos assinantes. Assim, enquanto o primeiro parlamentar propunha compensar a diminuição na arrecadação dos Correios com o aumento do gasto público, seu colega via no aumento dos encargos fiscais uma forma de subsidiar as necessárias modificações.

A questão dos portes passou a ser pauta do governo em 1835, por iniciativa do titular da

³⁰³ Informações sobre alguns desses periódicos podem ser encontradas em: BASILE, Marcello. Inventário analítico da imprensa periódica do Rio de Janeiro na Regência: perfil dos jornais e dados estatísticos. In: CARVALHO, José Murilo de, e NEVES, Lucia Maria Bastos P. (org.). *Dimensões e fronteiras do Estado brasileiro no oitocentos*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2014.

³⁰⁴ Nessa mesma linha argumentativa, o renomado cirurgião Joaquim Candido Soares de Meireles reportava ao público as dificuldades que havia encontrado para comprovar perante a administração dos Correios que a sua *Revista Médica Fluminense* era formalmente um periódico e que, portanto, deveria ser isenta de porte: “*Entretanto os jornais políticos, que de ordinário levam a desmoralização por toda a parte; que tendem a afrouxar os laços sociais; que espalham a desordem, e pervertem o espírito público, desviando-o de seu verdadeiro caminho, a felicidade da Nação; não acham dificuldades na administração do correio, e a Nação, que tem de sofrer os frutos de suas funestas sementes, espalhadas por todo o Brasil, paga o veneno que lhe vai devorar as entranhas!*”. Discurso proferido pelo Doutor Joaquim Candido Soares de Meireles, em sessão pública da Academia Imperial de Medicina, em 30 de junho de 1836. In: REVISTA MÉDICA FLUMINENSE, ed. 01, 1836.

³⁰⁵ ANAIS DO PARLAMENTO BRASILEIRO, 18 jul. 1832, p. 80.

³⁰⁶ Vale notar, no entanto, que o valor orçado – 140:000\$000 réis – fazia dessa repartição o quarto objeto de gastos do Ministério dos Negócios do Império no ano financeiro de 1833/34, ficando atrás das despesas com a Câmara dos deputados (264:407\$000 réis), Senado (200:000\$000 réis) e dotação do Imperador (200:000\$000 réis). Lei de 24 de Outubro de 1832. BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1874, p. 133.

³⁰⁷ ANAIS DO PARLAMENTO BRASILEIRO, 25 set. 1833, p. 281.

pasta da Fazenda, Manuel do Nascimento Castro e Silva. Em seu relatório, consta a seguinte nota: “*A receita do correio geral não chega nem para metade de sua despesa; convém sujeitar ao porte as folhas periódicas e aumentar o porte das cartas pelos paquetes*”.³⁰⁸ Com essa proposta, o ministro reiterava a lógica fiscal que regia os Correios brasileiros, ao mesmo tempo em que atacava dois aspectos críticos dessa instituição, quais sejam a onerosidade dos serviços postais marítimos e a dificuldade de se transportar volumosos maços de jornais isentos de porte.

Essa visão foi combatida, na imprensa, pelo *Jornal do Commercio*, uma das folhas cariocas de maior tiragem na época. Em nota, a redação se manifestou contra a medida fiscal proposta pelo governo dizendo que, para aumentar as rendas do Correio cumpria, antes de tudo, reformar o “*péssimo Regulamento*” que regia essa repartição, mormente no que dizia respeito à distribuição de cartas.³⁰⁹ Ela também considerou a fala do ministro um “*ataque indireto à imprensa periódica*”, na medida em que se opunha à difusão das “*luzes do século*” pelo território do Império.

Consoante, contudo, com a perspectiva ministerial, a Comissão de Fazenda e de Orçamento da Câmara elaborou um projeto de lei no qual propunha “*a ampliação de alguns impostos em substituição de outros do mesmo gênero, ou a modificação de certos, com o fim de aumentar a sua receita, e simplificar a sua arrecadação*”.³¹⁰ Essas deliberações deveriam ser adotadas antes que o projeto de fixação da receita e despesa gerais do Império ficasse pronto³¹¹ e entrariam em vigor a partir do dia 1º de julho de 1836. No corpo do texto (artigo 9º), destacam-se as seguintes diretrizes:

§1ª Pagarão as cartas conduzidas pelo correio terrestre um real por oitava de peso em cada légua de caminho de 20 ao grau; e pelo correio marítimo 5 réis por oitava de grau em grau de latitude; o máximo porte para cada oitava em ambos estes casos será de 100 réis. §2ª Os autos e outros papéis do foro pagarão a quarta parte do porte das cartas. §3ª O mínimo porte para cada uma carta será 20 réis. §4ª Pagar-se-á aos particulares que entregarem nas estações do correio cartas e outros papéis por eles conduzidos, ¼ do porte correspondente.

Ao uniformizar o cálculo das distâncias terrestres e marítimas – em léguas e latitudes, respectivamente – o novo arranjo promovia o encarecimento dos portes, sobretudo no que diz respeito às localidades mais próximas da Corte. Assim, uma carta de 2 oitavas remetida dessa capital para a vila de Santo Antonio de Sá (atual Itaboraí) que antes custava 10 réis apenas, a

³⁰⁸ ANAIS DO PARLAMENTO BRASILEIRO, 08 maio 1835, p. 51.

³⁰⁹ JORNAL DO COMÉRCIO, 16 maio 1835.

³¹⁰ ANAIS DO PARLAMENTO BRASILEIRO, 23 jun. 1835, p. 202.

³¹¹ CASTRO, Augusto Olympio Viveiros de. *Historia Tributária do Brasil*. 2. ed. Brasília: Escola de Administração Fazendária, 1989, p. 46.

partir de então passava a valer 16 réis, visto que a distância entre os dois pontos fosse de oito léguas. Em compensação, diminuiu-se o valor máximo dos portes – de 120 para 100 réis – o que favorecia, em tese, as comunicações à longa distância. Os comissionários reduziram, ademais, a tarifa de autos e papeis do foro, os quais, segundo a legislação de 1829, pagavam ½ de porte (cujo mínimo continuou sendo 20 réis). Note-se que não havia qualquer menção aos periódicos, fossem eles nacionais ou estrangeiros.

Posto em discussão, o projeto recebeu diversas ementas: o deputado rio-grandense José de Araújo Ribeiro, por exemplo, sugeriu isentar de porte as gazetas e publicações periódicas de nações que concedessem igual isenção aos impressos do Brasil.³¹² Bernardo de Vasconcelos, por sua vez, propôs que os impressos pagassem um quarto do valor das cartas, cujo porte seria dobrado em relação ao regulamento de 1829. Contrapondo-se ao deputado mineiro, Francisco de Paula Araújo defendeu redução de 50% em todas as tarifas postais. Finalmente, o deputado baiano Cornélio Ferreira França recomendava que metade do porte das cartas, autos e demais objetos postais fosse paga no local da remessa. Ao final do debate, apenas as proposições de Araújo Ribeiro e Vasconcelos foram incorporadas ao texto final do projeto que, remetido ao Senado sem o parágrafo sobre gratificação aos mensageiros particulares,³¹³ foi aprovado em outubro do mesmo ano.³¹⁴

Os protestos contra a taxação de impressos começaram logo no início do novo ano financeiro, não se restringindo ao espaço da Corte. No jornal *O Novo Farol Paulistano*, por exemplo, um correspondente sob o pseudônimo *Veritas* deplorou os efeitos que a medida em questão teria sobre o progresso da imprensa local, além de privar os cidadãos “*de mais um meio de comunicação entre eles e a Autoridade Pública*”.³¹⁵ A seu ver, o imposto sobre periódicos era um “*meio de fazer retroceder a civilização do povo*” e, caso fosse mantido, em breve os habitantes das cidades marítimas estariam “*mais ao fato de conhecer a capacidade das influências estrangeiras, do que das do seu próprio país*”. Isso porque, explicava:

³¹² ANAIS DO PARLAMENTO BRASILEIRO, 13 ago. 1835, p. 166.

³¹³ ANAIS DO SENADO DO IMPÉRIO DO BRASIL, 19 out. 1835, p. 505.

³¹⁴ Lei nº 99 de 31 de Outubro de 1835. BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1864, p. 102.

³¹⁵ O NOVO FAROL PAULISTANO, 06 jul. 1836.

De um ponto a outro do Império todos os Redatores trocam seus jornais de modo que as notícias de interesse público rapidamente se difundem por todas as províncias. Mas qual será o Redator que de hoje em diante proponha a troca de seus jornais com semelhante imposto? Nem-um [sic], e destarte o cidadão fica impossibilitado de saber o que vai pelo seu país. E é isto o que convêm hoje quando de todos os lados se clama que convêm estreitar os laços que ligam ao centro cada uma das províncias??

Em outro número, *Veritas* voltou a questionar a validade do imposto em questão, argumentando que o lucro dele proveniente desapareceria na proporção em que a indústria tipográfica fosse definhando, “até por fim igualar-se a zero”.³¹⁶ Na Corte, esse processo seria menos sensível, mas no interior das províncias, ele tenderia a “enferrujar as prensas, e desempregar operários que vivem de manejá-las”. Tal prognóstico levava o correspondente a refletir sobre os paradoxos dos governos tanto do passado como daquele presente em relação às comunicações:

Pedro 1º era infenso às liberdades públicas, e Pedro 1º sancionou a lei que liberava de porte as folhas periódicas: no entanto que o Governo Regencial eminentemente patriótico, eminentemente amigo do progresso do país sancionou a lei contrária. A imprensa era hostil a D. Pedro, e D. Pedro nem por isso a quis por tal forma pear; mas a oposição erguida e sustentada pela imprensa apenas maioria influente no governo logo procura refrear seu desenvolvimento. Sim novos parricidas, eu o direi [...] – quereis assassinar a mãe que vos deu o ser.

Já o jornal *O Paquete do Rio* após discorrer sobre a origem dos Correios e sua adoção por diversos governos modernos, assim se expressou sobre o assunto:

A medida, que agora se está pondo em prática de fazer pagar porte os Periódicos, e Jornais é sumamente prejudicial à Sociedade, e de alguma maneira imprópria de um país onde há um Governo Liberal, como o nosso. O Brasil não se acha tão ilustrado, que não precise de que se espalhem as luzes, e ideias pelas Províncias; a lei de fazer pagar porte aos Jornais, e Periódicos principalmente os Nacionais aumenta sim as rendas Nacionais, porém impede o espalharem-se pelas Províncias as luzes de que tanto se precisa para a civilização dos povos, entorpece o comércio, e faz o povo ignorante relativo à marcha do Governo, e ao estado geral do Império.³¹⁷

Com base no argumento de que “um Governo Constitucional precisa dar aos seus atos a maior publicidade possível”, os redatores dessa folha questionavam: “Como poderá isto acontecer, se daqui em diante não haverá quem queira ter os Periódicos que da Corte vão para as Províncias, ou destas vem para a Corte, visto que o seu porte custa mais caro que a sua assinatura?”. Eles alegavam não querer que os impressos deixassem de pagar porte, mas requeriam que esse valor fosse mais razoável do que o estipulado pela referida lei. E concluíam:

³¹⁶ O NOVO FAROL PAULISTANO, 13 jul. 1836.

³¹⁷ O PAQUETE DO RIO, 20 jul. 1836.

*“As cartas são de um interesse particular, e os Periódicos são de interesse geral, assim seria mais conveniente que o porte destes fosse menos pesado, ainda que o daquelas se aumentasse mais”.*³¹⁸

Em outro número, os redatores do *O Paquete do Rio* adotaram linha argumentativa semelhante à que vimos no correspondente do *O Novo Farol Paulistano*, apontando as contradições existentes entre o reinado de d. Pedro I e a Regência no que diz respeito à liberdade de imprensa:

Ainda ontem que a nossa Constituição nos ligava por todas as partes ao centro comum do Império; que este ligame nos impunha a necessidade de manter, e multiplicar nossas relações sociais com nossos concidadãos, quando as folhas públicas se ocupavam mais da política geral do que das circunstâncias particulares de cada uma Província; [...] quando retalhavam a Nação em partidos; quando assassinavam o cidadão em sua vida particular; quando o Governo estava destituído de força moral para repelir tais abusos, que agrediam, debaixo do nome de censura, ou de política, ou de interesse público, todos os princípios da união, e de fraternidade, a liberdade de exprimir o pensamento tinha por seu complemento a franqueza do porte em todos os correios: hoje que a reforma de nosso pacto fundamental afrouxou o laço dessas relações imperadas, diminuindo suas necessidades; [...] que as folhas mais se ocupam do interesse público do que em sustentar partidos; que o cidadão não teme ser vítima da pluma apaixonada, ambiciosa, ou mercenária do homem turbulento; que o Governo tem recobrado a necessária força moral para reprimir os abusos neste gênero; hoje o porte das folhas públicas não é franco. A utilidade do livre pensamento perdeu seu elastério!³¹⁹

Os redatores acusavam a referida lei de ter abafado *“o interesse que cada um alimentava para conhecer o que se passa na pública administração”*. E previam: com a afirmação do direito de porte sobre periódicos, os raros habitantes do sertão que antes *“sacrificavam algum tempo ao conhecimento dos projetos, das opiniões, das leis, do choque dos partidos, [...] dos movimentos, enfim, mais interessantes da máquina social”* tenderiam a abandonar esse princípio de civismo, então *“ainda mal radicado”*, que fundamentava seu papel nas instituições representativas nacionais:

Arrastados pelo turbilhão de opiniões que surgem de momento no ato da verdadeira representação Nacional, submissos à lei, sem discernimento preciso para conhecer e discriminar os homens, os cidadãos eleitores darão seu voto a esmo; iludidos porém na própria especiação [sic], dirão em circunstâncias iguais: O que me importa?

³¹⁸ Semelhante argumento também existia nos Estados Unidos da época; segundo Richard John, *“enquanto poucos esperavam que o sistema postal retornasse lucros, todos estavam de acordo que ele deveria ser, ao menos, autossustentável. Além disso, o subsídio [de materiais impressos] era pago por aqueles que escreviam cartas, os quais eram em sua maioria mercadores”*. JOHN, *Spreading the News*, 1995, p. 39 (tradução nossa).

³¹⁹ O PAQUETE DO RIO, 23 set. 1836.

Uma das reflexões mais bem elaboradas sobre o tema apareceu em *“Doutrina Social: Dificultar a ilustração é recuar para a barbaridade: o regresso não deve compreender a ilustração”*. Publicado originalmente no jornal *O Indicador da Utilidade Pública*, esse texto anônimo fazia crítica à taxaço de periódicos sob a perspectiva da antinomia entre a *“índole imitativa”* do povo brasileiro e o obstáculo aos *“modelos de organização social e administrativa”* europeus representados pela lei:

O nosso País é o País das contradições, e das anomalias: um espírito exclusivo de imitação tem sido a qualidade mais característica da nossa índole social: as teorias, e as práticas estrangeiras tem sido geralmente copiadas em todas as nossas reformas, e inovações, embora não fossem elas na maior parte consentâneas ao nosso estado social; mas ao mesmo tempo que este espírito de geral imitação transluz em todas as nossas leis, e regulamentos, um ato legislativo aparece (a imposição dos pesados direitos sobre os jornais, e os outros impressos) que se poderia dizer positivamente calculado para coibir essa nossa tendencia [sic], não nos excessos que nos desnacionalizam, mas nos progressos das ciências, e das artes, e no movimento da civilização, que pertence ao nosso século.³²⁰

“Para imitar as Nações”, continuava o autor, era necessário *“acompanhar o movimento da sua ilustração, e a sucessão dos seus melhoramentos”*, daí a importância de se haver periódicos. Como a taxa sobre materiais impressos ia contra esse princípio, ele classificava a dita lei como *“efeito da mais miserável mesquinha financeira”* e *“expressão a mais clara do nosso atraso nos conhecimentos, e práticas da sociabilidade”*. E acrescentava: o resultado de tão *“mal calculada e impolítica”* medida não seria outro senão apartar-se o Império *“da majestosa marcha das Nações cultas para a maior civilização, e aperfeiçoamento social”*, imprimindo-se *“um movimento retrógado para a ignorância, e barbaridade dos passados séculos”*.

O autor terminava sua reflexão fazendo uma crítica à legitimidade das instituições liberais no Brasil. Dizia: se os legisladores brasileiros quisessem, a maneira de Estados absolutistas, *“separar do Universo o Povo [...] por um muro impenetrável de ignorância, de proibições e de miséria”*, não poderiam eles ter concebido medida mais adequada. Porém, se pretendiam *“imitar a Política das Nações mais cultas”*, a taxaço de periódicos era *“a mais inconsequente”* possível:

Os Governos da França, e da Inglaterra, que mil vezes melhor do que o Brasil, poderiam dispensar os impressos estrangeiros, estão tratando por todos os modos de remover os obstáculos à introdução recíproca das suas publicações, sem se deterem nos mesquinhos cálculos de algumas lb. de mais, ou de menos nas Estações Fiscais, e na Administração dos Correios; [...] e nós, miseráveis infantes na carreira da

³²⁰ O INDICADOR DA UTILIDADE PÚBLICA, 27 jul. 1836.

civilização, das ciências, e das artes, tendo quase unicamente por produtos da nossa imprensa algumas mesquinhas publicações de Política doméstica, [...] pomos obstáculos à importação das publicações uteis, que nos faltam, e que abundam nas outras Nações; e chegamos mesmo a dificultar a circulação desses poucos jornais de alguma utilidade, que se publicam dentro do Império? E blasonamos de progressos, e de tendência para a civilização? E campamos [sic] de ilustração, e de adesão à forma Representativa e à Liberdade legal?

Nesse clima de protesto em vários veículos de imprensa, os deputados Araújo Vianna, Calmon du Pin e Souza Martins apresentaram uma emenda à lei do orçamento para o ano financeiro de 1837/38 que substituiu o parágrafo relativo ao porte de periódicos pelo seguinte texto: *“Os jornais e mais publicações periódicas pagarão desde já somente 10 réis, por número, sem atenção ao peso e às distâncias”*.³²¹ Essa iniciativa foi elogiada pelos redatores do *Jornal do Commercio* que diziam não conceber como os legisladores, *“esquecidos do exemplo dos países mais cultos”*, anuíram às recomendações do governo para reinstituir o porte de periódicos. Novamente em oposição à fala do ministro Castro e Silva, eles acreditavam que o imposto em questão levaria a uma diminuição no rendimento dos Correios, em razão do cancelamento das assinaturas de jornais estrangeiros:

Grande número de pessoas residentes no Rio de Janeiro são assinantes de periódicos da Europa: ignorando a lei, ou tendo sim ouvido falar que de Julho em diante aumentaria o porte das gazetas, mas nunca pensando que um exemplar de uma folha inglesa (por exemplo) viesse a pagar 205 réis de porte, não mandaram ordem para que se suspendessem as assinaturas; por isso continuaram as remessas, e o Correio deve ter lucrado consideravelmente do 1º de Julho a esta parte. Mas continuará assim? Provaremos que não. Estes assinantes logo que viram que o simples porte de um periódico de Londres importava em nada menos do que em 60\$, 70\$ e 80\$ reis por ano, mandaram suspender as suas assinaturas; e findo o prazo necessário para a ida e volta da ordem de suspensão, é claro que o rendimento do Correio diminuirá sensivelmente, e que até ficará menos do que o era antes de adotada a medida de que nos queixamos, pois que poucas pessoas ou nenhuma querirão sujeitar-se a semelhante ônus.³²²

Os redatores se indagavam qual seria o resultado daquela política tarifária, para em seguida responderem, enfáticos: *“Pormos em verdadeiro estado de sítio as luzes do século; levantarmos obstáculos e barreiras para que se não introduza entre nós a civilização europeia; e assestarmos baterias contra as artes e as ciências com que nos dota o progresso contínuo do Velho Mundo”*. Já em relação aos periódicos nacionais, eles criam que a lei tenderia a sufocar a *“nobre arte tipográfica”*, ramo de indústria então em desenvolvimento no país:

³²¹ ANAIS DO PARLAMENTO BRASILEIRO, 09 ago. 1836, pp. 161 – 162.

³²² JORNAL DO COMÉRCIO, 11 ago. 1836.

Em quase todas as cidades provinciais que possuem periódicos, não é o numero de assinantes do lugar onde eles se imprimem que faz com que se sustentem; a população não chega para tanto; é necessário que acudam os assinantes de fora. Ora, com o porte que hoje pagam as gazetas, estes diminuirão sensivelmente; as receitas chegarão apenas para cobrir as despesas; o desalento se apoderará de uma classe industriosa que já não achará onde empregue a sua arte, e ninguém ignora que a ociosidade é mãe de todos os vícios.

Nesse cenário, o próprio *Jornal do Commercio* estaria com a sobrevivência ameaçada: de acordo com seus redatores, o “*porte exorbitante*” havia desanimado “*a mor parte dos assinantes das Províncias*”, visto que além dos 16\$000 réis anuais de assinatura eles teriam de pagar portes duas, três e até quatro vezes maiores que os valores originais. Isso fazia com que uma assinatura dessa folha em Ouro Preto saísse por 38\$500 réis, aumentando para 61\$000 réis na Vila do Príncipe (atual Serro); 65\$000 réis no Tejuco e 70\$000 na Vila Diamantina.

Em vista disso, os redatores afirmavam estar o porte dos impressos “*na razão inversa da ilustração dos povos*”: os habitantes do litoral, que então gozavam de “*alguma civilização*”, poderiam continuar a assinar os periódicos da Corte, ao passo que os habitantes do interior, tão carentes de artes e ciência, ficariam privados dos benefícios da imprensa. E concluíam, reiterando tal como seus colegas do *O Paquete do Rio*, o papel dos periódicos no sistema representativo:

A lei vigente obsta a que se instrua o povo, a que se desenvolva os dons com que a natureza o dotou; ataca de alguma forma a liberdade da imprensa, um dos primeiros elementos do sistema constitucional. E como poderão as províncias longínquas conhecer as necessidades do país? Onde irão elas saber, se os seus representantes merecem a confiança que neles depositaram e se se [sic] tem mostrado dignos de novamente as representarem, quando tenham de procurar outra vez os seus sufrágios? A ignorância é a causa principal da pobreza, da miséria, e da degradação da espécie humana. O excessivo imposto que ora pesa sobre os periódicos, contribui a perpetuar esta ignorância, cumpre pois removê-lo.

Menos de uma semana após a publicação desse artigo, foi a vez da Comissão da Praça do Comércio do Rio de Janeiro – na pessoa de seu presidente, o comerciante Felipe Nery de Carvalho e de Ignácio Ratton, neto do comerciante francês Jácome Ratton (1736 – 1821/22) – se manifestar sobre o assunto. Em representação dirigida ao Imperador, esse órgão reclamava da “*mal entendida execução dada ao artigo 9 da lei de 31 de Outubro de 1835*” pois, a seu ver, a elevação ao dobro do porte das cartas transportadas por embarcações inglesas ia contra o disposto na *Convenção dos Paquetes* de 1810.³²³

A Comissão também protestava contra a administração dos Correios por não entregar

³²³ JORNAL DO COMÉRCIO, 31 ago. 1836.

cartas senão conjuntamente aos maços de gazetas e periódicos. Argumentava o dito órgão que essa prática feria o artigo 59º do regulamento de 1829, que obrigava o destinatário a retirar da agência apenas a totalidade das cartas em seu nome, omitindo sobre periódicos e materiais impressos.

Preocupados com os jornais comerciais e demais publicações periódicas que a Comissão mandava trazer “*de todas as praças mais notáveis da Europa e América*”, os peticionários reiteravam a isenção fiscal concedida pela mencionada lei do orçamento aos materiais impressos de países que guardassem reciprocidade com o Brasil. De acordo com as informações por eles colhidas em diferentes consulados, os periódicos brasileiros pagavam, em Portugal, 20 réis por folha; na Inglaterra, o valor era de 20 ou 50 réis por unidade, independentemente da distância percorrida; na França, em 5 *centimes* ou 12 réis por folha e nos Estados Unidos, por fim, pagava-se 6 *cents* ou 80 réis por maço de gazetas que fosse entregue no porto de chegada.

A Comissão concluía sua exposição com as seguintes demandas: 1) permanência do porte das cartas transportadas por paquetes ingleses segundo a convenção de 1810; 2) derrogação da retenção de cartas das pessoas que não quisessem retirar jornais e 3) ajuste do porte das folhas estrangeiras de acordo com o preço pago por impressos brasileiros em seus respectivos países de origem.

Em resposta a essa representação, o então titular da pasta dos Negócios do Império, Antonio Paulino Limpo de Abreu, não deu qualquer sinal de que o governo estaria disposto a mudar a execução da lei para satisfazer redatores de jornais e comerciantes.³²⁴ Em relação ao primeiro tópico levantado pela Comissão, o ministro observou que, tendo a lei do orçamento para o ano de 1836/37 dobrado o porte das cartas, qualquer que fosse a origem das mesmas, era “*indubitável*” que a correspondência conduzida por paquetes ingleses estava inclusa nessa disposição. Ele ademais contradizia os peticionários afirmando não haver nenhum embaraço legal relacionado à Convenção de 1810.

Quanto à obrigatoriedade da retirada conjunta de cartas e materiais impressos, Limpo de Abreu justificou a razão dos legisladores, ao afirmar que eles consideraram “*implicitamente compreendidas*” no referido artigo do regulamento as gazetas e demais folhas periódicas. Segundo o ministro, a finalidade daquela disposição era obstar qualquer lesão à Fazenda Pública que porventura pudesse ocorrer com o abandono de papéis nas agências e administrações, “*abandono tanto mais prejudicial para ela [Fazenda], quanto manifesto o maior ônus do seu transporte*”.

³²⁴ 29 ago. 1836. Ofício de Antônio Paulino Limpo de Abreu à Comissão da Praça do Comércio do Rio de Janeiro. JORNAL DO COMÉRCIO, 31 ago. 1836.

Limpo de Abreu recomendava, por fim, que para se efetivar a isenção fiscal dos periódicos estrangeiros, era necessário que os interessados dessem uma “*segurança oficial*” ou mostrassem “*por documento autêntico*” quais eram os países onde a reciprocidade vigorava. Tal resposta desconsiderava os certificados dos ministros plenipotenciários e cônsules de França, Portugal, Inglaterra e Estados Unidos anexados pelos comissionários à representação (ANEXO 16).

Em sua réplica, publicada no *Jornal do Commercio* do mês seguinte, a Comissão se disse sensível “*ao clamor e desgosto geral*” que tinha tomado o corpo do comércio carioca após a resposta do ministro.³²⁵ Reconhecendo esse clamor como “*justíssimo*”, ela temia que, caso não houvesse modificações nas tarifas impostas pela lei, aquele setor se veria “*privado das vantagens de uma comunicação rápida e segura com a Europa*”; isso porque o pagamento de 3\$856 réis por uma carta simples – cálculo feito com base na soma do novo porte brasileiro e do valor convertido de três *shillings* pago nos Correios britânicos – era “*igual a uma proibição*”. Os comissionários argumentavam ademais ser “*oposto à boa razão*” supor que “*um país livre e constitucional*”, onde existia “*uma perfeita liberdade de imprensa*”, os legisladores pretendessem proibir a entrada de jornais, gazetas e demais materiais impressos.

Em relação ao aumento do porte das cartas vindas em embarcações britânicas, a Comissão citava *ipsis litteris* o artigo do regulamento de 1829 que tratava do assunto, porém questionava se aquela legislação havia sido referendada pela outra parte contratante: “*Não estando em vigor, onde existe o direito de exigir maior porte sobre as cartas vindas nos Paquetes Ingleses, de que sobre as vindas nos navios de guerra ou mercantes?*”. A mesma estratégia de transcrição de extratos da lei foi utilizada para deslegitimar a retenção de cartas de pessoas que não quisessem receber materiais impressos. Após reproduzirem o artigo 59º do mencionado regulamento, os comissionários reiteraram seu argumento já expresso na representação de que aquele dispositivo não tratava senão de cartas; acrescentando que a única despesa ou incomodo sofridos pela Fazenda Pública com o abandono de papéis estrangeiros era a condução desses dos navios para a repartição dos Correios.

Para fundamentar o pedido de ajuste no porte das folhas estrangeiras de acordo com o princípio de reciprocidade, a Comissão publicou na íntegra os documentos probatórios das autoridades consulares que Limpo de Abreu havia desconsiderado em sua resposta. Em conclusão, esse órgão deixava o seguinte recado: “*é da natureza de todo o imposto excessivo e vexatório, diminuir em lugar de aumentar o seu produto*”.

³²⁵ JORNAL DO COMÉRCIO, 06 set. 1836.

Diferentemente do governo, os deputados souberam ouvir essas manifestações e aprovaram a emenda que instituía o valor fixo de 10 réis por número. Por sugestão do Senado,³²⁶ restauraram-se ademais os portes anteriores a 1836 tanto das cartas do Correio de terra como das vindas de países estrangeiros.³²⁷ Com essa política tarifária – que, contudo, não teve pronta execução³²⁸ – o Estado evitava, assim, a “*filantropia demasiada*” contra a qual alguns liberais moderados se debatiam, ao mesmo tempo em que subsidiava o avanço das luzes pelo interior do Império.

Os anos finais da Regência caracterizam-se por certa continuidade da política de austeridade em relação aos gastos públicos. Não obstante isso, crescia entre os parlamentares e membros do governo um sentimento de urgência em relação à reforma das secretarias ministeriais e de diversas repartições a elas subordinadas, inclusive a dos Correios.³²⁹ Mas qual deveria ser a instância de poder responsável pela medida, Executivo ou Legislativo? Eis uma questão que dividiria opiniões ao longo do processo.

Em agosto de 1838, por ocasião da discussão sobre a lei do orçamento, Bernardo de Vasconcelos – que então ocupava interinamente a pasta dos Negócios do Império – se dirigiu à Assembleia para fazer o seguinte pedido:

O Governo confia na vossa justiça que o proveis sem demora dos meios necessários para estabelecer a todos os Empregados dos Correios do Império vencimentos, que correspondam ao seu trabalho, às circunstancias locais e à fidelidade incorruptível que se exige de tais Empregados.³³⁰

³²⁶ ANAIS DO PARLAMENTO BRASILEIRO, 07 out. 1836, p. 405.

³²⁷ Lei nº 70 de 22 de outubro de 1836. BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1864, p. 49.

³²⁸ Em nota publicada no *Jornal do Comércio* em novembro daquele ano, um correspondente de pseudônimo *Flagellum* reclamava da demora dos Correios em cobrar o novo porte, não obstante a lei ter sido promulgada no dia 22 do mês anterior. E questionava: “Será talvez porque o Ministro respectivo ainda a [lei] não mandou para o Correio, querendo assim que este cobre, pelo maior tempo possível, aquele imposto enorme, com detrimento do público?”. In: JORNAL DO COMÉRCIO, 04 nov. 1836.

³²⁹ A reforma das Secretarias Ministeriais foi aprovada pelo decreto nº 60 de 20 de novembro de 1838. Sobre o tema, ver: SÁ NETTO, Rodrigo de. *O Império brasileiro e a Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça* (1821-1891). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011. (Cadernos Mapa; n. 2 – Memória da Administração Pública Brasileira). Disponível em: <https://goo.gl/58g7u8>; acesso em 14 mar. 2021; SÁ NETTO, Rodrigo de. *A Secretaria de Estado dos Negócios do Império (1823 – 1891)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013. (Cadernos Mapa, n. 5 – Memória da Administração Pública Brasileira). Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/>; acesso em 14 mar. 2021.

³³⁰ BRASIL. *Relatório da Repartição dos Negócios do Império apresentado à Assembleia Geral Legislativa na sessão ordinária de 1838, pelo respectivo ministro e secretário interino Bernardo Pereira de Vasconcellos*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1838, p. 42.

Argumentava o ministro que, com o sistema de gratificações então em vigor, dificilmente encontrava-se quem se encarregasse do serviço postal, resultando disso “*o desleixo, e a preverificação [sic]*”. Em relação aos Correios da Corte, ele expunha a necessidade de criação dos cargos de fiel do tesoureiro, oficial papalista e amanuense: “*Por falta desses Empregados a escrituração vai-se sucessivamente atrasando, e difícil se tornará pô-la depois em dia*”, afirmava. Sua mensagem final sobre o tema era a seguinte: “*Com o sistema atual nem os Correios podem ser bem servidos, nem exercer-se, como convém a todos os interesses públicos, uma rigorosa fiscalização, nem finalmente promover-se uma responsabilidade restrita*”.

A requisição de Vasconcelos consumou-se na emenda apresentada pelo deputado José Maria Ildefonso Jacome da Veiga Pessoa para que o governo fosse desde aquele momento autorizado a elevar os ordenados de todos os empregados postais do Império.³³¹ Posteriormente, o deputado maranhense João José de Moura Magalhães retificou que esses aumentos fossem considerados gratificações até receberem a devida aprovação da Assembleia.³³²

O aumento dos gastos públicos pretendido pelo governo contrastava, no entanto, com a sugestão feita pela Comissão de Fazenda e Orçamento da Câmara de se destinar 120 contos de reis – ao invés dos 140 contos fixados em lei – para gastos com os Correios. Na opinião de Araújo Vianna, relator do referido órgão, a chave para o melhoramento dos serviços postais não estava na via indicada por Vasconcelos, mas na melhor arrecadação; e isso apenas seria possível reajustando-se os portes.³³³ Para fundamentar seu argumento, o deputado fluminense comparava a renda dos Correios brasileiros com os rendimentos de seus congêneres inglês e norte-americano:

O rendimento dos correios na Inglaterra é avaliado em 100, dos quais 60 líquidos e 34 para as despesas; e nos Estados Unidos este é também um dos artigos de receita do governo geral; entretanto que no Brasil se gastam mais de 210:000\$, e a receita não passa de 60.

O governo não ficou, contudo, calado. Ao pronunciar-se na sessão do dia seguinte, Calmon du Pin criticou o relator da Comissão por lamentar que os Correios brasileiros não oferecessem nenhuma utilidade aos cofres públicos. O ministro da Fazenda reconhecia que a renda dos serviços postais britânicos era classificada “*entre as adições da receita pública*”, porém assegurava ser o lucro dos Correios norte-americanos “*capitais que se reproduzem*”, utilizados para deixar esse estabelecimento “*a par do melhoramento do país sempre*

³³¹ ANAIS DO PARLAMENTO BRASILEIRO, 04 ago. 1838, p. 264.

³³² ANAIS DO PARLAMENTO BRASILEIRO, 03 set. 1838, p. 449.

³³³ ANAIS DO PARLAMENTO BRASILEIRO, 04 ago. 1838, p. 270.

progressivo”. Voltando-se para Araújo Vianna, ele fazia o seguinte questionamento:

Mas porque motivo lamenta o nobre deputado a pouca renda dos nossos correios, quando está em sua mão melhorá-las? Porque não iniciou o nobre deputado o aumento da taxa das cartas? Qual é o país do universo (invoco o testemunho dos Senhores deputados) onde as cartas pagam menos do que no Brasil? Propõe-se o aumento do ordenado dos empregados do correio e não se quer aumentar a taxa das cartas!! Inicie esse aumento, e desaparecerá o motivo que tem o nobre deputado para lamentar o pouco rendimento dos nossos correios.

Havia, pelo menos, um ponto de concordância entre o governista Calmon du Pin e Araújo Vianna, deputado da oposição: seriam necessárias outras providências, além do aumento das tarifas e do reajuste dos vencimentos, para melhorar os serviços postais. Mas quais seriam elas?

Para Clemente Pereira, urgia reestabelecer-se como diretor geral “*homem de bastante capacidade, de suficiente força de caráter e muita atividade*”.³³⁴ Argumentava o deputado que, com a extinção daquele cargo em 1831, os Correios teriam sofrido uma queda de 50% em seus rendimentos, passando de 120 para 60 contos de réis. Nesse sentido, ele se dizia persuadido de que, aprovada sua sugestão, “*em breve seria restaurada a renda do correio*”.

Venâncio Henriques de Rezende dizia, por sua vez, concordar com os colegas sobre a inconveniência de se fazer dos Correios “*ramo de renda pública*”, porém reconhecia que o Parlamento tinha o dever de equalizar receita e despesa. Nesse sentido, o deputado pernambucano afirmava que um dos meios mais eficazes de se conseguir o aumento da renda era “*se vedar a entrega das cartas por mãos particulares*”.³³⁵

Concedida pela Câmara em setembro de 1838, a autorização para reajuste salarial dos funcionários dos Correios do Império possibilitou ao governo atender uma demanda antiga dessa categoria profissional.³³⁶ Contudo, para que o reajuste dos emolumentos se efetivasse, era necessário que os serviços postais rendessem algo e uma das maneiras de se alcançar esse objetivo, na visão de alguns parlamentares da época, era aumentando-se o porte.

Em setembro de 1839, a Comissão de Fazenda da Câmara inseriu no orçamento para o ano financeiro de 1840/41 as seguintes disposições (artigo 6º):

³³⁴ ANAIS DO PARLAMENTO BRASILEIRO, 21 ago. 1838, p. 357.

³³⁵ ANAIS DO PARLAMENTO BRASILEIRO, 14 ago. 1838, p. 631.

³³⁶ Como veremos adiante, em 1834, os funcionários dos Correios da cidade da Bahia haviam peticionado ao governo requerendo equiparação de seus vencimentos aos de seus colegas da Corte. Nesse meio tempo, também houveram representações por parte dos funcionários dos Correios de Alagoas; Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

- §1ª Pagarão as cartas conduzidas pelo correio terrestre 50 por cento sobre os preços fixados no regulamento de 5 de março de 1829;
- §2ª Pagarão as cartas conduzidas pelo correio marítimo no litoral do império 2 réis por oitava de grau em grau de latitude, contados do ponto de partida;
- §3ª O mínimo porte por uma carta será de 80 réis.
- §4ª Os autos e mais papéis do foro pagarão a quarta parte do porte das cartas.
- §5ª Os jornais continuarão a pagar 10 réis por número, e as mais publicações periódicas pagarão a mesma quantia por cada folha de impressão, sem atenção às distâncias. Os livros pagarão 1/8 do peso.
- §6ª Pagar-se-á aos particulares que entregarem nas estações do correio cartas e outros papéis por eles conduzidos ¼ do porte correspondente.
- §7ª Ficam abolidas as limitações no peso estabelecidas no regulamento de 5 de Março de 1829.
- §8ª As cartas provenientes de países estrangeiros pagarão na mesma proporção estabelecida na base 2ª, se não houver ajuste especial.³³⁷

Essas diretrizes instituíam algumas rupturas em relação ao regulamento de 1829: primeiramente, aumentava-se em 50% o preço das cartas conduzidas pelo correio terrestre. No caso dos correios marítimos – cuja tarifa base passou a valer para as correspondências internacionais – alterava-se o duplo critério de distância, passando a contar as latitudes a partir do ponto de partida das correspondências; por fim, aboliam-se as limitações de peso estabelecidas por aquela legislação.

Outros princípios – tais como a taxação de papéis do foro e a restituição feita a mensageiros particulares – foram extraídos do projeto de lei elaborado pela mesma Comissão, em 1835. Apenas com algumas alterações: no presente texto, o valor mínimo do porte passava de 20 para 80 réis.

Os comissionários ainda distinguiram três categorias de materiais impressos – jornais, demais publicações periódicas (tais como gazetas e almanaques) e livros – determinando para cada uma delas critérios de tarifação diferentes: os primeiros voltariam a pagar 10 réis por número, tal como estipulado em 1836; os periódicos que não fossem jornais seriam taxados por folha, independentemente da distância percorrida carregadores; os livros, por fim, pagariam 1/8 do peso.³³⁸

Tendo início a discussão do projeto, Venâncio Henriques de Rezende apresentou uma emenda que instituiu o pagamento prévio das tarifas postais. Na opinião do deputado, essa seria

³³⁷ ANAIS DO PARLAMENTO BRASILEIRO, 16 set. 1839, p. 185.

³³⁸ Note-se que semelhante tipologia já era feita nos Estados Unidos, com especial distinção aos jornais. Sobre o tema, observa Richard Kielbowicz: “o advento de novos tipos de publicações ensejou mútuos ajustes por parte dos Correios e da indústria editorial. Editores forçavam todo o tipo de informação em formatos de jornais para qualificá-los com as menores tarifas possíveis. Em contrapartida, os Correios exerciam seu considerável poder discricionário e estabeleciam distinções entre jornais e revistas. No processo de definição da natureza das “notícias”, esses agentes revelavam o valor que eles, e talvez a sociedade, davam a diferentes tipos de informação”. KIELBOWICZ, Richard. *News in the Mail: The Press, Post Office and Public Information, 1700 – 1860s*. Nova York: Greenwood Press, 1989, p. 134 (Tradução nossa).

uma forma de evitar que, para ter acesso às cartas, o público fosse obrigado a “*pagar o porte de calhamaços, [...] que de boa vontade dispensaria*”. Tal sugestão foi apoiada pela maioria da Câmara, entrando na pauta do debate.

Um dos primeiros a se pronunciar sobre o assunto, Alves Branco – que passara a responder pela pasta da Fazenda – reconhecia a necessidade de se reformar os Correios “*não só enquanto à parte regulamentar, como mesmo quanto às taxas das cartas*”, porém dizia não poder anuir ao pagamento prévio, “*porque isto reduziria a renda do correio, em lugar de aumentar*”. Carneiro Leão também votou contra a emenda de Rezende, por entender que a introdução desse sistema prejudicaria a arrecadação, além de causar “*grande transtorno*” ao público. Isso porque, a seu ver, “*admitindo a nova medida, grande parte da população teria cartas no correio inutilizadas por não terem pago o porte, porque a administração do correio não se julgaria na obrigação de as fazer seguir seus destinos antes de efetuado este pagamento*”.

As opiniões do ministro e do deputado voltaram a convergir no tocante ao método de tarifação dos serviços postais marítimos. Alves Branco previa que, se aprovada, a progressão de 2 réis por oitava traria “*frações imensas*” nas taxas, causando “*grandes embaraços*” na contabilidade dos Correios. Esse prognóstico foi reiterado por Carneiro Leão, para quem a medida daria “*muitos quebrados*” e tornaria o imposto “*de difícil cobrança*”, ampliando, por conseguinte, a inadimplência do público.

Quanto à elevação do porte mínimo, Alves Branco considerou-a medida “*muito absoluta*”. Nas palavras do ministro: “*Uma carta mandada daqui [Corte] para Niterói pagar 80 réis, é muito*”. Carneiro Leão também não concordava com o teor do artigo em questão, questionando os autores do mesmo: “*Se a nobre comissão não queria a espécie de desigualdade que notou em pagar uma carta levada para a Bahia o mesmo porte que paga uma carta dirigida para o Pará, como quer que nenhuma carta, qualquer que seja a distância, não pague menos de 80 réis?*”. Nesse sentido, o deputado propôs que o valor em questão fosse reduzido a 40 réis.

Para Alves Branco, a facilidade das comunicações era “*não só indispensável aos particulares, mas de suma utilidade e vantagem para a nação*”;³³⁹ nesse sentido, ele cria que, se fossem deixadas exclusivamente a cabo de agentes privados, essas mesmas comunicações se tornariam “*mais difíceis e mais embaraçadas*”, razão pela qual defendia o processo de monopolização do Estado sobre os serviços postais:

³³⁹ ANAIS DO PARLAMENTO, 16 set. 1839, p. 186.

Eu não quero que a taxa do correio seja tal que não pague o serviço prestado; eu desejo que pague este serviço. Atualmente o paga? Não. [...] E porque atualmente a taxa não paga o serviço? Porque muitas cartas, ou a maior parte delas, vêm por mãos particulares, quando há uma administração pública, para a qual os particulares as devem conduzir.

O discurso de Carneiro Leão apresentava, por sua vez, a seguinte reflexão: “*O governo é obrigado a concorrer para o maior bem da sociedade, e nem sempre é possível cobrar toda a despesa que faz com esse serviço*”. Com isso, o deputado reiterava as obrigações inerentes àquele monopólio, evidenciando a existência de uma racionalidade de serviço público que ia além do imperativo fiscal preconizado pela Comissão.

Aos comissionários que viam no aumento das tarifas postais solução rápida para o problema em debate, Carneiro Leão fazia a seguinte admoestação: “*não é nos começos que os correios principiam a render*”. Para o deputado, a melhoria nas finanças dessa repartição dependia não apenas de uma mudança institucional, mas também de fatores econômicos e sociais característicos de cada país:

Se os nobres deputados querem que os correios no Brasil rendam o mesmo que nos Estados Unidos, estabeleçam-os no pé em que ali estão estabelecidos, e prestem os correios o mesmo serviço que prestam nos Estados Unidos; mas nós não poderemos chegar a este estado senão depois de termos uma população de 13 milhões como têm os Estados Unidos. Enquanto o Brasil não for mais povoado, enquanto os correios tiverem de andar por lugares desertos, e outros aonde a população não abunda, necessariamente que a despesa há de exceder tanto mais a receita, quanto menor for a população que concorra para pagar o serviço dos correios.

Como presidente da Comissão, Araújo Vianna via o objeto sob perspectiva diferente da de Carneiro Leão: para ele, “*se a nação não deve tirar vantagem do serviço que faz com o correio, pelo menos deve cobrar a despesa que com ele faz*”. Discordando do colega mineiro, o deputado fluminense comparou as finanças dos Correios no Brasil – cuja receita estava na razão de 60:000\$000 (receita) para 374:000\$000 (despesa) – com a realidade superavitária dos serviços postais em outros países, tais como Estados Unidos, onde o lucro dos Correios era aplicado, segundo ele, “*unicamente ao melhoramento dos mesmos correios*”. A experiência com finanças públicas,³⁴⁰ bem como a ameaça à unidade imperial, ideia então presente nos círculos políticos da Corte, faziam com que Araújo Vianna assim justificasse seu voto favorável ao projeto que ele mesmo ajudara a redigir: “*Aumentar a despesa todos os anos, e não aumentar*

³⁴⁰ Em 14 de dezembro de 1832, Araújo Vianna foi nomeado Ministro da Fazenda do 3º gabinete ministerial da Regência, em substituição ao senador paulista Nicolau Pereira de Campos Vergueiro. Ele permaneceu no cargo até 2 de junho de 1834, quando foi sucedido por Antonio Pinto Chichorro da Gama. Cf.: JAVARI, Jorge João Dodsworth (Barão de). *Organizações e programas ministeriais desde 1822 a 1889*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889, p. 45.

a receita em proporção, nem querer melhorá-la, é querer todos os anos um déficit ruinoso. [...] Para a dissolução do país este estado de cousas [sic] é ótimo, mas não para sua conservação”.

Não foram apenas Alves Branco e Carneiro Leão que se opuseram às proposições da Comissão. Clemente Pereira, por exemplo, considerou o parágrafo 1º *“inadmissível”*, além de *“gravame oneroso que pesaria muito sobre o povo, e dificultaria muito as comunicações, principalmente dos lugares mais remotos”*.³⁴¹ Já Teophilo Benedicto Ottoni alertou para os *“graves males”* que poderiam advir da realização de reformas administrativas *“atropeladamente”* durante a discussão da lei do orçamento. Para esse deputado, o melhor meio de se aumentar a renda dos Correios não era elevando-se as tarifas postais, mas cumprindo-se o preceito constitucional de inviolabilidade do sigilo das correspondências e evitando-se que os Correios fossem utilizados como *“instrumento de partidos”*.

Quatro emendas foram apresentadas ao longo das sessões em que o projeto foi discutido: Clemente Pereira sugeriu que as tarifas dos Correios marítimos fossem calculadas segundo progressão de 20 réis a cada 2 oitavas, independentemente da distância percorrida pelos condutores. Moura Magalhães, por sua vez, apresentou um texto substitutivo ao artigo 6º, composto das seguintes disposições: aumento de 10 réis por oitava para cartas simples, além do determinado pelo regulamento de 1829; mínimo porte de 40 réis; pagamento de sexta parte para autos e demais papéis do foro; pagamento da oitava parte do porte das cartas para jornais e demais publicações periódicas. Até mesmo a Comissão responsável pelo projeto apresentou retificações ao artigo 6º: aumento de 25% no porte das cartas conduzidas pelos Correios terrestres; instituição do porte mínimo de 40 réis e supressão dos parágrafos 6º e 8º. Por fim, Antonio Navarro de Abreu propôs que o governo fosse habilitado a reformar a administração dos Correios, *“podendo não só alterar o seu pessoal e ordenado, como também as taxas atuais”*.

Essa última sugestão suscitou protestos de parlamentares que, como Francisco Jê Acaiaba de Montezuma, viam com desconfiança o protagonismo do governo na elaboração de dispositivos regulamentares. Para o deputado bahiano, melhor seria que a Câmara nomeasse uma Comissão interna a qual, adotando do regulamento de 1829 o que houvesse *“de melhor”*, apresentasse ao governo um *“sistema geral”* de reforma dos Correios.³⁴²

Enquanto os deputados se preocupavam em estabelecer os limites da ação do governo sobre as tarifas postais, no Senado, alguns representantes da ala liberal, como Felisberto

³⁴¹ ANAIS DO PARLAMENTO, 17 set. 1839, p. 192.

³⁴² Ao apresentar requerimento nesse sentido, Montezuma foi criticado por deputados que, como Carneiro Leão, julgavam a matéria suficientemente discutida para se adiar uma decisão sobre a revisão das tarifas postais. Essa opinião prevaleceu, sendo o artigo 6º e todas as emendas aditivas rejeitadas. ANAIS DO PARLAMENTO BRASILEIRO, 18 set. 1839, p. 215.

Caldeira Brant (Marquês de Barbacena), José Bento Leite Ferreira de Mello e Holanda Cavalcanti, pressionaram o então ministro dos Negócios do Império, Manoel Antonio Galvão para se pronunciar sobre o assunto.³⁴³

Em seu discurso, Galvão buscou informar aos parlamentares sobre as “*causas verdadeiras*” do mau estado dos Correios no Brasil. O primeiro problema por ele observado era de ordem legal. De acordo com o ministro, algumas disposições do regulamento dos Correios de 1805 continham “*ressaios do antigo tempo de colônia*” para os quais a legislação então vigente não havia apresentado alternativa satisfatória.³⁴⁴ Nesse sentido, ele passava a analisar os “*muitos defeitos*” do decreto de 1831.

Em relação ao artigo 3º, Galvão considerou inútil conferir ao administrador do Correio da Corte poderes de inspeção sobre as agências provinciais, “*porque os administradores destes Correios, sabendo que tanta é a sua autoridade como a do administrador da Corte*” não se importavam com as suas ordens. O ministro também criticou a disposição que desobrigava o público de postar cartas nos malotes, afirmando que ela era a pior de todo o regulamento, pois tendia a “*acabar com os Correios*”.

Aspectos institucionais também foram alvo de críticas por parte de Galvão, que afirmou estar o correio terrestre “*reduzido a pouco mais de nada*”. Para corroborar essa assertiva, o ministro mencionou uma viagem que fizera para o Rio Grande, onde “*não achou Correio senão para o Rio de Janeiro*”. Ademais, embora reconhecesse que esse serviço era alvo de “*alguma desconfiância*” por parte do público, o ministro contradizia-se, ao considerar “*meros boatos infundados*” as denúncias de violação do sigilo de correspondências feitas em sessões anteriores por alguns senadores.³⁴⁵

Galvão também censurou a demora dos administradores em prestarem contas de seus serviços, alegando que até mandara suspender os ordenados dos mesmos, porém recuou em sua decisão, ao se dar conta de que as agências locais eram ocupadas por homens a quem se pedia “*por favor para servirem*”. Em vista desses problemas, o ministro terminou sua fala reconhecendo que a repartição era “*muito trabalhosa*”, porém dizia não poder reformá-la por

³⁴³ Galvão fez parte do 3º gabinete ministerial da regência presidida pelo Senador Pedro de Araújo Lima, tendo sido empossado a 1º de setembro de 1839. In: JAVARI, *op. cit.*, p. 70.

³⁴⁴ ANAIS DO SENADO DO IMPÉRIO DO BRASIL, 08 out. 1839, pp. 324 – 325.

³⁴⁵ Na primeira quinzena de julho de 1839, o Senado foi informado sobre o extravio de uma representação enviada pela Assembleia Provincial de Pernambuco manifestando-se contra a lei de interpretação do Ato Adicional. Tal notícia exaltou os ânimos dos senadores contrários àquela medida então em discussão: Ferreira de Melo, por exemplo, requereu ao então ministro interino da pasta do Império, Francisco de Paula Albuquerque, que mandasse indagar às autoridades competentes quais os motivos pelos quais os Correios do Império se achavam em estado “*tão lastimoso*”, e observava: “*hoje se acha a maior parte dos cidadãos obrigada a remeter suas cartas por portadores particulares, quando a nação faz uma avultada despesa para manter os Correios*”. In: ANAIS DO SENADO DO IMPÉRIO DO BRASIL, 12 jul. 1839, p. 174.

ora, em função de seu “*limitado rendimento*”.

2.3 Paulo Fernandes Vianna e a *petite poste* carioca

Os debates na Câmara e no Senado analisados anteriormente demonstram que, nos anos 1830, a ideia de protagonismo do Estado na execução de políticas públicas ainda estava sendo construída e admitia, portanto, coadjuvação de agentes particulares. No caso dos Correios urbanos da Corte, essa iniciativa seria engendrada em 1838 por Paulo Fernandes Vianna, empresário fluminense cuja trajetória passamos a analisar.

Filho de um comerciante português radicado no Rio de Janeiro, Fernandes Vianna esteve desde cedo sob a proteção de seu influente tio homônimo,³⁴⁶ que para ele obteve o cargo de Administrador da Mesa da Estiva da Alfândega da Corte. Em 1817, com apenas 13 anos de idade, Fernandes Vianna solicitou a d. João VI o foro de Moço da Real Câmara e o hábito da Ordem de Cristo, os quais lhe foram concedidos.³⁴⁷ Em 1821, se dirigiu ao Príncipe regente a fim de que este o dispensasse da idade mínima para assumir o cargo público do qual possuía mercê. Em 1822, com residência na Rua do Areal, Fernandes Vianna já era viador e guarda-roupa da Casa Imperial, além de deputado do Tribunal da Junta do Comércio.

Mesmo com o falecimento do tio Intendente, Fernandes Vianna conseguiu manter (e mesmo ampliar) seu leque de influências, tendo sido eleito juiz de paz do 2º distrito da Freguesia de Santana (1833) e do 1º distrito da Freguesia de Engenho Velho (1836). Também foi por diversas vezes vereador da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, além de membro permanente da Comissão de Economia Doméstica e Rural da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN). Em contrapartida, sua ascendência portuguesa e a provável relação de proximidade que guardava com o círculo de d. Pedro I podem ter lhe rendido desavenças com elementos do grupo político liberal, os quais identificavam-no com o projeto de

³⁴⁶ Paulo Fernandes Ferreira Vianna (1757 – 1821) nasceu na cidade do Rio de Janeiro, tendo se formado bacharel em direito na Universidade de Coimbra, em 1770. Ao longo de sua carreira pública, ocupou os cargos de intendente da capitulação de Sabará em 1789, desembargador da Relação do Rio de Janeiro em 1799 e desembargador da Relação do Porto em 1804. Com a transferência da família real para o Rio de Janeiro, foi nomeado Intendente Geral de Polícia, posto que lhe trouxesse poder e prestígio social, além de uma gama de atribuições que envolviam desde os temas de segurança pública, salubridade e urbanização até a solução de conflitos, espionagem e recrutamento militar. Para mais informações sobre essa personagem da administração joanina, ver: LEMOS, Nathalia Gama. *Um Império nos trópicos: A atuação do Intendente Geral de Polícia, Paulo Fernandes Vianna, no Império Luso-Brasileiro (1808 – 1821)*. (Dissertação de Mestrado). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2012.

³⁴⁷ BNRJ, Manuscritos, Documentos Biográficos, C1057,036.

restauração.³⁴⁸

Atestando problemas de saúde, Fernandes Vianna solicitou licença da Junta do Comércio por dois anos e partiu com sua esposa para a França, chegando ao porto do Havre em outubro de 1835.³⁴⁹ Durante a viagem, ele esteve em Paris, onde se admirou com a regularidade e eficiência do serviço postal local, à época dirigido por Antoine Conte.³⁵⁰ De volta ao Brasil, Fernandes Vianna apresentou requerimento à 3ª Comissão de Fazenda da Câmara dos Deputados,³⁵¹ a fim de estabelecer correios urbanos na Corte do Rio de Janeiro, à maneira do velho mundo.

Nesse documento, o requerente pedia licença para, mediante a concessão de duas loterias anuais e um contrato de dez anos, por em execução o Decreto de 9 de setembro de 1835, medida que, segundo ele, tinha por fim, “*promover a comodidade dos povos, facilitar com especialidade e estender as relações do comércio, as quais muito concorrem para o aumento, civilização e prosperidade dos Estados*”.³⁵² Justificava seu pedido com a alegação de que, “*debaixo da direção dos particulares*”, as empresas prosperavam mais, alcançando os seus fins “*com mais economia, e facilidade, do que quando postas debaixo das vistas de algum agente do Governo, mesmo zeloso, pelas formalidades indispensáveis*”. Como exemplo de sucesso, citava o caso parisiense:

Deveu a França ao Conselheiro Chamousset a - petite poste -, que foi instituída, em Paris, no ano de 1760, e, logo depois, tornou-se de uma tal necessidade, que

³⁴⁸ Em seu livro de memórias, Hélio Vianna narra uma celeuma ocorrida em 1833 entre Paulo Fernandes Vianna e Luiz Alves de Lima, futuro Duque de Caxias e representante do grupo político liberal moderado. Segundo o autor, o então juiz de paz do distrito de Santana mandara prender e açoitar um escravo pertencente a Alves de Lima que, indignado, escreveu-lhe uma carta, recriminando-o por não havê-lo informado sobre a medida. O conflito foi parar nas colunas do *Diário do Rio de Janeiro*, que publicou, a pedido de Fernandes Vianna, uma réplica à carta de Alves de Lima. Ora, a rixa entre os dois homens parece ser anterior ao fato relatado pelo memorialista: em março daquele ano, Fernandes Vianna culpava seu desafeto pela publicação de uma nota anônima no jornal liberal *O Sete de Abril*. Essa nota acusava o juiz de paz de ter recebido um “*volumoso maço*” de cartas de Francisco Gomes da Silva, o Chalaça, amigo íntimo de D. Pedro I. Essas informações podem ser conferidas nos seguintes periódicos: *O SETE DE ABRIL*, 16 mar. 1833; 02 jul. 1833; *DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO*, 17 jun. 1833. Para maiores informações sobre o incidente envolvendo Fernandes Vianna e Alves de Lima, ver: VIANNA, Hélio. *Vultos do Império*. Rio de Janeiro: Companhia Nacional, 1968, pp. 158 – 163. Some-se a esses acontecimentos o fato de ambos os personagens pertencerem ao clã dos Carneiro Leão e Nogueira da Gama (Fernandes Vianna era sobrinho do sogro de Alves de Lima).

³⁴⁹ *DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO*, 21 ago. 1835.

³⁵⁰ Funcionário remanescente da burocracia napoleônica, Antoine Joseph Xavier Conte (1773 – 1850) foi nomeado Diretor Geral dos Correios em 5 de Janeiro de 1831, tendo permanecido por dezessete anos a frente dessa repartição. Sua gestão foi marcada pela negociação do Tratado Postal Franco-Britânico (1836), pela publicação do primeiro Dicionário Postal (1837) e por diversas medidas de modernização no transporte de correspondências. DELAMONT, Ernest. *Notice Historique sur la Poste Aux Lettres*. Bordeaux: Imprimerie-Typographique A. Pérey, 1870, p. 114; CHARBON, Paul. *Quelle belle invention que la poste!* Paris: Gallimard, 1991, p. 64.

³⁵¹ *JORNAL DO COMÉRCIO*, 04 set. 1838.

³⁵² 13 set. 1838. Requerimento de Paulo Fernandes Vianna à 3ª Comissão de Fazenda da Câmara dos Deputados solicitando licença para mediante a concessão de duas loterias anuais e um contrato de dez anos, estabelecer os Correios urbanos no Rio de Janeiro. BNRJ, Manuscritos, Documentos Biográficos, cx. C1057, 036.

impossível seria hoje abolir-se, fazendo-se o serviço, como o Suplicante teve ocasião de presenciar, com tanta exatidão e presteza, que em um só dia se entregam, na capital, cerca de [trinta] mil cartas, de Paris, e vinte oito mil de fora, além de quinze mil despachos dos departamentos, ao todo – cinquenta e oito mil!

O requerente reconhecia os “*muitos tropeços*” aos quais sua iniciativa estava sujeita, “*pela sua novidade, e pela avultada despesa com casas, comissões, ordenados aos escriturários e aos muitos correios de pé e de cavalo*”. Não obstante isso, ele acreditava nos lucros que a instituição poderia trazer aos cofres públicos:

O Brasil de ontem não é certamente o império de hoje, e a medida que se aumentam os seus produtos e a sua população, aumentam-se, igualmente, as suas necessidades. [...] Quando todos os habitantes virem, que bastam algumas horas, para se comunicarem de um extremo ao outro da cidade, que as cartas, os jornais, as contas, as petições, as encomendas, os convites et caetera (sic), vão ao seu destino, com uma presteza e exatidão admiráveis, quando em fim, passada a novidade, se forem acostumando a esta instituição, abraçada hoje pelas principais Nações – produzirá ela uma não pequena renda para o Estado.

Fernandes Vianna argumentava por fim que, se os parlamentares já haviam concedido tantos favores a “*estrangeiros industriais*”,³⁵³ por que não haveriam de atender ao pedido de um brasileiro nato que apresentava uma proposta de “*de utilidade e necessidade para o país, se não lucrativa pelo aumento das rendas públicas*”?

O requerimento especificava outras condições para a realização do contrato, determinando que o requerente entrasse com metade de seu rendimento para os cofres públicos após os primeiros cinco anos de concessão. Duas vezes ao dia, as cartas deveriam ser levadas à residência dos destinatários, de forma que esses pudessem receber “*no mesmo dia, a resposta da carta que se tiver escrito de manhã, até o meio dia*”. Posteriormente, anexaram-se a esse documento outros dois aditamentos, nos quais Fernandes Vianna se propunha a estender o mesmo serviço à cidade de Niterói, bem como a entregar gratuitamente todos os papéis do governo e do corpo legislativo.

Não obstante os esforços de Fernandes Vianna para dar urgência à discussão de sua proposta na Câmara dos Deputados,³⁵⁴ isso foi ocorrer apenas em maio de 1839. Na ocasião, Venâncio Henriques de Rezende disse não concordar com a concessão de loterias para um empreendimento de cuja utilidade ele não estava convencido. Já Carneiro da Cunha enfatizou

³⁵³ Provável menção a Guilherme Morgan, engenheiro inglês que, naquele mesmo ano de 1838, recebera concessão do governo brasileiro para estabelecer uma linha de paquetes a vapor entre Inglaterra e Brasil. O documento original dessa concessão encontra-se na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Sessão de Manuscritos, C-899, 24.

³⁵⁴ Consta que o empresário foi pessoalmente à sessão da Câmara dos Deputados de 3 de outubro de 1838 solicitar urgência ao então presidente da casa, Candido José de Araújo Vianna. JORNAL DO COMÉRCIO, 03 out. 1838.

a imoralidade desse tipo de subsídio, propondo que, ao invés de loterias, se formassem companhias para levar a cabo a empresa em questão.³⁵⁵ Não obstante a objeção dos dois deputados pernambucanos, o texto do requerimento foi aprovado, sendo remetido ao Senado imperial.

Nessa casa, o projeto passou por algumas modificações, justamente no tocante ao financiamento da concessão. Os senadores diziam não terem dúvida sobre a utilidade da referida resolução, não podendo, porém, anuir à concessão de loterias requeridas pelo empresário Fernandes Vianna. Mesmo sem dados para estimar a renda e as despesas do empreendimento, eles argumentavam que, se o público realmente reclamava correios urbanos, a renda que fosse gerada daria “*de sobra*” para sustentar esse serviço. Sendo assim, o texto remetido à sanção da Câmara foi o seguinte:

Art. 1º O Governo fica autorizado a conceder Carta de privilégio exclusivo, por espaço de um até dez anos, ao Cidadão Paulo Fernandes Vianna, para estabelecer na Cidade do Rio de Janeiro dentro dos seus limites, marcados pela Câmara Municipal respectiva, os Correios Urbanos, de que tratam o Decreto de nove de Setembro de mil oitocentos trinta e cinco, e Regulamento da mesma data com as alterações convenientes.

Art. 2º O mesmo Cidadão, depois de postos em andamento os sobreditos Correios nesta Cidade, fica obrigado a estabelecê-los gratuitamente na Cidade de Niterói, no tempo designado pelo Governo.

Art. 3º Findo metade do tempo do privilégio, fica, outrossim, o mesmo Cidadão Fernandes Vianna obrigado a entrar no tempo restante com metade do rendimento, que forem produzindo os referidos Correios.³⁵⁶

Enquanto aguardava a decisão parlamentar, Fernandes Vianna iniciou uma série de providências fundamentais para viabilização de seu projeto, tais como alistamento de moradores, inventário das denominações das ruas e numeração de casas, estabelecimentos comerciais, etc. Também consta no *Diário do Rio de Janeiro* que o empresário estaria organizando um plano de administração para conferir mais “*estabilidade, pontualidade e exatidão*” ao serviço postal.³⁵⁷

As intenções de Fernandes Vianna em relação aos serviços postais iam, com efeito, além do estabelecimento de correios urbanos. Tendo recebido a concessão desse empreendimento em julho de 1839, ele logo peticionou aos poderes Executivo e Legislativo, respectivamente,

³⁵⁵ ANAIS DO PARLAMENTO BRASILEIRO, 11 maio 1839, p. 71.

³⁵⁶ O texto final desse documento data de 25 de maio de 1839, tendo sido assinado por Paulino José Soares de Sousa; Joaquim Marcelino de Brito e J. C. de M. Britto. AHCD, lata 127, maço 3, pasta 10. A publicação deu-se por meio do decreto nº 74, de 12 de Julho de 1839. BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1839, p. 230.

³⁵⁷ DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 15 jun. 1839.

requerendo a direção do Correio Geral.³⁵⁸ Vale lembrar que o cargo de diretoria havia sido extinto em 1831, sendo suas competências transferidas para o administrador do Correio da Corte.³⁵⁹

Na representação enviada à Câmara dos Deputados,³⁶⁰ Fernandes Vianna iniciou sua fala tratando dos Correios urbanos: ele afirmou não poder cumprir com o contrato, “*porque tendo passado todas as condições onerosas que o suplicante havia oferecido, caiu a principal e única, que lhe dava os meios pecuniários*”. Sendo assim, o empresário propunha aos parlamentares que revogassem o artigo 3^a da resolução, arbitrando-lhe, ademais, uma prestação mensal de 750\$000 réis. Fundamentava seu pedido uma série de dados financeiros e estatísticos.

O primeiro documento é um orçamento da receita e despesa dos Correios urbanos para o ano financeiro de 1839/40 (TABELA 9). As informações desse quadro são complementadas por uma tabela (TABELA 10) que marca a procedência, as categorias e o volume das correspondências recebidas pelo Correio Geral da Corte.

Tabela 9 – Orçamento dos Correios urbanos (1839) ³⁶¹

(Continua)

Receita		
	Volume	Valor
Cartas vindas de outras províncias ou países estrangeiros	254.752	5:095\$040
<i>Convites de 5 bailes, a saber</i> ³⁶²		
Do Catete	200	144\$000
Dos Estrangeiros	200	
Filarmônica	200	
União e Recreio	200	288\$000
Harmonia	200	

³⁵⁸ Em estudo sobre as desregulamentações ocorridas no âmbito comunicacional norte-americano durante a primeira metade do século XIX, Richard John cita um caso comparável ao de Fernandes Vianna: em 1844, o economista Amasa Walker ofereceu 1 milhão de dólares ao Congresso pelo direito de dirigir os Correios por um período de vinte anos. Em troca dessa concessão, Walker se comprometia a manter o nível de serviço existente e a reduzir o valor das tarifas para correspondências ordinárias. Cf.: JOHN, Richard. “Private Enterprise, Public Good? Communications Deregulation as a National Political Issue, 1839 – 1851”. In: PASLEY, Jeffrey; ROBERTSON, Andrew; WALDSTRETCHER, David (eds.). *Beyond the Founders: New Approaches to the Political History of the Early American Republic*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2004, pp. 328 – 354.

³⁵⁹ Nessa época, o cargo de administrador do Correio da Corte era exercido por Luiz Francisco Leal.

³⁶⁰ AHCD, lata 134, Maço 7, Pasta 3 [1 Petição sobre Comunicação], ano 1840.

³⁶¹ Ao final desse quadro consta a seguinte anotação: “*Não se pede quantia alguma para montar o estabelecimento, não obstante dever exceder a 6:000\$000. Não se designa vencimento algum para o Diretor, que só espera do futuro, quando aclimatada a instituição e abraçada por todos, a paga do seu excessivo trabalho, acrescido com a apresentação de uma Estatística regular, que, só por si, será um serviço feito ao seu país, e que para muito deverá servir, como o tempo mostrará, se se [sic] efetuar a empresa. Também se deve ponderar, que os convites de Bailes podem falhar*”.

³⁶² Nos campos relativos aos bailes do Catete e dos Estrangeiros, consta a seguinte anotação: “*9 meses a 200 convites cada um (pouco mais ou menos – 3:600*”; quanto aos bailes da Filarmônica, União e Recreio e Harmonia, o comentário é a seguinte: “*12 meses a 200 convites – 7:200*”.

(Conclusão)

Despesa		
	Valor anual parcial	Valor anual total
Cartas de enterro que possam ser distribuídas pelo Correio Urbano	1.000	480\$000
Cartas de particulares dirigidas de um para outros distritos da cidade	1.000	480\$000
Soma		6:487\$040
Abate-se: Prejuízos prováveis provenientes de cartas que não possam ser entregues, ou por que não acerte com a moradia das pessoas a quem são dirigidas ou por outro qualquer motivo.		648\$704
Total		5:838\$336
Quinze correios a pé	300\$000	4:500\$000
Dez correios a cavalo	300\$000	5:00\$000
Para sustento de dez cavalos	200\$000	
4 escriturários que trabalhem, por dia, dez horas pelo menos.	1:000\$000 ³⁶³	4:000\$000
2 amanuenses	500\$000	1:000\$000
Impressos, papel, livros e mais miudezas		400\$000
Casa ³⁶⁴ Ordenado do Diretor empresário Deterioração das caixas pregadas nos diferentes distritos e quarteirões da cidade Deterioração das malas dos correios entregadores de cartas, dos uniformes Remonta de cavalos Despesa com o alistamento de todos os moradores da cidade		
Soma		14:900\$000
Déficit		9:061\$664
Prestação requerida – 750\$000 por mês		9:000\$000

Fonte: Petição de Paulo Fernandes Vianna à Câmara dos Deputados (c. 1840). AHCD, lata 134, maço 7, pasta 3.

Tabela 10 – Procedência, categorias e volume das correspondências recebidas pelo Correio Geral da Corte (1839)

(Continua)

	A pagar	Francas	Seguras	Ofícios	Total
Rio Grande	12.415	991	233	1.316	14.955
Santa Catarina	3.510	163	34	737	4.544
São Paulo	39.774	488	257	919	41.438
Rio de Janeiro	43.594	3.537	363	5.421	52.915
Espírito Santo	873	73	14	442	1.402
Bahia	21.697	718	344	436	23.195
Sergipe	474	5	3	239	721
Alagoas	888	88	30	226	1.232
Pernambuco	14.392	1	253	857	15.503
Paraíba	295	42	14	262	613
Rio Grande do Norte	222	2	2	352	578
Ceará	1.320	5	37	432	2.794
Piauí	38	11	-	251	300
Maranhão	3.373	-	88	731	4.192
Pará	1.747	65	40	725	2.577

³⁶³ Nesse campo, consta a seguinte anotação: “bons, não se acham por menos”.

³⁶⁴ Nessa categoria, consta a seguinte anotação: “supondo que se dá lugar na mesma do Correio Geral para evitar demoras, por isso que toda a bondade da instituição consiste na pressa e na certeza com que se entregam as cartas, apenas chegadas”.

(Conclusão)					
	A pagar	Francas	Seguras	Ofícios	Total
Mato Grosso	1.075	195	61	559	1.890
Goiás	540	262	6	475	1.283
Minas Gerais	34.832	1.279	358	886	37.355
Estrangeiras	63.500	-	31	625	64.152
Total	224.659	7.925	2.168	15.887	270.639

Fonte: Petição de Paulo Fernandes Vianna à Câmara dos Deputados (c. 1840). AHCD, lata 134, maço 7, pasta 3.

Para Fernandes Vianna, estava claro que seu empreendimento promoveria a comunicação da Corte com o Império e o mundo. Isso porque o produto do porte das cartas que vinham de fora daquela cidade era avaliado em 5:095\$040 réis, o que representava 79% da receita orçada para aquele ano. Além disso, se somarmos a quantidade de cartas provenientes de outras províncias com as vindas do estrangeiro, veremos que esse material respondia por 81% do fluxo postal.

Os demais gêneros de correspondência listados pelo empresário – convites de bailes, cartas de enterro e cartas particulares dirigidas de um para outro distrito da Corte – respondiam, juntos, por 20% da renda arrecadada pelos Correios urbanos. A demanda por esse serviço era, contudo, incerta, tal como sugere o comentário feito à margem do quadro: *“Também se deve ponderar, que os convites de Bailes podem falhar”*.

A ineficiência do sistema cobrava, por sua vez, um preço alto a Fernandes Vianna. Nesse sentido, o empresário estimava um prejuízo de 648\$704 réis³⁶⁵ (10% do total da renda orçada) com cartas que não fossem entregues por motivos tais como falta de atualização das moradias dos destinatários, erros de subscrição, etc. Esse valor condiz com os dados estatísticos segundo os quais de um total de 271.639 cartas ingressas no Correio da Corte naquele ano, 244.559 (90%) eram *“a pagar”*.

Como os principais serviços prestados pelos Correios urbanos eram o entrega domiciliar de correspondências e coleta das mesmas nas caixas postais, é compreensível que grande parte dos gastos (64%) fosse feita com a manutenção de entregadores e suas montarias. As despesas com funcionários do expediente interno também eram expressivas (34%); no caso dos escriturários – categoria cujo vencimento anual era avaliado em 1:000\$000 – Fernandes Vianna justificava esse gasto com o argumento de que *“bons, não se acha por menos”*.

O empresário supunha que os Correios urbanos devessem funcionar na mesma casa do Correio Geral, por isso não indicou o valor dos gastos com aluguel. Tal medida ajudaria a evitar demoras entre a chegada das cartas nessa repartição e sua entrega nos endereços de destino,

³⁶⁵ Este também foi o valor de prejuízo declarado Correio Geral da Corte em edital datado de 25 de Janeiro de 1839, no qual se anunciava a queima de 27 mil e trinta cartas. DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 30 jan. 1839.

procedimento que deveria ser feito com pressa e certeza. Nisso consistia, segundo ele, “*a bondade da instituição*”.

Outra rubrica que também ficou em branco foi a dos gastos com o ordenado do Diretor. Isso porque Fernandes Vianna dizia esperar “*do futuro*” – quando a instituição dos Correios urbanos estivesse “*aclimatada e abraçada [sic] por todos*” – o pagamento por seu “*excessivo trabalho*”. O empresário acrescentava às suas atribuições nesse posto a apresentação de uma “*Estatística regular*” que “*só por si*” representaria “*um serviço feito ao seu país*”, caso a empresa se efetivasse. Ao apresentar o valor total dos gastos em questão – quase 15 contos de réis – Fernandes Vianna, por fim, reiterava: “*Não se pede quantia alguma para montar o estabelecimento, não obstante deve exceder a 6:000\$000*”.

Voltando ao texto da petição, o empresário também observou que, em consequência de sua iniciativa, “*apareceram também outros cidadãos, que, movidos ou por patriótico zelo ou pela esperança de lucro, se proporam (sic) a estabelecer os Correios Urbanos nas Capitais de todas as Províncias do Império, solicitando das Assembleias Provinciais a necessária permissão*”. Sendo assim, “*com pouco dispêndio da nação*”, o empresário estimava ver em breve no Brasil “*uma instituição filha da civilização dos povos, e abraçada pelas principais nações*”.

A justificativa para seu segundo tópico de solicitação – a direção do Correio Geral da Corte – seguia o mesmo tom otimista da introdução: nela, o empresário argumentava que, montada como estava, aquela repartição não somente não garantia aumento de renda, como também não oferecia as comodidades que dela se deviam esperar, “*sendo, por isso, imensas as queixas do público*” em relação ao serviço postal. Os problemas financeiros e de gestão não eram, contudo, especificidade brasileira:

O Brasil está no caso das outras nações; elas passaram pela mesma escala. A perfectibilidade atual no serviço dos Correios, na Europa, foi alcançada com muito sacrifício. Em França, o serviço das Postas, quando, em 1691, foi definitivamente constituído, não tinha a regularidade nem a perfeição que hoje tem. Em 1719, montava, apenas, o seu vencimento a três milhões quatrocentos e tantos mil francos; [...] porém, depois, o contratou, e desdintão (sic) começaram a ser melhor administrados. Então foram aproveitados os pequeninos cuidados d’uma Administração particular, e, hoje, as Postas dão à França, uma enorme renda por ano.

Por todos esses motivos, reconhecia o suplicante que prestava um serviço “*ao país e com particularidade ao importante Corpo do Comércio*” em propor o seguinte arranjo: estando à frente da administração por um período de trinta anos, ele se comprometia em aumentar progressivamente a receita da repartição – 5% nos primeiros dez anos; 10% no segundo decênio

e 20% nos anos finais – sem, contudo aumentar o valor do porte das cartas.

Para cumprir com esses compromissos, Fernandes Vianna exigia algumas condições: primeiramente, poder alterar alguns artigos dos regulamentos precedentes, acrescentando-lhes outras disposições, bem como dar as providências indispensáveis para se alcançar “*a perfeição no serviço, o cômodo do público, e o aumento da renda*”. Fernandes Vianna também requeria um empréstimo, sob fiança, de 30 contos de réis,³⁶⁶ para fazer as despesas que fossem necessárias durante a etapa inicial do empreendimento, “*devendo ser indenizada a Fazenda pública por prestações anuais de cinco por cento, e juros de 2,5%*”. Ademais, ao solicitante deveria ser entregue a mesma soma despendida pelo governo com a Administração do Correio, “*tanto nos pagamentos dos Empregados, como nos demais misteres da repartição*”.

Em contrapartida a essas concessões, o empresário se comprometia, além de aumentar a receita dos Correios, a conservar todos os empregados da repartição; a anexar os serviços postais urbanos à Diretoria Geral e a atuar como “*Fiscal por parte da nação*”, afim de que o segredo das cartas fosse mantido inviolável. Essa última garantia, que confirma a relevância do princípio de sigilo postal na economia política de comunicações do Oitocentos, deve ser lida à luz das constantes denúncias de arbitrariedades feitas no parlamento e na imprensa, sobre as quais refletimos no capítulo anterior. Sendo assim, estimamos que a cooperação com a melhoria do sistema postal fosse vista por Fernandes Vianna como um *distintivo de cidadania*, capital político que o facultava a exercer seu poder de barganha junto ao governo e ao Parlamento.

A petição enviada ao governo não diferia em conteúdo daquela apresentada ao Parlamento, tendo sido entregue ao senador Francisco de Paula Almeida e Albuquerque, então interinamente na pasta dos Negócios do Império. Em entrevista com Fernandes Vianna, ocorrida no dia 5 de agosto, esse ministro disse ao empresário (em suas próprias palavras) que oferecesse “*mais outras vantagens para a Nação além das que havia oferecido*”. Após refletir sobre as exigências do governo, Fernandes Vianna se pronunciou por meio de uma carta privada, onde explicava sua objeção:

Se o Correio estivesse montado como então os Correios, na Europa, não faria semelhante proposta, ela seria, então absurda; mas estando ele, como está, sendo-me necessário trabalhar por dia 9 horas pelo menos, e nos Domingos e dias Santos, tendo de lutar com tantos embarços, para que se consiga a prontidão e a exatidão no serviço, para que as cartas sejam distribuídas apenas chegadas de fora, para que o nosso Correio se aproxime à perfeição dos estabelecimentos desse gênero na Europa, e se preencham os fins, outra proposta que não fosse a que fiz seria errada, seria desconceituar-me.³⁶⁷

³⁶⁶ Note-se que o valor solicitado na petição ao governo era de apenas 12 contos de réis.

³⁶⁷ 06 ago. 1839. Carta de Paulo Fernandes Vianna a Francisco de Paula de Almeida e Albuquerque, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império. BNRJ, Manuscritos, Documentos Biográficos, cx. C1057, 036.

O empresário se dizia movido não apenas pela “*ideia de lucro*”, mas também pelo desejo de “*concorrer para o aumento da pátria*” pois, segundo ele, os meios de comunicação “*tanto maiores são em um país, quanto maior é o grau de sua civilização, e é por isso que todos os Governos os promovem*”. No ensejo dos recentes debates sobre a reorganização das administrações postais, Fernandes Vianna insinuava inclusive a possibilidade de dirigir aquele serviço não como um empreendimento privado, mas “*por conta da Nação*”, desde que o governo lhe garantisse “*um ordenado decente e compatível*” com a sua “*posição e excessivo trabalho*”.

A mudança ministerial ocorrida no segundo semestre de 1839 não prejudicou o lobby de Fernandes Vianna, pelo contrário; é possível que suas chances de intervenção na administração dos Correios tenham aumentado com a nomeação de Manoel Antonio Galvão para a pasta do Império. Prova disso é o manuscrito intitulado *Regulamento da Direção Geral dos Correios aditivo ao de 5 de Março de 1829*, cujo esboço – feito aparentemente sob encomenda – foi entregue àquele ministro em março de 1840.

Na apresentação de seu plano, Fernandes Vianna fez questão de frisar que ao texto faltava, sobretudo, “*o exame ocular da nossa Administração do Correio*”.³⁶⁸ Isso porque – explica o empresário – se as regras as quais se buscava reformar fossem bem executadas, não haveria tantas queixas aos serviços prestados pela instituição. O problema não era, portanto, a letra da lei, mas sim o “*vício no serviço econômico*” advindo da prática administrativa, vício esse que “*ninguém de fora*” (fazendo referência a si) poderia extirpar “*só por meio de leis e regulamentos novos*”.

Em consonância com opinião ventilada no Parlamento por líderes do governo, Fernandes Vianna reiterava a importância da figura do Diretor Geral, chamando-a de “*centro do movimento dos Correios*”. Da maneira como fora aprovado em 1831, o regulamento postal de 1829 carecia, na opinião do empresário, “*além de pequeninas cousas (sic), de um centro, e de ligar bem as Províncias com a Corte, para que o serviço seja exato, uniforme e inspire confiança em todo o Império*”. Na realização dessa tarefa, ele tratava de adequar a experiência teórica adquirida no exterior às condições reais, financeiramente mais modestas, de seu país:

Em França, estudei a marcha da *petite poste*, e, todavia muitas cousas, que saberia executar, não as sei escrever, por que são tão pequenas, como necessárias. Tudo, Excelentíssimo Senhor, depende da atividade dos empregados, e esta atividade só se alcança com boa paga, e castigo pronto. Das lembranças que trouxe, e de tudo quanto

³⁶⁸ 10 mar. 1840. Carta de Paulo Fernandes Vianna a Manoel Antônio Galvão, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império [Anexo Regulamento da Direção Geral dos Correios aditivo ao de 5 de Março de 1829]. BNRJ, Manuscritos, Documentos Biográficos, cx. C1057, 036.

tem aqui aparecido relativamente a Correios, colijo, que não podemos plantar, inteiramente, na nossa Pátria, o que existe de bom, fora dela; não por que nos falte a habilitação, ao menos nas Capitais, porém por que nos falta o dinheiro necessário para tais despesas. Por exemplo: Em Paris há 406 entregadores de cartas, e em Londres 620 – Aqui existem 10; eu marco 30, e deste número para o de 620 quanto dista? Quanto seria necessário despende? Parece que sendo a população da Corte (por estimativa) a décima parte da de Londres, deveríamos ter, pelo menos 62 entregadores.

Pelos exemplos citados na passagem, percebemos que Fernandes Vianna conhecia, ao menos superficialmente, o estado dos serviços postais urbanos em ambos os lados do canal da Mancha e não apenas na França, seu destino de viagem. Ele também estava inteirado da movimentação ocorrida no Parlamento britânico em torno da reforma postal e mirava nesse exemplo para sugerir as providências que o ministro Galvão deveria tomar em relação aos correios brasileiros:

Não contente a Inglaterra com a perfeição dos seus Correios ainda quer admitir, como Vossa Excelência sabe, o plano chamado – *Rowland Hill* – que consistia em uniformizar um porte, para todas as cartas de certo peso, e toda a dúvida versava, sobre o sistema de pagamento, isto é, se o pagamento devia se antes ou depois, ou se parte antes e parte depois; e também sobre o – Stamp³⁶⁹ – que se devia adotar. Os interessantes debates na Câmara dos Lordes provaram o patriotismo daquela nação, adotando-se a medida, de deixar ao Governo o arranjo de todo o negócio – que é o em que devia Vossa Excelência insistir ainda, nesta sessão, obtendo do Corpo Legislativo faculdade para reformar o Correio, emendar ou dar novo regulamento, e apresentar na próxima futura sessão tudo quanto houver feito, assim de ser aprovado. É este um meio mais seguro de obter um resultado satisfatório, e que preencha os fins, a que Vossa Excelência se propõe.

Semelhantemente ao reformador britânico, que reconhecia a importância do *Penny Post* de Londres, Fernandes Vianna dizia-se “*intimamente convencido de que toda a magia consiste no Correio Urbano*”. Isso porque, segundo ele: “*Todos os regulamentos, que se fizerem, não se lhes anexando o Correio Urbano, não servirão senão, para, sem fruto algum, aumentar as despesas. O público continuará a estar mal servido, e a Nação privada de parte das suas rendas*”. Essa instituição deveria ser, portanto, elemento essencial da experiência brasileira de reforma postal:

³⁶⁹ O uso do termo “stamp” é ambíguo e faz referência a uma série de commodities postais, cujas variedades são especificadas em uma minuta entregue por Rowland Hill ao Chanceler do Tesouro Real Britânico, em 1839: “1) *Invólucros Timbrados (Stamped Covers)* – o selo deve ser afixado em pedaços de papel do tamanho de metade de um quarto de papel de carta; 2) *Envelopes Timbrados (Stamped Envelopes)* – o selo deve ser afixado em pedaços de papel em forma de losango de forma que tipógrafos e outros profissionais do ramo de papelaria possam fabricar os mesmos envelopes; 3) *Selos adesivos (Adhesive Stamps)* – ou Selos em pequenos pedaços de papel com uma substância glutinosa no verso, que pode ser afixada nas cartas antes ou depois de serem subscritas; e 4) *Selos a serem afixados em papéis comerciais, os quais o público possa enviar ao Departamento de Timbragem (Stamp Office) para esse fim*”. MUIR, Douglas N. *Postal Reform & The Penny Black*. Londres: National Postal Museum, 1990, p. 105 (Tradução nossa).

Os muitos detalhes dos Correios da Europa, e dos Estados Unidos da América do norte não nos servem no todo. Deve-se sim, e mesmo pode-se adotar o mais essencial, que é, como fica dito, o Correio Urbano, adaptado ao país – atividade da parte dos empregados – serviço não interrompido – e confiança. Tudo isto está mais ou menos legislado, falta a execução, e algumas alterações nos regulamentos para que resulte o bem, que as leis prometem. Estas são, pois as que eu faço no dito esboço.

O projeto de Fernandes Vianna é mais um conjunto de diretrizes complementares do que um corpo regulamentar completo. Falta-lhe o que o empresário chamou de “*pequenos, mas necessários*” detalhes do expediente postal – tais como protocolos de pagamento de tarifas; horários e roteiro dos pedestres, etc.; os quais ele reconhecia saber executar, mas não sobre eles escrever. Em linhas gerais, o conteúdo do projeto primava pela centralização, mormente no tocante à contabilidade administrativa, e pela observância de dois preceitos fundamentais dos serviços postais: “*celeridade no serviço e inviolabilidade do segredo das cartas*”.³⁷⁰

Restauradas suas funções, a Diretoria Geral dos Correios passaria a ser “*o ponto central*” do qual partiriam “*todas as linhas de comunicação, para todo o Império*”. Sua correspondência com as diversas repartições, bem como com o público em geral, deveria se dar sob a égide da seguinte arquitetura que, por sua vez, era possibilitada pelo desenvolvimento das comunicações postais e impressa:

Os Agentes dos Correios darão mensalmente, aos Administradores dos Correios das Províncias uma conta exata das suas Agências, tanto pelo que respeita à regularidade do serviço, como do seu rendimento com as observações, que julgarem necessárias. Os Administradores dos Correios das Províncias darão a mesma conta circunstanciada, como acima, ao Diretor Geral, de 4 em 4 meses, referindo-se às informações recebidas mensalmente dos Agentes, propondo os melhoramentos, que possam ser adotados, tendo sempre em vista, como cláusula essencial – a rapidez no serviço e a inviolabilidade do segredo das cartas – isto é, removendo quaisquer obstáculos que retardem o serviço e possam suscitar desconfiâncias no publico. O Diretor Geral dará a mesma conta circunstanciada, na forma acima, ao Ministro do Império, sendo, depois, impressa nos periódicos da Corte e Províncias.

Em seu arranjo institucional, Fernandes Vianna preservou a Administração do Correio da Corte e Província do Rio de Janeiro, colocando-a sob a autoridade direta do Diretor Geral dos Correios, o que reforçava a centralização do aparato administrativo sediado na capital imperial. Além do Diretor Geral, com salário anual de 3\$200 réis, essa repartição contaria com os seguintes funcionários: um oficial de línguas, que poderia ser estrangeiro naturalizado, a quem competia escriturar as cartas estrangeiras pelo pagamento anual de 1\$200 réis; dois praticantes extranumerários, ambos com o salário anual de \$400 réis, sendo um deles

³⁷⁰ *Regulamento da Direção Geral dos Correios aditivo ao de 5 de Março de 1829*. BNRJ, Manuscritos, Documentos Biográficos, cx. C1057, 036.

responsável pelo Correio Urbano e vinte entregadores de cartas adicionais aos dez então existentes, todos recebendo \$240 réis anuais. As competências das nomeações, tanto em nível local quanto em nível nacional, ficavam assim definidas: *“Pertence, na Corte, ao Governo a nomeação dos novos Oficiais, e ao Diretor a dos Correios; e nas Províncias, aos Presidentes, a nomeação dos Praticantes, e aos Administradores a dos Correios”*.

As disposições relativas aos entregadores de cartas eram marcadas pelo teor coercitivo já expresso por Fernandes Vianna na fórmula *“boa paga e castigo pronto”*. Coerente com a mentalidade escravista da época, essa ideia era também tributária de Chamousset: em seu plano de 1758, observa o empresário francês que o recrutamento dos empregados da *Petite Poste* deveria seguir *“um exame escrupuloso”* a fim de que, *“perfeitamente conhecidos”*, esses homens tivessem seu serviço *“mais garantido”*, podendo ser *“punidos à menor falta; e instantaneamente”*, caso infringissem as regras ou cometessem alguma contravenção.³⁷¹

No que diz respeito às administrações provinciais, mantiveram-se as obrigações e os vencimentos dos empregados, apenas aumentando o número de praticantes e entregadores de cartas nas capitais onde houvesse Correio urbano.

É no capítulo intitulado *Da economia e direção dos trabalhos* que Fernandes Vianna expõem em detalhes seu modelo de correio urbano. As disposições concernem não apenas à entrega domiciliar e ao uso de caixas postais, principais diretrizes desse serviço, mas também a uma série de procedimentos que visavam conferir maior celeridade ao expediente das repartições. Para fins de análise, dividimos o conteúdo dessas regras em três categorias: entrada, fiscalização e saída de correspondências.

Com relação à primeira etapa, o esboço de Fernandes Vianna complementava o Regulamento de 1835 ao determinar que cem caixas fossem colocadas em diferentes pontos da cidade do Rio de Janeiro, compreendendo os seguintes limites: *“do ponto central, que é a Casa do Correio Geral até o principio da estrada de São Clemente, e até o Cosme Velho; do ponto central até o princípio do Morro da Boa Vista, na Tijuca, e até a Praia pequena no lugar da recebedoria do imposto sobre o gado”*. Nas capitais de província, o número e a disposição das caixas ficavam a critério dos administradores locais, não devendo, porém abranger maior distância do que meia légua.

Para garantir a frequência de duas entregas por dia, o serviço postal urbano deveria ser feito da seguinte maneira: *“às 6 ½ horas os Correios para isso destinados virão dos pontos extremos abrindo as Caixas, que lhes forem designadas, conjuntamente com os donos das*

³⁷¹ *Oeuvres Completes de M. de Chamousset*, 1782, p. 174 (Tradução nossa).

casas, aonde se acharem colocadas e se apresentarão com as cartas, que elas contiverem, na Casa do Correio às 8 horas da manhã, o mais tardar". Aos administradores de plantão na agência competia fiscalizar os malotes ingressos e, estando os selos e cadeados em bom estado, ordenar que fossem abertos por um dos praticantes. Procedia-se, então, à contagem, pesagem e cálculo do porte das cartas que não fossem francas. Feita essa operação, que deveria ser, nas palavras de Fernandes Vianna, *"a mais rápida possível"*,³⁷² as cartas seriam carimbadas e distribuídas pelos entregadores nos domicílios das pessoas designadas nos sobescritos. À uma hora da tarde, todo esse protocolo deveria se repetir, de modo que, duas vezes por dia se recebessem e/ou remetessem cartas nos pontos extremos da cidade, *"praticando-se ainda uma terceira operação às 5 horas da tarde até o largo da Gloria, de um lado; e até o Rocio da cidade nova do outro lado"*.

Alguns critérios de entrega eram especificados no projeto. O artigo 20º, por exemplo, determinava que as cartas de ofício dirigidas aos membros do governo e aos presidentes e secretários de ambas as Câmaras Legislativas fossem as primeiras a ser entregues, expedindo-se, para isso, *"imensamente um ou mais Correios extraordinários"*. Nas províncias a mesma regra valia para os presidentes e membros das Assembleias Legislativas. Já o artigo 26º determinava que as correspondências destinadas a estrangeiros devessem ser entregues *"com a mesma exatidão e presteza, que aos nacionais, e nos seus domicílios"*, ficando, portanto, sem efeito a disposição do artigo 58º do Regulamento de 1829 que autorizava o administrador dos Correios a entregar objetos postais ao agente que os cônsules nomeassem para guardá-los.³⁷³

As cartas que não pudessem ser entregues por qualquer motivo – falecimento ou ausência do dono; inexistência de herdeiros, procuradores ou pessoas encarregadas de as receberem, sobrescritos ilegíveis – seriam depositadas em um armário e, ao final de cada mês, comporiam uma lista a ser publicada nos jornais, ao longo de um ano. Com essa deliberação, Fernandes Vianna extinguiu a fatura das listas que, semanalmente, eram expostas ao público na sede da administração, *"por que não servindo para fiscalização alguma, estorvam o expediente e a pronta entrega das cartas"*. O empresário também reiterava o preceito de que nenhuma correspondência deveria ser transportada fora dos malotes, prevendo que os infratores dessa lei

³⁷² No artigo 38º Fernandes Vianna reiterava que a operação de fiscalização das cartas não deveria gastar mais de uma hora, a fim de que os entregadores pudessem partir às 9 horas da manhã para os seus diferentes destinos.

³⁷³ Na Corte, os agentes ingleses responsáveis pela guarda de correspondências de cidadãos britânicos ao longo do século XIX foram: Henry Chamberlain (1809 a 1812); Joseph Peppin (1812 a 1819); John Paul Coucher (1819 a 1827); Elizabeth Peppin (1827 a 1833); Robert Hesketh (1833 a 1835); Nathaniel Lucas (1836 a 1842); John Baird (1842); Frederick Henry Vane (1843 a 1844); Thomas Reeves (1844 a 1867) e G. L. Hunt (1867 a 1874). In: HOWAT, J. N. T. *South American Packets*. York: The Postal History Society; William Sessions Limited, 1984. p. 265

ficassem incursos na pena de desobediência e fossem considerados “*defraudadores das rendas públicas*”.

É importante notar que o regulamento de Fernandes Vianna instituía o porte pré-pago, um dos fundamentos tanto da *Penny Post* londrina quanto da *Petite Poste* parisiense. Nos anos 1840, essa medida seria adotada em escala nacional pela reforma de Rowland Hill. Porém, diferentemente de seu contemporâneo inglês, o empresário brasileiro achou prudente não tornar esse tipo de pagamento compulsório, por receio de provocar queda na renda da repartição. Sendo assim, o que prevaleceu foi a flexibilidade no pagamento da tarifa postal, que poderia ser feito tanto pelo remetente quanto pelo destinatário, no momento de entrega da correspondência:

A pessoa que receber a carta será obrigada a entregar ao Correio o porte nela designado, não estando já pago, pela que remeter; portanto quem lançar uma carta dentro de qualquer caixa, pode, querendo, pagar o porte ao dono da casa, onde estiver colocada a Caixa, o qual deve imediatamente escrevê-lo sobre a carta e carimba-la com uma chancela diferente e para isso destinada.

O que essa passagem nos revela é um arranjo que reproduz as relações de mercado da sociedade brasileira oitocentista ao mesmo tempo em que introduz algumas novidades características da moderna economia política de comunicações. Para funcionar, o serviço postal urbano pressupunha lisura e zelo de todos os agentes envolvidos no processo, fossem eles clientes, empregados ou colaboradores, como os donos das casas onde as caixas postais estavam afixadas. No modelo da *Petite Poste* preconizado por Fernandes Vianna, confiabilidade e honra – valores fundamentais em uma economia não capitalista³⁷⁴ – constituíam, portanto, o lastro pelo qual o anonimato, a eficiência e, conseqüentemente, a rentabilidade do serviço postal eram garantidos.

Em relatório apresentado à Assembleia Geral em maio de 1840, Francisco Ramiro de Assis Coelho informava ao governo que o empreendimento dos correios urbanos ainda não havia tido execução, em razão de Fernandes Vianna ter pretensões que não podiam ser anuídas

³⁷⁴ Em estudo sobre as relações de crédito em Minas Gerais na segunda metade do século XIX, Rita Almico emprega o vocábulo *honra* no sentido de “*manutenção do bom nome*”. Quanto à noção de confiabilidade, complementar à ideia de honra, a autora faz uma interessante análise que evidencia o valor da comunicação na periferia desse sistema: “*A boa circulação da informação é o que vai garantir que devedores e credores se encontrem nesse incipiente e frágil mercado de crédito – diferentemente dos grandes centros financeiros, sem intermediários e especialistas das atividades creditícias – e que realizem a transação. A base para tanto é a confiança, seguramente um significativo elemento do crédito, principalmente numa sociedade com laços pessoais ainda muito fortes, como a sociedade escravista em questão. As transações que se estabelecem importam a medida do nível de informações sobre ambos os envolvidos, ou seja, certamente depende do que cada parte sabe sobre a outra*”. ALMICO, Rita de Cássia da Silva. *Em nome da palavra e da lei: relações de crédito em Minas Gerais no Oitocentos*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2015, pp. 64 – 66.

pelo governo sem consulta parlamentar. O ministro interino da pasta do Império também advertia os deputados e senadores da necessidade de se restabelecer o cargo de Diretor Geral dos Correios, fazendo eco ao próprio Fernandes Vianna, para quem era essa figura “*o centro do movimento dos Correios*”:

Nenhuma alteração tem por ora havido no pessoal da Administração do Correio Geral desta Corte; entretanto não posso deixar de ponderar na vossa presença que se faz indispensável o restabelecimento do lugar de Diretor Geral dos Correios, que foi suprimido pela Resolução de 7 de Junho de 1831. Sem este restabelecimento o lugar de Administrador continuará a ser por tal maneira sobrecarregado, que se torna impossível, apesar da maior atividade, e zelo, desempenhá-lo completamente.³⁷⁵

O projeto de Fernandes Vianna não chegou a ser discutido na Câmara, posto que sua petição tenha sido encaminhada à 3ª Comissão de Fazenda, em maio de 1840. Na imprensa, o *Diário do Rio de Janeiro* censurou essa falta de apoio do poder público ao empresário fluminense. Argumentava o jornal que o problema dos correios não precisava de “*boas palavras*”, mas de “*meios eficazes e positivos*” para se resolver; e afirmava, em uma interpretação curiosa da célebre expressão liberal: “*o princípio de laissez faire, laissez passer é de preguiçosos, e o Brasil não está em estado de ser governado por preguiçosos*”.³⁷⁶

O caso de Paulo Fernandes Vianna ilustra um fenômeno característico do processo de instituição dos serviços postais na primeira metade do século XIX, qual seja a ingerência de atores privados na realização de políticas públicas. Esse fenômeno, presente tanto em outras realidades nacionais³⁷⁷ quanto em outras esferas da administração imperial (como construção civil, transporte urbano, navegação a vapor, etc.), foi identificado pela historiografia como uma das características que distinguia o Estado patrimonial brasileiro das burocracias europeias a ele contemporâneas.³⁷⁸ Contudo, ao compararmos o perfil do empresário fluminense com o de Rowland Hill, notamos nuances que matizam a dicotomia dessa interpretação.

A primeira semelhança entre esses personagens é que ambos se reconheciam como *outsiders* em relação ao serviço postal: no prefácio à segunda edição de *Post Office Reform* (1837), Hill admite que a falta de “*familiaridade prática*” com o expediente dos correios possa

³⁷⁵ COELHO, Francisco Ramiro d’Assis. *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na sessão ordinária de 1840*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1840. 55 – 59.

³⁷⁶ DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 28 jan. 1840 (Grifos no original).

³⁷⁷ Richard John menciona o caso de Amasa Walker (1799 – 1875), economista norte-americano que em 1844 teria oferecido 1 milhão de dólares ao Congresso de seu país pelo monopólio dos serviços postais. Walker requeria esse direito por um período de vinte anos e se comprometia não apenas a manter o nível do serviço postal como também a reduzir progressivamente o valor dos portes das cartas. JOHN, *op. cit.*, pp. 334 – 335.

³⁷⁸ Para uma revisão crítica sobre o tema do entrelaçamento entre política e negócios no Império, ver: MARSON, Izabel Andrade; OLIVEIRA, Cecília Helena L. De Salles. “Liberalismo, monarquia e negócios: laços de origem”. In: *Monarquia, Liberalismo e Negócios no Brasil, 1780 – 1860*. São Paulo: EDUSP, 2013, pp. 9 – 33.

tê-lo levado a se equivocar em assuntos “*de menor importância*”.³⁷⁹ Como vimos, esse mesmo artifício retórico foi utilizado por Fernandes Vianna na introdução de seu plano, talvez para se escusar das falhas e incompletudes que porventura lhe fossem apontadas.

Ser *outsider* em relação ao serviço postal não significava, contudo, ter aversão à burocracia ou ausência de laços políticos e filiações institucionais. No contexto em que atuaram como reformadores, tanto Hill quanto Fernandes Vianna eram ou já haviam sido funcionários de alguma repartição pública (a South Australian Commission, no caso do britânico e o Tribunal da Junta do Comércio do Rio de Janeiro, para o brasileiro). Eles também eram membros atuantes de entidades como a *Society for the Diffusion of Useful Knowledge*, uma espécie de “*corporação de cérebros inventores*” nas palavras de um escritor britânico,³⁸⁰ e a *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional – SAIN*, agremiação fundada em 1827 com o objetivo de “*promover, por todos os meios ao seu alcance, o melhoramento e a prosperidade da indústria no Império do Brasil*”.³⁸¹ Sobre Fernandes Vianna vale ainda observar que, na condição de inspetor-geral da *Companhia Industrial e Comercial Fluminense*, ele chegou a obter da Câmara Municipal do Rio de Janeiro concessão para realizar diversas obras de salubridade e urbanização.³⁸²

A relação desses dois empreendedores com membros do corpo legislativo é outro aspecto digno de nota. No caso de Hill, seu principal aliado no Parlamento era Robert Wallace, deputado escocês eleito no contexto da reforma eleitoral de 1832. Foi Wallace quem emprestou ao lente de Birmingham material necessário para a escrita de seu panfleto.³⁸³ Ademais, por ocasião da aprovação da reforma postal, em agosto de 1839, Wallace teria intercedido por Hill junto ao então Primeiro Ministro britânico, William Lamb (2º Visconde de Melbourne), solicitando que seu amigo fosse nomeado Diretor Geral dos Correios.³⁸⁴

³⁷⁹ HILL, Rowland. *Post Office Reform: Its Importance and Practicability*. Londres: Charles Knight and Co., 1837, p. 64 (Tradução nossa).

³⁸⁰ BROWNE, Christopher. *Getting the Message*. Dover: Alan Sutton, 1993, p. 48.

³⁸¹ *Estatuto da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional*. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial D’ Émile Seignot Plancher, 1831.

³⁸² As obras em questão eram um cais e um mercado de frutas, construídos em terrenos arrendados pelo empresário fluminense nas praias de D. Manoel, dos Mineiros, do Valongo e da Glória. Fernandes Vianna também propôs a essa mesma municipalidade ajardinar e colocar grades de ferro no Campo de Santana, medida cujos fins eram não apenas concorrer para a “*salubridade e embelezamento*” da capital, mas também dar “*nova atividade e indústria ao talento e aos capitais do país, e os meios de subsistência a um grande número de operários*”. Os documentos sobre essas atividades também estão contidos no dossiê C-1057, 036, Sessão de Manuscritos da Biblioteca Nacional.

³⁸³ Esse material compunha-se dos relatórios da *Commission of Inquiry into the Collection and Management of the Revenues arising in Ireland and Great Britain* relativos aos Correios (documentos 18 a 22), além dos nove relatórios da *Commission to Inquire into the Management of the Post Office Department* publicados entre 1835 e 1837.

³⁸⁴ HEY, Colin G. *Rowland Hill: Victorian Genius and Benefactor*. Londres: Quiller Press, 1989, p. 71.

Já Fernandes Vianna tinha uma peculiaridade em relação a seu contemporâneo britânico: ser viador e guarda-roupa da Casa Imperial. Conquistados ao longo de um processo de nobilitação iniciado ainda na juventude, tais títulos faziam do empresário fluminense um típico *valido* na Corte de d. Pedro II.³⁸⁵ Nesse sentido, é provável que ele tenha se utilizado dessa credencial para se aproximar de políticos como Aureliano de Sousa Coutinho e Candido José de Araújo Vianna, principais representantes do *grupo palaciano*, então no poder.

Hill e Fernandes Vianna partilhavam, por fim, de um mesmo referencial, que era o sistema postal francês. Quando o empresário fluminense esteve na França, em 1835, esse país era considerado o *mainstream* em serviços postais. Tanto que, nesse mesmo ano, uma comissão parlamentar britânica publicou um relatório no qual recomendava ao governo do Rei Guilherme IV reduzir o porte das cartas e introduzir o uso de selos postais, disposições então já adotadas pelos franceses.³⁸⁶

Para além das semelhanças, os personagens em questão apresentam diferenças significativas em suas trajetórias. Tendo habilmente arrogado para si a responsabilidade pelo êxito da reforma postal, Hill conseguiu ser incorporado à burocracia estatal na condição de funcionário do Tesouro e, posteriormente, de Secretário Geral dos Correios. Segundo seus biógrafos, ele teria dedicado o resto da vida à causa dos serviços postais, ativismo que lhe rendeu, além de diversos títulos honoríficos, uma aposentadoria generosa e a alcunha de “inventor” do selo postal *Penny Black*.³⁸⁷

O envolvimento de Fernandes Vianna com os Correios parece ter sido menos duradouro que o de seu contemporâneo britânico. Eleito vereador em outubro de 1842, o empresário passou a se ocupar de outros assuntos da municipalidade carioca, o que nos leva a supor que ele tenha abandonado o projeto de serviço postal urbano.

À primeira vista, o desfecho exitoso na carreira de Hill, em contraste com a escassez de informações sobre Fernandes Vianna e a continuidade de seu projeto, poderiam levar o leitor a uma interpretação equivocada sobre as reais implicações das reformas postais dos anos 1840 no Brasil e na Inglaterra. No entanto, o que veremos adiante é que nem o contexto institucional dos Correios foi inteiramente favorável às deliberações do reformador britânico, o qual teve de

³⁸⁵ Sobre o significado do valimento na dinâmica política da Corte, ver: BENTIVOGLIO, Julio. “Palacianos e aulicismo no Segundo Reinado – a Facção Áulica de Aureliano Coutinho e os bastidores da Corte de D. Pedro II”. In: *Revista Esboços*, v. 17, n. 23, 2010, pp. 187 – 221

³⁸⁶ Trata-se do 5º relatório da *Comission to Inquire into the Management of the Post Office Department*.

³⁸⁷ Em 1857, Hill foi eleito membro da *Royal Society*, tendo sido condecorado Cavaleiro da Ordem de Bath, três anos mais tarde. Em 1864, a Universidade de Oxford homenageou o reformador com o título de *Doctor of Civil Law* e ele se tornou o primeiro detentor da *Albert Gold Medal* da *Society of Arts*. Nesse mesmo ano, Hill se aposentou com a integralidade de seu salário, além de uma gratificação de £20.000 concedida a ele pelo Parlamento britânico. HEY, *op. cit.*, p. 84.

enfrentar inúmeras críticas e obstáculos na execução de seu projeto, nem as ideias do empresário fluminense foram dissonantes das opiniões emitidas por parlamentares e membros do governo imperial, os quais estavam convencidos da necessidade de uma ampla e profunda reforma que gerasse aumento de renda e melhoria do serviço postal.

CAPÍTULO 3

DO PENNY BLACK AO OLHO DE BOI

Em março de 1840, o *Diário do Rio de Janeiro* publicou um extenso artigo intitulado “*O Correio Inglês*”. A comunicação desse texto à redação do jornal havia sido feita por João Diogo Sturtz (1800 – 1877), imigrante de origem bávara radicado no Rio de Janeiro.³⁸⁸ Logo na introdução, o autor comunicava sua intenção, que era “*dar aos leitores uma ideia do maquinismo vasto e complicado ainda que sumamente harmonioso, que se acha em operação constante neste estabelecimento maravilhoso*”.³⁸⁹ Nesse sentido, ele passava a descrever minuciosamente diversos aspectos dos serviços postais na Inglaterra, tais como origem histórica; condições materiais do estabelecimento; expediente de recebimento e remessa de cartas nas diferentes repartições internas; além de uma profusão de dados financeiros e estatísticos.

De onde Sturtz retirara tantas informações? É de se presumir que ele tivesse tido contato com o panfleto *Post Office Reform* (1837), pois, na parte do artigo que trata das despesas do Correio britânico com a remessa de correspondências, o nome de Rowland Hill é mencionado como “*pessoa que tem votado particular atenção*” ao objeto em questão.³⁹⁰ Um anúncio publicado no *Jornal do Comércio* a pedido do próprio Sturtz reporta ademais o desaparecimento de “*1 folheto sobre o correio inglês*” escrito por aquele mesmo autor.³⁹¹

Outra referência que pode ter embasado a elaboração desse artigo é Henry Cole, publicista britânico cuja atuação na campanha pela redução das tarifas postais será analisada a seguir. Ao tratar dessa medida, considerada “*universalmente desejada*” por seu autor, o texto de Sturtz deixa transparecer a preferência (também observada na obra de Cole) por tratar o tema sob a perspectiva das “*tendências morais*” nele envolvidas:

³⁸⁸ A participação de Sturtz na reforma dos serviços postais no Brasil necessita ser dimensionada: sabe-se que ele era empresário do ramo de transportes marítimos e que viveu no Rio de Janeiro entre as décadas de 1820 e 1840, tendo posteriormente se mudado para Salvador. Sturtz falava português, alemão e inglês fluentemente – sua esposa era inglesa – credenciais que o levaram a ocupar diversos cargos consulares a serviço do Império. No segundo volume de *International Postal Reforms* (2020), James Grimwood-Taylor cita um artigo publicado na revista filatélica francesa *Le Timbre Poste* (volume 51, mar./1867, pp. 21 – 22) no qual aparece a seguinte referência à personagem em questão: “*O senhor J-D. Sturz [sic], Cônsul Brasileiro em uma cidade da Europa, foi um dos primeiros a entender os benefícios desse novo sistema [de Rowland Hill], tendo empregado, em 1842, toda a sua influência para vê-lo adotado em seu país [Brasil]*”. Grimwood-Taylor também comenta sobre a possibilidade de Sturtz haver escrito a Bernardo Pereira da Vasconcelos recomendando a realização de uma reforma postal, porém até a conclusão da tese não conseguimos encontrar nenhum documento primário que comprovasse essa hipótese. Cf.: GRIMWOOD-Taylor, James. *International Postal Reforms – Volume 2: The Birth of the Postage Stamp and its International Effects, 1840 – 1898*. Londres: The Royal Philatelic Society, 2020, pp. 783 – 794.

³⁸⁹ DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 13 mar. 1840.

³⁹⁰ DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 14 maio 1840.

³⁹¹ JORNAL DO COMÉRCIO, 13 jul. 1840.

Não me persuado que o alto preço atual de portagem [sic] haja sido considerado em toda a luz em que uma vasta filosofia o teria olhado. O assunto tem sido demasiadamente encarado em suas relações com o mero objeto de finanças. As vistas pecuniárias desta matéria, ou se refiram às rendas públicas ou às libras, shillings, e pences dos particulares, não são em minha opinião maiores comparados com os resultados morais que ela envolve. Diminuir a renda até ao ponto de alguns centos ou milhares por ano, supondo ser esta a consequência da redução do preço da portagem [sic], é certamente uma coisa não desejável, ainda quando não houvessem outros inconvenientes. Salvar algumas libras por ano aos indivíduos é também de certo em si altamente desejável, mas qual é a perda da renda, ou o ganho dos indivíduos comparados com as vistas morais da questão? O primeiro não constituiria mais do que um pobre argumento contra a redução, e o segundo não mais que um pobre argumento a favor dela.

Para as massas, argumentava o autor, o alto preço dos portes representava uma *“violência aos melhores sentimentos da natureza”*, visto que obstasse a comunicação entre amigos e/ou membros de uma mesma família. E observava: *“Bem pode ser forte sua afeição para com as pessoas com as quais sua vontade era corresponder-se, o lapso de um longo período, sem nenhuma comunicação com elas, primeiramente restringe, depois enfraquece, e por último extingue esse sentimento de afeição”*. A consequência dessa interdição nas relações afetivas era, a seu ver, uma profunda *“miséria espiritual”*, cujos efeitos na sociedade, se conhecidos, levariam os legisladores a aprovar sem hesitação a redução das tarifas postais. Assim,

A redução da portagem [sic] a dois pences seria considerada como um favor por todo o país, e para as classes mais baixas seria um positivo ato de benignidade digno de uma iluminada filantropia. Seus felizes efeitos morais, e sociais seriam testificados por toda a extensão da terra.

Em nota ao final do texto, os redatores do *Diário do Rio de Janeiro* assim justificaram a publicação desse artigo: *“nos pareceu de interesse agora que tanto se agita esta questão, e que todos os espíritos reclamam uma reforma completa nos correios do Brasil”*. Nesse sentido, a *“imperfeita vista de olhos”* que o autor do texto dava sobre os Correios britânicos – *“a mais extraordinária e perfeita instituição”* existente no mundo, em sua opinião – era, na verdade, uma forma de refletir sobre as potencialidades do sistema postal brasileiro, caso viesse a ser reformado.

Esse recurso interpretativo tinha, contudo, limites e esses se manifestavam na disparidade entre o ideal inglês de comunicação das classes populares e a realidade social brasileira, marcada pelo analfabetismo, pela pouca densidade populacional e, é claro, pela escravidão. Também devem-se levar em conta outros critérios diferenciativos, tais como a extensão territorial dos países em questão, seus diferentes níveis de escolaridade, renda *per*

capta, etc. Sendo assim, esse capítulo é dedicado a compreender como políticos, burocratas e publicistas ao redor do mundo leram as proposições de Rowland Hill, relacionando-as a outras referências contemporâneas sobre o assunto e, sobretudo, às condições específicas de desenvolvimento econômico capitalista e consolidação de seus respectivos países.

3.1 A campanha pela redução das tarifas postais no advento da era vitoriana

Quando *Post Office Reform* veio a lume, em janeiro de 1837, Hill teve de enfrentar o ceticismo de diversas autoridades governamentais em relação à viabilidade econômica de seu plano. Dizia Thomas Spring Rice, Chanceler do Tesouro Britânico: *“Eu nunca poderei ser partidário de uma redução legal das tarifas postais sem a imposição simultânea de um imposto equivalente. Isso seria uma medida de imprudente ousadia, para o que confesso não ter coragem. Não acho que seria honesto”*.³⁹²

Ao perceber que a reforma postal não teria suporte do governo, Robert Wallace tratou de fortalecer a iniciativa dentro do Parlamento: em junho de 1837, pouco tempo após a coroação da Rainha Vitória, esse deputado requereu a nomeação de uma comissão parlamentar (*Select Committee on Postage*) para analisar as melhorias propostas por Rowland Hill em seu panfleto. A aprovação dessa moção veio em novembro de 1837, juntamente com a nomeação do próprio Wallace para presidir os trabalhos da referida junta.³⁹³

Durante a sindicância, que se estendeu até agosto de 1838, os comissionários publicaram três relatórios, sendo que nas duas primeiras publicações constam o registro de mais de 400 depoimentos. Uma das testemunhas ouvidas foi o diretor geral dos Correios, Thomas William Anson (Conde de Lichfield), para quem *“de todos os audaciosos e visionários esquemas que ele já havia lido ou dos quais já havia ouvido falar, esse [o de Hill] era o mais extravagante”*.³⁹⁴ Outro crítico do projeto em questão era William Leader Maberly, militar de origem escocesa que sucedera Freeling no cargo de Secretário Geral dos Correios: na sua opinião, não havia garantias de que a redução tarifária implicaria em aumento na demanda por correspondências, sendo a expansão da educação popular via Correios *“mera invenção da mente dos reformadores”*.³⁹⁵

³⁹² *Apud Robinson*, op. cit., p. 61 (Tradução nossa).

³⁹³ Para Howard Robinson, essa comissão parlamentar *“serviu como uma excelente caixa de ressonância para a expressão do interesse público na reforma postal, e o escopo de evidências apresentadas em seus três relatórios teve muito a ver com o sucesso do movimento”*. ROBINSON, op. cit., p. 276 (Tradução nossa).

³⁹⁴ *Apud ROBINSON*, op. cit., p. 276 (Tradução nossa).

³⁹⁵ *Apud DAUNTON*, op. cit., p. 22 (Tradução nossa).

Essa segunda fase da campanha pela redução das tarifas postais contou com o lobby do *Mercantile Committee on Postage*, agremiação fundada em fevereiro de 1838 com o objetivo de dar apoio e visibilidade ao projeto de reforma postal. Seu corpo representativo era presidido pelo banqueiro norte-americano Joshua Bates, sendo composto pelo já mencionado George Moffat (tesoureiro); Henry Cole (secretário) e William Ashurst (procurador). Durante o tempo em que esteve em atividade, o Comitê coletou assinaturas para petições; forneceu testemunhos e evidências ao *Select Committee on Postage*; organizou conferências públicas e produziu uma gama variada de material propagandístico.³⁹⁶

O principal veículo de comunicação dessa entidade era o *The Post Circular*,³⁹⁷ periódico editado por Henry Cole e distribuído gratuitamente pelos Correios.³⁹⁸ Embora constituído, sobretudo, por notícias, anúncios e minutas de debates parlamentares, esse também era um jornal apologético, característica que se nota na seguinte petição:

MÃES e PAIS que querem notícias sobre seus filhos ausentes! AMIGOS separados que querem se corresponder! EMIGRANTES que não esqueceram seus lares de origem! FAZENDEIROS que desejam saber os melhores mercados para vender seus produtos! MERCADORES e COMERCIANTES que desejam receber dinheiro e cheques de forma rápida e barata! TRABALHADORES MECÂNICOS desejosos de saber onde estão as oportunidades de bons trabalhos e altos salários! APOIEM o relatório em elaboração na Câmara dos Comuns com suas petições por uma POSTAGEM UNIFORME DE 1 PENNY! Que todas as cidades e vilas, todas as corporações, todas as sociedades religiosas e congregações, todos os súditos do Reino, enfim, assinem uma petição com seu nome ou marca distintiva. [...] ISSO NÃO É UMA QUESTÃO DE POLÍTICA PARTIDARIA.³⁹⁹

Note-se que as palavras escritas em letras maiúsculas marcam as diversas categorias – emigrantes, fazendeiros, homens de negócios, operários, etc. – que, por sua inserção singular na então emergente sociedade capitalista, seriam favorecidas pela redução das tarifas postais. Igualmente em destaque está a frase “*Isso não é uma questão de política partidária*”: recorrente

³⁹⁶ Com o término da campanha pela redução da tarifa postal, em junho de 1839, Cole organizou diversas coleções documentais, as quais foram distribuídas como souvenirs entre os membros do *Mercantile Committee on Postage*. O secretário também cuidou de elaborar um índice para as publicações da entidade, nele incluindo notas sobre o número de exemplares produzidos. Grimwood-Taylor identificou quatro exemplares remanescentes desses “*Mercantile Papers*”: um está na British Library, outro no Victoria and Albert Museum (instituição que Cole ajudou a fundar em 1857), além de duas séries pertencentes a colecionadores privados. GRIMWOOD-TAYLOR, *op. cit.*, pp. 22 – 23.

³⁹⁷ No índice dos “*Mercantile Papers*”, constam treze números do *The Post Circular*, cada um com uma tiragem de aproximadamente 1.750 exemplares. Esse periódico teve duas fases: a primeira vigorou de 14 de março a 5 de julho de 1838 e a segunda de 28 de março a 28 de junho de 1839. GRIMWOOD-TAYLOR, *op. cit.*, p. 23.

³⁹⁸ O *The Post Circular* foi registrado como jornal (newspaper) e, como tal, tinha o direito de circular gratuitamente pelos Correios. Essa condição foi posteriormente comentada por Cole da seguinte maneira: “*Os Correios, [...] tornavam-se, pois, o principal instrumento para reformarem a si mesmos*”. COLE, Henry. *Fifty Years of Public Work*. Londres: George Bell and Sons, 1884, p. 40.

³⁹⁹ THE POST CIRCULAR, n. 2, 28 mar. 1838.

no periódico em questão, esse lema tinha variações como: “*a Reforma Postal não é uma questão de política, mas de bolso, de casa, de coração*”.⁴⁰⁰

Ao caracterizar os altos preços dos serviços prestados pelos Correios como uma ameaça à preservação dos vínculos familiares, Cole implicitamente acusava essa instituição de contribuir para a comodificação das relações afetivas e de valorizar a *fiscalidade* em detrimento da *moralidade* dos serviços por ela prestados.⁴⁰¹ Nesse sentido, a campanha pela redução das tarifas postais assumiu conotação de uma verdadeira reforma social, acenando, segundo Catherine Golden, “*para a restauração da unidade familiar e para a salvaguarda da moralidade em uma era de industrialização marcada pela quebra nos laços de parentesco devido a guerras, oportunidades limitadas de trabalho (exigindo realocação) e emigração*”.⁴⁰²

A propaganda empreendida pelo *Mercantile Committee on Postage* e por órgãos de imprensa favoráveis à reforma postal⁴⁰³ teve efeitos significativos sobre o público britânico: segundo estimativas do próprio Cole, o número de petições enviadas ao Parlamento saltou de cinco em 1837 para trezentos e vinte no ano seguinte, chegando a dois mil documentos em julho de 1839.⁴⁰⁴ Essa “enxurrada” de petições coincidiu com a publicação do relatório final da *Select Committee on Postage*.

O documento em questão é um volume de sessenta e nove páginas com teor essencialmente simpático ao plano de Hill. Seu texto começa com uma explanação sobre os “*males morais e comerciais das vigentes tarifas postais*”, com ênfase no caso dos mais pobres, os quais eram levados a “*sacrificar seus poucos recursos pelo prazer ou vantagem de se comunicar com amigos distantes, ou obrigados a abrir mão completamente desse intercuro*”. Para mitigar esses infortúnios, os comissionários propunham “*cobrar uma tarifa postal uniforme entre uma cidade e outra, qualquer que fosse a distância entre elas*”. Essa medida era necessária, na opinião dos parlamentares, “*não apenas por sua justiça abstrata, mas porque, em grande parte, tenderia a simplificar e economizar o expediente dos Correios*”.⁴⁰⁵

Em alguns pontos, o texto do relatório ia além das proposições de Hill: ao tratar das correspondências oficiais isentas de porte, por exemplo, os comissionários recomendaram a

⁴⁰⁰ THE POST CIRCULAR, n. 11, 17 abr. 1839.

⁴⁰¹ CLEERE, Eileen. *Avuncularism: Capitalism, Patriarchy and Nineteenth-Century English Culture*. California: Stanford University Press, 2004, p. 176.

⁴⁰² GOLDEN, Catherine. *Posting It: The Victorian Revolution in Letter Writing*. Gainesville: University Press of Florida, 2009, p. 47 (Tradução nossa).

⁴⁰³ Em uma das edições do *The Post Circular*, consta uma lista de oitenta e três jornais britânicos favoráveis à reforma postal. Desses, sobressaem o *The Times*, que identificava na redução das tarifas postais “*o motivo pelo qual todo o povo se voltou contra a pequena cabala de funcionários que ocupam os postos comissionados em St. Martins-Le-Grand*”. ROBINSON, *op. cit.*, p. 290.

⁴⁰⁴ ROBINSON, *op. cit.*, p. 291.

⁴⁰⁵ *Third Report of the Select Committee on Postage*, pp. 11 – 18, 26.

abolição desse privilégio, ao passo que o reformador – talvez por receio de desagradar os políticos de cujo apoio dependia – sequer mencionou essa possibilidade em seu panfleto. Em outros aspectos, porém, prevaleceu a moderação: mesmo sendo favoráveis ao pagamento prévio das correspondências e ao uso de selos postais, os comissionários acreditavam que a adoção desse sistema não deveria ser compulsória (como propunha Hill) mas gradual, “*na medida em que fosse garantida pela experiência*”.

A tramitação da *Postage Duties Bill* no Parlamento iniciou-se em 12 de julho de 1839: nessa data, Spring Rice – que então se convencera da inexorabilidade da reforma – introduziu a leitura do texto base na Câmara dos Comuns, argumentando que a redução das tarifas postais era uma medida de “*utilidade geral*” que traria “*alívio ao comércio e a indústria do país*”:

Isso não era questão de complexidade - não era necessário exigir cálculo ou análise para entendê-la. Era uma questão de demonstração simples: as pessoas que agora não conseguiam escrever sentiriam interesse pelas correspondências, quando o porte das cartas fosse reduzido, sendo que o benefício dessa medida para as classes mais pobres seria imediatamente sentido.⁴⁰⁶

Robert Inglis, membro da oposição Tory, argumentou em contrapartida que “*esse era um plano não para o auxílio das classes pobres, mas para benefício dos grandes mercadores. Era um plano apresentado por essa classe para obter favor público*”. Ao final do pleito, não obstante essas objeções, a moção de Rice saiu vitoriosa por dois votos a um.

A proposta de reforma postal chegou fortalecida à Câmara dos Lordes, tendo sido aprovada menos de um mês após sua passagem pela Câmara dos Comuns. Nessa ocasião, o Primeiro Ministro William Lamb (Lorde Melbourne) se declarou confiante na existência de um “*sentimento geral de comprometimento de todos os partidos em favor do plano*”.⁴⁰⁷ Até mesmo o Conde de Lichfield, burocrata que criticara ferozmente o plano de Hill, concordou em votar favoravelmente: “*tão desagradável era o imposto sobre as cartas, que o povo havia declarado estar disposto a submeter-se a qualquer forma de tributação que pudesse ser substituída em seu lugar*”, argumentava.

A notícia de aprovação da *Postage Duties Bill* repercutiu rápida e positivamente na imprensa, tal como demonstra a seguinte nota de correspondência publicada em um jornal

⁴⁰⁶ British Parliamentary Debates. Disponível em: <https://api.parliament.uk/historic-hansard/commons/1839/jul-dez.uniform-penny-postage>. Acesso em 21 dez. 2019.

⁴⁰⁷ *Apud* ROBINSON, *op. cit.*, p. 293.

norte-americano:

A passagem do projeto de lei sobre a tarifa postal de 1 *penny* deu grande satisfação a todos; e as pessoas aqui [Londres] parecem saber pouco do que foi feito durante a sessão parlamentar, exceto que a mencionada medida foi aprovada. Esse é o ato mais importante dessa sessão e naturalmente atrairá grande atenção sobre a tarifa postal nos Estados Unidos... Do ponto de vista mercantil, que é o mais importante, prevemos um aumento considerável das trocas e do comércio em consequência.⁴⁰⁸

Embora a maioria da opinião pública fosse favorável à redução das tarifas postais, há vestígios de desaprovação em influentes folhas da época, como o *Quarterly Review*, que em outubro do mesmo ano publicou um extenso artigo anônimo sobre o tema. O texto faz críticas aos nomes envolvidos na reforma postal, como Robert Wallace, acusado de “*buscar notoriedade*”⁴⁰⁹ na condução do *Select Committee on Postage*. Para o autor, esse órgão teria se equivocado ao supor que todas as formas de comunicação fossem produtivas ou mesmo benéficas à coesão social:

Não há sociedades neste país que tenham outros objetivos além dos religiosos, morais e de caridade – não existem sociedades que desejem espalhar descontentamento, irreligião e facção?...O Comitê teria ignorado – pensamos que não – que os radicais da política e os sectários da religião têm sido os advogados mais calorosos – e, de fato,... os únicos defensores mais zelosos – dessa tarifa de 1 *penny*? A razão é óbvia, porque atualmente essas sociedades não podem circular seu veneno sem algum tipo de maquinário e agência ... É a Sedição facilitada.

Após defender os critérios tradicionais de tarifação postal – “*os deuses deverão aniquilar o tempo e o espaço antes que uma taxa uniforme de postagem possa ser razoável ou justa*” – o artigo termina com a expectativa “*de que os resultados dessa extraordinária campanha não se revelem uma gigantesca exemplificação do antigo provérbio – ‘penny wise and pound foolish’*”⁴¹⁰.

Por meio da *Postage Duties Bill*, o Tesouro ganhou poderes para reduzir as tarifas postais, abolir os privilégios de isenção tarifária e prover os Correios dos meios e materiais necessários para a implantação do sistema de porte pré-pago. Na opinião de Robinson, essas providências tinham um caráter provisório “*porque o estado resultante da receita poderia exigir uma modificação do esquema*”. Ademais, observa esse autor que “*foi necessário um*

⁴⁰⁸ NILES’ NATIONAL REGISTRER, 14 set. 1839.

⁴⁰⁹ QUARTERLY REVIEW, v. LXIV, Outubro 1839, p. 518.

⁴¹⁰ Segundo o *Macmillan Dictionary*, esse provérbio é utilizado para caracterizar pessoas “*avaras em relação a pequenas quantias de dinheiro, mas dispostas a gastar grandes quantias de uma maneira estúpida*”. Disponível em: <https://www.macmillandictionary.com>. Acesso em 08 jan. 2020.

estudo cuidadoso e muita preparação antes que o plano pudesse entrar em vigor".⁴¹¹ Para cuidar desses arranjos, o novo Chanceler do Tesouro, Francis Baring, ofereceu a Hill um emprego temporário com vencimento de 1.500£ anuais.

Enquanto cuidava dos detalhes de execução do projeto, Hill encarregou seu assistente Henry Cole de supervisionar a produção dos envelopes e selos adesivos. Por meio de um contrato firmado com a *Perkins Bacon & Petch*, tipografia londrina que possuía o mais sofisticado maquinário de impressão da época, Cole assegurou que esse material fosse produzido de acordo com os critérios estabelecidos pelo Tesouro, quais sejam: praticidade, segurança contra falsificações e economia. Porém, a dificuldade em encontrar um tipo de papel adequado à impressão, entre outros problemas técnicos, contribuiu para o atraso na efetivação das medidas.

"Tarifa de 1 penny estendida para todo o reino hoje!": assim bradou Hill em 10 de janeiro de 1840. Nas páginas de seu diário pessoal consta, ademais, o seguinte prognóstico: *"acho que o número de correspondências despachadas hoje a noite não vai ser menos que 100.000, ou mais de 9 vezes o que se registrou nesse mesmo dia há doze meses. Se for menos, ficarei desapontado"*.⁴¹²

As expectativas de Hill em relação ao aumento do fluxo postal não seriam frustradas: no dia seguinte à instituição universal do *Penny Post*, os Correios britânicos registraram o recebimento de 112.000 cartas; porém, apenas 14.000 delas foram pré-pagas. O que teria motivado a pouca adesão do público a esse sistema? Sobre isso, o reformador emitiu o seguinte comentário: *"Grande confusão no Hall dos Correios devido à insuficiência de meios para receber o pagamento das tarifas"*. Sendo assim, pode-se estimar que o baixo número de correspondências pré-pagas no primeiro dia de funcionamento do *Penny Post* tenha sido causado não tanto pela resistência dos funcionários dos Correios em adotar novos protocolos de fiscalização, mas sim pela falta de meios materiais dessa repartição para arcar com o aumento da demanda.

O público teve de esperar até a primeira quinzena de maio para poder adquirir selos adesivos. Esses pequenos pedaços de papel tornaram-se rapidamente bastante populares, sendo

⁴¹¹ ROBINSON, *op. cit.*, p. 294.

⁴¹² *Apud* MUIR, *op. cit.*, p. 108 (Tradução nossa).

denominados *Penny Black*, em função da tinta preta utilizada para imprimi-los (IMAGEM 2).⁴¹³ Outro objeto cujo uso difundiu-se após a reforma foram os *wafer seals* – também conhecidos pelo nome francês *pains de cacheter* – muitos dos quais continham inscrições comemorativas tais como “*Thank Rowland Hill for this*” (IMAGENS 3 e 4).⁴¹⁴

Imagem 2 – Selo postal “*Penny Black*” (1840)

Fonte: Smithsonian National Postal Museum (2021).

**Imagem 3 – Sinete de vidro com inscrição “*Thank Rowland Hill for This*” – circa 1840
(Detalhe)**

Fonte: Acervo filatélico privado de James Grimwood-Taylor (2021).

⁴¹³ O uso de tinta preta para a impressão dos selos *Penny Black* durou até setembro de 1840, quando foi substituída pelas cores azul e vermelha, por serem menos passíveis de falsificação. A impressão dos selos de 1 *penny* vermelhos começou em dezembro daquele mesmo ano. A comercialização dos selos de 2 *pence* azuis, por sua vez, começou apenas em maio de 1844. DE RIGHI, A. G. Rigo. *The Story of the Penny Black and its Contemporaries*. Londres: The National Postal Museum, 1980.

⁴¹⁴ Agradeço a James Grimwood-Taylor pela cessão das cópias digitalizadas desses objetos, cujos originais encontram-se em seu acervo filatélico particular.

**Imagem 4 – Selo gomado com inscrição “*Thank Rowland Hill for This*” – circa 1840
(Detalhe)**

Fonte: Acervo filatélico privado de James Grimwood-Taylor (2021).

A memória não oficial sobre o movimento constituiu-se basicamente de registros positivos,⁴¹⁵ dos quais são exemplo os seguintes versos anônimos:

Salve dia feliz! *A Postage Bill*
Traz notáveis e fartas bênçãos
E o melhor de tudo, diz o que queremos
Isto custa apenas um *penny*.
De John o’Groats a England’s End
De Norfolk a Kilkenny
Uma carta agora pode chegar a um amigo
E custa apenas um *penny*.⁴¹⁶

Esses versos celebram o êxito da campanha pela redução das tarifas postais, um dos movimentos sociais que marcaram o início da era vitoriana. A partir de então, um comerciante de Norfolk, condado ao leste de Londres, poderia enviar cartas a um amigo residente na cidade irlandesa de Kilkenny dispendo, para isso, de apenas 1 *penny*. Como observa Christopher Keep, “em um mundo onde os horizontes geográficos das pessoas comuns eram frequentemente reduzidos ao condado onde ele ou ela haviam nascido, [...] as emergentes tecnologias ajudaram a produzir um senso de crescente interconexão entre vilas, municípios e cidades da Grã Bretanha”.⁴¹⁷

⁴¹⁵ No entanto, há relatos sobre a disseminação de notícias falsas sobre o tema: “dizia-se que doenças eram geradas no organismo de pessoas imprudentes que usavam a língua para colar os selos”, escrevia Charles Dickens, em 1852. E continuava: “até mesmo a cólera morbus era relacionada a essa pratica perniciosa”. Apud ROBINSON, *op. cit.*, p. 301; 319 (Tradução nossa).

⁴¹⁶ Original em inglês: “Hail joyous Day! The Postage Bill/ Brings blessings great and many/ And best of all, say what we will/ It only costs a penny. / From John o’Groats to England’s End/ From Norfolk to Kilkenny/ A letter now may reach a friend/ And only costs a penny” (Tradução nossa).

⁴¹⁷ KEEP, Christopher. “Technology and Information: Accelerating Developments”. In: BRANTLINGER, Patrick; THESING, William B. (eds.). *A Companion to the Victorian Novel*. Oxford: Blackwell, 2002, p. 138 (Tradução nossa).

Rowland Hill estava bastante otimista quanto ao êxito de seu plano. Diante do *Select Committee on Postage*, em 1838, ele previu uma perda temporária de apenas um oitavo no rendimento dos serviços postais britânicos. Posteriormente, num artigo publicado no *The Post Circular*, o reformador asseverou: “*não há fundamento racional para o medo de que a receita bruta dos Correios diminua*”; “*pelo contrário*”, acrescentou, “*seu aumento pode ser previsto com segurança, mesmo se nenhuma outra mudança fosse feita além da redução prevista*”.⁴¹⁸ Contudo, o que se viu na realidade de médio prazo desafiou parte dessas previsões.

Ao analisar os resultados financeiros da reforma, Howard Robinson confirma um aumento significativo no volume do fluxo postal (GRÁFICO 1): em 1839, antes que qualquer medida fosse tomada, as correspondências expedidas pelos Correios britânicos somavam 82.470.596 cartas (incluindo 6.563.024 isentas de porte). Com a instituição da tarifa única de 1 *penny*, esse número mais que dobrou, chegando a 168.768.344 objetos em 1840. Mesmo assim, observa o autor, esse desempenho estava abaixo do aumento quádruplo estimado por Hill para compensar o menor custo de postagem.⁴¹⁹

Gráfico 1 – Total de cartas expedidas pelos Correios Britânicos (1839 – 1853)

Fonte: Elaboração da autora com base em ROBINSON, *The British Post Office...*, p. 323.

⁴¹⁸ Apud ROBINSON, *op. cit.*, p. 322 (Tradução nossa).

⁴¹⁹ HILL, *op. cit.*, p. 32.

As rendas dos Correios, em contrapartida, tiveram um decréscimo considerável (GRÁFICOS 2 e 3): de acordo com fontes oficiais da época, a receita bruta para o ano de 1839 era de, aproximadamente, £2.400.000, mas em 1840 esse valor despencou quase que pela metade, chegando a £1.342.604. A queda na receita líquida foi até maior (70%), de £1.633.764 em 1839 para menos da metade no ano seguinte.

Gráfico 2 – Receita bruta dos Correios Britânicos (1839 – 1853)

Fonte: Elaboração da autora com base em ROBINSON, *The British Post Office...*, p. 323.

Gráfico 3 – Receita líquida dos Correios Britânicos (1839 – 1853)

Fonte: Elaboração da autora com base em ROBINSON, *The British Post Office...*, p. 323.

A “perda temporária” continuou, segundo Robinson, ao longo da década de 1840. Apenas em 1851 a receita bruta conseguiu voltar ao patamar pré-reforma. Nesse mesmo ano, a receita líquida ainda era dois terços daquela em 1839.

Em artigo publicado no *Quarterly Journal of the Statistical Society of London*, Hill buscou defender publicamente sua reputação: ele argumentou que o plano em questão teria aumentado a renda dos Correios em até três vezes se todas as medidas – redução de portes; pagamento prévio; uso de selos – tivessem sido adotadas. O reformador também enfatizou a necessidade de “*maiores facilidades*” no transporte de correspondências, acenando para a possibilidade de parcerias entre os Correios e o então emergente setor ferroviário. Mais cauteloso em suas expectativas que em *Post Office Reform*, Hill concluía o texto chamando atenção para o que já havia sido conquistado durante aquele curto espaço de tempo:

No que diz respeito às vantagens morais, sociais e comerciais, bem como aos efeitos benéficos em outros ramos da receita, é manifestamente impossível, neste período inicial, fornecer informações precisas; provavelmente, no entanto, existem poucos presentes que desconheçam alguma correspondência epistolar importante, que tenha sido iniciada, revivida ou ampliada; de algumas classes de objetos postais até então de difícil distribuição que agora são transmitidos regularmente pelo Correio; ou de algumas informações importantes para fins comerciais, científicos ou sociais, até então limitadas em sua circulação, mas que agora são rápida e amplamente divulgadas; por fim, tenho o prazer de afirmar que o carteiro agora tem que percorrer

longas distâncias por distritos humildes onde, até então, sua batida de porta era raramente ouvida.⁴²⁰

Posto que modelar, a experiência britânica deve ser compreendida à luz de uma economia política de comunicações específica de um país em fase de expansão capitalista, onde o livre comércio predominou sobre o monopólio fiscal do Estado. Nesse sentido, cabe questionarmos: como e em qual medida os elementos característicos da reforma em questão – uniformização/ redução tarifária; pagamento prévio e uso de selos – foram adaptados a outros sistemas postais nacionais, muitos deles de distintas orientações econômicas e ideológicas?

3.2 Estados Unidos e França: repercussões da experiência britânica

Em agosto de 1839, enquanto o Parlamento britânico discutia a aprovação da *Postage Duties Bill*, Amos Kendall, diretor geral dos Correios norte-americanos, enviou à Europa um agente especial, de nome George Plitt, a fim de estudar o funcionamento dos serviços postais naquele continente.⁴²¹

A missão de Plitt durou nove meses: durante esse período, ele visitou repartições postais na Inglaterra, França, Bélgica, Prússia, Áustria e em diversas cidades da Liga Hanseática. Na terra do *Penny Post*, o norte-americano contou com a cooperação de Rowland Hill e do Secretário Maberly, os quais lhe forneceram informações “*livremente, com cortesia e bondade*”. Ao final dessa experiência, Plitt voltou para os Estados Unidos convencido de que

Em um estabelecimento tão grande e que cresce rapidamente como os Correios, *simplicidade* nos detalhes de suas funções deve ser o objeto de estudo de todos os que estão conectados a ele. Quanto mais complicado o sistema, mais difícil será gerenciá-lo com precisão. *Regularidade e certeza* nos serviços postais são essenciais para efetuar o objetivo para o qual eles foram estabelecidos.⁴²²

O périplo do agente norte-americano evidência uma importante transformação ocorrida nos Correios: se antes essa instituição era vista como parte integrante do aparelho fiscal de

⁴²⁰ HILL, Rowland. “Results of the New Postage Arrangements”. In: *Quarterly Journal of the Statistical Society of London*, jul. 1841, pp. 85 – 99.

⁴²¹ Essa deliberação foi posteriormente justificada por Kendall da seguinte maneira: “*A mudança radical nas tarifas postais, recentemente adotada na Grã-Bretanha, atraiu muitas atenções nos Estados Unidos. Para prover o Congresso Nacional de informações sobre esse e outros assuntos concernentes a estabelecimentos postais em vários dos mais consideráveis países europeus, eu enviei para a Europa um dos agentes especiais dessa repartição, com instruções de visitar aqueles estabelecimentos pessoalmente e de me reportar com detalhes suas organizações e operações*”. 27 dez. 1839. Report From the Postmaster General. In: *U.S. Congressional Serial Set* (26th Congress, 1st Session), p. 617 (Tradução nossa).

⁴²² 09 dez. 1840. “Report of George Plitt, special agent of the Post Office Department”. *U.S. Congressional Serial Set* (26th Congress, 2nd Session), p. 530 (itálico no original) (Tradução nossa).

Estado e, como tal, estava sujeita a regulamentações complexas que variavam de acordo com a política tributária de cada país, a partir dos anos 1840 assiste-se a uma simplificação do expediente postal, o qual passou a se fundamentar em valores universais – *simplicidade, regularidade, certeza* – tais como os citados por Plitt. Ademais, até o final daquela década, os preceitos do plano de Hill seriam integral ou parcialmente adotados por diversos governos ao redor do mundo, de sorte que é possível falar em um movimento internacional de reforma dos serviços postais.⁴²³

As condições históricas que propiciaram a emergência da campanha norte-americana pela tarifa postal reduzida também são típicas do capitalismo em expansão e se assemelham ao caso britânico em vários aspectos: desenvolvimento de tecnologias de transporte, em especial ferrovias e navegação a vapor; aumento dos níveis de alfabetização e intensificação do deslocamento populacional em função das ofertas de trabalho fora da Costa Leste. Todavia, enquanto na Grã-Bretanha o poder público soube assimilar essas mudanças e atuar como protagonista da reforma postal, nos Estados Unidos o governo federal teve de lidar com a concorrência das companhias de transporte – os chamados *expressos* – que se difundiram pelo país na década de 1840.⁴²⁴

O sucesso da iniciativa privada deveu-se, em parte, à própria estrutura fiscal dos Correios norte-americanos. Naquela época, o sistema de tarifação vigente fundamentava-se nos mesmos critérios adotados em Inglaterra: distância (em milhas); peso (em onças) e número de folhas contidas.⁴²⁵ Para comerciantes e homens de negócios que precisavam se comunicar com regularidade, empresas de transporte ofereciam uma gama variada de serviços – assinaturas, entregas rápidas, seguros, etc. – por preços mais acessíveis. Esse estado de coisas contribuía, portanto, para o enfraquecimento do monopólio do Estado sobre os serviços postais, na medida

⁴²³ LANGLOIS, Olivia. “The English Impact on the Adoption of a Unique Tax in France and Other European Countries”. In: LE ROUX, Muriel (org.). *Post Offices of Europe – 18th – 21st Century: A Comparative History*. Bruxelas: P.I.E. Peter Lang, 2014, pp. 429 – 439.

⁴²⁴ Richard John observa que os anos entre 1839 e 1845 marcam o *boom* das empresas privadas de transporte postal nos Estados Unidos. O autor também classifica essas firmas em três categorias: 1) expressos “*locais*”, os mais antigos do gênero, que atendiam a comunidade mercantil radicada nos principais centros urbanos da Costa Leste (ex: *Blood’s* na Filadélfia e *Boyd’s City Post* em Nova York); 2) expressos que operavam em regiões de fronteira pouco povoadas da Costa Oeste, ligando essas áreas aos estados do sul (ex: o célebre *Pony Express* e a divisão postal da *Wells Fargo*); e 3) expressos que operavam rotas interurbanas tais como Boston para Nova York; Nova York para Buffalo e Nova York para Filadélfia. JOHN, Richard. “Private Mail Delivery in the United States during the Nineteenth Century: A Sketch. In: *Business and Economic History*, v. 15, 1986, p. 135 – 147.

⁴²⁵ As tarifas estabelecidas pelo *Post-Office Act* de 1792 compreendiam nove zonas postais e eram caracterizadas pelos seguintes valores: 1) 0 a 30 milhas = 6 cents; 2) 30 a 60 milhas = 8 cents; 3) 60 a 100 milhas = 10 cents; 4) 100 a 150 milhas = 12 ½ cents; 5) 150 a 200 milhas = 15 cents; 6) 200 a 250 milhas = 17 cents; 7) 250 a 350 milhas = 20 cents; 8) 350 a 450 milhas = 23 cents; 9) 450 milhas ou mais = 25 cents. CHU, Pao Hsun. *The Post Office of The United States*. Nova York: Columbia University, 1932 (Tese de Doutorado), p. 49.

em que parte do fluxo de cartas era drenada por vias que não as do serviço postal oficial.⁴²⁶

O avanço das proposições de Hill no Parlamento britânico injetou uma dose de ânimo na campanha norte-americana pela redução das tarifas postais. Como seu congênere, esse movimento fundamentava-se na premissa de que a redução radical no porte das cartas, assim como a abolição dos privilégios de isenção tarifária, aumentaria o volume do fluxo postal e, conseqüentemente, elevaria a receita dos Correios. A essa pauta somavam-se demandas específicas da realidade norte-americana, tais como as críticas à postagem subsidiada de materiais impressos.⁴²⁷ Alguns prosélitos do movimento, como os nova-iorquinos David Hale e Gerald Hallock, defendiam, ademais, o estabelecimento de um mercado postal livre (*free trade post-office*),⁴²⁸ sob a convicção de que essa medida reduziria ainda mais o valor das tarifas postais. Nesse sentido, observa David Henkin, mais do que propor um novo arranjo institucional para os Correios, esses homens buscavam uma nova relação entre sociedade e Estado.⁴²⁹

Em fevereiro de 1839, o *Committee on the Post Office and Post Roads* apresentou ao Senado um documento sobre as vantagens do plano britânico para os norte-americanos em geral. Esse órgão estimava que, ao instituir o pagamento prévio dos portes, o governo federal “evitaria problemas e economizaria uma grande proporção de gastos com a coleta”. Além disso, a uniformização das tarifas postais “aliviaria os cidadãos de um imposto oneroso, sem prejudicar essencialmente a receita”. Os comissionários finalizavam seu texto com um argumento bastante semelhante ao do autor de *Post Office Reform* (1837): “facilitando enormemente as relações entre homens de negócios, entre filhos e pais, entre homens literários, entre homens científicos e práticos, entre amigos etc. etc. esse plano contribuirá essencialmente para o bem-estar moral, social e pecuniário de todo o povo”.⁴³⁰

Nesse mesmo mês, petições provenientes de várias partes do país começaram a chegar

⁴²⁶ OLDS, Kelly. “The Challenge to The U.S. Postal Monopoly, 1839 – 1851”. In: *Cato Journal*, v. 15, n. 1, 1995, pp. 1 – 24.

⁴²⁷ Considerada pelo juiz Levi Woodbury (1789 – 1851) uma das “grandes peculiaridades” do governo federal norte-americano, a postagem subsidiada de materiais impressos contribuía, na sua visão, para o enfraquecimento do monopólio, na medida em que parte do fluxo de cartas circulava por vias que não as do serviço postal oficial. Sobre esse tema, ver: KIELBOWICZ, Richard. *News In the Mail: The Press, Post-Office and Public Information, 1700 – 1860s*. Connecticut: Greenwood Press, 1989. HENKIN, David. *The Postal Age: The Emergence of Modern Communications in Nineteenth-Century America*. Chicago: The University of Chicago Press, 2006. JOHN, Richard. “Communications Networks in the United States: From Chappe to Marconi”. In: VALDIVIA, Angharad N.; NERONE, John (eds.). *The International Encyclopedia of Media Studies*, v. 1, Oxford: Wiley-Blackwell, 2013, pp. 310 – 332.

⁴²⁸ Hale e Hallock eram editores do *Journal of Commerce*, influente periodico nova-iorquino. Cf.: JOHN, *op. cit.*, 2004, p. 330.

⁴²⁹ HENKIN, David M. *The Postal Age: The Emergence of Modern Communications in Nineteenth-Century America*. Chicago: University of Chicago Press, 2006.

⁴³⁰ U.S. CONGRESS, House Committee on the Post Office and Post Roads (1839). *On the subject of reducing and equalizing letter postage*. House Report nº 194, 25th Congress, 3rd Session (Tradução nossa).

ao Congresso. Em um desses documentos, os cidadãos de Nova York consideravam o porte das cartas *“excessivo e altamente oneroso para uma parcela dos cidadãos dos Estados Unidos”*. Eles também denunciavam que o cálculo tarifário era feito *“para impedir o uso dos Correios como meio de comunicação; incentivar o estabelecimento de formas rivais de transporte de correspondência e impedir o livre intercâmbio de comunicações por carta, o que era desejo de todos”*. Já a Assembleia Legislativa do Kentucky asseverava aos congressistas que *“se uma redução [na postagem] fosse feita, isso também aumentaria a receita dos Correios”*. Por fim, os deputados do Alabama, urgiam seus colegas a *“usar seus esforços para modificar as tarifas postais então vigentes, de modo a adequá-las à moeda nacional”*.⁴³¹

O tom do movimento também foi dado por entidades como a *New York Cheap Postage Association*. Fundada em 1843, essa associação – cujo quadro de membros era composto, majoritariamente, por empresários do ramo jornalístico – tinha como líder Joshua Leavitt, ministro evangélico autor de diversos panfletos sobre reforma postal.

Em um de seus escritos, Leavitt questionava: *“Por que um homem comum não pode manter correspondência moderada com seus amigos, dispersos como eles costumam ser, sem gastar todo o seu tempo para ganhar dinheiro para pagar por isso?”*. Para esse autor, que também era militante abolicionista, a redução nas tarifas postais ensejaria uma intensa circulação de material político entre os próprios escravos: *“dê-nos o sistema britânico de postagem e a escravidão estará morta”*, afirmava.⁴³²

Enquanto a campanha pela *Cheap Postage* se disseminava por instâncias legislativas e associativas da sociedade, o sucessor de Amos Kendall na Diretoria Geral dos Correios, Charles Wickliffe, permaneceu relutante sobre algumas premissas da reforma postal. Ele discordava, por exemplo, que a redução dos portes fosse conter o avanço da iniciativa privada: *“Se considerarmos o sistema como um todo”*, dizia, *“veríamos que o Governo transmitiu e transmitirá cartas por preços mais módicos do que os ofertados por indivíduos”*. Wickliffe também se opunha em adaptar o plano de Hill à realidade norte-americana pelos seguintes motivos:

O modo de gerenciar e administrar os correios no Reino da Grã-Bretanha não é apenas diferente, mas muito mais barato do que nos Estados Unidos... Após um minucioso exame dos hábitos, condições e negócios dos habitantes dos dois países, - os limites circunscritos e a densa população de um, os extensos limites e a escassa população do outro – convenci-me de que nada com a mesma proporção de aumento na

⁴³¹ *Apud* CHU, *op. cit.*, p. 51.

⁴³² MORNING CHRONICLE, 16 dez. 1844 (Tradução nossa).

correspondência desse país seguiria a mesma redução de postagem como ocorreu na Inglaterra.⁴³³

A postura do poder Executivo, nesse contexto, foi de contemporização. Em mensagem anual ao Congresso, em dezembro de 1844, o presidente John Tyler recomendou a redução gradual das tarifas postais de forma a prevenir uma queda brusca na renda dos Correios. Nas suas palavras:

Há um forte desejo, manifesto por muitos setores, de alterar o porte das cartas de forma a reduzir o valor da tarifa atualmente imposta. Caso essa medida fosse levada a cabo em toda a extensão desejada, não se pode duvidar que, nos primeiros anos dessa operação, teríamos uma redução da receita dos Correios, o que acarretaria em maior carga para o Tesouro. Se esse resultado for desejável, o Congresso, em sua sabedoria, o determinará. Afirma-se, em verdade, que alterações radicais em qualquer sistema devem ser realizadas gradualmente, e não por mudanças repentinas; ao seguir essa política prudente na redução dos portes de cartas, o Departamento ainda pode se sustentar através da receita que provavelmente resultará do aumento do número de cartas. Até o momento, o estado e as condições do Tesouro público impediam a recomendação de qualquer mudança material. As dificuldades sobre esse assunto cessaram, no entanto, e agora uma maior discricção é deixada ao governo.⁴³⁴

Os congressistas – em sua maioria membros do partido Whig⁴³⁵ – acataram a sugestão presidencial e, em março do ano seguinte, aprovaram uma lei que simultaneamente reduzia o porte das cartas e arrochava a fiscalização sobre as empresas privadas de transporte. Nesse sentido, o *Postal Reform Act* (1845), primeira grande revisão da regulamentação postal desde 1792, é visto por Richard John como uma vitória do monopólio sobre o livre mercado: “*não foi a conveniência do público, embora essa tenha sido considerável, mas a competição com o setor privado a verdadeira catálise da mudança*”.⁴³⁶

Enquanto os norte-americanos faziam ajustes na sua legislação, na França, o modelo britânico de reforma postal continuava sendo alvo de controvérsias. Embora houvesse consenso

⁴³³ “Report of the Postmaster General, 25 nov. 1844”. In: *U.S. Congressional Serial Set*. n. 449, session vol. n. 1, 28th Congress, 2nd Session, p. 673 (Tradução nossa).

⁴³⁴ “Message to the Congress, 03 dez. 1844”. In: RICHARDSON, James D. *The Compilation of the Messages and Papers of the Presidents*. V. IV. Washington: Bureau of National Literature and Art, 1911, p. 349 – 350.

⁴³⁵ Sobre a orientação política dos congressistas, Richard Kielbowicz observa os simpatizantes do partido Whig eram, em geral, mais afinados com as premissas do liberalismo que os seus rivais Democratas. Nas palavras do autor: “*os reformadores postais queriam um fluxo nacional de correspondências e informações públicas sem precedentes [...] os Democratas, por outro lado, preferiam que o porte fosse calculado de acordo com as distâncias e se opunham à maioria das reduções tarifárias, bem como a qualquer pedido de recurso feito ao Tesouro*”. KIELBOWICZ, *op. cit.*, 1989, p. 83.

⁴³⁶ JOHN, *op. cit.*, 1986, p. 142 (Tradução nossa).

em relação à utilidade pública da uniformização tarifária, muitos dos que se opunham a ela o faziam simplesmente por nutrir sentimentos anglófilos ou duvidar da possibilidade de sua adaptação à realidade francesa. Por essa razão, observa Olivier Bataillé, “*embora a ideia de diminuir os portes tenha chegado à Câmara dos Deputados já em 1839, bem antes da introdução da tarifa única reduzida na Grã-Bretanha, essa mesma reforma exigiria três mudanças de regime político e levaria nove anos na França*”.⁴³⁷

Um dos primeiros autores de língua francesa a tratar do tema em questão de forma sistemática foi Achille Piron, subdiretor dos Correios na gestão de Antoine Conte.⁴³⁸ Seu tratado *Du Service des Postes et de la Taxation des Lettres au Moyen d’un Timbre* (1838), apresenta uma proposta distinta da do reformador britânico: ao invés de reduzir drasticamente o porte das cartas, ele sugere adotar uma tarifa única cujo valor fosse a média do custo de serviço prestado pelos Correios franceses – o que, de acordo com seus cálculos, daria 8 centavos. Essa ideia é fundamentada no seguinte argumento de “*justiça territorial*”:

Como todos os direitos e todas as necessidades são iguais na França, como todos recebem e enviam cartas tanto a curtas quanto a longas distâncias, todas essas distâncias deveriam ser concebidas pela administração postal como uma distância total ou, melhor dizendo, como um preço médio do serviço prestado.⁴³⁹

Embora atribua o pioneirismo no uso de selos postais a um compatriota do século XVII,⁴⁴⁰ Piron credita a Hill a inovação de adaptar essa medida ao sistema de pagamento antecipado⁴⁴¹ e enumera suas vantagens para o caso francês:

1º Ela será uma fonte de aceleração na manipulação das cartas e na sua distribuição, ao mesmo tempo em que proporcionará economia nos custos de regimento e exportação; 2º As cartas reexpedidas por conta de mudança de domicílio do destinatário, não serão acrescidas de tarifa suplementar por conta da grande distância percorrida; 3º O número de cartas descartadas diminuirá tanto que essas cartas desaparecerão quase que totalmente do serviço; [...] 4º Haverá menos ocasiões de desmoralização para um grande número de comissários ou de jovens funcionários de estabelecimentos bancários, encarregados de ir à agência postal franquear as cartas, e

⁴³⁷ O autor faz referência à Monarquia de Julho (1830 – 1848), à Segunda República (1848 – 1852) e ao Segundo Império (1852 – 1870). BATAILLÉ, Olivier. “European Influence on Postal Reform in 19th Century France”. In: LE ROUX, Muriel (org.). *Post Offices of Europe – 18th – 21st Century: A Comparative History*. Bruxelas: P.I.E. Peter Lang, 2014, p. 418 (Tradução nossa).

⁴³⁸ Conte era contrário à reforma tarifária e chegou a ser denunciado por Glais-Bizoin como um “*inimigo confesso, irreconciliável, da tarifa uniforme*”. Cf.: BELLOC, *op. cit.*, p. 491.

⁴³⁹ PIRON, Achille. *Du Service des Postes et de la Taxation des Lettres au Moyen d’un Timbre*. Paris: Imprimerie de H. Fournier, 1838, p. 130 (Tradução nossa).

⁴⁴⁰ O nome desse francês inventor dos selos era Jean Jacques Renouard de Vélayer.

⁴⁴¹ Nas palavras de Piron: “*A ideia do novo sistema de taxação de cartas com base em um selo, que eu vou apresentar aqui, não me pertence. Eu a ouvi ser mencionada por diversas pessoas em Paris e, recentemente, encontrei essa questão discutida metodicamente em uma brochura relativa a projetos de melhoramentos a serem feitos nos serviços postais da Inglaterra*. In: PIRON, *op. cit.*, pp. IX – X (Tradução nossa).

mais certeza e comodidade para os homens de negócios, que pagarão as cartas de seus estabelecimentos comerciais com o uso de selos; 5º Enfim, haverá simplificação e economia extrema na forma de contabilização da receita.⁴⁴²

Não é apenas a maneira de enxergar essa parte do expediente postal que aproxima Piron de Hill: ao apresentarem os Correios como vetores de progresso comercial e civilização – duas palavras de ordem no século XIX – ambos os reformadores buscam romper com a racionalidade fiscal que caracterizava a gestão dessa instituição em seus respectivos países. Para o francês:

Se considerarmos os serviços postais, não apenas sob o ponto de vista do produto de trinta e cinco milhões⁴⁴³ que eles dão anualmente ao Tesouro, em tarifas postais, mas sob a perspectiva igualmente interessante das facilidades que deles obtém, sobretudo, o comércio; das relações de família e de amizade que eles mantêm; enfim, do desenvolvimento da moral e da educação pública que eles favorecem, reconheceremos que o aumento dos produtos é provavelmente menos importante que aquele das cartas que são transportadas, e que é do dever de um governo providente e sabidamente liberal buscar aumentar e estender o número de correspondências por todos os meios que estão ao seu alcance.⁴⁴⁴

Porém, diferentemente de Hill e de alguns publicistas norte-americanos partidários da livre concorrência nos serviços postais, Piron era defensor do monopólio do Estado e via na adoção da tarifa postal única uma forma de coibir o encaminhamento de correspondências fora das malas dos Correios. Nas suas palavras:

O porte das cartas é muito elevado, e esse fato se demonstra moralmente como financeiramente. Com efeito, há relações de família que seriam inteiramente interrompidas por uma elevação do porte atual das cartas enviadas a longas distâncias, se os correspondentes não tivessem como recurso a fraude. [...] Toda a carta escrita tem uma utilidade relativa, e praticamente todas seriam confiadas aos serviços dos correios, se a taxa não fosse tão elevada, tendo em conta o grau de importância que os correspondentes atribuem a essa instituição.⁴⁴⁵

A campanha pela reforma postal no Parlamento francês foi, segundo Alexis Belloc, “*muito mais longa e viva*” que na Inglaterra,⁴⁴⁶ tendo começado em julho de 1839: durante discussão sobre a lei do orçamento, Armand Lherbette, um dos mais ativos membros da oposição, instou o governo a preparar com urgência um projeto de uniformização tarifária. Essa moção foi apoiada por Alexandre Olivier Glais-Bizoin, deputado republicano que se destacaria

⁴⁴² PIRRON, *op. cit.*, p. 135 – 136.

⁴⁴³ Receita líquida dos Correios franceses no ano de 1836. In: PIRRON, *op. cit.*, p. 1.

⁴⁴⁴ PIRRON, *op. cit.*, p. 2.

⁴⁴⁵ PIRRON, *op. cit.*, p. 128 (Tradução nossa).

⁴⁴⁶ BELLOC, Alexis. *Les Postes Françaises: recherches historiques sur leur origine, leur développement, leur législation*. Paris: Librairie de Firmin-Didot, 1886, p. 470 (Tradução nossa)

pelo ativismo em favor dessa medida.⁴⁴⁷

Diante da pressão parlamentar, o então ministro da Fazenda, Hippolyte Passy, manteve cautela: “*eu creio que será prudente esperar os resultados da experiência inglesa*”, dizia ele, “*a Inglaterra se engajou nessa experiência; nós veremos se isso produzirá alguma diminuição de renda, e então agiremos com alguma certeza*”.⁴⁴⁸ Esse argumento – recurso puramente protelatório, na opinião de Bataillé⁴⁴⁹ – foi utilizado por sucessivos representantes do governo, tendo suscitado críticas da opinião pública.⁴⁵⁰

O tema voltou à tona nos anos seguintes, estimulado por intensa atividade peticionária. Em 1841, os habitantes de Paris solicitaram, além da redução nos portes, a supressão da décima rural,⁴⁵¹ imposto considerado “*injusto e relativamente improdutivo*” por Piron.⁴⁵² Tal demanda também encontrou expressão nas palavras do deputado bonapartista, Félix-Bellator de Beaumont:

Todos os Franceses são iguais perante a lei e devem suportar os mesmos encargos: portanto, eu não sei por que o habitante de Bayonne, ou de qualquer outra parte longínqua da França, pagaria mais caro por suas cartas do que o habitante de Saint-Denis, ou de qualquer outra localidade nos arredores de Paris.⁴⁵³

A essa altura, as críticas aos resultados do modelo fiscal proposto por Hill já haviam atravessado o Canal da Mancha, fazendo com que deputados da própria oposição se posicionassem contra a adoção da tarifa postal única. Na opinião de Henri Jean Paul Ange Monier de la Sizeranne, deputado de centro esquerda, “*era preferível reduzir as taxas elevadas a seguir a Inglaterra em uma senda imprudente*”. Já o republicano Charles Casimir Dugabé cria que “*aceitando-se o exagero do sistema inglês, chegaríamos a um resultado desastroso*”.⁴⁵⁴

Em posicionamento semelhante, Georges Humann, sucessor de Passy na pasta da Fazenda, comparou as realidades francesa e britânica, observando que, no país vizinho, o

⁴⁴⁷ Sobre a atuação de Glais-Bizoin no debate sobre a reforma dos Correios franceses, ver: VERDIER, Nicolas. *Un député obstiné: Alexandre Glais-Bizoin, 1800 – 1877, de l'égalité territoriale à la loi sociale*. Paris: Comité pour l'Histoire de La Poste, 2003.

⁴⁴⁸ *Apud* BELLOC, *op. cit.*, p. 471 (Tradução nossa).

⁴⁴⁹ BATAILLÉ, *op. cit.*, p. 418.

⁴⁵⁰ Em panfleto de 1844, Claude Grasset assim criticava a atitude do governo francês em relação à reforma: “*Sucessivamente os Ministros evadiram da discussão; depois, encorajados por uma grande confiança, eles resolveram permanecer num status quo estúpido, em meio a todos os governos da Europa que sucessivamente realizaram a reforma postal*”. GRASSET, *op. cit.*, p. 4 (Tradução nossa).

⁴⁵¹ O décimo rural foi um imposto criado juntamente com a lei de 10 de junho de 1829 que estabeleceu serviço de Correios para todas as comunas de Paris.

⁴⁵² PIRON, *op. cit.*, p. 130.

⁴⁵³ *Apud* BELLOC, *op. cit.*, p. 473.

⁴⁵⁴ Sessão de 15 de maio de 1841. *Apud* BELLOC, *op. cit.*, p. 473.

sistema postal já era “*eminentemente liberal*” antes mesmo da reforma. O ministro também apresentou justificativas que, veremos, em muito se assemelham aos argumentos dos políticos brasileiros contrários à reforma:

O Reino Unido é um terço do tamanho da França, e suas tarifas eram muito mais altas que as nossas. A mínima taxa de uma carta simples na França foi estabelecida a 20 centimos, mas na Inglaterra esse valor era o dobro, 40 centimos, e a diferença aumentava na proporção da distância percorrida. Sem nos alongarmos em detalhes, podemos dizer com certeza que a tarifa postal britânica era mais do dobro da nossa.⁴⁵⁵

Essa comparação fez Humann concluir que circunstâncias tão diferentes jamais poderiam resultar em medidas similares. Como nota Olivia Langlois, “*a partir de então, a experiência inglesa não poderia mais ser considerada um quadro de referência confiável para qualquer perspectiva de adoção da tarifa postal uniforme na França. Em outras palavras, o modelo inglês foi novamente questionado*”.⁴⁵⁶

Em outubro de 1842, Glais-Bizoin apresentou um projeto de lei que instituía o porte único de 20 centimos para toda a carta simples (máximo de dez gramas), tendo sido combatido pelo novo titular da pasta da Fazenda, Jean Laclave-Laplagne. Em seu discurso, esse ministro disse não crer que a uniformidade dos portes fosse uma regra fundamental nos serviços postais. Intrínseco às tarifas, dizia, “*não há somente um imposto, há também e principalmente um serviço prestado*”. Nesse sentido, Laclave-Laplagne considerava não haver nada “*mais justo do que fazer contribuir mais aquele a quem se dispensa maiores gastos*”, e observava:

[...] no nosso sistema tarifário, há o favorecimento daqueles que escrevem de pontos mais próximos; mas a desigualdade existiria em senso contrário se admitíssemos a reforma proposta. Com efeito, com uma taxa igual para todos, seriam esses que escrevem de pontos centrais que arcariam proporcionalmente com os encargos mais pesados...⁴⁵⁷

Em outra ocasião, Laclave-Laplagne contestou a forma como o modelo britânico havia sido adotado em países como Áustria e Lombardia, argumentando que, à exceção da própria Grã-Bretanha, a instituição da tarifa única e reduzida foi “*uma forma de diretamente aumentar as commodities e não uma maneira de estimular o intercambio de correspondência*”. Isso porque, segundo ele, “*a tarifa única foi aumentada para um valor que estava acima da média*”; assim, o ministro concluía: “*aonde tarifas reduzidas foram instituídas, houve um aumento na*

⁴⁵⁵ LE MONITEUR UNIVERSEL, 16 maio 1841, p. 1354.

⁴⁵⁶ LANGLOIS, *op. cit.*, p. 435 (Tradução nossa).

⁴⁵⁷ Sessão de 3 de maio de 1842. *Apud* BELLOC, *op. cit.*, p. 475.

taxa, embora decréscimos tivessem sido aplicados para correspondências expedidas a longas distâncias”.⁴⁵⁸ Veremos adiante que esse parece ter sido o caso do Brasil.

Nos anos seguintes, a urgência da reforma aumentou a profusão de propostas na Câmara. Todavia, enquanto parlamentares liberais insistiam na necessidade de uniformizar as tarifas postais,⁴⁵⁹ Laclave-Laplagne e seu sucessor, Charles Dumont, prometiam apenas revisar as zonas tarifárias de que se compunha o território francês.⁴⁶⁰

Com a instauração da Segunda República, em fevereiro 1848, os Correios sofreram significativa alteração na orientação política de seu pessoal: após exonerar Benjamin Barthélémy Dejean, o governo provisório nomeou para o posto de Diretor Geral Étienne Arago, publicista editor do célebre jornal *Le Figaro*. Diferentemente de seus antecessores, Arago era um entusiasta da reforma postal, tendo explicitado essa opinião no seguinte relatório enviado ao ministro da Fazenda:

A redução das tarifas postais já foi objeto de diversos projetos de lei. Os acasos parlamentares, certo menosprezo pelos interesses gerais, uma indiferença infeliz pelo bem-estar e desenvolvimento intelectual do povo, os retardamentos, enfim, eu diria providenciais, reservaram para a República a glória desta generosa e fraternal reforma. Você sabe, cidadão ministro, que a redução terá como primeiro resultado fazer abaixar as receitas numa certa proporção, mas a experiência radical da Inglaterra nos demonstra, e eu posso afirmar desde o presente, que o aumento considerável e sucessivo do número de cartas em circulação, resultado imediato e certo da tarifa uniforme, deverá compensar em pouco tempo a perda momentânea causada pela adoção de uma medida tão justa quanto fraternal, assim como universalmente desejada, que é a reforma postal.⁴⁶¹

A mudança de regime político também favoreceu o avanço da agenda reformista na Câmara: em 19 de maio, o deputado radical Pierre François de Saint-Priest sugeriu instituir a tarifa única de 20 centimos para todas as cartas que pesassem até 7 gramas e meia. Para defender sua proposta, que acabou sendo vitoriosa, ele se utilizou não apenas de argumentos sentimentalistas que lembravam o britânico Henry Cole, mas também da retórica nacionalista característica da época:

⁴⁵⁸ MONITEUR UNIVERSEL, 26 mar. 1843, p. 564.

⁴⁵⁹ Em fevereiro de 1847, Glais-Bizoin chegou a apresentar, pela segunda vez, um projeto de lei nesse sentido que, aprovado pela comissão da Câmara, não passou em plenário. Cf. BELLOC, *op. cit.*, p. 490.

⁴⁶⁰ O projeto de Laclave-Laplagne compreendia cinco zonas postais, a saber: 1) até 20 quilômetros = 10 centimos; 2) de 20 a 40 quilômetros = 20 centimos; 3) de 40 a 120 quilômetros = 30 centimos; 4) de 120 a 300 quilômetros = 40 centimos; 5) mais de 300 quilômetros = 50 centimos. Esse deputado também propunha abolir o décimo rural, o que ocorreu de fato em 3 de julho de 1846. A sugestão de Charles Dumont era de base decimal e consistia, por sua vez, em que as cartas simples que circulassem no interior do reino pagassem os seguintes valores: 1) até 40 quilômetros = 2 décimos; 2) de 40 a 80 quilômetros = 3 décimos; 3) de 80 a 150 quilômetros = 4 décimos; 4) mais de 150 quilômetros = 5 décimos. BELLOC, *op. cit.*, p. 488; 497.

⁴⁶¹ *Apud* BELLOC, *op. cit.*, p. 504.

Nada é mais contrário ao interesse da sociedade do que as restrições impostas sobre essa comunicação dos homens entre eles. Ora, é esse o efeito que produzem as tarifas dos Correios quando são elevadas. Elas se interpõem, como um desconforto, um obstáculo entre as mais santas afeições; elas comprimem o movimento dos negócios e prejudicam o progresso da ciência e das artes. Do ponto de vista político, essas tarifas não merecem mais favor; uma correspondência multiplicada (por que será menos custosa) terá por resultado apertar os laços de confraternização que devem unir os habitantes de uma mesma república; ela fortifica o espírito de família e o espírito de família, que é o que moraliza as pessoas, é uma garantia poderosa do espírito de nacionalidade[...]⁴⁶²

Expressão dos interesses de comerciantes, intelectuais e profissionais liberais ligados à Revolução de 1848, a lei de instituição da tarifa postal uniforme na França foi aprovada em 30 de agosto daquele ano. No entanto, a conturbada conjuntura política do país levou a um atraso na execução desse dispositivo, o que apenas ocorreu em dezembro, já sob a presidência de Luis Napoleão Bonaparte.

Ao governo imperial coube dar as coordenadas sobre a fabricação e comercialização de selos postais (13 de dezembro de 1848); aplicar penas aos indivíduos que reutilizassem selos postais obliterados (16 de outubro de 1849) e aumentar em 5 cêntimos o valor dos portes das cartas simples que não fossem pagas pelo destinatário (14 de novembro de 1849). Essa última medida é vista por Belloc como um retrocesso em relação à “*lei liberal*” de 1848; no entanto, estima-se que ela tenha sido adotada como estímulo ao porte pré-pago, um dos pilares do modelo britânico de reforma postal.

Vistas em perspectiva integrada, as reformas tarifárias e regulamentares dos anos 1840 marcam, portanto, uma significativa contribuição no processo de formação dos Estados nacionais: a partir de então essa entidade passa a ser responsável por subsidiar os serviços prestados pelos Correios, sem mais esperar deles provimento de receita. Em relação ao desenvolvimento do capitalismo, assiste-se à progressiva desespacialização das tarifas postais,⁴⁶³ o que facilitou a transmissão de informações em uma cada vez mais integrada economia de livre comércio. Não é por acaso que, em todos os casos analisados anteriormente, uma das categorias mais atuante na promoção da reforma postal tenha sido a dos comerciantes: *Mercantile Committee on Postage* na Grã-Bretanha; *New York Cheap Postage Association* nos Estados Unidos; além dos Conselhos Gerais franceses.⁴⁶⁴

⁴⁶² Apud BELLOC, *op. cit.*, p. 506.

⁴⁶³ LABORIE, Léonard. «Mondialisation postale: innovations tarifaires et territoires dans la seconde moitié du XIXe siècle». In: *Histoire, économie & société*, v. 2, 26^e année, p. 15 – 27. 2007.

⁴⁶⁴ Em relatório enviado ao Rei Louis Felipe em 31 de maio de 1841, o ministro do Interior, Tanneguy Duchâtel observou que “*a importante questão da redução e uniformização das tarifas postais ocupou 43 Conselhos Gerais, cujos votos reiterados, todos favoráveis à medida, reclamam sua pronta realização*”. Apud BELLOC, *op. cit.*, p. 475 (Tradução nossa). Esses conselheiros gerais eram, em sua maioria, mercadores, manufatureiros ou funcionários públicos reais. BATAILLÉ, *op. cit.*, p. 417.

A apropriação do modelo britânico por outros Estados não foi, contudo, um fenômeno uniforme: em alguns países, como França, o tema foi discutido, sobretudo, na esfera parlamentar. Nos Estados Unidos, por sua vez, além dos debates ocorridos no Congresso, houve participação significativa de entidades como a já mencionada *New York Cheap Postage Association*, fato que comprova a importância do “*espírito de associativismo*” – já notado por Tocqueville, em 1835 – para a formação da opinião pública naquele país. Entre essas diferenças sobressai uma importante semelhança: tanto a reforma norte-americana quanto sua congênere francesa dependeram da promulgação de leis para sua efetivação, visto que os sistemas postais desses países fossem, assim como na Grã-Bretanha, subordinados ao governo central.

A cronologia dos movimentos reformistas também variou de acordo com o contexto político e econômico de cada país: nos Estados Unidos, os partidários da *Cheap Postage* tiveram de enfrentar o lobby das companhias privadas de transporte, num momento em que a migração em massa para a costa Oeste favorecia o aparecimento de um mercado ávido por comunicações a distância. Em consequência desse embate, a reforma postal norte-americana ocorreu em dois tempos: por meio do *Post Reform Act* de 1845, o governo reduziu as tarifas postais, reforçando, simultaneamente, os constrangimentos legais ao transporte privado de correspondências; seis anos depois, uma nova regulamentação instituiu a tarifa básica de 5 centavos para cartas simples (com peso abaixo de meia onça), efetivamente eliminando as distâncias do cálculo tarifário.

Em 1847, o economista Léon Faucher observou que muitas nações já haviam adotado o princípio da tarifa única e que “*aquelas que não tiveram coragem para irem tão longe ao menos revisaram suas tarifas*”, sendo a França o único país europeu que não havia feito nada até aquele momento.⁴⁶⁵ Críticas ao atraso francês também vieram do Parlamento: em sessão de 17 de agosto de 1848, Saint-Priest lembrou seus colegas que, enquanto Inglaterra, Áustria, Prússia, Suíça, Espanha e Estados Unidos já haviam alterado suas respectivas legislações postais, na França – país que estava, segundo o deputado, “*na liderança da civilização*” – tal reforma ainda não havia se concretizado. O deputado concluía seu discurso dizendo: “*é tempo da França se juntar aos outros países nessa marcha progressiva, porém ela não deve deixar que esses outros países liderem o caminho*”.⁴⁶⁶

Finalmente, é importante considerar o posicionamento do funcionalismo público sobre o objeto em questão: nos Estados Unidos, todos os diretores que sucederam Kendall eram

⁴⁶⁵ FAUCHER, Leon. “De la réforme de la taxe des lettres en France et en Angleterre”. In: *Revue des Deux Mondes*, 1847, p. 475 (Tradução nossa).

⁴⁶⁶ *Apud* LANGLOIS, *op. cit.*, p. 438.

contrários ou, ao menos, céticos em relação aos benefícios da reforma postal; motivo pelo qual esse tema teria permanecido tão obscuro na historiografia norte-americana.⁴⁶⁷ Na França, em contrapartida, a participação de indivíduos como Achille Piron e Claude Grasset, ambos ligados diretamente à administração dos Correios, foi fundamental para que a reforma obtivesse êxito.

Esses contrastes revelam a existência de três racionalidades distintas no fundamento das reformas postais dos anos 1840: na Grã-Bretanha, o motor da transformação teve caráter eminentemente *comercial*, visto que o principal preceito do plano de Hill fosse reduzir o preço das tarifas de forma a aumentar a demanda por serviços. Nesse sentido, Robert Coase caracterizou a reforma postal britânica como precursora de ideias que hoje associamos ao “*liberalismo de mercado*”:⁴⁶⁸ limitação do monopólio do Estado e abertura do mercado à livre concorrência.

Nos Estados Unidos, observa John, “*a tarifa postal reduzida foi defendida não como uma inovação econômica que equalizaria custo e preço, mas sim como um bem público – ou o que as futuras gerações chamariam direito*”.⁴⁶⁹ Sendo assim, é possível classificar a reforma postal norte-americana como um movimento de cunho *cívico*, que tinha na promoção dos valores republicanos sua principal finalidade.

Na França, por fim, assiste-se a uma perpetuação da lógica *fiscal* – fundamentada na percepção dos Correios como fonte de renda para o Estado –, motivo pelo qual as autoridades governamentais desse país teriam relutado em reduzir as tarifas postais. Para Bataillé, a escolha de gerir os Correios franceses dessa forma teria sido “*um obstáculo ao desenvolvimento dos serviços prestados por essa repartição ao longo do século XIX*”.⁴⁷⁰

E no Brasil, qual teria sido a orientação das políticas públicas relativas aos Correios? Para respondermos a essa pergunta faz-se necessário recapitular o estado das tarifas postais anterior ao ano de 1842.

3.3 Brasil: dilemas e disputas

No primeiro capítulo da tese, vimos que o regulamento de 1829 significou um importante passo rumo à centralização dos serviços postais, na medida em que instituiu o cargo de diretor geral dos Correios e dotou-o de jurisdição sobre todas as repartições. Posteriormente,

⁴⁶⁷ JOHN, Richard. “The Political Economy of Postal Reform in the Victorian Age”. In: *Smithsonian Contributions to History and Technology*, n. 55, p. 3 – 12, 2010.

⁴⁶⁸ COASE, *op. cit.*, p. 424.

⁴⁶⁹ JOHN, *op. cit.*, 2010, p. 9 (Tradução nossa).

⁴⁷⁰ BATAILLÉ, *op. cit.*, p. 415 (Tradução nossa).

a Assembleia tratou de alterar esse arranjo institucional, deixando a responsabilidade pela provisão das administrações a cargo dos presidentes de província. Algumas premissas básicas daquela legislação foram, no entanto, conservadas, dentre elas a distinção tarifária entre serviços postais marítimos e terrestres.⁴⁷¹

Ambas essas categorias respondiam a um complexo sistema de cálculo que multiplicava o peso das correspondências pelo trajeto percorrido em léguas. Nos serviços postais marítimos, o valor dos portes era determinado com base em um duplo critério: 1) distância entre o porto do Rio de Janeiro e todos os demais portos do Império e 2) distância do Correio de terra mais próximo ao porto de embarque e desembarque das correspondências. No intento de racionalizar o território, foram estabelecidas ademais doze zonas postais de quinze léguas cada. A cada duas oitavas, duplicava-se o valor dos portes, que poderiam chegar a 120 réis. Vale lembrar que essas tarifas eram pagas comumente em espécie e pelo destinatário da correspondência.

Para José Lino Coutinho, ministro dos Negócios do Império entre julho de 1831 e janeiro do ano seguinte,⁴⁷² um dos maiores inconvenientes desse método de pagamento estava na falta de moedas para trocos, *“de que nascia às vezes dificuldade em receber os portes de cartas, teimando a parte em não pagar os 5 réis ou 10 réis”*.⁴⁷³ A inadimplência do público fazia com que o administrador dos Correios fosse obrigado a pôr *“algumas parcelas da sua algibeira”* nos cofres da repartição, de forma a cobrir o prejuízo. Em vista disso, Lino Coutinho alegava *“não lhe parecer bem este estabelecimento”*, lançando à Assembleia o desafio da reforma.

As intenções do ministro esbarravam, contudo, em dois dilemas: o primeiro consistia na necessidade de se aumentar o subsídio dos Correios, num contexto em que o endividamento do Estado pedia medidas de austeridade. Ao longo do período regencial, sempre que os parlamentares se reuniam para discutir a lei do orçamento, essa questão vinha à tona, ensejando dois posicionamentos distintos: 1) daqueles favoráveis a uma reforma postal abrangente e, portanto, cientes da necessidade de se aumentar as despesas com os Correios e 2) daqueles engajados em diminuir os gastos públicos, para quem a reforma postal não era uma medida urgente.

O segundo dilema, por sua vez, estava relacionado à capacidade de arrecadação do

⁴⁷¹ Não obstante esse primeiro esforço de racionalização, a distinção de competências entre esses diferentes ramos do serviço postal pressupunha uma reorganização sistemática das secretarias de Estado do Império, processo que apenas se intensificaria na década de 1840. CABRAL, Dilma; ALVES, Salomão Pontes. Os contornos institucionais do Estado brasileiro. In: CABRAL, Dilma (org.). *Estado e Administração: A construção do Brasil independente (1822 – 1840)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015, pp. 47 – 83.

⁴⁷² JAVARI, *op. cit.*, p. 39.

⁴⁷³ ANAIS DO PARLAMENTO BRASILEIRO, 02 set. 1831, p. 114.

Estado: tratava-se de ajustar as tarifas postais de forma a não comprometer a renda da repartição em questão. Alguns parlamentares defendiam o aumento das tarifas, sob a alegação, dentre outros argumentos, de que os serviços postais deveriam senão gerar renda, ao menos serem autossustentáveis. Outros viam com ressalvas esse tipo de medida, temendo que a reforma tarifária surtisse efeito inverso ao desejado pelo poder público: aumento da informalidade e consequente diminuição das rendas do Correio.

Em outubro de 1835, a Assembleia aprovara um artigo aditivo à lei do orçamento que elevava o porte das cartas ao dobro do valor estabelecido pelo regulamento de 1829, além de instituir o porte de $\frac{1}{4}$ das cartas sobre jornais, autos e demais papéis do foro. Ao entrar em vigor, em julho de 1836, essa legislação suscitou diversos protestos, especialmente entre os comerciantes da Praça do Rio de Janeiro, o que provavelmente contribuiu para que, naquele mesmo ano, as bases de cálculo fossem novamente revistas. Assim, os materiais impressos passaram a pagar a taxa fixa de 10 réis por número, enquanto o porte das cartas voltou a ser o mesmo de antes.

Após a frustrada tentativa de se aprovar uma nova revisão dos portes, em 1839, o tema da reforma postal voltou à pauta no ano legislativo seguinte, por ocasião da discussão sobre a nova lei do orçamento. A essa altura, alguns deputados da oposição liberal, como Andrada Machado, diziam que a autorização para que o governo executasse a medida havia caducado, sendo necessária nova consulta parlamentar.⁴⁷⁴

Ao assumir a pasta dos Negócios do Império, em março de 1841,⁴⁷⁵ Araújo Vianna vislumbrou uma oportunidade ímpar para fazer essa reforma, não obstante as incertezas legais que a circundavam. Além disso, pode-se estimar que a melhoria dos serviços postais no Brasil interessasse a outras autoridades que não apenas as nacionais: em seu primeiro relatório, o referido ministro informava que o cônsul britânico no Rio de Janeiro, William Gore Ouseley (1797 – 1866), havia proposto a “*adoção de certas medidas*” que tinham por fim “*diminuir muito o porte das cartas*”, e que desejava que essas disposições fossem “*extensivas, por meio de arranjos recíprocos, aos países estrangeiros*”.⁴⁷⁶

Convidado a se apresentar na Assembleia em julho daquele ano, Araújo Vianna deixou

⁴⁷⁴ ANAIS DO PARLAMENTO BRASILEIRO, 30 jul. 1840, p. 429.

⁴⁷⁵ Candido José de Araújo Vianna (Marquês de Sapucaí) integrou o 2º gabinete ministerial do reinado de Pedro II, tendo permanecido no posto de 23 de março de 1841 a 20 de janeiro de 1843. Outros nomes desse governo de orientação palaciana/regressista eram: Paulino José Soares de Souza (Justiça); Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho (Estrangeiros); Miguel Calmon Du Pin e Almeida (Fazenda); Francisco Villela Barbosa (Marinha) e José Clemente Pereira (Guerra). Cf.: JAVARI, *op. cit.*, pp. 34 – 35.

⁴⁷⁶ Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na sessão ordinária de 1841 pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império Candido José de Araújo Vianna. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1841, p. 42.

claro seu intento de conduzir a medida em questão de forma independente. Ele criticou os membros da Comissão de Fazenda e Orçamento da Câmara por terem suprimido a quantia consignada para a restauração do diretor geral; era esse cargo, em sua opinião, “*um centro da administração geral de todos os correios do império*”. Questionado pelo deputado João José de Moura Magalhães se estaria disposto a apresentar uma proposta para melhor regular os serviços postais, o ministro respondeu:

Eu disse que queria ser autorizado para fazer uma reforma dos correios, e o nobre deputado entendeu que eu queria apresentar uma proposta. Se apresentasse uma proposta, o melhoramento seria muito moroso. Eu falava em autorização para dar logo execução ao plano, ainda que fosse depois sujeito à aprovação da assembleia geral. Os trabalhos da assembleia geral são muitos, e as propostas não entram muitas vezes em discussão; e se eu fizesse uma proposta, provavelmente não passaria este ano.⁴⁷⁷

Diante dessa resposta, alguns deputados, como o próprio Moura Magalhães, concordaram em conceder ao governo faculdades para reformar o regulamento dos Correios sem projeto previamente autorizado. Outros, como Teófilo Benedito Ottoni, viam na postura de Araújo Vianna um sinal de arbitrariedade do governo, sinal esse que poderia ameaçar a independência do poder Legislativo, um dos fundamentos do Estado liberal por eles preconizado enquanto oposição.

Em seu primeiro pronunciamento, Ottoni lembrou a autorização que a Câmara havia dado ao governo para reformar as Secretarias de Estado, em 1838. O resultado dessa deliberação fez nascerem “*apreensões de tanta magnitude*” na Câmara, que essa se viu forçada, segundo o deputado, a postergar a aprovação do novo arranjo administrativo, como forma de “*restringir o arbítrio que havia conferido ao governo*”.⁴⁷⁸ Como não desejava que algo semelhante ocorresse com a reforma dos Correios e receoso de que essa repartição, por sua função estratégica, fosse utilizada para “*organizar, sistematizar esses meios de governo a que em 1837 e 38 se recorreu*”, Ottoni votava contra a emenda apresentada por Moura Magalhães na sessão anterior.

O deputado mineiro voltou a falar sobre o tema na semana seguinte: dessa vez, ele interpelou Araújo Vianna sobre a latitude de seus poderes como ministro. Após fazer distinção entre medida legislativa – que é “*toda a disposição que impõe deveres novos*” – e medida regulamentar – ou seja, “*disposições acessórias necessárias para levar a efeito as disposições legislativas*” – Ottoni expôs o seguinte raciocínio:

⁴⁷⁷ ANAIS DO PARLAMENTO BRASILEIRO, 05 jul. 1841, p. 65.

⁴⁷⁸ ANAIS DO PARLAMENTO BRASILEIRO, 07 jul. 1841, p. 99.

O regulamento atual dos correios contém disposições que, consideradas em tese, são legislativas, e disposições que, consideradas igualmente em tese, são regulamentares. Mas a reforma do regulamento foi em globo aprovada pela assembleia geral; por consequência, todo o regulamento do correio é hoje legislação do país, e o governo não pode alterar esse regulamento, nem modificar a resolução que o aprovou, que o considerou como parte legislativa. Desejava, portanto, que o nobre ministro me dissesse que os regulamentos que tem em vista são aditivos ao regulamento atual, por que neste caso estará no seu direito. Mas, se o nobre ministro pretende sem autorização modificar o regulamento atual, pelas considerações que acabei de fazer, entendo que não está no seu direito.⁴⁷⁹

O debate entre o liberal Ottoni e os partidários do governo na Câmara continuaria até a primeira quinzena de setembro, quando se discutiu novamente a emenda de Moura Magalhães. Na ocasião, o presidente da Comissão de Fazenda e Orçamento, Joaquim Francisco Vianna, rebateu a afirmação do deputado mineiro de que os Correios eram “*um meio do governo*”,⁴⁸⁰ ou seja, possuíam apenas utilidade fiscal. Para Vianna, três fatores determinavam o caráter deficitário da repartição: tarifas baixas (principalmente nos Correios marítimos); falta de empregados e ausência de um monopólio institucionalizado. Na solução desses três problemas o deputado fluminense via, portanto, a chave para a melhoria dos serviços postais.

Ottoni, em contrapartida, considerava “*altamente inconstitucional*” a emenda que autorizava o governo a alterar a legislação sobre os Correios, visto ser esta uma prerrogativa parlamentar. Nas suas palavras: “*Que se faça algumas autorizações para o governo reformar o arranjo ou administração de certas arrecadações, já isto é irregular, mas vade; porém, cedermos uma prerrogativa legislativa tão importante, [...] é isto o que acho extraordinário*”. No cerne da questão estava o temor do deputado mineiro de que, com esse arbítrio, o governo legitimasse os extravios de cartas, quebras de sigilo postal e demais crimes que desde 1837 estavam sendo cometidos em sua província pelos “*ordeiros*”.

Não obstante essas objeções, a lei do orçamento para o ano financeiro de 1842/43 foi aprovada fixando-se 180 contos de réis para a melhoria dos serviços postais.⁴⁸¹ Esse dispositivo previa, outrossim, que até outubro de 1843 o ministro competente pudesse “*alterar as taxas estabelecidas no Regulamento de 5 de março de 1829, e as mais disposições do mesmo Regulamento, e de quaisquer Leis relativas a este objeto*”.⁴⁸² Entre dilemas fiscais e disputas de poder efetivava-se, assim, o primeiro passo para mais uma reforma.

⁴⁷⁹ ANAIS DO PARLAMENTO BRASILEIRO, 12 jul. 1841, p. 173.

⁴⁸⁰ ANAIS DO PARLAMENTO BRASILEIRO, 03 set. 1841, p. 51.

⁴⁸¹ Esse mesmo dispositivo também autorizou o governo a organizar o lançamento e arrecadação dos seguintes impostos: meia sisa e anuidade de escravos; décima dos prédios urbanos; imposto sobre bens de defuntos e ausentes; dízima da Chancelaria e, no município da Corte, taxa sobre heranças e legados.

⁴⁸² Lei nº 243, de 30 de novembro de 1841. BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1842, p. 81.

Uma das primeiras providências tomadas por Araújo Vianna após a aprovação do referido subsídio foi o restabelecimento do diretor geral.⁴⁸³ Para descontentamento dos liberais mineiros como Ottoni e Limpo de Abreu, esse cargo foi concedido a Bernardo Jacinto da Veiga, comerciante de origem portuguesa que havia ocupado a presidência de Minas Gerais no período do Regresso (1834 – 1840).⁴⁸⁴ No entanto, com a eclosão da revolta liberal,⁴⁸⁵ Jacinto da Veiga foi nomeado para um segundo mandato de presidente naquela província, sendo sua posse na Diretoria Geral dos Correios adiada por tempo indeterminado.

Enquanto aguardava o retorno da normalidade político-institucional, Araújo Vianna incumbiu Bernardo de Vasconcelos de lançar as bases regulamentares da reforma. Figura de grande destaque na política da época e membro do então recém-instituído Conselho de Estado, o senador mineiro ainda acumulava a experiência de já haver participado de importantes atividades legislativas.⁴⁸⁶

Em seu parecer,⁴⁸⁷ Vasconcelos reconhecia a urgência de se reformar os Correios, porém ponderava que, “*apesar da demora*”, essa “*delicada tarefa*” não poderia ser cumprida “*se não parcialmente*”, em função da ausência de “*precisos esclarecimentos*” sobre o tema. Vasconcelos também não achava prudente arriscar medidas “*antes de amaduradas pela observação*” e por “*repetidos ensaios*”. Sendo assim, o relator propunha alterações de primeira necessidade, reservando para o futuro decisões que dependessem de “*aprofundados exames*” e

⁴⁸³ Decreto nº 141 de 11 de março de 1842. In: BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1843, p. 197.

⁴⁸⁴ Bernardo Jacinto da Veiga era irmão de Evaristo Ferreira da Veiga, editor do célebre periódico *A Aurora Fluminense*. Em 1818, ele e seu irmão mais novo, Lourenço, estabeleceram-se na cidade de Campanha, província de Minas Gerais, onde inauguraram uma loja de livros e, posteriormente, uma tipografia. CASTRO, Pérola Maria Goldfeder Borges de. “Os Veiga: Minas do Sul impressa”. In: _____. *Minas do Sul: Espaço e política no século XIX*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016, pp. 165 – 187.

⁴⁸⁵ As revoltas liberais de 1842 foram comumente apresentadas pela historiografia como resposta das elites regionais às então chamadas *leis do Regresso* ou *leis de sangue* que reinstituíam o Conselho de Estado (nº 234 de 23 de novembro de 1841) e reformavam o Código do Processo (nº 261 de 3 de dezembro de 1841). Alguns historiadores, no entanto, tem procurado relativizar o peso dessa interpretação, argumentando que, sozinhos, os efeitos das ditas leis não teriam sido um motivador suficientemente forte para levar homens livres pobres a pegarem em armas; também foram necessárias, portanto, motivações de ordem político-partidária locais. HÖRNER, Erik. Cidadania e insatisfação armada: a “Revolta Liberal” de 1842 em São Paulo e Minas Gerais. In: DANTAS, Monica Duarte. *Revoltas, Motins, Revoluções: Homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011.

⁴⁸⁶ Vale lembrar que fora Bernardo de Vasconcelos quem apresentou à Câmara o projeto do Código Criminal do Império do Brasil (1830) e do Ato Adicional (1834), que alterou alguns dispositivos da Constituição. Também e de sua coautoria a Lei de Interpretação do Ato Adicional (1840) e de restabelecimento do Conselho de Estado (1841). Vasconcelos trabalhou ainda nas reformas do Tesouro Nacional (1831), do Código do Processo Criminal (1842) e contribuiu na elaboração do Código Comercial (1850). Para uma análise sobre o papel desse político brasileiro nas reformas tarifárias dos anos 1840, ver: CARVALHO, José Murilo de (org.). *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. São Paulo: Ed. 39, 1999.

⁴⁸⁷ Parecer datado de 3 de novembro de 1842. IHGB, lata 211, doc. 18.

“amplos esclarecimentos”.

A alteração mais premente concernia, com efeito, às finanças dos Correios. Vasconcelos afirmava ser *“fora de toda a contestação”* a existência de *“tão avultado déficit”*. O exame desse fato levava-o a propor que, a partir de 1º de janeiro de 1843, os portes dos Correios de terra e de mar fossem elevados ao dobro e ao triplo, respectivamente. Essas taxas poderiam ser dobradas caso a correspondência não fosse pré-paga ou postada nos Correios fora do horário marcado para o fechamento das malas. Com isso, o conselheiro esperava diminuir o número de pagamentos em dinheiro nas administrações. O ex-ministro asseverava ademais que essa parte do projeto não poderia deixar de receber aprovação mesmo daqueles que não consideravam como recurso fiscal a renda dos Correios.

Vasconcelos receava que, a continuar a administração dos Correios como estava, não se pudesse fiscalizar com exatidão as contas das agências, o que causaria *“a cada passo, confusão, e dúvidas”*, não obstante o zelo e a perícia dos empregados na contabilidade. Nesse sentido, ele propunha:

No cálculo dos portes só se atenderá ao peso das cartas, não serão estes pagos nos correios que as entregarem, mas adiantados nos que as receberem, por meio de papel selado do tamanho de uma pequena moeda de prata vendido por quem a autoridade designar e colocado no sobrescrito das cartas. Assim, dispensar-se-á maior parte do tempo, que hoje se emprega no cálculo dos referidos portes, no seu pagamento, e exame do dinheiro, com que é feito, e a tomada das contas será com facilidade desempenhada à vista dos selos postos à venda.

Não obstante concordar com o sistema misto de pagamento, o relator dizia esperar que o número de cartas não seladas se tornasse cada vez mais limitado, em função da duplicação dos portes nos casos em que esses não fossem pagos adiantadamente. O ex-ministro sugeriu por fim que esse sistema fosse experimentado em uma província, e depois generalizado para o Império *“com as modificações que a observação e a experiência”* indicassem.

Atento ao que ocorria nas províncias, Vasconcelos considerava indispensável aumentar o número de empregados dos Correios, *“sob pena de considerável atraso na escrituração”*. Ele também propunha um sistema de previdência subsidiado com juros de apólices da Dívida Pública e consignações do Tesouro.⁴⁸⁸

Temeroso de que as novidades propostas não fossem bem aceitas pelo público,

⁴⁸⁸ Para se aposentar, o empregado deveria preencher os seguintes critérios: trinta anos de serviço efetivo (posteriormente reduzidos a vinte e cinco anos); sessenta anos de idade; contribuição de 3% dos vencimentos anuais e de 12% do primeiro ordenado. Os valores das aposentadorias seriam, ademais, regulados pela média do que tivessem recebido os empregados nos últimos 8 anos de serviço, e seriam iguais a quatro quintos dos vencimentos assim regulados. Aqueles que, por motivo de moléstia ou invalidez, fossem aposentados após completarem 10 anos de serviço, receberiam um vencimento em razão de 25% dos mencionados quatro quintos.

Vasconcelos recomendava em seu parecer “*algumas medidas preparatórias*”: no caso da distribuição domiciliar de correspondências, era conveniente que essa operação não se realizasse “*sem justificação da identidade de pessoas*”. Sem essa precaução, corria-se o risco de que curiosos fossem aos Correios retirar cartas alheias, o que contribuiria para o descrédito da instituição.

Finalmente, o relator julgava útil facilitar a comunicação dos colonos que imigrassem para o Brasil, afim de que eles divulgassem os “*cômodos e benefícios*” de que gozavam no país e atraíssem, assim, “*o maior número de emigrados*”. Essa intenção proselitista foi traduzida no seguinte artigo: “*Será isenta de porte a correspondência dos Colonos com os seus parentes, e amigos, residentes nos lugares, de que tiverem emigrado*”.

Por meio do decreto nº 254, de 29 de novembro de 1842, o governo determinou que o cálculo dos portes fosse feito com base no peso das cartas, independentemente da distância percorrida pelas mesmas. Os valores variavam de acordo com a via utilizada para a remessa (ANEXO 17), aumentando-se progressivamente 30 e 60 réis por oitava de peso para os portes terrestres e marítimos, respectivamente (artigo 1º). Esses portes também valiam para cartas avulsas que fossem remetidos para a Corte de qualquer porto do Império, ou de fora do território nacional, em navios de guerra ou mercantes, fossem esses nacionais ou estrangeiros (artigo 2º).⁴⁸⁹

Os autos e demais papéis do foro continuariam a pagar o valor estipulado em 1835 – ¼ do porte das cartas –, mas apenas quando fossem conduzidos por terra. Se a via de remessa fosse marítima, esse serviço passava a valer metade do porte das cartas (artigo 3º). A taxa fixa de 10 réis por folha avulsa de publicação periódica foi não apenas mantida, como também estendida aos cadernos de atos dos poderes Legislativo e Executivo (artigo 4º). Para fazerem jus ao benefício, esses materiais deveriam estar fechados e subscritados corretamente (artigo 5º), de forma a evitar o contrabando de cartas e demais objetos (artigos 6º e 7º).

O decreto nº 254 continha medidas de fiscalização mais rigorosas do que o projeto de lei apresentado pela Comissão de Fazenda e Orçamento da Câmara no ano anterior. Ao invés de conceder comissão aos carregadores particulares (tal como propunham os parlamentares) o governo revogou o artigo 5º do decreto de 1831, que desobrigava a população de utilizar os

⁴⁸⁹ Decreto nº 254, de 29 de novembro de 1842. BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1843, p. 491.

Correios.⁴⁹⁰ No lugar dessa disposição, entravam novamente em vigor os artigos 81º, 82º e 83º do regulamento de 1829, os quais afirmavam o monopólio do Estado sobre a remessa de cartas, prevendo multa para os infratores da lei (artigo 8º). Dessa alternância de legislações percebe-se a dificuldade do poder público em estabelecer controle sobre a remessa privada de correspondências, visto que determinações mais restritivas pudessem ir contra os direitos civis constitucionalmente estabelecidos desde 1824.

As cartas ou demais objetos postais que, para chegar a seu destino, tivessem de ser conduzidas tanto por mar quanto por terra pagariam dois portes, relativos a cada um dos serviços prestados (artigo 9º). Em se tratando de correspondência remetida para outros países, o princípio de reciprocidade ficava garantido (artigo 10º). O governo previa ademais, a necessidade de aumento desses valores na medida em que os serviços postais do Império se tornassem mais dispendiosos: *“Os portes fixados [...] serão elevados até que a receita do Correio seja suficiente para sua despesa, e modificados como mais convier”* (artigo 11º).

Além das correspondências conduzidas por paquetes ingleses – sujeitas a outra legislação (artigo 12º) – o decreto isentava de porte: 1) os ofícios, cartas e demais papéis franqueados pelo regulamento de 1829; 2) as cartas que os colonos dirigissem às pessoas residentes no país de que tivessem emigrado. A maneira pela qual se daria esse segundo benefício ficava pendente de legislação posterior.

Um decreto complementar de nº 255 estabelecia prazos para o início do pagamento adiantado dos portes: *“Serão pagos adiantados nos Correios os portes dos periódicos, leis e atos do Governo, oito meses depois de publicado este Regulamento na Secretaria do Império; e os dos mais papeis e cartas, um mês depois que o for em cada Município”* (artigo 1º).⁴⁹¹ As cartas que não estivessem de acordo com essa legislação seriam retidas e posteriormente incineradas, caso não houvesse alguém para as reclamar (artigo 2º). Exceções à regra eram: cartas avulsas – nacionais ou estrangeiras – que viessem de algum porto do Império e aquelas que aparecessem nas malas com porte pago inferior ao devido (artigo 3º). Uma significativa mudança em relação à legislação anterior era a permissão para retirada parcial de correspondências nas agências: *“Das cartas, que lhe tiverem sido dirigidas, poderá qualquer pessoas tirar umas, e deixar outras no Correio”* (artigo 4º).

O regulamento em questão também determinava que os portes pagos fossem

⁴⁹⁰ “Ninguém será obrigado a meter na mala dos Correios cartas, ou quaisquer papeis, nem a pagar o porte deles, quando não sejam conduzidos pelos mesmos correios, ou entregues pela Administração”.

⁴⁹¹ Decreto nº 255, de 29 de novembro de 1842. BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1843, p. 494 – 498.

identificados com selos de 30, 60 e 90 réis (artigo 5º),⁴⁹² sendo que o mínimo porte aceito nos Correios deveria corresponder ao selo de menor valor (artigo 6º). Para remeterem suas cartas, as pessoas fixariam em seus sobrescritos tantos selos quanto fosse necessário para perfazer a importância do porte (artigo 7º). A qualquer um era permitido fazer essa operação, desde que antes fosse verificado o peso das cartas nas agências dos Correios (artigo 8º).

Os selos seriam emitidos pela Casa da Moeda e colocados à venda em estabelecimentos autorizados (artigo 11º). Os que falsificassem esses objetos seriam punidos com multa de cem mil réis e três meses de prisão (artigo 10º). Aos administradores e agentes postais cabia, ademais, o uso de carimbos especiais para obliterar os selos e evitar, assim, sua reutilização (artigo 9º). Com essas medidas, o Brasil tornava-se o segundo país do mundo a aderir ao modelo britânico de reforma postal-tarifária, sendo precedido apenas pela própria Grã Bretanha.

Quanto à distribuição domiciliar de correspondências, as diretrizes de 1842 reiteravam de forma menos detalhada as determinações previstas no regulamento de 1835. Isso nos sugere que essa legislação não estava sendo devidamente cumprida, talvez em função das dificuldades enfrentadas pelos administradores para recrutar carteiros, numerar casas, estabelecer itinerários, etc. Mesmo com todas essas limitações de ordem financeira, o governo estipulou um teto de dez contos de réis para esse tipo de gasto nas agências postais das principais cidades do país (artigo 27º).

Em janeiro de 1843, Araújo Vianna solicitou aos então recém-eleitos deputados da 5ª Legislatura a liberação de um crédito suplementar de 232 contos de réis para gastos com o Correio Geral. Para justificar esse pedido, o ministro apresentou o parecer do Conselho de Estado que embasou a elaboração dos mencionados decretos.⁴⁹³

Esse documento inicia-se com a seguinte constatação: *“Existe um déficit neste ramo do Serviço Público [Correios] superior em mais do quádruplo à Receita, pois montando esta em 68.000\$ réis, é a despesa orçada em 380.000\$ réis”*. Entre as principais causas desse grave quadro financeiro os conselheiros citavam *“o diminuto porte das cartas, e mais papéis”* que eram conduzidos pelos serviços postais marítimos:

⁴⁹²O referido artigo 5º indica ademais a existência de um modelo de selo em anexo que não foi, porém, impresso na publicação original.

⁴⁹³ Além de Vasconcelos, os outros dois conselheiros indicados para a Seção do Conselho de Estado responsável pela pasta dos Negócios do Império eram José Cesário de Miranda Ribeiro (Visconde de Uberaba) e Pedro de Araújo Lima (Visconde de Olinda).

Vinte réis é a taxa, que paga uma carta de duas oitavas dirigida desta Corte para o Pará; e sendo ainda mui limitadas nossas relações, em razão do pequeno número de habitantes do Império, e custando duzentos contos de réis, e mais, os Correios de mar, evidencia-se a insuficiência de sua Renda para fazer face às suas despesas.⁴⁹⁴

Os conselheiros não se julgavam habilitados a asseverar que nas repartições postais ocorressem roubos ou extravios de renda. Contudo, reconheciam: *“Em verdade, é impossível verificar o número de cartas, que o Correio recebe, e distribui, segundo o sistema atual, por mais forte, e sustentada que seja a atenção, zelo e diligência posta nesse trabalho”*. Era, ademais, *“penoso e enfadonho”* fiscalizar as contas dos Correios, dada a *“confusão”* e os *“multiplicados erros”* que essa tarefa implicava. Nesse sentido, o parecer reproduzia as palavras de Emiliano Faustino Lins, oficial maior da Contadoria de Revisão do Tesouro:

E se em uma Repartição, como o Correio Geral da Corte, está sujeita semelhante operação à fé de quem a pratica, qual será o conceito, que deve merecer a mesma operação elaborada em uma Administração, ou Agência, onde um só indivíduo reúne as qualidades de Administrador, Contador, e Tesoureiro!

Em vista desses problemas de ordem financeira e fiscal, os membros da Seção propunham, primeiramente, elevar os portes de forma a equalizar receita e despesa: *“É razoável que a despesa dos Correios seja feita à custa dos correspondentes, a quem eles mais direta, e principalmente servem”*, argumentavam.

No calculo das novas tarifas, os conselheiros recomendavam levar em conta o peso em detrimento da distância percorrida pela correspondência; essa era uma *“inovação”* segundo eles *“justa e necessária”*, posto que contrariasse *“antigos hábitos”* da população:

Não é regular exigir maior imposto dos contribuintes só porque residem mais distantes; acresce que para não poucos esta uniformidade de portes não será gravosa; pois o que demais pagarem as cartas vindas de perto, será compensado pelo que menos pagarão as remetidas de lugares remotos. De mais, nada tem V. M. I. tanto a peito, como fazer desaparecer as distâncias, que O separam de Seus súditos, e até, se possível fosse, reuni-los todos em torno de Seu Trono, e a medida proposta é não pequeno passo para atingir este Augusto empenho.⁴⁹⁵

Para justificar a adoção do porte pré-pago e da entrega domiciliar de correspondências, o Conselho enumerava argumentos de cunho técnico, tais como a melhoria da fiscalização e da contabilidade, mas também de ordem moral, fazendo menção a fraudes e abusos que ocorriam

⁴⁹⁴ Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Sessão ordinária de 1841 pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império Candido José de Araújo Vianna. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1841, pp. 46.

⁴⁹⁵ Idem, p. 51 (Grifos nosso).

com frequência no expediente dos Correios:

O adiantamento dos portes, além de não agravar mais os ônus dos contribuintes, evita abusos, e torna mais rápido o expediente dos Correios; a distribuição das cartas nos domicílios oferece mais alguma probabilidade de chegarem elas ao seu destino, e poupará muito tempo, e trabalho perdido em delongas no seu recebimento nas Administrações do Correio. [...] Não terão mais os ociosos, e malignos, o poder de multar a qualquer, dirigindo-lhes inúteis, e injuriosos papeis pelos Correios, nem se despendará tempo, ao entregar as cartas, na averiguação, e troco da moeda. [...] Não irá qualquer curioso, ou mal intencionado receber alheias correspondências, e devassar segredos de família, honra, e fortuna. Finalmente o novo sistema do pagamento adiantado, e papel selado, não só faz possível a fiscalização neste labirinto do Serviço Publico, mas a facilita a ponto de que em dias se tomarão contas, que, segundo o sistema actual, seria trabalho de meses, e frequentemente pouco satisfatório.

Esse órgão propunha, por fim, que os selos postais fossem “*do tamanho de uma pequena moeda de prata com a Efigie do Monarca, circulada de um letreiro*” que designasse seu preço. Inspirada no *Penny Black*, essa sugestão recebeu críticas do corpo técnico responsável pela emissão dos selos. Em carta ao presidente do Tribunal do Tesouro, o provedor da Casa da Moeda, Camilo João Valdetaro assim se expressou sobre o assunto:

Na Inglaterra se usa em tais selos, e estampas gravar a efígie da rainha com o valor da respectiva taxa, isto ali pode ser muito próprio, e sou levado a crer que é fundado em utilidade pública, mas entre nós, além de impróprio, pode dar lugar a continuadas falsificações, e as razões em que me baseio são essas: usa-se aqui por princípio de dever e respeito pôr a efígie do monarca só em objetos perduráveis ou dignos de veneração, e nunca naqueles que, por sua natureza, pouco tempo depois de feitos têm de ser necessariamente inutilizados; e de mais a mais acresce a facilidade que há de se copiar um retrato por todos conhecido.⁴⁹⁶

A opinião de Valdetaro parece ter preponderado sobre a do Conselho de Estado pois os primeiros selos postos a venda na Corte, em 1º de agosto de 1843, em nada se pareciam com o protótipo britânico: ao invés da efígie real, ostentavam rebuscados números limitados por uma moldura circular, motivo pelo qual ficaram posteriormente conhecidos nos meios filatélicos como *Olho de Boi* (IMAGEM 5).⁴⁹⁷

⁴⁹⁶ Apud KLOKE, José. *Os Olhos de Boi*. Rio de Janeiro: Club Filatélico do Brasil, 1938, p. 31.

⁴⁹⁷ NAPIER, George. *The Stamps of the First Issue of Brazil*. Londres: Sefi, Pemberton & Company, Ltd., 1923; BROOKMAN, L. G. *The 100th Anniversary of the “Bulls Eyes” Stamps of Brazil*. s/l.: American Philatelist, jul. 1943; ALEMANY, Luís. “Ojos de Buey, 1843: Los primeros sellos de América”. In: *Cadernos de Filatelia*, n. 19. Madrid: Federación Española de Sociedades Filatélicas, 2004.

Imagem 5 – Série de selos postais “Olhos de Boi” (1843)

Fonte: Smithsonian National Postal Museum (2021).

As palavras do provedor da Casa da Moeda contêm aspectos que merecem ser analisados. Antes disso vale observar que, mesmo na Inglaterra, o design do *Penny Black* gerou controvérsia: em maio de 1840, um correspondente anônimo do jornal *The Times* qualificou esse selo de “*difamação prima facie*” à imagem da rainha Vitória. Não obstante esse tipo de crítica, prevaleceu o que Asa Briggs denominou “*filosofia prática do olhar*”⁴⁹⁸ ou seja, a ideia de que a reprodução detalhada do perfil real seria uma garantia contra falsificações. Acresce-se a isso o fato de que, além de ser vista pelos ideólogos da *Cheap Postage* como uma missão civilizacional, a instituição dos selos postais ampliava o raio de penetração do poder monárquico na vida dos súditos. Nas palavras de Catherine Golden:

Dada a crescente necessidade de comunicação, os selos colocavam a imagem e a autoridade real de Victoria em quase todos os lares do reino, quase que diariamente. Em virtude de sua onipresença, equidade, estabilidade e longevidade, pode-se dizer que o selo “Cabeça da Rainha” incorpora o que hoje chamamos de valores Vitorianos - propriedade moral, domesticidade, afeição familiar, dever e tradição - enquanto, ao mesmo tempo, permanece como um símbolo nacional do Império Britânico e um símbolo pessoal da longevidade da Rainha.⁴⁹⁹

Diferentemente do caso britânico, a reforma postal brasileira não visava difundir instrução ou valores nas classes trabalhadoras, mesmo porque essa categoria social era praticamente inexistente no país. Com a uniformização (e não redução) dos portes, pagamento adiantado e uso de selos, o governo imperial buscava apenas melhorar a fiscalização de uma repartição com sérios problemas escriturários. Ademais, como observa Luciano Mendes Cabral, “o fato da imagem de d. Pedro II ainda não estar totalmente construída e, portanto,

⁴⁹⁸ BRIGGS, *op. cit.*, p. 339.

⁴⁹⁹ GOLDEN, *op. cit.*, p. 105 (Tradução nossa).

consolidada, exigia um capital simbólico adicional".⁵⁰⁰ E esse capital, essência mesmo do poder monárquico, deveria ser buscado, segundo Valdetaro, em "*objetos perduráveis ou dignos de veneração*".

A incapacidade dos áulicos/regressistas para efetivar a reforma dos serviços postais provocou críticas entre os parlamentares, o que dificultou a aprovação do crédito suplementar requerido por Araújo Vianna em seu último mês de gestão. Por conseguinte, seu sucessor na pasta dos Negócios do Império, José Antonio da Silva Maia, teve de lidar com a falta de recursos financeiros e de apoio político para a execução das medidas em questão.⁵⁰¹

Em março de 1843, por ocasião da votação da lei do orçamento, Joaquim Francisco Vianna foi à Câmara reafirmar seu compromisso com a agenda reformista, mesmo que ela fosse levada a cabo fora do prazo estipulado. De acordo com o ministro responsável pela Fazenda, os decretos do ano anterior ainda não haviam sido executados devido à dificuldade do governo em vencer "*algumas dificuldades materiais*", nomeadamente a fatura de selos. E ponderava: "*a Inglaterra, para reformar os seus correios, levou anos...*".⁵⁰²

Tal argumento foi desqualificado por deputados contrários à maneira como o governo estava conduzindo a reforma em questão. Francisco de Paula Candido, por exemplo, questionou: "*porque na Inglaterra esta medida levou tempo, segue-se que também levará tempo entre nós?*". Na visão do deputado mineiro, o expediente dos Correios ingleses era "*muito mais difícil*" do que o dos Correios brasileiros, em função da multiplicidade de vilas e cidades que aquela instituição tinha de atender.

Já Manuel de Sousa Martins considerou "*precipitada e imprudente*" a atitude do governo em requerer autorização da Assembleia para efetuar gastos com uma reforma que nem sequer tinha saído do papel. Contradizendo a fala do ministro, o deputado piauiense observou que "*o que na Inglaterra consumiu muito tempo foi a passagem da medida legislativa que autorizasse a reforma*", e não a execução da lei propriamente dita. Ainda segundo Sousa Martins, achando-se em "*grande falta de dinheiro*", o gabinete ministerial anterior deveria ter

⁵⁰⁰ CABRAL, Luciano Mendes. *Selos, Moedas e Poder: o Estado Imperial brasileiro e seus símbolos*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009, p. 122.

⁵⁰¹ O 3º gabinete ministerial do reinado de Pedro II, de orientação conservadora, tomou posse no dia 20 de janeiro de 1843, sendo liderado por Honório Hermeto Carneiro Leão. FERRAZ, Sérgio Eduardo. *O Império Revisitado: Instabilidade Ministerial, Câmara dos Deputados e Poder Moderador (1840 – 1889)*. (Tese de Doutorado). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2021, pp. 86 – 89.

⁵⁰² ANAIS DO PARLAMENTO BRASILEIRO, 30 mar. 1843, p. 568.

aumentado os portes de forma a extrair, ao menos, uma “*renda sofrível*” para a repartição em questão.

No Senado, Vasconcelos preocupou-se em justificar os gastos orçados pelo Conselho de Estado reportando, para isso, a existência de um decreto que autorizava o governo a duplicar o porte das cartas de maneira que a renda dos Correios fosse elevada “*de 60 a 360 contos*”.⁵⁰³ Ele também observou que o sistema de pagamento proposto era o mais fácil que até então se tinha inventado: “*por este sistema se conseguirá que se tomem contas com muita facilidade de toda a receita do correio*”. Sob a alegação de que o Tesouro Público ainda não havia fiscalizado “*uma só conta*” dos Correios desde a aprovação da reforma, o conselheiro reclamou, por fim: “*sendo grande o nosso apuro, e prometendo a execução desta reforma algum aumento de receita, parece que esse sistema, decretado há 7 meses ou mais, já deveria ter sido posto em prática*”.

A pressão parlamentar vinda de partidários do próprio governo levou Silva Maia a promulgar uma série de diretrizes “*para o completo cumprimento*” das disposições contidas naqueles dois decretos.⁵⁰⁴ A primeira dessas instruções dizia respeito ao monopólio do Estado sobre a remessa de correspondência (artigo 1º):

Tendo sido revogado, pelo art. 8º do Regulamento de 29 de Novembro de 1842 nº 254, o art. 5º do Decreto de 7 de Junho de 1831; fica por conseguinte proibida nos lugares, em que houverem Correios regularmente estabelecidos, e fora dos casos excetuados no art. 82 do Regulamento de 5 de Março de 1829, toda e qualquer remessa de cartas sem ser pelas malas dos mesmos Correios; sendo as pessoas que com elas forem achadas, sujeitas às multas estabelecidas no art. 81 do referido Regulamento de 5 de Março, as quais se lhe farão efetivas por ações intentadas perante os Juizes de Paz, ou Municipais, na forma do mesmo artigo.

O decreto também impunha a observância dessa proibição a todas as repartições fiscais do Império – alfândegas, mesas de consulado e rendas, registros, barreiras, etc., – “*apreendendo-se as cartas extraviadas, e fazendo-se conduzir os extraviadores à presença do Juiz Municipal, ou de Paz, [...] para imposição das multas*”, cuja metade pertenceria aos apreensores (artigo 2º).

Em relação ao pagamento adiantado do porte, determinava-se que todas as cartas e demais papéis que não estivessem compreendidos nas exceções dos artigos 13º e 3º dos respectivos decretos 254º e 255º deveriam proceder a esse sistema (artigo 3º). Já a venda de selos deveria ocorrer exclusivamente nas administrações e agências dos Correios, podendo ser

⁵⁰³ ANAIS DO SENADO DO IMPÉRIO DO BRASIL, 16 maio 1843, pp. 123 – 124.

⁵⁰⁴ Decreto nº 296, de 19 de maio de 1843. BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1868, pp. 73 – 76.

feita tanto “*pelo miúdo, e singularmente*” como “*em porções*”. Nesse segundo caso, talvez para evitar o contrabando, recomendava-se que os compradores adquirissem selos sortidos, nunca de um mesmo valor (artigo 5º). Os responsáveis por essa operação eram, na Corte, o tesoureiro da repartição geral e, nas províncias, os próprios agentes (artigo 6º).

A distribuição desses pequenos objetos pelo território do Império seguia, por sua vez, a mesma lógica de centralização administrativa que vimos nas regulamentações anteriores: a cada seis meses, ou sempre que necessário, o tesoureiro da administração do Correio da Corte receberia do Tesouro Público a quantidade de selos necessários para o expediente e os distribuiria pelas agências do Rio de Janeiro. Nas demais províncias, essa distribuição seria feita diretamente pelas Tesourarias, sem intermédio dos administradores postais. O decreto deixava ademais a cargo do diretor geral propor o melhor método de se escriturar essa operação (artigo 7º).

No provável intuito de evitar abusos, determinou-se que apenas os colonos vinculados a alguma Companhia ou estabelecimento credenciado pelo governo a título de Colônia gozassem da isenção de porte, tal como previsto no decreto 254º (artigo 8º). Para que esse benefício fosse efetivado, as cartas dos colonos deveriam ser primeiramente marcadas com um carimbo privativo daquelas instituições, para então serem remetidas aos Correios (artigo 9º).

Preocupado com a difusão do novo método de pagamento, o governo incumbiu os administradores e agentes dos Correios de publicar por editais e por avisos nos periódicos disponíveis a data de início da vigência da nova legislação (artigo 10º). Da mesma forma, o público das cidades, vilas e povoações deveria ser informado sobre os limites para a entrega das cartas (artigo 11º).

O regulamento expressava a preocupação dos administradores com a identificação dos carteiros, determinando que esses portassem “*uma chapa de metal amarelo com as Armas Imperiais*” e uma legenda indicativa da administração ou agência postal a qual pertencia (artigo 12º). A distribuição de serviço para esses homens era responsabilidade dos administradores e agentes postais, a quem também cabia designar em quais horas do dia os mesmos carteiros sairiam para a entrega das correspondências (artigo 13º).

Na falta dos carimbos especiais de que tratava o decreto 255º, recomendava-se aos administradores provinciais e demais agentes que utilizassem carimbos ordinários para obliterar selos postais. Esse dispositivo também autorizava aqueles primeiros funcionários a mandar fazer os carimbos indicativos das administrações e agências de origem a eles subordinadas (artigo 14º).

O cuidado do governo com a uniformização do expediente dos Correios – já expressa nas

legislações anteriores – ficou claro, por fim, ao determinar que, em todas as administrações e agências fosse fixada uma hora “*certa, e invariável*” para o fechamento das malas e sua expedição. Se, porém, por ordem superior, fossem retardadas essas operações, as cartas que nesse meio-tempo chegassem aos Correios seriam recebidas e recolhidas às respectivas malas (artigo 15º). Note-se que, nesse caso, não havia qualquer recomendação para a cobrança de porte duplo tal como sugerido por Vasconcelos em seu parecer.

A promulgação dessas diretrizes demonstra o esforço do governo Saquarema em aprimorar a legislação aprovada pelos áulicos/regressistas em 1842, especialmente no que dizia respeito à fiscalização do monopólio. Outras medidas de caráter fiscal e orçamentário, tais como a criação de novos cargos e a regulação dos vencimentos dos funcionários, serão analisadas adiante.

O teor da reforma postal foi discutido na Assembleia entre junho e setembro de 1843. Em geral, os parlamentares se mostraram favoráveis à busca de soluções para a penúria financeira dos Correios. Alguns deles receavam, porém, que a instituição do pagamento antecipado, o aumento dos portes no serviço marítimo e o recrudescimento das proibições à remessa privada de correspondência concorressem para dificultar as comunicações postais no país e, conseqüentemente, diminuíssem as rendas da repartição. Em vista dessas incertezas, muitos deputados e senadores da oposição liberal qualificaram os novos regulamentos de “*vexatórios*”.

Com ironia, Paula Cândido questionou as expectativas do Conselho de Estado sobre o aumento na renda dos Correios. Para o deputado mineiro (que também era médico sanitariano) as eleições eram uma verdadeira “*febre terçã*” que acometia os canais de comunicação no país, facilitando abusos:

Tem seus períodos de tremuras, quando cada um se arreceia [sic] do desfecho, ou resultado final de seus trabalhos eleitorais, este é o estadio de frio; vem depois a efervescência ou febre propriamente dita: neste tempo os correios, quais novas artérias, vão ajoujados de cartas, abarrotando tudo com listas; o patriótico fogo eleitoral vai assim levando aos confins do império, chega finalmente o período do desengano, de prostração e desalento para os que se achavam malogrados! Este é o estadio de suores frios.⁵⁰⁵

Ao calcularem em 300 contos de réis o acréscimo na receita, Vasconcelos e os outros

⁵⁰⁵ ANAIS DO PARLAMENTO BRASILEIRO, 21 jun. 1843, pp. 713 – 714.

regressistas não haviam levando em conta, na opinião de Paula Candido, todas as vantagens que o Estado poderia auferir de seu monopólio sobre os serviços postais:

Suponhamos que nos anos climatéricos das eleições se quadruplique esta imposição dos correios [pagamento antecipado do porte], isto é, que nenhuma carta seja ali recebida sem ter um sobrescrito de papel selado, cujo direito, pago ao tesouro, seja de 400 réis. Teremos sem duvida os rendimentos do correio tornados 4 vezes maiores. [...] Mas não exagero, supondo que esta quarta parte nos anos eleitorais tornar-se-ia 50 vezes maior, isto é, os 200 contos nesses anos tornar-se-ão 10,000:000\$000, atendendo-se ao aumento do número de cartas, e 400 réis por cada sobrescrito selado! Teremos pois dez mil contos, sem incomodar a ninguém, só aos candidatos, que carregarão com grande quota.

Em vista disso, o deputado sugeria a seus colegas que estatuissem a obrigatoriedade do porte pré-pago, mas apenas nos anos eleitorais: *“É necessário que aliviemos aos pobres fazendeiros de tanta despesa com porte de cartas; eles vêm-se atordoados nas épocas de eleição”*, concluía ele, com escárnio.

Críticas à reforma postal voltaram a ser feitas na Câmara durante a discussão sobre o orçamento para 1844/45. Nessa ocasião, duas emendas ao projeto do Conselho de Estado foram apresentadas: a primeira, de autoria de Ângelo Muniz da Silva Ferraz, reduzia as tarifas postais pela metade. Para justificar sua proposta, o deputado fluminense fazia menção ao caso britânico: *“Creio que em 1839 ou 40 se diminuiu na Inglaterra a taxa dos correios, e qual foi o resultado? Em bem pouco tempo foi a renda igual à que existia antes, apesar de ser então a taxa muito elevada”*.⁵⁰⁶ Silva Ferraz argumentava ademais que a mudança instituída pelo novo regulamento era *“a mais vexatória”* possível; não tanto para aqueles que, como ele, viviam em cidades litorâneas, mas para os habitantes das províncias centrais e dos sertões: *“Para estes é todo o mal, aí a irregularidade dos correios é maior, se cometem os maiores abusos com grande facilidade, e sem receio de serem conhecidos”*.

Herculano Ferreira Pena propôs restaurar o artigo 5º do decreto de 1831, desobrigando as pessoas de postarem cartas nos Correios. O parlamentar se posicionava contra o *“sistema de denúncias e buscas”* urdido pelo Estado para processar e punir indivíduos portadores de cartas avulsas. Nesse sentido, sua opinião era a de que o monopólio deveria ser *“indiretamente criado pela regularidade e segurança”* do próprio serviço público, em concorrência com a iniciativa privada.⁵⁰⁷ O parlamentar mineiro considerava ademais *“vexatória, impolítica e odiosa”* a adoção do porte pré-pago. Em sua opinião, os dispositivos da nova legislação eram tão minuciosos que nem todas as pessoas poderiam observá-los com exatidão:

⁵⁰⁶ ANAIS DO PARLAMENTO BRASILEIRO, 13 jul. 1843, pp. 211.

⁵⁰⁷ ANAIS DO PARLAMENTO BRASILEIRO, 19 jul. 1843, pp. 296 – 299.

A obrigação de comprar e ter em casa um sortimento de selos de diversos valores para serem empregados segundo o peso de cada uma carta, bem como a de pagar em todo o caso o porte adiantado por mais insignificante que seja, servirá de embaraço a quem não mora nas povoações, retardará a expedição das cartas, e fará em suma com que o número delas diminua.⁵⁰⁸

Nessa mesma linha argumentativa, Bernardo de Souza Franco afirmava ser o novo método de cobrança dos portes “ *muito mais pesado* ” do que o sistema anterior. Acostumados a escrever de improviso, os comerciantes seriam doravante obrigados a preparar suas correspondências de antemão, visto que a pesagem das cartas haveria de gastar “ *muito e muito tempo, e gastar nos momentos de saída dos navios* ”. Demonstrando conhecimento sobre o estado dos serviços postais em outros países, o deputado paraense considerava o novo regulamento uma “ *pouco judiciosa imitação do sistema de Rewland [sic] Hill* ”, com algumas diferenças:

Na Inglaterra, pode ser obrigado o correspondente a levar suas cartas ao correio horas antes da saída, por que no dia seguinte terá correio; e entre nós, quem não puder dar notícias, que obtenha antes da saída do vapor, tem que esperar vinte dias. Em Inglaterra, diminuindo consideravelmente o porte, e reduzindo para o interior a quase nada, o porte adiantado veio acompanhado de grande incentivo para aumento das relações, e entre nós, pelo contrário, aumentados por esta ocasião os portes, haverá decréscimo nas relações, e provavelmente mesmo tal que diminua a renda.

Souza Franco, ferrenho defensor de medidas como a criação de bancos privados com poder de emissão, era favorável ao monopólio do Estado sobre a remessa das correspondências, tal como se vê na seguinte declaração:

A direção dos correios, a condução e entrega das cartas é sim um serviço que ainda compete ao governo, um monopólio, talvez dos poucos que lhe caiba, e sobretudo em países, como o nosso, onde nem há meios prontos de comunicação que tornem inútil a intervenção do governo, nem suficiente garantia de que tenha toda a segurança este ramo de serviço, quando entregue a industria privada, não é possível prescindir da ingerência da administração.

Contudo, sua visão era a de que ao monopólio cabia “ *auxiliar, e não dirigir ou constranger os meios de comunicação* ”, sendo que, para preencher seu fim, o Estado deveria “ *chamar os contraventores mais à força de razão e de facilitação das comunicações que à força de multas, de buscas e de penas* ”. Para o deputado, o único meio de se aumentar a renda dos Correios era “ *tornar certa, pronta e infalível a entrega intacta da carta, facilitar o seu recebimento, e diminuir o quanto seja possível o porte delas* ”. Apenas assim o governo

⁵⁰⁸ ANAIS DO PARLAMENTO BRASILEIRO, 13 jul. 1843, pp. 212.

preveniria a remessa privada de correspondências.

Outra voz contrária à reforma em questão foi a do deputado alagoano Esperidião Eloi de Barros Pimentel: em seu discurso, ele questionou a decisão do governo de “*impor tão pesadamente*” novos portes e formas de pagamento:

Ora, eu desejava saber o que é que o governo teve mais em vista, se aumentar a correspondência no Brasil, ou aumentar a receita; eu direi que nem uma coisa nem outra. Para facilitar a comunicação, para promover a transmissão das ideias, esse não seria o meio mais próprio, isto é, gravando desta sorte o porte das cartas. Para aumentar a receita também creio que nada consegue, porque, segundo as exigências do regulamento, só escreverá quem estritamente tiver necessidade de escrever, e cessarão naturalmente as correspondências de amizade, diminuirá a disposição de nos comunicarmos, e não o faremos senão por interesse muito grande que não equivaleria talvez ao ônus do correio. Portanto, o governo não consegue nem uma nem outra coisa com esse imposto.

Com essas medidas, Barros Pimentel previa que se aumentasse o contrabando de correspondências: “*ninguém mandará mais cartas pelo correio; não faltarão transportes e outros meios pelos quais os cidadãos se furtem a um ônus tão pesado*”. Não sem exagero, o deputado chamava a atenção para a incompatibilidade entre a letra da lei e a realidade brasileira:

Em um país onde nos servimos de escravos ignorantes, e onde nem todos podem percorrer grande distância para ir ao correio satisfazer as exigências do regulamento, o governo certamente não faz senão criar graves incômodos. Saberá um negro bruto satisfazer ao regulamento? É preciso que cada particular faça uma viagem muito grande, faça sacrifícios, roube seu tempo e outros trabalhos para satisfazer a todas as exigências do regulamento.

Questionado sobre a possibilidade de se utilizar selos para prevenir esses embaraços, Barros Pimentel afirmou ser o selo “*uma despesa que nem todos podem fazer*”. Assim como seus colegas, o deputado fez referência à reforma postal britânica para criticar as deliberações do governo imperial:

Hoje a economia política mostra que não é sempre aumentando, mas muitas vezes diminuindo as imposições, que se facilitam os meios de chegar a uma maior receita. [...] Assim se fez na Inglaterra com os correios; não se quis que só escrevessem os ricos; e os que pudessem pagar grande porte; o governo facilitou pelo contrário tanto ao rico como ao pobre o saber de sua família, e dar notícias suas pelo correio público, pagando menos do que antes; mas nós estabelecemos regulamento exigindo como na Inglaterra o pagamento prévio, mas aumentando o porte das cartas.

Nem todos, porém, eram avessos às medidas em questão: Bernardo Jacinto da Veiga, por exemplo, via na instituição do porte pré-pago um meio de se coibir “*o abuso de se dirigirem cartas sobrecarregadas de papeis inúteis, só com o fito de insultar*”. O parlamentar mineiro

(que também era diretor geral dos Correios) respondia às críticas de seus colegas com o seguinte questionamento:

Não será vantajoso o estabelecimento de carteiros que vão entregar as cartas às pessoas a quem são dirigidas, e que muitas vezes por não poderem ir ao correio, ou ignorarem sua existência, só com grande demora as recebem, ou mesmo ficam sem elas. Não será esta, entre outras do novo regulamento, uma vantagem que compense em parte algum dos inconvenientes que se apresentam?

Bernardo de Vasconcelos, por sua vez, foi a público defender o regulamento que ele mesmo, na condição de relator do projeto, ajudara a elaborar. O senador censurou os deputados que acusavam a legislação de vexatória: ao ouvi-los, argumentava, era a população brasileira que ficava “*em extremo vexada e oprimida*” pela falta de empenho na melhoria dos serviços postais. Questionando com ironia a capacidade interpretativa de seus adversários, ele relativizava o rigor das disposições que diziam respeito à fiscalização do monopólio:

Sendo permitido, como é, a essas pessoas [escravos, tropeiros, etc.] conduzirem cartas sem necessidade alguma do pagamento do porte, sendo em grande número essas transações, porque compreendem os negociantes, compreendem os senhores dos escravos, os moços, os tropeiros, boiadeiros, arreadores, etc., me parece que é já uma grande exceção que a lei tem estabelecido em benefício da população. [...] Ora, em todos os lugares das províncias do Brasil encontramos a cada passo uma barreira, um administrador do correio, um agente fiscal [a] impedir que tal carta passe sem a formalidade do pagamento do porte? Creio que não. Portanto em todos os lugares em que não houver pessoas deputadas pelo artigo para fiscalizar a execução do regulamento, está claro que é lícito transitar sem o seu pagamento.⁵⁰⁹

Ao criticar a opinião do colega Paula Souza – que, na sessão de 8 de agosto de 1843 havia criticado o pagamento antecipado dos portes⁵¹⁰ – Vasconcelos reiterou o argumento de que essa mudança facilitaria a contabilidade dos Correios:

O que me parece é que este adiantamento de imposto, longe de prejudicar ao país, o beneficia, enquanto faculta a sua exata arrecadação. Pelo sistema dos correios, até o presente admitido, não se podia verificar em quanto importavam os seus portes; é conta tão trabalhosa que nunca se tomou em nenhuma das repartições públicas do império; esta nova disposição porém facilita a sua fiscalização de maneira que não é possível haver extravio. O novo sistema dos correios consiste no pagamento do porte adiantado, o que se verifica por pequenos selos que se compram no correio. O tesouro entrega ao encarregado da venda destes selos 600 mil ou um milhão de selos: a tomada de contas consiste simplesmente em contar os selos que existem e o dinheiro que há; parece que não se pode fiscalizar com mais facilidade e com mais exatidão este ramo da renda pública.

⁵⁰⁹ ANAIS DO PARLAMENTO BRASILEIRO, 20 jul. 1843, pp. 317 – 319.

⁵¹⁰ ANAIS DO SENADO DO IMPÉRIO DO BRASIL, 08 ago. 1843, pp. 113 – 114.

O senador mineiro reconhecia o estranhamento que o público poderia ter em relação ao novo sistema pois, na sua opinião, *“todas as inovações causam sempre algum incômodo”*. Porém, argumentava:

Quando se pensar no resultado da inovação há de se conhecer que ela não pesa ao país, que até é muito justa, porque, sendo um imposto igual, não paga mais o que mora em Mato Grosso do que o que mora na Praia Grande; facilita até assim a correspondência de países muito remotos, e até pouco avantajados em fortuna.

O que Vasconcelos via como melhoria da fiscalização e garantia de unidade ao Império, outros consideravam uma afronta ao pacto constitucional estabelecido no país. É nesse sentido que devemos entender a fala do deputado Holanda Cavalcanti: *“Eu confesso que enquanto tiver pessoa que me leve em particular a minha carta hei de a mandar [sic]”*. Acusado de incitar o contrabando, o senador pernambucano se explicou: *“Porque a nossa legislação vai nos obrigando a termos a espada em mão, a sermos ou senhores feudais, ou a sermos salteadores; esta é a consequência das vossas leis”*.⁵¹¹ Nesse sentido, ele propôs que se revogasse a parte do novo regulamento que dizia respeito ao pagamento antecipado do porte.

Com a proximidade do prazo para sua execução, a reforma autorizada em 1841 foi prorrogada por um ano.⁵¹² Nesse meio termo, Jacinto da Veiga quis ouvir a opinião dos comerciantes cariocas acerca das novas diretrizes dos Correios.⁵¹³ A resposta que o diretor obteve demonstra que esse grupo – embora não tenha participado diretamente do processo decisório – também tinha plena consciência das limitações que obstavam a implantação do modelo britânico de administração postal no Brasil.

O documento em questão é um memorial datado de 5 de março de 1844. Assinam-no, entre outros nomes, o comerciante francês Leon Lecomte, Christian Stockmeyer, imigrante alemão que atuava como corretor na bolsa de valores da Corte e o português Joaquim Pereira de Faria, secretário do Banco Comercial do Rio de Janeiro.

Logo na introdução, esses autores trazem a cópia de uma petição assinada *“pela maior parte dos negociantes da Praça”* e enviada a eles em setembro do ano anterior. Os peticionários

⁵¹¹ ANAIS DO SENADO DO IMPÉRIO DO BRASIL, 06 set. 1843, p. 196.

⁵¹² Lei nº 317, de 21 de outubro de 1843. BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1867, p. 62.

⁵¹³ Ofícios foram enviados para a Comissão da Praça do Comércio em 8 de novembro de 1843 e 24 de janeiro de 1844.

declaravam que sua intenção não era reclamar contra o aumento dos portes, porquanto reconhecessem as seguintes motivações para a medida: 1) que esses portes eram diminutos em vista da despesa que o governo era obrigado a fazer com o transporte das correspondências e 2) por que o déficit nas rendas públicas justificaria a criação de impostos. O real sentido do documento era, portanto, demonstrar que, se implantado, o sistema de porte pré-pago seria *“altamente prejudicial, e embaraçoso ao público e improficuo para o tesouro”*:

O sistema de pagamento antecipado dos portes, ainda moderno em Inglaterra, onde nascera, foi adotado entre nós sem atenção (segundo parece) à diferença das circunstâncias que há entre os dois países, que por serem essencialmente diversas, tanto relativamente ao objeto em vista, como nos meios para consegui-lo, faz inexequível, ou pelo menos inadequado no Brasil o que em Inglaterra encontra facilidade e é proficuo.⁵¹⁴

Remontando aos fundamentos teóricos da reforma postal britânica, os peticionários sumariavam o objetivo principal do plano de Rowland Hill, que era *“por ao alcance das classes pobres da Grã-Bretanha as vantagens das comunicações por via do correio”*. A principal medida, para isso, foi reduzir-se os portes a *“um penny por cada meia onça de peso”*; quanto ao pagamento adiantado com uso de selos, esse era, segundo os signatários, *“medida secundária e meramente econômica, criada por necessidade”* para remediar os inconvenientes do aumento do expediente dos Correios britânicos. Já no Brasil,

O objeto principal é o aumento dos portes, e, portanto inteiramente o contrário do que se deu em Inglaterra. Ora, segundo todos os princípios econômicos, o aumento de impostos não aumenta a matéria contribuinte deles (bem que até certo ponto possa aumentar a renda), e como não aumenta a matéria, está claro que não aumenta o trabalho e despesa de arrecadação, logo não há necessidade de adotar um sistema, que não está em relação com a medida de elevação de portes e provável diminuição de cartas, e que fora traçado para a que lhe é oposta, a saber: diminuição de portes e conseguinte aumento de cartas.

O plano de Hill era igualmente inaplicável à realidade brasileira por circunstâncias diversas que a distinguiam do *“estado de civilização”* britânico, tais como densidade populacional, facilidade e rapidez nas comunicações, regularidade dos trabalhos, disponibilidade de selos para venda, rigor na fiscalização, etc. Sendo assim, os peticionários questionavam quais vantagens o sistema de pagamento proposto poderia trazer ao governo ou ao público em geral:

⁵¹⁴ DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 27 mar. 1844.

Economia de despesa na arrecadação? Não; porque o pessoal da repartição do correio não pode ser menor, nem menor é o trabalho que ali há com a cobrança adiantada dos portes, do que até agora havia na imposição deles na ocasião da entrega das cartas. Facilidade de expediente? Não: antes pelo contrário, no novo método apresenta embaraço considerável às partes, o maior número das quais leva ao correio as suas cartas para ali pagar o porte, afim de estarem seguras da remessa delas, para o que são obrigadas a estar ali horas esquecidas esperando pela sua vez. Aumento na renda? Não: porque todo o que aparecer no algarismo dela debaixo deste título será devido à elevação dos portes, cujo resultado, aliás, não corresponderá por certo ao número de cartas que até agora passavam pelo correio, [...]. Para o novo sistema por termo à acumulação de cartas no correio que ali ficam sem ser procuradas? Não: esta acumulação sempre se dará, maior ou menor, qualquer que seja o sistema de pagamento dos portes [...]. Certeza de remessa das cartas? Não: as disposições do regulamento são tais entre nós que, ninguém pode disso ficar certo, sem ir pessoalmente, ou mandar pagar o porte no correio [...]. Será um nunca acabar, o fazer a innumeração [sic] minuciosa dos inconvenientes que há na adoção por nós do plano Rowland Hill: quanto vai exposto basta para convencer que, por qualquer lado que o encarem, ele é inaplicável ao Brasil, pelas circunstâncias especiais do país.

Além de críticas, o memorial continha proposições feitas pela Comissão da Praça do Comércio para melhorar o estado das comunicações postais no país. Em relação ao expediente, recomendava-se ao governo que enviasse dois empregados dos Correios às cidades de Londres e Paris; lá eles aprenderiam, segundo os autores, a conciliar *“boa arrecadação da renda com a necessidade de pronto expediente, sem vexame para o público”*. O serviço interno da repartição deveria ter, ademais, seus horários estendidos de acordo com o volume de trabalho, porquanto *“o cômodo de poucos empregados”* não devesse prevalecer *“ao cômodo e conveniência do público”*.

Os autores do texto também afirmavam ser notório que muitas agências postais do interior estivessem confiadas a *“pessoas pouco qualificadas para tão delicado como importante mister”*. E questionavam: *“Quem não receará pôr a sua correspondência (talvez os seus mais íntimos segredos) à discrição de um homem desmoralizado, sem fé?”*. Sendo assim, seu conselho era que o governo nomeasse *“pessoas de boa moralidade”* para os postos em questão.

Quanto à entrega das cartas, essa deveria ser feita imediatamente à recepção dos malotes nas agências. Os papéis que não indicassem domicílio seriam colocados relacionados numa lista, *“para economia de trabalho e comodidade do público”*. Ao invés da *“inconveniente e muito prejudicial”* queima anual de correspondências sem proprietário, os autores propunham, ademais, uma abertura semestral das mesmas, *“para se averiguar o nome e residência de quem as escreveu, fechando-se após esta averiguação com o selo do correio”*. Esse procedimento visava não apenas aproveitar portes, mas também mitigar o *“irremediável prejuízo”* de se destruírem valiosos documentos privados que porventura estivessem contidos no interior das cartas.

Era, outrossim, “*de absoluta necessidade*” que os malotes dos correios marítimos fossem fechados “*com a menor antecedência possível*” em relação à partida dos paquetes, por dois motivos: além da “*comodidade pública, e com especialidade a do comércio*”, tratava-se de evitar (ou pelo menos diminuir) o extravio de cartas que eram transportadas fora das malas, por haverem sido essas fechadas muito cedo. O memorial também propunha exata observância do regulamento de 1829 no que dizia respeito ao pagamento de gratificações para mestres de embarcações que conduzissem correspondências pois, “*identificados os interesses deles [mestres] com os do correio o extravio de cartas por certo que diminuirá*”.

Sobre os correios terrestres, os autores do texto reconheciam que, embora merecessem “*especial atenção*”, “*pouco ou nenhum melhoramento*” havia se notado nesse ramo do serviço postal: “*Com correios a pé em um país tão vasto e de tão pouca população, como o Brasil, quem poderá esperar notável melhoramento nas comunicações com o interior?*”. Eles também explicavam que, “*por falta de frequência e de rapidez nas comunicações interiores*”, parte da população recorria à iniciativa privada, “*havendo certeza de chegarem as cartas antes do que chegariam pelo correio*”. Em condições ideais, a aplicação de penas mais severas aos portadores de cartas seria uma medida eficaz para se garantir o monopólio do Estado; porém, no “*vergonhoso atraso*” em que os Correios brasileiros se achavam, eles chegavam à conclusão que a indulgência para com aqueles indivíduos era “*uma necessidade*”.

As especificidades que diferenciam a reforma postal brasileira da experiência britânica vão além dos aspectos estéticos inerentes a fatura dos selos – e a análise do memorial dos comerciantes acima mencionado nos mostra que os contemporâneos da medida em questão sabiam disso.

Na Inglaterra, observa Martin Daunton, “*o penny post estava no coração do debate sobre déficit e tributação*”,⁵¹⁵ sendo parte da agenda econômica Whig em vigor nos anos 1830. Esse autor estima que, ao buscar equilibrar a balança fiscal do Estado com medidas de estímulo ao livre comércio – tais como a redução e uniformização das tarifas postais – o gabinete Melbourne teria exacerbado seus problemas orçamentários, o que contribuiu para sua queda, em 1841. Sendo assim, Daunton vê na campanha pela *Cheap Postage* um embrião do movimento pela revogação dos impostos de importação (*Corn Laws*) ocorrido na primeira

⁵¹⁵ DAUNTON, In: CREW; KLEINDORFER, *op. cit.*, p. 14.

metade da década de 1840.

Semelhante ao que faz Daunton para o caso britânico, é necessário inserir a reforma tarifária de 1842 no bojo das políticas de organização/modernização do aparelho fiscal ocorridas na primeira década do Segundo Reinado. Tais políticas, segundo a historiadora Wilma Peres Costa, “*encerram o ciclo formativo do Estado imperial, completando o processo de nacionalização do sistema fiscal, em estreita simbiose com os interesses da agricultura de exportação*”.⁵¹⁶ Elas também significam um ponto de viragem na história tributária do país, pois, com a progressiva extinção do sistema de tratados comerciais, o pensamento mercantilista das décadas anteriores cedeu lugar ao intervencionismo governamental e ao protecionismo alfandegário.

A preocupação de políticos do Regresso como Bernardo Pereira de Vasconcelos,⁵¹⁷ Paulino José Soares de Sousa e Manuel Alves Branco – esse último autor de um conhecido plano fiscal sobre direitos de importação⁵¹⁸ – com o aumento das rendas do Estado não excluía, contudo, a possibilidade de se adotar medidas que favorecessem o livre comércio em detrimento da arrecadação fiscal, e a uniformização das tarifas postais comprova essa hipótese. Nos próximos dois capítulos, veremos os desdobramentos regulamentares, financeiros e infraestruturais dessa nova política econômica do governo em relação às comunicações postais.

⁵¹⁶ COSTA, Wilma Peres. “Finanças e construção do Estado: fontes para o estudo da história tributária no Brasil do século XIX”. In: *América Latina em la Historia Económica*, vol. 7, nº 13/14, 2000, pp. 51 – 65.

⁵¹⁷ Por ocasião da discussão sobre o aumento das tarifas aduaneiras, Vasconcelos teria feito a seguinte declaração: “*quero promover as artes com meu voto, quero chamá-las ao país, naturalizá-las nele; julgo que um dos meios mais adequados para se conseguir isto é aumentar os direitos de importação*”. ANAIS DO PARLAMENTO BRASILEIRO, 25 abr. 1843.

⁵¹⁸ A publicação de tarifas protecionistas durante o período em que Manuel Alves Branco esteve à frente da pasta da Fazenda foi tema recorrente na historiografia econômica dos anos 1950/60. Nesse período, consolidou-se a interpretação promovida por Sérgio Buarque de Holanda (1960), Nícia Vilela Luz (1961), entre outros historiadores, segundo a qual a política aduaneira daquele ministro teria buscado atender mais a interesses fiscais do que a pretensões industrializantes. Não obstante a hegemonia dessa tese, alguns autores contemporâneos, como Amado Luiz Cervo (2011), acreditam que as tarifas Alves Branco representaram, sim, a vitória da facção industrialista no governo imperial. Para uma análise atualizada desse tema, ver: BARBOSA, Pedro Henrique Batista. “As Tarifas Alves Branco: entre o protecionismo e a preocupação fiscal”. In: *Em tempo de Histórias*, Brasília, n. 24, jan./jul. 2014, pp. 60 – 82; AZEVEDO, Jussara França de. *Políticas tarifárias e indústria no Império Brasileiro (1840 – 1889)*. São Paulo: FFLCH/USP, 2018 (Tese de Doutorado).

CAPÍTULO 4

SOBRE RATOS E REFORMAS

Em junho de 1844, o Parlamento britânico foi surpreendido por uma grave denúncia: Giuseppe Mazzini, rebelde italiano exilado em Londres, peticionara ao então ministro do Interior, Sir James Graham, alegando que suas cartas haviam sido interceptadas e abertas no Correio Geral de Londres.⁵¹⁹ O deputado responsável por apresentar a petição na Câmara dos Comuns, Thomas Slingsby Duncombe, alegou que tal prática era “*incompatível com os ares de liberdade desse país livre*”,⁵²⁰ e requereu, por isso, que uma comissão fosse formada para investigar o caso.

Ao final da investigação, ocorrida em agosto daquele ano, os parlamentares reconheceram a prerrogativa legal do Estado de abrir correspondências suspeitas de ameaça à segurança pública, embora condenassem o abuso desse poder usado contra agentes consulares e cidadãos britânicos. Em um país onde a redução dos portes e o uso de selos postais faziam seus primeiros ensaios, observa David Vincent, “*parecia possível que essas inovações estivessem minando tanto as finanças quanto a segurança interna do Estado, ou que estivessem equipando os governos com poderes extras para frustrar a criação de uma sociedade totalmente democrática*”.⁵²¹

O “caso Mazzini” – “*primeira crise moderna de sigilo público*”, nas palavras desse historiador – ganhou destaque para além da imprensa britânica, gerando discussões relacionadas ao sigilo postal e ao controle do fluxo de comunicações. No Brasil, excertos do debate ocorrido na Câmara dos Comuns foram publicados em diversos números d’*O Pharol*,⁵²² os leitores d’*O Mercantil*, por sua vez, se admiravam de que tal fato pudesse ocorrer em um país “*de liberdade e de garantias políticas*” como a Inglaterra,⁵²³ já o *Diário do Rio de Janeiro*,

⁵¹⁹ Assinaram esse documento, além de Mazzini, dois radicais ingleses de nomes William Lovett e W. I. Linton. Para maiores informações sobre esse episódio, ver: TURNER, Edward Raymond. “The Secrecy of the Post”. *The English Historical Review*, v. 33, n. 131, jul. 1918, pp. 320 – 327; ROBINSON, *The British Post-Office*, pp. 47, 55, 91 – 92; SMITH, F. B., “British Post Office Espionage 1844”, *Historical Studies*, 4, 1970, pp. 189 – 203; DONAJGRODZKI, A. P. “Sir James Graham at the Home Office”. *Historical Journal*, v. 20, ed. 1, mar. 1977, pp. 97 – 120; VINCENT, David. “Communications, Community and the State”. In: EMSLEY, Clive; WALVIN, James (eds.). *Artisans, Peasants and Proletarians, 1760 – 1860*. Cambridge: Routledge Kegan & Paul, 1985, pp. 166 – 186; NOETHER, Emiliana P. “‘Morally Wrong’ or ‘Politically Right’? Espionage in Her Majesty’s Post Office, 1844 – 45”. *Canadian Journal of History/ Annales Canadiennes d’Histoire*, v. XXII, abr. 1987, pp. 41 – 57; PORTER, Bernard. *Plots and Paranoia: A History of Political Espionage in Britain, 1790 – 1988*. Cambridge: Routledge, 2016.

⁵²⁰ *Apud* VINCENT, David. “The Origins of Public Secrecy in Britain”. *Transactions of The Royal Historical Society*, v. 1, 1991, pp. 229 – 248 (Tradução da autora).

⁵²¹ Idem, p. 230 (Tradução da autora).

⁵²² O PHAROL, 15/08; 16/08 e 26 ago. 1844 (números 146, 147 e 155).

⁵²³ O MERCANTIL (MG), 22 set. 1844.

folha de orientação liberal introduziu o assunto com sarcasmo: “*Verão por aí o de que é capaz um governo aristocrático, que tem sempre na boca as grandes palavras de liberdade e moralidade*”.⁵²⁴

Ao informarem o público leitor sobre o que ocorria em outros países, os jornais brasileiros muitas vezes estavam falando da própria realidade nacional, e a notícia em questão confirma essa tendência: em setembro de 1843 – alguns meses antes da celeuma britânica, portanto – Nicolau Pereira de Campos Vergueiro foi a público denunciar que sua correspondência havia sido interceptada: “*todo este ano só recebi uma carta da minha casa, e para recebê-la foi necessário que viesse segura, e das que para lá escrevi pelo correio nenhuma foi recebida*”, dizia.⁵²⁵ O senador paulista também relembrou com ironia um fato que ficara célebre na imprensa durante o Regresso:

Queixando-se algumas pessoas de Ouro Preto de que se lhes abriam as cartas no correio, a desculpa que deu o administrador foi que os ratos tinham roído as obreias, pelo que entendia eu que ao menos se devia dar algum dinheiro ao administrador para fazer a despesa com um gato na casa do correio, a fim de não haverem tantos ratos que roessem os feixes das cartas.

Justificativas como as do funcionário mineiro eram frequentes, especialmente em se tratando de serviços postais marítimos.⁵²⁶ Inserido em um contexto de fraudes eleitorais, polarização e disputa pelo poder, o argumento de que ratos roessem obreias de cartas adquiriu, contudo, forte conotação política, ainda mais quando se notou certa “seletividade” na ação dos bichinhos:

O mais notável, e ao mesmo tempo engraçado, é que os ratos invasores são personagens de letras; e tem (não sabemos o motivo) raiva hidrofóbica contra tudo, quanto lhes cheira a ideias progressivas. [...] Logo que pelo sobrescrito das cartas podem presumir que vai dentro alguma ideia liberal, atiram-se às obreias com tal voracidade, que não deixam a mais pequena esquirola para sinal; e não poucas vezes tem acontecido devorarem cartas inteiras; e maços de periódicos bem volumosos!⁵²⁷

Acusações de que os novos regulamentos dos Correios franqueavam esse tipo de abuso também eram constantes nas folhas de orientação liberal. No dia seguinte à queda do gabinete

⁵²⁴ DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 22 ago. 1844; DIÁRIO NOVO (PE), 11 set. 1844; 27 jun. 1845.

⁵²⁵ ANAIS DO SENADO DO IMPÉRIO DO BRASIL, 21 set. 1843.

⁵²⁶ Um periodico da época trazia o seguinte comunicado da administração local: “*Os Srs. Johnston Pater & C., João Francisco da Cruz, João Joaquim Alves, João Pereira Moutinho, João dos Reis de Souza Dantas, João Victor de Carvalho, e João da Silva Regadas queiram dirigir-se ao correio geral para receberem cada um uma carta vinda da Bahia em mau estado, por chegar a mala do correio com uma abertura feita pelos ratos a bordo do vapor*”. O DIÁRIO NOVO (PE), 04 jun. 1847.

⁵²⁷ O PARLAMENTAR, 03 mar. 1838.

Carneiro Leão, o *Farol Constitucional* fazia o seguinte comentário:

Sabe-se muito bem que as cartas, em virtude dos novos regulamentos do correio, que não forem seladas, são consideradas como contrabando, tirando-se desta proposição o lógico corolário de estarem os indivíduos, *suspeitos* de serem delas portadores sujeitos às buscas dos esbirros da polícia. Ora em tempos críticos... talvez que o segredo das cartas não seja inviolável.⁵²⁸

Uma vez no poder, contudo, os Luzias passaram a ser acusados de praticar atos semelhantes aos que haviam criticado enquanto oposição: arrombamento de malotes; demissões arbitrárias de agentes postais, havendo mesmo denúncia de assassinato de um pedestre que conduzia cartas de São Paulo para a Corte.⁵²⁹ Em vista disso, os redatores do *O Brasil*, folha de matiz conservador, chegaram a afirmar ironicamente: “*não há ordeiro que depositando suas cartas no correio com direção a certos e determinados pontos, não tenha certeza que procede com tanta segurança como se mandasse dizer ao Sr. chefe de polícia tudo quando [sic] diz ao seu amigo*”.⁵³⁰

Nesse capítulo, veremos como a regulamentação dos Correios foi sendo continuamente aprimorada de forma a inspirar confiança no público, ao mesmo tempo em que se lidava com o progressivo aumento do volume de correspondências. Primeiramente circunscritas a aspectos fiscais e contábeis, tal como visto anteriormente, as reformas postais do Segundo Reinado também transformaram o expediente das repartições, num fenômeno semelhante ao observado por Charles Richard Perry para o caso dos Correios britânicos: “*ao longo do século XIX, o topo da hierarquia administrativa continuou a refletir suas origens pré-industriais [...], apesar do fato de que o departamento haver se tornado uma empresa moderna*”.⁵³¹ E é essa contradição/complementaridade entre arcaísmo institucional e modernização burocrático-regulamentar a tônica dos debates analisados a seguir.

4.1 Rupturas na política, continuidades na mudança

Posto que autorizada por lei, a reforma de que tratamos no capítulo anterior não foi executada de pronto. Isso porque os decretos 254º e 255º, embora instituíssem importantes inovações fiscais – uniformização das tarifas de acordo com o peso das correspondências;

⁵²⁸ FAROL CONSTITUCIONAL, 03 fev. 1844.

⁵²⁹ O BRASIL, 17 ago. 1844.

⁵³⁰ O BRASIL, 05 set. 1844.

⁵³¹ PERRY, Charles Richard. *The Victorian Post Office: The Growth of a Bureaucracy*. Woodbridge, UK: The Royal Historical Society/ The Boydell Press, 1992, p. 6 (Tradução da autora).

pagamento antecipado do porte e uso de selos – continham poucos esclarecimentos sobre como seria o regime de trabalho na então recém-instituída Diretoria Geral dos Correios.

Ciente dessa deficiência, Araújo Vianna chegou a elaborar um bosquejo de revisão do regulamento de 1829. Ao determinar que a transmissão de correspondência fosse “*privilégio exclusivo do Correio Geral*” (artigo 2º), o ministro reforçava o monopólio do Estado sobre os serviços postais, prevendo multa para quem desrespeitasse as regras (artigo 3º).⁵³² Exceções eram feitas aos portadores de cartas de recomendação e demais correspondências abertas (artigo 4º).

O projeto de Araújo Vianna mantinha a figura do diretor geral (artigo 5º), porém dividia o expediente dos Correios em três sub-repartições, a saber: 1) Posta Urbana; 2) Posta Geral e 3) Listas (artigo 9º). Cada uma dessas estâncias seria dirigida por um empregado com igual título de diretor, e deveriam funcionar todas em um mesmo edifício (artigo 10º).

À Posta Urbana competia “*encaminhar a correspondência de um bairro da Cidade para outro; mandar para a Posta Geral as correspondências e entregar nos domicílios as cartas vindas pela mesma Posta Geral*” (artigo 11º). Para isso, a sub-repartição contaria com uma legião de distribuidores equivalente ao número de distritos existentes nas cidades onde houvesse esse tipo de serviço. Esses distribuidores deveriam “*entregar as cartas nos domicílios; levá-las das Caixas dos Distritos à Posta Urbana e entregar ao Diretor as somas recebidas semanalmente*” (artigo 15º). Tal como no regulamento de 1835, o projeto em questão determinava que as caixas postais fossem numeradas e instaladas, de preferência, nas casas de “*negociantes de retalho respeitáveis*” (artigo 17º), os quais gozariam dos mesmos privilégios e isenções reservados aos empregados dos Correios (artigo 19º).

As cartas provenientes das províncias do Império ou de países estrangeiros deveriam ser encaminhadas pela Posta Geral (artigo 20º), cujo diretor estaria habilitado para, dentre outras funções, “*contratar, debaixo da autoridade do Diretor do respectivo Correio Geral, a transmissão mais vantajosa, e pronta das malas, tanto terrestres, como marítimas*” (artigo 22º). Esse funcionário contaria com o auxílio de amanuenses, cujo número variava de acordo com a localidade: três na Corte; dois nas capitais da Bahia, Pernambuco e Maranhão e um nas restantes províncias (artigo 23º).

À sub-repartição das Listas caberia, por fim, fazer chegar a seus respectivos destinos as cartas que não tivessem endereço (artigo 24º). Para que esse objetivo se realizasse, o diretor competente deveria cumprir os seguintes procedimentos escriturários (artigo 26º):

⁵³² As multas deveriam ser calculadas com base no peso da correspondência traficada, podendo chegar a até 4\$000 réis por oitava de peso.

1º Inserir alfabeticamente num Livro os nomes e domicílios de todas as pessoas, que para isso se apresentarem. 2º Receber todas as cartas enviadas pelas Postas Urbana, e Geral, e organizar listas numeradas, alfabéticas e especiais para cada Província do Império e Porto Estrangeiro, de todas aquelas, cujos nomes não estiverem nos assentos. 3º Acrescentar aquelas que o não tiverem, os respectivos domicílios, carimba-las e enviá-las ao Diretor da Posta Urbana; 4º Receber à porta do Correio cédulas contento o número, nome, e domicilio das cartas das listas, copiar o último sobre as cartas, carimbá-las e enviá-las à Posta Urbana, guardando as cédulas. 5º Encher o registro; 6º Receber as cartas anônimas devolvidas, e fazer restituir os respectivos portes; e 7º Dar conta semanalmente ao Diretor do movimento de sua Repartição.

O projeto do ministro reiterava a ordem de se estabelecer agências de Correios em todas as cidades, vilas e demais povoações importantes do Império (artigo 28º). Essas repartições estariam a cargo de agentes com vencimentos conforme “*a natureza de seu trabalho e sobre informação do Diretor Geral dos Correios do Império*” (artigo 30º). Cada agência deveria ter, ademais, um subagente (artigo 32º).

Araújo Vianna ainda determinava que todo o indivíduo que se sentisse prejudicado pelo descumprimento de algum desses artigos tivesse recurso perante a diretoria dos Correios (artigo 37º). Além disso, as pessoas que provassem ter recebido cartas anônimas cujo teor não as interessasse poderiam requerer reembolso na repartição das listas (artigo 38º). Note-se que esse último artigo sugere que a intenção do ministro fosse adotar o sistema misto de pagamento de porte.

O projeto em questão foi apresentado a Bernardo de Vasconcelos, conselheiro designado por Araújo Vianna para ser o relator da referida consulta. Em seu parecer (cujo conteúdo analisamos no capítulo anterior) o senador mineiro não propôs nenhuma reorganização interna dos Correios. Sua opinião era de que as medidas fiscais da reforma poderiam ser executadas “*independentemente de outros regulamentos*” e sem comprometer o arranjo institucional então vigente. O conselheiro também argumentava que o serviço postal brasileiro, “*apesar de suscetível de melhoramentos*”, não era “*tão defeituoso*” como algumas opiniões faziam crer:

Em verdade o seu expediente oferece segurança, e se não é tão rápido, como pode ser, ninguém o considerará com razão nimiamente moroso. Os primeiros Empregados da Administração recebem as cartas; em sua presença calculam-se, e lançam-se os portes; minuciosa e acurada escrituração as acompanha; e, antes da sua entrega, novos exames, conferências, e escrituração se praticam, de maneira que não é possível o descaminho de uma carta, sem que seja descoberto o autor do crime.

Além das críticas ao pagamento antecipado de portes vistas no capítulo anterior, Vasconcelos teve de lidar com a acusação de que a diretoria geral dos Correios era, na verdade,

uma “*sinecura*” criada unicamente para favorecer um “*afilhado*” do governo. Sem justificar a nomeação de Jacinto da Veiga para o cargo em questão (esse havia sido um ato de Araújo Vianna) o senador mineiro assim se manifestou sobre o arranjo dessa nova repartição:

É regra muito trivial da ciência administrativa que quando há serviços distintos colocados em diversos pontos de um estado, é indispensável que eles tenham um centro comum; que, quando há mais de uma administração do correio, quando há, por exemplo, 18 administrações do correio, haja uma autoridade que resolva as dúvidas de pequena importância, as dúvidas de simples aplicação do regulamento que se suscitem entre as diversas administrações, que lhes dê direção, que lhes dê impulso, que as acompanhe em sua marcha, que lhes recomende a observância dos regulamentos e ordens posteriores, que advirtam a seus empregados, que promovam a sua fiscalização, em uma palavra, que promovam a ação administrativa.⁵³³

Na perspectiva ordeira, a inexistência de um centro administrativo nos Correios dificultava a relação entre a Corte e as províncias: “*É que o governo ignora quase sempre o que sucede fora do Rio de Janeiro, por isso que não existe o foco dos esclarecimentos, não há quem harmonize essas diversas repartições*”, afirmava Vasconcelos. Aos que sugeriam ampliação da jurisdição ministerial ao invés da criação de novos cargos, o conselheiro respondia: “*ele [Ministro dos Negócios do Império] tem de administrar um país novo, tem de aplicar todos os princípios a este país novo*”, de forma a evidenciar a sobrecarga de competências da pasta em questão.

Com a mudança ministerial ocorrida em janeiro de 1844, coube a um gabinete de diferente orientação política (liberal) dar continuidade à reforma.⁵³⁴ Em seu primeiro relatório a frente da pasta dos Negócios do Império, José Carlos Pereira de Almeida Torres assim se manifestava sobre o tema:

Em um serviço tão extenso, e complicado, não era de esperar que os Regulamentos saíssem desde logo com uma perfeição tal, que escusassem toda, e qualquer alteração: a experiência tem mostrado a necessidade de algumas, e a Seção do Conselho d’Estado, a que pertencem os Negócios do Império, se acha incumbida deste trabalho.⁵³⁵

O trabalho ao qual o ministro fazia referência era, com efeito, o projeto de um novo regulamento. Elaborado pelo órgão consultivo em menção – dessa vez com a coadjuvação do

⁵³³ ANAIS DO SENADO DO IMPÉRIO DO BRASIL, 21 set. 1843, p. 528.

⁵³⁴ O 4º gabinete ministerial do reinado de Pedro II, de orientação liberal/palaciana, tomou posse no dia 2 de fevereiro de 1844, tendo como figuras principais José Carlos Pereira de Almeida Torres, seu organizador, e Manoel Alves Branco ocupando a pasta da Fazenda. Cf.: FERRAZ, *op. cit.*, p.90.

⁵³⁵ Relatório da Repartição dos Negócios do Império apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 3ª sessão da 5ª Legislatura pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado José Carlos Pereira de Almeida Torres. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1844, p. 35.

diretor geral e do administrador do Correio da Corte – esse documento apresentava em seu preâmbulo uma significativa mudança na intenção dos conselheiros e na forma como eles passaram a ver os serviços postais:

A Reforma proposta não é parcial; compreende quanto pode nas circunstancias atuais, concorrer para a maior prontidão, regularidade, e segurança da correspondência entre os diversos pontos do Império. Pela íntima conexão que tem os Atos do Processo de Entrega, condução e distribuição das cartas, e mais papéis de que se encarregam os Correios, rara é a alteração que um artigo de que se não ressintam os outros, e de que pois não resulte a necessidade de os por de acordo, e retocar. A Seção pois está persuadida de que executa fielmente o Pensamento Imperial, quando não se limita a satisfazer a um, ou outro interesse desta Repartição; mas a todos consultou, e harmonizando todas as Disposições que a regulam, as coligiu no Projeto que respeitosamente submete à Alta Consideração de Vossa Majestade Imperial.⁵³⁶

A Seção via nos Correios um estabelecimento de *“alta transcendência social”*. Sendo assim, as regras e os preceitos dessa instituição deveriam ser *“de tal evidência e clareza”* que, logo em seu enunciado, o leitor já encontrasse *“a demonstração da sua verdade”*. E quais seriam esses fundamentos?

Os conselheiros se diziam convictos, em primeiro lugar, da lisura do expediente. Segundo eles, *“a entrega das cartas [...], seu acondicionamento e distribuição no lugar do seu destino, são cercadas de garantias tais, que devem estar tranquilos e seguros os que confiam suas cartas ao Correio, que elas irão ter às mãos das pessoas, a quem forem dirigidas”*. Para garantir esse princípio, as cartas deveriam continuar a ser depositadas em uma caixa *“bem segura”* e depois conduzidas *“com publicidade”* por empregados *“de confiança”*. Também sugeria-se que, ao chegarem às agências, antes de serem abertas, as malas fossem submetidas a *“acurado exame”*, a fim de verificar se *“a fraude, ou a violência”* haviam tentado ou cometido *“algum atentado contra a inviolabilidade do segredo da correspondência”*. A Seção afirmava ademais ser *“presunção de Direito”* que todos os papéis chegassem a seus destinos.

Com vistas a promover *“centralização e unidade”* nos Correios, a Seção propôs ampliar o quadro de funcionários da Diretoria Geral. Assim, além dos cargos anteriormente criados, essa repartição passou a dispor de: um oficial maior, com ordenado de 1:400\$000 réis anuais; dois oficiais, vencendo anualmente 1:000\$000 réis cada e dois amanuenses com ordenado de 600 réis anuais (artigo 1º). Os gastos com esse novo arranjo seriam posteriormente criticados por um deputado da 6ª legislatura, que acusou o governo de haver criado *“uma secretaria de estado no correio”*.⁵³⁷

⁵³⁶ ANRJ, Coleção Bernardo Pereira de Vasconcelos, doc. 6226 (33 pps.).

⁵³⁷ Discurso do deputado Silva Ferraz. ANAIS DO PARLAMENTO BRASILEIRO, 05 fev. 1845, pp. 460 – 462.

Para os conselheiros, as atribuições do diretor geral haviam sido concebidas “*em termos gerais não definidos*”, o que poderia levar esse funcionário a “*alguma confusão*” no exercício de suas funções. E essas passavam a ser: indicar nomes para o preenchimento de postos na administração; expedir regulamentos internos, instruções e ordens; organizar e mandar imprimir mapas com itinerários dos pedestres; mandar proceder à arrematação da condução de malas; arbitrar conflitos e sanar dúvidas no interior da repartição; propor o ensaio de novas linhas e agências; fiscalizar administradores e tesoureiros; fornecer modelos para os livros de escrituração e contabilidade; organizar o orçamento geral da receita e despesa; etc. (artigo 2º). A reiteração de algumas competências, assim como a ampliação de outras, tornava-se, assim, uma forma de evitar conflitos de jurisdição no âmbito da repartição em questão e, conseqüentemente, o “*malogro de providências adotadas com a melhor intenção*”.

Outro problema abordado no parecer dizia respeito à instabilidade dos funcionários, considerada um dos principais obstáculos ao bom serviço dos Correios. Sem hesitação, os conselheiros ponderavam sobre a conveniência de se afiançar aos bons empregados “*uma estabilidade que algum tanto se aproximasse da vitaliciedade*”. Apresentavam, para isso, o seguinte argumento: “*O Correio não pode medrar sem confiança Pública, e difícil ser-lhe-á obtê-la se for abandonado à mercê das vicissitudes, e paixões dos partidos Políticos*”. Sendo assim, os empregados não poderiam ser suspensos ou demitidos sem advertência prévia, salvo nos casos em que pudessem ser presos por terem travado rixas ou violado o segredo das correspondências (artigo 65º). Essas advertências e suspensões apenas teriam efeito se fossem feitas por escrito e apresentadas no prazo de dois meses após a ocorrência, ficando sujeitas à aprovação do ministro do Império (artigo 66º).

Embora defendessem que os funcionários dos Correios fossem estáveis em seus cargos, os conselheiros eram contrários à “*prodigalidade*” do sistema de previdência ao qual esses servidores estavam submetidos. Nesse sentido, seu parecer comparava a realidade brasileira às de outros países:

A França e a Inglaterra, as duas Nações mais ricas do Mundo não desamparam os Empregados Públicos quando a enfermidade, ou a mão dos anos os tem incapacitado da continuação de proveitosamente servirem ao seu País. Contudo além de que ali as aposentadorias são pagas por um Cofre de fundos na máxima parte constantes de deduções dos ordenados não haverá uma dúzia de aposentadorias com ordenados por inteiro aos 20, ou 25 anos de serviço, e em idade e estado em que ainda se podem prestar valiosos. No Brasil, outras práticas, outras máximas prevalecem; por herética passa a opinião que se pronuncia contra as aposentadorias com todo o ordenado dos Empregados, mormente se o Empregado conta 20, ou 25 anos de serviço.

A Seção propunha, portanto, que os empregados dos Correios fossem aposentados

apenas com seus ordenados, sem gratificações, após 25 anos de “*bom serviço*” e 65 anos de idade (artigo 74º). Poderiam gozar desse benefício os empregados que, mesmo não contando com idade para se aposentar, tivessem “*bem desempenhado seus deveres*” durante o período mínimo de cinco anos (artigo 76º).

Na contramão da busca por agilidade, a Seção conservara as listas nominais características do antigo sistema de escrituração. Assim, cada administração ou agência deveria ter um caderno no qual fossem lançados os nomes dos destinatários e número de objetos postais a eles destinados (artigo 93º). Por esses cadernos se formariam listas diárias tanto das correspondências que fossem para outros pontos do Império (artigo 94º) como daquelas a serem entregues pelos carteiros (artigo 114º).

Contrariando a vontade dos comerciantes – cujo memorial analisamos anteriormente – a Seção não apenas manteve o sistema de pagamento antecipado como também recomendou “*alta gradual dos portes*”. Livros, folhetos e papéis “*impressos, litografados, ou gravados*”, assim como “*Leis, Regulamentos, Atos Ministeriais, Periódicos e maços de amostras*” pagariam a quarta parte do porte das cartas (artigo 185º). Estabeleceu-se ademais um porte mínimo por esses materiais: 30 réis, o que equivalia a 4 oitavas de peso (artigo 186º).

As pessoas que quisessem enviar papéis “*para dentro da mesma Cidade, Vila, ou Povoação*” o fariam “*lançando-os [papéis] nas Caixas com o selo afixado*”, sendo que o valor desse selo seria metade do dos Correios de terra (artigo 188º). A esse material seria dado “*o mesmo destino que as [correspondências] recebidas pelas malas*”. Incumbia-se ademais o diretor geral de dar todos os passos para o estabelecimento dos Correios urbanos na Corte – distribuição das caixas, contratação de carteiros, etc. (artigo 189º).

À semelhança das legislações anteriores, o novo regulamento reiterou o processo de monopolização do Estado sobre a remessa de correspondências: “*De uns para outros lugares entre os quais houver Correios regularmente estabelecidos, é proibido mandar cartas fechadas por condutores, ou expressos, sem que delas tenha sido previamente pago o devido porte, por meio de selo, como se fossem remetidas pelo Correio*” (artigo 197º). As pessoas que infringissem esse princípio sofreriam multa pecuniária de 30 vezes o valor dos selos não pagos.

Não obstante essa interdição, isentava-se de porte qualquer correspondência, papel impresso, maço, etc. conduzido fora dos Correios, desde que esse material estivesse aberto e não levasse “*carta alguma fechada*” em seu interior (artigo 198º). Também foram confirmados franqueamentos para: papéis do serviço público (artigo 199º); correspondências conduzidas por profissionais do transporte para seus contratantes (artigo 200º); cartas de colonos enviadas aos seus respectivos países de origem (artigo 201º) e cartas com menos de 12 oitavas que tratassem

de assuntos e negociações relativas à embarcação nas quais fossem transportadas (artigo 213°).

Em relação aos selos postais, o novo regulamento determinava com palavras muito semelhantes às de Rowland Hill que esses objetos fossem “*estampados em papel mui fino, e fixados nas cartas e mais papeis com substancia tão glutinosa que se faça difícil sua separação sem que se lacere*” (artigo 192°). Os falsificadores estariam, por sua vez, sujeitos não apenas às sanções previstas no decreto nº 254, mas também a uma multa pecuniária de 10 vezes o valor dos selos que houvessem sido comercializados (artigo 220°). Já aqueles que vendessem selos sem autorização do governo poderiam ter de pagar até 20 mil réis de multa (artigo 221°).

A Seção observava que, embora as operações de escrituração e contabilidade estivessem previstas nas legislações anteriores, seu conteúdo era “*vago, desconexo e pouco regular para se conseguir o fim desejado*”. Em sua opinião, o novo regulamento vinha, portanto, especificar “*com clareza*”: 1) os objetos da receita e da despesa, 2) os prazos para prestação de contas e 3) as penas para infratores.

Em relação ao primeiro tópico, determinava-se que a receita procedesse das seguintes atividades: venda de selos; arrecadação de seguros; portes de cartas não seladas; assinaturas; multas e rendimento líquido das agências. Já a despesa seria proveniente das despesas feitas nas administrações ou agências; das remessas de líquido rendimento ao Tesouro Público Nacional; da queima de cartas extraviadas ou sem proprietário e, finalmente, da remessa de selos para as agências (artigo 242°).

“*Com a precisa antecedência*” que julgasse necessária, o diretor geral remeteria ao Ministro do Império um mapa da quantidade de selos a serem vendidos nas agências dos Correios (artigo 222°). A remessa desse material deveria ser acompanhada de duas guias idênticas, das quais uma ficaria em poder do agente receptor e a outra retornaria à administração provincial respectiva (artigo 238°). Os administradores que, por sua vez, não enviassem à diretoria os balancetes dessa e de outras operações contábeis, seriam imputados com as multas originalmente impostas a esses funcionários, podendo ser suspensos de suas atividades (artigos 255° e 256°). Com isso, o governo garantia certo controle na distribuição de selos pelo território do Império.

Além das disposições mencionadas, os conselheiros fixaram o horário de expediente; estabeleceram protocolos de abertura e fechamento de malas; prescreveram regras para se lidar com cartas atrasadas e papéis seguros, etc. Com isso, eles esperavam, “*mais regularidade, mais segurança na condução da correspondência, porém muito pouca mais celeridade*”. Isso porque, nas suas palavras:

A limitada população do Império espalhada por imensa superfície, reduzida a poucas transações não sente ingente necessidade de comunicações, as estradas que esse insensato sistema de colonização tem sempre conservado em péssimo estado, não permitem, nem sequer rápidas conduções em animais.

Esses obstáculos faziam com que a marcha dos Correios brasileiros não ultrapassasse oito a dez léguas por dia, sendo que em outras nações esse expediente era de *“duas, três e até quatro léguas por hora”*. Mesmo assim, a Seção recomendava ao diretor dos Correios que fosse *“pouco e pouco ensaiando alguns melhoramentos”* no transporte, especialmente dentro do perímetro da Corte, pois *“de repetidos e meditados esforços”* resultaria *“algum progresso em matéria de tanta transcendência”*.

A Seção concluía seu parecer alertando sobre a inconveniência de se cortarem as verbas dos Correios, *“bastando a garantia de fixar o máximo das despesas dessa repartição”*. Com o melhoramento dos serviços postais, os conselheiros esperavam que se aumentasse o pessoal – o que de fato ocorreu, tal como veremos no próximo capítulo. Portanto, se os parlamentares fixassem a despesa em lei, dificilmente o governo conseguiria ampliar o quadro de funcionários *“com a brevidade que exige a manutenção do Crédito de um ramo de Administração que só com ele prospera”*.

Em seu segundo relatório à frente da pasta dos Negócios do Império, Almeida Torres afirmou que o objetivo precípua do novo regulamento dos Correios⁵³⁸ era *“concorrer para a maior prontidão, regularidade, e segurança da correspondência entre os diversos pontos do Império”*. E concluiu, num texto que reproduzia partes do parecer do Conselho de Estado:

Com ela [reforma] rara vez se conseguirá nas Repartições do Correio violar impunemente o segredo da correspondência: a entrega das cartas, seu acondicionamento, e distribuição no lugar do seu destino, são cercadas de garantias tais, que devem ficar seguras as pessoas, que as remetem, de que elas irão chegar às mãos das outras, a quem são dirigidas: a fiscalização da Receita e Despesa será mais fácil, e muito mais exata: a centralização finalmente, e a unidade, que vai receber este ramo do Serviço, prometem que ele seja desempenhado com melhor ordem e atividade. No sistema das taxas em vigor nenhuma alteração se fez, por não ter ainda a experiência oferecido suficientes esclarecimentos a este respeito; e tudo se limitou nesta parte à alta gradual dos portes, que todavia não deverão exceder à importância da despesa. Eis aqui em resumo as principais vantagens, que devem resultar desta última reforma.⁵³⁹

Há na legislação em questão diversos pontos de continuidade com a política econômica

⁵³⁸ Decreto nº 399 de 21 de Dezembro de 1844. BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1845, pp. 267 – 316.

⁵³⁹ *Relatório da Repartição dos Negócios do Império apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 1ª Sessão da 6ª Legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império José Carlos Pereira de Almeida Torres*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1845, pp. 25 – 26.

Squarema de comunicações postais. O principal deles diz respeito ao processo de monopolização do Estado sobre a remessa das correspondências: por meio da documentação analisada, vimos como o governo imperial foi progressivamente ampliando sua responsabilidade fiscal sobre os Correios, na medida em que aumentava a demanda do mercado por comunicações. E essa ampliação da capacidade extrativa/ normativa do Estado evidenciou-se em um arranjo institucional centralizado, no qual funcionários (mas também o público usuário dos serviços postais) gravitavam “*em torno do Trono*”, para utilizar uma expressão dos próprios agentes envolvidos no processo.

O enquadramento das comunicações postais à lógica monopolista tinha, contudo, limites impostos pelo liberalismo político e pela escravidão: qualquer determinação mais restritiva por parte do governo – como a proibição de que escravos pudessem portar cartas de seus senhores, por exemplo – poderia ser considerada vexatória, ao ameaçar os direitos civis constitucionalmente estabelecidos desde 1824. Sendo assim, entre avanços e recuos, rupturas e continuidades, as reformas dos anos 1840 podem ser consideradas um marco no processo de racionalização do sistema postal brasileiro e de inserção desse sistema no conjunto de instituições liberais que caracterizaram o Estado imperial na primeira metade do século XIX.

Com o falecimento de Bernardo Jacinto da Veiga em junho de 1845, a então recém-reformada Diretoria Geral dos Correios passou para o comando de Gabriel Getúlio Monteiro de Mendonça.⁵⁴⁰ Assim como seu antecessor, esse burocrata de ascendência portuguesa⁵⁴¹ conciliara carreira política e ingresso na máquina do Estado: foi secretário de governo em Mato Grosso (1823); representante dessa mesma província na 1ª Legislatura (1826); presidente das províncias da Paraíba do Norte (1828) e do Espírito Santo (1830); vereador da Câmara Municipal do Rio de Janeiro (1840), sendo que, no momento de sua nomeação para o cargo em questão, cumpria seu primeiro mandato como deputado por Minas Gerais.⁵⁴² A participação dos dois homens em questão nos acontecimentos de 1842 deu-se, contudo, em lados opostos:

⁵⁴⁰ A nomeação de Gabriel Getúlio para o cargo de diretor geral dos Correios deu-se no dia 15 de fevereiro de 1845 e a posse quinze dias depois. LOPES, Domingos de Castro. *O Correio Brasileiro: Notícia Histórica*. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1909, p. 77.

⁵⁴¹ Gabriel Getúlio era o primogênito dos 13 filhos de José Zeferino Monteiro de Mendonça, lente natural de Lisboa que se estabelecera na vila de Cuiabá em finais do século XVIII. Mais informações sobre a família Monteiro de Mendonça encontram-se em: FERREIRA, Marieta de Moraes. *Histórias de Família: Casamentos, Alianças e Fortunas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

⁵⁴² Os mandatos de Gabriel Getúlio na Câmara dos Deputados foram dois: um na 6ª legislatura (1845 – 1847) e outro na 7ª (1848). JAVARI, *op. cit.*, 305; 307.

enquanto Jacinto da Veiga se ocupava em reprimir os revoltosos, Gabriel Getúlio era apontado pelos conservadores/legalistas como “*uma das pessoas influentes na rebelião*”.⁵⁴³

Poucos dias após a posse do novo diretor, o *Sentinella da Monarchia* publicou um artigo com comentários sobre os efeitos da reforma postal:

Triste fatalidade é a nossa! Não há hi [sic] teoria por melhor combinada, reforma por mais meditada, que não degenere quando trazida à prática. [...] Reforma-se uma repartição qualquer, dão-se lhe novos regulamentos, aumenta-se-lhe [sic] o pessoal, gastam-se em fim grossas somas; começa ela a ter andamento, e eis que se reconhece que a reforma *reformou* para pior!! [...] O nosso Correio é um exemplo vivo de quanto deixamos dito. Criou-se uma Diretoria Geral com sua respectiva Secretaria, cheia de empregados; aumentou-se o número dos existentes, deram-se novos métodos de prontificar as listas, e de entregar as cartas: mas o que aconteceu? Ficou o Correio três vezes pior do que estava!!!⁵⁴⁴

Para fundamentar sua crítica, os redatores desse jornal citavam a demora dos empregados do Correio em recolher as correspondências de mar: “*Entrou há três dias do Havre a galera francesa Rose; às 2 horas da tarde estava fundeada; mas as malas só chegaram a terra depois do Sol posto*”. Quanto aos serviços terrestres, eles afirmavam receber diariamente queixas de assinantes relativas a subtrações de folhas, cartas e até mesmo dinheiro ocorridas nas administrações do interior. Em face disso, exclamavam: “*Acabe-se com o sistema de compadres e afilhados – façam se recair as nomeações sobre homens capazes – não se atenda a empenhos para deixar de puni-los quando prevaricarem...e esses abusos e escândalos desaparecerão*”.

Em outro número, o *Sentinella* voltou a atacar a administração dos Correios, dessa vez com a notícia do aparecimento de uma carta segura que havia ficado retida por anos naquela repartição.⁵⁴⁵ A veracidade dessa notícia foi, contudo, contestada pelos redatores d’*O Social*, que assim se expressavam em defesa da nova diretoria: “*Ao Sr. Getúlio coube a tarefa de arrancar do sumidouro, em que estavam, muitas cartas, dirigidas a pessoas conhecidas; e que a incúria da administração do correio aí as conservaria per omnia secula seculorum*”.⁵⁴⁶

Um dos primeiros desafios de Gabriel Getúlio foi, com efeito, lidar com o acúmulo de papéis. Para isso, ele instituiu uma comissão por ele presidida a fim de identificar, processar e separar esse material. O resultado desse trabalho foi elogiado nas colunas d’*O Social*:

⁵⁴³ O BRASIL, 29 set. 1842.

⁵⁴⁴ SENTINELA DA MONARQUIA, 16 jan. 1846 (itálico no original).

⁵⁴⁵ SENTINELA DA MONARQUIA, 23 jan. 1846.

⁵⁴⁶ O SOCIAL, 30 jan. 1846 (itálico no original).

Acharam existir no correio o número de 51.807 cartas, destas separaram-se 15.968 para se entregarem, 2.339 para remeter a diferentes correios, 2.240 com portes inferiores, 880 para diversos militares, 230 seguras; destas entregaram-se 76.989 para estrangeiros, 26.791 para pessoas desconhecidas e 370 para pessoas residentes no município, e fora da cidade.⁵⁴⁷

Nesse mesmo ano de 1845, o novo diretor propôs a revogação dos artigos 93º, 94º e 114º do regulamento de 1844 relativos à obrigatoriedade das listas nominais: ponderava ele que, além de ineficaz esse sistema de escrituração sobrecarregava os empregados dos Correios com “*trabalho quase impossível de vencer*”, disso resultando “*prejuízo da pronta entrega ou remessa*”.⁵⁴⁸

O governo se mostrou de início contrário ao requerimento em questão. Para o ministro Joaquim Marcelino de Brito,⁵⁴⁹ as listas nominais eram uma garantia que tinha o público de que suas cartas seriam fielmente entregues pelos Correios. Porém, a insistência de Gabriel Getúlio – que argumentava ser a revogação dos citados artigos “*o único remédio eficaz*” contra a demora na remessa das correspondências – fez com que o ministério subsequente expedisse uma série de providências com vistas a “*corrigir [...] algumas imperfeições*” da regulamentação então em vigor.⁵⁵⁰

Primeiramente, ordenou-se que a Diretoria Geral passasse a funcionar no mesmo edifício da administração dos Correios da Corte; o pessoal dessa repartição também foi dividido em duas turmas responsáveis pelos turnos matutino e vespertino; separaram-se ademais os expedientes da importação e da exportação, elevando-se a dez o número de adidos para dar conta desse material. Por fim, aumentou-se a diária dos carteiros e demitiram-se aqueles que não eram “*rigorosamente pontuais no cumprimento de seus deveres*”.⁵⁵¹

A reorganização do Correio da Corte coincidiu com promulgação da lei do orçamento para os anos financeiros de 1846/47 e 1847/48. Além de promover um amplo reajuste nos vencimentos dos funcionários dos Correios, esse dispositivo previa que periódicos impressos

⁵⁴⁷ O SOCIAL, 03 mar. 1846.

⁵⁴⁸ *Relatório da Repartição dos Negócios do Império apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 4ª sessão da 6ª Legislatura pelo respectivo Ministro e Secretário d’Estado Joaquim Marcelino de Brito*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1847, p. 66.

⁵⁴⁹ Marcelino de Brito integrou o 6º gabinete ministerial do reinado de Pedro II, tendo permanecido no cargo de 2 de maio de 1846 a 22 de maio de 1847. Outros nomes desse governo de orientação liberal eram: José Joaquim Fernandes Torres (Justiça); Bento da Silva Lisboa (Estrangeiros); Antonio Francisco de Paula Holanda Cavalcanti de Albuquerque (Fazenda/Marinha) – substituído na primeira pasta em maio de 1847 por José Joaquim Fernandes Torres – e João Paulo dos Santos Barreto (Guerra). Cf.: JAVARI, *op. cit.*, pp. 97 – 98.

⁵⁵⁰ *Relatório da Repartição dos Negócios do Império apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 1ª sessão da 7ª Legislatura pelo respectivo Ministro e Secretário d’Estado Visconde de Macaé*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1848, p. 41.

⁵⁵¹ Além dessas determinações, consta que Gabriel Getúlio houvesse organizado um regulamento interno do Correio da Corte, sobre cujo conteúdo julgou o ministério ser conveniente ouvir a Seção do Conselho de Estado, antes de dar-se execução.

no Império, qualquer que fosse seu formato, pagassem a tarifa fixa de dez réis que até então era reservada apenas às folhas avulsas. Para “*folhetos encadernados ou brochados*” manteve-se o porte mínimo de 30 réis, tal como determinado no regulamento de 1844. Impressos estrangeiros, por sua vez, permaneceriam sujeitos à reciprocidade tarifária.

Com a proximidade de vencimento dessa legislação, iniciaram-se as tentativas parlamentares para preservar (ou mesmo ampliar) aquele subsídio. Nesse sentido, Francisco Inácio de Carvalho Moreira apresentou uma emenda à lei do orçamento para o exercício de 1849/50 que franqueava de porte todos os periódicos nacionais. Argumentava o deputado fluminense que a sugestão era coerente com a opinião então predominante na Câmara de que certas instituições, como os Correios, não deveriam ser consideradas “*senão como instituições administrativas, e não como sendo capazes de dar produto material necessário para criar receita*”.⁵⁵²

Carvalho Moreira reconhecia que a receita daquela repartição era inferior à despesa, porém ponderava que, de acordo com os dados que achara nas tabelas dos Correios, o porte dos periódicos não produzia anualmente mais de 20 contos de réis. Nesse sentido, questionava: “*esta receita é tão importante, é tão necessária que não se possa prescindir dela a vista das vantagens que devem resultar do franco porte dos jornais e periódicos brasileiros?*”. O deputado ainda fazia uma interessante distinção entre a natureza das remessas de periódicos e de cartas:

Um jornal, uma publicação periódica, desde que cai no domínio do público, não pertence mais senão ao estado, e em geral à opinião, salva as relações que resultam das disposições da lei que reclama a propriedade literária; mas as opiniões, as doutrinas consignadas em um jornal pertencem ao público. Sendo assim, não [sei] porque razão se há de estender à circulação dessas doutrinas as mesmas razões que podem autorizar, ou autorizam as despesas que são os particulares obrigados a fazer para que o segredo do seu pensamento, o segredo doméstico, suas relações de vida comum, sejam transmitidas de um para outro lugar mediante os recursos do governo.

Carvalho Moreira concluía seu discurso afirmando ser a taxa dos jornais “*um verdadeiro tributo lançado sobre a inteligência*”, um obstáculo que se punha “*à instrução do público, à divulgação das luzes, à circulação das doutrinas e das opiniões*”. Tal arrazoado parece ter surtido efeito, pois a emenda sobre isenção de porte para periódicos nacionais passou a integrar o texto da lei.⁵⁵³

⁵⁵² ANAIS DO PARLAMENTO BRASILEIRO, 29 ago. 1848, p.

⁵⁵³ Lei nº 514 de 28 de outubro de 1848. BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1849, p. 167. Esse dispositivo também reiterava a gratuidade do porte para as folhas estrangeiras que fossem destinadas a bibliotecas públicas.

Como deputado, Gabriel Getúlio também buscou advogar a favor dos interesses da repartição a seu cargo. Na mesma sessão em que falou Carvalho Moreira, ele foi a público manifestar seu repúdio a um artigo aditivo que transferia a renda dos serviços postais para o Ministério da Fazenda. Suas alegações eram as de que a sugerida mudança reduziria “*a importante administração do correio*” ao “*desgraçado estado*” em que se achava no passado colonial, sendo que, nos países “*cultos e civilizados*” essa repartição era “*da privativa atribuição do ministério do interior*”.

Gabriel Getúlio se questionava sobre as motivações que teriam levado a Comissão do Orçamento da Câmara a propor semelhante arranjo: “*Talvez, entenda [...] que é mais próprio estar anexa à fazenda a administração do correio, porque arrecada*”. Contudo, ele lembrava seus colegas parlamentares de que “*não [se] considera como fonte de renda os correios*”. A negligência de governos passados para com a contabilidade dos serviços postais também foi utilizada como argumento pelo deputado: “*A administração da fazenda desde 1758 não tomou contas em um só ano à administração do correio em todo o tempo em que esteve debaixo de sua direção; não sabe mesmo onde estão os papéis nem os livros*”.

Enquanto a imprensa liberal celebrava o franqueamento de porte proposto por Carvalho Moreira, uma folha conservadora da Corte ironicamente insinuou que as intenções de Gabriel Getúlio com seu discurso iam além da preocupação com a contabilidade ou a difusão de luzes:

O Sr. Getúlio ocupa-se com impugnar a inovação da passagem dos negócios dos correios para a repartição da fazenda, por ser isso contrário a uma lei antiga e o costume das nações civilizadas, como a Inglaterra, França e Espanha, que conservam no ministro do interior todo o serviço dos correios; sendo ainda melhor a prática da América Inglesa que instituiu um ministério exclusivo de correios, cujo ministro se denomina Post-Master General, havendo no Brasil quem possa otimamente sobraçar a pasta de Post-Master General!...⁵⁵⁴

Com a ascensão do grupo “da ordem” liderado por Pedro de Araújo Lima (Marquês de Olinda),⁵⁵⁵ *O Correio da Tarde*, juntamente com outras folhas de orientação conservadora, passou a empreender uma verdadeira campanha contra a permanência de Gabriel Getúlio na

⁵⁵⁴ A UNIÃO, 02 nov. 1848.

⁵⁵⁵ Pedro de Araújo Lima (Marquês de Olinda) integrou o 9º gabinete ministerial do reinado de Pedro II, tendo exercido a presidência do conselho de 29 de setembro de 1848 a 6 de outubro de 1849, quando essa atribuição passou para José da Costa Carvalho (Visconde de Monte Alegre). Durante o período em que esteve nesse governo de orientação conservadora, Araújo Lima acumulou, ademais, as pastas de Estrangeiros e da Fazenda. Cf.: JAVARI, *op. cit.*, pp. 104 – 105.

direção dos Correios. Poucos dias após a formação do novo gabinete, seus redatores publicaram uma nota em que acusavam os empregados da repartição de haver “*bifado*” os exemplares daquele impresso regularmente remetidos para a província de Minas Gerais. E alertavam: “*Já começa a Administração do Correio [...] a fazer a oposição a que os patriotas das vacas gordas sempre recorrem! [...] Os malditos ratos já começaram a roer as obreias das cartas e a lambar a gomarabia [sic] dos jornais!!*”.⁵⁵⁶

Para os conservadores, Gabriel Getúlio era “*um dos mais encarniçados chefes*” do partido adversário⁵⁵⁷ e não merecia, por isso, confiança. Era nesse sentido que os redatores do *A Sentinela do Trono* exortavam o governo a “*lançar mão dos meios legais de repressão*” que tinha a seu alcance, “*fazendo tornar ao nada esses anfíbios só nomeados entre os poucos nomeados da facção rebelde*”.⁵⁵⁸ E concluíam: “*O correio necessita absolutamente um chefe respeitável e íntegro, necessita um homem enérgico e de confiança do governo*”.

Esses jornais também souberam explorar a imagem do diretor como um homem “*íntimo amigo de comodidades e, sobretudo de bons bocados*”. Em outro número, os redatores do *A Sentinela* reproduziram um diálogo fictício entre lideranças liberais no qual Gabriel Getúlio aparecia exclamando: “*o Correio é o meu amado bem, ali tenho cama e mesa...*”.⁵⁵⁹ Já o *Aurora Maranhense*, após descrever esse burocrata como um analfabeto que desfrutava “*em santo ócio*” os vencimentos do Correio e da Assembleia, questionava com ironia: “*E quem dirá que o Sr. Getúlio é mamão? Ninguém*”.⁵⁶⁰

Contudo, os liberais também tinham queixas em relação à falta de segurança nos Correios e essas se intensificaram após constantes extravios de malas contendo periódicos oposicionistas. *O Grito Nacional* publicou um artigo com o título “*Escândalo dos escândalos*”, no qual acusava a participação de “*um tal Faria*”⁵⁶¹ – funcionário do Correio da Corte descrito por outra folha como “*infame e insolente espião*”⁵⁶² – nessas infrações.⁵⁶³ Os redatores do *O Fuzil*, por sua vez, perguntavam à administração dos Correios: “*Que fim levam os periódicos da oposição que são mandados para fora da Corte?*”.⁵⁶⁴ Até mesmo uma quadra jocosa foi

⁵⁵⁶ O CORREIO DA TARDE, 18 out. 1848.

⁵⁵⁷ O CORREIO DA TARDE, 09 jan. 1849.

⁵⁵⁸ A SENTINELA DO TRONO, 16 jun. 1849.

⁵⁵⁹ A SENTINELA DO TRONO, 14 jul. 1849.

⁵⁶⁰ A AURORA MARANHENSE, 13 jul. 1849.

⁵⁶¹ É provável que esse indivíduo fosse Antonio Ferreira de Faria, um dos oficiais papelistas do Correio da Corte. A relação completa dos funcionários dessa repartição encontra-se em: LAEMMERT, Eduardo (org.). *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para o ano de 1849*. Rio de Janeiro: Em casa dos editores-proprietários Eduardo e Henrique Laemmert, 1849, pp. 23 – 25.

⁵⁶² O PICA-PAU, JORNAL POLÍTICO JOCO-SÉRIO, 05 abr. 1849.

⁵⁶³ O GRITO NACIONAL, 31 mar. 1849.

⁵⁶⁴ O FUZIL, 07 abr. 1849.

composta na época para criticar a falta de credibilidade que essa repartição inspirava no público:

Não te mando tais jornais
Porque tenho bem receio
Que o patusco Guso-sai⁵⁶⁵
Os prenda aqui no Correio⁵⁶⁶

Em um contexto marcado por intensas disputas pelo poder, a crítica aos Correios era, portanto, um elemento de consenso entre os grupos conflitantes da política nacional. Tal aspecto já havia sido notado pelos redatores do *O Brasil* em comentário feito logo após a dissolução do gabinete *Luzia*:

Hoje embora o Correio continue a ser propriedade do felicíssimo Getulio, administrada por agentes da sua imediata escolha, os homens da turbulência, como estão na oposição, unem as suas queixas às nossas contra essa repartição. É indispensável que o Governo olhe para ela: um chefe ilustrado, zeloso e ativo, não um pobre agente de perseguição política, empregados cuja moralidade esteja a toda a prova são necessidades primárias desse estabelecimento. Nisso são unânimes todos os homens de alguma delicadeza.⁵⁶⁷

Sensível a essas queixas, José da Costa Carvalho (Visconde de Monte Alegre) se utilizou de uma prerrogativa ministerial prevista no regulamento de 1844⁵⁶⁸ e confiou a Bernardo de Vasconcelos o encargo de examinar o estado em que se achava aquela repartição.⁵⁶⁹ Tal missão foi “*satisfatoriamente desempenhada*” pelo conselheiro, nas palavras do ministro, dela resultando o primeiro regulamento interno para a administração do Correio da Corte.

O principal objetivo desse regulamento era dar uma nova organização aos Correios da Corte. Para isso, dividiu-se o pessoal dessa repartição em cinco turmas, a saber: 1ª) entrada da

⁵⁶⁵ “Guso-sai” (ou Gunzu-sae) era o apelido pelo qual Gabriel Getulio ficara conhecido entre os liberais, por ocasião da revolta de 1842. O LIDADOR, 09 maio 1845.

⁵⁶⁶ O CABOCLO, 25 abr. 1849.

⁵⁶⁷ O BRASIL, 14 nov. 1848.

⁵⁶⁸ “O Ministro do Império mandará, quando julgar conveniente, examinar por algum Empregado do Correio, ou por qualquer outra pessoa de sua confiança, se este Regulamento e mais ordens sobre o Correio são exatamente observadas, se precisão de alguma reforma, qual seja, e se o Publico he satisfatoriamente servido; dando as necessárias instruções pelas quais se regule, e assinando-lhe uma gratificação razoável”. Artigo nº 263 do Regulamento dos Correios, Decreto nº 399 de 21 de dezembro de 1844. BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1845, p. 314.

⁵⁶⁹ *Relatório da Repartição dos Negócios do Império apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 1ª Sessão da 8ª Legislatura pelo respectivo Ministro e Secretário d’ Estado Visconde de Monte Alegre*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1850, pp. 35 – 36.

correspondência; 2ª) saída da correspondência; 3ª) da tarde; 4ª) da Contadoria e 5ª) da Tesouraria (artigo 1º). Essas turmas teriam por chefe um oficial nomeado pelo próprio administrador, com a aprovação do Ministro do Império (artigo 4º). Nem o administrador, nem seu ajudante poderiam se prestar ao encargo em questão: sua principal incumbência era, segundo o autor do projeto, “*inspeccioná-las e dirigi-las [turmas], na forma deste Regulamento e do Geral*” (artigo 17º).⁵⁷⁰

Aos chefes de cada turma competia dirigir os trabalhos e distribuí-los entre seus subordinados “*com a maior igualdade possível*”; multar os empregados que não quisessem cumprir seus deveres ou o fizessem “*com indesculpável negligencia*” e requisitar ao administrador os auxiliares de que tivessem necessidade “*para o pronto desempenho de suas funções*” (artigo 20º). Esses empregados receberiam uma gratificação de 20\$000 réis mensais pelo desempenho de suas funções (artigo 22º), não podendo ser privados dessa comissão senão por ordem ministerial (artigo 24º).

Um dos aspectos que distingue o regulamento em questão das legislações a ele anteriores é o maior grau de detalhamento com que os procedimentos de aviamento das malas e entregas da correspondência foram descritos. Também percebe-se maior preocupação do governo com a celeridade e publicização das diferentes atividades realizadas pelos empregados do Correio, a fim de que fossem evitadas queixas por parte do público, tais como a que vimos em diversos jornais da época.

Em relação à condução das malas pelo agente do mar, determinou-se que, tão logo entrasse um navio no porto, esse funcionário estivesse a postos para receber as malas e remetê-las “*imediatamente*” à administração (artigo 27º). Ao chefe da turma da tarde competia publicar na Folha oficial quantas malas haviam chegado naquela repartição e “*a que horas, [...] e dentro de que tempo foram entregues aos carteiros e o marcado a estes para a levarem a seus endereços*” (artigo 32º).

Uma vez dentro da administração, as malas seriam encaminhadas para a 1ª turma (entrada de correspondência), a cujo chefe cabia, além da escrituração segundo modelos determinados (ANEXOS 18 e 19), o registro em ata de todas as ocorrências extraordinárias (ANEXO 20) – tais como arrombamentos e aberturas ilegais de malas (artigo 33º) – e a formação de auto do estado desses objetos (ANEXO 21) (artigo 42º). Dependendo do volume de correspondência e tendo em vista a celeridade do expediente, os empregados dessa turma poderiam ser divididos em sessões (artigo 35º), sendo cada uma delas responsável por uma

⁵⁷⁰ Decreto nº 637 de 27 de Setembro de 1849. BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1850, p. 144.

etapa do trabalho: aviamento das malas, exame e porteamento dos jornais, etc. (artigos 37º a 39º).

Após a conferência da correspondência oficial e da guia que a acompanhava (artigo 44º), procedia-se à leitura das listas nominais a fim de lançar no sobrescrito das cartas informações complementares tais como nome da rua, número da casa, andar, distrito etc. Essas informações poderiam ser indicadas por abreviaturas em uso na repartição, tal como no seguinte exemplo: “*Nª do Ouv., 27, A 2 (4); para designar a morada na Rua nova do Ouvidor, Nº 27, 2º andar, Distrito 4º, e de Assinante*” (artigo 52º). Para facilitar a consulta dessas informações pelos funcionários das sessões, o regulamento autorizava que os livros de assinantes e de distritos então existentes fossem divididos em até seis volumes organizados por ordem alfabética (artigo 55º), havendo a seguinte observação ao final do texto:

Esta providência se fará indispensável quando crescer, como é provável, o número dos que reclamarem a entrega da correspondência em suas casas. Além de que, esta providência recomenda-se por ser natural que a repetida numeração da correspondência das mesmas letras de parte do alfabeto imprimirá mais facilmente na memória dos membros das Seções, a rua, morada, e Distrito do endereçado.

O porteamento da correspondência estrangeira deveria ser feito “*no mais breve tempo possível*” (artigo 59º), prescindindo-se da pesagem, salvo cartas sobre as quais houvesse dúvida de que excediam 4/8 de peso (artigo 60º). Recomendava-se que o porte desses materiais – 120 réis para cartas carimbadas nos Correios estrangeiros e 150 réis para cartas não carimbadas ou avulsas (artigo 61º) – fosse pago em moeda (artigo 66º), sendo esse valor destinado a gratificar os comandantes das embarcações (artigo 67º). Além disso, determinou-se que, seis meses após a data de publicação desse regulamento, cartas vindas de outros países para Correios estrangeiros não teriam seguimento se não houvesse quem pagasse o porte em território brasileiro (artigo 50º).

Com vistas a uniformizar a entrega das correspondências, o governo disponibilizou modelos para o lançamento de portes não pagos pelos assinantes (ANEXO 22) (artigo 73º), além das controversas listas distritais, com colunas para as ruas, número das casas, andares e volume de correspondência (ANEXO 23) (artigo 74º). Para que esses papéis tivessem utilidade real, reiterou-se ademais a ordem de dividir a Corte em distritos (artigo 76º).

O regulamento introduziu algumas novidades em relação às assinaturas, determinando que o assinante cuja correspondência lhe fosse entregue em sua casa, não pagaria o porte ao carteiro, como de costume, devendo para isso se dirigir à Tesouraria do Correio até o primeiro dia do mês seguinte após a recepção da correspondência (artigo 77º). Não seria admitida, porém,

reclamação alguma acerca dos portes, caso o pagamento dos mesmos não se efetuasse até o dia seguinte ao da entrega das correspondências (artigo 81º).

Para que as remessas fossem otimizadas, determinou-se que os carteiros não demorassem nos endereços de entrega “*senão o tempo necessário para depositá-la [correspondência] no lugar mais inacessível a qualquer pessoa estranha*” (artigo 89º), devendo após isso tocar a campainha de forma sinalizar sua passagem pelo local (artigo 90º). O descumprimento dessas determinações poderia levar o empregado a ser punido com perda de vencimentos e até demissão, caso reincidisse na falta. Ademais, recomendava-se aos assinantes que tivessem em casa “*caixas ou lugar seguro*” nos quais as cartas pudessem ser lançadas “*sem risco de serem subtraídas*” (artigo 91º).

As cartas que não saíssem para ser entregues pelos carteiros ficariam a disposição do público na Tesouraria (artigo 102º). Para facilitar a busca e entrega desse material, determinou-se que as divisões convencionais – cartas marítimas, terrestres e estrangeiras (artigo 103º) – fossem acrescidas das seguintes subcategorias: 1) cartas marítimas das províncias do Norte; 2) cartas marítimas das províncias do Sul; 3) Cartas de Portugal e seus domínios; 4) cartas de França; 5) cartas de Inglaterra e 6) cartas de diversos países estrangeiros (ANEXO 24) (artigo 104º). Ao tesoureiro também era incumbida a tarefa de fixar em lugar visível da sala de espera o anúncio (ANEXO 25) de início da entrega das cartas.

As caixas postais eram outro elemento da entrega contemplado com detalhamento pela legislação. Determinou-se, por exemplo, que além da caixa existente na sala de entrada da administração (artigo 106º), houvesse mais seis delas nos distritos de Mataporcos, Engenho Velho, São Cristovão, Catete, Botafogo e Cosme Velho (artigo 107º). Essas caixas deveriam ser postas “*em lugar seguro e acessível*” (artigo 110º), onde também vender-se-iam os selos para pagamento dos portes (artigo 111º). Seriam feitas, ademais, tantas remessas quanto fosse necessário para que o público pudesse “*ter resposta na mesma manhã, ou pelo menos no mesmo dia*” de postagem, ainda que fosse dos lugares mais distantes da cidade (artigo 112º).

Os portes das cartas depositadas nas caixas postais deveriam ser pagos “*sempre adiantados*” (artigo 114º) e os selos para essa finalidade continuavam a valer metade dos do Correios de terra: “*até 4/8 30 réis, até 6/8 50 réis, até 8/8 70 réis, e assim progressivamente, acrescentando-se a cada 2/8 mais 20 réis*” (artigo 115º). Para a remessa intraurbana desse material, determinava-se a requisição de até quatro praças do Corpo de Permanentes da Corte para desempenhar esse serviço (artigo 124º), enquanto não houvesse carteiros suficientes. Além disso, as pessoas que não fossem servidas “*com a devida regularidade e presteza*” por esses funcionários poderiam “*queixar-se em carta fechada ao Administrador do Correio, declarando*

as omissões, e quaisquer outros defeitos dos mesmos”, sendo essas missivas isentas de porte (artigo 130º).

As remessas para fora da Corte eram, por sua vez, competência da 2ª turma (saída da correspondência). Além das atribuições comuns a todos os chefes – tais como conferência das guias e registro de ocorrências extraordinárias – o responsável por essa subdivisão deveria escrever o livro de saída das cartas de porte segundo modelo determinado (ANEXO 26); despachar as malas nas horas marcadas, dando publicidade do ocorrido e confeccionar todos os seguros de cartas e demais papéis (artigo 132º). Esse empregado também deveria mandar afixar na sala de entrada tabelas das linhas dos Correios (ANEXO 27), com informações sobre os sacos, maços ou malas que por elas seriam remetidos (artigo 137º).

O regulamento continha uma série de disposições que foram posteriormente adotadas por todas as repartições postais do Império.⁵⁷¹ Determinou-se, por exemplo, que o exame das cartas que chegassem à repartição para serem enviadas principiasse pela verificação se o selo era suficiente, verdadeiro ou se já havia sido utilizado. Em todas essas condições, a remessa da correspondência seria interrompida (artigo 143º), devendo o administrador, em caso de falsificação, comunicar o fato ao diretor geral e ao chefe de polícia (artigo 144º). Também não se remeteriam cartas sem sobrescrito ou com o mesmo ilegível (artigo 146º).

Em relação aos periódicos, estipulou-se um prazo de até quatro horas antes do fechamento das malas para que eles fossem levados à administração (artigo 152º). Apenas impressos publicados no mesmo dia de saída dos Correios estavam fora dessa regra, desde que fossem “*fechados a parte*” (artigo 159º). Em conformidade com o regulamento então em vigor, proibia-se ademais a remessa de maços que contivessem “*cartas, objetos estranhos, quaisquer papéis sujeitos a porte ou escritura além do endereço*” (artigo 153º). Feitos os procedimentos de fiscalização, recomendava-se ainda cautela no fechamento desses objetos, de maneira que nenhuma folha extraviasse ou sofresse qualquer detrimento (artigo 157º).

No intento de simplificar o expediente, o regulamento suprimiu as guias que, pela legislação então em vigor, deveriam acompanhar os ofícios (artigo 168º). Em lugar desses recibos, instituiu-se uma lista única para a correspondência oficial, cartas e demais papéis seguros (ANEXO 28) (artigo 169º). Também autorizou-se que, na confecção dessas listas, fossem empregadas “*todas as abreviaturas admitidas*” na administração dos Correios (artigo 171º).

Além da 3ª turma (da tarde) – cujas atribuições eram as mesmas das de entrada e saída

⁵⁷¹ Decreto nº 638, de 28 de setembro de 1849. BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil* Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1850, pp. 175 – 176.

de correspondência (artigo 194º) – o regulamento deliberou sobre duas outras subdivisões, quais sejam a Tesouraria e a Contadoria. A primeira compunha-se de seis empregados – dois fiéis e quatro praticantes ou adidos – além do tesoureiro, que também era chefe da turma em questão (artigo 196º). A ele competia uma gama de responsabilidades ainda mais ampla do que a expressa no regulamento de 1844:

§1º Fiscalizar e arrecadar a renda diária, com a qual entrará para o cofre no dia imediato até duas horas da tarde; §2º Fornecer selos aos vendedores de dentro da casa e de fora dela, e às Agências dos Correios, e caixas filiais; §3º Assinar todas as cargas de cartas que lhe forem entregues; §4º Fazer a conta das cartas entregues aos carteiros, e tomá-las quando tiverem acabado de a fazer nos competentes endereços; §5º Assinar as guias de selos, quitações, bilhetes de assinantes, conhecimentos de multas, dos saldos das Agências, e quaisquer outros de receita, exceto as cautelas e conhecimentos de seguros; §6º Pagar aos Capitães de navios, condutores, contratadores das malas, Empregados da Diretoria, e Administração; §7º Coadjuvar e ativar a distribuição das cartas e mais papéis dentro da Tesouraria (artigo 199º).

Os fiéis, por sua vez, tiveram as atribuições melhor definidas: eles não apenas continuaram a coadjuvar no atendimento ao público e a transmitir os bilhetes aos comandantes das embarcações (ANEXO 29), mas também passaram a se responsabilizar por toda a escrituração pertencente à Tesouraria (artigo 200º). Aos demais empregados da turma coube por fim auxiliar o tesoureiro e seus fiéis em procedimentos tais como: afixação de selos; timbragem, etc. (artigo 206º).

As remessas de selos para venda fora da administração seriam ordenadas pelo administrador, a vista das requisições que lhe fossem feitas e acompanhadas de uma guia assinada pelo tesoureiro e pelo contador (ANEXO 30) (artigo 207º). O regulamento também responsabilizava os vendedores por “*qualquer falta*” cometida na pesagem das cartas e afixação dos selos correspondentes ao peso (artigo 203º).

Enquanto os fiéis da Tesouraria se encarregavam de procedimentos escriturários simples, tais como registro de cartas seguras, lançamento da saída de embarcações, etc. (ANEXOS 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37 e 38) (artigos 203º e 212º), os livros de caixa e de conta corrente com o tesoureiro (ANEXOS 39 e 40) eram competências privativas do contador (artigo 217º). A esse empregado também confiava-se o registro das contas correntes das agências (ANEXO 41), bem como a elaboração dos talões de multas, seguros, assinaturas e saldos das agências (ANEXOS 42, 43 e 44) (artigo 222º). Para as demais agências da província, o regulamento determinava que houvesse um livro para a escrituração da receita e despesa (ANEXO 45) (artigo 224º).

Vimos que a melhoria da contabilidade era uma demanda comum a todos os que

tratavam de Correios, quer fosse no parlamento, na imprensa ou no dia a dia da administração. Nesse sentido, determinou-se que o contador apresentasse ao administrador balancetes mensais da repartição (ANEXO 46) (artigo 236º). Esses balancetes, assim como os balanços trimestrais (ANEXO 47) já realizados na época, estariam sujeitos a um termo de conferência (ANEXOS 48) (artigos 247º). O regulamento também uniformizou o balanço definitivo do ano financeiro (ANEXO 49) (artigo 248º) e determinou que ele fosse entregue ao Diretor Geral juntamente com um termo assinado pelo administrador (ANEXO 50) (artigo 249º). Por fim, revogava-se a obrigatoriedade que os agentes postais tinham de remeter balanços anuais àquela autoridade (artigo 253º) e incumbia-se o administrador de organizar o orçamento da receita e despesa daquela repartição (ANEXO 51) (artigo 254º).

Em caso de contrabando de correspondência – problema reiteradas vezes denunciado por parlamentares sobre o qual já haviam disposições – os empregados do Correio, da Alfândega ou de qualquer outra repartição fiscal onde a apreensão ocorresse deveriam lavrar auto na forma indicada pelo regulamento (ANEXO 52). Os apreendidos que quisessem se explicar ao administrador dos Correios poderiam fazê-lo verbalmente ou por escrito, sendo que metade das multas por eles pagas seriam destinadas aos empregados apreensores (artigo 255º).

Para aumentar o controle sobre os empregados, instituiu-se um livro de assentamento onde constassem dados sobre todos aqueles que trabalhavam na administração (ANEXO 53) (artigo 258). Em contrapartida, o regulamento suprimiu diversas escriturações – tais como o inventário das cartas para queima e o livro de registro de ofícios à Diretoria Geral – preferindo-se o emassamento dos ofícios, listas e guias de cartas que se recebessem na repartição (artigo 260º).

Outra inovação desse novo regulamento que teria sensíveis consequências sobre a escrituração dos Correios a partir de então foi determinar que o ajudante do administrador organizasse todos os trimestres uma estatística da entrada e saída de ofícios, cartas, jornais e demais papéis selados ou sem selo. Já na estatística anual (ANEXO 54) deveria constar, além desses dados, o número de cartas atrasadas que fossem condenadas a queima (artigo 265º). As listas das cartas sem selo ou com selo inferior ao devido deixaram, por sua vez, de ser impressas tal como determinava a legislação de 1844, passando apenas a ser arquivadas na repartição (artigo 266º).

As últimas disposições do regulamento interno dos Correios da Corte reiteravam o monopólio do Estado sobre a remessa de correspondências, ao determinar que “*todas as cartas*”, mesmo as que não estivessem fechadas, fossem sujeitas a porte. Exceções seriam feitas às cartas de recomendação que não estivessem fechadas e às correspondências dirigidas aos

consignatários dos navios, ou a seus donos, quando tratassem de objetos relativos à respectiva negociação (artigo 268º). Quanto às embarcações que gratuitamente conduzissem as malas do Correio, essas deveriam ser designadas pelo Ministro do Império, com base em proposta feita pelo administrador, e estariam sujeitas a multas de 20\$000 a 80\$000 réis caso descumprissem alguma determinação do contrato (artigo 270º).

Três meses antes de essa legislação entrar em vigor, o jornal *O Brasil* publicou um extenso editorial dedicado ao tema dos Correios. O texto inicia-se com uma observação geral sobre o estado das repartições públicas no país:

Uma cousa [sic] é mui notável no meio do progresso de civilização que nos impele; é o atraso de todas as repartições do serviço que em mais contato estão com o público. O que outrora parecia bom, ou pelo menos suportável, vai-se hoje achando péssimo, intolerável, e dando ocasião a centenaes [sic] de queixas. O público vai conhecendo quão precioso é o tempo, essa moeda da existência, e entretanto, ainda o não reconhecem as repartições públicas.⁵⁷²

Os autores passam em seguida a criticar a gestão liberal nos Correios, alegando que “*depois dos ministérios irrefletidos e subversivos dos cinco anos*” estava essa repartição “*em completa anarquia*”:

A regra fradesca do *faccere officium suum taliter qualiter* era adotada pelo geral dos seus empregados; e com toda a razão; pois só deles se queria que não deixassem em dias de eleições de *activamente-benedicere de priore Getulio e Comp.* Chegaram o desmazelo e a confusão a ponto de tanto escândalo, que o governo não podia deixar de ocupar-se com removê-los; pois já ia sendo universalmente aceita a ideia de que mais convinha suprimir o correio, e deixa a companhias particulares que se formassem o cuidado de o substituírem (itálico no original).

Ao tratar da reforma então em curso, o texto destaca duas medidas que, na opinião de seus autores, iriam “*arrancar ao dolce far niente a que estavam acostumados*” os empregados do Correio. Em relação à entrega domiciliar de correspondências, argumentava-se que a nova legislação prometia não apenas vencer “*a indolência e a má vontade*” dos empregados, mas também dar ao público “*sem prejuízo de uns, causados por amor de outros*” e “*sem demora do serviço geral*” vantagens que de sobra excederiam “*o sacrificio da assinatura*”. Já o prazo de antecedência para a postagem de periódicos – decisão considerada “*toda fiscal*” pelos

⁵⁷² O BRASIL, 06 jun. 1849.

autores do texto – era criticado por representar, segundo eles, a condescendência do governo para com o “*tartaruguismo*” dos Correios:

Cumpre evitar a fraude que se aproveita do porte franco outorgado aos jornais para remeter cartas, papéis, caricaturas e até lenços de cambraia pelo correio, isentos de porte. Para consegui-lo, o que fazer? Que a administração tivesse tempo de examinar os maços de periódicos, de verificar os que lhe parecessem suspeitos. O que faz porém a administração? Exige seis horas para essa verificação...

O editorial ainda tratava do porte pré-pago, uma das polêmicas novidades da reforma de 1842. Seus autores reconheciam que, do ponto de vista fiscal, era a medida “*de todas a melhor*”. Dado o desmazelo do expediente, estava ela, porém, oposta aos interesses do público:

Hoje que interesse tem o correio na entrega de uma carta? Nem um, senão a consciência de ter cumprido um dever. Se a carta se perde, se se [sic] demora meses e anos pelas gavetas dessas repartições e agências, quem perde? Só quem a escreveu, só quem debalde a espera. Por ocasião da eleição de 1844 um candidato de Minas nosso conhecido cessou de receber cartas dessa província; depois, em agosto de 1845 recebeu chuviros delas datadas de setembro, - só onze meses de demora!

Reiterando o mesmo tipo de pensamento exclusivista manifesto pelas folhas moderadas da década anterior, os redatores do *O Brasil* se posicionavam contra a isenção tarifária de periódicos, disposição então recentemente aprovada pela Câmara de maioria liberal. Argumentavam que, com o porte gratuito, esses materiais seriam remetidos “*às montanhas*”, facilitando extravios. Eles também consideravam a medida em questão funesta para as finanças dos Correios, que ficariam ademais sujeitas a fraudes e abusos. O texto encerrava-se com uma mensagem bastante clara sobre quais eram as expectativas de seus autores em relação aos serviços postais:

Não queremos milagres; não esperamos pois que o correio do Brasil cuja população anda por 15 almas em légua quadrada, possa chegar à perfeição do correio inglês cuja população excede a 1.600 habitantes em légua quadrado, o que queremos, o que podemos esperar é que haja exatidão e fidelidade na entrega da correspondência confiada ao correio, e que tudo não fique sacrificado ao espírito fiscal, e menos ao *tartaruguismo* dos nossos ganha-ordenados.

Pode-se dizer que o regulamento de 1849 tenha satisfeito, em parte, as demandas expressas naquele jornal. A busca por aumento de controle sobre o pessoal da repartição, evidenciada em medidas tais como a instituição do livro de assentamentos e a ratificação de multas, é apenas uma expressão disso. Outras medidas, tais como a reativação da entrega domiciliar de correspondências e a diminuição do prazo de postagem de periódicos também

vinham reforçar a ideia de que, para sobreviver enquanto “*moeda da existência*”, o tempo do serviço público deveria se adaptar ao aceleração das relações comerciais e ao consequente aumento das comunicações.

4.2 “*Simplificar para aperfeiçoar*”

Mesmo sendo chamado de “*atrapalhador-mór dos Correios*” pelos redatores do *O Brasil*,⁵⁷³ Gabriel Getúlio conseguiu se manter por mais alguns meses na diretoria daquela repartição, vindo a falecer em janeiro de 1850. Seu sucessor, Thomaz José Pinto Serqueira,⁵⁷⁴ era magistrado de origem portuguesa e atuara na imprensa ao lado de Vasconcelos durante os anos iniciais do Regresso.⁵⁷⁵

Logo após tomar posse, o novo diretor geral dos Correios foi à Câmara apresentar um projeto de lei que anuía o governo:

§1º A suprimir os empregos de administrador geral do correio da corte e seu ajudante, ficando o referido correio imediatamente subordinado ao diretor geral do correio do Império.

§2º A elevar o número de empregados quer do correio da corte, quer das províncias, conforme for conveniente, segundo as necessidades do serviço.

§3º A aumentar os vencimentos dos empregados, e a marcá-los aos que forem novamente criados, não excedendo o aumento a quantia de 30:000\$ rs.

§4º A melhor regular o tempo e modo das aposentadorias do correio, em quanto por uma lei geral não for providenciado a respeito.

§5º A comprar, ou por outro qualquer modo, obter um edifício em que possa ser acomodado o correio da corte.⁵⁷⁶

Pinto Serqueira lembrou aos deputados de que, pela legislação então em vigor, o governo estava autorizado a reformar os Correios, porém dependia de aprovação do corpo

⁵⁷³ O BRASIL, 05 jul. 1849.

⁵⁷⁴ Thomaz José Pinto Serqueira era filho de Jacinto José Pinto Serqueira, comandante de esquadra português que se estabeleceu na Ilha de Paquetá em 1807. Sua formação acadêmica iniciou-se em 1822, quando ingressou na Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra. De volta ao Brasil, em 1828, Pinto Serqueira lecionou Direito Eclesiástico na Faculdade de Direito de São Paulo, tendo sido um dos professores a assinar o regimento daquela instituição. Em junho de 1833, ele teve seu requerimento de naturalização aprovado pela Assembleia Legislativa e, no ano seguinte, voltou para a província do Rio de Janeiro a fim de atuar como advogado. Na Corte, estabeleceu-se como juiz de paz do Distrito de Santa Rita, tendo exercido esse cargo conjuntamente ao de Diretor Geral dos Correios, cuja posse ocorreu em setembro de 1850. Pinto Serqueira ainda foi sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e escrivão da Santa Casa de Misericórdia da Corte. AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. *O Rio de Janeiro: sua história, monumentos, homens notáveis, usos e curiosidades*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1877, 388; FAZENDA, José Vieira. *Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1921, p. 397.

⁵⁷⁵ Pinto Serqueira fora colaborador do *O Sete de Abril*, tendo assumido a direção desse jornal em 1839, após a saída de Vasconcelos. Já a folha *A Sentinela da Monarquia* esteve sob sua direção de 1840 a 1841, quando passou a ser redigida pelo colega mineiro.

⁵⁷⁶ DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 24 maio 1851.

legislativo para alterar o número de empregados, seus ordenados e aposentadorias – justamente a parte da reforma considerada “*mais necessária*” pelo diretor.

Para justificar o aumento do número de funcionários, Pinto Serqueira argumentava que o expediente nas repartições tanto da Corte como das províncias havia crescido de maneira tal que, com o pessoal então existente, era praticamente “*impossível acudir às mais urgentes necessidades do serviço*”:⁵⁷⁷

No ano de 1849 o correio da corte importou 601 mil maços de papéis; no ano de 1850 o correio da corte importou 689 mil maços de papéis; de maneira que em um ano, na parte relativa à importação, houve um excesso de 88 mil maços de papéis. O correio da corte no primeiro trimestre do ano de 1850 exportou 154 mil maços de papéis; no primeiro trimestre de 1851 o correio da corte exportou 209 mil maços de papéis; de maneira que no espaço de um ano apenas a exportação acresceu em 59 mil maços de papéis em um só trimestre; e assim é fora de dúvida que o trabalho do correio tem crescido excessivamente. Mas se o trabalho do correio da corte tem crescido, como o correio da corte joga com todos os outros correios, como a importação não é senão exportação dos outros correios, como a exportação não é senão a importação desses mesmos correios, é claro que, assim como tem crescido o trabalho do correio da corte, tem crescido também o dos outros; logo, é evidente que o pessoal marcado em 1844 (quando em um ano se nota esta diferença), não é o pessoal que pode fazer o serviço em 1851.

O diretor também enfatizou o quão “*miseravelmente aquinhoados*” eram os empregados da repartição sob sua responsabilidade: “*o administrador da corte tem 2:400\$000; o da Bahia, Pernambuco e Maranhão tem 1:600\$000, com 300\$000 de fiel, fazem 1:900\$000*”. Tal estado de coisas tornava, na sua opinião, “*absolutamente impossível*” achar homens que quisessem encarregar-se do serviço postal:

Um administrador do correio tem deveres muito árduos a preencher, não tem só o trabalho de receber e dar cartas, tem de atender a toda a repartição na sua província, tem de tomar contas a todos os agentes dela. A província de Minas [...] tem cinquenta e tantas agências, a de São Paulo outras tantas e assim em proporção às demais. O administrador do correio tem de tomar contas a todos esses agentes, e tem de dar contas à diretoria, e a repartição da fazenda, por consequência tem não só um trabalho material muito grande, mas tem também uma grande responsabilidade; e com tão pequenos vencimentos não é possível encontrar quem bem sirva. Se se [sic] quer correio, é necessário pagar aos seus empregados de outra maneira; agora se queremos fantasmagoria de correio, então continuemos como está.

Pinto Serqueira esclarecia que seu projeto de reforma salarial não incidia sobre os empregados do primeiro escalão: a esses, argumentava, era melhor que não se dessem por ora “*grandes vencimentos*” para fazê-los “*esperar no futuro*”. E acrescentou: “*É necessário que os empregados de uma repartição não estejam olhando para a porta a espera do primeiro*

⁵⁷⁷ JORNAL DO COMÉRCIO, 26 maio 1851.

momento em que possam sair; os empregados de uma repartição devem olhar para o alto, devem estar a merecer os lugares superiores dela”.

O último tópico do projeto dizia respeito às instalações físicas do Correio da Corte. Nesse sentido, o diretor convidou os deputados observarem *in loco* as condições em que se dava o expediente da repartição em questão:

Se algum deputado quiser entrar no correio na ocasião da chegada de algum vapor do Norte, ou de algum vapor inglês, ou na saída de algum vapor para o Norte ou para o Sul, observará a maneira por que estão apinhados os empregados, verá a confusão que existe; parece mesmo impossível como as cartas do Norte não vão parar ao Sul, e as do Sul ao Norte; como as cartas de João não vão para a casa de Pedro, e as desse para a daquele; não existe lugar onde se possa fazer a separação.

Pinto Serqueira concluía seu discurso reafirmando não querer “*empregados de luxo*” com a pretendida reforma. Prova disso, segundo ele, era a proposta de supressão do administrador do Correio da Corte e de seu ajudante, “*dois empregados importantes*” cujas atribuições recairiam sobre a diretoria geral. E asseverava: “*mas o diretor atual do correio não foge ao trabalho*”.

Enquanto esperava pela discussão de sua proposta no Parlamento, Pinto Serqueira tratou de propor algumas mudanças em âmbito administrativo. Uma delas dizia respeito ao regulamento interno do Correio da Corte: por meio de um decreto,⁵⁷⁸ extinguiu-se a turma da tarde (artigo 1º), sendo que as demais sessões, incluindo a Tesouraria, passaram a ser divididas em dois turnos: um vespertino e outro matutino (artigos 3º e 7º). Cada uma dessas subdivisões ganhou, ademais, um segundo chefe para substituir o primeiro em caso de necessidade (artigo 6º).

Houve ainda preocupação em regulamentar situações que não haviam sido previstas pelas leis anteriores. Por exemplo: em vista da necessidade de se saber quando alguma agência “*por falecimento, negligência ou mudança dos Empregados*” deixasse de funcionar, incumbiu-se aos juízes municipais e de paz a tarefa de proceder à arrecadação e inventário dos objetos existentes naqueles estabelecimentos, assistindo a esses atos sempre que os mesmos passassem para a alçada de outros agentes.⁵⁷⁹

Essas foram, pois, algumas das alterações regulamentares ocorridas durante a gestão de Pinto Serqueira. Além dessas medidas de caráter administrativo, esse diretor organizou diversas

⁵⁷⁸ Decreto nº 1.694 de 24 de dezembro de 1855. BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1856, pp. 654 – 656.

⁵⁷⁹ Aviso nº 28 de 14 de janeiro de 1856. BRASIL, *Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1857, pp. 27 – 28.

publicações, tais como o *Auxiliador do Correio da Corte* (1856) e o *Guia do Correio do Brasil* (1857), cujo conteúdo analisaremos no próximo capítulo.

Enquanto o diretor geral ocupava-se em organizar detalhes do expediente, a ideia de uma ampla reforma dos Correios voltou a figurar na opinião pública da época. Dentre as emendas à lei do orçamento aprovadas para o ano financeiro de 1858/59⁵⁸⁰ duas concerniam ao tema: a primeira, de autoria da Comissão de Pensões e Ordenados da Câmara, tinha como inspiração as proposições de Pinto Serqueira: promoveu um reajuste geral nos ordenados dos funcionários, algo que não ocorria desde 1846. Essa disposição suprimiu, ademais, o cargo de ajudante do administrador do Correio da Corte e autorizou o governo a arbitrar gratificações para agentes de localidades onde os rendimentos anuais não chegassem a 600\$000 réis.

A segunda emenda havia sido proposta originalmente por Irineu Evangelista de Sousa (Barão de Mauá):⁵⁸¹ tratava-se de autorizar o governo a reformar o Correio Geral e a criar uma seção especial para a correspondência vinda de fora do Império. O texto da lei explicitava, ademais, que essa medida deveria ser efetivada conquanto o aumento de despesa fosse “*amplamente compensado*” com o acréscimo de receita.

Para o cumprimento dessas disposições, Pedro de Araújo Lima⁵⁸² oficiou a Pinto Serqueira solicitando-lhe uma proposta de novo regulamento para os Correios. A resposta do diretor ao ministro nos revela uma visão bastante pragmática acerca dos desafios enfrentados pelas comunicações postais no país:

As bases, sobre que assentam esses regulamentos [de 1844 e 1849] são as adotadas nos correios mais bem organizados, ou pelo menos das nações que levam a dianteira na estrada da civilização. O que, pois carece o correio não é de reformas, é de melhoramentos e desenvolvimento: o que carece o correio é que a distribuição das cartas se faça com mais rapidez, que os estafetas façam suas viagens em menos tempo, que o número destas seja aumentado, e cheguem a muito maior número de pontos do que atualmente. Mas isto nem é reforma, e nem se consegue com artigos de regulamentos: são precisos edifícios, são precisas estradas, é preciso maior pessoal, são precisos outros meios de condução. Quando forem dados ao correio estes meios, então com mais este ou aquele artigo, com uma redação mais assim ou assim, o correio

⁵⁸⁰ Lei nº 939 de 26 de setembro de 1857. BRASIL, *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1857, p. 37.

⁵⁸¹ ANAIS DO PARLAMENTO BRASILEIRO, 22 jul. 1857, p. 53.

⁵⁸² Araújo Lima integrou o 14º gabinete ministerial do reinado de Pedro II, tendo permanecido na presidência do Conselho (conjuntamente com a pasta dos Negócios do Império) de 4 de maio de 1857 a 12 de dezembro de 1858. Sérgio Ferraz caracteriza essa segunda passagem do Marquês de Olinda pelo governo como fruto de “*uma coalizão de conservadores e liberais, em um esforço de prosseguir com a política de “Conciliação” inaugurada por Paraná*”. Cf.: FERRAZ, *op. cit.*, pp. 118 – 119.

há de satisfazer melhor as necessidades públicas. O que valerá dizer-se que haverá quatro viagens mensais de paquetes para o norte do império, se o governo só dá estipêndio para duas? De que servirá dizer que a viagem redonda seja feita em trinta dias, se paquete aí há que a não faz em cinquenta?⁵⁸³

Uma das causas das queixas dos brasileiros em relação aos serviços postais era, segundo Pinto Serqueira, “*supormos que só nós padecemos*”, enquanto todos os outros povos serviam-se “*à medida de seus desejos*”. Nesse sentido, ele citava casos de irregularidades na França e Inglaterra, observando que

[...] quando o Brasil gastar uma soma proporcional a esta [581.837 libras] em atenção a sua extensão e tiver as vias e meios de comunicação que tem a Inglaterra, então o serviço do correio poderá ser feito com a mesma perfeição que ali se faz: não são os regulamentos que o hão de conseguir.⁵⁸⁴

O diretor concluía sua reflexão com uma frase por ele repetida muitas vezes: “*é possível passarmos além do que existe, é impossível e o será por muito tempo, chegar onde é para desejar*”. Para ele, melhor do que fazer tabula rasa das legislações anteriores seria incluir em uma nova publicação todas as disposições que haviam sido publicadas após 1844:

Assim fizeram os Franceses. Em 1852 havia sido publicado o regulamento do correio. Havendo-se acabado a edição, e não havendo por isso exemplares para mandar a todas as novas estações e empregados que os solicitavam, por ordem do ministério da fazenda de 29 de agosto de 1854 foi autorizada a publicação de uma nova instrução geral de regulamento, contento todas as novas disposições tomadas naquele intervalo.

O posicionamento de Pinto Serqueira acerca da reforma pretendida pelo governo não significa, contudo, que esse burocrata fosse avesso a mudanças. Nesse mesmo relatório, dizia ele que, da forma como ficara organizada a Diretoria Geral, não lhe era possível “*entender-se diretamente com os mais funcionários do Império, salvo para requisitar informações*”, nem tinha o diretor “*autoridade alguma coercitiva sobre os próprios empregados do correio*”, do que resultava a falta de “*força e prestígio*” que a esse cargo convinha. Como não podia expedir ordens em nome do ministro, sugeria Pinto Serqueira se lhe dessem “*atribuições muito mais importantes*” do que as que tinham naquele momento:

Entendo eu conveniente, que na diretoria tenham começo, andamento, e fim todos os negócios que disserem respeito ao correio; e o diretor geral com mais conhecimento de causa poderá dar-lhes a conveniente direção, e até serão tratados com mais rapidez,

⁵⁸³ “Relatório da Diretoria Geral dos Correios”, 02 mar. 1858, 17pps. In: *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa da Segunda Sessão da Décima Legislatura pelo Ministro e Secretário d’Estado dos Negócios do Império, Marques de Olinda*. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1858.

⁵⁸⁴ “Ofício do diretor geral, sobre as reformas das repartições do correio”, 20 nov. 1857, 5pps.

evitando-se as demoras que hoje se dão em pedir e dar informações, expedir e receber ofícios.

Nos anos seguintes, Pinto Serqueira continuou a reivindicar a reforma da Diretoria Geral, medida considerada por ele “*de absoluta necessidade*”. O diretor também reiterou a importância de haver um canal de comunicação imediata entre essa repartição e a pasta ministerial por ela responsável, além de manifestar sua preferência por um arranjo que desse maior autoridade ao poder Executivo para agir:

Por aquele Regulamento [de 1844], ao mesmo tempo que se criou uma Diretoria Geral de Correio na Corte, e se lhe subordinaram todas as Administrações das Províncias, não se lhe deu o mais pequeno direito coercitivo, e nem a mais pequena partícula de influencia sobre as mais autoridades, com quem possa o Correio ter relações diretas ou indiretas. Daí vem que as ordens da Diretoria são muitas vezes letra morta, ainda mesmo quando sua execução depende somente dos Empregados do Correio, porque outras autoridades lhes põem embaraços, e os Administradores e Agentes que se acham em contato mais imediato com elas, e que delas temem, seguem antes suas inspirações, senão muitas vezes determinações positivas. Colocar a Diretoria Geral do Correio em contato mais imediato com o Ministro, me parece o meio mais fácil de sair deste inconveniente. Além disto a Diretoria não exerce fiscalização alguma sobre muitos objetos, cuja natureza aliás está indicado que devem estar na esfera de suas atribuições.⁵⁸⁵

Continuo a pensar que a Diretoria Geral carece de reforma. Não só não tem a seu cargo algumas atribuições aliás inerentes ao Correio, como outras que deve ter, que hoje por ninguém são exercidas. E nem o Diretor tem bastante autoridade para se fazer obedecer, e fazer cumprir as mesmas disposições dos Regulamentos. Parece-me que do modo porque hoje se acha organizada a Diretoria, com as atribuições que tem o Diretor Geral, são, quer uma quer outra, molas, que antes servem para retardar, do que para acelerar o movimento desta parte do serviço público. É minha opinião, ou que ao Diretor Geral sejam dadas mais amplas atribuições, como sejam a de impor certas penas, inclusive a de suspensão aos empregados do Correio, ou, o que me parece melhor, que todas essas atribuições sejam exercidas imediatamente por um dos Membros do Gabinete, e todos os seus atos expedidos em seu nome. É necessário que o empregado saiba que o Diretor não tem de recorrer a mais ninguém, e que por consequência o seu pensamento não pode ser neutralizado por outra qualquer influencia. Parece-me ainda preciso que a Diretoria tenha conhecimento do princípio, meio e fim de todos os negócios pertencentes ao Correio. Acontece hoje que inicia providências, cujo resultado não conhece; outras vezes conhece-lhes o resultado, mas não lhes conhece o princípio, nem as razões que lhes deram origem.⁵⁸⁶

As críticas do diretor à legislação então vigente não se resumiam, todavia, à centralização administrativa dos Correios. Em relação à desigualdade entre os portes dos serviços marítimos e terrestres, dizia Pinto Serqueira:

⁵⁸⁵ “Relatório da Diretoria Geral dos Correios”, 28 fev. 1859, 10pps. In: BRASIL. *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Terceira Sessão da Décima Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império Sérgio Teixeira de Macedo*. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1859.

⁵⁸⁶ “Relatório da Diretoria Geral dos Correios”, 03 mar. 1860, 12pps. In: *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Quarta Sessão da Décima Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, João de Almeida Pereira Filho*. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1860.

Não me parece haver princípio algum de justiça que autorize esta desigualdade, sobretudo quando todos os portes marítimos são iguais, e iguais todos os portes terrestres: paga o mesmo a carta que vai para Angra por mar, e a que vai para o Amazonas, a que vai para Niterói, e a que vai para Cuiabá. Porque pagará 60 réis a que vai para Cuiabá, e 120 a que vai para Angra por mar? Não posso achar razão, até porque a que vai para Angra não faz despesa alguma ao Tesouro, enquanto a que vai para Cuiabá exige pesados sacrifícios.

Essas ponderações eram justificadas por outra máxima do diretor: “*Tudo quanto simplifica o serviço é um aperfeiçoamento*”.

4.3 Os significados da reforma

A criação da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas em julho de 1860⁵⁸⁷ fez com que as repartições que anteriormente compunham a 7ª Seção do Ministério dos Negócios do Império (Obras Públicas, Correios e Navegação) fossem transferidas, junto com a Diretoria Geral das Terras Públicas, para a alçada de um novo titular.⁵⁸⁸ Nesse processo, a administração dos serviços postais – que passou a denominar-se 4ª *Diretoria dos Correios* – ganhou foros de Secretaria de Estado, abrangendo interinamente os negócios relativos à navegação fluvial e aos paquetes estrangeiros.⁵⁸⁹

Com a ampliação de suas responsabilidades, Pinto Serqueira voltou a requerer maiores jurisdições: “*O serviço do Correio exige celeridade, em tudo é necessário que o seu Chefe tenha poderes amplos para resolver de pronto todo e qualquer embaraço que se possa apresentar*”, afirmava. Ele também aproveitou o momento para fazer ácidos comentários à reforma regulamentar defendida pelo Parlamento:

Há aí muita gente que cuida que a condição de uma repartição depende de uma folha de papel. Reforma é palavra mágica, que de um momento para outro faz do branco

⁵⁸⁷ Decreto nº 1.067 de 28 de Julho de 1860. BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1860, p. 15.

⁵⁸⁸ Louise Gabler observa que, apesar do decreto nº 2.747, de 16 de fevereiro de 1861, determinar que as competências da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas viessem da Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça e da Secretaria de Estado dos Negócios do Império, essas duas pastas não deixaram de existir, apenas transferiram algumas de suas atribuições. A autora também entende a criação do novo ministério no bojo desenvolvimento da economia, da infraestrutura e da urbanização no Brasil. Cf.: GABLER, Louise. “A Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e a modernização do Império (1860 – 1891)”. *Cadernos MAPA – Memória da Administração Pública Brasileira*, n. 4. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012, 112 p.

⁵⁸⁹ Decretos nºs 2.747 e 2.748 de 16 de fevereiro de 1861. BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1861, pp. 127 – 129.

preto e do preto branco, do redondo quadrado e do quadrado redondo. Mas se se [sic] perguntar à essa mesma gente o que quer dizer reforma, eles mesmos o não sabem dizer.⁵⁹⁰

Enquanto tomava medidas para regulamentar a nova pasta, o governo enviou à Europa um comissário com a finalidade de estudar o funcionamento dos serviços postais naquele continente.⁵⁹¹ O encarregado dessa missão foi Luiz Plínio de Oliveira, oficial da Secretaria de Negócios Estrangeiros e um dos pioneiros do transporte urbano na Corte do Rio de Janeiro.⁵⁹²

No relatório escrito após seu retorno ao Brasil, Plínio de Oliveira afirmava ter em seu poder “*todas as fórmulas e modelos relativos à organização da escrituração dos Correios*” e julgava-se, por isso, habilitado a prestar quaisquer esclarecimentos que o governo julgasse necessários.⁵⁹³ Reconhecendo que a especificidade técnica do assunto tornava “*seguramente fastidiosa*” a leitura daquele documento, o autor o dividia em três partes: na primeira, ele tratava da organização do Correio britânico e dos melhoramentos que então haviam sido feitos nessa instituição, com ênfase na cidade de Londres e no funcionamento das caixas econômicas postais (*Post Office Savings Banks*); a segunda parte do relatório versava, por sua vez, sobre os serviços postais na França, que tinham uma estrutura administrativa mais centralizada que os da Inglaterra, portanto mais próxima do modelo brasileiro. Plínio de Oliveira concluía seu texto com algumas sugestões de melhoramentos nos Correios brasileiros. Vale observar que o oficial se absteve de falar dos Correios terrestres, porquanto carecesse esse objeto, em sua opinião, de “*estudo sério, feito à vista de bons mapas topográficos*”.

Embora considerasse o Correio Geral de Londres uma “*repartição modelo*”, Plínio de

⁵⁹⁰ Relatório apresentado ao Ilmo. e Exmo. Sr. Manoel Felizardo de Souza e Mello Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas pelo Diretor da Diretoria Geral dos Correios Dr. Thomaz José Pinto Serqueira. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1862, p. 25.

⁵⁹¹ A ideia de enviar um agente especial à Europa com a finalidade de estudar os sistemas postais naquele continente já havia sido manifesta por José da Costa Carvalho (Marques de Monte Alegre), ministro da pasta dos Negócios do Império entre os anos de 1849 e 1852. Ele também expediu uma circular às Legações do Império na Europa e Estados Unidos exigindo “*as mais circunstanciadas informações sobre as Leis, ordens e estilos*” pelos quais se regiam os serviços postais naqueles países. *Relatório da Repartição dos Negócios do Império apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 1ª Sessão da 8ª Legislatura pelo respectivo Ministro e Secretário d’Estado Visconde de Mont’alegre*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1850, pp. 55 – 58.

⁵⁹² Em 1855, Luiz Plínio de Oliveira, juntamente com seu pai, Candido Batista de Oliveira, conseguiram concessão do governo para estabelecer um serviço de transporte de passageiros e condução de gêneros na Corte do Rio de Janeiro. O serviço seria feito com veículos de tração animal sobre trilhos e partiria do largo da Mãe do Bispo em direção ao lugar denominado “Boa Vista”, no caminho que conduzia à Gávea. Ao final do prazo determinado pelo contrato, os empresários transferiram seus privilégios e favores ao Barão de Mauá. Cf.: Decretos n. 1.733 de 12 de Março de 1856 e n. 2.927 de 21 de maio de 1862. In: BRASIL, *Coleção das Leis...*, 1862.

⁵⁹³ “*Relatório sobre a Organização dos Correios da Inglaterra e da França apresentado ao Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas pelo Segundo Oficial da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros Luiz Plínio de Oliveira*”, 01 jun. 1862, 24pps. In: BRASIL. *Relatório que devia ser presente à Assembleia Geral Legislativa na Terceira Sessão da Décima Primeira Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas Pedro de Alcantara Bellegarde*. Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança, 1863.

Oliveira reconhecia os limites de adaptá-la à realidade de outros países. Tal singularidade advinha, na visão do oficial, da atitude do público britânico em relação aos serviços postais:

Inventou-se ultimamente uma máquina *stamping machine* para fazer este serviço [obliteração dos selos], a qual é movida pelo braço do homem. A experiência tem mostrado que esta máquina deixa a impressão do carimbo mais clara e legível do que os carimbos geralmente usados. [...] O inconveniente do uso desta máquina está na sua aplicação a qualquer outro país que não seja a Inglaterra. O cidadão Inglês é escravo do hábito, e nunca deixa de colocar o selo no lugar prescrito pela Administração do Correio. Outro tanto porém não acontece na França e em outros países da Europa, nos quais o selo, posto que seja colocado sempre no sobrescrito da carta e do lado do endereço, ora está do lado direito, ora do esquerdo, e neste último caso a máquina não pode funcionar com vantagem.

Plínio de Oliveira manteve o mesmo posicionamento crítico ao tratar da movimentação de fundos operada pelos Correios europeus. Primeiramente, ele afirmava não conhecer melhor meio de se moralizar os povos do que *“incutir-lhes os hábitos da economia, facilitando-lhes os meios para empregarem produtivamente o fruto do seu trabalho”*. As caixas econômicas postais figuravam, na opinião do oficial, como a melhor alternativa nesse sentido: não apenas porque sua garantia, sendo pública, era *“a mais segura”*, mas também porque, na prática, o método de transações adotado pelos Correios havia se mostrado *“o mais simples e o mais próprio para o uso das classes menos ilustradas”*. E acrescentava: *“o interesse individual ligado por essa forma ao interesse geral, estabelece um novo elemento de ordem para a sociedade”*.

Quanto às estações ambulantes (*travelling post-offices*), essas eram consideradas por Plínio de Oliveira como *“incontestavelmente, [...] um dos melhores auxiliares do Correio”*. Isso porque as correspondências recebidas nas estações ferroviárias eram manipuladas *“tão bem”*, segundo o oficial, *“como se fossem em estações fixas”*:

As cartas chegam a Londres já separas pelos *distritos postais* a que pertencem; e das estações do caminho de ferro são levadas diretamente, sem passarem pelo Correio Geral, para as estações do Correio dos Distritos Postais. Resulta que a correspondência vinda das províncias é entregue quase simultaneamente em toda a cidade de Londres. [...] Para se avaliar a importância do serviço que prestam as estações ambulantes basta notar que as malas do Correio Inglês percorrem diariamente cerca de 40 mil milhas de caminho de ferro dentro do Reino Unido.

Todavia, sem desconhecer as vantagens das duas instituições mencionadas, Plínio de Oliveira julgava prudente não sobrecarregar os Correios brasileiros com protocolos que para ele eram *“inteiramente novos”*. No caso das estações ambulantes havia ainda um agravante, qual seja o alto custo humano e financeiro das tarefas desempenhadas pelos empregados:

Percorri a linha de Paris a Bordeaux no *trem* da Posta, que partindo às 9 horas da noite, chegou a Bordeaux às 8 da manhã seguinte. Assisti durante essa viagem aos trabalhos dos empregados do Correio, incumbidos do serviço das estações ambulantes, e pude então avaliar quão penoso é aquele serviço. Os 6 empregados que compunham a turma desse dia, tiveram de manipular cerca de 36 mil cartas, confeccionar guias e preparar diversas malas, que foram sendo entregues em diversos pontos da linha, nos quais receberam também correspondência, que depois de examinada passava por processo idêntico, até chegarmos a Bordeaux. Todo este serviço foi feito no rigor do inverno, vindo o trem do caminho de ferro com uma velocidade para cima talvez de 40 milhas por hora. Estas turmas de empregados descansam no fim de cada viagem dois dias, e é por este motivo que as Estações ambulantes dos caminhos de ferro são dispendiosas.

Quais eram, portanto, as lições aprendidas no Velho Mundo que poderiam ser adaptadas à realidade nacional? Antes de expor suas propostas para os Correios brasileiros, o oficial fazia a seguinte ressalva:

Sei bem que às pessoas que não tem prática desse serviço; para aquelas que nunca assistiram à manipulação da correspondência postal feita em grande escala, como eu tive ocasião de presenciar, quando em Janeiro deste ano frequentei por vezes às 5 horas da madrugada o Correio Geral de Londres, para esses digo, parecerão insignificantes, e mesmo de nenhum valor as modificações que proponho. Mas o certo é que nos Correios bem organizados, são esses pequenos detalhes, que imprimem a marcha dos seus trabalhos, regularidade e notável rapidez.

Primeiramente, Plínio de Oliveira dizia crer que em país algum havia selos “*tão mal feitos, e de falsificação tão fácil*” como os do Brasil: “*A estampa é ordinária, a cola de má qualidade [...]; tem todos uma só cor, sem atenção às diferentes taxas de porte, e muitas vezes cobre-se uma carta com uma infinidade de selos de pequeno valor, para poder-se preencher o porte devido*”. Disso resultava, segundo o autor, “*grande embaraço na marcha do serviço*”. Após citar sua experiência na Casa da Moeda britânica, onde assistira à fabricação dos selos e à sua separação feita por uma máquina de perfuração (*perforating machine*), o oficial sugeria ao governo que incumbisse a referida instituição de produzir os selos e envelopes utilizados no Império.

Ao tratar da obliteração dos selos nas administrações e agências postais, Plínio de Oliveira listava três meios “*mais aperfeiçoados*” de se executar esse procedimento, quais sejam: a *stamping machine* britânica, já mencionada; os carimbos duplos (*double stampers*) e o *timbre a bascule* francês, “*engenhoso instrumento*” que, além de obliterar selos também inseria a data de postagem nas cartas. Descrente na possibilidade de adaptar o primeiro instrumento à realidade brasileira, o autor sugeria ao governo que experimentasse as duas últimas opções, a fim de observar qual delas traria mais agilidade ao expediente da repartição. Havia, ademais, outra recomendação:

Os carimbadores devem ser obrigados, no ato de assinarem o ponto, a estampar ao lado do seu nome, o carimbo de que se vão servir durante o dia. E como cada carimbo tem uma letra do alfabeto ou um algarismo para o diferenciar dos outros, pode-se, à vista do sobrescrito de qualquer carta que tenha passado pelo Correio, verificar quem a carimbou.

Em relação à entrega da correspondência, Plínio de Oliveira dizia desejar que os carteiros brasileiros fossem, à semelhança dos franceses, mais bem fardados e que tivessem bolsas próprias onde pudessem armazenar a correspondência. O oficial também sugeria dividir o município neutro em quatro distritos postais e separar previamente a correspondência que vinha das províncias para esses distritos, de forma a tornar pronta a sua entrega. Outras proposições eram: estabelecimentos do gênero das casas de coleta (*Receiving Houses*) londrinas para venda de selos; flexibilização da forma de pagamento (em dinheiro ou selos) a depender do valor do porte e diversificação no transporte das malas, podendo-se utilizar carros de tração animal, linhas férreas interurbanas, etc.

Os três últimos tópicos abordados pelo oficial já haviam sido comentados pelo diretor Pinto Serqueira em seus relatórios: trata-se da fixação de uma tarifa única para todo o Império, da construção de um novo edifício para o Correio da Corte e do aumento nos vencimentos do pessoal da repartição.

A uniformidade do porte era, na opinião de Plínio de Oliveira, “*condição essencial*” para a simplificação do serviço postal no Brasil: para os Correios, essa medida traria “*grande economia de tempo e de trabalho*”; já o público teria a vantagem de poder selar suas cartas sem antes ter que pesá-las nas agências. Partindo do princípio “*geralmente admitido*” na época de que a redução do porte aumentava o volume de correspondência, o oficial sugeria fixar em 50 réis o porte das cartas simples (4/8), progredindo esse valor na razão de mais um porte a cada 4 oitavas adicionais. Além dos motivos acima expostos, ele fazia a seguinte ponderação a favor da medida: “*começam já a funcionar diversas linhas férreas no nosso país, o que facilita muito a remessa de cartas por meio de particulares. E só a redução da taxa fará o público preferir confiar a sua correspondência ao Correio*”.

O relatório continha mais duas sugestões a respeito dos portes: acabar com a prática de se reterem no Correio papéis insuficientemente franqueados e estabelecer o uso de cartas registradas. Sobre a primeira medida, Plínio de Oliveira propunha que o destinatário do referido material pagasse o dobro da deficiência do porte. O registro da correspondência, por sua vez, era justificado pelo seguinte argumento: “*Muitas vezes uma carta sem conter dinheiro, é de importância, e quem a expede quer ter a certeza da sua entrega*”. Nesse sentido, o oficial sugeria que, para esse serviço, fosse cobrado um valor adicional de 200 réis, “*sem*

responsabilidade alguma por parte do Correio”.

Quanto à construção de uma sede para o Correio na Corte, essa era uma necessidade que, segundo o oficial, tornava-se “*cada vez mais urgente*”, em função do aumento e diversificação das transações postais. Contudo, ele asseverava que o edifício em que funcionava o Correio Geral de Londres não poderia servir de modelo ao governo brasileiro, visto estar aquele “*acima das necessidades*” e “*do estado financeiro do país*”. Sendo assim, Plínio de Oliveira se limitava a citar o exemplo de algumas estações postais que ele tivera a oportunidade de visitar naquela cidade.

Todas essas medidas enumeradas pelo oficial tinham no aumento dos vencimentos “*condição necessária*” para sua execução. Em sua opinião, o andamento regular dos trabalhos nos Correios dependia, essencialmente, de “*empregados hábeis*”: para obtê-los ou conservá-los era indispensável, a maneira dos britânicos, “*pagar adequadamente*” pelos serviços dos mesmos:

A Inglaterra, remunerando generosamente aos seus 25.500 empregados, [...] pagando avultadas subvenções pelo transporte de suas malas em paquetes a vapor, caminhos de ferro e carros ordinários, realizou no ano próximo passado um saldo de £1.162.000. Na fixação dos novos vencimentos conviria seguir-se o princípio inglês, estabelecendo o mínimo e máximo dos ordenados de cada classe de empregados, os quais começariam vencendo o mínimo, recebendo no fim de cada ano de exercício mais uma porcentagem até completar o máximo fixado.

No dia seguinte à publicação desse relatório,⁵⁹⁴ Pinto Serqueira, em função de seu cargo na Diretoria Geral, achou por bem se posicionar sobre o assunto.⁵⁹⁵ Ele não se deteve na análise das informações relativas aos serviços postais britânicos e franceses, formulando sobre eles a seguinte conclusão: “*do Correio do Rio de Janeiro não se pode exigir, o que se pode exigir do Correio de Paris*”. Seu real objetivo com essa resposta era avaliar as proposições de Plínio de Oliveira, talvez por ver no jovem oficial alguém com quem pudesse somar forças.

Pinto Serqueira primeiramente se esquivou da responsabilidade pela má qualidade dos selos brasileiros, alegando ser isto da competência do Tesouro Nacional. Ele também retificou as afirmações feitas por Plínio de Oliveira sobre a cor desses objetos e seu uso abusivo em cartas de porte elevado, dizendo haver selos de até 600 réis e em três tonalidades: azul, vermelho e preto. O diretor reconhecia, por fim, a utilidade da máquina de perfurar utilizada pelos

⁵⁹⁴ DIÁRIO OFICIAL, 20 nov. 1862.

⁵⁹⁵ “Ofício do Diretor Geral dos Correios, contendo reflexões sobre o relatório apresentado por Luiz Plínio de Oliveira”, 21 nov. 1862, 4pps. In: *Relatório que devia ser presente à Assembleia Geral Legislativa na Terceira Sessão da Décima Primeira Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas Pedro de Alcantara Bellegarde*. Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança, 1863.

britânicos, porém asseverava: “*no correio do Rio de Janeiro pode ser útil, mas não a julgo necessária*”.

Sobre o método de obliteração dos selos, Pinto Serqueira concordou com o autor do relatório de que, nos Correios brasileiros, era ele bastante imperfeito. O diretor alegava, inclusive, já haver deliberado sobre o assunto:

Vendo anunciado no relatório do Diretor Geral do Correio inglês que uma maquina fora introduzida para este serviço, pedi logo ao ministério do Império para mandar vir uma, ou o modelo com todas as explicações convenientes para ser usada. [...] Foi-me respondido que fora abandonada por não dar as vantagens, que se tinham em vista. Eu mesmo mandei fazer uma pequena maquina ideada por mim: também nada aproveitou. E o serviço continuou a ser feito a mão. O que fiz, foi ordenar que usassem carimbos mais pequenos que de que anteriormente se serviam, Quanto mais pequeno for o carimbo, menos força é preciso para o seu emprego. O resultado correspondeu: se não se obteve o bom, obteve-se menos mau.

O comentário sobre a entrega das correspondências seguiu lógica semelhante à dos tópicos anteriores: Pinto Serqueira reconheceu a necessidade de se providenciar bolsas próprias para os carteiros, porém culpabilizou os próprios empregados pela não observância da lei: “*Não há duvida, o regulamento manda fazer uso de bolsas, que importa o mesmo; mas os carteiros tem uma repugnância invencível a elas. Depois de muito teimar foram caindo em desuso*”. O diretor também se disse a favor da divisão do município neutro em distritos e do uso de selos como moeda de troca: “*tudo quanto tender a facilitar a entrega da correspondência, é por certo um melhoramento*”.

A instituição da tarifa única era outro tema com o qual Pinto Serqueira alegou se preocupar “*desde muito tempo*”. Ele também se manifestou sobre a liberação das cartas insuficientemente seladas:

Esta ideia já me foi em outro tempo suscitada. Nunca a propus, porque me parece que o porte deve ser pago por aquele, que tem interesse, e o interesse é sempre de quem escreve. Uma carta não selada dá ao correio trabalho igual a doze, ou mais cartas seladas. Estas e outras considerações me tem feito julgar a ideia de não interesse: todavia também não julgo que da sua admissão possa vir grave transtorno.

Embora dissesse conhecer o serviço de cartas registradas, o diretor não o julgava conveniente, pois temia que o público pudesse acusar os empregados dos Correios de extravio. E ponderava: “*Nós temos as listas nominais, que acompanham a maior parte das malas; é o que faz o registro*”.

Pinto Serqueira dizia estar persuadido de que o governo tinha “*tanta ou mais necessidade e obrigação de manter o correio, do que de manter a instrução primária*”. E

alegava: “*Se não tenho feito mais, é porque os meios me tem sido escasseados*”. Segundo o diretor, não havia “*um só relatório*” no qual não mencionasse a necessidade de se construir um novo edifício para o Correio da Corte. Ele também reivindicava para si a autoria da ideia de se dividir os empregados em categorias de antiguidade, “*dando mais aos mais antigos, e menos aos mais modernos*”. Não obstante esses comentários, sua conclusão era a seguinte:

O trabalho de Luiz Plínio de Oliveira é muito importante; suas reflexões no geral são muito judiciosas, e apenas difíceis de aplicar por nossas circunstancias especiais. Mas provou ele exuberantemente que tomou a peito a tarefa que lhe foi incumbida. Oxalá pudesse ele ser colocado em lugar em que lhe fosse possível fazer aplicação do que viu e examinou.

O que aconteceu com Plínio de Oliveira após a publicação de seu relatório se assemelha muito a trajetória do reformador britânico Rowland Hill: não obstante sua condição de *outsider* em relação aos serviços postais, o oficial acabou caindo nas graças do então titular da pasta dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, ⁵⁹⁶ que o incumbiu de apresentar um plano para a reforma do Correio Geral. Tal enredo não passou despercebido pela imprensa de oposição, que tratou com ironia a atitude do governo:

O correio geral da corte vai entrar em uma nova fase de melhoramentos administrativos. Luiz Plínio de Oliveira é o nome do escolhido pelo Sr. Sinimbu para, na frase do expediente, estudar aquela repartição, estando autorizado o administrador a fornecer-lhe todos os esclarecimentos que pedir, e a franquear-lhe a entrada no estabelecimento em qualquer hora do dia. Julgávamos que a reforma do correio geral seria preparada por outro modo; mas já que o Sr. Sinimbu entendeu o contrário, curvemo-nos submissos à sua decisão que é infalível. S. Ex. somente poderia errar em um caso, e é no em que o Sr. Plínio acertasse. ⁵⁹⁷

Nesse segundo relatório, Plínio de Oliveira se propôs a examinar o modo pelo qual era feito o serviço no Correio Geral, sugerindo, ao mesmo tempo, modificações que adotassem dos modelos europeus os melhoramentos “*de mais fácil execução*”. ⁵⁹⁸ Ele voltou a defender a pauta

⁵⁹⁶João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu integrou o 18º gabinete ministerial do reinado de Pedro II, tendo ocupado a chefia da pasta dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas de 30 de maio de 1862 a 9 de fevereiro de 1863, quando foi substituído pelo oficial general do Exército, Pedro de Alcântara Bellegarde. Cf.: JAVARI, *op. cit.*, p. 131.

⁵⁹⁷ O CONSTITUCIONAL, 17 out. 1862.

⁵⁹⁸ *Relatório sobre o estado do serviço do Correio Geral da Corte apresentado ao Exm. Sr. Conselheiro Pedro d'Alcântara Bellegarde, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas pelo Segundo Oficial da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros Luiz Plínio de Oliveira*” 15 abr. 1863, 19pps. In: *Relatório que devia ser presente à Assembleia Geral Legislativa na Terceira Sessão da Décima*

apresentada no relatório anterior – selos de superior qualidade; métodos mais eficazes de obliteração desses objetos; carteiros mais bem fardados; agilidade na entrega da correspondência; tarifa postal única; novo edifício para os Correios, aumento dos vencimentos, etc. – nela acrescentando alguns detalhes e/ou modificações pontuais.

Ao tratar dos portes, o oficial insistiu na necessidade de se adotar uma tarifa única para todo o Império, “*sem atenção às distâncias, nem tão pouco aos meios de transporte*”. Contudo, o valor agora proposto era de 100 réis por carta simples, conservando-se a progressão anteriormente sugerida:

Pensam alguns que seria mais vantajoso fixar em 2/8 o porte simples, como é usado em França. Mas essa vantagem não compensa o aumento de trabalho, que dá a verificação desses portes, obrigando os empregados a recorrerem frequentemente à balança. Julgo por isso preferível a prática inglesa [progressão de 4/8], que tem em seu favor a economia do tempo, elemento essencial neste ramo do serviço público.

Plínio de Oliveira argumentava ademais que, sendo difícil a verificação do número de jornais de cada pacote, conviria estabelecer-se o pagamento desses materiais por peso, conservando-se a taxa de 10 réis para o franqueamento de números avulsos. Por fim, ele apresentava uma proposta de orçamento feita pela firma inglesa *Perkins Bacon & Co.* – a mesma responsável pela emissão do *Penny Black* na década de 1840 – para fabricar selos nos valores de 10, 20, 50, 100, 200 e 500 réis.

O relatório também continha censuras ao modo como era feita a escrituração da correspondência que ia para fora da Corte. Plínio de Oliveira lembrava ao governo que tanto o regulamento de 1844 como o de 1849 haviam consagrado o controverso método de listas nominais, o que gerou descontentamento nos empregados da repartição. Mais tarde, em 1855, determinou-se que as malas conduzidas por mar seriam acompanhadas de faturas simples nas quais se faria a declaração do número de cartas e demais papéis destinados a cada pessoa. Por fim, uma provisão expedida no mesmo ano de organização da nova secretaria de Estado fez substituir essas faturas por folhas de aviso contendo o número de cartas e a categoria dos seus respectivos portes.⁵⁹⁹

O oficial era contra essa sobreposição de sistemas de escrituração; contrariando a opinião do diretor Pinto Serqueira, para quem as listas nominais eram uma garantia de prestação do serviço, ele ponderava:

Primeira Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas Pedro de Alcantara Bellegarde. Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança, 1863.

⁵⁹⁹ Decreto nº 2.868 de 21 de dezembro de 1861. BRASIL, *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1861, p. 510.

Se o Correio deve por força possuir a prova material da expedição e devida entrega da correspondência, é indispensável que exija do destinatário o recibo de todas as cartas e jornais que lhe entregar. Ora, ninguém por certo julgará isto possível: portanto para que serve o longo processo do relacionamento nominal da correspondência expedida, e das listas de distrito da correspondência para entregar, quando não se pode apresentar a prova de haver sido ela devidamente entregue ao seu destinatário? A meu ver só serve para desmoralizar a Repartição, e demorar muito o serviço, sem vantagem alguma para a suposta garantia que se pretende dar ao público.

Em vista disso, Plínio de Oliveira propunha que se suprimissem as listas nominais e de distritos, substituindo-as por folhas de aviso. Com esse método – que era “*seguido nos Correios europeus*” – ele prometia não apenas reduzir pela metade o pessoal da turma de exportação, mas também gerar um excedente de tempo que seria utilizado para operações então negligenciadas, tal como a verificação dos portes.

Quanto à entrega de correspondência, o oficial observou que a principal garantia desse serviço não era a letra da lei, mas sim “*a moralidade do respectivo pessoal*”:

Não pretendo que nisso haja luxo, mas unicamente decência e uniformidade, para que não tenham eles a aparência de mendigos. Pagá-los bem, escolhê-los com muito escrúpulo, e de preferência dentre os oficiais inferiores do exercito que por seu bom comportamento e habilitações se tornarem merecedores dessa nomeação; e finalmente sujeitá-los a uma severa disciplina, será o meio de conseguir-se que a entrega da correspondência seja regular, segura e rápida.

Plínio de Oliveira ainda abordou pontualmente outros assuntos específicos, tais como: a entrada de negociantes, empregados de jornais, etc. na repartição do Correio da Corte – “*Esta abusiva tolerância não encontra exemplo em Correio algum bem organizado, e carece ser quanto antes expressamente proibida*”; a conveniência de se substituir o sistema de seguros pelo das cartas registradas – “*Uma carta segura dá logo ideia de que contem valores; e, por conseguinte excita a cobiça de algum empregado menos escrupuloso*” e a necessidade de se sujeitar a porte a correspondência oficial – “*É tempo de se acabar com semelhante prática [isenção], não com o fim de apresentar a receita com um aumento fictício, [...] mas para por termo aos abusos que diariamente se dão, de servir o Correio ao interesse particular sob a capa do serviço público*”. Ele também recomendou a utilização de escaninhos numerados para guardar a correspondência dos assinantes; propôs novos protocolos de simplificação no tratamento das cartas atrasadas⁶⁰⁰ e sugeriu que se encomendasse “*diretamente de Londres*”

⁶⁰⁰ “1º que as cartas não franqueadas, sem endereço ou com o endereço ilegível deverão ser no dia imediato ao da sua entrada no Correio enviadas à Seção competente para abri-las, e devolvê-las ao respectivo signatário, se for a sua residência conhecida embora não conste da carta; 2º as cartas que não forem entregues por haver falecido o destinatário, ou por ter ele mudado de residência sem deixar o seu endereço, seguirão também a sorte das primeiras; 3º finalmente, as cartas que não forem entregues por não conhecer-se a residência do destinatário, e que tendo sido anunciadas por listas impressas, não forem procuradas no Correio por espaço de dois meses,

materiais indispensáveis ao expediente da repartição, tais como lacres, barbantes, papéis, cadarços, malas impermeáveis, etc.

O último tópico do relatório dizia respeito à estrutura da Diretoria Geral dos Correios. Enquanto Pinto Serqueira propunha ampliar as atribuições de seu posto – o que implicava em suprimir o administrador do Correio da Corte – Plínio de Oliveira defendia um modelo de centralização que tinha no fortalecimento desse cargo administrativo sua referencia principal:

A conveniência que há em centralizar a ação administrativa de um funcionário superior para não enfraquecer-lhe a responsabilidade, as vantagens que resultam da execução uniforme de um sistema postal, e o exemplo que nos dão as nações mais adiantadas nesta parte, convence-me da necessidade de ser o Chefe do Correio Geral da Corte o Chefe superior de todos os Correios do Império. O serviço postal difere muito dos outros serviços. Há modificações a introduzir quase diariamente nos pequenos detalhes de que ele se compõe. Na Inglaterra expede-se semanalmente uma circular impressa contendo as alterações feitas durante a semana. Entre nós o Administrador do Correio não pode mandar fazer uso de um carimbo novo, embora seja para melhorar o serviço, sem prévia permissão do Diretor Geral, [...]. E que melhoramento pode introduzir em um serviço, que quase todo depende da prática, um Chefe que trabalha no seu gabinete, longe do movimento da correspondência, e que não pode por experiência própria julgar da necessidade de qualquer modificação que lhe for proposta? [...] Considero, portanto, indispensável subordinar a marcha dos trabalhos, e dar a iniciativa dos melhoramentos a uma única pessoa, que seja responsável pelo mau resultado das medidas que tomar relativamente a esse objeto, e tenha ao mesmo tempo amplas atribuições no que for concernente à distribuição do serviço, e ao modo prático de levá-lo a efeito.

Uma vez elevada à categoria de Diretoria Geral, a administração do Correio da Corte seria dividida em quatro seções, além da Tesouraria: a primeira teria a seu cargo todo o expediente da direção, o exame das reclamações e a abertura da correspondência caída em refugo; quando aos empregados da segunda sessão, esses fariam toda a contabilidade, além da estatística postal; a terceira sessão seria, por sua vez, incumbida do trabalho da exportação de correspondência e a quarta, por fim, do da importação. Com esse arranjo, Plínio de Oliveira dizia esperar que “*em breve tempo*” os serviços postais brasileiros realizassem as palavras do escritor francês Henry Celliez, cujo pensamento ele citava em conclusão:

Os correios são um agente necessário do comércio e da indústria; eles são o vetor do pensamento, porque transportam e entregam a cada subscritor todos os escritos periódicos, e um grande número de cartas, firmando-se assim como o grande meio de comunicação intelectual entre os homens.⁶⁰¹

serão remetidas à Seção competente para proceder a sua abertura e consumo, e será este prazo espaçado por mais quatro meses para as cartas estrangeiras”.

⁶⁰¹ Original em francês: “*La poste est un agent nécessaire du commerce, et de l’industrie; elle est le distributeur de la pensée, car elle transporte et remet à chaque souscripteur tous les écrits périodiques, et un grand nombre de lettres; elle est ainsi le grand chemin de la communication intellectuelle entre les hommes*” (Tradução da autora).

Nos anos seguintes à publicação desse relatório, diversos ministros reiteraram o compromisso do governo com a reforma dos serviços postais: Domiciano Leite Ribeiro, por exemplo, afirmou que a adoção de um sistema “*mais simples e metódico*” de distribuição de trabalho nos Correios era “*urgentemente reclamada*” e de “*incontestável praticabilidade*”;⁶⁰² já Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, a quem se deveu a realização da reforma, fez a seguinte observação: “*Constituindo o serviço do correio um monopólio do estado, é estrita obrigação do governo velar para que seja ele feito com a maior regularidade e prontidão*”.⁶⁰³

A ideia também contou com o apoio de parlamentares adeptos da então recém-formada Liga Progressista.⁶⁰⁴ Em discurso proferido na Câmara durante a discussão sobre o remodelamento da Secretaria dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Pedro Luiz Pereira de Souza se dirigiu a Leite Ribeiro, então chefe da pasta em questão, dizendo que, se realizasse a reforma postal, ele estaria plantando “*um marco glorioso na sua administração*”.⁶⁰⁵

O deputado fluminense acreditava que, se “*bem montado*”, os Correios não apenas espantariam o “*fantasma de déficit*” que há anos assombrava a instituição, mas também poderiam gerar lucro, “*a exemplo dos mais insignificantes países*”. Nesse sentido, tal como Plínio de Oliveira, ele propunha que as atribuições da 4ª Diretoria – repartição “*de mero aparato*”, nas suas palavras – passassem para o Correio da Corte, que daquele momento em diante denominar-se-ia Administração Geral dos Correios:

Eu entendo que a diretoria deve acabar. O diretor geral dos correios não lida no serviço postal; vive fora desse mundo, e mesmo fora da casa da administração da corte; a sua mão chegam tão somente as informações das administrações gerais, e não vão além as suas vistas; não anda no terreno prático, não lhe conhece as saliências grandes e pequenas, não pode cortar os males, aquilatar-los devidamente, fazer os ensaios, tentar as experiências, como poderá pois cumprir as atribuições melindrosas que lhe confere o regulamento? Não é possível que um homem assim afastado completamente do

⁶⁰² Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Segunda Sessão da Décima Segunda Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas Domiciano Leite Ribeiro. Rio de Janeiro: Tipografia Paula Brito, 1864.

⁶⁰³ Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Terceira Sessão da Décima Segunda Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1865.

⁶⁰⁴ Agremiação que congregava conservadores moderados, como Pedro de Araújo Lima (Marquês de Olinda), e liberais históricos, como Teófilo Ottoni, a chamada *Liga Progressista* tinha como agenda a modernização das instituições imperiais, especialmente do Poder Moderador. Para mais informações sobre o tema, ver: BARBOSA, Silvana Mota. “A política progressista: Parlamento, sistema representativo e partidos nos anos 1860”. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (orgs.). *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, pp. 295 – 324.

⁶⁰⁵ ANAIS DO PARLAMENTO BRASILEIRO, 02 jun. 1864, pp. 20 – 26.

serviço incessante e complicado por mais zelo e inteligência que possua, possa concorrer com eficácia para o restabelecimento do correio. [...] Eu desejo que as atribuições do diretor geral passem para o administrador dos correios da corte, vindo este a ser o centro dos correios do Império. [...] Essas atribuições podem e devem ser exercidas pelo administrador geral, pois sendo chefe de uma das estações mais importantes do Império, conhece perfeitamente o serviço, sabe todas as suas exigências, está em contato com os empregados de sua repartição, em relação direta com todos os outros; tem o grande modelo de administração central, e por conseguinte pode apalpar, tocar, ver com seus olhos todas as chagas, e de pronto aplicar os remédios necessários, e ajudar o governo, habilitá-lo para todas as reformas deste ramo do serviço público.⁶⁰⁶

O novo regulamento dos Correios restaurou o estatuto da Diretoria Geral, porém deu-lhe configuração diversa da que tinha no passado: daquele momento em diante, essa repartição – que continuava a ser “*o centro de todas as ordens expedidas pelo diretor geral*” (artigo 1º) – passaria a englobar as atribuições e o pessoal do Correio da Corte (artigo 4º).⁶⁰⁷ Tal medida, que compreendeu ademais a divisão do expediente em cinco sessões (artigo 5º), tinha como objetivos: “*dar mais unidade de pensamento*” aos funcionários e “*ativar o andamento dos trabalhos*”.⁶⁰⁸

Uma das novidades introduzidas por essa legislação foi o uso do sistema métrico: de acordo com Marcondes de Oliveira, “*além de facilitar a verificação do peso das cartas, dispensando o emprego frequente da balança*”, esse método teria a vantagem de ser utilizado pela maioria dos países que assinaram a Convenção Postal de 1863.⁶⁰⁹ Ademais, dizia o ministro: “*O custo do transporte de uma carta está na razão direta do número de cartas expedidas para o mesmo ponto, e não na razão da distância percorrida*”. Nesse sentido, ele fixava as seguintes taxas: 80 réis – e não os 100 propostos por Plínio de Oliveira – para qualquer carta de até 15 gramas (artigo 11º); 50 réis para correspondência interurbana (artigo 12º) e 20 réis para jornais, publicações periódicas, brochuras, livros ou qualquer outro material impresso cujo peso não excedesse 40 gramas (artigo 16º):

⁶⁰⁶ Pereira de Souza também propôs a criação de um cargo de secretário para ser ajudante e substituto do administrador geral; a realização de provas para o provimento de cargos; a classificação das agências segundo a importância das linhas e das localidades; a substituição das listas nominais e de distrito por faturas; a supressão dos seguros; a instituição do registro de correspondência e a uniformização do porte para os serviços de terra e de mar. Essas medidas – que ecoaram no Senado pela voz do septuagenário Francisco Jê Acaiaba de Montezuma (Visconde de Jequitinhonha) – foram apenas em parte acatadas pelo governo, o que nos sugere a existência de verdadeiras disputas políticas pelas diretrizes da reforma.

⁶⁰⁷ Decreto nº 3.443 de 12 de abril de 1865. BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. p. 83.

⁶⁰⁸ *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá*. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1865, p. 104.

⁶⁰⁹ Sobre esse evento, ver: JOHN, Richard. “Projecting Power Overseas: U.S. Postal Policy and International Standard-Setting at the 1863 Paris Postal Conference”. *The Journal of Policy History*, v. 27, n. 3, 2015, pp. 416 – 438.

Esta redução da tarifa explica-se facilmente pela necessidade que temos de empregar todos os meios tendentes a desenvolver a instrução que tanto carece do vigoroso impulso do governo. Não obstante haver sido feita com liberalidade a nova tarifa postal espero que a renda aumente pela regra invariável de que a baixa do preço faz crescer o consumo, apesar das circunstancias especiais do nosso país.

Para o aumento da receita dos Correios, Marcondes de Oliveira ainda contava com “*duas novas fontes de renda*”, quais sejam o registro facultativo de cartas a 200 réis (artigo 15º) e o movimento de fundos por intermédio de estações postais (artigo 25º). Com essa diversificação dos serviços prestados, os Correios brasileiros entravam num novo período de sua historia institucional e estreitavam de vez sua sintonia com o capitalismo então em fase de expansão pelo mundo.

O novo regulamento ampliou o escopo da entrega domiciliar de correspondência ao determinar que essa fosse feita nas cidades cuja população excedesse cinco mil almas (artigo 23º). As cartas que por algum motivo não fossem entregues dentro do prazo de dois anos seriam, por sua vez, queimadas sem serem abertas, precedendo sempre “*os anúncios e formalidades do estilo*” (artigo 24º).

Essa legislação também estabeleceu diretrizes para o provimento de praticantes e carteiros. Para concorrerem aquele primeiro lugar, os candidatos deveriam se submeter a um concurso composto por “*exercícios de caligrafia e ortografia, aritmética elementar, [...] uso do sistema métrico, e noções gerais de geografia*”, sendo o conhecimento de línguas estrangeiras critério de desempate (artigo 38º). Quanto aos carteiros, além de já terem demonstrado “*aptidão para o serviço do correio*” pelo período de um ano (artigo 39º), eles deveriam saber “*ler e escrever corretamente letra manuscrita e praticar as quatro operações fundamentais de aritmética*”. Também eram exigidas as seguintes condições: certificado médico de boa saúde; certidão de idade (maioridade de 18 anos e menoridade de 30) e fiança de até 100\$000 réis (artigo 40º). O desempate nessa categoria se dava, por fim, a favor do indivíduo que com “*documentos autênticos*” comprovasse ter prestado “*bons serviços militares*” (artigo 41º).

A execução dessas medidas coube, com efeito, àquele que havia lançado as bases da reforma: Luiz Plínio de Oliveira. Antonio Francisco de Paula Souza, sucessor de Marcondes de Oliveira no poder, justificava a decisão de colocar esse oficial à testa da administração dos Correios, dizendo: “*a perfeição deste serviço muito depende do conhecimento prático do jogo*

*material das diferentes partes do mecanismo, de que se compõem esta repartição”.*⁶¹⁰ O que o ministro omitiu, contudo, foi a permanência de Pinto Serqueira no cargo de Diretor Geral.

Posto que irregular, esse arranjo compósito nos revela mais do que desleixo do governo para com os gastos públicos, tal como denunciou-se na época.⁶¹¹ Desde pelo menos a primeira regulamentação dos serviços postais pós-Independência, em 1829, os atores envolvidos na demanda quase que contínua por reformas haviam aprendido a seguinte lição: não havia movimento nos Correios sem a acomodação dialética das antigas molas ao novo mecanismo.

⁶¹⁰*Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Quarta Sessão da Décima Segunda Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas Dr. Antonio Francisco de Paula Souza.* Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança, 1868.

⁶¹¹ANAI DO PARLAMENTO BRASILEIRO, 17 abr. 1866, p. 181.

CAPÍTULO 5

UM SERVIÇO EM EXPANSÃO ?

Entre os papéis pessoais do Marques de Olinda atualmente sob custódia do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), encontra-se um estudo anônimo sobre tarifas postais britânicas. O autor desse manuscrito, provavelmente o próprio Araújo Lima, inicia sua análise com a seguinte constatação: *“Disse-se uma vez, que a diminuição dos portes do Correio em Inglaterra tinha trazido o aumento de renda do mesmo Correio: dito uma vez, todos o repetiram, e ficou como coisa líquida. Os fatos parecem-me, porém em contrário”*.⁶¹²

Para comprovar seu ponto de vista, ele lista os rendimentos daquela instituição nos três anos que antecederam a reforma de Rowland Hill: £2.339.137 em 1838; £2.346.238 em 1839 e £2.390.163 em 1840. Esses valores o levam a concluir que a receita dos serviços postais britânicos aumentaria caso os portes não tivessem sido reduzidos: *“Em 1841, primeiro ano da reforma, [a renda] desceu a 1:359:466. Para tornar à cifra de 1840 foram necessários doze anos; isto é, em 1851 ainda produziu 2:264:684 e só em 1852 produziu 2:422:168”*.

A recuperação financeira dos Correios britânicos no início da década de 1850 encontra explicação em fenômenos externos ao sistema postal: *“Note-se que justamente nesse período foi que a navegação a vapor e as estradas de ferro começaram a ter verdadeiro desenvolvimento”*, observa o autor. Para ele, a relação entre comércio e comunicações se dava ademais em uma via de mão dupla: enquanto o desenvolvimento do primeiro trazia *“necessariamente a necessidade do desenvolvimento da correspondência”*, a melhoria do segundo tinha por consequência *“o aumento e facilidade das relações e transações”*. Não era de se admirar, portanto, que, por estarem na vanguarda do capitalismo comercial então emergente, os britânicos tivessem experimentado *“grande crescimento”* em suas comunicações.

Situação bastante diversa era a dos Correios brasileiros. De acordo com o autor do estudo, os rendimentos dessa instituição nos anos financeiros de 1849/50 e 1855/56 haviam sido de, respectivamente, 143:242\$116 e 258:191\$076 réis. Contudo, diferentemente do que ocorreu na Inglaterra, a reforma de 1842 não diminuiu os portes, apenas uniformizou-os. Tampouco havia no Império as condições materiais de desenvolvimento observadas naquela potencia capitalista. Sendo assim, a que se deveu o aumento da receita nos anos mencionados? Seria esse aumento um indicativo de que os serviços postais do Império estariam em expansão?

⁶¹² “Estudo sobre portes de Correio na Inglaterra”. IHGB, lata 216, doc 40.

Por seu caráter inacabado – há apenas algumas páginas escritas, sem conclusão – o mencionado estudo não fornece qualquer tipo de esclarecimento a essas questões. Sua principal intenção era, com efeito, política: ao salientar as diferenças entre as experiências brasileira e britânica, o autor buscava invalidar os argumentos daqueles que, como o diretor geral Pinto Serqueira, eram favoráveis ao sistema misto de pagamento de portes⁶¹³ ou propunham a revogação das diferenças entre tarifas postais marítimas e terrestres.⁶¹⁴

Nesse capítulo, em contrapartida, analisamos os dados financeiros e estatísticos disponíveis⁶¹⁵ de forma a compreender o desenvolvimento dos Correios brasileiros nas duas décadas que sucederam as reformas tarifárias e regulamentares dos anos 1840. Partimos do pressuposto de que a adoção do pagamento antecipado com uso de selos promoveu não apenas uma simplificação na contabilidade, mas também uma mercantilização das comunicações postais, de vez que o pagamento do serviço passou a preceder a entrega das correspondências.⁶¹⁶ Também consideramos que a uniformização dos portes com base no peso das correspondências implicou em uma ruptura com a espacialização das trocas postais típica de antigo regime, ao mesmo tempo em que reforçou a dimensão territorial e nacional desse monopólio então em consolidação. O adensamento fiscal, infraestrutural e logístico dos Correios no território do Império, bem como a adequação dessa instituição à lógica capitalista então emergente contribuiu, por fim, para reforçar a proeminência política, econômica e cultural da Corte sobre

⁶¹³ Sobre esse tema, dizia o autor do estudo: *“pretende-se na Inglaterra que uma carta não porteadada previamente dá trabalho igual a 17 cartas previamente porteadas. E se isto acontece em Inglaterra, mais deve acontecer no Brasil com os nossos domésticos: sabem todos a dificuldade que se encontra em muitas casas para se obter com quem falar. A pessoa que escreve a carta é quem tem interesse, em que ela chegue: só poderá haver maior interesse daquele que a recebe em as cartas puramente noticiosas; mas ainda assim que [sic] dá as notícias é porque tem interesse em que se saibam”*.

⁶¹⁴ O autor do estudo qualificava de arbitrários os argumentos contrários à diferenciação de porte entre os Correios de mar e de terra. Segundo ele: *“Dos países da Europa não podemos tirar argumento, por que ali nação nenhuma tem cabotagem tal, que lhe conduza malas. Os Estados Unidos de que podemos tirar argumento são de algum modo em favor da nossa prática, pois que ali os portes são pagos segundo as distâncias. Foram fixados por ato de 30 de junho de 1851 e são: por carta até ½ onça em distância menor de 3 mil milhas – 3 cents; em distância maior de 3 mil milhas – 6 cents”*. No Brasil, os portes de cartas estavam ademais *“em perfeita harmonia”* com os dos Estados Unidos, segundo o autor: *“Lá por distância menor de 3 mil milhas 3 cents ou 3 vinténs, por que um centésimo é um vintém, em distância superior 6 centésimos ou vinténs: cá por parta terrestre 3 vinténs; por carta marítima 6 vinténs”*.

⁶¹⁵ Esses dados encontram-se disponíveis nos relatórios ministeriais das pastas dos Negócios do Império (1832 – 1860) e Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1861 – 1889).

⁶¹⁶ Sobre essa questão, observa o geógrafo Igor Venceslau: *“se antes o mais importante, ou seja, a correspondência, é o que vinha primeiro, agora é o pagamento da mercadoria que antecede e autoriza qualquer tipo de ação. O selo pode ser compreendido como uma nova técnica para a circulação postal, mas também como uma nova política de reprodução da mercadoria”*. VENCESLAU, Igor. *Correios, Logística e Uso do Território: o serviço de encomenda expressa no Brasil*. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH/USP, 2017, p. 56.

as províncias, num arranjo descrito pelo geógrafo Claude Raffestin como “*mais-valia espaço-temporal*” da capital sobre outras regiões.⁶¹⁷

5.1 As finanças dos Correios: fontes de renda e principais despesas

*“É penoso, e enfadonho verificar pequenas adições entradas em diferentes épocas, combiná-las com outras arrecadadas em diversos lugares, e épocas correspondentes”.*⁶¹⁸

Assim se expressavam os conselheiros de Estado sobre a contabilidade dos Correios brasileiros, em 1841. Antes de serem fixadas na receita geral do Império, as rendas dessa instituição estavam, com efeito, dispersas entre os tributos auferidos pelos órgãos fazendários provinciais e, muitas vezes, sequer eram listadas nos balanços e orçamentos dessas repartições.

A falta de empregados capacitados⁶¹⁹ e a inexistência de dispositivos regulamentares impositivos eram apenas algumas das razões para o pouco rigor nos registros. Os administradores e agentes tinham ainda de lidar com as inúmeras dificuldades que o cálculo dos portes com base na distância percorrida pelos correios lhes impunha: valores fracionados, falta de mapas precisos, etc. Além disso, ao convencionar que o destinatário pagasse pelo serviço prestado, o sistema de arrecadação então vigente dava margem ao descaminho e à evasão fiscal.

No relatório apresentado aos parlamentares da 1ª Legislatura pelo ministro da Fazenda, Manoel Jacinto Nogueira da Gama (Visconde de Baependy), os Correios constam entre as repartições do Erário Régio cujos rendimentos diminuíram após a Independência.⁶²⁰ de

⁶¹⁷ Ao se apropriar do espaço e do tempo, o Estado hierarquiza esses dois elementos e os converge como recursos para um centro especializado de poder; nesse caso, a Corte do Rio de Janeiro. A disparidade entre as espacialidades/temporalidades específicas de cada região e os códigos espaço-temporais impostos pela capital por meio de regulamentos, itinerários, cronogramas, etc. é o que chamamos, à luz da teoria de Raffestin, de “mais valia espaço-temporal”. Cf.: RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993, p. 195.

⁶¹⁸ *Relatório da Repartição dos Negócios do Império apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 1ª Sessão da 5ª Legislatura pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado Candido José de Araújo Vianna*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1843, p. 47.

⁶¹⁹ As queixas sobre a falta de qualificação dos funcionários abundam na documentação: em ofício enviado ao administrador geral dos Correios da província de São Paulo, o responsável pelos serviços postais na vila de Sorocaba, assim se expressava sobre o assunto: “*Eu tenho procurado todos os meios de melhorar este estabelecimento, já oficiando aos Capitães mores, já aos administradores, recomendando-lhes leiam as instruções (que me parece eles não tem) para saberem regular o porte das cartas, para não confundirem as que vêm das outras administrações, até remetendo exemplares para as faturas, porque a escrituração é muito má, para a prestação das minhas contas a Fazenda Nacional: tudo, tudo tem sido baldado, e em verdade a não ser o desejo de servir a Nação e esperar com o tempo melhoramento me teria eximido deste trabalho*”. 30 jul. 1829. “Ofício do administrador dos Correios de Sorocaba Elesbão Antonio da Costa e Silva ao Administrador Geral dos Correios de São Paulo”. APESP, CO5642.

⁶²⁰ As outras rubricas declinantes eram: 1) Compra de pesos prata em pinha e Chapas de cobre (-3:693,605\$441 réis); 2) Meio Soldo das Patentes (-4:682\$788 réis); 3) Chancelaria, Novos e Velhos Direitos, Ordens Militares, e Tenças (-3:518\$976 réis); 4) Selo do papel, e Heranças (-9:227\$018 réis); 5) Dízimo do Açúcar e Miunças (-

14:927\$130 réis em 1820, eles passaram a 9:369\$830 réis quatro anos depois. Além de confirmar a subnotificação desses valores – poucas são as províncias em que a receita produzida pelos serviços postais representava mais de 1% do principal tributo nelas arrecadado – os dados coligidos nesse documento (TABELA 11) demonstram uma imensa disparidade financeira entre o Correio Geral e as demais administrações: apenas cinco províncias – Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais – tiveram receita superior a 10% do valor arrecadado na Corte e província do Rio de Janeiro durante o ano de 1825.

Tabela 11 – Comparativo das rendas dos Correios do Império (1826)⁶²¹

Províncias/ Localidades	Documento de referência	Rendimento do Correio (em réis)	% em relação ao principal tributo da província	% em relação às rendas do Correio Geral do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro	Balanço do ano de 1825	13:294\$240	1%	100%
Campos dos Goitacazes/ São João da Barra	Relações do Juiz de Fora	983\$200	9%	7%
Espírito Santo	Orçamento de 1824 a 1826	70\$407	2%	1%
Bahia	Balancetes mensais de 1825	2:023\$877	0%	15%
Pernambuco	Balancetes do ano de 1825	1:905\$855	0%	14%
Paraíba do Norte	Balanço do ano de 1824	35\$050	0%	0%
Rio Grande do Norte	Balanço do ano de 1823	8\$800	0%	0%
Piauí	Balanço de 1825	101\$330	0%	1%
Maranhão	Balanço resumido de 1825	209\$600	0%	2%
Pará	Balanço de 1823	847\$180	1%	6%
Santa Catarina	Balanço de 1825	56\$724	1%	0%
Rio Grande do Sul	Ofício de 28 de abril de 1825	2:704\$725	1%	20%
São Paulo	Balanço de 1825	2:302\$680	4%	17%
Minas Gerais	Balanço de 1824	3:503\$311	3%	26%
Goiás	Balanço de 1823	9\$200	0%	0%

Fonte: Parecer da Comissão de Fazenda da Câmara dos Deputados da Assembleia Geral Legislativa do Império do Brasil, 1826.

25:331\$868 réis); 6) Baleias (-15:750\$000 réis); 7) Saques, e remessas das Juntas (-480:370\$373 réis); 8) Sobras das Juntas por intervenção do Banco (-850:000\$000 réis); 9) Suprimentos Extraordinários do Banco (-728:000\$000 réis); 10) Suprimentos de Particulares (-28:000\$000 réis); 11) Ausentes (59:424\$396 réis); 12) Venda de Diamantes brutos (-60:024\$000 réis). *Parecer da Comissão de Fazenda da Câmara dos Deputados da Assembleia Geral Legislativa do Império do Brasil sobre o Relatório do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda enviado à mesma Câmara; em que se expõem o estado da Administração, Arrecadação e Distribuição das Rendas Nacionais, e Orçamento das Despesas para o ano de 1827*. Rio de Janeiro: Imperial Tipografia de Plancher, 1826, p. 150.

⁶²¹ As províncias de Sergipe, Alagoas, Ceará e Cisplatina não foram listadas na obra em questão provavelmente por não apresentarem a tempo dados sobre os rendimentos do Correio.

Em maio de 1833, Nicolau Pereira de Campos Vergueiro emitiu um aviso no qual desonerava os administradores dos Correios de remeterem seus livros de balanços e demais documentos ao Tesouro Público Nacional. Argumentava o ministro que, porquanto prevista em lei, a medida em questão prejudicava a prestação de contas que esses funcionários faziam às Tesourarias de suas províncias; além disso, havia sempre o risco desse material se extraviar no caminho até a Corte.⁶²²

Essa ordem foi contrariada pelo substituto de Vergueiro no poder, Aureliano de Souza Oliveira Coutinho (Visconde de Sepetiba). Em portaria daquele mesmo ano dirigida ao presidente da província do Maranhão, o novo responsável pela pasta dos Negócios do Império fazia a seguinte declaração:

Em cumprimento do art. 155 do Regulamento de 5 de Março de 1829, devem os Administradores dos Correios das Capitais das Províncias dirigir diretamente ao desta Corte os mapas referidos, por isso que a este ficou pertencendo pelo art. 7º do Decreto de 7 de Junho de 1831, o desempenho das funções do extinto lugar de Diretor Geral dos Correios.⁶²³

Essa alternância de disposições, típica de uma conjuntura política em que diferentes concepções de governo estavam em disputa, confirma a primazia do Rio de Janeiro como centro fiscal dos Correios. Não obstante isso, nas províncias, o destino dos rendimentos continuou sendo os órgãos fazendários regionais.

De que provinha a receita dessa instituição? A documentação contábil é lacunar e com frequência apresenta apenas o valor total da arrecadação.⁶²⁴ Em análise sobre as finanças de algumas administrações postais no período anterior à Independência, Mayra Guapindaia nota que capitanias com conexão marítima (TABELA 12) recolhiam, em geral, dois tipos de tributos: portes de cartas e fretes de encomendas transportadas pelas embarcações. Na Paraíba, o rendimento dessa segunda rubrica em 1798 foi de 145\$803 réis, o que representou 80% da receita auferida pelos Correios locais. Mesmo assim, a principal fonte de renda para a série

⁶²² Aviso nº 252 [Império], de 18 de maio de 1833. BRASIL. *Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1873, p. 178.

⁶²³ Aviso nº 378 [Império], de 13 de julho de 1833. In: BRASIL. *Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1873, p. 260.

⁶²⁴ A escassez de fontes contábeis para o período em questão pode ser explicada, segundo Guapindaia, devido ao fato das Juntas de Fazenda provinciais não enviarem com regularidade os mapas de receita e despesa ao Erário Régio. Essa inadimplência não ocorria, contudo, apenas no caso dos Correios: observa a mesma autora que os agentes fazendários da colônia enviavam informações ao centro apenas ocasionalmente, não obstante a existência de normas que obrigassem o repasse anual das contas. Além disso, cada capitania escriturava os dados de maneira diferente, apesar da preferência pelo método de partidas dobradas. GUAPINDAIA, *op. cit.*, p. 166.

como um todo era os portes, respondendo por 2:548\$520 réis ou 88% do total arrecadado na amostra.

Tabela 12 – Rendas dos Correios em diferentes províncias litorâneas (1798 – 1799)

Receita	Valores (em réis)			Soma
	Paraíba	Bahia	Pará	
	1798	1798	1799	
Porte das cartas	36\$520	1:809\$910	702\$090	2:548\$520
Fretes de encomendas	145\$803	109\$960	106\$306	362\$069
Soma	182\$323	1:919\$870	808\$396	2:910\$589

Fonte: GUAPINDAIA, *op. cit.*, pp. 166 – 187.

Os balanços de algumas vilas mineiras (TABELA 13) entre os anos 1823 e 1828 nos revelam quatro subdivisões na escrituração do porte: 1) cartas remanescentes dos anos financeiros anteriores, as quais somam 798\$471 réis ou 21% do valor total arrecadado na amostra; 2) cartas recebidas de outras localidades, com destaque para a Corte (198\$835 réis) em se tratando de São João Del Rey e para Ouro Preto (1:421\$224 réis) no caso de Vila do Príncipe; em Barbacena, essa segunda rubrica foi de 267\$830 réis, o que representou 85% do valor total arrecadado nos Correios dessa vila em 1825; 3) cartas lançadas na administração (324\$437 réis ou 8% do valor total arrecadado na amostra) e 4) cartas pré-pagas e/ou seguras, cujo baixo valor (164\$647 réis ou 4% do valor total arrecadado na amostra) nos sugere que o público dava preferência à remessa simples de correspondência e ao pagamento feito pelo destinatário.

Tabela 13 – Renda dos Correios em diferentes localidades do interior (1825 - 1828)

Receita	Valores (em réis)			Soma
	Barbacena	São João del Rey	Vila do Príncipe	
	1825	1826	1828	
Cartas excedentes dos anos anteriores	40\$485	2:94\$193	463\$793	798\$471
Cartas recebidas de outras localidades	2:67\$830	3:53\$949	1:955\$647	2:577\$426
Cartas lançadas na administração	2\$500	113\$752	208\$185	324\$437
Cartas pagas e seguras	4\$920	35\$442	124\$285	164\$647
Soma	315\$735	797\$336	2:751\$910	3:864.981

Fonte: GUAPINDAIA, *op. cit.*, pp. 166 – 187.

Com vistas a promover maior uniformização na contabilidade dos Correios, em 1834 o governo regencial elaborou um modelo de balanço (ANEXO 55) a ser utilizado pelas

administrações.⁶²⁵ Por meio desse documento, constatamos um aumento na complexidade na escrita: enquanto a receita dos serviços terrestres continuou resumida a uma rubrica (*Importância das cartas conduzidas*), repartições com conexões marítimas passaram a lançar sete fontes de renda: “1) cartas pelos Paquetes; 2) fretes e passageiros; 3) cartas por embarcações mercantes;⁶²⁶ 4) cartas francas de São Paulo;⁶²⁷ 5) seguros; 6) avulsas; 7) assinaturas”. Vale lembrar que a legislação de 1829 estabeleceu portes especiais para cartas procedentes da Inglaterra; daí a distinção entre o transporte feito “pelos Paquetes” e “por embarcações mercantes”. Já o item “cartas francas de São Paulo” fazia menção, provavelmente, ao volume significativo de correspondência proveniente daquela cidade em função de ali haver Curso Jurídico.

Quanto à despesa, sua escrituração era tão casuística quanto a da receita e compunha-se dos seguintes elementos: “1) Ordenados dos empregados; 2) Salário dos Correios; 3) 4ª parte do frete da carga dos Comandantes dos Paquetes (específico das administrações litorâneas); 4) Expediente; 5) Consumo das cartas retardadas; 6) cartas em ser”.⁶²⁸ Mesmo antes da promulgação dessas diretrizes, administrações litorâneas – como as já citadas Paraíba, Bahia e Pará – já faziam distinção entre gastos com paquetes e correios de terra (TABELA 14).

Tabela 14 – Despesa dos Correios em diferentes províncias litorâneas (1798 – 1799)

Despesa	Valores (em réis)			Soma
	Paraíba	Bahia	Pará	
	1798	1798	1799	
Ordenados	36\$464	265\$777	120\$000	422\$241
Despesas Gerais	6\$240	183\$879	85\$820	275\$939
Paquetes	440\$070	21\$920	1:081\$573	1:543\$563
Correios de terra	8\$400			8\$400
Soma	491\$174	471\$576	1:287\$393	2:250\$143

Fonte: GUAPINDAIA, *op. cit.*, pp. 166 – 187.

A análise desses dados e o cotejamento deles com as receitas listadas acima nos revela uma grande diversidade regional em matéria de finanças. A onerosidade dos serviços postais marítimos, argumento que nos anos 1840 seria utilizado pelo Conselheiro Bernardo de

⁶²⁵ Aviso nº 350 [Fazenda], de 15 de outubro de 1834. BRASIL. *Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil* Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1866, pp. 262 – 263.

⁶²⁶ Vale lembrar que a legislação de 1829 estabeleceu portes especiais para cartas e impressos procedentes da Inglaterra – daí a distinção entre o transporte feito “pelos Paquetes” e “por embarcações mercantes”.

⁶²⁷ O item “cartas francas de São Paulo” fazia menção, provavelmente, ao volume significativo de correspondência proveniente daquela cidade em função de ali haver Curso Jurídico.

⁶²⁸ Expressão da época utilizada para designar correspondência retida na administração.

Vasconcelos para justificar o aumento de portes nesse ramo, é outra constatação que sobressai dessa análise.

Na Paraíba, o ano de 1798 foi caracterizado, segundo Guapindaia, por altos gastos com o conserto de paquetes,⁶²⁹ os quais somaram 440\$070 réis ou 90% da despesa total. Em compensação, os dispêndios com o ordenado do administrador, único oficial provido na capitania, foram bastante diminutos: 36\$464 réis ou 7% da despesa total. Pode-se afirmar, portanto, que foram as expensas com infraestrutura – e não com pessoal, expediente ou rotas terrestres – fator determinante para que os Correios paraibanos registrassem um déficit de 308\$851 réis no ano em questão.

No Pará, outra capitania deficitária em matéria de serviços postais, os gastos com embarcações também eram preponderantes: 1:081\$573 réis ou 84% do total despendido em 1799. Isso se explica, de acordo com a mencionada autora, pelo fato de a rota dos Correios marítimos para os portos do Norte ter como ponto final as Salinas do Pará. Sendo assim, cabia a essa capitania arcar com os preparativos das viagens de retorno a Lisboa, os quais compreendiam não apenas restauro dos paquetes, mas também compra de mantimentos e provimento de jornais para a tripulação.

Os Correios baianos, em contrapartida, conseguiram auferir um saldo positivo de 1:448\$294 réis no período em questão. Contribuiu para esse resultado, além de uma expressiva arrecadação (1:919\$870 réis), os baixos gastos com manutenção de paquetes: 21\$920 réis ou 5% do total despendido naquele ano. A principal despesa dessa administração era com ordenados (183\$879 réis ou 56% do total despedido), seguida do expediente (183\$879 réis ou 39%), que incluía compra de papel, lacres e tinta para a repartição. Essa distribuição de rubricas sugere, portanto, uma maior burocratização dos Correios na Bahia do que nas demais capitanias da amostra.

A dinâmica extrativa dos Correios era não apenas regionalmente desigual, mas também centralizada: entre 1816 e 1823, os Correios da vila de Mariana recolheram uma média de 338\$000 réis em portes, dos quais 224\$00 réis (66%) foram enviados ao Tesouro de Minas Gerais (TABELA 15). Em São João del Rey e Vila do Príncipe, as remessas de dinheiro aos cofres dessa mesma província foram de, respectivamente, 183\$142 e 538\$699 réis ou 38% e 52% das despesas locais (TABELA 16).

⁶²⁹ GUAPINDAIA, *op. cit.*, p. 171.

Tabela 15 – Portes arrecadados e entradas no Tesouro Público do Correio da Vila de Mariana, Minas Gerais (1816 – 1823)

Anos	Portes arrecadados (em réis)	Entrada no Tesouro Público (em réis)	% das entradas em relação à arrecadação dos portes
1816	330\$454	251\$294	76%
1817	346\$410	252\$150	73%
1818	355\$305	257\$136	72%
1819	308\$620	228\$064	74%
1820	348\$685	240\$000	69%
1821	357\$995	264\$000	74%
1822	341\$265		
1823	319\$915	300\$000	94%

Fonte: Elaboração da autora com base em BNRJ, Manuscritos, Coleção Casa dos Contos, I-27, 35, 040, doc nº 001.

Tabela 16 – Despesa dos Correios em diferentes localidades do interior (1825 – 1828)

Despesas	Valores (em réis)			Soma
	Barbacena	São João del Rey	Vila do Príncipe	
	1825	1826	1828	
Remessas para o Tesouro da Intendência		183\$142	538\$699	721\$841
Cartas remanescentes na agência	530\$775	296\$708	503\$793	1:331\$276
Papel, tinta e lacre	4\$800			4\$800
Soma	1:385\$449	796\$765	2:745\$857	4:928\$071

Fonte: Elaboração da autora com base em APM, Seção Provincial – SP, Fundo Presidência de Província – PP 1/8, cx. 01, doc. 05; cx. 07, doc. 21; cx. 17, doc. 14.

Com tudo, a principal rubrica de despesa, ao menos nas localidades mineiras acima citadas, era referente às cartas que permaneciam na agência, terminando por serem incineradas, por não haver quem as reclamasse. O custo desse material era expressivo para a realidade local: 1:331\$276 réis ou 65% do total despendido na amostragem. Em face disso, a aposta do governo brasileiro no sistema de pagamento antecipado de portes, a despeito do protesto de parlamentares e comerciantes, torna-se mais compreensível.

Os anos finais da década de 1820 e os primeiros anos da década de 1830 foram marcados pelo agravamento da crise financeira que, desde a Independência, ameaçava a sobrevivência do Brasil enquanto corpo político. Nesse mesmo contexto de aumento do déficit público, falta crônica de receita e desvalorização monetária, assiste-se à progressiva centralização da máquina

administrativa e à ampliação da capacidade extrativa do Estado sobre o território. No caso dos serviços postais, esses esforços se traduziram numa série de decretos já mencionados que organizavam as administrações dos Correios nas províncias, fixavam o número de empregados de cada repartição e determinavam seus respectivos vencimentos (ANEXO 56).

A análise dessa legislação nos revela uma flagrante diversidade/desigualdade regional. Em relação à estrutura do corpo administrativo, podem-se identificar três classes de repartição: a primeira, representada pelos Correios da Bahia, Pernambuco, São Paulo e Maranhão, caracterizava-se por conter todas as categorias de funcionários então existentes – um administrador que servia de tesoureiro; um ajudante que servia de contador; oficial papelista; porteiro; praticante e correio – ou pelo menos cinco delas.

As administrações de segunda classe eram aquelas compostas por, pelo menos, três funcionários. Esses eram, em geral, o administrador, o ajudante e um oficial papelista. Faziam parte dessa categoria Santa Catarina; Rio Grande do Sul; Pará e Minas Gerais. A maioria dessas administrações também tinha ademais porteiro ou, como no caso das três primeiras províncias, um praticante servindo no cargo.

Havia, por fim, aquelas administrações em cuja folha de pagamento figuravam apenas o administrador e seu ajudante. Esse era o caso de Alagoas, Paraíba, Sergipe, Rio Grande do Norte, Goiás, Espírito Santo e Mato Grosso. Os decretos correspondentes às duas últimas províncias ainda fixaram os seguintes funcionários subalternos: 8 estafetas para a primeira administração e 12 porta-malas para a segunda.

Para termos uma ideia da disparidade salarial então vigente basta notar que, em Mato Grosso, os vencimentos do administrador do Correio (150\$000 réis) e de seu ajudante (100\$000 réis), não obstante serem próximos entre si, equivaliam a apenas 8% dos valores praticados na Corte. Em Santa Catarina, o praticante (140\$000 réis) – que também servia de porteiro – ganhava apenas 23% dos vencimentos de seu colega fluminense. Mesmo na Bahia, Pernambuco e São Paulo, províncias consideradas de 1ª classe em termos de administração postal, tinham oficiais cujos salários (300\$000 réis) correspondia a metade do estipêndio respectivo na capital do Império.

Sobrecarga de trabalho e falta de reajuste nos vencimentos eram as principais queixas dos funcionários que trabalhavam nas administrações. Ao peticionar à Câmara em dezembro de 1831, o administrador dos Correios da província de Alagoas assim se expressava sobre o assunto:

No tempo, em que se criou nesta Cidade Administração de Correio, era esta olhada como uma simples Agência parcial, tendo, aliás, o nome de Administração, destinada sempre por assim dizer, para as correspondências do Governo, e deposito de algumas cartas, quando assim tocavam os Paquetes nela uma vez em cada mês; sendo por conseguinte uma vez em cada mês que se exigia serviço dos Empregados daquela Repartição [...]. Ora, se naquele tempo, em que o serviço era diminuto, marcou-se 200\$000 para quem Administrasse aquela Casa, este continuará a vencer a mesma gratificação quando, depois de se ter por si efetuado Administração do Correio Geral da Província, o seu expediente é já triplicado, por isso que com a nova criação de Correios Terrestres tem a seu cargo 11 Agências Parciais, com as quais todas se corresponde três vezes em cada mês? Além disto, [...] todas as Províncias tem em suas Capitais uma tal Repartição organizada, cujos Empregados são pagos por tal maneira, que eles sem razão procurariam ao mesmo tempo algum outro meio, que os coadjuvassem em sua subsistência: o contrário, porém, acontece àqueles, que não lucrando de seus Empregos com que possam viver decentemente, e sem aviltamento, por necessidade perscrutam a um tempo mais outra origem, que os satisfaçam; donde procede não se saírem bem de qualquer das partes.⁶³⁰

Quanto à Administração Geral dos Correios da Corte, vale lembrar que o regulamento de 1829 havia criado novos postos e concedido aumento salarial aos funcionários já existentes (ANEXO 57). Contudo, a supressão do cargo de Diretor Geral sobrecarregou o expediente dessa repartição, sem resultar em melhoria nas condições de trabalho ou na remuneração dos funcionários. Foi provavelmente em função disso que, em abril de 1833, o administrador Caetano Luís de Araújo enviou um requerimento ao Senado, pedindo aumento para si e para aqueles sob sua jurisdição.⁶³¹

Em resposta a essa reivindicação, a Comissão de Fazenda do Senado⁶³² observou que, embora os emolumentos em questão já houvessem sido contemplados pelo regulamento de 1829, era de parecer que o objeto fosse remetido ao governo para se elaborar uma proposta de reajuste. Essa proposta deveria ser feita na forma da Constituição e poderia atender total ou parcialmente o corpo de funcionários, de acordo o “*maior trabalho e frequência*” de cada um.⁶³³ Posteriormente, esse mesmo órgão sugeriu que os aumentos fossem concedidos “*a título*

⁶³⁰ 16 dez. 1831. Petição do administrador dos Correios da província de alagoas José Severiano de Mello ao Presidente e Membros do Conselho. AHCD, lata: 70; maço: 4; pasta: 4.

⁶³¹ Note-se que as petições não eram algo novo no repertório político desses funcionários: em março de 1832, um grupo de estafetas da Corte já havia oficiado ao governo solicitando que seus vencimentos fossem iguais aos 800 réis diários recebidos pelos dois correios de ofícios da administração geral. Argumentava os suplicantes haver “*justíssima parcialidade de merecimento*” em seu pedido, visto não apenas partilharem “*promiscuamente*” as tarefas e obrigações marcadas para os mencionados oficiais, mas também pelo “*excessivo peso do serviço interno, e externo*” deles a cargo. Essas informações foram confirmadas pelo próprio administrador, que acrescentou nada saber que desmerecesse “*o bom conceito*” que dos suplicantes tinha. BNRJ, Manuscritos, documento II – 30, 28, 022.

⁶³² Essa Comissão era composta por Mariano José Pereira da Fonseca (Marques de Maricá), Felisberto Caldeira Brant Pontes de Oliveira Horta (Marques de Barbacena) e Manoel Jacinto Nogueira da Gama (Marques de Baependy).

⁶³³ ANAIS DO SENADO DO IMPÉRIO DO BRASIL, 03 jun. 1833, p. 243.

de gratificações”,⁶³⁴ provavelmente para se evitar que a diferença dos novos valores fosse incorporada ao ordenado dos funcionários quando esses se aposentassem.

Após obter aprovação dos senadores,⁶³⁵ a resolução foi enviada à Câmara, onde permaneceria sem discussão até agosto de 1834. Nesse ínterim, os funcionários do Correio da cidade da Bahia também decidiram reivindicar melhores vencimentos e enviaram um abaixo-assinado ao Imperador d. Pedro II nesse sentido.⁶³⁶

Para os peticionários baianos, era princípio de “*justiça distributiva*” que todos os empregados fossem recompensados “*a proporção do seu trabalho e responsabilidade*”; eles também criam que “*os diferentes súditos de um mesmo Império*” deveriam todos gozar do influxo da lei de uma maneira “*a mais equitável possível*”, sendo essa prerrogativa “*base de uma verdadeira liberdade*”.

Considerando-se privados “*por desdita*” da equidade que exaltavam, esses funcionários solicitavam que seus vencimentos fossem iguais aos de seus colegas da Corte. Apresentavam, para isso, a seguinte justificativa:

É bem sabido que as Repartições do Correio sempre foram subcarregadas de um trabalho transcendente, e superior ao que existe nas demais Estações públicas, porque o comparecimento dos seus Empregados não só deve ser bastante cedo, como porque a sua estada n’aquela Repartição se estende até tarde, e o que mais é a todos os Domingos, e dias Santos, nos quais regularmente os Empregados dos demais Tribunais gozam do descanso, entretanto que os que pertencem ao Correio apenas tem diariamente aquele espaço necessário para recorrer às necessidades da vida.

O governo regencial não ficou indiferente aos clamores do funcionalismo: em relatório relativo à pasta dos Negócios do Império, Antonio Pinto Chichorro da Gama exortou os deputados da terceira legislatura (1834 – 1837) a concederem o referido aumento salarial, porém apenas mencionou o caso do Correio da Corte:

Os vencimentos dos Empregados na mesma Administração Geral estariam em proporção com o seu trabalho, se este se limitasse às horas da manhã; ele, porém se estende efetivamente às da tarde, e não poucas vezes às da noite [sic], sem interrupção de Domingos, Dias Santos ou Feriados.⁶³⁷

⁶³⁴ ANAIS DO SENADO DO IMPÉRIO DO BRASIL, 05 jun. 1833, pp. 282 – 284.

⁶³⁵ ANAIS DO SENADO DO IMPÉRIO DO BRASIL, 06 ago. 1833, p. 273.

⁶³⁶ 18 fev. 1834. Representação dos empregados da administração geral dos Correios da Bahia a S.M.I. pedindo aumento de vencimentos, 2 p. Disponível em:

http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mssp0001167/mssp0001167.pdf.

Acesso em: 30 nov. 2020.

⁶³⁷ Relatório da Repartição dos Negócios do Império apresentado à Assembleia Geral Legislativa na sessão ordinária de 1834; pelo respectivo ministro e secretário de Estado Antonio Pinto Chichorro da Gama. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1834. pp. 23 – 25.

Também entre os parlamentares havia certa solicitude com a demanda desse pessoal: ao comentar sobre a lei do orçamento, Antonio Francisco de Paula de Holanda Cavalcanti de Albuquerque se disse receoso de que o governo fosse facultado a reformar uma vez mais os Correios;⁶³⁸ alegava o deputado pernambucano ter acalentado por anos esperanças de alguma “*reforma vantajosa*” naquela repartição; a experiência, porém, o convencera de que as mudanças haviam sido feitas “*para pior*”. Em referência ao argumento de Chichorro da Gama, Holanda Cavalcanti dizia que a garantia de segredo das cartas tinha em vista apenas “*a facilidade das comunicações das províncias do Império*”, não devendo ser utilizada como justificativa para aumentarem-se as despesas. Sendo assim, ele não autorizava o governo a reformar a repartição, “*mas se entendesse que os ordenados dos empregados do correio do Rio de Janeiro eram diminutos, concordaria que se aumentasse*”.⁶³⁹

A autorização régia para que o governo concedesse gratificação aos empregados do Correio da Corte saiu em 10 de outubro de 1834.⁶⁴⁰ No mês seguinte, Chichorro da Gama expediu um decreto no qual marcava os cargos existentes e seus respectivos subsídios (ANEXO 58).⁶⁴¹ Esse reajuste representou um aumento médio de 48,5% nos salários dos empregados, porém deve ser interpretado com cautela, já que os primeiros anos da década de 1830 foram altamente inflacionados.⁶⁴² O administrador teve um acréscimo significativo em seu estipêndio (800\$000 réis ou 67%), igualando-se ao Provedor da Casa da Moeda.⁶⁴³ Os demais postos técnicos – ajudante, contador e tesoureiro – foram nivelados a 1:200\$000 réis anuais. Além do agente do mar, oficiais papelistas e praticantes também tiveram reajustes iguais a 50%, ou acima dessa marca.

E quanto ao pessoal da administração baiana? Esse teve seu requerimento indeferido pelo governo, coincidentemente, na mesma data em que a Câmara concedeu os benefícios acima mencionados. A equidade salarial não era, portanto, ainda vista como um atributo necessário de unidade nacional.

⁶³⁸ ANAIS DO PARLAMENTO BRASILEIRO, 13 ago. 1834, p. 227.

⁶³⁹ ANAIS DO PARLAMENTO BRASILEIRO, 30 set. 1834, p. 297.

⁶⁴⁰ Decreto nº 42 de 10 de outubro de 1834. BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1866, v.1, p. 57.

⁶⁴¹ Decreto A de 14 de novembro de 1834. BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1866 v. 2, p. 193 – 194.

⁶⁴² De acordo com os dados dos IPEADATA, a inflação dos anos 1830 – 1835 para a cidade do Rio de Janeiro girou em torno de 11%. Cf.: IPEADATA, “Inflação – Custo de vida – alimentação – ponderação FGV 1947 – cidade do Rio de Janeiro – índice (média 1820 = 100)”. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em 10 nov. 2020.

⁶⁴³ Esse órgão havia sido reorganizado em função do decreto A de 13 de março de 1834. BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1866, p. 40.

Nos anos seguintes, os funcionários dos Correios continuaram dependendo de legislações locais para melhorarem de condição até que, em setembro de 1838, a Câmara autorizou um reajuste geral em seus ordenados. Acompanhou o decreto dessa medida uma tabela com todos os cargos existentes nas províncias (ANEXO 59), seus vencimentos originais e os respectivos aumentos previstos na lei.⁶⁴⁴ Note-se que tipo de escrituração até então não havia sido feita por nenhuma autoridade governamental.

A realidade desigual que observamos anteriormente não foi, contudo, alterada. Mesmo com os menores reajustes da tabela (todos 20%), os funcionários do Correio da Corte continuaram a ser os mais bem pagos do Império: note-se que um oficial papelista dessa repartição ganhava, sozinho, mais do que os administradores de Minas Gerais, São Pedro do Sul, São Paulo e de todas as administrações de 3ª classe. O que houve, com efeito, foi um significativo aumento nas médias salariais de administradores (74%); ajudantes (73%); oficiais papelistas (75%); praticantes (77%); porteiros (75%); agentes de mar (78%) e correios (74%).

Nas províncias, cada cargo teve progressão de, em média, 43% do valor original. Francisco de Paula de Almeida e Albuquerque, sucessor interino de Bernardo de Vasconcelos na pasta dos Negócios do Império, justificou essa medida argumentando que, por serem “*pior aquinhoados*”, administradores, ajudantes e demais empregados provinciais eram aqueles cuja sorte “*mais se devia melhorar*”.⁶⁴⁵

Curiosamente, o maior acréscimo salarial registrado (49%) foi de um cargo subalterno (correio de porta) em uma província periférica no sistema postal do Império (Santa Catarina). A categoria dos entregadores foi, ademais, a que apresentou menor disparidade salarial: antes de 1839, as diárias dos correios de ofício (233\$600 réis) e de porta (175\$200 réis) em Pernambuco correspondiam, respectivamente, a 67% e 58% dos mesmos emolumentos na Corte; após o reajuste, esses valores passaram a representar 79% e 69% das diárias cariocas.

A diminuição da diferença em relação à Corte não significa, contudo, que esses funcionários tivessem melhorado de condições em âmbito local. Nesse sentido, vale observar que a porcentagem das diárias dos correios de porta de Pernambuco em relação ao vencimento do administrador dessa mesma província permaneceu a mesma (22%), não obstante os reajustes salariais de ambas as categorias.

⁶⁴⁴ Decreto n.º 32 de 7 de março de 1839. BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1839, p. 57. Uma cópia manuscrita desse documento à qual tivemos acesso encontra-se no Arquivo Histórico da Câmara dos Deputados (AHCD), lata 131, maço 13, pasta 01.

⁶⁴⁵ *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Sessão Ordinária de 1839, pelo Ministro e Secretário de Estado Interino dos Negócios do Império*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1839, p. 38.

Enquanto aguardava a decisão da Câmara sobre o reajuste nos vencimentos dos funcionários do Correio da Corte, o governo incumbiu o novo administrador daquela repartição, Luiz Francisco Leal, de elaborar um orçamento das despesas para o ano financeiro de 1835/36. O resultado desse trabalho é um documento composto por cinco tabelas distintas precedidas da seguinte súmula (TABELA 17):⁶⁴⁶

Tabela 17 – Orçamento das despesas dos Correios da Corte e província do Rio de Janeiro para o ano financeiro de 1835/1836 (1833)

Tipo de despesa	Valor (em réis)
Ordenados e Gratificações pagas pelo Tesouro Público Nacional	7:000\$000
Gratificações pagas pela Administração do Correio Geral da Corte aos Correios, Agentes do mar, Postilhões, Estafetas e Pedestres	5:409\$840
Gratificações aos Estafetas pagos pelas diversas Agências de Correio da província do Rio de Janeiro	1:447\$200
Ordenados dos Empregados da Administração do Correio da Vila de Campos, e aluguel da casa, pagos pela mesma Administração	744\$000
Despesas a cargo da Administração do Correio Geral do Rio de Janeiro	4:890\$000
Soma	19:491\$040

Fonte: ANRJ, Série Comunicação, ICC3 – 25.

Identificamos aqui quatro categorias de gastos: a primeira é representada pelos ordenados e gratificações dos funcionários do Correio da Corte (ANEXO 60), os quais eram pagos pelo Tesouro Público Nacional e respondiam por 36% da despesa orçada (7:000\$000 réis). Já a segunda categoria compreendia os diversos gastos feitos pela Administração Geral dos Correios em conformidade com a legislação de 1829: juntas, essas expensas totalizavam 10:299\$840 réis, o que representava 53% do orçamento.

Se olharmos bem, veremos que pouco mais da metade desse valor (5:409\$840 réis ou 53%) dizia respeito ao provimento de empregados subalternos (ANEXO 61). Liderando o rol de salários estava Antonio Machado Botelho, postilhão de Nova Friburgo (384\$000 réis); abaixo dele situavam-se os correios de ofício, pedestres e o agente de mar, Inocência José

⁶⁴⁶ 10 dez. 1833. Orçamento das despesas que se poderão fazer da Administração do Correio Geral do Rio de Janeiro para o ano Financeiro de 1835 para o de 1836, em observância da Portaria da Secretaria de Estado dos Negócios do Império com data de 3 de Dezembro de 1833 [autor: Mariano José Muniz, Ajudante do Administrador do Correio Geral]. ANRJ, Série Comunicação, ICC3 – 25.

Custódio (292\$000 réis); as duas faixas salariais intermediárias contemplavam, por sua vez, os correios de porta (233\$600 réis) e os postilhões de Campos e Ilha Grande (219\$000 réis); havia, por fim, empregados que recebiam menos de 200\$000 réis ao ano: eram eles os postilhões de São José do Rio Preto (168\$000 réis); Macacú para Magé (96\$000 réis); Venda Nova para Itaboraí (61\$440 réis) e São João do Príncipe (57\$600 réis).

As demais despesas a cargo da Administração Geral dos Correios (ANEXO 62) compunham-se, basicamente de gratificações dadas aos agentes dos paquetes ingleses (1:640\$000 réis); aos comandantes dos paquetes nacionais por fretes de carga (950\$000 réis); aos capitães dos navios por cartas transportadas (520\$000 réis); aos mencionados comandantes para “*trem de mesa*”⁶⁴⁷ (200\$000 réis) e aos correios de porta por cartas retardadas (60\$000 réis). Também havia os gastos feitos com expediente (980\$000 réis) – segundo maior valor da tabela – bem como com a confecção de malas e outros objetos extraordinários (540\$000 réis). Juntas, essas rubricas perfaziam 4:890\$000 réis ou 47% do total orçado nessa categoria.

O terceiro tipo de despesa orçada dizia respeito às agências do interior que tinham de arcar com o provimento de estafetas. Na tabela correspondente (ANEXO 63), identificamos quatro faixas de salários anuais: primeiramente a dos estafetas que iam de Itaguaí para a Corte (216\$000 réis), pagos no local de saída; em seguida os responsáveis pelo giro da Ilha Grande a Parati, e vice-versa (144\$000 e 115\$200 réis), cuja remuneração se dava na agência da primeira localidade; também havia o estafeta Candido José que ia da vila de São João da Barra a Campos (108\$000 réis) e recebia na vila de destino; por fim, os estafetas Lucio José Cardoso e Domingos Ferreira do Santos que iam para Paty vindos, respectivamente, de Valença e Vassouras (72\$000 réis): enquanto o primeiro recebia na vila de origem, o segundo era responsabilidade da agência final. Havia ainda um “*jornaleiro incerto*” que deveria conduzir a correspondência da vila de Rezende (sua fiadora) para a de Bananal e receber o mesmo salário dos dois colegas anteriores.

Entre as localidades listadas no orçamento, destaca-se Campos (ANEXO 64): nesse rico município produtor de açúcar, a repartição dos Correios compunha-se de um administrador e um agente, que ganhavam, respectivamente, 400\$000 e 200\$000 reis anuais. Além do estafeta mencionado na tabela anterior, havia o aluguel de um edifício por 144\$000. O total, 744\$000 réis, representava 4% das despesas orçadas. Por estarem relacionados em uma tabela à parte, esses gastos podem ser considerados, portanto, uma quarta categoria na tipologia de despesas dos Correios fluminenses.

⁶⁴⁷ Termo utilizado na época para designar mobiliário e utensílios de escritório.

No mesmo ano de 1833, o administrador dos Correios de São Paulo, Joaquim de Abreu Rangel, também enviou seu orçamento ao governo. Esse documento (TABELA 18) contrasta com o de Luiz Francisco Leal em diversos aspectos. Primeiramente, o peso dado ao provimento de empregados: no caso paulista, essas rubricas totalizavam 2:233\$600 réis, o que respondia a 32% do valor estimado para a Administração Geral do Correio da Corte (7:000\$000 réis). Além disso, se compararmos a despesa orçada com aquela efetuada no ano financeiro anterior (1:725\$200 réis) veremos que, não obstante o aumento real de 508\$400 réis (33%), a expressividade desses gastos no cômputo total caiu, passando de 21% para 18%. Essa queda se deu, no entanto, ao acréscimo de rubricas que não existiam anteriormente.

Tabela 18 – Orçamento da despesa dos Correios da província de São Paulo para o ano financeiro de 1835/36 (1833)

Tipo de Despesa	Valor anterior (em réis)	Acréscimo (em réis)	Valor orçado (em réis)
1 administrador/ tesoureiro	550\$000	250\$000	800\$000
1 ajudante/ contador	400\$000	100\$000	500\$000
1 oficial papalista	300\$000	100\$000	400\$000
1 porteiro	300\$000		300\$000
1 correio de porta	175\$200	58\$400	233\$600
Ordenados e gratificações dos agentes	364\$947	985\$053	1:350\$000
Gratificações de 12%		100\$000	100\$000
40 pedestres	5:886\$080	1:384\$720	7:270\$800
8 pedestres extra		934\$400	934\$400
Materiais, gêneros e mais objetos	250\$000	200\$000	450\$000
Soma	8:226\$227	4:112\$573	12:338\$800

Fonte: APESP, CO5642.

A remuneração dos agentes é uma categoria de gastos que apenas aparece no orçamento paulista, não sendo possível, portanto, comparação com o caso fluminense. Vale lembrar que o regulamento dos Correios de 1829 havia encarregado as municipalidades do provimento desses funcionários. Em 1831, essa responsabilidade passou para a alçada do Tesouro. Na época, tal medida foi comemorada por diversos administradores,⁶⁴⁸ inclusive pelo próprio Abreu Rangel, que assim relatou o impasse que tivera com uma municipalidade sobre o custeamento de serviços postais:

⁶⁴⁸ Antonio Galvão, presidente da província do Rio Grande do Sul, assim se expressou sobre a medida em questão: “a Administração dos Correios será d’ora em diante mais regular”. 01 dez. 1831. Relatório do Presidente da Província do Rio Grande do Sul Antonio Galvão aos deputados da Assembleia Legislativa da mesma província (manuscrito). Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/182#?c=0&m=2&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1021%2C0%2C3721%2C2624>. Acesso em: 04 mar. 2021.

Tendo-me com efeito representado a respectiva Câmara [Franca] que do ensaio, a que procedera um Correio daquela Vila para a Freguesia da Casa Branca por espaço de um ano não obtivera um resultado satisfatório, pois que a despesa excedia a receita, respondi exigindo segundo o art. 27 do citado Regulamento [1829] as instruções que houvesse formalizado, e como me asseverasse que não dera instruções algumas ao respectivo Administrador por se achar pouco imbuída nesse negocio, fiz ver isso mesmo ao Exmo. Governo indicando que cumpria segundo o meu parecer, que continuasse por mais tempo com o referido ensaio, e formalizasse as instruções; no que tendo plenamente anuído o mesmo Exmo. Governo, officiei nesse sentido à Câmara em data de 13 de Julho deste ano [1831]. Todavia agora parece-me que tudo se concilia a face do art. 4º do Decreto de 7 de Junho próximo passado, no qual se determina que os ensaios mandados fazer pelas Câmaras Municipais sejam a custa da Fazenda Pública.⁶⁴⁹

O mencionado regulamento fixou ademais uma porcentagem de 12% sobre o total da arrecadação para pessoas que se dispusessem a gerir os Correios em lugares onde não houvesse necessidade de um funcionário efetivo. Sendo assim, é significativo que a maior porcentagem de aumento no orçamento dos Correios paulistas (270%) tenha se dado com esse tipo de despesa.

Abreu Rangel dava a seguinte justificativa para essa medida: *“a estes agentes se deve com a maior justiça aumentar-se nos Salários que percebem em razão dos grandes trabalhos e responsabilidades que sobre eles pesam”*. Essa opinião fundamentava-se, com efeito, em queixas como as de Bento José de Abreu Almeida Gimenez:

Participo a vosmecê [sic] o que acontece com o pedestre que conduz a mala do Correio desta Vila [São Carlos] para essa cidade [São Paulo]. 1º o mencionado pedestre quase nunca chega nesta Vila no dia marcado, motivo por que conduz duas malas, como vosmecê [sic] não ignora e com o peso mais ou menos de uma arroba e meia; 2º com esta demora transtorna a marcha dos pedestres que seguem a outras Vilas, e assim me causa mais desdobrado trabalho por ter precipitadamente preciso apartar cartas para duas Vilas, e na mesma percipitação [sic], distribuir as cartas dirigidas a esta Vila por que o povo não olha aos inconvenientes que se oferece, apesar que [sic] tenho meu Caixeiro que serve de ajudante do mesmo correio para assim desempenhar melhor o Cargo que ocupo sacrificando-me a pagar-lhe cem mil réis por ano tendo eu só de gratificação trinta mil réis; esta limitada quantia não corresponde a quarta parte do trabalho que tenho.⁶⁵⁰

A situação dos funcionários subalternos também não era das melhores. Nesse mesmo ofício, o agente da Vila de São Carlos menciona Amaro Homem de Mendonça: *“miserável pedestre que ganha limitada quantia a purpução [sic] do trabalho marchando com um peso extraordinário quer chova, quer faça sol”*. Baixos salários eram o principal motivo de evasão:

⁶⁴⁹ 26 ago. 1831. Ofício do Administrador Geral dos Correios de São Paulo Joaquim de Abreu Rangel ao Presidente da Província. APESP, CO5642, 3fls.

⁶⁵⁰ 09 jan. 1831. Ofício do Administrador dos Correios da Vila de São Carlos, Bento José de Abreu Almeida Gimenez ao Administrador Geral dos Correios de São Paulo, Joaquim de Abreu Rangel. APESP – Sessão de Manuscritos – T.I. – Correio - CO6390.

“por ser este ganho muito limitado, [...] poucos se querem sujeitar, e os que se sujeitam nunca tem persistência; [...] de repente desaparecem e não se sabe o fim que levam”, observava Almeida Gimenez.

No orçamento em questão, a soma dos valores referentes aos salários dos pedestres era de 8:205\$200 réis; isso representa 66% do total estimado por Abreu Rangel e quase três contos a mais do que o mesmo gasto orçado para a Administração Geral do Correio da Corte. Em nota, o administrador dos Correios paulistas assim justificava o gasto de 934\$400 réis com contratações: *“em razão do aumento progressivo da população, comércio e relações sociais cumpre de necessidade que se estabeleçam (talvez já) e pelo menos no ano de que se trata os ditos oito pedestres”*.

Se analisarmos o rol de pedestres matriculados naquele ano de 1833 (ANEXO 65), constataremos, ademais, dois tipos de remuneração: 1) diárias, cujos valores variavam entre \$240 e \$640 réis, a depender da distância percorrida no giro e 2) contratos por viagem, celebrados com os pedestres que iam de Taubaté a Uberaba (4\$000 réis) e de Porto Feliz a Capivari (1\$280 réis). Havia ainda a rota de Porto Feliz a Taubaté cujo responsável era remunerado *“por ajuste”*, sem especificação do valor.⁶⁵¹

Os gastos com materiais, gêneros e demais objetos compõem a última rubrica da tabela: 450\$000 réis. Embora tenha sofrido aumento de 80% em relação ao valor gasto no ano anterior (250\$000 réis), essa categoria era pequena se comparada ao orçamento da Administração Geral (1:700\$000 réis). Excetuavam-se daquele computo as despesas feitas com o expediente dos Correios de mar.

Ao apresentarem distintas projeções para o mesmo ano financeiro, os orçamentos dos Correios de São Paulo e Rio de Janeiro revelam a ocorrência de um duplo fenômeno: organização burocrática na capital do Império – daí os maiores gastos do Tesouro Público com funcionários de primeiro escalão – e incremento das comunicações no interior das províncias. No caso paulista, esse segundo processo evidencia-se no expressivo aumento das despesas com gratificações de agentes, além dos salários pagos a diversos pedestres que transitavam pelo território.

O ônus da expansão era sensível especialmente em nível local: *“As rendas desta Administração ficam aquém das suas despesas, e será muito maior o déficit à proporção que*

⁶⁵¹ 08 nov. 1833. Relação do número de Pedestres dos Correios empregados em diferentes pontos e Administrações desta Província [São Paulo] com declaração do vencimento de cada um. APESP, CO 5642.

se multiplicam as repartições filiais”, predizia um administrador, em 1832.⁶⁵² A seguir, veremos em que medida as reformas tarifárias e regulamentares dos anos 1840 influíram nesse prognóstico.

A melhoria na contabilidade dos Correios coincidiu com a chegada de Gabriel Getúlio Monteiro de Mendonça à diretoria, em dezembro de 1845. É ele quem assina a maioria dos dados que compõem os relatórios dos ministros Joaquim Marcelino de Brito (1845/46) e José Carlos Pereira de Almeida Torres (1847/48). A partir de 1849, com a nova regulamentação da Administração Geral, os balanços, orçamentos e quadros estatísticos passaram a ser disponibilizados por João Batista de Carvalho, oficial da seção de contabilidade.

A análise desse rico material nos permite compor um quadro verossímil das finanças dos Correios no Segundo Reinado, esforço que não foi possível para o período anterior. A existência de dados mais detalhados sobre receita, despesa e volume de correspondência tanto na Corte como nas províncias do Império também possibilita tecermos comparações sobre o desenvolvimento das comunicações em diferentes escalas espaço-temporais.

Os anos 1840 e 1850 assinalam o início das transformações econômicas pelas quais passaria o Império ao longo da segunda metade do século XIX. No plano demográfico, assiste-se a um aumento contínuo da população, passando de 3,8 milhões em 1834 para 7,6 milhões em 1854.⁶⁵³ O café, por sua vez, despontou como principal gênero de exportação: 44,6% das operações brasileiras nos decênios em questão eram desse produto.⁶⁵⁴ Já a falta de renda e de crédito característica do período regencial foi compensada a partir de 1845 por uma política aduaneira de caráter marcadamente protecionista, que elevou a 25% a tarifa das importações. O cessamento dos conflitos nas províncias, cujo marco foi a repressão à Revolta Praieira (1848) em Pernambuco, possibilitou ao governo, por fim, desonerar as pastas ministeriais ligadas à guerra e abrir caminho ao desenvolvimento do mercado interno.⁶⁵⁵

⁶⁵² 01 dez. 1832. Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Antônio Galvão (manuscrito). Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/182#?c=4&m=0&s=0&cv=0&r=0&xywh=-230%2C-96%2C2698%2C1903>. Acesso em: 18 mar. 2021.

⁶⁵³ SILVA, Joaquim Norberto de Souza e. “Investigações sobre o Recenseamento da População Geral do Império e de cada província de per si, tentados desde os tempos coloniais até hoje” [Anexo D]. *Relatório apresentado à Assembleia Geral na Segunda Sessão da Décima Quarta Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império Paulino José Soares de Souza*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1870.

⁶⁵⁴ BERTONHA, Ivone; ARRUDA, José Jobson de Andrade. *O emancipacionismo dos liberais e a economia brasileira no último terço do império: o projeto político dos liberais na crise da economia brasileira 1868-1884*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001, p. 11.

⁶⁵⁵ TOPIK, Steven. “The State’s Contribution to the Development of Brazil’s Internal Economy, 1850 – 1930. In: *The Hispanic American Historical Review*, vol. 65, nº 2, 1985, pp. 203 – 228.

As finanças dos Correios⁶⁵⁶ espelham esse quadro de crescimento econômico (ANEXO 66): de 63:727\$000 réis em 1840 a receita passou para pouco mais de 300 contos ao final da década seguinte, o que representa um aumento de 398%. Note-se que, no contexto da reforma tarifária, o governo chegou a estimar que as rendas do ano de 1844 caíssem até 8:500\$000 réis em função, principalmente, da adoção do porte pré-pago com base em uso de selos (TABELA 19).

Tabela 19 – Orçamento das rendas dos Correios brasileiros (1840 – 1849)

Anos	Receita orçada (em réis)
1840	62:869\$000
1841	63:578\$000
1842	64:445\$000
1843	68:700\$000
1844	60:200\$000
1845	74:000\$000
1846	74:000\$000
1847	120:000\$000
1848	152:085\$000
1849	170:628\$041

Fonte: Elaboração da autora com base nos relatórios do Ministério dos Negócios do Império (1832 – 1860).

A escalada da receita não foi, porém, suficiente para cobrir as despesas da instituição, que cresceram na ordem de 259% para o mesmo período (GRÁFICO 4). Em relatório sobre o ano de 1846, o ministro Joaquim Marcelino de Brito assim justificava o déficit de 23:000\$000 réis:

[...] mas se se atender ao serviço, que hoje prestam os Correios, à natureza e fins de sua instituição, e à despesa, que demanda um avultado numero de Agências, a mor parte das quais nada, ou quase nada rende, não poderá deixar de convir-se que bem suportável é o encargo deste déficit, que aliás espero que venha de todo a desaparecer, mediante as eficazes providencias, que para esse fim se tem adotado, e o zelo, com que o atual Diretor Geral se empenha em as fazer executar.⁶⁵⁷

Contrariando as expectativas do governo, o que se constata é o aumento dessa diferença negativa ao longo dos decênios em questão, atingindo mais de cem contos de réis em 1858 (GRÁFICO 5).⁶⁵⁸ Vale lembrar, contudo, que o déficit era então visto como consequência

⁶⁵⁶ Vale observar que a maioria dos documentos contábeis encontrados para o período anterior a 1850 apresentam as receitas e as despesas dos Correios de forma agregada, ou seja, sem discriminação entre as províncias e a Corte.

⁶⁵⁷ *Relatório da Repartição dos Negócios do Império apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 4ª Sessão da 6ª Legislatura pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado Joaquim Marcelino de Brito*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1847, p. 65.

⁶⁵⁸ O déficit crônico não era, contudo, uma exclusividade do caso brasileiro: em estudo clássico sobre o desenvolvimento das tarifas postais nos Estados Unidos entre os anos de 1845 e 1955, Jane Kennedy identifica os fatores que teriam tornado os Correios norte-americanos uma instituição caracteristicamente deficitária. Segundo a autora, “nas décadas de 1850 e 1860, a combinação de grandes reduções na postagem e a rápida expansão do

inevitável do monopólio do Estado sobre a remessa de correspondências: “*é bem sabido, e até se conforma com o espírito da Lei, que os estabelecimentos dos Correios não é [sic] um objeto de especulação [sic] rendosa, mas pelo contrário tem unicamente por alvo a comodidade e utilidade pública*”, já observava o administrador Abreu Rangel, em 1830.

Gráfico 4 – Receita e despesa dos Correios Brasileiros, em réis (1840 – 1860)⁶⁵⁹

Fonte: Elaboração da autora com base nos relatórios do Ministério dos Negócios do Império (1832 – 1860).

serviço postal para o oeste trouxe os primeiros grandes déficits postais, e também o início de um debate que continua até hoje: se os Correios devem ser administrados numa base 'empresarial', ou se seu déficit deveria ser considerado o preço de sua contribuição para o bem-estar nacional.” KENNEDY, Jane. “Development of Postal Rates: 1845 – 1955”. In: *Land Economics*, v. 33, n. 2, 1957, pp. 93 – 112 (Tradução nossa).

⁶⁵⁹ Sobre a lacuna de dados que consta nesse gráfico, disse Gabriel Getúlio: “*A despesa do exercício de 1843 – 1844 e de 1844 – 1845 ignoro, por não ter ainda o Governo apresentado à Assembleia Geral o Balanço dos ditos anos, e naquele tempo ainda não se achava montada convenientemente a Diretoria Geral que só teve exercício em 1845*”. 27 mar. 1848. Observações do Diretor Geral dos Correios aos mapas demonstrativos das rendas e despesas dos Correios nos anos de 1840 a 1847. *Relatório da Repartição dos Negócios do Império apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 1ª Sessão da 7ª Legislatura, pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado Visconde de Macaé*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1848 [anexos].

Gráfico 5 – Déficit dos Correios Brasileiros, em réis (1848 – 1858)

Fonte: Elaboração da autora com base nos relatórios do Ministério dos Negócios do Império (1832 – 1860).

O desequilíbrio financeiro também era uma realidade em nível regional: não obstante as mudanças ocorridas na forma de arrecadação, a maioria das administrações projetou déficits em suas finanças, tendência que pode ser inferida com base nos orçamentos de receita e despesa para os anos de 1841 a 1847 (ANEXO 67).

Apenas duas províncias, Rio de Janeiro e Pará, conseguiram obter superávits ao longo do período em questão. No caso da Administração Geral, os balanços existentes para as décadas de 1840 e 1850 (ANEXO 68) confirmam que a receita dessa repartição assistiu a um expressivo crescimento (442%) e, não obstante a subnotificação dos registros em 1846, passou de 36.059\$168 réis no ano anterior à reforma de Araújo Vianna para quase 200 contos ao final do referido período (GRÁFICO 6). Também o volume global de correspondências que passavam pela Corte cresceu consideravelmente, pois, em 1858, seu valor era quase seis vezes maior que nas duas décadas anteriores (GRÁFICO 7) (ANEXO 69).

Gráfico 6 – Receita da Administração Geral dos Correios da Corte e província do Rio de Janeiro, em réis (1840 – 1860)

Fonte: Elaboração da autora com base nos relatórios do Ministério dos Negócios do Império (1832 – 1860).

Gráfico 7 – Volume de correspondência remetida e expedida pela Administração Geral dos Correios da Corte e província do Rio de Janeiro (1838 – 1860)

Fonte: Elaboração da autora com base nos relatórios do Ministério dos Negócios do Império (1832 – 1860).

Se verticalizarmos a análise dos dados sobre esse órgão central, veremos que, em 1847, a maioria das agências que compunham o sistema postal fluminense também era superavitária (ANEXO 70), com destaque para as seguintes localidades: Macabé (232\$633 réis); Cantagalo (271\$880 réis) e Campos (154\$263 réis). Contribuiu para esse quadro o expressivo aumento na gratificação – de 12% para até 50% do rendimento anual da agência – que o regulamento de 1844 arbitrou aos particulares responsáveis por esse empreendimento.⁶⁶⁰ Note-se ademais que a soma de todas as agências de interior com menos de 100\$000 réis de saldo (791\$947 réis) representava apenas 9% do lucro auferido na Corte (8:972\$174 réis) (GRÁFICO 8): uma enorme diferença que confirma o quanto as comunicações postais no Império eram centralizadas.

Gráfico 8 – Superávit das agências da Administração Geral do Correio da Corte e província do Rio de Janeiro, em réis (1847)

Fonte: Elaboração da autora com base nos relatórios do Ministério dos Negócios do Império (1832 – 1860).

Dentre as administrações com orçamento deficitário, merece destaque a de Minas Gerais: mesmo com uma estimativa de 75% no crescimento da receita para o período em questão, os Correios dessa província não arrecadavam suficientemente para fazer frente às

⁶⁶⁰ Artigo nº 48: “Os Agentes perceberão uma gratificação, que não exceda a 50 por cento do rendimento total da Agência, inclusive o produto da venda do selo; devendo desta gratificação deduzir-se uma quota para os Ajudantes, nas Agências, em que eles tem vencimento”.

avultadas despesas do expediente postal, cuja média orçada girou em torno dos 21:000\$000 réis. A consequência disso foram os maiores débitos da amostragem: quase 20 contos de réis, em média (GRÁFICO 9).

Gráfico 9 – Déficits orçados para a administração dos Correios da província de Minas Gerais, em réis (1841 – 1847)

Fonte: Elaboração da autora com base nos relatórios do Ministério dos Negócios do Império (1832 – 1860).

A análise dos balanços remanescentes (ANEXO 71) nos mostra com detalhes o teor da despesa e sua evolução ao longo das duas décadas em questão: no ano financeiro de 1842/43, a administração dos Correios mineiros gastou 8:557\$499 réis (32% do total) com condução de malotes postais para a Corte. Desde o período joanino, esse serviço era feito por arrematação: primeiramente, a Tesouraria Provincial confeccionava editais e os publicava. Na data marcada, os interessados compareciam à sede daquele órgão e apresentavam suas propostas, sendo indicado para o serviço aquele cuja proposta fosse menos onerosa aos cofres públicos. Vale observar que, pelo regulamento de 1844, os arrematantes estavam sujeitos a multa caso infringissem alguma determinação do contrato, sendo o pagamento dessas contravenções parte dos rendimentos recolhidos pelas administrações.

Uma década depois, os gastos com essas arrematações somavam 19 contos de réis; perfazendo um crescimento da ordem de 123%. O peso dessa rubrica no computo total também

aumentou, passando para 81% em 1854; mesmo com uma queda de 25 pontos percentuais dois anos mais tarde, essa era ainda a despesa mais expressiva da administração postal em Minas Gerais.

De 1855 em diante, os giros para a Corte passaram a ser feitos por estafetas pagos pela Fazenda Pública, e não mais por particulares. Com isso, houve uma transferência de valores da rubrica de arrematação para aquela relativa a esses funcionários, que passou a responder por uma media de 67% das despesas orçadas para os anos seguintes (GRÁFICO 10). Mesmo assim, as queixas continuaram comuns:

O Agente do Correio da Vila do Rio Pardo submissa e respeitosamente pede a V. Exa. providenciar tendente a este ramo da Administração Pública, por se achar neste lugar em estado triste e deplorável. V. Exa. sabe perfeitamente que não pode haver regularidade nos Correios, e nem satisfação ao serviço, quando o pagamento fruto dos trabalhos, não corresponde a tempo, e principalmente quando não corresponde com certa classe de pessoas, quase sempre necessitadas e miseráveis, e que outros meios não descobrem para a subsistência, e nem o podem procurar vendo os Estafetas a pouca ou nenhuma exatidão nos pagamentos não esforçam no cumprimento dos seus deveres, e o Agente não pode com os mesmos usar de todo o rigor, atenta a circunstancia mencionada.⁶⁶¹

Gráfico 10 – Tipos de despesas dos Correios da província de Minas Gerais (1855/1856)

Fonte: Elaboração da autora com base no relatório do administrador geral dos Correios de Minas Gerais, 17 jan. 1857. APM, Seção Provincial – SP, código 509.

⁶⁶¹ 07 jun. 1847. Ofício do agente dos Correios da Vila de Rio Pardo, Inácio José da Cunha ao Presidente da Província de Minas Gerais. APM, Seção Provincial – SP, Fundo Presidência de Província – PP, 1/8, cx. 19, doc. 29.

Porém, nem todas as repartições mineiras passavam por penúria: na distante Uberaba, os rendimentos dos anos financeiros de 1853/54; 1854/55 e 1855/56 foram suficientes para cobrir os gastos, resultando até mesmo em saldos (TABELA 20). Contribuiu para isso o crescente volume de ofícios, cartas e jornais que entravam na repartição, o qual passou de 6.011 para 7.531 objetos durante o período mencionado (TABELA 21). Também entravam nesse computo, segundo aquele agente, “os malotes já aviados, que por intermédio desta Agência foram dirigidos a diversos pontos, vindos de diversos lugares”.⁶⁶²

Tabela 20 – Receita e despesa dos Correios em Uberaba (1853 – 1856)

Movimentos	Exercícios		
	1853 a 1854	1854 a 1855	1855 1856
Receita (em réis)	173\$000	159\$730	217\$890
Despesa (em réis)	122\$200	122\$800	125\$100
Salos (em réis)	50\$800	36\$930	92\$790

Fonte: Elaboração da autora com base no “Quadro do movimento do Correio na Agencia da cidade do Uberaba”, 12 jul. 1856. AMP, Seção Provincial – SP, código 576.

Tabela 21 – Estatística da correspondência recebida e expedida em Uberaba (1853 – 1856)

Exercícios	Entradas	Saídas	Total
De 1853 a 1854	6011	2062	8073
De 1854 a 1855	4817	2102	6919
De 1855 a 1856	7531	2560	10091

Fonte: Elaboração da autora com base no “Quadro do movimento do Correio na Agencia da cidade do Uberaba”, 12 jul. 1856. AMP, Seção Provincial – SP, código 576.

As desigualdades financeiras entre as administrações também são observadas ao analisarmos o lugar que suas despesas ocupavam nos orçamentos provinciais. Para isso, optamos por comparar os dados globais relativos à despesa dos Correios com a despesa geral orçada para as províncias no ano de 1846. Também analisamos esses mesmos dados em comparação com as despesas provinciais relativas à Secretaria de Estado e Negócios do Império (ANEXO 72).

Essa tabela nos mostra com clareza a relatividade da importância dos gastos com Correios: se os compararmos com as estimativas de despesa geral, veremos que eles correspondem, em média, a 5,4% dos gastos totais das províncias. Contudo, em relação aos

⁶⁶² 10 jul. 1855. Quadro demonstrativo do movimento do Correio, na Agencia da Vila do Uberaba, tanto da entrada e saída das cartas e mais papéis como de sua Receita e Despesa, durante o ano financeiro de 1854 a 1855 (Elaborado por Antonio Borges Sampaio, agente do Correio da Vila de Uberaba). APM, Seção Provincial – SP, Código SP-573.

gastos orçados com a pasta dos Negócios do Império, essa porcentagem sobre para 70%. Note-se ademais que três províncias, dentre elas Minas Gerais, tiveram valores superiores a 100%, ou seja, a despesa com Correios superou todos os gastos previstos para essa pasta ministerial.

O que podemos sumarizar desses dados é que eles representam a diversidade/desigualdade regional característica dos Correios brasileiros no Império. Nesse sentido, é interessante notar que algumas das províncias mais onerosas em termos de administração postal – tais como Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco – eram também aquelas com os gastos relativos mais baixos; sinal de que seus respectivos aparelhos de Estado estavam ainda em expansão.

Os anos iniciais da gestão de Thomaz José Pinto Serqueira assistiram a um aumento expressivo na capacidade de arrecadação dos Correios: em 1853, essa instituição auferiu pela primeira vez soma maior que 200 contos de réis. Receita e despesa também tenderam a se equilibrar, não chegando sua diferença a 30 contos de réis em 1855. Esse cenário financeiro promissor levou o ministro Luiz Pedreira do Couto Ferraz a declarar: *“se o serviço dos correios não é ainda feito no nosso país com a regularidade e perfeição que em outros se observa, não se pode duvidar que tem progressivamente melhorado, a alguns respeito, nos últimos anos”*.⁶⁶³

Dentre as fontes de renda na época, destaca-se a venda de selos pretos (\$30, \$60 e \$90 réis) e azuis (\$10 réis) usados, respectivamente, para cartas ordinárias e jornais.⁶⁶⁴ Entre 1856 e 1865, essa rubrica somou cerca de 180 contos de réis, o que equivaleu a uma média de 69% do total arrecadado pelos Correios nesse período (GRÁFICO 11) (ANEXO 73). Esses dados corroboram a hipótese sobre a transformação dos serviços postais em mercadoria. Outras categorias de rendimentos eram: 1) cartas de porte (sujeitas a pagamento no ato da entrega); 2) cartas seguras; 3) assinaturas (para entregas domiciliar ou expressa); 4) multas por infração dos regulamentos e 5) extraordinárias.

⁶⁶³ *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Segunda Sessão da Nona Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império Luiz Pedreira do Couto Ferraz*. Rio de Janeiro: Tipografia do Diário, de A. & L. Navarro, 1854, p. 30.

⁶⁶⁴ Esses dois selos ficaram conhecidos nos meios filatélicos como, respectivamente, *Olho de Cabra* e *Olho de Gato*.

Gráfico 11 – Fontes de renda dos Correios brasileiros, em réis (1854 – 1865)

Fonte: Elaboração da autora com base nos relatórios dos Ministérios dos Negócios do Império (1832 – 1860) e da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1861 – 1865).

A legislação de 1842 autorizava venda de selos fora das administrações e agências dos Correios, desde que essa prática fosse devidamente aprovada pelo governo. Em função disso, diversos particulares na Corte e bairros adjacentes (ANEXO 74) passaram a vender esses objetos tão logo o Tesouro os disponibilizou, em agosto de 1843. No exercício de 1856 a 1857, esse comércio movimentou 21:425\$150 réis, segundo estimativas de Pinto Serqueira.

Os vendedores de selos também gozavam de isenção de serviços da Guarda Nacional, razão pela qual era esse encargo “*muito ambicionado*”, nas palavras daquele diretor. No entanto, em 1857 passou a vigorar uma provisão que limitava esse benefício aos funcionários das administrações e agências. O resultado dessa medida foi assim comentado por aquele mesmo diretor:

Em 1857 a 1858 desceu aquela Renda a Réis 12:981\$060, e nos sete primeiros meses deste Exercício tem dado apenas 3:691\$950, o que corresponde a 6:329\$058 réis em todo o Exercício. E não é só a deficiência de Renda: é também a comodidade pública que sofre muito. Para obter um selo, isto é, para obter um objeto de três ou seis vinténs é preciso vir ao Correio! As vezes dos pontos mais extremos da Cidade. O resultado é que a carta é enviada sem selo, quando é possível enviá-la; e quando não, não se escreve. Não creio que esse estado deva continuar.⁶⁶⁵

⁶⁶⁵ 28 fev. 1859. Relatório da Diretoria Geral dos Correios [Anexo M]. *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Terceira Sessão da Décima Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império Sérgio Teixeira de Macedo*. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1859.

O diretor era contra darem-se comissões por selos vendidos, a semelhança do que era feito com os agentes de pequenas localidades. Para ele, melhor seria que se concedesse novamente a isenção do serviço da Guarda Nacional ou que se acumulasse esse encargo com as vendas de papel selado em outras repartições fiscais.

Nas províncias, o principal problema relacionado a selos era o uso irregular que deles faziam alguns agentes. Já em 1846, o administrador dos Correios de Sergipe se queixava de um tal Estácio Muniz Barreto, responsável pelos serviços postais na vila de Maroim que, *“destituído de pudor e honra locupletou-se com o rendimento daquela agência proveniente da venda de selos”*.⁶⁶⁶ Anos mais tarde, Pinto Serqueira dizia saber de indivíduos se servindo desses materiais *“para transações mercantis, e até para pagar dívidas”*.⁶⁶⁷ O desvio de recursos ocorria da seguinte maneira: *“tendo 50% dos [selos] que vendem, os vendem com desconto de 20 ou 25, e assim o comprador lucra este desconto, o agente lucra a diferença para os 50 e o tesouro perde 50%”*.⁶⁶⁸

Não obstante essas contravenções envolvendo selos, percebe-se que a venda desses objetos também predominava em nível regional: na província do Rio de Janeiro, ela foi responsável por 55:239\$340 réis (53%) da renda dos Correios (GRÁFICO 12) no ano financeiro de 1851/52. Já no Amazonas dos anos 1850 e 1860, essa porcentagem foi de 26%, apenas atrás do subsídio concedido pela Tesouraria da Fazenda (GRÁFICO 13). Isso demonstra que, ao final da década de 1850, o processo de mercantilização já ocorria tanto na Corte e em seus entornos como nos territórios mais longínquos.

⁶⁶⁶ 16 out. 1846. Ofício de Francisco José dos Santos Diamante, administrador dos Correios da província do Sergipe a Gabriel Getúlio Monteiro de Mendonça, Diretor Geral dos Correios do Império. ANRJ, GIF13 – OI, 4J CP 85, Província do Sergipe (1846), doc 5.

⁶⁶⁷ 28 fev. 1859. Relatório da Diretoria Geral dos Correios [Anexo M]. *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Terceira Sessão da Décima Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império Sérgio Teixeira de Macedo*. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1859.

⁶⁶⁸ *Relatório apresentado ao Ilmo. e Exmo. Sr. Manoel Felizardo de Souza e Mello, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas pelo Diretor da Diretoria Geral dos Correios Dr. Thomaz José Pinto Serqueira*. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1862, p. p. 6.

Gráfico 12 – Fontes de renda do Correio da província do Rio de Janeiro (1851/52)

Fonte: Elaboração da autora com base nos relatórios do Ministério dos Negócios do Império (1832 – 1860).

Gráfico 13 – Fontes de renda do Correio da província do Amazonas (1851 – 1868)

Fonte: Elaboração da autora com base nos relatórios dos Ministérios dos Negócios do Império (1832 – 1860) e da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1861 – 1865).

A distribuição de selos pelo território do Império seguiu, contudo, lógica bastante centralizada: Em Minas Gerais, por exemplo, 30,6% do total de vendas desses objetos entre os anos de 1850 e 1855 provieram de Ouro Preto. No ano de 1853, os Correios da capital chegaram a arrecadar valor equivalente a 60% do que foi auferido em outras localidades da província. Vale observar que tanto as vendas da administração como a das agências tiveram a mesma média de crescimento (17%) para o período em questão (GRÁFICO 14); porém, as primeiras foram mais irregulares e tenderam a diminuir ao final da série.

Gráfico 14 – Vendas de selos na província de Minas Gerais, em réis (1850 – 1855)

Fonte: Elaboração da autora com base em APM, Seção Provincial – SP, códigos 509, 547, 573, 601, 713, 776, 833, 898, 952, 1009, 1085, 1161, 1209, 1380.

Em outubro de 1843, o primeiro lote de selos chegou àquela província. A análise da lista de distribuição desse material (ANEXO 75) e o cotejamento dos dados contidos nesse documento com os orçamentos de receita para os anos financeiros de 1848/49 e 1849/50 (ANEXO 76) nos revela três categorias de agências. Primeiramente, as que receberam mais de 300\$000 réis em selos: São João Del Rey; Campanha; Sabará; Serro e Diamantina. Trata-se de repartições situadas em importantes entroncamentos econômicos e comunicacionais; ao final

daquele decênio, apenas Campanha e Serro não conseguiram manter o orçamento de vendas acima daquela marca.

Em seguida têm-se uma extensa categoria intermediária: agências que receberam entre 50\$000 e 200\$000 réis em selos. Das quarenta vilas listadas em 1843, quinze estavam nessa situação. A média de crescimento estimado das vendas nessas localidades foi de 37,5%; porém, agências como as de Cocais, São José e Lavras chegaram a ter decréscimo de até 80% em seu varejo.

A maioria das localidades recebeu uma quantidade de selos que não chegava a 50\$000 réis. Em geral, eram vilas do sertão – como Uberaba, Formiga, Januária, etc. – ou pequenas povoações próximas a centros comunicacionais mais dinâmicos: exemplo disso é Aiuruoca e Baependi, ambas situadas no raio de influência da vila de Campanha. No período em análise, a média estimada de vendas dessa categoria caiu, passando de 34\$217 para 27\$894 réis anuais. Havia ainda as vilas que não haviam sido incluídas na primeira distribuição e que depois orçaram suas vendas para os anos finais da década: dessas, apenas Pouso Alegre não se destaca, por ter média de extração de 149\$110 réis.

Em um cenário de tamanha desigualdade na distribuição, é de se supor que a escassez de selos fosse um problema não somente em Minas Gerais, mas também em outras províncias do Império, sobretudo naquelas mais afastadas da Corte. Nesse sentido, o noticiário de um jornal cearense da época apresentava a seguinte informação: *“Dizem que uma das causas de não chegarem os jornais metidos no correio ao seu destino, é não ter o correio selo para vender, e ser o porte das folhas pago a dinheiro”*.⁶⁶⁹

1857 constitui um marco nas finanças dos Correios: nesse ano, o valor das despesas disparou, chegando a 373.139\$090 réis. Nem com crescimento de 94% em relação ao início da década a receita foi suficiente para fazer frente aos gastos, o que gerou um déficit de quase 95 contos de réis, o maior registrado até então.

Em seu relatório anual, Pinto Serqueira buscou justificar a situação financeira da repartição sob sua jurisdição. Segundo ele, o avultado crescimento das despesas era motivado, dentre outros fatores, pela criação de novas agências e linhas, fenômeno que, como veremos, se intensificou justamente no período em questão. Outros argumentos do diretor para os gastos

⁶⁶⁹ O SOL: JORNAL LITERÁRIO, POLÍTICO E CRÍTICO, 26 jul. 1859.

avultados foram o reajuste nos vencimentos dos funcionários e a mudança das regras de gratificação concedida aos agentes. Apenas o *custeio* – rubrica que compreendia, dentre outros fins, o aluguel de imóveis para funcionamento das agências – registrou queda no ano em questão (ANEXO 77).

Essas despesas evidenciavam, na opinião de Pinto Serqueira, o “*muito atraso*” em que se achavam os Correios brasileiros:

Estamos longe, muito longe, [...] de poder dizer que temos correio regular; mas ainda assim nossos estafetas atravessam a imensa extensão de nosso território em todos os sentidos mais ou menos vezes cada mês, com mais e menos rapidez: até Cuiabá, mas de 400 léguas da corte, e de lá a Mato Grosso por um lado e a Albuquerque por outro, até Goiás, isto é, cerca de 300 léguas da corte, e de lá até a Boa Vista, isto é, mais outras 300 léguas, e assim a todos os ângulos um pouco povoados do Império.⁶⁷⁰

Para nós, os dados em questão indicam que, mesmo com déficits crônicos e gastos crescentes, os serviços postais brasileiros estavam expandindo sua burocracia e tornando-se mais rentáveis. Todavia, rentabilidade e expansão burocrática significariam crescimento? Em outras palavras, estaria a Diretoria Geral dos Correios e as administrações a ela subordinadas investindo na ampliação da rede de comunicação postal existente no Império? E esse processo teria sido uniforme em todo o país?

Um dos elementos fundamentais dessa expansão era, com efeito, o provimento de pessoal. Se observarmos a discriminação das despesas para os anos em que Pinto Serqueira esteve à frente da repartição, veremos que os gastos com ordenados e gratificações de funcionários, bem como com vencimentos de carteiros correspondiam a 32,7% do total despendido. Ao longo do período em questão, essas rubricas tiveram, juntas, um aumento de 57%, superando mil e quinhentos contos de réis em 1865.

Vimos anteriormente que, nos anos 1830, diversos funcionários provinciais reclamaram melhores vencimentos aos diferentes poderes da nação. Essas reivindicações somente foram atendidas no final daquela década, porém as medidas tomadas não equalizaram os emolumentos de todos.

O próximo reajuste viria a ocorrer apenas em julho de 1843. “*Tendo consideravelmente aumentado o expediente da Administração do Correio da Corte, e províncias do Império*” – assim começava o texto da lei – propôs-se uma verdadeira

⁶⁷⁰ 02 mar. 1858. Relatório da Diretoria Geral dos Correios [Anexo]. *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa da Segunda Sessão da Décima Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império Marques de Olinda*. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1858.

reestruturação das folhas de pagamento, o que implicou na revogação das medidas prescritas em maio de 1839.⁶⁷¹

A principal diferença entre o novo regime salarial e as regras de pagamento então vigentes estava na observância do artigo 53º do regulamento de 1844⁶⁷² que distinguia *ordenado* (valor fixo com periodicidade anual ou mensal) de *gratificação* (rendimento que variava de acordo com a categoria de emprego e os dias trabalhados).⁶⁷³ Nos anos seguintes, esses emolumentos ficariam ademais sujeitos a um imposto criado para taxar todas as pessoas que recebessem dos cofres públicos (ANEXO 78).

A legislação em questão também instituiu uma série de cargos subalternos, tais como fiéis de tesoureiros, segundos oficiais, ajudantes de porteiro e de agentes do mar, tal como se vê na relação de funcionários dos Correios da Corte (ANEXO 79). O administrador – posto então ocupado por José Maria Lopes da Costa – foi o único funcionário dessa repartição a manter os mesmos vencimentos designados na lei de 1839: 2:400\$000 réis anuais. Todavia, apenas metade desse valor (1:200\$000 réis) – 800\$000 réis a menos do que naquela legislação – foi considerado ordenado. Houve também aqueles que conseguiram aumento, mesmo que em parte por gratificações: é o caso do tesoureiro Anacleto José Heitor, funcionário cujo salário passou de 1:440\$000 para 1:600\$000 réis anuais.⁶⁷⁴ Os seis novos praticantes, porém, viram seus emolumentos reduzirem-se significativamente (67%) em comparação com os de seus antecessores: de 720\$000, o salário dessa categoria caiu para 480\$000 réis anuais.

Nas províncias, os administradores e seus ajudantes continuaram a receber os vencimentos anteriores à lei revogada (ANEXO 80). A maioria desses funcionários conseguiu manter ou elevar os valores do último reajuste, não obstante a conversão dos aumentos em gratificações. Outros, porém, tiveram desvantagem com a medida proposta: esse foi o caso dos administradores dos Correios nas províncias do Espírito Santo, Alagoas, Paraíba e Minas Gerais, os quais perderam parcial ou totalmente os acréscimos determinados em 1839.

Entre os ajudantes, o número de prejudicados foi ainda maior: nove dos dezessete funcionários dessa categoria passaram a receber gratificações menores do que os aumentos

⁶⁷¹ Decreto nº 303 de 2 de junho de 1843. BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1868, pp. 108 – 110.

⁶⁷² Artigo nº 57: “*Os vencimentos dos Empregados do Correio constam de uma quarta parte de gratificação, e de 3 quartas partes de ordenado*”.

⁶⁷³ Nos meses que se seguiram à promulgação dessa lei, alguns parlamentares tentaram fazer com que as gratificações fossem incorporadas aos ordenados, contudo não obtiveram sucesso.

⁶⁷⁴ O valor do vencimento desse funcionário passou, contudo, de 1:200\$000 para 800\$000 réis, igualando-se ao diretores das diversas Seções do Museu Nacional, os quais tiveram reajuste naquele mesmo ano (Decreto n. 331 de 5 de novembro de 1843).

prometidos. Em vista disso, o tom de desalento na queixa do já citado administrador dos Correios da província do Sergipe torna-se mais compreensível:

Não é de agora, que tenho feito conhecer a essa Diretoria o mar de dificuldades, em que bracejo, e que tiram-me da gloria de cumprir bem, e satisfatoriamente as obrigações do meu Emprego. É a falta de braços, Exmo. Senhor, que sente esta Administração, ou pelo menos de um, que hábil seja, que tem motivado seu atraso, e desordem.⁶⁷⁵

O decreto ainda determinou que os administradores dos Correios das capitais propusessem aos presidentes de província o número de carteiros necessários nas administrações e agências sob sua jurisdição. As nomeações aprovadas seriam feitas em caráter provisório pelos administradores, para depois serem levadas ao conhecimento do governo, por intermédio do diretor geral dos Correios, para definitiva aprovação. Estabeleceram-se, por fim, limites para as diárias desses funcionários: 320 a 640 réis.

Em setembro de 1846, durante a vigência do gabinete liberal liderado por Holanda Cavalcanti, teve execução novo reajuste nos vencimentos dos funcionários dos Correios. Diferentemente da legislação anterior – que apenas transformou em gratificação parte dos salários marcados em 1839 – essa medida promoveu um aumento médio de 30% nos vencimentos de todos os funcionários do Império. Os agentes das vilas de São João Del Rey, Barbacena e Juazeiro – três importantes entroncamentos postais do interior – ganharam ademais ordenados fixos, tal como se vê na tabela anexa à lei do orçamento para os exercícios de 1846/47 e 1847/48 (ANEXO 81).⁶⁷⁶

Essa foi, pois, a trajetória regulamentar do pessoal dos Correios até junho de 1858. Nesse mês, passou a vigorar uma nova tabela de ordenados anexa à lei do orçamento de 26 de setembro de 1857 (ANEXO 82). Por meio dessa documentação, é possível notar certa tendência à compensação das desigualdades regionais que caracterizaram os reajustes anteriores.

Nas administrações de 1ª ordem – Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia – a média de aumento salarial foi de 36%; apenas o administrador do Correio da Corte chegou a ter acréscimo superior a 50% em seus vencimentos. As administrações intermediárias registraram, em contrapartida, um acréscimo salarial médio de 74,6%, sendo que em vários cargos esse reajuste

⁶⁷⁵ 16 out. 1846. Ofício de Francisco José dos Santos Diamante, Administrador dos Correios da Província do Sergipe ao Diretor Geral dos Correios Gabriel Getúlio Monteiro de Mendonça. ANRJ, GIF1 – OI, 4J CP 85, Província do Sergipe (1848), doc. 05.

⁶⁷⁶ Lei nº 396 de 2 de setembro de 1846. BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1847, pp. 48 – 62.

excedeu 100%. Nas administrações pequenas – Goiás, Espírito Santo, Rio Grande do Norte etc. – os ordenados aumentaram, em média, 124%. Em seu relatório, Pinto Serqueira assim justificava esse favorecimento:

O trabalho do correio é muito irregular: dias há em que aqueles que o servem têm pouco a fazer, mas outros vêm, em que pelo contrário não têm minuto de descanso. E ainda mais nas pequenas províncias havendo apenas três empregados para a administração do correio, e tendo eles não só de receber as malas que chegam e distribuir a sua correspondência, como de expedir as que devem partir, organizando as respectivas listas nominais, e, além disso, fazer todo o serviço de escrituração, contabilidade e estatística, são obrigados a comparecer todos, todos os dias de manhã e de tarde, dias feriados ou não feriados.

O reajuste em questão favoreceu ainda ajudantes, porteiros e administradores, os quais tiveram um aumento salarial médio de 96,4%, 72,3% e 67,2%, respectivamente. Tal medida buscava talvez remediar a alta taxa de evasão nas repartições postais do Império e a consequente descontinuidade do serviço burocrático.⁶⁷⁷

As despesas com ordenados e gratificações continuaram a subir mesmo após a conversão dos Correios em 4ª Diretoria da pasta dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (GRÁFICO 15). Se analisarmos o balanço do segundo semestre de 1862 (TABELA 22), veremos ademais que a rubrica *peçoal* era responsável por, em média, 84% do total gasto nessa repartição:

⁶⁷⁷Sobre esses problemas, dizia um vice-presidente da província do Paraná: “*Em razão da exiguidade dos atuais vencimentos tem havido sempre dificuldade no preenchimento dos lugares da administração geral, renovando-se com frequência o pessoal empregado, o que não pode ser vantajoso ao serviço dessa repartição, constantemente condenada aos inconvenientes resultantes do tirocínio de empregados novos e sem a prática necessária dos negócios a seu cargo*”. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial da Província do Paraná no dia 7 de janeiro de 1857 pelo Vice-Presidente José Antônio Vaz de Carvalhais. Curitiba: Tipografia Paranaense de C.M. Lopes, 1857, p. 109.

Gráfico 15 – Despesa, receita e gastos com pessoal, em réis (1859 – 1865)

Fonte: Elaboração da autora com base nos relatórios dos Ministérios dos Negócios do Império (1832 – 1860) e da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1861 – 1865).

Tabela 22 – Despesas feitas pela 4ª Diretoria da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (2º semestre de 1862)

Exercícios	Pessoal (em réis)	Expediente (em réis)	Miúdas (em réis)	Total (em réis)
Em julho de 1862	1:976\$729	74\$740	\$640	2:052\$109
Em agosto de 1862	1:945\$320	17\$000	\$640	1:962\$960
Em setembro de 1862	1:970\$553	112\$000	1\$040	2:083\$593
Em outubro de 1862	1:961\$988	20\$000	\$640	1:982\$628
Em novembro de 1862	1:967\$498	26\$140	\$640	1:994\$278
Em dezembro de 1862	1:940\$840	259\$120	4\$240	12:026\$200
SOMA	11:762\$840	259\$120	4\$240	12:026\$200

Fonte: Elaboração da autora com base nos relatórios do Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1861 – 1865).

O aumento dos gastos não se traduzia, contudo, em melhoria salarial. Em relatório de 1862, Pinto Serqueira continuava considerando os emolumentos de seus subordinados incompatíveis “*com a importância moral e material do seu trabalho*”:

Comparem-se os vencimentos dos empregados do Correio com os de qualquer outra repartição, e compare-se ao mesmo tempo o que a uns e outros incumbe, e diga-se se é possível achar-se a mais remota proporção. O empregado do Correio não tem nem

dia nem hora de descanso; se não está na casa da Repartição, a cada momento pode ser chamado a ela.

Quanto aos carteiros, Pinto Serqueira reconhecia que eles haviam crescido nos últimos anos, porém seu número ainda era inferior às necessidades do público (ANEXO 83): “*Enquanto a cidade de Paris com cerca de um milhão e duzentos mil habitantes é servida por mais de 700 carteiros, o Rio de Janeiro, com mais de um quarto daquela população, era apenas servida no começo do ano passado [1861] por 48*”, afirmava. Suas sugestões para os problemas dessa categoria incluíam diferenciação salarial de acordo com o tempo de serviço e equidade de acesso a benefícios previdenciários:

Parece-me que alguma alteração podia ser feita sem gravame dos cofres públicos, e aliás com vantagem para o serviço. Ganha tanto o carteiro que entrou ontem como o que serve há dez anos; o que serviu um dia tem a mesma sorte que o que serviu uma longa vida. Parece-me que se poderiam estabelecer classes de vencimentos, dando mais aos que mais tempo houverem servido. [...] Parece-me que devem também fazer-se alguma coisa pelo carteiro que no fim de alguns anos se achar impossibilitado de servir. Se o empregado, que tem acesso em categoria e vencimentos, conta com uma aposentadoria, por que razão não contará com ela o carteiro que serve na mesma repartição, e que faz o mesmo serviço? Porque veste uma fardeta? Nenhuma outra razão pode haver.

Luiz Plínio de Oliveira também partilhava dessas opiniões. Em seu *Relatório sobre a Organização dos Correios da Inglaterra e da França* (1862), o mencionado oficial afirmava o seguinte: “*O andamento regular dos trabalhos do Correio depende essencialmente de empregados hábeis; e para obtê-los ou conservá-los é indispensável pagar adequadamente os seus serviços*”. Para a fixação dos novos vencimentos, ele recomendava ademais a adoção do modelo britânico, “*estabelecendo o mínimo e máximo dos ordenados de cada classe de empregados, os quais começariam vencendo o mínimo, recebendo no fim de cada ano de exercício mais uma porcentagem até completar o máximo fixado*”.

Contudo, o que se verificou no regulamento aprovado em abril de 1865 foi que não houve reajuste dos vencimentos; apenas um aditivo de gratificação *pro labore* no quadro da Diretoria Geral (ANEXO 84). A porcentagem dessa gratificação não poderia ademais exceder em caso algum 30% dos vencimentos fixados na referida tabela.

A reformulação da Diretoria dos Correios também implicou na redução do pessoal de 55 para 46 funcionários. Tal medida foi assim justificada por Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá, ministro que lhe deu execução:

No sentido de dar mais unidade de pensamento e ativar o andamento dos trabalhos, segui o exemplo dos correios que nos podem servir de modelo, colocando a repartição

geral sob imediata direção do diretor geral. Para isso, desliguei da secretaria [de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas] a 4ª diretoria, com o respectivo pessoal, contemplando este em a nova organização. Deste modo consegui formar uma tabela de vencimentos, cuja importância total é inferior à despesa que atualmente se faz com os empregados da 4ª diretoria e da administração do correio geral, porque suprimi nove lugares. Embora reconheça que os vencimentos são insuficientes, entendi que as atuais circunstâncias do país não permitem retribuir melhor os empregados do correio.

“Diminuir quanto for possível o pessoal e dar ao funcionalismo vencimentos capazes de satisfazer as necessidades mais essenciais da vida”.⁶⁷⁸ essa parecia ser a fórmula encontrada pelo governo brasileiro a partir da década de 1860 para equalizar receita e despesa nos Correios. A expansão burocrática chegava, por fim, ao seu limite.

5.2 Agências e linhas: os fixos da administração postal e suas representações

Baixos vencimentos, pouca qualificação do pessoal e falta de acomodações adequadas: esses eram os principais problemas enfrentados pelas administrações provinciais, na opinião do diretor Pinto Serqueira. Em relação aos dois primeiros fatores, vimos que eles estavam diretamente relacionados com a situação financeira dos Correios, sempre deficitária. Tratem os agora das condições infraestruturais de expansão, ou seja, de como agências e linhas se espalharam pelo território nacional e foram mantidas pelo poder público em parceria com particulares.

Ao longo do período colonial, os serviços postais na América Portuguesa se deram em duas frentes: a marítima, mais rentável e bem organizada segundo Guapindaia, e a terrestre, cujo desenvolvimento apenas teve início em finais do século XVIII com a política reformista de d. Rodrigo de Souza Coutinho.⁶⁷⁹ A transferência da Corte para o Rio de Janeiro, em 1808, não alterou esse arranjo, apenas tornou-o mais centralizado: nas províncias, os Correios tanto de mar como de terra ficaram cada vez mais sujeitos às estâncias fazendárias locais enquanto na Corte eles passaram a ser competência da Administração Geral do Correio.

A preocupação do governo joanino com as rotas postais do interior traduziu-se em uma série de regulamentos que tinham por objetivo ligar ao novo centro administrativo algumas regiões consideradas estratégicas para a manutenção da soberania imperial.⁶⁸⁰ Dentre essas

⁶⁷⁸ *Relatório de 1867 apresentado à Assembleia Geral Legislativa na segunda sessão da décima terceira legislatura, pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas Manoel Pinto de Souza Dantas*. Rio de Janeiro: Tipografia do Diário do Rio de Janeiro, 1868, p. 142.

⁶⁷⁹ GUAPINDAIA, *op. cit.*, pp. 195 – 302.

⁶⁸⁰ Perspectiva semelhante é expressa por Guapindaia: *“Em 1808, com a transferência da Corte, teve-se novo estímulo para a abertura de caminhos. Houve, nesse momento, mudança essencial de perspectiva, pois o objetivo*

regiões destacam-se Minas Gerais, importante núcleo abastecedor da Corte e porta de entrada para as capitanias do interior.

Em maio de 1809, a Junta de Fazenda da capitania mineira recebeu uma série de instruções que visavam estabelecer linhas terrestres; essas poderiam funcionar de duas maneiras: “*ou empregando Pedestres na condução das malas, ou procedendo a arrematação*”.⁶⁸¹ A fim de “*evitar a multiplicidade dos oficiais dos Correios*”, determinou-se, ademais, que os escrivães de diversas municipalidades fossem nomeados para o serviço de contabilidade das agências postais. Além de impedir o inchaço da máquina burocrática nas capitanias, essa era uma forma de aumentar a fiscalização sobre os Correios, submetendo-os aos parâmetros de racionalização administrativa característicos do reformismo ilustrado português.

Na capitania de São Pedro, as iniciativas governamentais de melhoria das comunicações deram-se no contexto de ocupação da Banda Oriental por tropas luso-brasileiras. Em junho de 1814, um aviso expedido pela Real Fazenda encarregava um oficial do Corpo da Armada Real, Thomaz José Fernandes, de examinar rotas marítimas e terrestres entre a Corte e a capitania.⁶⁸² Três anos depois, estabeleceu-se uma linha entre a vila de Porto Alegre a cidade de São Paulo, sendo o coronel de milícias José Pedro César nomeado para o posto de administrador, por período de dez anos.⁶⁸³

As capitanias do norte, em contrapartida, não foram objeto de nenhuma regulamentação específica que buscasse conectá-las à Corte por meio de rotas terrestres, preferindo-se o Correio marítimo nesse caso.⁶⁸⁴ A inexistência de leis não significa, contudo, que não houvesse projetos

não era mais garantir somente a comunicação das capitanias interiores com a costa e com o Reino, mas sim criar ou melhorar caminhos para alcançar a nova sede do poder monárquico. Essa renovação implicou em mudança nas rotas de correio. As mais estruturadas, como no caso da estrada entre Rio de Janeiro e Minas Gerais, passaram por um processo de complexificação. Isso significou o alargamento do itinerário postal e a inclusão de lugares não citados nos planos de roteiros iniciais. Houve, também, novas formas de detalhamento dos itinerários por escrito, que passaram a não serem apenas breves indicações de um caminho já conhecido, mas sim documentos que especificavam as paragens do correio ponto a ponto, bem como a distância e o tempo para percorrer o roteiro”. GUAPINDAIA, op. cit., p. 235.

⁶⁸¹ Instruções para a Junta da Fazenda da Capitania de Minas Gerais relativas ao Correio. BRASIL. *Coleção das Leis do Brasil de 1809*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891, p. 10.

⁶⁸² Segundo o memorialista Felix Sampaio, o estabelecimento dos Correios nas capitanias setentrionais não esteve fundamentado nos estudos de Thomaz José Fernandes, cujos resultados nos são hoje desconhecidos, mas sim em um itinerário realizado por José Pedro César, anteriormente a sua nomeação como administrador do Correio. SAMPAIO, Felix M. *Dom João VI e o Correio*. Rio de Janeiro: Oficina dos Correios e Telégrafos, 1932, p.3.

⁶⁸³ Essas iniciativas relacionam-se aos seguintes documentos: Decreto de 24 de setembro de 1817, que nomeava o administrador do Correio estabelecido entre as províncias de São Pedro do Rio Grande do Sul e de São Paulo; Carta Régia de 24 de setembro de 1817, que mandava estabelecer um correio regular entre as provinciais de São Pedro do Rio Grande e de São Paulo (em anexo *Regulamento Provisional para o Estabelecimento do Correio entre a Cidade de São Paulo e a Vila de Porto Alegre da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul*). BRASIL. *Coleção das Leis do Brasil de 1817*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890, p. 60 – 65.

⁶⁸⁴ Exemplar dessa preferência pelos itinerários marítimos é o *Plano sobre o Estabelecimento de hum Correio Marítimo para as Correspondências de Portugal com as suas Colônias da Parte Septentrional do Brasil*. Escrito em 1797 por D. Francisco de Souza Coutinho, governador da capitania do Grão Pará e irmão do Conde de Linhares,

para melhorar o estado das comunicações postais nessas regiões. Evidencia disto é o *Plano econômico e provisional para o estabelecimento do correio da Corte para a cidade da Bahia por terra* (1808), de autoria do desembargador Luís Thomaz Navarro de Campos.

Escrito com o intuito de “*fazer imediatamente comunicáveis, as maiores cidades do Estado do Brasil*”, esse plano é fruto da viagem que por terra fizera seu autor, em 1808.⁶⁸⁵ Para Navarro de Campos, o estabelecimento do *Correio da Costa* (como ele denomina esse empreendimento) traria grandes vantagens “*ao serviço de V. Alteza Real, e comércio dos povos*”. Nesse sentido, ele traçava um itinerário de vinte e cinco dias para o giro dos Correios:

No princípio do mês partirá Correio desta Corte para a Vila de São Salvador dos Campos, e em seis dias vencerá o Caminho. O Juiz de Fora da dita Vila será encarregado da expedição das malas, para a Capitania do Espírito Santo conforme na Instrução, e no que há de receber, e em quatro dias chegará o Correio à Vila da Vitória. O Ouvidor da Comarca e na sua ausência, o Juiz Ordinário da dita Vila terá o mesmo encargo e em cinco dias estará o Correio na Vila de Caravelas. O Juiz Ordinário desta Vila cumprirá com o seu dever, e em cinco dias chegará o Correio à Vila dos Ilhéus. O ouvidor da Comarca, e na sua falta, o Juiz Ordinário desta Vila fará continuar o Correio, o qual em três dias deverá entrar na Povoação de Nazareth, aonde dormirá, e em um dia aportará na Bahia.⁶⁸⁶

Navarro de Campos propunha que as despesas fossem feitas pelas próprias Câmaras, sem que, no entanto, houvesse igualdade na concorrência: “*conforme o seu estado de renda, será a exigência*”. Algumas municipalidades teriam, ademais, funções específicas nesse empreendimento. Esse era o caso da Vila de Iguarape, que deveria mandar construir a suas expensas um pequeno escaler – de nome “*o Estafeta da Costa*” – para auxiliar nos trajetos fluviais.

O documento em questão ainda dispõe sobre os deveres das autoridades locais em relação ao bom andamento do serviço postal: em “*lugares sujeitos a perseguição do Gentio bárbaro*”, os juízes ordinários deveriam enviar “*uma escolta dos mesmos Índios armados em guarda do Estafeta*”. Também os estafetas tinham suas responsabilidades: sempre que passassem por uma vila ou povoado, eles deveriam tocar “*uma trombeta, para notícia dos povos*”.

esse plano trata de forma detalhada sobre a utilidade pública de se estabelecer uma linha postal marítima que intermediasse a comunicação entre as capitânicas do norte, suas congêneres setentrionais e Portugal. Segundo o autor, a prontidão e a regularidade dos correios eram medidas necessárias “*não só para o Comércio, mas para o Expediente da Administração Publica em todos os seus ramos, e para o recurso das Partes, como meios os mais próprios e adequados para aproximar as Colônias da Metrópole, para estreitar os laços entre huns e outros Habitantes e promover a sua recíproca felicidade*”. BNRJ, Seção de Manuscritos, 04, 3, 010.

⁶⁸⁵ Dessa experiência também resultara o “Itinerário da viagem que fez por terra, da Bahia ao Rio de Janeiro por ordem do Príncipe Regente em 1808, o desembargador Luís Tomás Navarro de Campos”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – RIHGB*, tomo 7, 1845, pp. 433-468.

⁶⁸⁶ 28 ago. 1808. Plano econômico e provisional para o estabelecimento do correio da Corte para a cidade da Bahia por terra. BNRJ, Manuscritos, I-32,09,002.

Embora não possamos afirmar que o plano de Navarro de Campos tenha fundamentado alguma medida legal, o fato é que, entre os anos de 1812 e 1820, estabeleceram-se diversas linhas de Correio de terra entre as capitanias de Pernambuco, Ceará, Maranhão, Mato Grosso, Goiás e Bahia.⁶⁸⁷ Tais iniciativas de comunicação interprovincial deveram-se, no entanto, mais à ação dos governos e autoridades locais que ao interesse da metrópole enraizada no centro-sul do Brasil.

O incremento infraestrutural e regulamentar dos Correios também esteve relacionado à política de incentivo à imigração levada a cabo pelo governo joanino: em janeiro de 1820, com o estabelecimento da colônia suíça do Morro Queimado (atual Nova Friburgo), a Secretaria de Estado dos Negócios do Reino expediu diretrizes para o estabelecimento de serviços postais entre a Corte e essa localidade.⁶⁸⁸

Composto de vinte e quatro artigos, esse regulamento primava pela descrição detalhada do expediente administrativo, sendo que suas disposições versavam sobre assuntos variados, tais como nomeação de funcionários; datas e horários de giros; protocolos de condução das malas; fiscalização das correspondências, escrituração da receita e despesa, etc. O primeiro aspecto digno de nota diz respeito à direção desse empreendimento. Como a colônia em questão ainda não havia se constituído em municipalidade para dar provimento a um oficial dos Correios, a inspeção e fiscalização do serviço ficou sob a responsabilidade do juiz de fora da vila de Macacu, que acumulou o cargo de Inspetor Geral do Correio em mais dois distritos sob sua jurisdição: Morro Queimado e Magé.

Esse inspetor deveria nomear dois administradores, “*pessoas estabelecidas*” e de “*confiança pública*”, para servirem nos arraiais do Morro Queimado e Macacu, onde seria estabelecido “*nas casas dos mesmos [...] um local, independente da comunicação de família, para o laboratório do correio*”.⁶⁸⁹ Note-se que esses funcionários não contavam com ordenado,

⁶⁸⁷ Os instrumentos legais dessas iniciativas são, principalmente: Decisão nº 29 [Guerra] de 29 de agosto de 1812, que aprovou o estabelecimento de correios entre as principais vilas da capitania do Ceará e a de Pernambuco e a Decisão nº 22 [Guerra] de 28 de junho de 1813, que aprovou o estabelecimento de correios entre as capitanias do Maranhão, do Ceará e da Bahia. BRASIL. *Coleção das Decisões do Governo do Brasil de 1812*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891, p. 40; *Coleção das Decisões do Governo do Brasil de 1813*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890, p. 27.

⁶⁸⁸ A regulamentação da correspondência postal na colônia do Morro Queimado facilitou a comunicação dos colonos suíços com seus lugares de origem, o que contribuiu indiretamente para a propagação de notícias sobre as condições de trabalho no Brasil. Em artigo sobre a correspondência de indivíduos envolvidos no projeto de fundação da colônia em questão, Gisele Sanglard analisa como esse material foi seletivamente publicado nos principais jornais helvéticos da época, tais como o *Journal Du Jura*; o *Journal Suisse et Gazette de Lausanne* e *La Feuille d’Avis de La Ville et Canton de Fribourg*. Para mais detalhes sobre o tema, ver: SANGLARD, Gisele. “De Nova Friburgo a Fribourg através das letras: a colonização suíça vista pelos próprios imigrantes”. In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 10, 2003, pp. 173 – 202.

⁶⁸⁹ Aviso nº 4 [Reino] de 24 de janeiro de 1820. BRASIL. *Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891, pp. 4 – 8.

mas “*privilégios inerentes ao seu cargo*”, além das mercês que o monarca lhes fizesse, segundo a “*boa satisfação*” que dessem de suas atribuições.

Outros quatro funcionários seriam nomeados correios postilhões, servindo alternadamente no giro do Correio e recebendo, cada um, ordenado de 12\$000 réis mensais. Esses funcionários deveriam viajar sempre munidos de documentos de identificação, afim de que “*pessoas publicas, e mais moradores da estrada*” lhes prestassem auxílios necessários, tais como agasalhos e um local seguro onde pudessem recolher as malas, “*a fim de se evitar aqueles inconvenientes suscetíveis quando se acham expostos em ranchos abertos, e sem segurança*”.

O regulamento determinava, por fim, que os rendimentos das agências do Morro Queimado e de Macacu fossem remetidos trimensalmente ao administrador do Correio da Corte, a quem competia todas as despesas com aquele empreendimento.

Em 1829, durante a epidemia de febre paludosa que assolou o interior fluminense, Diogo Jorge de Brito emitiu a seguinte nota sobre a linha em questão:

Havendo o regular Correio da Corte até Cantagalo sofrido algumas interrupções por causa do quase total abandono, em que ficou a Vila de Macacú, entreposto de direção das malas; previne-se ao Público, que o semanário andamento deste Correio se acha inalteravelmente restabelecido; sendo de ora em diante a sua marcha por Vila Real da Praia Grande, S. João de Itaboraí, Freguezia de Santa Ana, Nova Friburgo ou Morro Queimado, Cantagalo.⁶⁹⁰

Há nesse aviso uma interessante contradição: ao mesmo tempo em que declara estar o serviço postal da região “*inalteravelmente restabelecido*”, o então recém-nomeado Diretor Geral dos Correios indica as alterações ocorridas no itinerário dos pedestres. Tal discrepância deixa transparecer preocupação com um valor fundamental dessa instituição: a confiança do público. Para conquistá-la, era necessário, por vezes, disfarçar a condição de vulnerabilidade às quais linhas e agências estavam submetidas.

A gestão dos serviços postais marítimos e terrestres continuou na pauta de preocupações do governo após a Independência e, especialmente, durante o período regencial. Em 1832, o ministro responsável pela pasta dos Negócios do Império, Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, dava a seguinte notícia:

⁶⁹⁰ IMPÉRIO DO BRASIL, 03 set. 1829.

Estão repartidos os Correios Marítimos em três sessões, uma desta Corte para o Sul, outra para Pernambuco e a terceira de Pernambuco ao Pará. Nesta o serviço não pode ser pronto em razão dos inconvenientes conhecidos da navegação, que só poderão ser evitados por barcos de vapor; o que sem duvida é digno de atenção, para ativar as relações de Províncias tão remotas com a Capital do Império; e vale mais do que a despesa acrescida com essa substituição. [...] Os Correios de terra vão se multiplicando progressivamente com o estabelecimento de novas Agências, como o aumento da população e das relações comerciais o exige.⁶⁹¹

A fala do ministro revela que os serviços postais marítimos estavam sujeitos a diversas limitações, dentre elas a ausência de barcos a vapor na frota de paquetes do governo. Tal limitação ficava evidente, sobretudo, no que dizia respeito ao trecho entre as províncias de Pernambuco e do Pará, onde fortes ventos e correntes oceânicas dificultavam a pronta comunicação.

Note-se que a causalidade estabelecida por Vergueiro entre crescimento populacional, aumento das relações de comércio e instituição de novas agências tem certo fundamento estatístico: Os dados dessa natureza sobre Correios – disponibilizados regularmente apenas após 1850, segundo Pinto Serqueira⁶⁹² – nos mostram que, entre 1854 e 1860, o número de agências existentes no país saltou de 365 para 521, o que representou um aumento de 43% (ANEXO 85). Já a população cresceu 55%, passando de 5.807.520 para 9.025.831 habitantes ao final do mesmo período. Porcentagens muito próximas que sugerem fenômenos relacionados.

Se cruzarmos esses dados, veremos que o Brasil tinha uma razão de 0,06 agências postais para cada 1.000 habitantes. Era essa marca, porém, extremamente baixa se comparada a outras realidades nacionais: em 1828, os Estados Unidos tinham 74 agências postais para cada 100.000 habitantes; no Reino Unido essa razão era de 17 e na França, de 4.⁶⁹³ Contribuía para esse quadro, a nosso ver, não apenas a baixa densidade populacional do Império, como também a ineficiência das políticas de gratificação em atrair novos agentes e manter os já existentes.

Em junho de 1843, enquanto ocorria a primeira emissão de selos postais, foi concedida aos agentes das cidades, vilas e povoações uma comissão de 5% sobre a venda desses objetos.⁶⁹⁴ Com essa medida, o governo talvez buscasse compensar aquela categoria pela estagnação na porcentagem de suas gratificações – que, desde 1831, permanecia sendo 12% sobre o

⁶⁹¹ *Relatório...do ano de 1832 apresentado a Assembleia Geral Legislativa em Sessão Ordinária de 1833*. Rio de Janeiro: 1833, pp. 19 – 20.

⁶⁹² Segundo esse diretor: “em 1850, primeiro [ano] de que há mapas regulares, a importação nas Administrações foi de 808.048 papéis, e a exportação 1.006.756”. *Relatório apresentado ao Ilmo. e Exmo. Sr. Pedro de Alcantara Bellegarde Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas pelo Diretor da Diretoria Geral dos Correios Dr. Thomaz José Pinto Serqueira*. Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança, 1863, p. 6.

⁶⁹³ JOHN, *op. cit.*, 1997, p. 371.

⁶⁹⁴ Decreto nº 303 de 2 de junho de 1843. In: BRASIL, *Collecção das Leis...*, pp. 108 – 110.

rendimento anual das agências – ao mesmo tempo em que estimulava a mercantilização dos serviços postais.⁶⁹⁵

Para arcar com as despesas da repartição, bem como com o próprio sustento, os agentes continuaram recebendo gratificação; todavia o regulamento de 1844 estipulou um limite para esse emolumento: 50% do rendimento total da agência “*inclusive o produto da venda do selo*” (artigo 47º).

Os relatos sobre a dificuldade de se engajar pessoas para o serviço nas agências se repetiam em diversos níveis administrativos. Em 1850, o ministro José da Costa Carvalho (Visconde de Monte Alegre) assim dizia:

Tais [agências] há, onde não chega a porcentagem a mil ou dois mil réis anualmente; é preciso realmente que muita dedicação haja ao serviço para achar quem, por tal premio, se sujeite à responsabilidade e aos ônus, que impõem aos Agentes o atual Regulamento do Correio; e isto até certo ponto, explica a impossibilidade de chamá-los ao cumprimento de seus deveres.⁶⁹⁶

Nesse mesmo ano, os presidentes das províncias de Alagoas e de Goiás também abordaram esse assunto: o primeiro tratou da necessidade de se contratar um ajudante para a agência da vila de Penedo, “*pessoa hábil a encarregar-se de um trabalho que não pode ser bem pago com a simples porcentagem do Regulamento respectivo*”;⁶⁹⁷ já Eduardo Olímpio Machado afirmava que uma das causas da irregularidade dos Correios goianos era “*o ordenado em demasia deminuto [sic] que recebe cada um dos Agentes, o qual não pode certamente interessá-los no cumprimento de suas obrigações*”.⁶⁹⁸

Para Sebastião do Rego Barros, responsável pela província do Pará em 1854, era “*de absoluta necessidade criar-se [sic] novas Agências, retribuir melhor os seus empregados, para*

⁶⁹⁵ Ao assumir a direção dos Correios, Pinto Serqueira se posicionou contrário a essa medida por ver nela ameaça ao monopólio do Estado: “*Tendo o Agente uma quota do produto dos selos que vende, procurará ele vende-los, não só para as cartas que tem de entrar na sua Agência, mas ainda em outras repartições (administrações), cujos empregados tem os vencimentos fixos, do que resulta dano ao Tesouro, ou mesmo onde os empregados também tenham porcentagem (outras agências), com dano destes. De Agente ouvi, que pagava com selos objetos que comprava para seu uso e até comércio. Desde que o selo tem curso em todo o Império, a porcentagem dada ao Agente me parece inconveniente*”.

⁶⁹⁶ Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Terceira Sessão da Oitava Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império Visconde de Monte Alegre. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1851, p. 39.

⁶⁹⁷ Relatório que por ocasião de deixar a presidência da província das Alagoas dirigiu o Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Dr. José Bento da Cunha e Figueiredo ao Ilustríssimo e Excelentíssimo Vice Presidente Dr. Manoel Sobral Pinto. Maceió: Tipografia de J. S. Maia, 1850, p. 15.

⁶⁹⁸ Fala que recitou o Presidente da Província de Goiás o Doutor Eduardo Olímpio Machado, na Abertura da Assembleia Legislativa da mesma Província em o 1º de maio de 1850. Goiás: Tipografia Provincial, 1850, pp. 34 – 36.

que seja possível havê-los".⁶⁹⁹ O conselheiro Herculano Ferreira Pena, por sua vez, fazia a seguinte predição sobre os serviços postais no Amazonas, em 1855: "*Parece-me necessária a criação de novas Agências em alguns dos lugares designados para escalas dos Vapores, mas não será fácil achar pessoas que delas se encarreguem*".⁷⁰⁰ Queixa de mesmo teor fazia o administrador dos Correios da Paraíba ao presidente daquela província, em 1857: "*As Agências do Correio nenhuma vantagem dão, antes incômodos e grave responsabilidade, pelo que difícil é achar quem delas se queira incumbir*".⁷⁰¹

A análise da folha de pagamento dos agentes de Minas Gerais relativa ao ano de 1853 (ANEXO 86) nos revela os vários arranjos existentes na época. Havia agências, como a de São João del Rey, que possuíam dois funcionários (o agente João Antonio Cardoso e seu ajudante Manoel Muniz de Azevedo Couto), sendo que ambos recebiam ordenados fixos (400\$000 e 200\$000 réis, respectivamente). Em outras repartições, esse regime de remuneração era reservado apenas ao agente, como no caso de Francisco Antonio de Castro, responsável pelos Correios de Diamantina. O valor médio desses vencimentos era de 166\$111 réis anuais.

Trinta dos quarenta e nove agentes mineiros listados recebiam as mencionadas gratificações de 50%. Nesse grupo destaca-se Quintiliano da Silveira Lobato, responsável pela agência de Sabará: seu rendimento naquele ano de 1853 (206\$620 réis) foi maior que o ordenado de muitos colegas, tais como o agente de Itabira que recebeu 200\$000 réis fixos. Mesmo assim, o emolumento médio dessa categoria (38\$203 réis anuais) era baixo se comparado outras gratificações pagas na época.⁷⁰²

Com vistas a remediar esse problema, a legislação de 1857 autorizou o governo a arbitrar gratificações aos agentes de cidades e vilas onde o rendimento dos Correios não perfizesse 600\$000 réis anuais. Essa remuneração não deveria ser inferior a 120\$000 nem

⁶⁹⁹ *Fala que o Exmo. Snr. Conselheiro Sebastião do Rego Barros, Presidente desta Província, dirigiu à Assembleia Legislativa Provincial na Abertura da mesma Assembleia no dia 15 de Agosto de 1854.* Pará: Tipografia da Aurora Paraense, 1854, pp. 63 – 64.

⁷⁰⁰ *Exposição feita ao Exmo. 1º Vice Presidente da Província do Amazonas o Dr. Manoel Gomes Correia de Miranda pelo Presidente o Conselheiro Herculano Ferreira Pena, por ocasião de passar-lhe a administração da mesma província, em 11 de março de 1855.* Cidade da Barra: Tipografia de Manoel da Silva Ramos, 1855, pp. 33 – 34.

⁷⁰¹ 16 jul. 1857. Relatório do Administrador do Correio, Francisco de Assis Carneiro [Anexo]. *Exposição feita pelo Doutor Antonio da Costa Pinto Silva na qualidade de Presidente da Província da Paraíba do Norte no ato de passar a administração da província ao Excelentíssimo Sr. Dr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha, em 9 de abril de 1857.* Paraíba: Tipografia de José Rodrigues da Costa, 1857, p. 2.

⁷⁰² Naquele mesmo ano de 1853, os porteiros, cozinheiros e enfermeiros dos hospitais militares da Corte e províncias da Bahia e Pernambuco passaram a ter direito a receber 240\$000 réis anuais de gratificação. Já os lentes substitutos nas Faculdades de Direito teriam direito a 360\$000 réis anuais durante o tempo em que fossem empregados em qualquer serviço da faculdade; se viessem a substituir o lente catedrático, esse valor aumentava para 400\$000 réis. Cf. Decretos nº 1.104 de 3 de janeiro de 1853 [Dá novo Regulamento para os Hospitais da Armada] e nº 1.134 de 30 de março de 1853 [Dá novos Estatutos aos Cursos Jurídicos do Império]. BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1853.* Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1853, pp. 37; 145.

exceder 300\$000 réis. Nas localidades de maior expediente, os funcionários continuariam recebendo a porcentagem marcada em 1844, desde que o valor não ultrapassasse 700\$000 réis.⁷⁰³

De início, Pinto Serqueira esteve confiante na eficácia desse método de gratificação para o aumento nos rendimentos: *“provável é que d’ora em diante as administrações do correio e esta diretoria não se achem em tantas dificuldades para encontrar quem se queira encarregar de semelhantes empregos”*, chegou a declarar em relatório. Logo, porém, o diretor se tornou cético sobre a capacidade persuasiva daquela disposição: *“Os lugares de Agente do correio são servidos a exceção de uma meia dúzia por mero favor: e como a pena para qualquer delito de responsabilidade é a suspensão ou demissão, a aplicação de qualquer destas é antes um benefício do que um castigo”*; tal era sua fala no ano seguinte à execução das mudanças.⁷⁰⁴

Pinto Serqueira também fazia críticas à forma como foram fixadas as gratificações dos agentes: segundo ele, o regulamento de 1844 fora *“mais equitativo”* ao marcar as gratificações *“em até 50%”* do rendimento das agências, *“de modo que havia uma grande escala a percorrer”*;⁷⁰⁵ a lei de 1857, porém, fixou a porcentagem sempre em 50%, não considerando as condições específicas de cada repartição:

A lei parece supor que o trabalho do Agente consiste somente na confecção de malas ou entrega de cartas, caso em que estará sempre em proporção com o rendimento, e o rendimento com ele. Não é assim: Agências há onde poucas cartas se entregam ou recebem, mas que servem de centro a varias linhas e estafetas, e em que, por isso, o Agente tem muita responsabilidade e serviço, e deste gênero são, por exemplo: a da Cachoeira e Feira de Santana, na Bahia; a de Barbacena, em Minas, e outras. Aí o trabalho, pois, não está em proporção com o rendimento da Agência, e nem este com aquele, e nem por consequência uma porcentagem do rendimento com o serviço do Agente. [...] Outras Agências há em que o serviço é tal, que o máximo do vencimento que pode ser obtido (700\$000), é muito inferior ao que aquele vale, e responsabilidade que acarreta. Servirão de exemplos as Agências de Santos, na província de São Paulo, e Rio Grande do Sul, na Província de São Pedro: o trabalho de qualquer destas e o seu rendimento é muito superior ao de muitas administrações.⁷⁰⁶

⁷⁰³ Lei nº 939 de 26 de setembro de 1857. BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1857, pp. 37 – 58.

⁷⁰⁴ 03 mar. 1860. Relatório da Diretoria Geral dos Correios [Anexo D], p. 11. In: *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Primeira Sessão da Décima Primeira Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império José Antonio Saraiva*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1861.

⁷⁰⁵ *Relatório apresentado ao Ilmo. e Exmo. Sr. Manoel Felizardo de Souza e Mello Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas pelo Diretor da Diretoria Geral dos Correios Dr. Thomaz José Pinto Serqueira*. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1862, p. 7.

⁷⁰⁶ *Relatório apresentado ao Ilmo. e Exm. Sr. Pedro de Alcantara Bellegarde Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas pelo Diretor da Diretoria Geral dos Correios, Dr. Thomaz José Pinto Serqueira*. Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança, 1863, p.11.

Sendo assim, o diretor propunha que os emolumentos de agências “*mais importantes*”, ou seja, onde os empregados consumissem “*todo o seu tempo no correio*” fossem considerados “*nas mesmas condições que os dos empregados nas administrações*”. Nas pequenas povoações subsistiam as gratificações, método que, segundo o diretor, tinha como única vantagem obrigar os agentes a prestar contas: “*pois que sem o terem feito não recebem a diferença*”, dizia.⁷⁰⁷ Porém, nesse segundo caso, os agentes deveriam enviar toda a receita para os cofres públicos antes de receberem sua porcentagem; com isso, Pinto Serqueira tencionava “*evitar rateios, e por consequência queixas acerca das gratificações*”.

Essas recomendações foram em parte atendidas pela legislação de 1865. Por meio desse dispositivo, incumbiu-se o Diretor Geral dos Correios de “*avaliar com justeza o trabalho e importância de cada uma [agência], a fim de serem convenientemente classificadas e marcar-se vencimento fixo para os agentes de cada classe*” (artigo 48º). Além disso, esses funcionários foram autorizados a servirem de intermediários para assinaturas de publicações periódicas, podendo receber comissão de até 2% por esse serviço (artigo 50º). Para quem estava acostumado a bracejar em um “*mar de dificuldades*”, expressão do sergipano Santos Diamante, qualquer nova fonte de renda poderia representar um bote salva-vidas.

Em seus relatórios, Pinto Serqueira constantemente fazia críticas à maneira como os serviços postais estavam distribuídos pelo território: “*Agências há que ficam subordinadas a Administrações, que lhes ficam em extraordinárias distâncias, e para onde, aliás, quase não tem relações, entretanto que mais facilmente poderiam ligar-se a outras*”, dizia.⁷⁰⁸ Nesse sentido, o diretor considerava a divisão das províncias em sub-administrações organização “*mais consentânea ao nosso sistema administrativo*”.

A política de criação de agências levada a cabo pelo governo imperial em meados dos anos 1850 (ANEXO 87) (MAPA 1) foi, com efeito, bastante desigual entre as províncias. Apenas Rio de Janeiro (MAPA 2) e São Paulo (MAPA 3) estiveram presentes em todos os anos da série: coincidentemente, essas são as províncias com maior número de agências postais – 93

⁷⁰⁷ 03 mar. 1860. Relatório da Diretoria Geral dos Correios [Anexo D], p.6. In: *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Primeira Sessão da Décima Primeira Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império José Antonio Saraiva*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1861.

⁷⁰⁸ *Relatório apresentado ao Ilmo. e Exm. Sr. Pedro de Alcantara Bellegarde Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas pelo Diretor da Diretoria Geral dos Correios, Dr. Thomaz José Pinto Serqueira*. Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança, 1863, p.11.

e 62, respectivamente – além de Minas Gerais, cuja infraestrutura era composta de 66 agências (MAPA 4). Juntas, essas três províncias somavam 221 agências, ou 42% do total registrado para o ano de 1860.

Mapa 1 – Evolução das agências e linhas postais no Brasil (1854 – 1860)

Fonte: Elaborado pela autora com base em Relatórios Ministeriais dos Negócios do Império (1832 – 1860); Relatórios Ministeriais dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1861 – 1865); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Mapa 2 – Evolução das agências e linhas postais na província do Rio de Janeiro (1854 – 1860)

Fonte: Elaborado pela autora com base em Relatórios Ministeriais dos Negócios do Império (1832 – 1860); Relatórios Ministeriais dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1861 – 1865); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Mapa 3 – Evolução das agências e linhas postais na província de São Paulo (1854 – 1860)

Fonte: Elaborado pela autora com base em Relatórios Ministeriais dos Negócios do Império (1832 – 1860); Relatórios Ministeriais dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1861 – 1865); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Mapa 4 – Evolução das agências e linhas postais na província de Minas Gerais (1854 – 1860)

Fonte: Elaborado pela autora com base em Relatórios Ministeriais dos Negócios do Império (1832 – 1860); Relatórios Ministeriais dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1861 – 1865); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

É curioso notar que, embora haja uma real concentração de agências na região Sudeste, três das sete províncias que mais se beneficiaram da política de criação de agências postais⁷⁰⁹ estão nas regiões Norte e Nordeste. São elas: Pernambuco, com crescimento de 240%; seguida de Alagoas (186%) e Maranhão (77%).

Antes de 1854, a província de Pernambuco contava com apenas dez agências postais e um expediente composto por 44 empregados; o que representa uma média de 4,4 funcionários por agência (ANEXO 88). A sede dos correios ficava na capital da província, Recife, cidade de onde saíam cinco das onze linhas postais que atendiam o interior.⁷¹⁰ Outro polo congregador de fluxos era a agência de Vila Bela (atual Serra Talhada), localizada no sertão do Planalto da Borborema. Naquele ano, foram criadas agências nas seguintes vilas: Água Preta; Altinho; Barreiros; Bela; Bezerras; Brejo da Madre de Deus; Cabo; Iguarassú; Ingazeira; Ipojuca; Limoeiro; Pau d'Alho; Pesqueira; Pimenteiras; Rio Formoso; São Lourenço da Mata; Serinhaem; Uná e Narareth. Com isso, Pernambuco foi, por algum tempo, a província com maior número de agências do Nordeste: 29, no total (MAPA 5).⁷¹¹

⁷⁰⁹ As demais são: Rio de Janeiro; São Pedro do Sul; Bahia e Paraná: todas tiveram média de crescimento igual ou maior que 50% durante o período estudado.

⁷¹⁰ Eram essas linhas: 1) de Recife a Pimenteiras; 2) de Recife a Garanhuns; 3) de Recife a Rosas do Paraíba; 4) de Recife a Vila Bela; 5) de Recife a Olinda; 6) da Vila Bela a Boa Vista; 7) da Vila Bela a Mucuri; 8) da Vila Bela a Exu; 9) da Vila Bela a Taratutú; 10) de Barreiros a Porto Calvo, em Alagoas.

⁷¹¹ Vale notar que, entre os anos de 1851 e 1852, diversas rebeliões populares, muitas com participação de escravos, eclodiram na região em questão, ficando localmente conhecidas como *Guerra dos Marimbondos*. Nessa época, Pernambuco tinha apenas dez agências postais. Deve ter sido difícil para os oficiais do governo se comunicarem entre si e com a Corte de forma a organizar uma repressão mais afetiva. Sendo assim, não parece ser coincidência que, dois anos mais tarde, nada menos que dezenove agências tenham sido estabelecidas em vilarejos como Pau d'Alho, epicentro da revolta.

Mapa 5 – Evolução das agências e linhas postais na província de Pernambuco (1854 – 1860)

Fonte: Elaborado pela autora com base em Relatórios Ministeriais dos Negócios do Império (1832 – 1860); Relatórios Ministeriais dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1861 – 1865); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em 1856, foi a vez de o Maranhão aumentar seus fixos postais: datam desse ano a criação de cinco novas agências nas vilas de Chapada, Corda, São Bento, Vargem Grande e Riachão. Localizadas em pontos diametralmente opostos (uma no litoral, outra no sertão do Rio Parnaíba), essas duas últimas localidades, em especial, tornaram-se pontos de partida de três linhas distintas: uma delas ligava Vargem Grande à vila de Itapemirim e as outras duas ligavam Riachão às vilas de Carolina e Carotá. Não obstante esses arranjos, as agências da capital São Luiz e da vila de Caxias concentravam a maioria das linhas postais (MAPA 6).⁷¹²

⁷¹² As linhas maranhenses eram as seguintes: 1) de São Luiz a Parnaíba no Piauí; 2) de São Luiz a Caxias; 3) de São Luiz ao Brejo; 4) de Caxias ao Brejo; 5) de Caxias a Pastos Bons; 6) de Alcantara a Turiassú; 7) de Carotá ao Riachão; 8) do Riachão a Carolina; 9) de Itapemirim a Vargem.

Mapa 6 – Evolução das agências e linhas postais na província do Maranhão (1854 – 1860)

Fonte: Elaborado pela autora com base em Relatórios Ministeriais dos Negócios do Império (1832 – 1860); Relatórios Ministeriais dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1861 – 1865); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A criação de agências em Alagoas teve seu ápice em 1859. Nesse ano, a malha postal da província teve um acréscimo de nove agências, a saber: Porto Jaraguá; Vila da Imperatriz; Mata Grande; Porto da Folha; Poxim; Vila do Norte; Anadia; Assembleia e Atalaia. Ademais, metade das linhas existentes na província saía da capital Maceió com destino a vilas do interior, tais como Palmares, Gamela, Pão de Açúcar. Havia ainda uma linha terrestre interna que ligava Penedo à Vila Nova, no Sergipe (MAPA 7).

Mapa 7 – Evolução das agências e linhas postais na província de Alagoas (1854 – 1860)

Fonte: Elaborado pela autora com base em Relatórios Ministeriais dos Negócios do Império (1832 – 1860); Relatórios Ministeriais dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1861 – 1865); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em contraste com a dinamicidade das províncias anteriores, Mato Grosso e Amazonas mantiveram o mesmo número de agências (9 e 6, respectivamente) durante todo o período em questão. No primeiro caso, trata-se de uma província de fronteira com povoações que figuravam como verdadeiras “bocas de sertão”. Quanto à distribuição das agências pelo território mato-grossense, essas estavam localizadas nas vilas de Albuquerque; Diamantino; Mato Grosso; Miranda; Poconde; Santa Maria; Santana do Parnaíba; Rio Grande e Piquerí. Havia, ademais, 20 empregados (média de 2,2 empregados por agência) e quatro linhas que ligavam a capital às vilas de Rio Grande, Mato Grosso, Diamantino e Santana do Parnaíba (MAPA 8).

Mapa 8 – Evolução das agências e linhas postais na província de Mato Grosso (1854 – 1860)

Fonte: Elaborado pela autora com base em Relatórios Ministeriais dos Negócios do Império (1832 – 1860); Relatórios Ministeriais dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1861 – 1865); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Já o Amazonas tinha agências postais nas vilas de Barcelos, Borba, Bela da Imperatriz, Ega, Maués e Serpa. Sua capital, São José da Barra do Rio Negro, era ligada às localidades do interior por meio de sete linhas, as quais alternavam trechos terrestres e fluviais (MAPA 9).⁷¹³ Uma provável razão para o acanhamento da rede de correios amazonense é de ordem administrativa: nos anos contemplados pela série, o Amazonas ainda estava se desvencilhando financeira e burocraticamente do Grão-Pará, província limítrofe à qual esteve unido até 1852.

Mapa 9 – Evolução das agências e linhas postais na província do Amazonas (1854 – 1860)

Fonte: Elaborado pela autora com base em Relatórios Ministeriais dos Negócios do Império (1832 – 1860); Relatórios Ministeriais dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1861 – 1865); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

⁷¹³ Eram as seguintes linhas: 1) da capital a Maués; 2) de Maués a Bela da Imperatriz; 3) da capital a Tefé; 4) da capital a Barcelos; 5) da capital a Serpa; 6) da capital a Borba e 7) da capital a Bela da Imperatriz.

As diferenças regionais também podem ser vistas nos dados sobre linhas postais (ANEXO 89). Nessa tabela, percebemos mais uma vez a centralização infraestrutural dos Correios nas províncias do Sudeste: juntas, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais concentravam em torno de 40% das linhas marítimas e terrestres.

O evoluir dessa infraestrutura não era um processo linear: Rio de Janeiro, província com maior número de linhas do Império, teve um decréscimo de 4% em sua malha postal entre os anos de 1858 e 1860. Outras duas províncias tiveram crescimento negativo: Goiás (-8%) e Santa Catarina (-33%). Já o maior aumento infraestrutural foi registrado por províncias de três regiões diversas: Paraíba (50%), São Pedro do Sul (36%) e Maranhão (33%). Por fim, vale notar que oito das vinte províncias do Império permaneceram com o mesmo número de linhas; sendo que Espírito Santo e Bahia chegaram a registrar algumas perdas, mas se recuperaram em 1860.

Como se distribuía a malha postal brasileira? Para responder a essa pergunta, analisamos os dados correspondentes à porcentagem de cobertura das linhas de correio sobre a superfície total das províncias (ANEXO 90) (MAPA 10). Vale observar que, nesse cálculo, a extensão total das linhas postais tem um peso maior do que o número de fluxos existentes no território. Assim, uma província com poucas linhas postais, mas que se estendessem por longas distâncias, tinha maior cobertura de território do que outra província com muitas linhas, mas de curto alcance.

Mapa 10 – Cobertura territorial das linhas postais (1854 – 1860)

Fonte: Elaborado pela autora com base em Relatórios Ministeriais dos Negócios do Império (1832 – 1860); Relatórios Ministeriais dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1861 – 1865); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Esse mapa e os dados que o compõe nos revelam o quão rarefeito era o conjunto de linhas postais que se estendiam pelo Império. A “*Rússia do Brasil*”, como era chamada Minas Gerais na época,⁷¹⁴ era uma das províncias com menor densidade: apenas 5% de seu território era coberto por linhas postais. Em outras unidades extensas, como Amazonas, Grão Pará e Mato Grosso, essa porcentagem caía para 1%.

⁷¹⁴ Em sessão parlamentar de 3 de maio de 1843, o deputado paulista Joaquim Otávio Nébias utilizou essa expressão como metáfora para criticar o gigantismo territorial de Minas Gerais. Vale observar que, na época, estavam sendo discutidos na Câmara projetos sobre a anexação de parte da região sul mineira à província de São Paulo. Sobre o tema de reorganização do território de Minas no Império, ver: CASTRO, Pérola Maria Goldfeder Borges de. *Minas do Sul: Espaço e Política no século XIX*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

Poucas províncias, com destaque para o Rio de Janeiro, tinham cobertura maior que 10% de sua superfície total. Outros destaques são Ceará e Pernambuco: províncias pequenas em extensão territorial, ambas possuíam 15% de seus territórios cobertos por linhas postais. Vale notar ademais que, na maioria das províncias, essa realidade se manteve inalterada; a exceção de São Pedro, cuja porcentagem passou de 7% para 10%.

As transformações tecnológicas e institucionais nos transportes ocorridas a partir da segunda metade do século XIX contribuíram decisivamente para a melhoria da infraestrutura de comunicação postal. No caso dos Correios marítimos, se compararmos um dos relatos de Pinto Serqueira com o do ministro Vergueiro analisado anteriormente, percebemos significativo aumento das rotas postais; aumento esse causado, provavelmente, pela introdução de embarcações a vapor e pelo estabelecimento de contratos com firmas nacionais e estrangeiras de navegação.⁷¹⁵

O Correio marítimo entre os diferentes portos do Império é alimentado por todas as embarcações nacionais que entre eles navegam, que todas são obrigadas a condução gratuita das malas. Grande parte ou antes a maior parte deste serviço é feito por navios a vapor, havendo além da grande linha dos Paquetes do Norte e do Sul, Vapores do Rio de Janeiro até Santa Catarina tocando em vários portos das Províncias de S. Paulo, e Paraná, outros até Santos, outros para todos os portos da Província, quer do Norte quer do Sul, e finalmente o Vapor de S. Matheus e o da Companhia Mucuri que vai até Caravelas. Da Bahia saem Vapores para Valença, Canavieiras, Camamú, Ilhéus, Porto Seguro e Caravelas para o Sul, e para o Norte para Aracajú em Sergipe, e Penedo nas Alagoas. De Pernambuco há Vapores até Maceió para o Sul, e para o Norte até o Ceará tocando na Paraíba e em Aracati. No Maranhão há um Vapor para o Ceará, e outro para o Pará. Além destes trocam malas entre a Corte, Bahia e Pernambuco os Vapores da Real Companhia de Southampton, e os da Companhia Anglo-Luso Brasileira.⁷¹⁶

Já a expansão das linhas pelo interior do Império dependia, na opinião de Pinto Serqueira, de um conjunto mais complexo de fatores: melhoria das estradas de rodagem, substituição do transporte de tração animal por ferrovias, etc. Entendia o diretor que essa era uma agenda de longo prazo; para que ela se concretizasse, deveria o governo observar a seguinte recomendação: “*Só poderemos ter a regularidade desejável quando o correio for acomodado*

⁷¹⁵ Sobre a relação entre poder público e companhias privadas de navegação, ver: EL-KAREH, Almir Chaiban. “A Companhia Brasileira de Paquetes a Vapor e a centralidade do poder monárquico”. In: *História Econômica & História de Empresas*, V. 2, 2002, pp. 7 – 27; EL-KAREH, Almir Chaiban. “O Rio de Janeiro e as primeiras linhas transatlânticas de paquetes a vapor: 1850 – 1860”. In: *História Econômica & História de Empresas*, VI.2, 2003, pp. 33 – 56.

⁷¹⁶ 03 mar. 1860. Relatório da Diretoria Geral dos Correios [Anexo D], p.5. In: *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Primeira Sessão da Décima Primeira Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império José Antonio Saraiva*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1861.

às circunstâncias do país. Se quisermos ir adiante, havemos de encontrar tropeços tais, que necessariamente nos hão de fazer recuar. Para obtermos o ótimo ficaremos sem o bom”.

Entre 1856 e 1857 saíram a lume dois volumes do *O Auxiliador da Administração do Correio da Corte*, publicação em formato de almanaque contendo o nome e o endereço de, aproximadamente, quinze mil moradores da capital. Sobre essa obra, comentava Pinto Serqueira: “*É trabalho ainda muito longe de perfeição, mas assim mesmo muito útil a muitos, e indispensável ao correio, e que irá sendo aperfeiçoado a proporção que mais materiais forem sendo acumulados*”.⁷¹⁷

O acúmulo de informações e sua disposição em ordem alfabética eram, com efeito, duas características marcantes dessa publicação. Sobre a primeira, pode-se dizer que fazia parte de uma longa tradição de inventário do território praticada por viajantes, engenheiros e burocratas ao longo do século XIX;⁷¹⁸ já a ordenação dos nomes segundo as letras do alfabeto, embora contrariasse a conveniência de se dividir o conteúdo do almanaque por bairros, era considerada pelos editores da época, segundo Daniel Headrick, “*um sistema que certamente se adaptava a uma sociedade amante das facilidades e que preferia se informar rápida e eficientemente do que acumular conhecimentos extensos*”.⁷¹⁹ Além de abreviaturas das ocupações das pessoas listadas, a edição de 1857 continha um texto introdutório com informações sobre a Administração Geral dos Correios, tais como: horário de funcionamento; calendário de expedição das malas; localidades contempladas pelas tanto pelas linhas marítimas, como pelas terrestres; regras de porte; dados sobre o Correio urbano, etc.

Outra publicação organizada por Pinto Serqueira foi *Administrações e Agências do Correio do Brasil em 1856*. Cria o diretor que o uso desse instrumento pelo público ajudaria a diminuir os casos de extravio de correspondência, não obstante a “*muita inexatidão*” das informações que colhera:

⁷¹⁷ “Relatório da Diretoria Geral dos Correios”, 02 mar. 1858. In: BRASIL. *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa da Segunda Sessão da Décima Legislatura pelo Ministro e Secretário d’Estado dos Negócios do Império Marques de Olinda*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1858 p. 16.

⁷¹⁸ A essa tradição de descrição pormenorizada do espaço os contemporâneos do século XIX davam o nome de “corografia”. Sobre o gênero corográfico no Império do Brasil, ver: PEIXOTO, Renato Amado. *A máscara da medusa: a construção do espaço nacional brasileiro através das corografias e da cartografia no século XIX*. 439f. Tese (Doutorado). IFCS, UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.

⁷¹⁹ HEADRICK, Daniel. *When Information Came of Age: Technologies of knowledge in the age of reason and revolution, 1700 – 1850*. Nova York: Oxford University Press, 2000, p. 164 (Tradução nossa).

Não só as pessoas que escrevem, não sabendo que existem lugares homônimos, deixam de acrescentar os esclarecimentos precisos para que a sua correspondência chegue ao seu destino, resultando daí que ou fica parada ou é remetida a lugar mui diferente daquele a que se dirigia, ou mesmo que o empregado do correio por ignorância lhe dá uma direção falsa.

A organização do conteúdo seguiu, primeiramente, uma lógica topográfica: listaram-se as províncias, em seguida as administrações e por fim as agências que as compunham. Intitulada *Guia do Correio do Brasil*, a segunda parte do trabalho consistia, por sua vez, em uma lista alfabética de lugares, com suas respectivas províncias de referência e *direções*, ou seja, agências mais próximas para onde as correspondências deveriam ser encaminhadas.

Obras de referência desse tipo existiam desde o século XVIII. Edme Gilles Guyot, funcionário dos Correios franceses e autor do *Dictionnaire des Postes* (1754), considerava seu trabalho “*necessário a todas as pessoas para endereçarem suas cartas exatamente e assim evitar o atraso ou a perda que a falta de uma boa subscrição pode ocasionar*”. E concluía: “*não há um só endereço no Reino para o qual não se possa endereçar cartas com exatidão*”.⁷²⁰

Com o passar do tempo, essas publicações foram ganhando novos tópicos: o *Dictionnaire Géographique des Postes aux Lettres* (1802), de François-Edouard Gervais Lecousturier e Frederic Chadoüet, continha não apenas “*os nomes das vilas, comunas e principais endereços*”, mas também “*as produções e o comércio de cada lugar, as manufaturas, fabricas, usinas, forjas, vidraçarias, papelarias, minas, águas minerais, etc.*”. A finalidade do esforço, contudo, permanecia a mesma: “*tornar mais fácil para o público indicar exatamente em qual agência deve-se entregar a carta que ele envia pelos correios*”.⁷²¹

No contexto em que Pinto Serqueira publicou seu guia, a diretoria dos serviços postais franceses coletava elementos para um novo dicionário postal, que sairia a lume em 1859. O resultado desse empreendimento foi um conjunto massivo de 343 volumes (atualmente sob custódia da Biblioteca Nacional da França) contendo formulários preenchidos por agentes postais com diversas informações, tais como movimento estatístico e financeiro das agências, distâncias das povoações em relação às mesmas, situação das caixas postais, etc.⁷²²

⁷²⁰ GUYOT, M. *Dictionnaire Des Postes*. Paris: Chez la Veuve Delatour, 1754.

⁷²¹ LECOUSTURIER, F.; CHADOÛET, F. *Dictionnaire Géographique des postes aux lettres de tous les départements de la République Française*. Paris: chez Lecousturier l’aîné; Chadoüet, 1802, p. XV.

⁷²² Nos anos 1980, essa documentação foi analisada por Roger Chartier e sua equipe, disso resultando a seguinte publicação: CHARTIER, Roger (org.). *La Correspondance: Les usages de la lettre au XIXe siècle*. Paris: Fayard, 1991.

A análise desse material revelou a Roger Chartier uma aura de ruralidade⁷²³ que também enxergamos na publicação brasileira, posto que por outro indício: a listagem de 818 fazendas.⁷²⁴ Esses topônimos rurais localizavam-se, majoritariamente, no Rio de Janeiro, em Minas Gerais e em São Paulo. Não porque nas outras províncias fossem ausentes: quanto mais distante da Corte, maior a dificuldade em se inventariar o território.

Não poderíamos tratar de infraestrutura postal sem abordar a organização espacial e logística dos Correios urbanos na Corte. Previsto na legislação de 1844, o estabelecimento desse serviço sofreu atraso provavelmente em consequência do falecimento de Jacinto da Veiga, em junho de 1845. No mês seguinte, o diretor interino da repartição, José Dias da Cruz Lima, publicou um regulamento no qual instituía três caixas postais, a saber: “*a primeira no largo da matriz da Gloria, a segunda no largo da Imperatriz e a terceira em Mata Porcos*” (artigo 1º) (IMAGEM 6).⁷²⁵ Nessas caixas, seriam lançadas cartas, jornais e demais papéis que fossem tanto para fora do perímetro urbano ou mesmo do Império (artigo 2º), como para “*os diversos lados da cidade*” (artigo 3º). Para que as entregas intraurbanas pudessem ocorrer, solicitava-se ao público que informasse no subscrito das correspondências “*a rua da residência do individuo, e o número da sua casa*” (artigo 4º).

⁷²³ De acordo com Chartier: “*A França da enquete de 1847 é, portanto, antes de tudo, uma França do campo, uma França das comunas de menos de 2.000 habitantes, e uma França mais fracamente epistolar do que as cidades e aldeias que não preencheram os formulários, porque não foram demandadas pela Direção Geral dos Correios*”. Idem, p. 8.

⁷²⁴ Outros topônimos rurais listados no guia em questão são: aldeias (18); arraiais (13); freguesias (9) e sítios (5). *Guia do Correio do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia de Nicolau Lobo Vianna & Filhos, 1857.

⁷²⁵ DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 07 ago. 1845.

Imagem 6 – Localização das caixas postais na cidade do Rio de Janeiro (1845)

Fonte: Elaborada pela autora com base no *Regulamento para o Ensaio de Correios Urbanos nesta Corte*, 05 ago. 1845 e em CAMPOS, Frederico Carneiro de. *Planta da Cidade do Rio de Janeiro* (1858).

O regulamento também revelava a preocupação das autoridades com a segurança e regularidade do serviço em questão, ao determinar que as caixas fossem fechadas “*por cadeados com chaves diferentes*” (artigo 5º) e seu conteúdo recolhido todos os dias, às 11 horas da manhã (artigo 6º). Para esse fim, haveriam carteiros encarregados de substituir as caixas cheias por outras vazias, “*não devendo demorar-se em sua volta mais de ¾ de hora*” (artigo 7º). Ao chegar à repartição, as caixas deveriam ser imediatamente abertas e seu conteúdo separado de acordo com os protocolos de triagem então vigentes (artigo 8º). O regulamento determinava, por fim, que nos endereços onde as caixas fossem colocadas houvesse não apenas porções de selos para serem vendidos, mas também “*a tabela dos portes e uma balança para a verificação do peso*” das correspondências (artigos 9º e 10º).

No ano seguinte à promulgação desse dispositivo, o *Almanack Laemmert* publicou uma lista com os nomes dos comerciantes responsáveis pelas caixas postais e seus respectivos estabelecimentos (ANEXO 91). Mesmo com o engajamento dessa categoria, é de se supor que o serviço oferecido não tenha gerado entusiasmo na população carioca, pois no relatório sobre o ano de 1846, o ministro Joaquim Marcelino de Brito assim informava: “*Mostrando a experiência a inutilidade dos Correios Urbanos, cujo estabelecimento se ensaiou nesta Corte, [...] foram eles suprimidos*”.⁷²⁶ Nesse mesmo ano, o *Diário do Rio de Janeiro* anunciou a retirada de todas as caixas postais que se achavam estabelecidas na cidade.⁷²⁷

Uma das primeiras medidas de Pinto Serqueira ao assumir a direção dos Correios foi restabelecer o serviço urbano da Corte e instituir, por meio de um regulamento,⁷²⁸ quatro linhas iniciais, a saber: 1) do Jardim Botânico;⁷²⁹ 2) do Cosme Velho;⁷³⁰ 3) do Andaraí⁷³¹ e 4) da

⁷²⁶ *Relatório da Repartição dos Negócios do Império Apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 4ª Sessão da 6ª Legislatura pelo respectivo ministro e secretário d'Estado Joaquim Marcellino de Brito*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1847, p. 64 – 67.

⁷²⁷ DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 07 ago. 1846.

⁷²⁸ O documento em questão é o regulamento de 3 de maio de 1851, aprovado pelo Aviso da Secretaria de Estado dos Negócios do Império de 17 de janeiro de 1852. DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 19 fev. 1852.

⁷²⁹ A primeira linha percorria o seguinte roteiro: Rua Direita, Rua de São José, Largo e Rua da Ajuda, Rua do Passeio, Largo da Lapa, Glória, Catete, Caminho Novo, Praia de Botafogo, Rua de São Clemente e Lagoa. Seus encarregados eram os estafetas Manoel dos Anjos Vitorino do Amaral; Dúlcio José Dias e Manoel Rodrigues Alberuais. CORREIO MERCANTIL, 18 fev. 1852.

⁷³⁰ A segunda linha percorria o seguinte roteiro: Rua Direita, Rua do Ouvidor, Largo de São Francisco de Paula, Praça da Constituição, Rua do Lavradio; Rua dos Arcos, Rua das Mangueiras, Largo da Lapa, Catete, Largo do Machado, Rua das Laranjeiras e Cosme Velho (próximo a Água Férrea). Seus encarregados eram os estafetas Ricardo Antonio Machado; Sebastião Vieira do Nascimento; José Maria de Lima. CORREIO MERCANTIL, 18 fev. 1852.

⁷³¹ A terceira linha percorria o seguinte roteiro: Rua Direita; Rua da Alfândega, Campo da Aclamação, Rua Nova do Conde, Catumbi Pequeno (próximo ao Chafariz do Lagarto), Barro Vermelho, Mata Porcos, Engenho Velho (próximo a Rua de São Francisco) no lugar denominado Afonso. Seus encarregados eram os estafetas Bernardino José Afonso; João Gonçalves; Inácio José Malta; José da Costa Penha. CORREIO MERCANTIL, 18 fev. 1852.

Praia Pequena⁷³² (artigo 1º) (IMAGEM 7).⁷³³ Em cada uma dessas linhas haveria, pelo menos, três pontos nos quais o público pudesse lançar sua correspondência, sendo que, para determiná-los, o diretor provavelmente levou em consideração o afluxo de pessoas na região. Assim, ter-se-iam caixas “*entre o caminho Velho e o caminho Novo, ou no lugar mais próximo possível*”, no caso da primeira linha (artigo 2º) e “*na venda do Afonso*” ou “*próxima ao chafariz do Lagarto*”, para aqueles que vinham do Andaraí (artigo 4º), por exemplo.

⁷³²A quarta linha percorria o seguinte roteiro: Rua Direita, Rua de São Pedro, Campo da Aclamação, Rua de São Pedro da Cidade Nova, Aterrado, Rua e Campo de São Cristóvão, Pedregulho, Benfica e Praia Pequena. Seus encarregados eram os estafetas José Bento de Araújo Bastos; Sabino Soares do Canto; Luiz José Bardy; Antonio Rodrigues Maia. CORREIO MERCANTIL, 18 fev.1852.

⁷³³Os nomes dos encarregados dessas linhas eram, na mesma ordem: 1ª linha = Manoel dos Anjos Vitorino do Amaral; Dúlcio José Dias; Manoel Rodrigues Albernaes. 2ª linha = Ricardo Antonio Machado; Sebastião Vieira do Nascimento; José Maria de Lima. 3ª linha = Bernardino José Afonso; João Gonçalves; Inácio José Malta; José da Costa Penha. 4ª linha = José Bento de Araújo Bastos; Sabino Soares do Canto; Luiz José Bardy; Antonio Rodrigues Maia. CORREIO MERCANTIL, 18 fev. 1852.

Imagem 7 – Linhas postais na cidade do Rio de Janeiro (1852)

Fonte: Elaborada pela autora com base no Regulamento dos Correios Urbanos, 17 fev. 1852 e em CAMPOS, Frederico Carneiro de. Planta da Cidade do Rio de Janeiro (1858).

Todos os dias, em dois horários distintos – sete horas da manhã e duas horas da tarde, – um condutor a cavalo sairia do ponto extremo de cada linha, conduzindo até a administração as cartas que recolhesse pelo caminho (artigo 6º). Os animais utilizados para esse serviço seriam a expensas dos próprios condutores (artigo 21º), aos quais competia, ademais, trazer na cavalgadura “*alguns guizos*”, a fim de que sua passagem fosse “*facilmente percebida*” pelo público (artigo 9º).

Para facilitar a distribuição das cartas, instituíram-se mais cinco carteiros “*além dos já existentes*” (artigo 13º): logo que os condutores chegassem aos pontos extremos das linhas, esses empregados lá deveriam estar para receber a correspondência e encaminhá-la segundo o itinerário proposto pelo administrador (artigo 18º). Tanto os carteiros como os condutores a cavalo teriam vencimentos anuais – 240\$000 e 600\$000 réis, respectivamente (artigo 15º) – e estariam sujeitos a multas caso não usassem uniforme ou faltassem com suas obrigações (artigos 19º e 20º).

O regulamento autorizava os condutores a levarem fora dos maços a correspondência de pessoas que morassem “*na passagem*” e a fazerem imediata entrega desse material desde que não se gastasse “*mais tempo que o necessário para passagem da carta de mão a mão*” (artigo 17º). Determinava-se, ademais, que tanto as cartas lançadas nas caixas quanto as entregues diretamente aos condutores estivessem “*devidamente seladas*” (artigo 22º). Uma escrituração preliminar desse material seria, por fim, feita pelas pessoas a cujo encargo estivesse as caixas postais (artigo 8º), repetindo-se essa operação na administração dos Correios (artigo 23º).

As cartas simples (até quatro oitavas) que fossem expedidas para qualquer ponto da cidade pagariam 30 réis; excedendo-se esse peso a progressão era de meio porte por cada duas oitavas. Para outras localidades, conservavam-se os portes de mar e de terra marcados em 1844 (TABELA 23).

Tabela 23 – Portes dos Correios urbanos da cidade do Rio de Janeiro (1851)

Peso	Para dentro da cidade	Para os correios terrestres	Para os correios marítimos
Até 4/8	30	60	120
Até 6/8	50	90	180
Até 8/8	70	120	240
Até 10/8	90	150	300
Até 12/8	110	180	360
Progressão	20 réis a cada 2/8	30 réis a cada 2/8	60 réis a cada 2/8

Fonte: LAEMMERT, Eduardo (org.). *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para o ano de 1854*, p. 74.

Os dados estatísticos sobre esse serviço, posto que fragmentários, nos revelam um crescimento médio de 15% no volume de correspondência para os meses que se seguiram à promulgação do regulamento. Ao final de setembro daquele ano, os Correios urbanos tinham movimentado 9.240 cartas e jornais. Em 1855 e 1856, remeteram-se 38.182 e 51.060 objetos postais, respectivamente.⁷³⁴ Esses números, porém, representavam apenas 2% do total de cartas e jornais que passaram pela Administração Geral dos Correios da Corte nos mesmos anos.

Em março de 1857, novas disposições relativas ao Correio urbano da Corte foram expedidas pela Diretoria Geral.⁷³⁵ Dessa vez, fixaram-se os limites da área coberta pelo serviço de carteiros a pé – *“pelo lado do Catete até a ponte do mesmo nome, pelo da Cidade nova até o Rocio pequeno, e pelo litoral até o Cais de embarque no Saco do Alferes”* (artigo 2º) (IMAGEM 8) – e dividiu-se o perímetro urbano em oito distritos (artigo 3º),⁷³⁶ sendo nomeado um carteiro especial para cada uma dessas circunscrições (artigo 1º).⁷³⁷ Esses empregados receberiam, ademais, diária de 1\$600 réis e percorreriam os respectivos distritos quatro vezes ao dia (artigo 4º).

⁷³⁴ DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 01 ago. 1856.

⁷³⁵ Aviso nº 105 de 19 de março de 1857. BRASIL, *Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1858, pp. 73 – 76.

⁷³⁶ Nas *Instruções* em questão, constam as coordenadas de cada um dessas circunscrições. 1º distrito: *“da Câmara dos Deputados até o mar seguindo pela Misericórdia de Santa Luzia, voltando pelas ruas da Ajuda e S. José até o ponto da partida”*; 2º distrito *“compreenderá as ruas da Guarda Velha, Barbonos e Passeio, Santa Tereza, Lapa e daí até o ponto do Catete”*; era incluída nessa circunscrição, ademais, *“a Praia do Flamengo até a rua do Infante, e a rua da Pedreira da Glória até a sua embocadura no Campo do Machado, com as ruas e travessas”* adjacente à área; 3º distrito: *“compreenderá as ruas da Carioca, e Conde até a esquina da Travessa do Senado, Lavradio, Inválidos, Senado, Relação, Arcos, Rezende, Matacavalos e Silva Manoel, com todas as mais ruas e travessas”* adjacentes à área; 4º distrito: *“compreenderá a Cidade Nova entre as ruas do Conde e S. Pedro, Campo e Rua das Flores com todas as mais ruas e travessas”* adjacentes à área; 5º distrito: *“compreenderá o Arsenal de Marinha, Beco e Rua de Bragança, S. Bento, Municipal, Beneditinos, Prainha, até a Imperatriz, S. Joaquina até a Igreja do mesmo nome, e Imperatriz, voltando pela rua da Saúde até o Largo da Prainha, com todas as mais ruas e travessas”* adjacentes à área; pertenceria, ademais, a esse distrito *“a rua da Quitanda entre as dos Pescadores e S. Bento, e a rua dos Ourives entre a da Prainha e Largo de Santa Rita”*; 6º distrito: *“compreende as ruas de S. Joaquim a seguir da Igreja, daí a S. Diogo, Ladeira e Praia do Saco pela Gambôa, até o cais da Imperatriz”*; 7º distrito: *“desde o litoral até o Campo entre as ruas da Alfândega e Pescadores”*; 8º distrito: *“desde o litoral até o Campo, entre as ruas do Hospício, Assembleia, seguindo da praça da Constituição, pela rua dos Ciganos”*.

⁷³⁷ Os nomes desses carteiros especiais eram: José da Costa Penha (Linha Catumbi); Antonio Maurício de Mendonça Neves (Rua Nova de São Pedro); Martinho José de Moraes (Campo Grande); Agostinho José Coelho da Silva (Caroba); Manoel Pinto de Faria e João Pinto de Faria (Guaratiba); José Antonio da Costa (Baeté); José Joaquim Pimenta (Rio Grande de Jacarepaguá); Ezequiel Benigno de Vasconcelos e José Inácio Pereira de Vargas (Freguezia de Jacarepaguá); Antonio José da Souza (Ponte do Catete, casa da Barreira); José Maria de Lima (Rua do Catete, 93); Bento José Maia (Campinho); Lino José dos Santos (Vargem Grande)

Imagem 8 – Limites da área coberta pelo serviço de carteiros a pé e delimitação dos distritos postais da cidade do Rio de Janeiro (1857)

Fonte: Elaborada pela autora com base no Regulamento – Cópia das Instruções do Correio Urbano, 04 mar. 1857 e em CAMPOS, Frederico Carneiro de. Planta da Cidade do Rio de Janeiro (1858).

Aos carteiros delegava-se, além da distribuição da correspondência, a checagem das 32 caixas a serem instaladas em pontos estratégicos da cidade (artigos 5º e 6º) (ANEXO 92).⁷³⁸ Essas caixas seriam numeradas, fechadas e suas chaves entregues aos carteiros, quando saíssem para percorrer seus itinerários (artigo 7º). As multas às quais esses empregados estavam sujeitos seriam proporcionais ao número de caixas que os mesmos deixassem de visitar (artigo 12º). O texto das *Instruções para a direção do Correio urbano* mantinha, por fim, o valor dos portes estipulado no regulamento de 1844 (artigos 13º) e estendia o serviço em questão à correspondência vinda de Niterói, São Gonçalo, Paquetá, Estrela e linha da Guaratiba (artigo 15º).⁷³⁹

Em seu segundo relatório à frente da pasta dos Negócios do Império, Luiz Pedreira do Couto Ferraz observou que, naquele ano de 1857, o Correio urbano da Corte havia tido “*algum melhoramento*” em função das medidas adotadas pela Diretoria Geral, porém ainda se achava “*com proporções muito acanhadas*” para os objetivos a que deveria atingir.⁷⁴⁰ Em publicação anexa, Pinto Serqueira comentava a marca de 73.846 objetos postais movimentados:

Parecendo muito, todavia é pouco para a nossa cidade: mostra a força que tem os costumes, e talvez a abundancia do pessoal que é ainda empregado em nosso serviço doméstico. Pela módica quantia de 30 réis o correio se encarrega de levar uma carta de um a outro extremo da cidade, mas prefere-se mandar um escravo ou mesmo um caixeiro. O tempo, porém, e a falta de domésticos, hão de ir mostrando à população a necessidade de se aproveitar deste meio de comunicação, e me parece que muito não tardará que seja preciso tornar mais amiudadas as saídas dos carteiros.

⁷³⁸ A localização das caixas eram as seguintes: “1ª. Praia dos Mineiros, canto do Arsenal de Marinha, 2ª. Prainha, esquina da Academia de Marinha, 3ª. Praça Municipal, 4ª. Gambôa, esquina do Livramento, 5ª. Saco do Alferes, esquina da Ladeira do mesmo nome; 6ª. Largo de S. João Batista, 7ª. Largo do Capim, 8ª. rua de S. Joaquim, esquina do Costa, 9ª. rua de S. Lourenço, esquina do Príncipe, 10ª. rua da Alfândega, esquina do Regente, 11ª. Rua do Hospício, esquina da Conceição, 12ª. Largo da Carioca, esquina da rua da Carioca, 13ª. Largo de S. Francisco de Paula, esquina do Fogo, 14ª. Rocio em frente ao Teatro, 15ª. Campo, esquina do Hospício, 17ª. Campo, esquina do Conde, 18ª. Campo, esquina da Nova do Sabão, 19ª. Rocio Pequeno, 20ª. Rua Formosa, esquina do Areal, 21ª. Rua das Flores esquina da Nova do Conde, 22ª. Misericórdia, esquina da Câmara dos Deputados, 23ª. Largo da Misericórdia, 24ª. Largo da Mãe do Bispo, 25ª. Largo da Lapa, 26ª. Largo da Glória, 27ª. Largo do Valdetaro, 28ª. Catete, em frente ao Campo do Machado, 29ª. Barbonos, esquina dos Arcos, 30ª. Matacavalos, esquina do Rezende, 31ª. Lavradio, esquina dos Arcos, 32ª. Inválidos, esquina da Relação.

⁷³⁹ DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 22 mar. 1857.

⁷⁴⁰ Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Primeira Sessão da Décima Legislatura pelo Ministro e Secretário d’Estado dos Negócios do Império Luiz Pedreira do Couto Ferraz. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1857, p. 106.

O diretor também dava a seguinte notícia sobre as caixas postais estabelecidas na Corte: *“A princípio foram algumas quebradas; parece-me porém que os vadios já a elas se acostumaram, porque há muito que não tenho noticia de novos desacatos”*.⁷⁴¹

O serviço de Correio urbano teve seu pessoal e fixos significativamente reduzidos em janeiro de 1860, como mostra o comunicado assinado pelo oficial Francisco José de Lima Barros (*“no impedimento do contador”*), datado de 30 de dezembro do ano anterior:

De ordem do Ilm. Sr. administrador faço publico que por avisos de secretaria de estado dos negócios do Império datados de ontem [29 de dezembro de 1859], segundo acaba de comunicar a diretoria geral dos correios em officio n.260 da mesma data, foi determinado que do próximo mês de janeiro em diante [...] cesse o serviço dos oito distritos do correio urbano cujas caixas vão ser levantadas das diversas ruas em que se acham, conservando-se somente a do Largo do Machado e a da estação central da estrada de ferro, as quais serão visitadas duas vezes diariamente pelos carteiros a cavalo que transitam por esses lugares.⁷⁴²

No ano seguinte à execução dessas determinações, o ministro Manoel Felizardo de Souza e Mello emitiu um aviso a Pinto Serqueira. *“Não correspondendo de modo nenhum à vantagem que se tira dos carteiros a cavalo e convindo por isso organizar de outra maneira aquele serviço”* – assim era o preâmbulo do regulamento⁷⁴³ – autorizava-se aquele diretor a suprimir os referidos funcionários.

O modelo que se sugeria para a reorganização do serviço era semelhante ao que já se tinha no interior da província fluminense com postilhões: *“todos os dias de manhã, à uma hora certa e determinada”*, partiriam da Administração Geral dois carteiros a pé, um em direção ao Catete e outro a Mataporcos. Esses carteiros levariam maços de correspondência referentes a esses dois pontos ou a adjacências.

No horário em que esses carteiros chegassem aos seus respectivos pontos, deveriam lá encontrar-se, no Catete, com os colegas do Cosme Velho e de São Clemente e, em Mataporcos, com aqueles de São Cristovão e Engenho Velho. Esses postilhões intermediários receberiam não apenas a correspondência que fosse destinada a seus respectivos bairros, mas também: 1) a do Jardim Botânico, no caso do carteiro de São Clemente; 2) a do Andaraí, quanto ao responsável pelo Engenho Velho e 3) a da Praia Pequena, para o carteiro de São Cristóvão.

⁷⁴¹ 02 mar. 1858. Relatório da Diretoria Geral dos Correios. *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Segunda Sessão da Décima Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império Marques de Olinda*. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1858, p. 8.

⁷⁴² CORREIO MERCANTIL, 05 jan. 1860.

⁷⁴³ CORREIO MERCANTIL, 16 set. 1861.

Nessas localidades mais afastadas, seguia-se a mesma lógica de distribuição das duas grandes linhas.

Para facilitar-se a fiscalização, os carteiros que fossem ao Catete e a Mataporcos deveriam levar à Administração Geral os recibos dos maços que houvessem entregado, bastando “*a simples assinatura dos competentes carteiros em qualquer fatura, guia ou outro papel*”. Os postilhões finais do Jardim Botânico, Andaraí e Praia Pequena também dariam recibo àqueles de quem recebessem correspondência.

A coleta da correspondência nas caixas postais seguia ordem inversa ao procedimento de distribuição: após ser recolhido pelos postilhões finais e intermediários, esse material ficaria centralizado nas mãos dos carteiros responsáveis pelas duas linhas principais. A eles também seriam entregues notas que declarassem o dia e o número de cartas e jornais contidos dentro dos maços. Entre sístoles e diástoles, a correspondência circularia, por fim, pelos subúrbios da Corte.

Essa solução proposta pelo ministério não agradou a Pinto Serqueira. Em relatório sobre o ano de 1862, o diretor se mostrou contrário à supressão dos carteiros a cavalo e ao desmonte, por assim dizer, dos Correios urbanos na Corte:

Com efeito se se [sic] olhar para o que percebiam esses Carteiros, e para o que produziam os portes das cartas conduzidas por eles a despesa excedia em muito a receita. Mas se este argumento vale, então tem de ser suprimido todo o Correio; então muitas instituições do país têm de ser essencialmente modificadas se não eliminadas. [...] Se os meus votos fossem ouvidos, não só as trinta e duas caixas seriam restabelecidas, como o seu numero aumentado muito. E aumentado com elas o número dos Carteiros não haveria diferença de serviço urbano e não urbano, estabelecendo-se saídas regulares e periódicas da Casa do Correio, pelo menos de duas em duas horas. Os Carteiros seriam em número tal que cada Carteiro não tivesse mais de quatro saídas, ou por outra haveria dois ternos de Carteiros que se alternariam constantemente. A importância e extensão do Rio de Janeiro me parece pedir já e com muita instancia este melhoramento.

Pode-se estimar, portanto, que a política de contenção de despesas com pessoal evidenciada no caso das administrações provinciais também fosse uma realidade no âmbito da Corte. Seu resultado: retraimento da expansão dos serviços postais urbanos.

5.3 Em torno do Trono: os fluxos, suas periodicidades, composições e direções

A expansão da infraestrutura dos Correios teve um efeito significativo sobre a relação do homem com o tempo e o espaço: se no período colonial essas duas categorias pareciam dilatadas e incomensuráveis, durante o século XIX elas passaram a ser, cada vez mais, objeto de racionalização. E esse fenômeno se materializou de diversas formas: nos já citados almanaques e guias postais, mas também em avisos, itinerários, calendários e cronogramas que buscavam conferir regularidade aos serviços postais marítimos e terrestres.

Data de 1º de janeiro de 1810 um manuscrito do administrador dos Correios da Corte contendo as datas de partida dos condutores responsáveis pelas três principais linhas do interior (TABELA 24). Por meio delas, de dez em dez dias, os habitantes da capital do Império poderiam se corresponder com as províncias de Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo, Goiás, Mato Grosso e Pará.

Tabela 24 – “Dias de partidas dos Correios destinados para a interior comunicação desta Corte, e Cidade do Rio de Janeiro com a Vila dos Campos dos Goitacazes, e com a Capitania do Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo, Goiás, Mato Grosso e Pará no presente ano de 1810, e seguintes”.

	Partida dos Correios do Rio de Janeiro, Vila Rica e São João del Rey	Partida dos Correios do Rio de Janeiro, e da cidade de São Paulo	Partida dos Correios do Rio de Janeiro e da Vila de S. Salvador dos Campos de Goitacazes
Janeiro	1; 11; 21; 31	2; 12; 22	3; 13; 23
Fevereiro	10; 20	1; 11; 21	2; 12; 22
Março	2; 12; 22	3; 13; 23	4; 14; 24
Abril	1; 11; 21	2; 12; 22	3; 13; 23
	E assim por diante em todos os dias 1, 11 e 21 dos outros meses	E assim em diante com todos os dias 2, 12, e 22 dos outros meses	E assim por diante em todos os dias 3; 13 e 23 dos outros meses

Fonte: BNRJ, Seção de Manuscritos, Documento I-9, 12, 4.

O documento também determinava um horário limite para a recepção de cartas na Administração Geral: nove horas da manhã do dia assinalado para a partida dos estafetas que deveria ser “*infalível*”. Estipulava-se meia hora de antecedência a mais para cartas seguras, a fim de “*fazer-se a tempo a competente escrituração*”. Em outras povoações, as postagens deveriam ser feitas até as sete horas da tarde do dia antecedente à partida. Quanto à entrega da correspondência nas localidades de destino, essa deveria ser feita até a antevéspera do dia

assinalado para o retorno dos estafetas, de forma que os correspondentes tivessem tempo para responder as missivas recebidas.

A legislação de 1829 não apenas conservou essas disposições e a periodicidade de dez dias para os giros naquelas linhas,⁷⁴⁴ como também acrescentou ao corpo regulamentar artigos que limitavam o comportamento dos condutores. Sendo assim, esses homens deveriam sair das administrações e agências impreterivelmente nos dias e horas que estivessem escalados para o giro. Além disso, determinava o artigo 95º:

Quando se demorarem por mais de quatro horas, além do tempo que estiver marcado, e não mostrarem que o fizeram por causa atendível, que não puderam [sic] vencer, como por motivo de grandes chuvas, enchentes de rios, ou moléstia, se lhes descontará no seu salário, o que corresponder às horas da sua demora; e se reincidirem, serão despedidos.

A condução das malas deveria ser feita “*sem interrupção, ou troca no meio do caminho*”, a exceção dos lugares onde os administradores julgassem conveniente tal método. Nas agências parciais, os condutores apenas poderiam demorar “*o tempo indispensável para entregar, e receber os sacos respectivos; devendo esses achar-se prontos a sua chegada*”. Para fins de fiscalização, as horas de partida e de chegada daqueles funcionários seriam lançadas nas guias que acompanhavam os malotes por eles transportados (artigo 96º).

A correspondência administrativa das décadas seguintes nos revela as adversidades enfrentadas por funcionários e autoridades provinciais para fazerem jus às deliberações contidas nos regulamentos. Grosso modo, podem-se classificar esses obstáculos em três categorias: naturais, técnicos e criminais. Não raramente, encontramos mais de um fator nos casos analisados.

Em julho de 1833, o arrematante da linha ordinária entre Ouro Preto e a Corte, Feliciano Coelho Duarte, oficiou à Tesouraria provincial solicitando o pagamento de sua porcentagem.⁷⁴⁵ Como era de praxe nesses casos, coube à administração dos Correios apresentar uma relação das chegadas dos estafetas (ANEXO 93) para comprovar que o contrato havia sido cumprido. Entre os vários registros de atrasos, – mais frequentes que a escrituração das marchas pontuais – chama-nos atenção uma chegada prevista para 18 de janeiro, mas que apenas ocorreu dois dias depois.

⁷⁴⁴ Vide ANEXO 10.

⁷⁴⁵ 11 jul. 1833. Cópia de petição de Feliciano Coelho Duarte. APM, Seção Provincial – SP, Fundo Presidência de Província – PP 1/8, cx. 01, doc. 41.

Em ofício dirigido ao governo provincial, o administrador João Ferreira Sete d'Abril considerou que houve falha humana na demora em questão: *“por descuido do Arrematante da Condução delas [malas], foi para a Vila de S. João d'El Rei, e regressou à de Barbacena”*. Ele também disse ter oficiado a seu colega do Correio da Corte, solicitando que identificasse as malas que iam para Ouro Preto, porém asseverou: *“nem assim, deixa de haver trocas, e outros atrasos, por que a Condução das Malas é confiada a Escravos Africanos, quase boçais, e um deles até é mudo de natureza”*.⁷⁴⁶

Nos anos seguintes, como a arrematação continuasse com Coelho Duarte, novos contratempos envolvendo os escravos desse proprietário foram registrados. Em outro episódio, ocorrido em outubro de 1835, o novo administrador João Teixeira Soares reportou ao presidente da província o desaparecimento de papéis:

O Correio ultimamente chegado da Corte trouxe de menos três cartas de 120 réis, uma das quais apareceu depois em poder de um porta-mala já aberta, e os mais papéis que se acharam na mão do mesmo tinham sido lançados na mala do Correio que seguia no dia 10 do corrente para o Rio de Janeiro.⁷⁴⁷

Teixeira Soares suspeitava que o autor do crime fosse um dos estafetas e desejava puni-lo segundo a lei, porém ponderava: *“esta providencia por si só não é bastante para obstar para afastar acontecimentos iguais”*. A seu ver, o arrematante das conduções deveria ser obrigado a empregar naquele ofício *“pessoas seguras, e capazes”*; o perfil dos recrutados era, no entanto, contrário a suas convicções: *“São escravos os que conduzem as malas, estes às vezes se embriagam, e nem bem têm em zelarem como convinha a condução das malas”*. É de se supor que o administrador tenha conseguido concretizar sua desforra, pois, ao final daquele mesmo mês, informava: *“ficou pronunciado a 20 [de outubro] um dos mesmos porta-malas de nome José, escravo do Arrematante, o qual se conserva na Cadeia, onde por semelhante motivo a pouco tinha sido recolhido”*.⁷⁴⁸

O transporte das malas que iam da província de São Paulo para a Corte não era feito por escravos, como em Minas, mas sim por condutores assalariados, os quais recebiam quer da

⁷⁴⁶ 23 jan. 1833. Ofício do Administrador dos Correios de Minas Gerais, João Ferreira Sete de Abril a Bernardo Pereira de Vasconcelos, Vice Presidente da Província. APM, Seção Provincial – SP, Fundo Presidência de Província – PP 1/8, cx. 01, doc 29.

⁷⁴⁷ 12 out. 1835. Ofício do Administrador dos Correios de Minas Gerais João Teixeira Soares a José Feliciano Pinto Coelho da Cunha, Presidente da Província. APM, Seção Provincial – SP, Fundo Presidência de Província – PP 1/8, cx. 03, doc 14.

⁷⁴⁸ 26 out. 1835. Ofício do Administrador dos Correios de Minas Gerais João Teixeira Soares a José Feliciano Pinto Coelho da Cunha, Presidente da Província. APM, Seção Provincial – SP, Fundo Presidência de Província – PP 1/8, cx. 03, doc 16.

Tesouraria provincial, quer de arrematantes particulares. O descumprimento desses pagamentos influía diretamente na regularidade das marchas, tal como observava o agente da vila de Bananal, José Joaquim de Azevedo:

Os Pedestres é evidente serem pessoas necessitadas, que devem ser embolsados sem bem uma mora, já por que precisam desses pequenos lucros para a jornada que parece dever sempre ativar e já para deixarem as suas famílias. Este Tenente José Joaquim dos Santos [arrematante da linha de Bananal à Corte] já tem demorado por sua duas vezes o Correio, como aconteceu nos dias 28 de setembro do corrente ano [1831] e 8 do corrente mês [outubro]. A palavra entregar em todas as línguas, e muito mais na nossa vulgar, quer dizer entregar, é pois agora visto não ter o dito Santos cumprido com seu dever, e este procedimento tem sido danoso ao andamento pronto do Correio.⁷⁴⁹

Não é de se admirar, portanto, que os atrasos nas marchas dos condutores se dessem majoritariamente entre a vila de Pindamonhangaba e a referida Bananal, tal como se vê em diversas relações (ANEXO 94). Além da inadimplência do arrematante, era nesse trecho que as cartas, jornais e ofícios vindos da Corte somavam-se aos papéis provenientes de outras localidades do Vale do Paraíba. O alto volume de correspondência acarretava, por sua vez, problemas de ordem logística tais como peso excessivo e consequente deterioração dos malotes.

Diversos atos administrativos confirmam o esforço do governo paulista em racionalizar os procedimentos de distribuição e cercear a conduta dos pedestres. Por sugestão do então ministro dos Negócios do Império, José Lino Coutinho, adotou-se o uso de bolsas pequenas para armazenar a correspondência que ficasse pelo caminho.⁷⁵⁰ Além disso, em observância ao disposto no regulamento de 1829, emitiu-se uma circular com o seguinte teor:

Seguem desta Cidade para a Corte do Rio de Janeiro os dois Pedestres com o Correio de terra levando igualmente a bolsa que deve ser aberta em diversas vilas da Estrada; ordeno portanto às Autoridades desta Província, e depreço [sic] às de fora dela que lhes prestem todos os auxílios de que precisarem declarando o Snr. Administrador Geral do Correio da Corte e os Senhores Capitães Mores, ou Encarregados da abertura da mala e dita bolsa no verso desta o dia e hora em que chegarem e saírem dos seus Distritos tanto na ida como na volta, com expressa declaração dos nomes dos Pedestres; e para o necessário conhecimento será esta no regresso apresentada na Secretaria do Governo.⁷⁵¹

⁷⁴⁹ 15 out. 1831. Ofício do agente postal da Vila de Bananal José Joaquim de Azevedo ao Administrador do Correio Geral de São Paulo. APESP, CO5642.

⁷⁵⁰ Em sessão parlamentar de 1831, José Lino Coutinho expôs a seus colegas o “*grande inconveniente de se meterem em uma só mala cartas para diversas estações*”: muitas vezes, essas correspondências passavam pelas agências de destino sem poderem ser entregues, visto que a abertura dos malotes fosse feita apenas na administração final. Para remediar esse problema, o ministro sugeria a confecção de “*malas pequenas separadas para se deixarem nos lugares dos seus destinos*”: medida simples que ajudaria a desafogar um sistema de distribuição excessivamente centralizado. ANAIS DO PARLAMENTO BRASILEIRO, 02 set. 1831, p. 114.

⁷⁵¹ 20 ago. 1830. APESP, CO 5642.

Essa ordem foi reeditada seguidamente, sendo que, no verso do papel em que ela ia escrita, convencionou-se os agentes anotarem as requeridas informações, daí os vincos e marcas de manuseio que encontramos na maioria desses documentos (ANEXO 95). A maioria dos registros continha apenas informações triviais como: “*Chegaram os dois Pedestres com a mala e bolsa do Correio, pelas duas horas da tarde, e no mesmo [dia] seguiram*”. Porém, alguns agentes se preocupavam em detalhar a marcha dos condutores, sobretudo se houvesse algum fato extraordinário como o que ocorreu na Vila do Príncipe, em 1º de setembro de 1830:

Chegaram os Pedestres João Custodio Moreira e Joaquim Correia dos Santos, pelas 4 horas da tarde do dia cinco, e segue no dia seis pelas oito horas da manhã João Custodio Moreira acompanhado de Manoel Joaquim escravo do Agente pelas causas de adoecer Joaquim Correia dos Santos e de não haver pedestres nesta Vila e de as Autoridades desta Vila a quem se oficiou por esta agência não se acharem atualmente nela residentes, e para a circulação do Correio não sofrer mais demora por essa circunstancia.

As malas vindas da Corte foram chegar à cidade de São Paulo apenas no dia 12 daquele mês, para desespero do administrador Abreu Rangel. Em ofício dirigido ao presidente de província, ele se queixou da “*desordem e confusão popular*” que aquela demora acarretou à sua repartição: “*não houve gente de qualquer classe que [...] ávida, sôfrega e indiscreta [...] não investisse janelas e portas [...] contra os Direitos de Empregados e do mesmo Público*”.⁷⁵²

Em julho de 1833, outra ordem foi expedida: os condutores que não cumprissem o cronograma da marcha teriam parte de seu salário descontado; já os que adiantassem suas chegadas poderiam requerer uma gratificação correspondente ao tempo excedente. Nesse sentido, Abreu Rangel oficiou aos agentes de Pindamonhangaba e Bananal, recomendando a eles que verificassem essas determinações no momento de se pagarem os pedestres, de maneira a “*corrigir a pouca exatidão com que conduzem os Correios*”. Essas recomendações não foram, contudo, suficientes para evitar que novos atrasos e eventuais acidentes ocorressem:

O Correio expedido da Corte a 3 do Corrente [dezembro de 1833] pelo meio dia chegou no Bananal no dia 7 pelas sete horas da manhã com um dia de atraso, sem que o Administrador dali informe coisa alguma, [...]. Deste ponto ao de Pindamonhangaba houve quase outro dia de demora por causa de um Pedestre que ficou em caminho entre o Bananal e Areias com um pé estrepado, vindo por conseguinte dois Pedestres muito sobrecarregados.⁷⁵³

⁷⁵² 14 set. 1830. Ofício do Administrador dos Correios de São Paulo Joaquim de Abreu Rangel ao Vice Presidente da Província. APESP, CO 5642.

⁷⁵³ 13 dez. 1833. Ofício do Administrador dos Correios de São Paulo Joaquim de Abreu Rangel ao Vice Presidente da Província. APESP, CO 5642.

A linha de Campos do Goitacazes, posto que circunscrita à jurisdição fluminense, não oferecia mais segurança que demais mencionadas. Em fevereiro de 1842, o administrador do Correio da Corte, José Maria Lopes da Costa, oficiou ao Ministério dos Negócios do Império reportando que o estafeta responsável por essa marcha chegara com grande demora, *“por haver sido retido contra o disposto nos artigos 90 e 91 do Regulamento Geral dos Correios no Distrito da Freguesia da Sacra Família, em consequência de ser atacado no Rio das Ostras por alguns desordeiros, que o espancaram”*. Araújo Vianna, que então ocupava a pasta ministerial, recomendou ao presidente da província que tomasse as providências necessárias para se evitarem tais denúncias, provavelmente por essas serem nocivas à credibilidade da instituição, e concluiu: *“quando algum Estafeta estiver criminoso deverá a mala ser imediatamente enviada por outro, porquanto a menor dilação no seu seguimento pode prejudicar e muito as tramações do Comércio, e ao serviço público”*.⁷⁵⁴

Em sessão parlamentar de 1831, José Lino Coutinho expôs a seus colegas *“o inconveniente que resultava de estarem os Correios marítimos debaixo de duas autoridades independentes”*,⁷⁵⁵ que eram: o ministro da Marinha, responsável por nomear comandantes, autorizar despesas com reparos de embarcações, etc.; e o secretário da pasta dos Negócios do Império (cargo então ocupado pelo próprio Lino Coutinho), que tratava do expediente da repartição. Dessa dupla jurisdição resultava, segundo o ministro, *“a colisão que existia sempre entre os comandantes que eram militares e o administrador do correio que era paisano”*.

Problemas envolvendo autoridades governamentais, funcionários dos Correios e comandantes de embarcações continuaram ocorrendo mesmo depois que o transporte das malas postais passou a ser feito pela Companhia Brasileira de Paquetes a Vapor, em 1837. Um dos principais motivos de tensão entre esses atores eram as alterações que o governo impunha às partidas, tal como se vê na seguinte ordem do ministro Manoel Alves Branco a seu secretário: *“Como hoje me acho incomodado e não posso ir à cidade da Corte para expedir a correspondência para o Sul, exija a saída do Vapor para sexta feira de manhã, pois na quinta*

⁷⁵⁴ 15 fev. 1842. Ofício do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império Candido José de Araújo Vianna ao Presidente da Província do Rio de Janeiro. APERJ, Fundo Presidência de Província – PP, notação 13, maço 2, ,cx. 004.

⁷⁵⁵ ANAIS DO PARLAMENTO BRASILEIRO, 02 set. 1831, p. 114.

feira ficará tudo pronto”.⁷⁵⁶ Outras vezes, porém, os atrasos nas viagens advinham de razões imponderáveis:

O Paquete saiu no dia 3 às 4 horas da tarde, de ontem, porém que um dos passageiros logo no sair a barca começara a lançar sangue puro [...], e como semelhante ataque ameaçasse imediata morte daquele infeliz, os passageiros todos instaram com o Comandante do Paquete para que voltasse a deitá-lo em terra, [...]. Entrou pelas 6 horas da tarde, desembarcou o doente e sua mulher e tornou logo a largar achando-se já fora antes das 8 horas da noite em viagem para seu destino.⁷⁵⁷

Era nos portos de escala, contudo, onde ocorria a maior parte dos problemas relacionados à correspondência. Em abril de 1845, o vice-presidente da província de Alagoas, Henrique Marques de Oliveira Lisboa, oficiou ao Ministério dos Negócios do Império reportando o seguinte fato:

Ancorou hoje a Barca de Vapor Imperatriz vinda do Norte pelas 11 horas da manhã, depois do meio dia é que se receberam as malas, dei ordem ao Correio para fechar a mala para a Corte às três horas da tarde, e o Administrador logo que a fechou remeteu-a para bordo sem mandar saber se na Secretaria da Presidência se já tinham ido os ofícios para o Governo Imperial, os quais com diferença de meia hora ficaram fechados e eu os remeti para o porto de embarque, [...]. Como quer que fosse, já a mala do correio tinha ficado em outra embarcação, [...] e quando a do Governo seguiu em um Escaler, o Vapor estava a largar, e não obstante dever o seu comandante conhecer que o dito Escaler demandava a Bordo não quis tampouco parar para o esperar.⁷⁵⁸

Para reparar tal erro – causado, na opinião daquela autoridade, “*em parte pelo Comandante do vapor, e em parte pelo Administrador do Correio*” – foi necessário mandar zarpar o brigue *Leopoldina*, que alcançou a barca *Imperatriz* na altura de Salvador. Oliveira Lisboa aproveitou a denuncia para emendar um pedido: que a demora dos vapores no porto de Maceió fosse de, ao menos, oito horas – “*há um clamor geral a esse respeito*”, argumentou.

A versão da empresa de navegação para o fato baseou-se, por sua vez, no depoimento de Joanino Lamego, comandante da barca *Imperatriz*:

Recebi a mala do correio do escaler da Nação, como é de costume, e supondo que os ofícios do Governo vinham na dita mala, como era de supor, larguei imediatamente aquele porto, como era de minha obrigação. S. Excia. [Vice-presidente de Alagoas] foi naturalmente mal informado, quando diz que um escaler demorava a vapor e que eu não quis esperar, apelo para os Passageiros e guarnição do Vapor, que poderão

⁷⁵⁶ 16 dez. 1845. Carta de Manoel Alves Branco ao secretário Antonio de Paiva Guedes de Andrade. ANRJ, GIF1 13 – OI, 4I, cx. 22, 1845 – Paquetes a Vapor.

⁷⁵⁷ 06 jul. 1845. Ofício do almirante Manoel Coelho à Gerencia da Companhia Brasileira de Paquetes a Vapor. ANRJ, GIF1 13 – OI, 4I, cx. 22, 1845 – Paquetes a Vapor.

⁷⁵⁸ 09 abr. 1845. Ofício do Vice Presidente da Província de Alagoas Henrique Marques de Oliveira Lisboa ao Conselheiro José Carlos Pereira de Almeida Torres, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império. ANRJ, GIF1 13 – OI, 4I, cx. 22, 1845 – Paquetes a Vapor.

informar se algum escaler se viu naquela ocasião, ao alcance de ser conhecido que demandava o vapor: provavelmente a pessoa comprometida na demora dos ofícios quis salvando-se da responsabilidade, que aparecesse outro culpado, e eu fui escolhido.⁷⁵⁹

Em vista do exposto, o gerente Marcelino José Coelho, culpabilizou a administração postal pelo erro ocorrido: *“Ao correio cumpria não fechar a mala sem indagar se haviam ofícios para vir nela, [...] ao Comandante deveria participar a que era necessário esperar por eles, mesmo depois de subir as malas”*.⁷⁶⁰ Sobre o pedido de maior permanência das embarcações no porto de Maceió, ele disse que *“muitos rumos de experiência”* o tinham mostrado serem quatro horas tempo *“suficiente para as necessidades comerciais daquela província”*:

[...] se há demora na entrega das cartas no correio, culpa não há a Companhia dessa falta de expediente; nem me parece que se deva ela remediar à custa das outras províncias levando-lhes mais tarde as malas em consequência da aumentada e desnecessária demora em Maceió.

As queixas desse empresário não se resumiam, contudo, aos serviços postais das províncias; até a Administração Geral do Correio da Corte foi alvo de sua ação. Em novembro de 1847, ele oficiou ao Ministério dos Negócios do Império relatando diversos atrasos advindos da demora dos funcionários daquela repartição em remeterem as malas a bordo:

O Pacote Imperatriz para os portos do Norte comunicado para sair às 4 horas da tarde, devia ter recebido as malas às 3, porém só às 6 horas que lhe foram entregues. O Pacote São Salvador que devia sair ontem [9 de novembro de 1847] às 5 horas da tarde, e recebido as malas às 4, não pôde abri-las antes das 6 ½ ! [...] iguais embaraços se apresentam para a passagem nas Fortalezas e em cima de tudo isto, estão as Barcas durante toda aquela demora consumindo carvão inutilmente!⁷⁶¹

Diante dessas acusações, o administrador José Maria Lopes da Costa se preocupou em ressaltar sua repartição das responsabilidades a ela imputadas. Ele disse concordar com a afirmação de que *“todo o defeito causador da demora na exportação e importação das cartas, que transitam por este correio (e também pelos outros do Império) procede do dificultoso*

⁷⁵⁹ 24 abr. 1845. Ofício de Joanino Lamego, comandante do Brigue Leopoldina a Marcelino José Coelho, Gerente da Companhia Brasileira de Paquetes a Vapor. ANRJ, GIF1 13 – OI, 4I, cx. 22, 1845 – Paquetes a Vapor.

⁷⁶⁰ 24 abr. 1845. Ofício de Marcelino José Coelho ao Comendador Antonio de Paiva Guedes de Andrade, Secretário do Ministro dos Negócios do Império. ANRJ, GIF1 13 – OI, 4I, cx. 22, 1845 – Paquetes a Vapor.

⁷⁶¹ 10 nov. 1847. Representação de Marcelino José Coelho, Gerente da Companhia Brasileira de Paquetes a Vapor, contra a demora na entrega das malas do Correio da Corte. ANRJ, GIF1 13 – OI, 4I, cx. 22, 1845 – Paquetes a Vapor.

sistema que seguimos no processo anterior à expedição das malas e entrega das cartas".⁷⁶²

Vários porém eram os fatores que, em sua opinião, impossibilitavam a maior celeridade do expediente.

O primeiro embargo era de ordem legal. Para Lopes da Costa, a origem de todos os atrasos estava em alguns artigos do o regulamento então vigente, em especial nos 93º e 94º,⁷⁶³ que dispunham sobre a escrituração. Nesse sentido, o administrador propunha que as regras acompanhassem o evoluir econômico e comunicacional do país:

É bem sabido que as relações comerciais desta Corte e Província com as demais do Império não são hoje as mesmas que em 1844, [...] elas tem se desenvolvido acrescido de uma sorte mui considerável, e isto sem dúvida pelo progresso de sua população, aumento de indústria, e reprodução de vias de comunicação, em cujo numero então os vapores; e não se restringem essas transações comerciais, só às províncias entre si, elas tem tido incremento mesmo para com as diversas nações do antigo mundo, com quem já estávamos relacionados, e ainda com alguma onde nunca foi visto o pavilhão brasileiro.

Em menção aos atrasos dos paquetes *Imperatriz* e *São Salvador*, Lopes da Costa fez, primeiramente, uma relação dos ofícios, seguros, cartas e jornais expedidos (TABELA 25), para depois explicar o complexo procedimento de escrituração ao qual esses papéis estavam sujeitos:

Tabela 25 – Relação dos papéis expedidos do Rio de Janeiro pelos paquetes *Imperatriz* e *São Salvador* (Outubro, 1847)

<i>Vapores</i>	<i>Ofícios</i>	<i>Seguros</i>	<i>Cartas e Jornais</i>	<i>Total</i>
Imperador	1.110	43	3.619	4.772
São Salvador	613	44	2.471	3.128

Fonte: *Relatório do Administrador dos Correios da Corte*, 18 nov. 1847.

Os ofícios são lançados em um caderno, em que se designam os nomes e empregos das autoridades que os dirigem, bem como os daquelas a quem são endereçados; além disso vão acompanhados de uma guia em duplicata, inteiramente conformes com o supra indicado lançamento, das quais uma deve voltar com o recibo da respectiva Administração, por onde conste que foram ou não recebidas, bem como outras declarações, se por ventura forem precisas – os Seguros de nada menos dependem do que de 7 lançamentos em os livros, cadernos, conhecimentos, e guias que os acompanham – As cartas e gazetas depois de examinadas uma por uma, a ver se tem o respectivo selo, são carimbadas, separadas pelas Províncias, ou lugares de que

⁷⁶² 18 nov. 1847. Relatório do Administrador dos Correios da Corte José Maria Lopes da Costa a Gabriel Getúlio Monteiro de Mendonça, Diretor Geral dos Correios do Império. ANRJ, GIF1 13 – OI, 4I, cx. 22, 1845 – Paquetes a Vapor.

⁷⁶³ Artigo 93º: “Haverá para cada Administração e Agência um caderno em que por ordem alfabética, ou como for melhor, se lancem logo os nomes das pessoas a quem vão dirigidas as cartas e mais papéis, declarando adiante o numero delas”; artigo 94º: “Por estes cadernos se formarão Listas alfabéticas das cartas e mais papeis que forem para qualquer Administração ou Agência dentro do Império”.

devem ser remetidas, e coordenadas por ordem alfabética, juntando-se as que são para um mesmo individuo, e depois lançadas também em cadernos [...], e de acordo com esse caderno é que se fazem as listas alfabéticas, que acompanham-nas. Já vê pois V. Sra. que para aviar-se a ida pelo vapor Imperador além do processo anterior à escrituração, e posterior a ela, que também não é pequeno, e depende de muita atenção, para não haverem trocas, houve de lançar-se 3.330 vezes os sobrescritos dos ofícios, 3.011 dos seguros e 7.238 das cartas e jornais.

Todos esses lançamentos se fariam a tempo, segundo o administrador, se os mencionados papéis fossem postados com antecedência nos Correios. *“Assim porem não sucede”*, observava, *“por que reservam-se quase todos à última hora, e é por isso que se começa a escrituração justamente no momento em que deve estar concluída”*. A procrastinação do público também conduzia, portanto, ao atraso.

A falta de pessoal e a precariedade das instalações dos Correios na Corte eram outros aspectos salientados tanto por Lopes da Costa, como por seu superior, Gabriel Getúlio:

Dos 19 Empregados que ela [Administração Geral dos Correios da Corte] tem, faltam efetivamente 8 a 10, pelas repetidas partes de doentes, além de que esse número de Empregados foi marcado no dito novo Regulamento [1844], calculando-se uma importação e exportação de 400 a 500 mil cartas, quando que no corrente ano [1847] chegará ao duplo, visto que já o ano passado [1846] foram exportadas e importadas 777 mil cartas. [...] A importação e exportação de Cartas pela dita Administração, no mês passado chegou ao número de 73.249; [...], entretanto, o Edifício em que está não oferece a capacidade necessária para o seu expediente, a ponto de fazer-se a separação das Cartas de importação na mesma mesa em que se prontificam as de exportação; e dias há, em que há uma perfeita confusão nos trabalhos, do que tem resultado demorar-se a entrega de Cartas, 4, 6 e 8 dias, com grande prejuízo do Comércio.⁷⁶⁴

O diretor chegou a designar alguns empregados de sua repartição para ajudarem nos preparativos da correspondencia que ia a bordo dos paquetes para o Norte, porém sua escrituração continuou atrasada: isso porque, observava Lopes da Costa, *“só com metade da lista da Bahia, isto é de “Antonio a Joaquim””* dois desses funcionários adidos gastaram *“quase 6 horas não interrompidas”*. Já José Feliciano França, que também prestara depoimento no caso, assim comentou sobre a rotina de seus colegas: *“Nesta semana, e ainda em outros dias, para evitar queixas, tem a mor parte deles [funcionários] trabalhado 9, 10 horas no dia, jantando a pressa no hotel mais próximo, se moram longe, e as vezes não jantando senão a noite quando afinal se retiram”*.⁷⁶⁵ Em vista desses esforços, questionava o oficial: *“Como, pois, se poderá fazer assim o trabalho com presteza e conseguir-se fins sem meios?”*.

⁷⁶⁴ 29 nov. 1847. Ofício de Gabriel Getúlio Monteiro de Mendonça ao Oficial Maior da Secretaria de Estado dos Negócios do Império. ANRJ, GIF1 13 – OI, 4I, cx. 22, 1845 – Paquetes a Vapor.

⁷⁶⁵ 05 nov. 1847. Ofício de José Feliciano França, ajudante do administrador dos Correios da Corte a Gabriel Monteiro de Mendonça, Diretor Geral dos Correios. ANRJ, GIF1 13 – OI, 4I, cx. 22, 1845 – Paquetes a Vapor.

Dados estatísticos como os que vemos no relatório de Lopes da Costa começaram a ser disponibilizados pela Diretoria Geral dos Correios apenas a partir de meados da década de 1840. Para o período anterior, o que se tem são arrolamentos feitos por fiscais alfandegários em apreensões específicas ou epistolários utilizados por Guapindaia para compreender a dinâmica de correspondência de comerciantes e funcionários régios nos anos que seguiram ao estabelecimento da Corte no Rio de Janeiro.⁷⁶⁶ Por seu caráter privado e individual, esses registros não são capazes, porém, de compor um quadro amplo sobre o volume, a composição e a direção dos fluxos de comunicação postal no Brasil daquela época.

Em relação a essa primeira categoria de análise (ANEXO 96) (GRÁFICO 16), percebe-se que a soma das correspondências recebidas (importação) e expedidas (exportação) cresceu significativamente (542%) entre 1846 e 1865:

Gráfico 16 – Volume total de correspondência recebida e expedida no Brasil (1846-1865)

Fonte: Elaboração da autora com base nos relatórios dos Ministérios dos Negócios do Império (1832 – 1860) e da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1861 – 1865).

Essa tendência foi vista de maneira distinta pelos ministros que as comentaram. Para José Carlos Pereira de Almeida Torres (Visconde de Macaé), o aumento no número de exportações não se traduzia em maior arrecadação: “*Na Administração da Corte, [...]*

⁷⁶⁶ GUAPINDAIA, *op. cit.*, pp. 271 – 302.

expediram-se no ano de 1846 setecentas e setenta e sete mil cartas, e foi a Receita de 80.436\$216, ao passo que sendo expedidas durante o ano passado 849.464 cartas, a Receita arrecadada chegou a apenas 76.652\$772”, observava.⁷⁶⁷ Já José da Costa Carvalho (Visconde de Monte Alegre), embora também se admirasse da falta de proporção entre volume e renda,⁷⁶⁸ via as estatísticas sob o ângulo do serviço público:

Excede [...] de dois milhões o numero de cartas e mais papéis expedidos pelo Correio, durante o ano próximo passado [1850]: cresce, pois, todos os anos de uma maneira sensível o expediente, e por tanto o trabalho que necessariamente se duplica com a falta de espaço e cômodos apropriados ao seu desempenho; cumpre pois que na proporção em que ele aumenta se aumente também o pessoal e a remuneração que lhe é devida, facilitando-se ao mesmo tempo os meios e arranjos indispensáveis para que se faça com a maior presteza e pontualidade o respectivo expediente.

O ministro baiano ainda argumentava que a proeminência do número de exportações sobre o de importações não poderia ser explicado “*senão pela facilidade de se subtrair ao porte a correspondência levada por pessoas particulares*”. Porém, deve-se levar em conta o impacto da adoção de selos postais nos procedimentos escriturários da época: a partir de então, tornava-se muito mais fácil anotar o número de cartas egressas, tendo como base a venda daqueles pequenos objetos de papel.

Se passarmos dos dados absolutos para aqueles relativos às províncias (ANEXO 97), veremos que a evolução do volume de correspondência no período em questão não foi igual em todas as partes do Império: havia administrações como as do Pará e do Piauí que tiveram crescimento alto e constante (1.847% e 2.043%, respectivamente); outras unidades, como a do Ceará, também cresceram bastante (3.681%), porém de forma descontínua (GRÁFICO 17). Vale notar que flutuações como as observadas na linha de crescimento dos Correios cearenses eram comuns e se davam muito mais por subnotificação do que por quedas bruscas no volume de correspondências.

⁷⁶⁷ *Relatório da Repartição dos Negócios do Império apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 1ª Sessão da 7ª Legislatura pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado Visconde de Macaé*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1848, p. 42.

⁷⁶⁸ *Relatório da Repartição dos Negócios do Império apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 1ª Sessão da 8ª Legislatura pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado Visconde de Monte Alegre*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1850, pp. 55 – 58.

Gráfico 17 – Volume de correspondência recebida e expedida nas administrações dos Correios das províncias do Pará, Piauí e Ceará (1846 – 1865)

Fonte: Elaboração da autora com base nos relatórios dos Ministérios dos Negócios do Império (1832 – 1860) e da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1861 – 1865).

Outro aspecto que sobressai das estatísticas é a alta concentração de fluxos nos Correios da Corte e província do Rio de Janeiro: em média, 56% das correspondências recebidas e expedidas no Império estavam nessa administração. As outras províncias mais expressivas em termos de volume eram: São Paulo (10,27%); Bahia (6,54%); Pernambuco (6,00%); Minas Gerais (4,72%); Maranhão (3,18%) e São Pedro do Rio Grande do Sul (3,10%) (GRÁFICO 18).

Gráfico 18 – Volume total de correspondências remetidas e expedidas por província (1846 – 1865)

Fonte: Elaboração da autora com base nos relatórios dos Ministérios dos Negócios do Império (1832 – 1860) e da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1861 – 1865).

A contabilidade dos Correios dividia os objetos postais em três tipos: 1) *cartas* (classificadas em *seguras*; *seladas* e *de porte*); 2) *jornais* (subdivididos em *selados* e *de porte*) e 3) *ofícios* (ANEXO 98). Entre os anos de 1849 (quando essa classificação passou a ser incluída nos mapas estatísticos) e 1865 circularam nos Correios do Império 36.064.160 itens da primeira categoria; 21.708.336 da segunda e 5.568.485 da terceira (GRÁFICO 19). 20% ou mais de todas essas classes de papéis eram recebidas ou expedidas pela Administração Geral dos Correios da Corte, cujo cômputo total no último ano da série foi de 3.936.636 itens (ANEXO 99) (GRÁFICOS 20; 21; 22).

Gráfico 19 – Volume total de cartas, jornais e ofícios remetidos e expedidos pelos Correios (1849 – 1865)

Fonte: Elaboração da autora com base nos relatórios dos Ministérios dos Negócios do Império (1832 – 1860) e da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1861 – 1865).

Gráfico 20 – Comparativo entre o Rio de Janeiro e as demais províncias em número de cartas recebidas e expedidas (1849 – 1865)

Fonte: Elaboração da autora com base nos relatórios dos Ministérios dos Negócios do Império (1832 – 1860) e da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1861 – 1865).

Gráfico 21 – Comparativo entre o Rio de Janeiro e as demais províncias em número de jornais recebidos e expedidos (1849 – 1865)

Fonte: Elaboração da autora com base nos relatórios dos Ministérios dos Negócios do Império (1832 – 1860) e da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1861 – 1865).

Gráfico 22 – Comparativo entre o Rio de Janeiro e as demais províncias em número de ofícios recebidos e expedidos (1849 – 1865)

Fonte: Elaboração da autora com base nos relatórios dos Ministérios dos Negócios do Império (1832 – 1860) e da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1861 – 1865).

A proeminência da correspondência privada sobre a pública não se dava de igual maneira em todas as províncias: no Amazonas, por exemplo, o número de ofícios registrados no ano de 1857 foi 28.688, quase o triplo do número de jornais (GRÁFICO 23).⁷⁶⁹ A expressividade relativa dessa categoria de objeto postal corroborava com a afirmação do diretor Pinto Serqueira de que “*Nos Estados-Unidos o correio é primeiramente comercial, e só secundariamente serve ao governo; no Brasil é o inverso, o correio é primeiramente meio administrativo*”.⁷⁷⁰

Gráfico 23 – Volume total de cartas, ofícios e jornais recebidos e expedidos pelos Correios da província do Amazonas (1857)

Fonte: Elaboração da autora com base nos relatórios dos Ministérios dos Negócios do Império (1832 – 1860) e da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1861 – 1865).

A semelhança dos jornais que circulavam com tarifas reduzidas, os ofícios também suscitavam polêmicas: ao comentar sobre o saldo negativo dos Correios em 1855, o ministro Luiz Pedreira do Couto Ferraz argumentava que “*se entrasse em conta a condução, que é feita gratuitamente pelos Correios, de toda a correspondência oficial, desapareceria semelhante déficit*”.⁷⁷¹ Opinião análoga a essa foi expressa pelo diretor Pinto Serqueira em diversas ocasiões:

⁷⁶⁹ Essa mesma realidade pode ser observada nas províncias de São Pedro do Rio Grande do Sul, Paraná e Alagoas.

⁷⁷⁰ 02 mar. 1858. Relatório da Diretoria Geral dos Correios [Anexo], p. 6. *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Segunda Sessão da Décima Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império Marques de Olinda*. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1858.

⁷⁷¹ *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Primeira Sessão da Décima Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império Luiz Pedreira do Couto Ferraz*. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1857, p. 108.

Convém notar que quando se fala em Receita do Correio, não se fala no serviço gratuito que ela presta, pois que de graça conduz toda a correspondência Oficial. Se este serviço fosse pago, daria avultada porção de contos de réis; assim como a Despesa diminuiria em muitos contos de réis, se fossem suprimidos todos os Estafetas que só servem para conduzir essa correspondência. Pode dizer-se que a principal função do nosso Correio é servir a Administração pública; uma roda da grande máquina administrativa.⁷⁷²

Comparada a receita com a despesa vê-se haver um saldo contra o Correio de 159:667\$418. Convém porém notar que este saldo é imaginário, e que em vez de déficit se deve antes contar com uma diferença a favor. Lembremo-nos que o Correio conduz gratuitamente toda a correspondência Oficial, e que muitas Agências há, e por consequência linhas de Correio que somente são criadas em benefício da correspondência Oficial. Estou certo que levadas ao calculo estas duas quantias, o resultado há de ser muito diferente do que é atualmente, e esse resultado será o estado efetivo do Correio.⁷⁷³

Críticas envolvendo cartas diziam respeito aos já mencionados extravios. De acordo com Pinto Serqueira, esse tipo de ocorrência dava-se, sobretudo, pela insistência dos correspondentes em introduzir bilhetes de loteria, dinheiro e outros objetos de valor no interior dos envelopes, não obstante tal prática ser considerada ilegal:

Em uma repartição composta de tão grande pessoal, apesar de todo o escrúpulo na escolha dos empregados, não é possível nem que todos sejam igualmente honrados, nem que todos sejam inacessíveis à sedução de se apoderar de uma soma qualquer quando lhe baste meter na algibeira uma pequena carta.⁷⁷⁴

Após essas observações, o diretor fazia o seguinte apelo ao público: *“Não tente os empregados, e lembre-se que nossas malas têm de atravessar grandes distâncias desertas, onde o seu roubo será fácilimo”*.

Resta-nos saber como os fluxos de correspondência se espalharam pelo território do Império. Para isso, analisamos quatro direções: 1) da Corte para as províncias; 2) das províncias para a Corte; 3) das capitais provinciais para o interior e 4) do interior para diversas localidades, incluindo a Corte. Embora os fluxos provenientes de outros países ou que para os mesmos se destinavam estejam representados nos mapas que apresentamos a seguir, eles não foram analisados em detalhes, visto que as comunicações internacionais não estejam contempladas no escopo da tese.

Entre os anos de 1846 e 1849, circularam pela Administração Geral dos Correios 4.763.488 ofícios, cartas e jornais. Desse total, 1.130.918 itens (24%) provinham de administrações e agências da província do Rio de Janeiro, ou a elas eram destinados. O

⁷⁷² Relatório da Diretoria Geral dos Correios, 1859, *op. cit.*, p. 5.

⁷⁷³ Relatório da Diretoria Geral dos Correios, 1860, *op. cit.*, p. 6.

⁷⁷⁴ Relatório da Diretoria Geral dos Correios, 1857, *op. cit.*, p. 9.

estrangeiro era outra importante rota (21% ou 1.006.556 itens), seguida de São Paulo (14% ou 660.223 itens); Minas Gerais (13% ou 619.235 itens); São Pedro do Rio Grande do Sul (7% ou 346.418 itens); Bahia (7% ou 337.121 itens) e Pernambuco (5% ou 229.916 itens) (ANEXO 100) (MAPAS 11 e 12).

Mapa 11 – Fluxos postais expedidos das repartições postais provinciais para a Administração Geral dos Correios da Corte e província do Rio de Janeiro (1846 – 1849)

Fonte: Elaborado pela autora com base em Relatórios Ministeriais dos Negócios do Império (1832 – 1860); Relatórios Ministeriais dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1861 – 1865); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Mapa 12 – Fluxos postais expedidos da Administração Geral dos Correios da Corte e província do Rio de Janeiro para as repartições postais províncias (1846 – 1849)

Fonte: Elaborado pela autora com base em Relatórios Ministeriais dos Negócios do Império (1832 – 1860); Relatórios Ministeriais dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1861 – 1865); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os fluxos variavam de acordo com o referencial de origem/destino, mas também em relação ao tipo de objeto postal. Dos 160.015 ofícios recebidos e expedidos no período em questão, quase 47.000 deles (29%) ficaram circunscritos ao Rio de Janeiro. Não obstante essa concentração era essa a categoria espacialmente mais bem distribuída de todas, não havendo uma província que registrasse menos de 2% de ofícios expedidos ou remetidos (MAPAS 13 e 14).

Mapa 13 – Ofícios expedidos pelas repartições postais provinciais e recebidos pela Administração Geral dos Correios da Corte e província do Rio de Janeiro (1846 – 1849)

Fonte: Elaborado pela autora com base em Relatórios Ministeriais dos Negócios do Império (1832 – 1860); Relatórios Ministeriais dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1861 – 1865); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Mapa 14 – Ofícios expedidos pela Administração Geral dos Correios da Corte e província do Rio de Janeiro e recebidos pelas repartições postais provinciais (1846 – 1849)

Fonte: Elaborado pela autora com base em Relatórios Ministeriais dos Negócios do Império (1832 – 1860); Relatórios Ministeriais dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1861 – 1865); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A concentração de jornais no território fluminense também era de 29% (231.264 itens), porém, nesse caso, a desigualdade era maior: havia províncias, como o Rio Grande do Norte e Piauí, que não corresponderam a nem 1% do total de folhas expedidas ou recebidas pela Administração Geral dos Correios. Além disso, o número de impressos procedentes de outras províncias não chegava a 90.000, representando 11% do total que circulava por aquela repartição no período em análise (792.698 itens).

Em contrapartida, 80% desse cômputo (630.582 itens) compunha-se de maços que iam para administrações e agências do interior ou alhures. Sem contar a província do Rio de Janeiro, os principais receptores desse material eram Minas Gerais (17% ou 131.271 itens) e São Paulo (15% ou 118.941 itens). Já importação era liderada pelos periódicos estrangeiros (38% ou 58.916 itens) (MAPA 15 e 16).

Mapa 15 – Jornais expedidos pelas repartições postais provinciais e recebidos pela Administração Geral dos Correios da Corte e província do Rio de Janeiro (1846 – 1849)

Fonte: Elaborado pela autora com base em Relatórios Ministeriais dos Negócios do Império (1832 – 1860); Relatórios Ministeriais dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1861 – 1865); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Mapa 16 – Jornais expedidos pela Administração Geral dos Correios da Corte e província do Rio de Janeiro e recebidos pelas repartições postais provinciais (1846 – 1849)

Fonte: Elaborado pela autora com base em Relatórios Ministeriais dos Negócios do Império (1832 – 1860); Relatórios Ministeriais dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1861 – 1865); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Principal item tanto de exportação quanto de importação, as cartas eram os objetos postais que menos se acumularam no Rio de Janeiro: cerca de 400.000 itens (20%) de um total de 1.858.129. Isso não quer dizer, porém, que essa categoria fosse bem distribuída: doze das dezoito províncias da época⁷⁷⁵ registraram número igual ou inferior a 1% de todas as missivas oriundas da Corte, ou que para lá se destinavam. Além disso, 76% (474.321 itens) dos fluxos provenientes de fora do território fluminense eram compostos por material epistolar; no caso

⁷⁷⁵ As províncias eram: Espírito Santo (0%); Sergipe (0%); Alagoas (1%); Paraíba (0%); Rio Grande do Norte (0%); Ceará (1%); Piauí (0%); Maranhão (1%); Pará (1%); Santa Catarina (1%); Goiás (0%) e Mato Grosso (0%).

das exportações, esse percentual caía para 51% (468.291 itens). Também merecem destaque os quase 550.000 itens recebidos ou expedidos por outros países, os quais correspondiam a 29% do total de cartas em circulação (MAPAS 17 e 18).

Os dados até aqui analisados confirmam o lugar central ocupado pela Corte no conjunto das atividades burocrático-administrativas, comerciais e intelectuais: era dela que saíam ou para ela se endereçavam a maior parte dos ofícios, cartas e jornais que circulavam pelo Império entre os anos 1840 e 1860. Essa centralidade não era, contudo, absoluta: em províncias onde o tom da dinâmica econômica era dado por centros urbanos regionais, havia espaço para arranjos alternativos de comunicação.

Mapa 17 – Cartas expedidas pelas repartições postais provinciais e recebidas pela Administração Geral dos Correios da Corte e província do Rio de Janeiro (1846 – 1849)

Fonte: Elaborado pela autora com base em Relatórios Ministeriais dos Negócios do Império (1832 – 1860); Relatórios Ministeriais dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1861 – 1865); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Mapa 18 – Cartas expedidas pela Administração Geral dos Correios da Corte e província do Rio de Janeiro e recebidas pelas repartições postais provinciais (1846 – 1849)

Fonte: Elaborado pela autora com base em Relatórios Ministeriais dos Negócios do Império (1832 – 1860); Relatórios Ministeriais dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1861 – 1865); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Vejamos o caso de Alagoas (ANEXO 101): em 1857, essa província expediu e recebeu 50.577 objetos postais, dos quais 55% (27.883 itens) eram cartas, 23% (11.760 itens) ofícios e 22% (10.934 itens) jornais. Cerca de 11.000 papéis (23%) circularam em território alagoano; o restante foi para outras províncias, especialmente para Pernambuco, que liderou a recepção e a emissão de cartas e jornais na região: 11.605 (42%) e 4.587 (42%) itens, respectivamente. A direção da maioria dos ofícios não era, contudo, Recife, mas sim a Corte, capital política e

administrativa do Império: cerca de 2.000 itens (18%) de um total de 11.760 provinham dela, ou para ela eram endereçados (GRÁFICOS 24; 25 e 26).

Gráfico 24 – Comparativo de cartas recebidas e remetidas pelos Correios da província de Alagoas (1857)

Fonte: Elaboração da autora com base nos relatórios dos Ministérios dos Negócios do Império (1832 – 1860) e da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1861 – 1865).

Gráfico 25 – Comparativo de jornais recebidos e remetidos pelos Correios da província de Alagoas (1857)

Fonte: Elaboração da autora com base nos relatórios dos Ministérios dos Negócios do Império (1832 – 1860) e da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1861 – 1865).

Gráfico 26 – Comparativo de ofícios recebidos e remetidos pelos Correios da província de Alagoas (1857)

Fonte: Elaboração da autora com base nos relatórios dos Ministérios dos Negócios do Império (1832 – 1860) e da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1861 – 1865).

Outra conclusão que a análise dos mapas estatísticos provinciais nos leva a formular é que o distanciamento geográfico em relação à Corte, aspecto tão lamentado pelas autoridades administrativas e governamentais da época, não era fator impeditivo de comunicações com aquela capital: das quase 10.500 cartas, ofícios e jornais que circularam no Amazonas em 1853, 8.213 itens (79%) provinham do Rio de Janeiro ou de outras províncias (ANEXO 102). Essa porcentagem aumenta em se tratando da correspondência privada: 98% dos jornais (1.135 itens) e 88% das cartas (4.442 itens) eram oriundos dessas mesmas rotas (GRÁFICO 27; 28 e 29).

Gráfico 27 – Comparativo de cartas recebidas e remetidas pelos Correios da província do Amazonas (1853)

Fonte: Elaboração da autora com base nos relatórios dos Ministérios dos Negócios do Império (1832 – 1860) e da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1861 – 1865).

Gráfico 28 – Comparativo de jornais recebidos e remetidos pelos Correios da província do Amazonas (1853)

Fonte: Elaboração da autora com base nos relatórios dos Ministérios dos Negócios do Império (1832 – 1860) e da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1861 – 1865).

Gráfico 29 – Comparativo de ofícios recebidos e remetidos pelos Correios da província do Amazonas (1853)

Fonte: Elaboração da autora com base nos relatórios dos Ministérios dos Negócios do Império (1832 – 1860) e da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1861 – 1865).

As estatísticas amazonenses estão diretamente ligadas à importância das rotas marítimas e fluviais para o estabelecimento de comunicações a distância: “*A navegação à vapor estabelecida nas águas desta Província facilita muito este serviço [Correios]. Em geral há, como convém ao público, e particular interesse, pontualidade, e rapidez na remessa, e recebimento da correspondência*”, afirmava o presidente daquela província, em 1861.⁷⁷⁶ Localidades não favorecidas por esse tipo de vetor – como era o caso das vilas de Borba e de Barcelos – apresentavam, em contrapartida, números bastante modestos se comparados aos demais: 317 ofícios (8%), 102 cartas (2%) e nenhum jornal circularam por seus respectivos Correios no ano em questão.

O *Quadro demonstrativo do movimento do Correio n’Agência da Vila do Uberaba* (1855), um dos poucos documentos de contabilidade desse tipo encontrados, também nos revela a presença marcante dos fluxos fluminenses nas localidades do interior: dos 2.347 jornais que circularam naquela agência durante o ano financeiro de 1854/1855, 1.065 (45%) provinham da Corte. A proeminência desse centro era ofuscada apenas no tocante à correspondência administrativa: nesse caso, a principal rota de recepção/expedição era Ouro Preto, capital provincial que concentrava 75% dos ofícios registrados (1.051 itens). Em nota anexa ao documento em questão, o agente daquela localidade explicava que esses números haviam sido por ele compilados para dar “*conhecimento da importância das relações que esta Vila [Uberaba] intertem com diversos pontos do império*”.⁷⁷⁷

O correio é um dos termômetros mais fiéis por onde se pode formar juízo da civilização e riqueza de um povo. Não escrevem aqueles que, nem tem relações a cultivar, nem interesses a vigiar ou promover. Observem-se as dificuldades com que lutam os correios do nosso interior, a raridade da população, a imensa distancia em que ficam as agências, e concluir-se-á por força que o país progride a passos de gigante.⁷⁷⁸

Com essas palavras de otimismo Pinto Serqueira concluía seu relatório, em 1862. No ano anterior, a repartição por ele dirigida havia recolhido 366:723\$881 réis (o que não fora

⁷⁷⁶ *Fala dirigida à Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas na Abertura da 2ª Sessão Ordinária da 5ª Legislatura no dia 3 de Maio de 1861 pelo Presidente da Mesma o Exmo. Snr. Dr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha*. Manaus: Tipografia de Francisco José da Silva Ramos, 1862, p. 22.

⁷⁷⁷ 15 dez. 1855. Ofício de Antonio Borges Sampaio agente dos Correios da Vila de Uberaba a Manoel José Pinto de Vasconcelos, Juiz de Direito da Comarca do Paraná. APM, Seção Provincial – SP, código 573.

⁷⁷⁸ *Relatório apresentado ao Ilmo. E Exmo. Sr. Pedro de Alcantara Bellegarde Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas pelo Diretor da Diretoria Geral dos Correios Dr. Thomaz José Pinto Serqueira*. Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança, 1862, p. 17.

suficiente, contudo, para cobrir os quase 550 contos de réis de despesa). O volume de correspondências expedidas e remetidas havia sido de pouco mais de cinco milhões. Muitas linhas importantes, como da Corte a São João del Rey, a Bananal ou a Campos do Goitacazes já tinham ademais periodicidade de cinco em cinco dias.⁷⁷⁹

A principal ocorrência daquele ano, no entanto, havia sido o acordo celebrado com os Correios franceses para que as malas que saíam da Corte em direção a província de Mato Grosso fossem conduzidas por via fluvial a partir de Montevideú: “*considero de tal importância este resultado, que em minha opinião ele bastaria para nos fastos do correio do Brasil tornar notável o ano de 1861*”, afirmava o diretor. Poucos anos mais tarde, o território por onde passava essa rota seria palco de um prolongado conflito: evidência de que a expansão dos serviços postais tinha, também, caráter geopolítico.

⁷⁷⁹ *Almanak Laemmert*, 1862, p. 86.

CONCLUSÃO

Em *O Velho Comércio do Rio de Janeiro* (1910), o jornalista Ernesto Senna relata a história e o cotidiano dos principais estabelecimentos comerciais daquela cidade na segunda metade do século XIX. Para nós, é significativa a passagem em que o autor comenta sobre Batista Luiz Garnier, fundador da célebre livraria que levava seu sobrenome:

Metódico e econômico, Garnier, quando recebia do Correio a correspondência, abria pacientemente as sobrecartas com uma faca de marfim [...]. Lia as cartas, depois os jornais, examinando os maços antes de abrir, a fim de encontrar algum selo sem o carimbo do Correio, e se o encontrava, guardava-o numa caixa de charutos.⁷⁸⁰

Os hábitos do livreiro francês descritos por Senna são reveladores de como as transformações fiscais e regulamentares dos Correios influenciaram na disseminação de materiais próprios da cultura epistolar oitocentista tais como facas, envelopes e selos. Eles também revelam as estratégias utilizadas pelos contemporâneos daquela época para reaproveitar esses últimos objetos, burlando, com isso, a fiscalização. Pode-se estimar, portanto, que, assim como Garnier, milhares de pessoas se beneficiavam com a regularidade dos serviços postais, sendo diretamente afetadas pelas reformas neles promovidas.

Um dos temas gerais contemplados nessa tese diz respeito ao estabelecimento do monopólio do Estado sobre a remessa de correspondências. Tal processo, longe de ser linear e progressivo, envolveu não apenas o poder Executivo, como também parlamentares e opinião pública, tendo implicado na transformação dos Correios em suas três esferas ontológicas, a saber: controle, fiscalidade e administração.

Em relação ao primeiro aspecto, vimos que as práticas de espionagem características do Antigo Regime foram progressivamente perdendo legitimidade face ao avanço da agenda liberal-constitucionalista, em meados da década de 1820. Data dessa época a emergência de um dos princípios basilares dos serviços postais modernos: a inviolabilidade do sigilo das correspondências. Prevista na Constituição, essa garantia poderia ser relativizada em função de ameaças à segurança pública. O abuso dessa prerrogativa, especialmente em contextos de disputa política, ou o simples descumprimento dessa norma pelos empregados das agências e administrações fizeram, no entanto, com que se perpetuassem críticas em relação à pouca confiabilidade dos Correios ao longo de todo o período imperial.

⁷⁸⁰ SENNA, Ernesto. *O Velho Comércio do Rio de Janeiro*. 2ª ed. Rio de Janeiro: G. Ermakoff Casa Editorial, 2006, p. 49.

A esfera da fiscalidade também se transformou com a mudança de orientação na economia política das comunicações: se antes os serviços postais eram vistos apenas como fonte de renda e vetor de governança, no século XIX eles se tornaram, também, instrumento de integração econômica e social no território – e o amadurecimento da postura do governo em relação à circulação subsidiada de materiais impressos confirma essa hipótese. Todavia, para fazer jus às reduções e/ou isenções tarifárias requeridas pelo público, foi necessário afirmar o monopólio do Estado por meio de legislações que reiteradamente proibiam o despacho privado de correspondências.

E a arrecadação? É nesse ponto que tratamos da reforma postal britânica de 1840: a importância desse movimento não esteve na originalidade de seus fundamentos – esses, como vimos, já haviam sido expostos em outros momentos – mas na forma como eles foram articulados para dar sentido a um novo conceito de serviço postal, mais próximo das concepções de mercado e de serviço público. Porém, tanto a redução e/ou uniformização das tarifas quanto a instituição do porte pré-pago com base no uso de selos dependeram de condições políticas, econômicas e institucionais específicas de cada país para se concretizar.

É significativo que o Brasil tenha sido a segunda nação do mundo a adotar algumas dessas inovações; cientes das dessemelhanças em relação à Grã-Bretanha e dos limites que caracterizavam tal empreendimento, legisladores e gestores optaram por manter a distinção tarifária entre Correios marítimos e terrestres, aumentando em dobro os portes daquele primeiro serviço. Também instituiu-se um sistema misto de pagamento, no qual o público optava por quitar o valor de suas cartas adiantadamente, por meio de selos, ou no ato da entrega, estando nessa segunda modalidade sujeito a multa. Outra diferença da reforma postal brasileira em relação a sua congênere britânica foi a adoção de selos cujo design não fizesse alusão à figura do monarca.

No âmbito administrativo, a criação da Diretoria Geral dos Correios em 1829 marcou a opção do governo pela centralização. Dois anos mais tarde, a Assembleia tratou de alterar essa lógica, deixando a responsabilidade pela provisão dos serviços postais a cargo dos presidentes de província. Contudo, o que se constatou durante a vigência desse arranjo institucional foi que a melhoria da capacidade extrativa dos Correios dependia não apenas de medidas de caráter fiscal, como a unificação dos portes, o pagamento prévio e o uso de selos, mas também da restauração do centro diretor, medida que acabou ocorrendo em 1841.

Nos anos seguintes, diversas diretrizes regulamentares foram expedidas de forma a aprimorar o expediente das repartições. Para garantir regularidade e celeridade – outros dois princípios básicos dos Correios modernos – dividiu-se o pessoal da administração central em

turmas; fixou-se um horário limite para as postagens de impressos; estabeleceram-se protocolos de aviamento e abertura de malas; prescreveram-se regras para a entrega domiciliar e presencial de correspondências, suprimiram-se escriturações consideradas desnecessárias, etc. Não obstante essa nova racionalização, o uso de listas nominais foi mantido, de vez que esse instrumento, complexo e trabalhoso, fosse visto por uns como garantia de prestação do serviço.

A transferência dos Correios para a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas em julho de 1860 ampliou significativamente as responsabilidades do diretor, porém sem alterar-lhe a jurisdição: continuou esse cargo subordinado a uma autoridade ministerial e sem poder coercitivo sobre os funcionários da repartição central. Em alternativa a esse arranjo, Thomaz José Pinto Serqueira propôs ampliar suas próprias atribuições; o que implicava em suprimir o administrador do Correio da Corte. Já o reformador Luiz Plínio de Oliveira via nesse posto técnico a chave para uma gestão mais eficiente dos serviços postais. No cerne desse conflito de visões estava a dificuldade de se definir um modelo de centralização para uma instituição tão complexa que era, ao mesmo tempo, fonte de renda, vetor de governança e serviço público.

O segundo grande tema da tese decorre do primeiro e consiste na expansão financeira, infraestrutural e logística dos serviços postais. Para analisar esse triplo processo, partimos do pressuposto de que a adoção do pagamento antecipado de portes com base no uso de selos não apenas simplificou a contabilidade dos Correios como também transformou em mercadoria o serviço prestado por essa instituição. A semelhança do que fizera Léonard Laborie para o caso francês, também nos interrogamos se a uniformização dos portes com base apenas no peso das correspondências teria implicado simultaneamente na “*desespacialização*” das trocas postais e na afirmação das dimensões territorial e nacional inerentes aos Correios modernos. O alargamento fiscal, infraestrutural e logístico dessa instituição, bem como sua adequação à lógica capitalista teriam contribuído, por fim, para reforçar a “*mais-valia espaço-temporal*” da Corte sobre outras regiões do Império.

Em relação à primeira hipótese, vale observar que desde 1829 o governo vinha se esforçando por tornar a contabilidade dos Correios mais uniforme e centralizada. Tal diligência esbarrava, no entanto, em alguns obstáculos: indisponibilidade de empregados capacitados que se sujeitassem aos baixos ordenados pagos nas repartições; ausência de mecanismos legais que obrigassem agentes e administradores a prestarem contas de suas gestões, além das inúmeras dificuldades advindas do cálculo do porte com base na distância percorrida pelos condutores. A consequência disso é que a maioria dos dados financeiros do período anterior a 1845 são subnotificados, incompletos ou mesmo inexistentes.

Mesmo assim, pode-se extrair algumas impressões desse período “pré-contábil” (décadas de 1820 e 1830): primeiramente, a enorme disparidade financeira entre os Correios do Rio de Janeiro – cuja renda em 1825 foi de 13 mil contos de réis – e os das demais províncias, não havendo nenhuma administração que tenha arrecadado 30% desse valor. Também percebe-se grande diversidade regional em matéria de despesas, com destaque para os gastos com embarcações nas províncias litorâneas do norte e com incineração de cartas atrasadas em Minas Gerais. Os orçamentos das administrações dos Correios do Rio de Janeiro e de São Paulo para o ano financeiro de 1835/36 nos revelam, por fim, que enquanto naquela repartição central predominavam os gastos com funcionários do expediente interno, nas províncias, o grosso das expensas expectáveis – gratificações de agentes e salários pagos a pedestres – sugere incremento das comunicações no interior.

Nas décadas seguintes, o produto dos Correios cresceu, porém não suficientemente para fazer frente às despesas. Dentre as fontes de renda destaca-se a venda de selos: entre 1856 e 1865, essa rubrica somou cerca de 180 contos de réis, o que equivaleu a uma média de 69% do total arrecadado nesse período. Se esses dados corroboram com a hipótese de mercantilização dos serviços postais, eles, contudo, não nos permitem afirmar que o crescimento financeiro em questão tenha se dado exclusivamente pelas medidas adotadas em 1842; ainda mais se levarmos em conta que no Brasil, diferentemente da Grã-Bretanha ou dos Estados Unidos, houve apenas uniformização (e não redução) dos portes de acordo com o peso das correspondências.

O caráter deficitário dos Correios brasileiros, posto que evidenciado por números globais, não foi regra: algumas administrações, como as do Rio de Janeiro e do Pará, chegaram a registrar saldos positivos entre as décadas de 1840 e 1860. Já Minas Gerais, província com os maiores débitos da amostragem em questão, tinha como principal rubrica de despesa a condução de malotes para o Rio de Janeiro. Realidades diversas que se constituíam num desafio à centralização.

A diversidade/desigualdade regional também é perceptível se analisarmos o provimento de cargos. Restritos inicialmente ao Correio da Corte, os reajustes de emolumentos passaram a ocorrer em escala nacional apenas em 1839, quando se aprovou um acréscimo médio de 43% para administradores, ajudantes e demais oficiais nas províncias. Medidas semelhantes ocorreram nos anos de 1843, 1846 e 1858, durante administrações liberais; mesmo assim, os funcionários da administração central continuaram sendo os mais bem aquinhoados do Império.

A transferência dos Correios para a pasta dos Negócios do Império, Agricultura e Obras Públicas implicou também em uma mudança de visão em relação ao funcionalismo: já não se

falava em criar cargos, mas sim em melhorar a remuneração dos empregados existentes e em cortar atividades consideradas supérfluas, como a entrega de correspondências no perímetro urbano da Corte. A expansão burocrática dos serviços postais chegava, portanto, ao seu limite.

Tratemos agora de infraestrutura: o estabelecimento de novas linhas e agências esteve diretamente relacionado ao aumento da população e das relações comerciais, tal como notou o ministro Vergueiro. Entre 1854 e 1860, mesmo no auge da expansão de commodities agrícolas (especialmente do café), o Brasil tinha 0.06 agências postais para cada 1.000 habitantes. A que se deveu tão baixa razão?

Um dos fatores era, com efeito, a baixa densidade populacional do Império. Também vimos que, ao longo do período em questão, o governo teve dificuldade em engajar agentes do serviço postal no interior. Isso porque as gratificações concedidas a esses empregados, na maioria dos casos, não eram suficientes nem para arcar com as despesas básicas dos estabelecimentos. Apenas em 1865 o governo sinalizou para a possibilidade de melhorar essa situação, incumbindo o diretor geral dos Correios de marcar vencimentos fixos para os agentes de acordo com o rendimento que eles davam aos cofres públicos.

Desigual também foi a política de criação de fixos postais levada a cabo pelo governo ao final da década de 1850: juntas, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais somavam 221 agências, representando 42% do total registrado em 1860. Essas províncias também concentravam cerca de 40% das linhas marítimas e terrestres existentes no Império. Mesmo assim, a capilaridade dos Correios brasileiros era mínima: apenas províncias pequenas, como Ceará, possuíam 15% de seu território coberto. Sendo assim, compreende-se porque os inventários corográficos desse período eram tão incompletos.

A análise conjunta dos dados relativos a volume, composição e direções dos fluxos nos permite tecer algumas conclusões: primeiramente, elas confirmam o lugar de centralidade ocupado pela Corte e província do Rio de Janeiro. Eram de lá 56% das correspondências recebidas e expedidas em todo o território nacional. Além disso, 20% ou mais das três classes de papéis contabilizadas (cartas; jornais e ofícios) nos anos 1850 e 1860 provinham da administração central ou a ela se destinavam. Porém, como toda a centralidade pressupõem um “*topos*” e uma “*tensão*”⁷⁸¹ ou seja, dinâmicas centrífugas e centrípetas que se complementam, a concentração de fluxos postais em território fluminense evidencia não apenas o poder econômico, político e cultural exercido pela Corte como também a dificuldade do governo imperial em vencer as distâncias físicas e ideológicas que ameaçavam sua unidade. A realidade

⁷⁸¹ RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993, p. 187.

“*em torno do Trono*” não se tornou, pois, desespacializada mesmo com a adoção das medidas fiscais que uniformizavam os portes.

A título de conclusão, se pudéssemos elaborar um quadro geral dos Correios brasileiros no século XIX, esse seria composto pela articulação de diversas escalas discursivas/espaciais: 1) *nacional*, representada pelo projeto de integração territorial/uniformização tarifária almejado por parlamentares, publicistas da Corte e membros do governo – também é nesse nível que as mudanças institucionais e regulamentares ocorrem em ritmo mais acelerado e implicam em maiores rupturas; 2) *regional*, que corresponde, dentre outros aspectos, às diferenças entre Sul e Norte; litoral e interior; centro e periferia matizadas pelas realidades das administrações provinciais e pelas demandas do mercado e 3) *local*, onde segundo Milton Santos, “*os fragmentos da rede ganham uma dimensão única e socialmente concreta*”, e as resistências às reformas se manifestam de forma mais flagrante.⁷⁸²

Correspondem a essa última esfera as diversas ocorrências de atrasos e extravios de correspondências feitas por administradores e agentes às autoridades provinciais. Dentre esses relatos, um chamou-nos atenção:

Levo ao conhecimento de Vossa Excelência que o Estafeta João Crioulo, escravo de Manoel Mario da Silva, Arrematante do Correio entre esta cidade e a de Sabará, tendo daqui partido para aquela Cidade no dia 8 do corrente mês chegando ao Distrito do Rio de Pedras entrou para o mato abriu a mala que conduzia, e dilacerou grande parte da correspondência oficial e particular no intuito de encontrar dinheiro conforme confessou.⁷⁸³

Esse episódio sintetiza, a nosso ver, grande parte dos dramas e contradições que caracterizaram o Estado brasileiro no século XIX: um condutor escravo (portanto propriedade privada de alguém) que carrega em suas costas, sob a forma de malotes postais, a responsabilidade por um serviço público. Nesse equilíbrio instável, o *elemento humano* dessa rede, premido por sua intolerável concretude social, decide romper com a tessitura espacial que ele mesmo, a cada légua percorrida, torna realidade. O resultado: naquele dia, as cartas que saíram de Ouro Preto não chegaram a Sabará.

⁷⁸² SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 215.

⁷⁸³ 16 jul. 1858. Ofício de Antonio Xavier Silva, administrador do Correio de Ouro Preto, ao Conselheiro Carlos Carneiro de Campos, Presidente da Província de Minas Gerais. APM, Seção Provincial – SP, Códice SP 713, doc. 2.

FONTES PRIMÁRIAS

A) Manuscritos

1. Arquivo Histórico da Câmara dos Deputados (AHCD)

AHCD, BR DFCD AC 1823-D-73;

AHCD, BR DFCD AC 1830, Lata 46; maço 14; pasta 02;

AHCD, BR DFCD AC 1830, Lata 47; maço 14; pasta 02;

AHCD, BR DFCD AC 1830, Lata 49; maço 22; pasta 01;

AHCD, BR DFCD AC 1832, Lata 70; maço 4, pasta 4;

AHCD, BR DFCD AC 1837, Lata 115, maço 1, pasta 3;

AHCD, BR DFCD AC 1837, Lata 115, maço 3, pasta 5;

AHCD, BR DFCD AC 1838, Lata 121, maço 1, pasta 4;

AHCD, BR DFCD AC 1838, Lata 124, maço 11, pasta 9;

AHCD, BR DFCD AC 1839, Lata 127, maço 1, pasta 6;

AHCD, BR DFCD AC 1839, Lata 127, maço 3, pasta 10;

AHCD, BR DFCD AC 1839, Lata 131, maço 13, pasta 01;

AHCD, BR DFCD AC 1840, Lata 134, maço 7, pasta 3.

2. Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)

Fundo Minas Gerais

AHU_ACL_CU_011, cx. 127, doc. 45;

AHU_ACL_CU_011, cx. 145, doc. 26;

AHU_ACL_CU_011, cx. 146, doc. 67;

AHU_ACL_CU_011, cx. 153, doc. 45;

AHU_ACL_CU_011, cx. 154, doc. 93;

AHU_ACL_CU_011, cx. 157, doc. 61;

AHU_ACL_CU_011, cx. 163, doc. 32;

AHU_ACL_CU_011, cx. 179, doc. 35.

Fundo Rio de Janeiro

AHU_ACL_CU_017, cx. 166, D. 12341;

AHU_ACL_CU_017, cx. 168, D. 12484;

AHU_ACL_CU_017, cx. 171, D. 12691;

AHU_ACL_CU_017, cx. 171, D. 12713;

AHU_ACL_CU_017, cx. 173, D. 12817;

AHU_ACL_CU_017, cx. 178, D. 13058;

AHU_ACL_CU_017, cx. 195, D. 13924;

AHU_ACL_CU_017, cx. 197, D. 14029;

AHU_ACL_CU_017, cx. 253, D. 17226;

AHU_ACL_CU_017, cx. 254, D. 17358;

AHU_ACL_CU_017, cx. 258, D. 17644;

AHU_ACL_CU_017, cx. 259, D. 17704;

AHU_ACL_CU_017, cx. 261, D. 17914;

AHU_ACL_CU_017, cx. 281, D. 19630;

AHU_ACL_CU_017, cx. 285, D. 20028.

3. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ)

Fundo Diretoria dos Correios – OF

BR, AN, RIO. OF, código 148, v. 1 e 2;

BR, AN, RIO. OF, código 196, v. 1 (1833);

Fundo Conselho de Estado – 1R

BR, AN, RIO. 1R, código 50, v. 1.

Fundo Bernardo Pereira de Vasconcelos – P7

Fichários: Série Comunicações - ICC3

BR, AN, RIO. ICC3, cx. 01

BR, AN, RIO. ICC3, cx. 02

BR, AN, RIO. ICC3, cx. 03

BR, AN, RIO. ICC3, cx. 04

BR, AN, RIO. ICC3, cx. 05

BR, AN, RIO. ICC3, cx. 06

BR, AN, RIO. ICC3, cx. 07

BR, AN, RIO. ICC3, cx. 08

BR, AN, RIO. ICC3, cx. 09

BR, AN, RIO. ICC3, cx. 10

BR, AN, RIO. ICC3, cx. 11

BR, AN, RIO. ICC3, cx. 12

BR, AN, RIO. ICC3, cx. 13

BR, AN, RIO. ICC3, cx. 14

BR, AN, RIO. ICC3, cx. 15

BR, AN, RIO. ICC3, cx. 16

BR, AN, RIO. ICC3, cx. 17

BR, AN, RIO. ICC3, cx. 18

BR, AN, RIO. ICC3, cx. 19

BR, AN, RIO. ICC3, cx. 20

BR, AN, RIO. ICC3, cx. 21

BR, AN, RIO. ICC3, cx. 22

BR, AN, RIO. ICC3, cx. 24

BR, AN, RIO. ICC3, cx. 25

BR, AN, RIO. ICC3, cx. 26

BR, AN, RIO. ICC3, cx. 27

BR, AN, RIO. ICC3, cx. 29

BR, AN, RIO. ICC3, cx. 30

Fichários – Série Interior

BR, AN, RIO. A6, maço IJJ1 789 [Diretoria dos Correios, 1861 – 1865]

BR, AN, RIO. A6, maço IJJ9 555 [Negócios de Províncias – Maranhão]

Diversos GIFI – OI 13 – Ministério dos Negócios do Império – 3ª Seção

BR, AN, RIO. OI, 4I, caixa 22;

BR, AN, RIO. OI, 4J, caixa 85.

Diversos GIFI – OI – Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas – 2ª Seção

BR, AN, RIO. OI, 1B, maço 69;

BR, AN, RIO. OI, 4B, maço 14;

BR, AN, RIO. OI, 4B, maço 176;

BR, AN, RIO. OI, 4B, maço 208;

BR, AN, RIO. OI, 4I, maço 13;

BR, AN, RIO. OI, 4I, maço 25;

BR, AN, RIO. OI, 4I, maço 59;

BR, AN, RIO. OI, 4J, maço 73;

BR, AN, RIO. OI, 5B, maço 350;

BR, AN, RIO. OI, 5D, maço 199;

BR, AN, RIO. OI, 5D, maço 205;

BR, AN, RIO. OI, 5F, maço 348;

BR, AN, RIO. OI, 5F, maço 349;

BR, AN, RIO. OI, 5F, maço 411;

BR, AN, RIO. OI, 5F, maço 589;

BR, AN, RIO. OI, 5H, maço 391;

BR, AN, RIO. OI, 5H, maço 402;

BR, AN, RIO. OI, 6D, maço 55;

BR, AN, RIO. OI, 6J, maço 93;

4. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)

Fundo Presidência de Província – PP,

APERJ, PP, 13, cx. 004, maço 1;

APERJ, PP, 13, cx. 004, maço 2.

5. Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP)

Fundo Secretaria de Governo da Província – BR SPAPESP COR

APESP, BR SPAPESP COR, cx. C05641

APESP, BR SPAPESP COR, cx. C05642

APESP, BR SPAPESP COR, cx. C05643

APESP, BR SPAPESP COR, cx. C05644

APESP, BR SPAPESP COR, cx. C05645

APESP, BR SPAPESP COR, cx. C05646

APESP, BR SPAPESP COR, cx. C05647

APESP, BR SPAPESP COR, cx. C07875

APESP, BR SPAPESP COR, cx. C07876

APESP, BR SPAPESP COR, cx. C07877

APESP, BR SPAPESP COR, cx. C07878

APESP, BR SPAPESP COR, código E00311 (1836 – 1840)

APESP, BR SPAPESP COR, código E00312 (1840 – 1843)

APESP, BR SPAPESP COR, código E00314 (1851 – 1858)

APESP, BR SPAPESP COR, código E00316 (1859 – 1861)

APESP, BR SPAPESP COR, código E00317 (1863 – 1868)

APESP, BR SPAPESP COR, código E00318 (1868 – 1872)

APESP, BR SPAPESP COR, código E00319 (1872)

APESP, BR SPAPESP COR, código E00320 (1873)

APESP, BR SPAPESP COR, código E04327 (1877)

6. Arquivo Público Mineiro (APM)

Fundo Seção Provincial – SP

Série 1 – Avulsos

APM, SP, código 509;

APM, SP, código 547;

APM, SP, código 573;

APM, SP, código 601;

APM, SP, código 655;

APM, SP, código 713;

APM, SP, código 776;

APM, SP, código 833;

APM, SP, código 898;

APM, SP, código 952;

APM, SP, código 1009;

APM, SP, código 1063;

APM, SP, código 1085;

APM, SP, código 1161;'

APM, SP, código 1209;

APM, SP, código 1343;

APM, SP, código 1389.

Série Presidência de Província – PP

APM, SP, PP, cx. 01

APM, SP, PP, cx. 02

APM, SP, PP, cx. 03

APM, SP, PP, cx. 04

APM, SP, PP, cx. 05

APM, SP, PP, cx. 06

APM, SP, PP, cx. 07

APM, SP, PP, cx. 08

APM, SP, PP, cx. 09

APM, SP, PP, cx. 10

APM, SP, PP, cx. 11

APM, SP, PP, cx. 12

APM, SP, PP, cx. 13

APM, SP, PP, cx. 14

APM, SP, PP, cx. 15

APM, SP, PP, cx. 16

APM, SP, PP, cx. 17

APM, SP, PP, cx. 18

APM, SP, PP, cx. 19

Série Fazenda Provincial – FP 1/2

APM, SP, FP 1/2, cx. 01;

APM, SP, FP 1/2, código 124;

APM, SP, FP 1/2, código 128.

7. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ)

Sessão de Manuscritos

BNRJ, C-1057, 036;

BNRJ, C-0899, 024;

BNRJ, 04, 3, 010/011.

8. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)

Coleção Marques de Olinda

IHGB, lata 35, doc. 16

IHGB, lata 205, doc. 4

IHGB, lata 205, doc. 41

IHGB, lata 211, doc. 18

IHGB, lata 213, doc. 51

IHGB, lata 216, doc. 40

IHGB, lata 694, doc. 01

9. Center for Research Libraries

01 dez. 1831. *Relatório do Presidente da Província do Rio Grande do Sul Antonio Galvão aos deputados da Assembleia Legislativa da mesma província* [01 dez. 1831].

Disponível em:

<http://ddsnext.crl.edu/titles/182#?c=0&m=2&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1021%2C0%2C3721%2C2624>. Acesso em: 04 mar. 2021.

01 dez. 1832. *Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Antônio Galvão* [01 dez. 1832]. Disponível em:

<http://ddsnext.crl.edu/titles/182#?c=4&m=0&s=0&cv=0&r=0&xywh=-230%2C-96%2C2698%2C1903>. Acesso em: 18 mar. 2021.

B) Impressos

1. Legislação

BRASIL. *Código Criminal do Império do Brasil*. 2ª ed. Recife: Tipografia Universal, 1858.

BRASIL. *Código do Processo Criminal de Primeira Instância do Brasil*. Rio de Janeiro: Jacinto Ribeiro dos Santos, 1899.

BRASIL. *Coleção das Decisões do Governo do Brasil*. Vários volumes [1808 – 1821]. Disponível parcialmente em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis>. Acesso em: 24 mar. 2021.

BRASIL. *Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil*. Vários volumes [1822 – 1889]. Disponível parcialmente em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis>. Acesso em: 24 mar. 2021.

BRASIL. *Coleção das Leis do Brasil*. Vários volumes [1808 – 1821]. Disponível parcialmente em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis>. Acesso em: 24 mar. 2021.

BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Vários volumes [1822 – 1889]. Disponível parcialmente em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis>. Acesso em: 24 mar. 2021.

PORTUGAL. *Coleção de Legislação das Cortes de 1821 a 1823*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1843. Disponível em: <http://net.fd.ul.pt/legis/1823.htm>. Acesso em: 24 mar. 2021.

SILVA, António Delgado (org.). *Coleção da Legislação Portuguesa (1791 – 1801)*. Lisboa: Tipografia Maigrense, 1845.

SILVA, António Delgado (org.). *Coleção da Legislação Portuguesa (1801 – 1810)*. Lisboa: Tipografia Maigrense, 1845.

2. Publicações Oficiais

ESTATUTO da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial D' Émile Seignot Plancher, 1831.

EXPOSIÇÃO feita ao Exmo. 1º Vice Presidente da Província do Amazonas o Dr. Manoel Gomes Correia de Miranda pelo Presidente o Conselheiro Herculano Ferreira Pena, por ocasião de passar-lhe a administração da mesma província, em 11 de março de 1855. Cidade da Barra: Tipografia de Manoel da Silva Ramos, 1855.

EXPOSIÇÃO feita pelo Doutor Antonio da Costa Pinto Silva na qualidade de Presidente da Província da Paraíba do Norte no ato de passar a administração da província ao Excelentíssimo Sr. Dr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha, em 9 de abril de 1857. Paraíba: Tipografia de José Rodrigues da Costa, 1857.

FALA dirigida à Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas na Abertura da 2ª Sessão Ordinária da 5ª Legislatura no dia 3 de Maio de 1861 pelo Presidente da Mesma o Exmo. Snr. Dr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha. Manaus: Tipografia de Francisco José da Silva Ramos, 1862.

FALA do Presidente da Província da Bahia Luiz Paulo de Araújo Basto. Bahia: Tipografia Imperial e Nacional, 1830.

FALA que o Exmo. Snr. Conselheiro Sebastião do Rego Barros, Presidente desta Província, dirigiu à Assembleia Legislativa Provincial na Abertura da mesma Assembleia no dia 15 de Agosto de 1854. Pará: Tipografia da Aurora Paraense, 1854.

FALA que recitou o Presidente da Província de Goiás o Doutor Eduardo Olimpio Machado, na Abertura da Assembleia Legislativa da mesma Província em o 1º de maio de 1850. Goiás: Tipografia Provincial, 1850.

FALAS do Trono desde o ano de 1828 até o ano de 1889. Rio de Janeiro: Câmara dos Deputados/ Imprensa Nacional, 1889.

INSTRUÇÕES práticas para os correios assistentes [1805]. Lisboa: Fundação Portuguesa das Comunicações, 2008.

PARECER da Comissão de Fazenda da Câmara dos Deputados da Assembleia Geral Legislativa do Império do Brasil sobre o Relatório do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda enviado à mesma Câmara; em que se expõem o estado da Administração, Arrecadação e Distribuição das Rendas Nacionais, e Orçamento das Despesas para o ano de 1827. Rio de Janeiro: Imperial Tipografia de Plancher, 1826.

PROJETO de Constituição para o Império do Brasil. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1823.

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 1ª Sessão da 9ª Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império Francisco Gonçalves Martins. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1855.

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 1ª Sessão da 10ª Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império Luiz Pedreira do Couto Ferraz. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1857.

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 1ª Sessão da 11ª Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império José Antonio Saraiva. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1861.

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 2ª Sessão da 9ª Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império Luiz Pedreira do Couto Ferraz. Rio de Janeiro: Tipografia do Diário, 1854.

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 2ª Sessão da 10ª Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império Marques de Olinda. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1858.

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 3ª Sessão da 9ª Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império Luiz Pedreira do Couto Ferraz. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1855.

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 3ª Sessão da 10ª Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império Sérgio Teixeira de Macedo. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1859.

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 4ª Sessão da 9ª Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império Luiz Pedreira do Couto Ferraz. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1856.

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 4ª Sessão da 10ª Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império João de Almeida Pereira Filho. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1860.

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Primeira Sessão da Décima Segunda Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da

Agricultura, Comércio e Obras Públicas Pedro de Alcantara Bellegarde. Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança, 1864.

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Quarta Sessão da Décima Segunda Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas Antonio Francisco de Paula Souza. Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança, 1866.

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Segunda Sessão da Décima Segunda Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas Domiciano Leite Ribeiro. Rio de Janeiro: Tipografia Paula Brito, 1864.

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Sessão ordinária de 1839 pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado Interino dos Negócios do Império. Rio e Janeiro: Tipografia Nacional, 1839.

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Sessão ordinária de 1840 pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça, e Interinamente do Império Francisco Ramiro de Assis Coelho. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1840.

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Sessão ordinária de 1841 pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império Candido José de Araújo Vianna. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1841.

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Terceira Sessão da Décima Segunda Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1865.

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa Provincial da Província do Paraná no dia 7 de janeiro de 1857 pelo Vice-Presidente José Antônio Vaz de Carvalhais. Curitiba: Tipografia Paranaense de C.M. Lopes, 1857, p. 109.

RELATÓRIO apresentado ao Ilmo. e Exmo. Sr. Manoel Felizardo de Souza e Mello Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas pelo Diretor da Diretoria Geral dos Correios Dr. Thomaz José Pinto Serqueira. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1862.

RELATÓRIO apresentado ao Ilmo. e Exmo. Sr. Pedro de Alcantara Bellegarde Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas pelo Diretor da Diretoria Geral dos Correios Dr. Thomaz José Pinto Serqueira. Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança, 1863.

RELATÓRIO da Repartição dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Segunda Sessão da Décima Primeira

Legislatura pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado Manoel Felizardo de Souza e Mello. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1862.

RELATÓRIO da Repartição dos Negócios do Império apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Sessão ordinária de 1834 pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado Antonio Pinto Chichorro da Gama. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1834.

RELATÓRIO da Repartição dos Negócios do Império apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Sessão ordinária de 1835 pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado Joaquim Vieira da Silva e Souza. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1835.

RELATÓRIO da Repartição dos Negócios do Império apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Sessão ordinária de 1836 pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado José Inácio Borges. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1836.

RELATÓRIO da Repartição dos Negócios do Império apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Sessão ordinária de 1837 pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado Antonio Paulino Limpo de Abreu. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1837.

RELATÓRIO da Repartição dos Negócios do Império apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Sessão ordinária de 1838 pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado Interino Bernardo Pereira de Vasconcellos. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1838.

RELATÓRIO da Repartição dos Negócios do Império apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 1ª Sessão da 5ª Legislatura pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado Candido José de Araújo Vianna. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1843.

RELATÓRIO da Repartição dos Negócios do Império apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 2ª Sessão da 5ª Legislatura pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado José Antonio da Silva Maia. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1843.

RELATÓRIO da Repartição dos Negócios do Império apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 3ª Sessão da 5ª Legislatura pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado José Carlos Pereira de Almeida Torres. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1844.

RELATÓRIO da Repartição dos Negócios do Império apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 1ª Sessão da 6ª Legislatura pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado José Carlos Pereira de Almeida Torres. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1845.

RELATÓRIO da Repartição dos Negócios do Império apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 2ª Sessão da 6ª Legislatura pelo respectivo Ministro e Secretário

de Estado José Carlos Pereira de Almeida Torres. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1845.

RELATÓRIO da Repartição dos Negócios do Império apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 3ª Sessão da 6ª Legislatura pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado Joaquim Marcelino de Brito. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1846.

RELATÓRIO da Repartição dos Negócios do Império apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 4ª Sessão da 6ª Legislatura pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado Joaquim Marcelino de Brito. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1847.

RELATÓRIO da Repartição dos Negócios do Império apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 1ª Sessão da 7ª Legislatura pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado Visconde de Macaé. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1848.

RELATÓRIO da Repartição dos Negócios do Império apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 1ª Sessão da 8ª Legislatura pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado Visconde de Monte Alegre. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1850.

RELATÓRIO da Repartição dos Negócios do Império apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 2ª Sessão da 8ª Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado Visconde de Monte Alegre. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1850.

Relatório da Repartição dos Negócios do Império apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 3ª Sessão da 8ª Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado Visconde de Monte Alegre. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1851.

RELATÓRIO da Repartição dos Negócios do Império apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 4ª Sessão da 8ª Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado Visconde de Monte Alegre. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1852.

RELATÓRIO de 1867 apresentado à Assembleia Geral Legislativa na segunda sessão da décima terceira legislatura, pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas Manoel Pinto de Souza Dantas. Rio de Janeiro: Tipografia do Diário do Rio de Janeiro, 1868, p. 142.

RELATÓRIO do ano de 1832 apresentado à Assembleia Geral Legislativa em Sessão Ordinária de 1833 [Nicolau Pereira de Campos Vergueiro]. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1833.

RELATÓRIO do Senhor Ministro do Império, José Lino Coutinho. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1832, 15pps. BNRJ, Obras Raras, 153, 002, 028, n. 007.

RELATÓRIO que devia ser presente à Assembleia Geral Legislativa na Terceira Sessão da Décima Primeira Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas Pedro de Alcantara Bellegarde. Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança, 1863.

RELATÓRIO que por ocasião de deixar a presidência da província das Alagoas dirigiu o Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Dr. José Bento da Cunha e Figueiredo ao Ilustríssimo e Excelentíssimo Vice Presidente Dr. Manoel Sobral Pinto. Maceio: Tipografia de J. S. Maia, 1850, p. 15.

“REPORT from the Postmaster General, 25 nov. 1844”. In: *U.S. Congressional Serial Set*. (28th Congress, 2nd Session). Disponível em: <https://memory.loc.gov/ammem/amlaw/lwsslink.html#anchor25>. Acesso em: 24 mar. 2021.

“REPORT from the Postmaster General, 27 dez. 1839”. In: *U.S. Congressional Serial Set* (26th Congress, 1st Session). Disponível em: <https://memory.loc.gov/ammem/amlaw/lwsslink.html#anchor25>. Acesso em: 24 mar. 2021.

“REPORT of George Plitt, special agent of the Post Office Department”. *U.S. Congressional Serial Set* (26th Congress, 2nd Session). Disponível em: <https://memory.loc.gov/ammem/amlaw/lwsslink.html#anchor25>. Acesso em: 24 mar. 2021.

“REPORT on the subject of reducing and equalizing letter postage” (1839) – House Committee on the Post Office and Post Roads, nº 194 (25th Congress, 3rd Session). Disponível em: <https://memory.loc.gov/ammem/amlaw/lwsslink.html#anchor25>. Acesso em: 24 mar. 2021.

RICHARDSON, James D. (org.). Message to the Congress, 03 dez. 1844”. *The Compilation of the Messages and Papers of the Presidents*. V. IV. Washington: Bureau of National Literature and Art, 1911, p. 349 – 350.

RODRIGUES, José Honório (org.). *Atas do Conselho de Estado*. Terceiro Conselho de Estado. Brasília: Senado Federal, 1978, v.1.

SILVA, Joaquim Norberto de Souza e. “Investigações sobre o Recenseamento da População Geral do Império e de cada província de per si, tentados desde os tempos coloniais até hoje” [Anexo D]. *Relatório apresentado à Assembleia Geral na Segunda Sessão da Décima Quarta Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império Paulino José Soares de Souza*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1870.

“THIRD Report from the Select Committee on Postage” [Impresso em 13 ago. 1838]. In: *British Parliamentary Debates*. Disponível em: <https://api.parliament.uk/historic-hansard/commons/1839/jul dez. uniform-penny-postage>. Acesso em: 21 mar. 2021.

3. Periódicos

A AURORA Fluminense: Jornal Político e Literário. Vários números [1827 – 1839].

Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=706795&pasta=ano%20182&pesq=&pagfis=0>. Acesso em: 24 mar. 2021.

A AURORA: Folha Política e Comercial (MA). Vários números [1849]. Disponível

em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=759856&pesq=&pagfis=1>.

Acesso em: 24 mar. 2021.

A SENTINELLA do Throno. Vários números [1849]. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=719170&pesq=&pagfis=2>.

Acesso em: 24 mar. 2021.

A UNIÃO: Jornal Político, Literário e Comercial. Vários números [1851 – 1856].

Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=014478&pesq=&pagfis=1>.

Acesso em: 24 mar. 2021.

A VERDADE. Vários números [1849]. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=719820&pesq=&pagfis=1>.

Acesso em: 24 mar. 2021.

ALMANAK Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Em casa dos editores-proprietários Eduardo e Henrique

Laemmert. Vários volumes [1844 – 1889]. Disponível em:

<http://ddsnext.crl.edu/titles/88/items>. Acesso em: 24 mar. 2021.

ALMANAQUE do Rio de Janeiro. Vários volumes [1816 – 1827]. Rio de Janeiro:

Imprensa Nacional. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Acesso em: 21 mar. 2021.

ANAIS do Parlamento Brasileiro. Vários volumes [1826 – 1873]. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=132489&pagfis=1>. Acesso em: 24 mar. 2021.

ANAIS do Senado do Império do Brasil. Vários volumes [1823 – 1859; 1860 – 1888].

Disponível em:

http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/IP_AnaisImperio_digitalizados.asp.

Acesso em: 24 mar. 2021.

ASTREA. Vários números [1826 – 1832]. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=749700&pesq=&pagfis=1>.

Acesso em: 24 mar. 2021.

CORREIO Mercantil. Vários números [1830 – 1836]. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=709530&pesq=&pagfis=1>.
 Acesso em: 24 mar. 2021.

CORREIO Oficial: In Medio Positas Virtus. Vários números [1833 – 1841].
 Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=749443&pasta=ano%20183&pesq=&pagfis=0>. Acesso em: 23 abr. 2021.

DIÁRIO da Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil. Vários números [1823]. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=161195&pasta=ano%20182&pesq=&pagfis=1>. Acesso em: 23 abr. 2021.

DIÁRIO de Pernambuco. Vários números [1840 – 1849]. Disponível em:
http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_02&pasta=ano%20184&pesq=&pagfis=0. Acesso em: 24 mar. 2021.

DIÁRIO do Rio de Janeiro. Vários números [1821 – 1858]. Disponível em:
http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170_01&pasta=ano%20183&pesq=&pagfis=0. Acesso em: 24 mar. 2021.

FAROL Maranhense. Vários números [1827 – 1831]. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=749958&pesq=&pagfis=1>.
 Acesso em: 24 mar. 2021.

JORNAL do Commercio. Vários números [1827 – 1889]. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=364568&pesq=>. Acesso em: 24 mar. 2021.

JORNAL dos Debates: Políticos e Litterários. Vários números [1837 – 1838].
 Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=702439&pesq=&pagfis=1>.
 Acesso em: 24 mar. 2021.

LE MONITEUR Universel. Vários números [1789 – 1901]. Disponível em:
<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/cb34452336z/date1789.r>. Acesso em: 24 fev. 2021.

LIDADOR (PE). Vários números [1845 – 1848]. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=819247&pesq=&pagfis=1>.
 Acesso em: 24 mar. 2021.

MORNING Chronicle, 16 dez. 1844. Disponível em:
<https://www.loc.gov/item/sn83030066/>. Acesso em: 24 mar. 2021.

NILES' National Registrar, 14 set. 1839. Disponível em:
<https://www.digitalcommonwealth.org/search/commonwealth:g732dm27r>. Acesso em: 24 mar. 2021.

NOVA Luz Brasileira. Vários números [1829 – 1831]. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=700339x&pesq=&pagfis=1>. Acesso em: 24 mar. 2021.

O ATLANTE. Vários números [1836]. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=702161&pesq=&pagfis=1>. Acesso em: 24 mar. 2021.

O BRASIL: Vestra res agitur. Vários números [1840 – 1852]. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=709565&pasta=ano%20184&pesq=&pagfis=0>. Acesso em: 24 mar. 2021.

O CABOCLO: Periódico Político-Patriótico-Liberal e Universal, 25 abr. 1849. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=219622&pesq=&pagfis=1>. Acesso em: 24 mar. 2021.

O CORREIO da Tarde: Jornal Político, Litterario e Comercial. Vários números [1848 – 1852]. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=616028&pasta=ano%20184&pesq=&pagfis=0>. Acesso em: 24 mar. 2021.

O DIÁRIO Novo (PE). Vários números [1842 – 1848]. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=709867&pesq=&pagfis=1>. Acesso em: 24 mar. 2021.

O FUZIL. Vários números [1849]. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=219614&pesq=&pagfis=1>. Acesso em: 24 mar. 2021.

O GRITO Nacional. Vários números [1848 – 1858]. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=341185&pesq=&pagfis=1>. Acesso em: 24 mar. 2021.

O INDICADOR da Utilidade Pública: Folha Política, Scientífica e Litteraria. Vários números [1836]. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=702285&pesq=&pagfis=1>. Acesso em: 24 mar. 2021.

O MERCANTIL (MG). Vários números [1844 – 1847]. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=228133&pesq=&pagfis=1>. Acesso em: 24 mar. 2021.

O NOVO Farol Paulistano. Vários números [1831 – 1837]. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=709840&pesq=&pagfis=1>.
 Acesso em: 24 mar. 2021.

O PAQUETE do Rio. Vários números [1836 – 1837]. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=702838&pesq=&pagfis=1>.
 Acesso em: 24 mar. 2021.

O PARLAMENTAR. Vários números [1837 – 1839]. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=702854&pesq=&pagfis=1>.
 Acesso em: 24 mar. 2021.

O PHAROL Constitucional. Vários números [1842 – 1844]. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=707724&pasta=ano%20184&pesq=&pagfis=0>. Acesso em: 24 mar. 2021.

O PICA-PAU, Jornal Político Joco-Serio. Vários números [1849]. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=766518&pasta=ano%20184&pesq=&pagfis=0>. Acesso em: 24 mar. 2021.

O SETE de Abril. Vários números [1833 – 1839]. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=709476&pasta=ano%20183&pesq=&pagfis=0>. Acesso em: 24 mar. 2021.

O SOCIAL. Vários números [1845 – 1846]. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=386979&pasta=ano%20184&pesq=&pagfis=0>. Acesso em: 24 mar. 2021.

O SOL: Jornal Litterario, Político e Crítico (CE). Vários números [1856 – 1898]. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=709450&pasta=ano%20185&pesq=&pagfis=0>. Acesso em: 24 mar. 2021.

PORAQUÊ. Vários números [1829]. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=219592&pesq=&pagfis=1>.
 Acesso em: 24 mar. 2021.

QUARTERLY Review [1839]. Disponível em:
<https://archive.org/details/quarterlyreview01unkngoog>. Acesso em: 24 mar. 2021.

REVISTA Médica Fluminense. Vários números [1833 - 1841]. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=341622&pesq=&pagfis=1>.
 Acesso em: 24 mar. 2021.

SENTINELLA da Monarchia: periodico político e litterario. Vários números [1840 – 1847]. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=332780&pesq=&pagfis=1>. Acesso em: 24 mar. 2021.

THE POST CIRCULAR. Vários números [1838 – 1839]. Disponível em: <https://collections.tepapa.govt.nz/object/1458474>. Acesso em: 24 mar. 2021.

4. Artigos de periódicos, opúsculos, panfletos e tratados

ASHURST, William Henry. *Facts and Reasons in support of Mr. Rowland Hill's Plan for a Universal Penny Postage*. 2a ed. Londres: Henry Hooper, 1838.

BATES, Barnabas. “Post-Office Reform – Cheap Postage”. *Hunt's Merchant Magazine*, 1840, pp. 253 – 258.

BLACKSTONE, William. *Commentaries on the Laws of England in Four Books*. v. 1. Filadélfia: J. B. Lippincott Co., 1893.

FAUCHER, Leon. “De la réforme de la taxe des lettres en France at en Angleterre”. In: *Revue des Deux Mondes*, 1847.

FOVILLE, Alfred de. *La Transformation des Moyens de Transport et ses Conséquences Économiques et Sociales*. Paris: Librairie Guillaumin et Cie., 1880.

GRASSET, Claude. *Réforme Postale: Un Cri d'Alarme Sur l'Esclavage de la Pensée*. Paris: Ebrard, 1844.

HILL, Rowland. “Results of the New Postage Arrangements”. In: *Quarterly Journal of the Statistical Society of London*, jul. 1841, pp. 85 – 99.

HILL, Rowland. *Post Office Reform: Its Importance and Practicability*. Londres: Charles Knight, 1831.

“ITINERÁRIO da viagem que fez por terra, da Bahia ao Rio de Janeiro por ordem do Príncipe Regente em 1808, o desembargador Luís Tomás Navarro de Campos”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – RIHGB*, tomo 7, 1845, pp. 433-468.

LEAVITT, Joshua. *Cheap Postage: Remarks and Statistics on the Subject of Cheap Postage and Postal Reform In Great Britain and The United States*. Boston: Cheap Postage Association, 1848.

LEAVITT, Joshua. *The Finance of Cheap Postage*. Nova York: George W. Wood, 1849.

LEAVITT, Joshua. *The Moral and Social Benefits of Cheap Postage*. Nova York: George W. Wood, 1849.

MCCULLOCH, Richard Ramsay. *On Commerce*. Londres: Baldwin & Cradock, 1833.

MILES, Pliny. *Postal Reform: Its Urgent Necessity and Practicability*. Nova York: Stringer & Townsend, 1855.

OUVRES Completes de M. de Chamousset. 2 tomos. Paris: de l'Imprimerie de Ph.D Pierres, 1787.

PARNELL, Henry. *On Financial Reform*. 3a ed. Londres: John Murray, 1831.

PIRON, Achille. *Du Service des Postes et de la Taxation des Lettres au moyen d'un timbre*. Paris: Imprimerie de H. Fournier et Cie., 1838.

REGO, Vicente Pereira do. *Elementos de Direito Administrativo Brasileiro para uso das Faculdades de Direito do Império*. 2ª ed. Recife: Tipografia Comercial de Geraldo Henrique de Mira & C., 1860.

“REPRESENTAÇÃO dos empregados da administração geral dos Correios da Bahia a S.M.I. pedindo aumento de vencimentos”, 2 p [18 fev. 1834]. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mssp0001167/mssp0001167.pdf. Acesso em: 30 nov. 2020.

REQUERIMENTO dos empregados do Correio Geral da Província da Bahia. Bahia: Tipografia do Correio Mercantil de M. L. Velozo e Comp., 1844. BNRJ, 040, 015, 058.

SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Nova Cultural Ltda., 1996 (Coleção *Os Economistas*).

TOCQUEVILLE, Alexis de. *A Democracia na América*. Livro 1. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

5. Obras de Consulta

ALMEIDA, Candido Mendes. *Atlas do Império do Brasil compreendendo as respectivas divisões administrativas, eclesiásticas, eleitorais e judiciárias*. Rio de Janeiro: Litografia do Instituto Filomático, 1868.

BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, v.1/2, 1883, 1893.

BRASILEIENSE, Américo. *Os Programas dos Partidos e o 2º Império*. São Paulo: Tipografia de Jorge Seckler, 1878.

BUENO, José Antonio Pimenta. *Direito público Brasileiro e análise da Constituição do Império*. Brasília: Ed. do Senado Federal, 1978.

CARREIRA, Liberato de Castro. *O orçamento do Império desde a sua fundação*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1883.

FERNANDES, Carlos F. de Souza. *Senado Brasileiro: Relação por ordem cronológica dos Senadores do Brasil desde a fundação do Senado do Império, em 1826 até a sua dissolução em 1889*. Rio de Janeiro: Papelaria e Tipografia “Ao Luzeiro”, 1912.

GALVÃO, Miguel Arcanjo. *Relação dos Cidadãos que tomaram parte no Governo do Brasil no período de março de 1808 a 15 de novembro de 1889*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894.

GUIA do Correio do Brasil. Rio de Janeiro: Tipografia de Nicolau Lobo Vianna & Filhos, 1857.

GUIA do Correio Geral da Corte ou Indicador alfabético contendo as residências dos habitantes da corte e capital da Província do Rio de Janeiro em 1873. Rio de Janeiro: Em casa dos editores Soares & Niemeyer, 1873.

GUIA Postal do Império do Brasil. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1880.

GUYOT, M. *Dictionnaire Des Postes*. Paris: Chez la Veuve Delatour, 1754.

JAVARI, Jorge João Dodsworth (Barão de). *Organizações e programas ministeriais desde 1822 a 1889*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

LECOUSTURIER, F.; CHADOÛET, F. *Dictionnaire Géographique des Postes aux lettres de tous les departments de la République Française*. Paris: chez Lecousturier l'aîné; Chadoüet, 1802, p. XV.

LYRA, Carlos Tavares de. *Presidentes da Câmara dos Deputados durante o Império, 1826 a 1889*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1978.

MORAES SILVA, Antonio de. *Diccionario da língua portuguesa – recompilado dos vocabulários impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado*. Lisboa: Typ. Lacerdina, v.1/2, 1813.

NOGUEIRA, Otaviano; FIRMO, João Sereno. *Parlamentares do Império*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1973.

NOTÍCIA dos Senadores do Império do Brasil, das Regências e dos Regentes do Império, dos Ministros e Secretários de Estado desde 1822, dos Conselheiros de Estado, de 1823 a 1834, e de 1841 em diante. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886.

PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Província de Goiás.* Ouro Preto: Tipografia de Silva, 1832.

SISSON, Sébastien Auguste. *Galeria dos Brasileiros Ilustres.* Rio de Janeiro: S. A. Sisson, 1861.

VASCONCELOS, J. M. Pereira de. *As Assembleias Provinciais.* Rio de Janeiro: em casa dos editores Eduardo & Henrique Laemmert, 1869.

VEIGA, Luiz Francisco da. *Repertório das Leis e Decisões do Governo concernentes à 2ª Diretoria da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas desde o ano de 1808.* Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1865.

6. Memorialistas

ALCÁZAR, Cayetano. *Historia del Correo en América.* Madrid: s/ed, 1920.

AZEVEDO, Moreira de. *O Rio de Janeiro: sua história, monumentos, homens notáveis, usos e curiosidades.* Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1877.

BELLOC, Alexis. *Les Postes Française: recherches historiques sur leur origine, leur développement, leur législation.* Paris: Librairie de Firmin-Didot, 1886.

BERNÈDE, Charles. *Des Postes en Général et particulièrement en France.* Paris: A La Librairie de Raynal, 1826.

COLE, Henry. *Fifty Years of Public Work.* 2 volumes. Londres: George Bell and Sons, 1884.

DEFOE, Daniel. *A Tour Through the Whole Island of Great Britain.* Dent: Everyman's Library, 1928, pp. 341 – 342

DELAMONT, Ernest. *Notice Historique sur la Poste aux Lettres dans l'Antiquité et en France.* Bordeaux: Imprimerie-Typographique A. Pérey, 1870.

FAZENDA, José Vieira. *Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1921, p. 397.

HILL, George Birkbeck. *The Life of Sir Rowland Hill*. 2 volumes. Londres: Thos de La Rue, 1880.

HILL, Pearson. *The Post Office of Fifty Years Ago*. Londres: Cassel & Company, 1879.

HILL, Rowland; HILL, George Birkbeck. *The Life of Sir Rowland Hill*. 2 v. Londres: De La Rue, 1880;

JOYCE, Herbert. *The History of the Post Office*. Londres: Richard Bentley & Son, 1893.

KNIGHT, Charles. *Passages of a Working Life during Half a Century*. Londres: Bradbury & Evans, 1864.

LOPES, Domingos de Castro. *O Correio Brasileiro: Notícia Histórica*. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1909.

PINTO, Ernesto Madeira. *O Correio: Origem e progressos das Instituições postais em Portugal*. Lisboa: Tipografia do Jornal “O Progresso”, 1882.

SENNA, Ernesto. *O Velho Comércio do Rio de Janeiro*. 2ª ed. Rio de Janeiro: G. Ermakoff Casa Editorial, 2006.

SMYTH, Eleanor. *Sir Rowland Hill: the Story of a Great Reform*. Londres: T. Fisher Unwin, 1857.

THE ADMINISTRATION of The Post Office from the Introduction of Mr. Rowland Hill's Plan of Penny Postage up to the Present Time. Londres: J. Hatchard and Son, 1844.

VERDEGAY Y FISCOWICH, Eduardo. *Historia del Correo, desde sus Orígenes hasta nuestros días*. Madrid: Imprenta de Ricardo Rojas, 1894.

VIANNA, Hélio. *Vultos do Império*. Rio de Janeiro: Companhia Nacional, 1968.

C) Iconográficas e cartográficas

1p Penny Black VR Official single (1840) (2,2x2cm). Localização: Smithsonian National Postal Museum (Washington, D.C.), Scott Catalogue Great Britain 01, International Stamps & Mail, n. 0.059959.8.

30r Bull's Eye Single (1843) (3x3,2cm). Localização: Smithsonian National Postal Museum (Washington, D.C.), Scott Catalogue Brazil 1, International Stamps & Mail, n. 1984.0080.1.

60r Bull's Eye Single (1843) (3x3,3cm). Localização: Smithsonian National Postal Museum (Washington, D.C.), Scott Catalogue Brazil 1, International Stamps & Mail, n. 1984.0080.2.

90r Bull's Eye Single (1843) (3x3cm). Localização: Smithsonian National Postal Museum (Washington, D.C.), Scott Catalogue Brazil 1, International Stamps & Mail, n. 1984.0080.3.

CAMPOS, Frederico Carneiro de. *Planta da cidade do Rio de Janeiro* (67x100cm). Rio de Janeiro: Arquivo Militar, 1858. Localização: Library Of Congress (Washington, D.C.), Divisão de Geografia e Cartografia, GR404.R6A3, 1858. P5. Disponível digitalmente em: <https://www.loc.gov/item/2012593120/>. Acesso em: 23 mar. 2021.

CARLS, Franz Heinrich. *Memória de Pernambuco: álbum para os amigos das artes*. Recife: Litografia F. C. Carls, 1863 – 1865 (27x35,5 cm). Disponível em: <https://www.brasilianaiconografica.art.br/obras>. Acesso em: 23 mar. 2021.

“*THANK Rowland Hill for This*” (selo) (c. 1840) (4x4cm). Localização: Acervo Filatélico privado de James Grimwood-Taylor.

“*THANK Rowland Hill for This*” (sinete) (c. 1840) (4,5x10cm). Localização: Acervo Filatélico privado de James Grimwood-Taylor.

D) Sites de consulta:

BIBLIOTECA Nacional Digital. [S.l.], 2021. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br>. Acesso em 26 mar.2021.

BRASILIANA Iconográfica. [S.l.], 2021. Disponível em: <https://www.brasilianaiconografica.art.br/>. Acesso em: 24 mar. 2021.

BRAZILIAN Government Documents - Center for Research Libraries. [S.l.], 2021. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles?f%5B0%5D=collection%3ABrazilian%20Government%20Documents&f%5B1%5D=grouping%3AMinisterial%20Reports>. Acesso em: 26 mar. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). [S.l.], 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/todos-os-produtos-estatisticas.html>. Acesso em: 26 mar. 2021.

IPEA DATA. [s.l.], 2020. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: 10 nov. 2020.

IPEA DATA. [S.l.], 2020. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em 10 nov. 2020.

MACMILLAN Dictionary. [S.l.], 2020. Disponível em: <https://www.macmillandictionary.com>. Acesso em 08 jan. 2020.

MACMILLAN Dictionary. [S.l.], 2020. Disponível em: <https://www.macmillandictionary.com>. Acesso em 08 jan. 2020.

SMITHSONIAN National Postal Museum (Washington, D.C.). [S.l.], 2021. Disponível em: <https://www.si.edu/Museums/postal-museum>. Acesso em: 24 mar. 2021.

REFERÊNCIAS

A) Livros na íntegra

ADIE, Douglas K. *The Mail Monopoly: Analysing Canadian Postal Service*. Vancouver: Fraser Institute, 1990.

ALMEIDA, Cícero Antonio F. de; VASQUEZ, Pedro Karp. *Selos postais no Brasil*. São Paulo: Metalivros, 2003.

ALMICO, Rita de Cássia da Silva. *Em nome da palavra e da lei: relações de crédito em Minas Gerais no Oitocentos*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2015.

ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. Londres: Verso, 1983.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. *Uma colônia entre dois Impérios*. Bauru: Edusc, 2008.

AUSTERMAN, Wayne R. *Sharp Rifles and Spanish Mules: The San Antonio – El Paso Mail, 1851 – 1881*. Texas: Texas A&M University Press, 1985.

BAHAMONDE MAGRO, Angel ; LORENTE, Gaspar Martínez; CARVAJAL, Luis Enrique Otero. *Las comunicaciones en la construcción del Estado contemporáneo en España: 1700-1936*, Ministerio de Obras Públicas, Transportes y Medio Ambiente, Madrid, 1993.

BARBIER, Frederic; BERTHO-LAVENIR, Catherine (orgs.). *Histoire des medias: de Diderot a Internet*. Paris: Armand Colin, 1996.

BARMAN, Roderick. *Brazil: the forging of a nation (1798 – 1852)*. California: Stanford University Press, 1988.

BARROS NETO, João Pinheiro de. *Administração pública no Brasil: uma breve história dos correios*. São Paulo: Annablume, 2004.

BEHRINGER, Wolfgang. *Thurn and Taxis: Die Geschichte ihrer Post und ihrer Unternehmen*. Munique: Piper, 1990.

BENIGER, James R. *The control revolution: technological and economic origins of the information society*. Cambridge, Mass: Harvard University, 1986.

BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. *Um Teatro de Luzes e Sombras: Construindo o Império do Brasil*. São Paulo: Cedec, 2011.

BERTONHA, Ivone; ARRUDA, José Jobson de Andrade. *O emancipacionismo dos liberais e*

a economia brasileira no último terço do Império: o projeto político dos liberais na crise da economia brasileira 1868-1884. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001.

BETHELL, Leslie (ed.). *Brazil: Empire and Republic, 1822 – 1930*. Nova York: Cambridge University Press, 1989.

BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Modos de governar: ideias e práticas políticas do Império Português. Séculos XVI – XIX*. São Paulo: Alameda, 2005.

BRAUDEL, Fernand. *La méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*. Paris: Armand Colin, 1966.

BRIGGS, Asa. *The age of improvement, 1783 – 1867*. Nova York: David McKay Company Inc., 1959.

BRIGGS, Asa. *Victorian things*. Chicago: University of Chicago Press, 1988.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. *A social history of the media: from Gutenberg to the internet*. Cambridge: Polity Press, 2005.

BROWN, Lucy. *The board of trade and the free trade movement, 1830 – 42*. Oxford: Clarendon Press, 1958.

BROWNE, Christopher. *Getting the message: the story of the British Post Office*. Avon: Alan Sutton, 1993.

CABRAL, Dilma (org.). *Estado e administração: a construção do Brasil Independente (1822 – 1840)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015.

CABRAL, Dilma; CAMARGO, Angélica (orgs.). *Estado e administração: a Corte joanina no Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2010.

CABRAL, Luciano Mendes. *Selos, moedas e poder: o Estado Imperial brasileiro e seus símbolos*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.

CAMPBELL-SMITH, Duncan. *Masters of the Post*. Londres: Penguin Books, 2011.

CAPLAN, Jay. *Postal culture in Europe, 1500 – 1800*. Oxford: Voltaire Foundation, 2016.

CARVALHO, José Murilo de (org.). *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. São Paulo: Ed. 39, 1999.

CARVALHO, José Murilo de. *Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988.

CASTRO, Augusto Olympio Viveiros de. *História Tributária do Brasil*. 2ª ed. Brasília: Escola de Administração Fazendária, 1989.

CASTRO, Pérola Maria Goldfeder Borges de. *Minas do Sul: espaço e política no século XIX*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

CHARBON, Paul. *Quelle belle invention que la poste!* Paris: Gallimard, 1991.

CHARTIER, Roger (org.). *La correspondance: les usages de la lettre au XIXe siècle*. Paris: Fayard, 1991.

CLEERE, Eileen. *Avuncularism: capitalism, patriarchy and nineteenth-century English culture*. California: Stanford University Press, 2004.

CORBIN, Alain. *Archaisme et modernité en Limousin au XIXe siècle, 1845 – 1880*. 2 volumes. Paris: Marcel Rivière, 1975.

DANTAS, Monica Duarte (org.). *Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011.

DAUNTON, Martin J. *Royal mail: the post office since 1840*. Londres: The Athlone Press, 1985.

DE RIGHI, A. G. Rigo. *The story of the penny black and its contemporaries*. Londres: The National Postal Museum, 1980.

DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial*. Origens do federalismo no Brasil. São Paulo: Globo, 2005.

FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2012.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *Histórias de família: casamentos, alianças e fortunas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

FLEIUSS, Max. *História administrativa do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1922.

FLÓREZ, Felipe Gutiérrez. *Las comunicaciones en la transición del siglo XIX al XX en el sistema territorial colombiano*. Medellín: Universidad Nacional de Colombia, 2012.

FOWLER, Dorothy G. *Unmailable: congress and the post office*. Athens: University of Georgia Press, 1977.

GABLER, Louise. “A Secretaria de estado dos negócios da agricultura, comércio e obras públicas e a modernização do Império (1860 – 1891)”. *Cadernos MAPA – Memória da Administração Pública Brasileira*, n. 4. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

GAUL, Theresa Strouth; HARRIS, Sharon M. (eds.). *Letters and Cultural Transformations in the United States, 1760 – 1860*. Burlington: Ashgate, 2009.

GOLDEN, Catherine. *Posting it: the victorian revolution in letter writing*. Gainesville: University Press of Florida, 2009.

GONÇALVES, Andréa Lisly. *Estratificação social e mobilizações políticas no processo de formação do Estado nacional brasileiro – Minas Gerais, 1831 – 1835*. São Paulo: Hucitec, 2008.

GRAHAM, Richard. *Patronage and politics in Nineteenth-Century Brazil*. Califórnia: Stanford University Press, 1990.

GRIMWOOD-TAYLOR, James L. *The British Postal Reforms of 1839 to 1840*. Derby: [s.n.], 1990.

GRIMWOOD-TAYLOR, James L. *International Postal Reforms*. 2 volumes. Londres: The Royal Philatelic Society, 2020.

GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial. Volume I – 1808 – 1831*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

GRISSET, Pascal. *Les révolutions de la communication XIXe – XX e siècle*. Paris: Hachette, 1991.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

HEADRICK, Daniel. *The tools of empire*. Nova York: Oxford University Press, 1981.

HEADRICK, Daniel. *When information came of age: technologies of knowledge in the age of reason and revolution, 1700 – 1850*. Nova York: Oxford University Press, 2000.

HEMMEON, Joseph Clarence. *The history of the British Post Office*. Cambridge: Harvard University, 1912.

HENKIN, David. *The postal age: the emmergence of modern communications in Nineteenth-Century America*. Chicago: The University of Chicago Press, 2006.

HEY, Colin G. *Rowland Hill: Victorian Genius and Benefactor*. Londres: Quiller Press, 1989.

HOBSBAWN, Eric. *A era das revoluções (1789 – 1848)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

HOBSBAWN, Eric. *A era do capital (1848 – 1875)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Capítulos de história do Império*. São Paulo: Companhia das

Letras, 2010.

HOWAT, J. N. T. *South American Packets*. York: The Postal History Society; William Sessions Limited, 1984.

INNIS, Harold A. *Political economy in the modern state*. Toronto: The Ryerson Press, 1946.

JANCSÓ, István (org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec, FAPESP, 2003.

JANCSÓ, István (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec; FAPESP, 2005.

JANCSÓ, István; MACHADO, André, R. A., et al. *Cronologia de história do Brasil monárquico: 1808 – 1889*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2000.

JOHN, Richard R.; SILBERSTEIN-LOEB, Jonathan (eds.). *Making news: the political economy of journalism in Britain and America from the glorious revolution to the internet*. Nova York: Oxford University Press, 2015.

JOHN, Richard R. *Spreading the news: The American Postal System from Franklin to Morse*. Cambridge: Harvard University Press, 1995.

KIELBOWICZ, Richard. *News in the mail: The Press, Post Office and Public Information, 1700 – 1860s*. Nova York: Greenwood Press, 1989.

KLOKE, José. *Os olhos de boi*. Rio de Janeiro: Club Filatélico do Brasil, 1938.

LA PEÑA, Enrique Cárdenas de. *El Correo*. México: Secretaría de Comunicaciones y Transportes, 1987 (Coleção História de las Comunicaciones y los Transportes en México)

LE ROUX, Muriel (org.). *Post Offices of Europe – 18th – 21st Century: a comparative history*. Bruxelas: P.I.E. Peter Lang, 2014.

LONCÁN, Alfonso Herranz. *La Dotación de Infraestructuras en España, (1844 – 1935)*. Madrid : Imprenta del Banco de España, 2004.

LYRA, Augusto Tavares de. *Organização política e administrativa do Brasil: colônia, Império e República*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A utopia do poderoso Império: Portugal e Brasil, bastidores da política (1798– 1822)*. São Paulo: Sette Letras, 1994.

MACBRIDE, Van Dyk. *Barnabas Bates, the Rowland Hill of America*. Nova Jersey: V.D. MacBride, 1947.

MADRAZO, Santos. *El Sistema de Comunicaciones en España, 1750 – 1850*. 2 tomos. Madrid: Colegio de Ingenieros de Caminos, Canales y Puertos/ Ediciones Turner, 1984.

MARTINS, Ana Canas Delgado. *Governança e arquivos: D. João VI no Brasil*. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo, 2007.

MATTOS, Ilmar Rohloff. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004.

MOKYR, Joel. *The enlightened economy: an economic history of Britain, 1700 – 1850*. New Haven/ Londres: Yale University Press, 2009.

MONNIER, François; THUILLIER, Guy. “Les difficultés du métier d’historien de la bureaucratie”. In: *La Revue administrative*, ano 62, n. 370, jul. 2009, pp. 346 – 357.

MONNIER, François; THUILLIER, Guy. “Principes d’histoire de la bureaucratie”. In: *La Revue administrative*, ano 61, n. 363, (maio 2008), pp. 240 – 257.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MOSCO, Vincent. *The political economy of communication*. Londres: SAGE Publications, 1996.

MUESES, Danilo A.; PRIDA, Juan Manuel. *Correo y Filatelia en la República Dominicana en el Siglo XIX*. Estados Unidos da América: s/ed., 2011.

MUIR, Douglas N. *Postal Reform & The Penny Black*. Londres: National Postal Museum, 1990.

NAPIER, George. *The Stamps of the First Issue of Brazil*. Londres: Sefi, Pemberton & Company, ltd., 1923.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial*. São Paulo: Hucitec, 1983.

ÓNODY, Olivier. *A Inflação Brasileira (1820 – 1958)*. Rio de Janeiro: s/ed., 1960

PELÁEZ, Carlos Manuel; SUZIGAN, Wilson. *História Monetária do Brasil*. 2ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

PEREIRA, Vantuil. *Ao soberano congresso*. São Paulo: Alameda, 2010.

PERRY, Charles Richard. *The Victorian Post Office: the growth of a bureaucracy*. Woodbridge, UK: The Royal Historical Society/ The Boydell Press, 1992.

PORTER, Bernard. *Plots and paranoia: a history of Political Espionage in Britain, 1790 – 1988*. Cambridge: Routledge, 2016.

PRED, Allan R. *Urban growth and the circulation of information: the united states system of Cities, 1790 – 1840*. Cambridge: Harvard University Press, 1973.

PRIEST, George L. The history of the Postal Monopoly in the United States. In: *The Journal of Law & Economics*, [s.l.], v. 18, n. 1, abr. 1975, pp. 33 – 80.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RIDINGS, Eugene. “Chambers of commerce and business elites in Great Britain and Brazil in the Nineteenth Century: some comparisons. In: *The Business History Review*, [s.l.], v. 75, n. 4, 2001, pp. 739 – 773.

ROBINSON, Howard. *The British Post-Office: a history*. Nova Jersey: Princeton University Press, 1948.

ROSANVALLON, Pierre. *L'État en France: de 1789 à nous jours*. Paris: Seuil, 1990.

ROSANVALLON, Pierre. *O liberalismo econômico: história sobre a ideia de mercado*. Bauru: EDUSC, 2002.

ROTUNNO, Laura. *Postal Plots in British Fiction, 1840 – 1898: Readdressing Correspondence in Victorian Culture*. Basingtoke: Palgrave/Macmillan, 2013.

SAMPAIO, Felix M. *Dom João VI e o Correio*. Rio de Janeiro: Oficina dos Correios e Telégrafos, 1932, p.3.

SÁ NETTO, Rodrigo de. *A Secretaria de Estado dos Negócios do Império (1823 – 1891)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013. (Cadernos Mapa, n. 5 – Memória da Administração Pública Brasileira). Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/>. Acesso em: 14 mar. 2021.

SÁ NETTO, Rodrigo de. *O Império brasileiro e a Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça (1821-1891)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011. (Cadernos Mapa; n. 2 – Memória da Administração Pública Brasileira). Disponível em: <https://goo.gl/58g7u8>. Acesso em: 14 mar. 2021.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SIEGERT, Bernhard. *Relays: literature as an epoch of the postal system*. California: Stanford University Press, 1999.

SILVA, Wlamir José da. *Liberais e povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na província de Minas Gerais (1830 – 34)*. São Paulo: Hucitec, 2009.

SLEMIAN, Andréa; AIDAR, Bruno; LOPES, José Reinaldo de Lima (orgs.). *Dicionários histórico de conceitos jurídico-econômicos*: (Brasil, séculos XVIII – XIX). 2 vols. São Paulo: Alameda, 2019.

SLEMIAN, Andréa; PIMENTA, João Paulo Garrido. *A corte e o mundo: uma história do ano em que a família real portuguesa chegou ao Brasil*. São Paulo: Alameda, 2008.

SMITH, A. D. *The development of rates of postage: an historical and analytical study*. Londres: George Allen & Unwin Ltd., 1917.

SOBRAL NETO, Margarida. *As Comunicações na Idade Moderna*. Lisboa: Fundação Portuguesa das Comunicações, 2005.

SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo (1780 – 1831)*. São Paulo: Ed. Unifesp, 1999.

STAFF, Frank. *The Penny Post, 1680 – 1918*. Londres: Lutterworth Press, 1964.

SZMRECSÁNYI, Tamás; LAPA, José Roberto do Amaral (orgs.). *História Econômica da Independência e do Império*. São Paulo: Hucitec, 2002

TAPAJÓS, Vicente (org). *História administrativa do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1983.

TUTINO, John (ed.). *New countries: capitalism, revolutions, and nations in the Americas, 1750 – 1870*. Durham: Duke University Press, 2016.

URICOECHEA, Fernando. *O minotauro Imperial: a burocratização do Estado patrimonial brasileiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Difel, 1978.

VAILLÉ, Eugène. *Histoire du Timbre-Poste*. Paris: Presses Universitaires de France, 1947.

VAILLÉ, Eugène. *Le Cabinet Noir*. Paris: Presses Universitaires Françaises, 1950.

VALLAUX, Camilo. *El suelo y el Estado*. Madrid: Daniel Jorro Editor, 1914.

VERDIER, Nicolas. *Un député obstiné: Alexandre Glais-Bizoin, 1800 – 1877, de l'égalité territoriale à la loi sociale*. Paris: Comité pour l'Histoire de La Poste, 2003.

WIENER, Joel. *The war of the unstamped*. Nova York: Cornell University Press, 1969.

WILLCOCKS, Robert M. *England's Postal history to 1840*. Escócia: [s.n.], 1975.

WILLIS, John (ed.). *More than Words: Readings in Transport, Communication and the History of Postal Communication*. Quebec: Canadian Museum of Civilization Corporation, 2007.

WOODWARD, E. L. *The age of reform, 1815 – 1870*. Londres: Oxford University Press, 1938.

WYMER, Norman. *Social reformers*. Oxford: Oxford UP, 1955.

B) Capítulos de livros e anais de eventos

AIDAR, Bruno. “Imposto”. In: SLEMIAN, Andréa; AIDAR, Bruno; LOPES, José Reinaldo de Lima (orgs.). *Dicionários histórico de conceitos jurídico-econômicos*: (Brasil, séculos XVIII – XIX). v. 1. São Paulo: Alameda, 2019, pp. 459 – 482.

ANDRADE, Francisco Eduardo. Poder local e herança colonial em Mariana: faces da Revolta do “Ano da Fumaça” (1833). In: *Termo de Mariana: história e documentação*. Mariana: Ed. UFOP, 1998, pp. 127 – 35.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. “Por uma renovada História Econômica”. In: SAES, Alexandre Macchione; RIBEIRO, Maria Alice Rosa; SAES, Flávio Azevedo Marques de (orgs.). *Rumos da História Econômica no Brasil: 25 anos da ABPHE*. São Paulo: Alameda, 2017, pp. 85 – 112.

BAHAMONDE MAGRO, Angel. “El Sistema Postal en la España Contemporanea, 1833 - 1936”. In: BAHAMONDE MAGRO, Angel ; LORENTE, Gaspar Martínez; CARVAJAL, Luis Enrique Otero. *Las comunicaciones en la construcción del Estado contemporáneo en España: 1700-1936*, Ministerio de Obras Públicas, Transportes y Medio Ambiente, Madrid, 1993, pp. 67 – 122.

BARBOSA, Silvana Mota. “A política progressista: parlamento, sistema representativo e partidos nos anos 1860”. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (orgs.). *Repensando o Brasil do oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, pp. 295 – 324.

BASILE, Marcello. Inventário analítico da imprensa periódica do Rio de Janeiro na regência: perfil dos jornais e dados estatísticos. In: CARVALHO, José Murilo de, e NEVES, Lucia Maria Bastos P. (org.). *Dimensões e fronteiras do Estado brasileiro no oitocentos*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2014.

BATAILLÉ, Olivier. “European Influence on Postal Reform in 19th Century France”. In: LE ROUX, Muriel (org.). *Post Offices of Europe – 18th – 21st Century: a comparative history*. Bruxelas: P.I.E. Peter Lang, 2014.

BENNINGTON, Geoffrey. Postal Politics and the Institution of the Nation. In: BHABHA, Homi (ed.). *Nation and narration*. Londres: Routledge, 1990, pp. 121 – 137.

BOTTIN, Jacques. “Négoce et circulation de l’information au début de l’époque moderne”. In: LE ROUX, Muriel (dir.). *Histoire de la Poste: de l’administration à l’entreprise*. Paris: Éditions Rue d’Ulm, 2002. pp. 41 – 54.

CABRAL, Dilma. Fontes para uma história político-institucional: a experiência do Arquivo Nacional e a memória da administração pública brasileira. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, julho 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300883281_ARQUIVO_anpuhnacionalsp2011.pdf. Acesso em: 25 mar. 2021.

CAMPBELL JR., James I. “Postal Monopoly Laws: History and Development of the Monopoly on the Carriage of Mail and the Monopoly on Access to Mailboxes” [Appendix C]. In: *Study on Universal Postal Service and the Postal Monopoly*. Fairfax: George Mason University, School of Public Policy, 2008.

CAPEL, Horacio. “La dimensión geográfica del servicio de correos”. In: CAPEL, Horacio. *La Cosmópolis y la Ciudad*. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2003, pp. 117 – 158.

CASTRO, Pérola Maria Goldfeder Borges de. “Behind the Bull’s-Eye: Brazilian Postal Reforms in the first half of the Nineteenth Century”. In: SMITH, Susan N. (ed.). *The Winton M. Blount Postal History Symposia: Select Papers from the Seventh, Eighth, and Ninth Symposia*. Washington, D.C.: Smithsonian Scholarly Press, 2020, pp. 129 – 139.

CASTRO, Pérola Maria Goldfeder Borges de. “Gathering Vassals Around the Throne: The Political Economy of Postal Communications in 19th Century Brazil”. In: CREVATO-SELVAGGI, Bruno; GEROLA, Raffaella (eds.). *Proceedings of the International Congress – Postal History: Multidisciplinary and Diachronic Perspectives*, Prato – Itália, 13 – 15 de junho de 2019, pp. 71 – 98.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças; SLEMIAN, Andréa. “Praça mercantil, junta de comércio”. In: SLEMIAN, Andréa; AIDAR, Bruno; LOPES, José Reinaldo de Lima (orgs.). *Dicionários histórico de conceitos jurídico-econômicos: (Brasil, séculos XVIII – XIX)*, v. 2. São Paulo: Alameda, 2019, pp. 217 – 248.

COSTA, Frederico José Lustosa da; COSTA, Elza Marinho Lustosa da; BORTONI, Elaine. Fontes para a nova história da administração pública brasileira. In: *Anais do XXXVIII Encontro da ANPAD*, Rio de Janeiro, setembro 2014. Disponível em: http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2014_EnANPAD_APB663.pdf. Acesso em: 24 mar. 2021.

COSTA, Wilma Peres. “A economia mercantil escravista nacional e o processo de construção do Estado no Brasil (1808 – 1850). In: SZMRECSÁNYI, Tamás; LAPA, José Roberto do Amaral (orgs.). *História econômica da independência e do Império*. São Paulo: Hucitec, 2002.

COSTA, Wilma Peres. “Orçamento”. In: SLEMIAN, Andréa; AIDAR, Bruno; LOPES, José Reinaldo de Lima (orgs.). *Dicionários histórico de conceitos jurídico-econômicos: (Brasil, séculos XVIII – XIX)*. V. 2. São Paulo: Alameda, 2019, pp. 129 – 166.

CREW, Michael A.; KLEINDORFER, Paul R. "Rowland Hill's Contribution as an Economist". In: CREW, Martin A., *et. al.* (eds.). *Competition and innovation in postal services*. Nova York: Springer Science Business, 1991, pp. 1 – 16.

DANTAS, Monica Duarte. "Constituição, poderes e cidadania na formação do Estado-Nacional brasileiro". In: *Fórum Rumos da Cidadania*. Campos do Jordão, São Paulo: Instituto Prometeus de Estudos Ambientais, Culturais e Políticos; Fundação Lia Maria Aguiar, 2009/2010.

DANTAS, Monica Duarte. "O código do processo criminal e a reforma de 1841: dois modelos de organização do Estado (e suas instâncias de negociação)". Conferência apresentada junto ao *IV Congresso do Instituto Brasileiro de História do Direito – Autonomia do direito: configurações do jurídico entre a política e a sociedade*, São Paulo, Faculdade de Direito/ USP, 2009.

DAUNTON, Martin. "Comments". In: CREW, Michael A.; KLEINDORFER, Paul R. "Rowland Hill's Contribution as an Economist". In: CREW, Martin A., *et. al.* (eds.). *Competition and innovation in postal services*. Nova York: Springer Science Business, 1991, pp. 1 – 16.

DE BLOIS, Diane; HARRIS, Robert Dalton. "Using the Official Registers: Local Sources of Postal Revenue". In: *Winton M. Blount Symposium on Postal History*, Smithsonian National Postal Museum, Washington, D.C., 4 de novembro de 2006.

DIAS, Maria Odila da Silva. "A interiorização da metrópole". In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *1822 – Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972, pp. 160 – 184.

DOLHNIKOFF, Miriam *et al.* "Representação política no Império. Crítica à ideia de falseamento institucional". In: LAVALLE, Adrian Gurza (org.). *El horizonte de la política: Brasil y la agenda contemporánea de investigación em el debate internacional*. México: CIESAS, 2011, pp. 125 – 166.

FERRÃO NETO, José Cardoso. "Era no tempo do rei: mídia e oralidade no Brasil de Dom João". In: *VI Congresso Nacional de História da Mídia*, Niterói, maio de 2008.

GEYER, Martin H. One Language for the World. The Metric System, International Coinage, Gold Standard and the Rise of Internationalism, 1850 – 1900. In: GEYER, Martin; PAULMANN, Johannes (eds.). *The Mechanics of Internationalism: Culture, Society, and Politics from the 1840 to the First World War*. Londres: Oxford University Press, 2001, pp. 55 – 91.

GOLDEN, Catherine. "Why is a Raven Like a Writing Desk?: Post Office Reform, Collectible Commodities, and Victorian Culture". In: *Fourth Annual Postal History Symposium*, 31 de Outubro de 2009.

GOLDEN, Catherine. “You Need to Get Your Head Examined: The Unchanging Portrait of Queen Victoria on Nineteenth-Century British Postage Stamps”. In: *Winston M. Blount Postal History Symposium*, 2010.

GÓMEZ, Antonio Castillo. Cinco siglos de cartas: notas sobre la comunicación epistolar en España (siglos XVI a XX). In: LOBO, T., CARNEIRO, Z., SOLEDADE, J., ALMEIDA, A., and RIBEIRO, S. (orgs.). *Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias*. Salvador: EDUFBA, 2012, pp. 607-622.

GORHAM, Deborah. Victorian reform as a family business: the Hill Family. In: WOHL, Anthony (ed.). *The Victorian family: structure and stresses*. Londres: Croom Helm, 1978, pp. 119 – 147.

GOULARTI FILHO, Alcides. “Agências e linhas dos correios na integração do território catarinense no século XIX”. In: *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 47, n. 2, p. 395 – 498, abr/jun. 2017, pp. 395 – 428.

GRISSET, Pascal; FERNANDEZ, Alexandre. “Les logiques spatiales de l’innovation, XIXe – Xxe siècles”. In: *Histoire, économie et société*. Paris: Armand Colin, 2007, pp. 3 – 13.

HEADRICK, Daniel. “British Imperial Postal Networks”. In: *XIV International Economic History Congress*, Helsinki, 2006.

HERNÁNDEZ ROJAS, Gustavo Adolfo. “El servicio postal em Colombia entre 1859 y 1920”. In: *Memorias del XVIII Congresso colombiano de historia, 10 – 13 de outubro de 2017, Medellín*, pp. 25 – 40.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. “A herança colonial – sua desagregação”. In: *História geral da civilização brasileira. O processo de emancipação*. t II., v. 3. 9 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. pp. 13 – 47.

HÖRNER, Erik. Cidadania e insatisfação armada: a “Revolta Liberal” de 1842 em São Paulo e Minas Gerais. In: DANTAS, Monica Duarte. *Revoltas, Motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011.

JANCSÓ, István. “A Construção dos Estados Nacionais na América Latina: apontamentos para o estudo do Império como projeto”. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; LAPA, José Roberto do Amaral (orgs.). *História econômica da independência e do Império*. São Paulo: Hucitec, 2002.

JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo Garrido. “Peças de um mosaico (apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)”. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Ed. SENAC, 2000.

JOHN, Richard R. “History of Universal Service and the Postal Monopoly” [Appendix D]. In:

Study on Universal Postal Service and the Postal Monopoly. Fairfax: George Mason University, School of Public Policy, 2008.

JOHN, Richard R. "Communications networks in the United States: from Chappe to Marconi". In: VALDIVIA, Angharad N.; NERONE, John (eds.). *The International Encyclopedia of Media Studies*, v. 1, Oxford: Wiley-Blackwell, 2013, pp. 310 – 332.

JOHN, Richard. "Postal systems". In: *International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences*. Oxford: Elsevier, 2015. pp. 640 – 643.

JOHN, Richard. "Private enterprise, public good? – Communications deregulation as a national political issue, 1839 – 1851". In: PASLEY, Jeffrey; ROBERTSON, Andrew; WALDSTREICHER, David (Eds.). *Beyond the founders: new approaches to the political history of Early American Republic*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2004.

JOHN, Richard. "Private enterprise, public good? Communications deregulation as a national political issue, 1839 – 1851". In: PASLEY, Jeffrey; ROBERTSON, Andrew; WALDSTREICHER, David (eds.). *Beyond the founders: new approaches to the political history of the Early American Republic*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2004, pp. 328 – 354.

KEEP, Christopher. "Technology and Information: accelerating developments". In: BRANTLINGER, Patrick; THESING, William B. (eds.). *A Companion to the Victorian Novel*. Oxford: Blackwell, 2002.

LAAKSO, Seija-Riitta. "In search of information flows – Postal historical methods in historical research". In: MÜLLER, Leos; OJALA, Jari (eds.). *Information Flows: New Approaches in the Historical Study of Business Information*. Helsinki: Finnish Literature Society, 2007, pp. 84 – 102.

LANGLOIS, Olivia. "The English Impact on the Adoption of a Unique Tax in France and Other European Countries". In: LE ROUX, Muriel (org.). *Post Offices of Europe – 18th – 21st Century: a comparative history*. Bruxelles: P.I.E. Peter Lang, 2014, pp. 429 – 439.

LORENTE, Gaspar Martínez. "La red postal entre los siglos XVIII al XXI: Renta Real, Servicio Público y Liberalización". In: *Seminario Interdisciplinar de Estudios sobre Cultura Escrita*, Universidad de Alcalá, 2010 – 2011.

MARSON, Isabel Andrade. "O Império da Revolução: matrizes interpretativas dos conflitos da sociedade monárquica". In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998, p. 73-10.

MARVIN, Carolyn. Space, time and captive communications history. In: MANDER, Mary S. (ed.). *Communications in transition: issues and debates in current research*. Nova York: Praeger, 1983, pp. 20 – 38.

MAY, Stacy. Government ownership. In: SELIGMAN, Edwin; JOHNSON, Alvin (eds.). *Encyclopedia of the Social Sciences*. Nova York: The MacMillian Company, 1934, pp. 111 – 119.

MONGE, Peter; MARGOLIN, Drew. “Communication Networks”. In: DONSBACH, Wolfgang (ed.). *The International Encyclopedia of Communication*. Malden, MA: Blackwell Publishing, 2008, pp. 790 – 796.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. “Opinião Pública”, In: FERES JR., João (org.). *Léxico da história dos conceitos políticos no Brasil*. 2. ed. Revista e ampliada, Belo Horizonte, UFMG, 2014, p. 155 – 171.

OLIVEIRA, Cecília Helena L. De Salles. “Liberalismo, monarquia e negócios: laços de origem”. In: *Monarquia, liberalismo e negócios no Brasil, 1780 – 1860*. São Paulo: EDUSP, 2013, pp. 9 – 33.

OSBORNE, Brian; PIKE, Robert. “Lowering the Walls of Oblivion: The Revolution in Postal Communications in Central Canada, 1851 – 1911”. In: AKENSON, Donald H. (ed.). *Canadian Papers in Rural History*. Gananoque: Langdale Press, 1984, pp. 201 – 225.

PRADO JÚNIOR, Caio. “Administração”. In: *Formação do Brasil contemporâneo (Colônia)*. São Paulo: Brasiliense, 1976, pp. 298 – 340.

PRADO JÚNIOR, Caio. “D. João VI no Brasil”. In: *Evolução política do Brasil: Colônia e Império*. São Paulo: Brasiliense, 2007, pp. 43 – 51.

RIBEIRO, Gladys Sabina; PEREIRA, Vantuil. “O Primeiro Reinado em revisão”. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial (1808 – 1831)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. pp. 137 – 173.

SANCHEZ-ALBORNOZ, Nicolás. “La progresión de la comunicación postal”. In: SANCHEZ-ALBORNOZ, Nicolás. *Jalones de la modernización de España*, Barcelona: Ariel, 1975, pp. 87 – 97.

VINCENT, David. “Communications, community and the State”. In: EMSLEY, Clive; WALVIN, James (eds.). *Artisans, peasants and proletarians, 1760 – 1860*. Cambridge: Routledge Kegan & Paul, 1985, pp. 166 – 186.

Artigos de periódicos

ALBION, Robert. “The communication revolution”. In: *The American Historical Review*, [s.l.], v. 37, n. 4, jul. 1932, pp. 718 – 720.

ALBORNOZ, Nicolás Sánchez. El movimiento postal de España entre 1846 y 1867: correo y

desarrollo económico. *Moneda y Crédito*, [s.l.], v.114, p. 75-85. 1970.

ALEMANY, Luís. “Ojos de Buey, 1843: Los primeros sellos de América”. In: *Cadernos de Filatelia*, n. 19. Madrid: Federación Espanhola de Sociedades Filatélicas, 2004.

ARROYO, Mónica. “Território, mercado e Estado: uma convergência histórica”. In: *GEOgraphia*, Niterói, ano 6, n. 12, 2004.

BARATA, Mário. “Aspectos históricos dos Correios do Brasil”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 259, 1963, pp.134-154.

BARBOSA, Pedro Henrique Batista. “As Tarifas Alves Branco: entre o protecionismo e a preocupação fiscal”. In: *Em Tempo de Histórias* (PPGHIS/UnB), n. 24, Brasília, jan./jul. 2014, pp. 60 – 82.

BARMAN, Roderick J. (2012) The enigma of liberalism in Imperial Brazil, 1822-1889. In: *Liberalism, Monarchy and Empire: ambiguous relationships*, 10 February 2012, Senate House, London. (Unpublished).

BARREYRE, Nicolas. Administration et franchise. La Poste, le Congrès et les formes de l'État au XIXe siècle. In: *Revue française d'études américaines*, [s.l.], v. 2, n. 112, pp. 52 – 64. 2007.

BARROS NETO, João Pinheiro de Barros. A difícil missão de vencer distâncias. *Nossa História*, [s.l.], n. 34, p. 32 – 36, jun. 2006.

BEHRINGER, Wolfgang. “Introduction: Communication in Historiography”. In: *German History*, [s.l.], v. 24, n. 3, 2006, pp. 325 – 332.

BEHRINGER, Wolfgang. “Communications revolutions: a historiographical concept”. In: *German History*, [s.l.], v. 24, n. 3, 2006, pp. 333 – 374.

BENTIVOGLIO, Julio. “Palacianos e aulicismo no Segundo Reinado – a Facção Áulica de Aureliano Coutinho e os bastidores da Corte de d. Pedro II”. In: *Revista Esboços*, [s.l.], v. 17, n. 23, 2010, pp. 187 – 221.

BLADH, Mats. “The political economy and the natural monopoly of the postal service: the swedish case”. In: *The Journal of Interdisciplinary Economics*, [s.l.], v. 12, 2001, pp. XX.

BRETAGNOLE, Anne; VERDIER, Nicolas. “Images d'un Réseau en evolution: les routes de poste dans la France préindustrielle (XVIIe siècle – début XIXe siècle)”. In: *M@ppemonde*, 79, v. 3, 2005.

BROOKMAN, L. G. “The 100th Anniversary of the “Bulls Eyes” Stamps of Brazil”. In: *American Philatelist*, [s.l.], jul. 1943.

BUESCU, Mircea. “A inflação brasileira de 1850 a 1870: monetarismo e estruturalismo”. In: *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, 26 (4), out./dez. 1972, pp. 125 – 147.

CARLES, Christiane Laffite. “Navegación y correos en la Costa colombiana en la época de la Independencia”. In: *Huellas – Revista de la Universidad del Norte*, Barranquilla, n. 38, agosto 1993, pp. 5 – 10.

CARVALHO, Marieta Pinheiro de. “Administração e ação política na Corte do Rio de Janeiro: a Secretaria de Estado dos Negócios do Brasil”. In: *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, pp. 45 – 58, jul/dez. 2021.

CLAVERIA, Gloria. El léxico del correo en los diccionarios de la Academia Española de la segunda mitad del siglo XIX. In: *Estudi General 21 – Revista de la Facultat de Lletres de la Universitat de Girona*, [s.l.], v. 1, 2001. pp. 381 – 393.

COASE, Ronald. “Rowland Hill and the Penny Post”. In: *Economica*, New Series, [s.l.], v. 6, n. 24, nov. 1939, pp. 423 – 435.

CORRÊA, Roberto Lobato. Redes geográficas: reflexões sobre um tema persistente. In: *Cidades*, [s.l.], v. 9, n. 16, 2012. pp. 1 – 20.

COSTA, Wilma Peres. “Finanças e construção do Estado: fontes para o estudo da história tributária no Brasil do século XIX”. In: *América Latina em la Historia Económica*, [s.l.], v. 7, n. 13/14, 2000, pp. 51 – 65.

DIAZ, Delphine. “Des Brésiliens dans la France des années 1820. Contribution à une histoire des mobilités transatlantiques au XIXe siècle”. In: *Amnis – Revue de civilisation contemporaine Europes/Amériques*, 12, 2013.

DONAJGRODZKI, A. P. “Sir James Graham at the Home Office”. *Historical Journal*, [s.l.], v. 20, ed. 1, mar. 1977, pp. 97 – 120.

EL-KAREH, Almir Chaiban. “A Companhia Brasileira de Paquetes a Vapor e a centralidade do poder monárquico”. In: *História Econômica & História de Empresas*, [s.l.], v. 2, 2002, pp. 7 – 27.

EL-KAREH, Almir Chaiban. “O Rio de Janeiro e as primeiras linhas transatlânticas de paquetes a vapor: 1850 – 1860”. In: *História Econômica & História de Empresas*, [s.l.], v.1.2, 2003, pp. 33 – 56.

FRIEND, Antonio Rojas; FUENTES, Juan Francisco. “Una nota sobre el gasto de timbre de correo a mediados del siglo XIX”. In: *Revista de Historia Económica*, ano XIV, n. 1, 1996, pp. 231 – 237.

GOLDEN, Catherine. “Rowland Hill (1795 – 1879)”. In: *Victorian Review*, [s.l.], v. 37, n. 1, 2011.

GOULARTI FILHO, Alcides. “Agências e linhas dos correios na integração do território catarinense no século XIX”. In: *Revista de Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 47, n. 2, abr./jun. 2017, pp. 395 – 428.

GRAVESON, Samuel. “The uniform penny post”. In: *Journal of the Royal Society of Arts*, [s.l.], v. 88, n. 4562, 1940, pp. 644 – 646.

GREENBERG, Dolores. “Energy, power and perceptions of social change in the early nineteenth century”. In: *The American Historical Review*, [s.l.], v. 95, n. 3, jun. 1990, pp. 693 – 714.

GREGORY, Derek. “The friction of distance? Information circulation and the mails in early nineteenth-century England”. In: *Journal of Historical Geography*, [s.l.], v. 13, n. 2, pp. 130 – 154, 1987.

HANLEY, Anne G. “A failure to deliver: municipal poverty and the provision of public services in Imperial São Paulo, Brazil 1822 – 1889”. In: *Journal of Urban History*, [s.l.], v. 39, n. 3, p. 513 – 535, 2012.

HANLEY, Anne G.; LOPES, Luciana Suarez. “Can public accounts be trusted? Evidence from the historical record in São Paulo, Brazil 1836 – 1850”. (*mimeo*). *Eleventh International Congress of the Brazilian Studies Association - BRASA*, [s.l.], set. 2012.

HERNÁNDEZ ROJAS, Gustavo Adolfo. “Correistas, estafetas y líneas postales en Antioquia entre 1859 y 1919”. In: *Historia 2.0 – Conocimiento Histórico en Clave Digital*, ano VI, número 11, jan./jun. 2016, pp. 202 – 223.

HESPANHA, António M. “O direito administrativo como emergência de um governo ativo (1800 – 1910)”. In: *Revista de História das Ideias*, [s.l.], v. 26, 2005, pp. 119 – 159.

HESPANHA, António Manuel. *Centro e periferia nas estruturas administrativas do Antigo Regime*. [s.l.], 2017. Disponível em: http://www.fd.unl.pt/docentes_docs/ma/amh_MA_3900.pdf. Acesso em: 15 nov. 2017.

HOROWITZ, Sarah. “Policing and the problem of privacy in Restoration-Era France, 1815-30”. In: *French History*, [s.l.], v. 27, n. 1, 2013, pp. 45 – 68.

JOHN, Richard R. “Governmental institutions as agents of change: rethinking american political development in the early Republic, 1787 – 1835”. In: *Studies in American Political Development*, [s.l.], v. 11, pp. 347 – 380. 1997.

JOHN, Richard R. “Private mail delivery in the United States during the nineteenth century: a sketch. In: *Business and Economic History*, [s.l.], v. 15, 1986, p. 135 – 147.

JOHN, Richard R. “Projecting power overseas: U.S. Postal Policy and International Standard-Setting at the 1863 Paris Postal Conference”. *The Journal of Policy History*, [s.l.], v. 27, n. 3,

2015, pp. 416 – 438.

JOHN, Richard R. “The political economy of postal reform in the Victorian Age”. In: *Smithsonian Contributions to History and Technology*, [s.l.], n. 55, p. 3 – 12, 2010.

KAUKIAINEN, Yrjö. “Shrinking the world: improvements in the speed of information transmission, c. 1820 – 1870”. In: *European Review of Economic History*, [s.l.], 5, pp. 1 – 28. Reino Unido: Cambridge University Press, 2001.

KENNEDY, Jane. “Development of postal rates: 1845 – 1955”. In: *Land Economics*, [s.l.], v. 33, n. 2, 1957, pp. 93 – 112.

LABORIE, Léonard. Mondialisation postale: innovations tarifaires et territoires dans la seconde moitié du XIXe siècle. In: *Histoire, économie & société*, [s.l.], v. 2, 26^e année, p. 15 – 27. 2007.

LAVENIR, Catherine Bertho. Le facteur national: la politique des réseaux postaux. *Les cahiers de médiologie*, [s.l.], v. 1, n. 3, pp. 31 – 41. 1997.

LEPETIT, Bernard. “L’impensable Réseau. Les routes Françaises avant les chemins de fer”. In: *Cahier/ Groupe Réseaux*, [s.l.], n. 5, 1986, pp. 11 – 29.

LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. “Evolução dos preços e do padrão de vida no Rio de Janeiro, 1820 – 1930 – resultados preliminares”. In: *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 4, pp. 235 – 265, out/dez. 1971.

MANCHESTER, Alan. “The growth of bureaucracy in Brazil, 1808 – 1821”. In: *Journal of Latin American Studies*, [s.l.], v. 4, n. 1, 1972, pp. 77 – 83.

MARCONDES, Renato Leite. “O mercado brasileiro do século XIX: uma visão por meio do comércio de cabotagem”. In: *Revista de Economia Política*, [s.l.], v. 32, n. 1, 2012.

MARGUERIT, Mathilde. “La mise en place du réseau postal dans les campagnes du XIX e siècle. Une étude de cas: le département du Nord”. *Flux*, [s.l.], n. 42, p. 48 – 59. 2000.

MARSON, Izabel Andrade. “Antigo Regime, feudalismo, servidão, escravidão: diálogos entre antigos e modernos na argumentação sobre “inconclusão” da nação liberal no Brasil (séculos XIX e XX)”. In: *Revista de História*, [s.l.], ed. especial, 2010, pp. 165 – 186.

MARSON, Izabel Andrade. “Do Império das “revoluções” ao Império da “escravidão”: temas, argumentos e interpretações da História do Império (1822 – 1950)”. In: *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 50, p. 125 – 173, jan./jun. 2009.

MARTINS, Ana Canas Delgado. “Administração Joanina: O rei a governar do Rio de Janeiro”. In: *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, jan./jun. 2012, pp. 103 – 116.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. “A velha arte de governar: o Conselho de Estado no Brasil Imperial”. In: *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 12, jan/jun. 2006, pp. 178 – 221.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. “Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política”. In: *Almanack Brasiliense*, [s.l.], n. 1, 2005, pp. 8 – 26.

MOREL, Marco. “Palavras além das letras: apontamentos sobre imprensa e oralidade na primeira metade do século XIX”. *Acervo – Revista do Arquivo Nacional*, [s.l.], v. 23, n. 1, jan-jun., França e Brasil: história, v. 23, n. 1, pp. 63 – 80, 2010.

MORENO CABANILLAS, Rocío. “Cartas para administrar desde la distancia. El caso de la Administración de Correos de Cartagena de Indias (1764 – 1821). Un estado de la cuestión”. In: *Bibliographia Americana*, n. 8 (2012), pp. 210 – 231.

MUSSO, Pierre. “La raison du Réseau”. In: *Quaderni*, [s.l.], n. 52, 2003.

NEEDELL, Jeffrey. “Formação dos partidos políticos no Brasil da regência à conciliação”. In: *Almanack Brasiliense*, [s.l.], n. 10, 2009, pp. 5 – 29.

NOETHER, Emiliana P. “‘Morally Wrong’ or ‘Politically Right’? Espionage in Her Majesty’s Post Office, 1844 – 45”. *Canadian Journal of History/ Annales Canadiennes d’Histoire*, [s.l.], v. XXII, abr. 1987, pp. 41 – 57.

OGER, Benoît. Les mutations de la Poste de 1792 à 1990, entre ruptures et continuités. In: *Flux*, [s.l.], n. 42, p. 7 – 21. 2000.

OLDS, Kelly B. “The Challenge to the U.S. Postal Monopoly, 1839 – 1851”. In: *Cato Journal*, [s.l.], v. 5, n. 1, 1995, pp. 1 – 24.

PANG, Eul-Soo; SECKINGER, Ron. “The mandarins of Imperial Brazil”. In: *Comparative Studies in Society and History*, [s.l.], v. 14, n. 2, mar., 1972, pp. 215 – 244.

PHILLIPS, John; WETHERELL, Charles. “The great reform act of 1832 and the political modernization of England”. In: *The American Historical Review*, [s.l.], v. 100, n. 2, 1995, pp. 441 – 436.

RICHEZ, Sébastien. “Le Facteur rural des postes em France avant 1914: un nouveau médiateur au travail”. In: *Le Mouvement Social*, [s.l.], n. 218, jan./mar. 2007, pp. 29 – 44.

RICHEZ, Sébastien. L’essor postal dans le Calvados au cours de la seconde moitié du XIX siècle”. In: *Annales de Normandie*, [s.l.], v. 50, n. 4, pp. 523 – 545. 2000.

RIDINGS, Eugene. “Chambers of commerce and business elites in Great Britain and Brazil in the Nineteenth Century: some comparisons”, *The Business History Review*, [s.l.], v. 75, n. 4, 2001, pp. 739 – 773.

ROCHA, Antonio Penalves. “A difusão da economia política no Brasil entre fins do século XVIII e início do XIX”. In: *Revista de Economia Política*, [s.l.], v. 13, n. 4, p. 52, out/dez./1993, pp. 47 – 57.

RODRÍGUEZ, Carmen. “Las tarifas postales españolas hasta 1850 (del pago aplazado al franqueo previo)”. In: *Investigaciones Históricas. Época Moderna Y Contemporánea*, Valladolid, [s.l.], n. 2, 1980, pp. 109 – 165.

ROGOWSKI, Jon. “Political institutions, the separation of powers, and the United states post office: presidential influence in na era of congressional dominance”, *American Political Science Review*, [s.l.], v. 5, n. 2, pp. 1 – 37. 2014.

SANDOICA, Elena Hernández. “Transporte marítimo y horizonte ultramarino en la España del siglo XIX: La naviera “Antonio López” y el servicio de Correios a las Antillas”. In: *Cuadernos de Historia Contemporánea*, n. 10. Madrid: Editorial Universidad Complutense, 1988, pp. 45 – 70.

SANGLARD, Gisele. “De Nova Friburgo a Fribourg através das letras: a colonização suíça vista pelos próprios imigrantes”. In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, [s.l.], v. 10, 2003, pp. 173 – 202.

SANTOS, N. P. Teixeira. A carta e o crime. In: *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, ano 27, n. 108, out.\set. 1990. pp. 207 – 220.

SEGAL, Zef. Communication and State Construction: the postal service in German States, 1815 – 1866. *Journal of Interdisciplinary History*, [s.l.], XLIV: 4, p. 453 – 473. 2014.

SILVA, Domingos Carvalho da. “O servidor público na legislação do primeiro reinado”. In: *Revista de Serviço Público*, Brasília, v. 108, n. 1, jan./abr. 1973, pp. 187 – 199.

SILVA, Lílian França da; SARAIVA, Luiz Fernando. “Os atos do poder legislativo no Império Brasileiro (1826 – 1889)”. In: Passagens. *Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, jan./abr. 2011, pp. 5 – 32.

SMITH, F. B., “British Post Office Espionage 1844”, *Historical Studies*, [s.l.], n. 4, 1970, pp. 189 – 203.

SOARES, Rodrigo Goyena. “Estratificação profissional, desigualdade econômica e classes sociais na crise do império. Notas preliminares sobre as classes imperiais”. In: *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 41, pp. 446 – 489, maio/ago. 2019.

TESSITORE, Viviane. História administrativa, a chave para os arquivos públicos. *Arquivo & História*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 33-46, 1996.

TILLY, Charles. “The Time of States”. In: *Social Research*, [s.l.], v. 61, n. 2, 1994. pp. 269 – 295.

TOPIK, Steven. "The state's contribution to the development of Brazil's internal economy, 1850 – 1930. In: *The Hispanic American Historical Review*, [s.l.], v. 65, n. 2, 1985, pp. 203 – 228.

TURNER, Edward Raymond. "The secrecy of the post". *The English Historical Review*, [s.l.], v. 33, n. 131, jul. 1918, pp. 320 – 327.

VAN ALLEN, Nicholas; LAFRENIERE, Don. "Rebuilding the Landscape of the Rural Post Office: A Geo-Spatial Analysis of 19th-century Postal Spaces and Networks. In: *Rural Landscapes: Society, Environment, History*, [s.l.], 3(1): 2, 2016, pp. 1 – 19.

VIDAL, Frédéric. "L'organisation d'une poste à domicile à Lisbonne durant la première moitié du XIXe siècle: Gestion et usage de l'espace urbain". In: *Histoire Urbaine*, [s.l.], 53, 2018, pp. 141 – 160.

VINCENT, David. "The origins of public secrecy in Britain". *Transactions of The Royal Historical Society*, [s.l.], v. 1, 1991, pp. 229 – 248.

WASKO, Janet. "Studying the political economy of media and information". In: *Comunicação e Sociedade*, [s.l.], v. 7, 2005, pp. 25 – 48.

WELLER, Toni; BAWDEN, David. "The social and technological origins of the information society". In: *Journal of Documentation*, [s.l.], v. 61, n. 6, 2005, pp. 777 – 802.

WEHLING, Arno. "Ruptura e continuidade no Estado brasileiro, 1750 – 1850". In: *Historia Constitucional (revista eletrônica)*, n. 5, 2004.

WILLIS, John. « L'importance sociale du bureau de poste en milieu rural au Canada, 1880 – 1945 » . In : *Histoire Sociale/ Social History*, [s.l.], v. XXX, n. 59, 1997.

C) Teses, dissertações e monografias

ALMEIDA, Joana Estorninho de. *A cultura burocrática ministerial: repartições, empregados e quotidiano das secretarias de Estado na primeira metade do século XIX*. 2008. 466 p. (Tese de Doutorado) - Universidade de Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2008.

ALMEIDA, José Tadeu. *Transição Política e Política Econômica no Brasil-Império: 1853 – 1862*. 2010. 151 p. (Dissertação de Mestrado) – Instituto de Economia, UNICAMP, Campinas: 2010.

AZEVEDO, Jussara França de. *Políticas tarifárias e indústria no Império Brasileiro (1840 – 1889)*. 2018. 578 p. (Tese de Doutorado) - FFLCH/USP, São Paulo, 2018.

BAUER, Deborah Susan. *Marianne is watching: knowledge, secrecy, intelligence and the*

origins of the french surveillance state (1870 – 1914). 2013. 555 p. (Tese de Doutorado) - University of California, Los Angeles, 2013.

CABRAL, Luciano Mendes. *Selos, Moedas e Poder: O Estado imperial e seus símbolos – 1840 – 1889*. 2008. 188 p. (Dissertação de Mestrado). Universidade Severino Sombra, Vassouras: 2008.

CHU, Pao Hsun. *The post office of the United States*. 1932. 148 p. (Tese de Doutorado) - Columbia University, Nova York, 1932.

CIRINO, Raissa Gabrielle Vieira. *Pelo bem da “pátria” e pelo Imperador: o conselho presidencial do maranhão na construção do Império (1825 – 1831)*. 2015. 169 p. (Dissertação de Mestrado) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2015.

COSTA, Vivian Chierigati. *Suspensão de garantias na monarquia constitucional representativa brasileira: debates parlamentares, práticas políticas e contestação à ordem (1824 – 1842)*. 524 p. (Tese de Doutorado). FFLCH/USP, São Paulo, 2020

DAVIS, Hugh Houck. *The reform career of Joshua Leavitt, 1794 – 1873*. 1969. 403 p. (Tese de Doutorado em História Moderna) - The Ohio State University, 1969.

FERRAZ, Sérgio Eduardo. *O Império revisitado: instabilidade ministerial, câmara dos deputados e poder moderador (1840 – 1889)*. 2021. 355 p. (Tese de Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

GARCÍA-MONTÓN GARCÍA-BAQUERO, Isabel. *El sistema de Correos interiores y el desarrollo regional en Cuba, 1754-1868*. 1991. 560 p. (Tese de Doutorado) - Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 1991.

GARNER, Lydia Magalhães Nunes. *In pursuit of order: a study in Brazilian centralization, the Section of Empire of the Council of State, 1842 – 1889*. 1988. 871 p. (Tese de Doutorado) - Baltimore, John Hopkins University, 1988.

GUAPINDAIA, Mayra Calandrini, *O controle do fluxo das cartas e as reformas de Correio na América Portuguesa (1796 – 1821)*. 2019. 351 p. (Tese de Doutorado) - Universidade de Lisboa, Lisboa, 2019.

HOLUB, Norman. *The Liberal Movement in Brazil, 1808 – 1854*. 1968. 364 p. (Tese de Doutorado) - New York University, Nova York, 1968.

LANGLOIS, Olivia. *Contribution à l’histoire du service public postal (de la Révolution au tournant libéral du Second Empire)*. 2003. (Tese de Doutorado) - Université de Strasbourg, Strasburgo, 2003.

LE MOS, Nathalia Gama. *Um Império nos trópicos: a atuação do intendente geral de polícia, Paulo Fernandes Vianna, no Império Luso-Brasileiro (1808 – 1821)*. 2012. 130 p. (Dissertação de Mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

MACÁRIO, Mariana Pedron. *José Clemente Pereira e o debate jurídico do Império (1830 – 1850)*. 2011. 90 p. (Dissertação de Mestrado) - Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

MACULAN, Carlos Eduardo. *As luzes do tempo: Baptista Caetano de Almeida, projeto civilizacional e práticas políticas no Brasil pós-Independência (São João Del Rei, 1824 – 1839)*. 2011. 219 p. (Dissertação de Mestrado) - UFJF, Juiz de Fora, 2011.

MORAIS, Christianni Cardoso. *Para aumento da instrução da mocidade da nossa pátria: leitores, leituras, livros e biblioteca na Vila de São João Del Rei (1824 – 1831)*. 2000. 205 p. (Monografia) - FUNREI, São João Del Rei, 2000.

MORAIS, Viviane Alves de. *Estradas interprovinciais no Brasil Central: Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais (1834 – 1870)*. 2010. 276 p. (Dissertação de mestrado) - FFLCH/USP, São Paulo, 2010.

MOREIRA, Luciano Silva. *Imprensa e opinião pública no Brasil Império: Minas Gerais e São Paulo, 1826 – 1842*. 2011. 302 p. (Tese de Doutorado) – UFMG, Belo Horizonte, 2011.

MOTTA, Rosemary Tofani. *Baptista Caetano de Almeida: um mecenas do projeto civilizatório em São João Del Rei no início do século XIX – a biblioteca, a imprensa e a sociedade literária*. 2000. 173 p. (Dissertação de Mestrado) – UFMG, Belo Horizonte, 2000.

MÜLLER, Carlos Alves. *Longa distância: a evolução dos sistemas nacionais de telecomunicações da Argentina e do Brasil em conexão com as telecomunicações internacionais (1808 – 2003)*. 2007. 474 p. (Tese de Doutorado) - UnB, Brasília, 2007.

NUNES, Tassia Toffoli. *Liberdade de imprensa no Império brasileiro: os debates parlamentares (1820 – 1840)*. 2010. 174 p. (Dissertação de Mestrado) - FFLCH/USP, São Paulo, 2010.

OLIVEIRA, Helena de. *Edição semidiplomática e análise diacrítica de manuscritos do século XIX da administração geral dos Correios em São Paulo*. 2010. 147 p. (Dissertação de Mestrado) - FFLCH/USP, São Paulo, 2010.

PEIXOTO, Renato Amado. *A máscara da medusa: a construção do espaço nacional brasileiro através das corografias e da cartografia no século XIX*. 2005. 439 p. (Tese de Doutorado) - IFCS, UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.

REINHART, Helen Katherine. *A political history of the Brazilian Regency, 1831 – 1840*. 1960. 263 p. (Tese de Doutorado) - Universidade de Illinois, Urbana, 1960.

RODARTE, Mario Marcos Sampaio. *O Caso das Minas que não se esgotaram: a pertinácia do antigo núcleo central minerador na expansão da malha urbana da Minas Gerais oitocentista*. 1999. 179 p. (Dissertação de Mestrado) – UFMG/CEDEPLAR, Belo Horizonte: 1999.

RODRIGUES, Luaia da Silva. *O Justo Meio: a política regressista de Bernardo Pereira de*

Vasconcelos (1835 – 1839). 2016. 191 p. (Dissertação de Mestrado) – UFF, Niterói: 2016.

ROJAS, Gustavo Adolfo Hernández. *El sistema de correos en Antioquia entre 1859 – 1919*. 2010. 223 p. (Dissertação de Mestrado) – Facultad de Ciencias Humanas y Económicas, Universidad Nacional de Colombia, Medellín: 2010.

SABA, Roberto Nicolas Puzzo Ferreira. *As vozes da nação: a atividade peticionária e a política do início do Segundo Reinado*. 2010. 215 p. (Dissertação de Mestrado) - FFLCH/USP, São Paulo: 2010.

SALVINO, Romulo Valle. *Guerras de papel: Disputas e estratégias em torno da comunicação escrita na América portuguesa (c. 1650 – c. 1750)*. 2018. 428 p. (Tese de Doutorado). UnB, Brasília: 2018.

SAMPAIO, Marcos Guedes Vaz. *Uma contribuição à história dos transportes no Brasil: a Companhia Bahiana de Navegação a Vapor (1839 – 1894)*. 2006. 341 p. (Tese de Doutorado). – FFLCH – USP, São Paulo: 2006.

SILVA, Amado Francisco da. *A contabilidade brasileira no século XIX – Leis, ensino e literatura*. 2005. 124 p. (Dissertação de Mestrado) - PUC – SP, São Paulo: 2005.

SLEMIAN, Andréa. *Sob o império das leis. Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822 – 1834)*. 2006. 339 p. (Tese de Doutorado) - FFLCH/USP, São Paulo, 2006.

SPINOSA, Vanessa. *Vocação para a justiça: o serviço público como missão cidadã (Brasil, 1840 – 1889)*. 2016. 355 p. (Tese de Doutorado) - Universidade de Salamanca, Salamanca, 2016.

VENCESLAU, Igor. *Correios, logística e uso do território: o serviço de encomenda expressa no Brasil*. 2017. 250 p. (Dissertação de Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH/USP São Paulo, 2017.

ANEXOS⁷⁸⁴

ANEXO 1 - Portes das cartas entre Rio de Janeiro e Minas Gerais, em réis (1809)

(Continua)

Peso	São João Del Rey	Vila Rica	Mariana	Tamanduá	Sabará e Campanha	Pitangui	Vila do Príncipe	Tejuco	Paracatú	Goiás, Mato Grosso e Pará
4/8	\$80	\$100	\$120	\$125	\$140	\$145	\$200	\$230	\$280	\$580
6/8	\$120	\$150	\$180	\$190	\$210	\$220	\$300	\$345	\$420	\$870
8/8	\$160	\$200	\$240	\$255	\$280	\$295	\$400	\$460	\$560	1\$160
10/8	\$200	\$250	\$300	\$320	\$350	\$370	\$500	\$575	\$700	1\$450
12/8	\$240	\$300	\$360	\$385	\$420	\$445	\$600	\$690	\$840	1\$740
14/8	\$280	\$340	\$420	\$450	\$490	\$520	\$700	\$805	\$980	2\$030
16/8	\$320	\$400	\$480	\$515	\$560	\$595	\$800	\$920	1\$120	2\$320
18/8	\$360	\$450	\$540	\$580	\$630	\$670	\$900	1\$035	1\$260	2\$610
20/8	\$400	\$500	\$600	\$645	\$700	\$745	1\$000	1\$150	1\$400	2\$900
22/8	\$440	\$550	\$660	\$710	\$770	\$820	1\$100	1\$265	1\$540	3\$190
24/8	\$480	\$600	\$720	\$775	\$840	\$895	1\$200	1\$380	1\$680	3\$480
26/8	\$520	\$650	\$780	\$840	\$910	\$970	1\$300	1\$495	1\$820	3\$770
28/8	\$560	\$700	\$840	\$905	\$980	1\$045	1\$400	1\$610	1\$960	4\$060
30/8	\$600	\$750	\$900	\$970	1\$050	1\$120	1\$500	1\$725	2\$100	4\$350
32/8	\$640	\$800	\$960	1\$035	1\$120	1\$195	1\$600	1\$840	2\$240	4\$640
34/8	\$680	\$850	1\$020	1\$100	1\$190	1\$270	1\$700	1\$955	2\$380	4\$930
36/8	\$720	\$900	1\$080	1\$165	1\$260	1\$345	1\$800	2\$070	2\$520	5\$220
38/8	\$760	\$950	1\$140	1\$230	1\$330	1\$420	1\$900	2\$185	2\$660	5\$510
40/8	\$800	1\$000	1\$200	1\$295	1\$400	1\$495	2\$000	2\$300	2\$800	5\$800
42/8	\$840	1\$050	1\$260	1\$360	1\$470	1\$570	2\$100	2\$415	2\$940	6\$090
44/8	\$880	1\$100	2\$320	1\$425	1\$540	1\$645	2\$200	2\$530	3\$080	6\$380
46/8	\$920	1\$150	1\$380	1\$490	1\$610	1\$720	2\$300	2\$645	3\$220	6\$670
48/8	\$960	1\$200	1\$440	1\$555	1\$680	1\$795	2\$400	2\$760	3\$360	6\$960
50/8	1\$000	1\$250	1\$500	1\$620	1\$750	1\$870	2\$500	2\$775	3\$500	7\$250
52/8	1\$040	1\$300	1\$560	1\$685	1\$820	1\$945	2\$600	2\$440	3\$640	7\$540
54/8	1\$080	1\$350	1\$620	1\$750	1\$890	2\$020	2\$700	3\$705	3\$780	7\$830
56/8	1\$120	1\$400	1\$680	1\$815	1\$960	2\$095	2\$800	3\$220	2\$920	8\$120
58/8	1\$160	1\$450	1\$740	1\$880	2\$030	2\$170	2\$900	3\$335	4\$060	8\$410
60/8	1\$200	1\$500	1\$800	1\$945	2\$100	2\$245	3\$000	3\$450	4\$200	8\$700
62/8	1\$240	1\$550	1\$860	2\$010	2\$170	2\$320	3\$100	3\$565	4\$340	8\$990
64/8	1\$280	1\$600	1\$920	2\$075	2\$240	2\$325	3\$200	3\$680	4\$480	9\$280
66/8	1\$320	1\$650	1\$980	2\$140	2\$310	2\$470	3\$300	3\$795	4\$620	9\$570
68/8	1\$360	1\$700	2\$040	2\$205	2\$380	2\$545	3\$400	3\$910	4\$760	9\$860
70/8	1\$400	1\$750	2\$100	2\$270	2\$450	2\$620	3\$500	4\$025	4\$900	10\$150
72/8	1\$440	1\$800	2\$160	2\$335	2\$520	2\$595	3\$600	4\$140	5\$040	10\$440
74/8	1\$480	1\$850	2\$220	2\$405	2\$590	2\$770	3\$700	4\$255	5\$180	10\$230
76/8	1\$520	1\$900	2\$280	2\$470	2\$660	2\$845	3\$800	4\$370	5\$320	11\$020
78/8	1\$560	1\$950	2\$340	2\$535	2\$730	2\$320	3\$900	4\$485	5\$460	11\$310
80/8	1\$600	2\$000	2\$400	2\$600	2\$800	2\$995	4\$300	4\$600	5\$600	11\$600
82/8	1\$640	2\$050	2\$460	2\$665	2\$870	3\$070	4\$100	4\$745	5\$740	11\$890
84/8	1\$680	2\$100	2\$420	2\$730	2\$940	3\$145	4\$200	4\$830	5\$880	12\$180
86/8	1\$720	2\$150	2\$580	2\$795	3\$010	3\$220	4\$300	4\$945	6\$020	120\$470
88/8	1\$760	2\$200	2\$640	2\$860	3\$080	3\$295	4\$400	5\$060	6\$160	12\$760

⁷⁸⁴ Na organização do material financeiro e estatístico que compõe as tabelas tanto no corpo do texto quanto nos anexos dessa tese, optou-se por manter a ordem de apresentação das rubricas como nos documentos originais. Apenas em tabelas e quadros elaborados pela autora é que se observou outros critérios de apresentação: no caso das rubricas relativas a províncias e localidades, essas foram organizadas por ordem alfabética.

(Continuação)

Peso	São João Del Rey	Vila Rica	Mariana	Tamanduá	Sabará e Campanha	Pitangui	Vila do Príncipe	Tejuco	Paracatu	Goiás, Mato Grosso e Pará
90/8	1\$800	2\$250	2\$700	2\$925	3\$150	3\$370	4\$500	5\$175	6\$300	13\$050
92/8	1\$840	2\$300	2\$760	2\$990	3\$220	3\$445	4\$600	5\$290	6\$440	13\$340
94/8	1\$880	2\$350	2\$820	3\$055	3\$290	3\$520	4\$700	5\$405	6\$580	13\$630
96/8	1\$920	2\$400	2\$880	3\$120	3\$360	3\$595	4\$800	5\$520	6\$720	13\$920
98/8	1\$960	2\$450	2\$940	3\$185	3\$430	3\$680	4\$900	5\$635	6\$860	14\$210
100/8	2\$000	2\$500	3\$000	3\$250	3\$500	3\$745	5\$000	5\$750	7\$000	14\$500
102/8	2\$040	2\$550	3\$060	3\$315	3\$570	3\$820	5\$100	5\$865	7\$140	14\$790
104/8	2\$080	2\$600	3\$120	3\$380	3\$640	3\$895	5\$200	5\$980	7\$280	15\$080
106/8	2\$120	2\$650	3\$180	3\$445	3\$710	3\$970	5\$300	6\$095	7\$420	15\$370
108/8	2\$160	2\$760	3\$240	3\$510	3\$780	4\$045	5\$400	6\$210	7\$560	15\$660
110/8	2\$200	2\$750	3\$300	3\$575	3\$850	4\$120	5\$500	6\$325	7\$700	15\$950
112/8	2\$240	2\$800	3\$360	3\$640	3\$920	4\$195	5\$600	6\$440	7\$840	16\$240
114/8	2\$280	2\$850	3\$420	3\$705	3\$990	4\$270	5\$700	6\$555	7\$980	16\$530
116/8	2\$320	2\$900	3\$480	3\$770	4\$060	4\$345	5\$800	6\$670	8\$120	16\$820
118/8	2\$360	2\$950	3\$540	3\$835	4\$130	4\$420	5\$900	6\$785	8\$260	17\$110
120/8	2\$400	3\$000	3\$600	3\$900	4\$200	4\$495	6\$000	6\$900	8\$400	17\$400
122/8	2\$440	3\$050	3\$660	3\$965	4\$270	4\$570	6\$100	7\$015	8\$540	17\$690
124/8	2\$480	3\$100	3\$720	4\$030	4\$340	4\$645	6\$200	7\$130	8\$680	17\$980
126/8	2\$520	3\$150	3\$780	4\$025	4\$410	4\$720	6\$300	7\$245	8\$820	18\$270
128/8	2\$560	3\$200	3\$840	4\$160	4\$480	4\$795	6\$400	7\$360	8\$960	18\$560
130/8	2\$600	3\$240	3\$900	4\$225	4\$550	4\$870	6\$500	7\$475	9\$100	18\$850
132/8	2\$640	3\$300	3\$960	4\$290	4\$620	4\$945	6\$600	7\$590	9\$240	19\$140
134/8	2\$680	3\$350	4\$020	4\$355	4\$690	5\$020	6\$700	7\$705	9\$380	19\$430
136/8	2\$720	3\$400	4\$080	4\$420	4\$760	5\$095	6\$800	7\$820	9\$520	19\$720
138/8	2\$760	3\$440	4\$140	4\$485	4\$830	5\$170	6\$900	7\$335	9\$660	20\$010
140/8	2\$800	3\$550	4\$200	4\$550	4\$900	5\$245	7\$000	8\$050	9\$800	20\$300
142/8	2\$840	3\$550	4\$260	4\$615	4\$970	5\$320	7\$100	8\$165	9\$940	2\$590
144/8	2\$880	3\$600	4\$320	4\$680	5\$040	5\$395	7\$200	8\$280	10\$080	20\$880
146/8	2\$920	3\$650	4\$380	4\$745	5\$110	5\$470	7\$300	8\$395	10\$220	210\$170
148/8	2\$960	3\$700	4\$440	4\$810	5\$180	5\$545	7\$400	8\$510	10\$360	21\$460
150/8	3\$000	3\$750	4\$500	4\$875	5\$250	5\$620	7\$500	8\$625	10\$500	21\$750
152/8	3\$040	3\$800	4\$560	4\$940	5\$320	5\$695	7\$600	8\$740	10\$640	22\$040
154/8	3\$080	3\$850	4\$520	5\$005	5\$390	5\$770	7\$700	8\$855	10\$780	22\$330
156/8	3\$120	3\$900	4\$680	5\$070	5\$460	5\$845	7\$800	8\$270	10\$920	22\$620
158/8	3\$160	3\$950	4\$740	5\$135	5\$530	5\$920	7\$900	9\$085	11\$060	22\$910
160/8	3\$200	4\$000	4\$800	5\$200	5\$600	5\$995	8\$000	9\$200	11\$200	23\$200
162/8	3\$240	4\$050	4\$860	5\$265	5\$670	6\$070	8\$100	9\$315	11\$340	23\$490
164/8	3\$280	4\$100	4\$920	5\$330	5\$740	6\$145	8\$200	9\$430	11\$480	23\$780
166/8	3\$320	4\$150	4\$980	5\$395	5\$810	6\$220	8\$300	9\$545	11\$620	24\$070
168/8	3\$360	4\$200	5\$040	5\$460	5\$880	6\$295	8\$400	9\$660	11\$760	24\$360
170/8	3\$400	4\$250	5\$100	5\$525	5\$950	6\$370	8\$500	9\$775	11\$900	24\$650
172/8	3\$440	4\$300	5\$160	5\$590	6\$020	6\$445	8\$600	9\$890	12\$040	24\$940
174/8	3\$480	4\$350	5\$220	5\$655	6\$090	6\$520	8\$700	10\$005	12\$180	25\$230
176/8	3\$520	4\$400	5\$280	5\$720	6\$160	6\$595	8\$800	10\$120	12\$320	25\$520
178/8	3\$560	4\$450	5\$340	5\$785	6\$230	6\$670	8\$900	10\$235	12\$460	25\$870
180/8	3\$600	4\$500	5\$400	5\$850	6\$300	6\$745	9\$000	10\$350	12\$600	26\$100
182/8	3\$640	4\$550	5\$460	5\$975	6\$370	6\$820	9\$100	10\$465	12\$740	26\$390
184/8	3\$680	4\$600	5\$520	5\$980	6\$440	6\$895	9\$200	10\$580	12\$880	26\$680
186/8	3\$720	4\$650	5\$580	6\$045	6\$510	6\$970	9\$300	10\$695	13\$020	26\$970
188/8	3\$760	4\$700	5\$640	6\$110	6\$580	7\$045	9\$400	10\$810	13\$160	27\$260
190/8	3\$800	4\$750	5\$700	6\$175	6\$650	7\$120	9\$500	10\$925	13\$300	27\$550
192/8	3\$840	4\$860	5\$760	6\$240	6\$720	7\$195	9\$600	11\$040	13\$440	27\$840

(Continuação)

Peso	São João Del Rey	Vila Rica	Mariana	Tamanduá	Sabará e Campanha	Pitangui	Vila do Príncipe	Tejuco	Paracatu	Goiás, Mato Grosso e Pará
194/8	3\$880	4\$850	5\$820	6\$305	6\$790	7\$270	9\$700	11\$155	13\$580	28\$130
196/8	3\$920	4\$900	5\$880	6\$370	6\$860	7\$345	9\$800	11\$270	13\$720	28\$420
198/8	3\$960	4\$950	5\$940	6\$435	6\$930	7\$420	9\$200	11\$385	13\$860	28\$710
200/8	4\$000	5\$000	6\$000	6\$500	7\$000	7\$495	10\$000	11\$500	14\$000	29\$000
202/8	4\$040	5\$050	6\$060	6\$565	7\$070	7\$570	10\$100	11\$615	14\$140	29\$290
204/8	4\$080	5\$100	6\$120	6\$630	7\$140	7\$645	10\$200	11\$730	14\$280	29\$580
206/8	4\$120	5\$150	6\$180	6\$695	7\$210	7\$710	10\$300	11\$845	14\$420	29\$870
208/8	4\$160	5\$200	6\$240	6\$760	7\$280	7\$785	10\$400	11\$960	14\$560	30\$160
210/8	4\$200	5\$250	6\$300	6\$825	7\$350	7\$860	10\$500	12\$075	14\$700	30\$450
212/8	4\$240	5\$300	6\$360	6\$890	7\$420	7\$935	10\$600	12\$190	14\$840	30\$740
214/8	4\$280	5\$350	6\$420	6\$955	7\$490	8\$010	10\$700	12\$305	14\$380	31\$030
216/8	4\$320	5\$400	6\$480	7\$020	7\$560	8\$085	10\$800	12\$420	15\$120	31\$320
218/8	4\$360	5\$450	6\$540	7\$085	7\$630	8\$160	10\$900	12\$535	15\$260	31\$610
220/8	4\$400	5\$500	6\$600	7\$150	7\$700	8\$235	11\$000	12\$650	15\$400	31\$900
222/8	4\$440	5\$550	6\$660	7\$215	7\$770	8\$310	11\$100	12\$765	15\$540	32\$190
224/8	4\$480	5\$600	6\$720	7\$280	7\$840	8\$385	11\$200	12\$880	15\$680	32\$480
226/8	4\$520	5\$650	6\$780	7\$345	7\$910	8\$460	11\$300	12\$995	15\$120	32\$770
228/8	4\$560	5\$700	6\$840	7\$410	7\$980	8\$535	11\$400	13\$110	15\$960	33\$060
230/8	4\$600	5\$150	6\$900	7\$475	8\$050	8\$610	11\$500	13\$225	16\$100	33\$350
232/8	4\$610	5\$800	6\$960	7\$540	8\$120	8\$690	11\$600	13\$340	16\$340	33\$640
234/8	4\$680	5\$850	7\$020	7\$605	8\$190	8\$765	11\$700	13\$455	16\$380	33\$980
236/8	4\$720	5\$900	7\$080	7\$670	8\$260	8\$840	11\$800	13\$570	16\$520	34\$220
238/8	4\$760	5\$950	7\$140	7\$735	8\$330	8\$915	11\$900	13\$685	16\$660	34\$510
240/8	4\$800	6\$000	7\$200	7\$800	8\$400	8\$990	12\$000	13\$800	16\$800	34\$800
242/8	4\$840	6\$050	7\$260	7\$865	8\$470	9\$065	12\$100	13\$915	16\$940	35\$090
244/8	4\$880	6\$100	7\$320	7\$230	8\$540	9\$140	12\$200	14\$030	17\$080	35\$380
246/8	4\$020	6\$150	7\$380	7\$395	8\$610	9\$215	12\$300	14\$145	17\$220	35\$670
248/8	4\$960	6\$200	7\$440	8\$060	8\$580	9\$290	12\$400	14\$260	17\$260	35\$960
250/8	5\$000	6\$250	7\$500	8\$125	8\$750	9\$365	12\$500	14\$375	17\$500	36\$250
252/8	5\$040	5\$300	7\$560	8\$190	8\$820	9\$440	12\$600	14\$490	17\$640	36\$540
254/8	5\$080	6\$350	7\$620	8\$255	8\$890	9\$515	12\$700	14\$605	17\$780	36\$830
256/8	5\$120	6\$400	7\$680	8\$320	8\$960	9\$590	12\$800	14\$720	17\$920	37\$120
258/8	5\$160	6\$450	7\$740	8\$385	9\$030	9\$665	12\$900	14\$835	18\$060	37\$450
260/8	5\$200	6\$500	7\$800	8\$450	9\$100	9\$740	13\$000	14\$950	18\$200	37\$700
262/8	5\$240	6\$550	7\$860	8\$545	9\$140	9\$815	13\$100	15\$065	18\$340	37\$990
264/8	5\$280	6\$600	7\$920	8\$580	3\$240	9\$890	13\$200	15\$180	18\$480	38\$280
266/8	5\$320	6\$650	7\$380	8\$645	9\$310	9\$965	13\$300	15\$295	18\$620	38\$570
268/8	5\$360	6\$700	8\$040	8\$710	9\$380	10\$040	13\$400	15\$410	18\$760	38\$860
270/8	5\$400	6\$750	8\$100	8\$775	9\$450	10\$115	13\$500	15\$025	18\$900	39\$150
272/8	5\$440	6\$800	8\$160	8\$840	9\$520	10\$190	13\$600	15\$640	16\$040	39\$440
274/8	5\$480	6\$850	8\$220	8\$905	9\$590	10\$265	13\$700	15\$755	19\$180	39\$730
276/8	5\$520	6\$900	8\$280	8\$970	9\$660	10\$340	13\$800	15\$870	13\$320	40\$020
278/8	5\$560	6\$550	8\$340	9\$035	9\$730	10\$415	13\$900	15\$385	19\$460	40\$310
280/8	5\$600	7\$000	8\$400	9\$100	9\$800	10\$490	14\$000	16\$100	19\$600	40\$600
282/8	5\$650	7\$050	8\$460	9\$165	9\$870	10\$565	14\$100	16\$215	19\$740	40\$890
284/8	5\$680	7\$100	8\$520	9\$230	9\$040	10\$640	14\$200	16\$330	19\$880	41\$180
286/8	5\$720	7\$150	8\$580	9\$295	10\$010	10\$715	14\$300	16\$445	20\$020	41\$470
288/8	5\$760	7\$200	8\$640	3\$360	10\$080	10\$720	14\$400	16\$560	20\$160	41\$760
290/8	5\$800	7\$250	8\$700	9\$425	10\$150	10\$865	14\$500	16\$675	20\$300	42\$050
292/8	5\$840	7\$300	8\$760	9\$490	10\$220	10\$940	14\$600	16\$790	20\$440	42\$340

(Conclusão)

Peso	São João Del Rey	Vila Rica	Mariana	Tamanduá	Sabará e Campanha	Pitangui	Vila do Príncipe	Tejuco	Paracatú	Goiás, Mato Grosso e Pará
294/8	5\$880	7\$350	8\$820	9\$555	10\$290	11\$015	14\$700	16\$905	20\$580	42\$530
296/8	5\$920	7\$400	8\$880	9\$520	10\$360	11\$090	14\$800	17\$020	20\$720	42\$920
298/8	5\$960	10\$450	8\$940	9\$685	10\$430	11\$165	14\$900	17\$135	20\$860	43\$210
300/8	6\$000	7\$500	9\$000	9\$750	10\$500	11\$240	15\$000	17\$250	21\$000	43\$500
302/8	6\$340	7\$550	9\$060	9\$815	10\$570	11\$315	15\$100	17\$365	21\$140	43\$790
206/8	6\$120	7\$650	9\$180	9\$945	10\$710	11\$465	15\$300	17\$595	21\$420	44\$370
308/8	6\$160	7\$700	9\$240	10\$010	10\$780	11\$540	15\$400	17\$710	21\$560	44\$660
310/8	6\$200	7\$750	9\$300	10\$085	10\$850	11\$615	15\$500	17\$825	21\$700	44\$350
312/8	6\$240	7\$800	9\$360	10\$140	10\$920	11\$690	15\$600	17\$940	21\$840	45\$240
314/8	6\$280	7\$850	9\$420	10\$205	10\$990	11\$765	15\$700	18\$055	21\$980	45\$530
316/8	6\$320	7\$300	9\$480	10\$270	11\$060	11\$840	15\$800	18\$170	22\$120	45\$820
318/8	6\$360	7\$950	9\$540	10\$335	11\$130	11\$915	15\$900	18\$285	22\$260	46\$110
320/8 ⁷⁸⁵	6\$400	8\$000	9\$600	10\$400	11\$200	11\$990	16\$100	18\$300	22\$400	46\$400

Fonte: 07 set. 1809. Ordem do Conde de Aguiar à Junta da Real Fazenda da Capitania de Minas Gerais sobre a nova tarifa de portes das cartas que pelos correios são enviadas à corte [tabela anexa]. BNRJ, Manuscritos, I-26, 17, 077.

⁷⁸⁵ Abaixo desse campo consta o seguinte comentário: “Este é o maior peso, e o maior porte que se deve pagar, ainda que mais pese o maço”.

**ANEXO 2 - Modelo de guia contendo número e valor dos maços contidos no malote
(1829)**

N. 1.

ADMINISTRAÇÃO DO CORREIO.

RIO DE JANEIRO.

N.

O Administrador do Correio Geral do Rio de Janeiro
remette ao Sr. Administrador do Correio de
pelo uma mala
fechada, e lacrada com o sello das armas imperiaes,
contendo os maços de cartas seguintes :

<i>Maços.</i>	<i>Importancia.</i>
N.ºs	§
	§
	§
	§
	§
	§
	§
	§
	§

Rio de Janeiro de de 18

Fonte: Regulamento da Administração Geral dos Correios (homologado pelo decreto de 5 de março de 1829).
BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1877, p.
237.

**ANEXO 3 - Modelo de fatura contendo número e valor dos maços inclusos no malote
(1829)**

N. 2.

ADMINISTRAÇÃO DO CORREIO.

RIO DE JANEIRO.

N.

Conta, e importancia das cartas que contém este
maço remetido ao Correio de

Exemplo :

<i>Cartas.</i>	<i>Portes.</i>	<i>Importancia.</i>
100	§010	1§000
150	§020	3§000
140	§040	5§600
120	§060	7§200
110	§120	13§200
100	§160	16§000
40	§400	16§000
20	§880	7§600
10	1§440	14§400
4	1§800	7§200
		<hr/> 91§200

Fonte: Regulamento da Administração Geral dos Correios (homologado pelo decreto de 5 de março de 1829).
BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1877, p.
238.

ANEXO 4 - Modelo de fatura de cartas remetidas para outras agências (1829)

N. 3.

ADMINISTRAÇÃO DO CORREIO.

RIO DE JANEIRO.

N.

Factura das cartas vindas de _____ pelo
que são abatidas na factura geral n.º _____
por sahirem para os Correios abaixo declarados.

Exemplo :

<i>Correios.</i>	<i>Cartas.</i>	<i>Portes.</i>	<i>Importancia.</i>
Para Santa Catharina . .	19	\$040	\$760
	5	\$060	\$300
	2	\$160	\$320
Rio Grande	15	\$040	\$600
	8	\$120	\$960
S. Paulo	24	\$040	\$960
	6	\$120	\$720
Minas	19	\$040	\$760
	3	\$120	\$360
			<hr/>
			\$8740

Rio de Janeiro de de 18

O Administrator

Fonte: Regulamento da Administração Geral dos Correios (homologado pelo decreto de 5 de março de 1829). BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1877, p. 239

ANEXO 5 - “Tarifa dos portes das cartas do porto do Rio de Janeiro para todos os do Império, e vice-versa, e dos mesmos portos uns para os outros entre si” (1829)

N. 4.

Tarifa dos portes das cartas, do porto do Rio de Janeiro para todos os do Império, e vice-versa, e dos mesmos portos uns para os outros entre si.

Uma carta que pesar até	Porte
2 oitavas.	\$020
4	\$040
6	\$060
8	\$080
10	\$100
12	\$120
14	\$140
16	\$160
18	\$180
20	\$200
22	\$220
24	\$240
26	\$260
28	\$280
30	\$300
32	\$320
34	\$340
36	\$360
38	\$380
40	\$400

E assim progressivamente até o maior peso que se offerecer, acrescentando sempre 20 réis de duas em duas oitavas.

Fonte: Regulamento da Administração Geral dos Correios (homologado pelo decreto de 5 de março de 1829). BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1877, p. 240.

ANEXO 6 - "Tarifa dos portes das cartas dos correios de terra" (1829)⁷⁸⁶

N. 3.

Tarifa dos portes das cartas dos correios de terra.

PARTE II.

81

PESO.	Santo Antonio de Sã.	Friburgo e Canta- gallo.	S. João de El-Rei, Barbacena, Que- luz, Ilha Grande, Paraty, Macaeté e Campos.	S. Paulo, e Villas do Norte desta provincia. Ouro Preto.	Villas do Sul de S. Paulo, Marianna, Tamandua e Es- pirito Santo.	Sabará, Villa da Campanha e Pi- tangui.	Iguape e Villa de S. Matheus.	Villa do Principe e Paranaguá.	Tejuco.	Mato Grosso, Goyaz e Paracatu.
Até 2 oitavas	\$010	\$020	\$010	\$030	\$060	\$070	\$080	\$100	\$110	\$120
" 4 "	\$020	\$040	\$080	\$100	\$120	\$140	\$160	\$200	\$220	\$240
" 6 "	\$030	\$060	\$120	\$150	\$180	\$210	\$240	\$300	\$330	\$360
" 8 "	\$040	\$080	\$160	\$200	\$240	\$280	\$320	\$400	\$440	\$480
" 10 "	\$050	\$100	\$200	\$250	\$300	\$350	\$400	\$500	\$550	\$600
" 12 "	\$060	\$120	\$240	\$300	\$360	\$420	\$480	\$600	\$660	\$720
" 14 "	\$070	\$140	\$280	\$350	\$420	\$490	\$560	\$700	\$770	\$840
" 16 "	\$080	\$160	\$320	\$400	\$480	\$560	\$640	\$800	\$880	\$960
" 18 "	\$090	\$180	\$360	\$450	\$540	\$630	\$720	\$900	\$990	\$1080
" 20 "	\$100	\$200	\$400	\$500	\$600	\$700	\$800	\$1000	\$1100	\$1200
" 22 "	\$110	\$220	\$440	\$550	\$660	\$770	\$880	\$1100	\$1210	\$1320
" 24 "	\$120	\$240	\$480	\$600	\$720	\$840	\$960	\$1200	\$1320	\$1440
" 26 "	\$130	\$260	\$520	\$650	\$780	\$910	\$1040	\$1300	\$1430	\$1560
" 28 "	\$140	\$280	\$560	\$700	\$840	\$980	\$1120	\$1400	\$1540	\$1680
" 30 "	\$150	\$300	\$600	\$750	\$900	\$1050	\$1200	\$1500	\$1650	\$1800

E assim progressivamente, augmentando-se sempre de duas em duas oitavas, o porte que corresponder a duas oitavas, ate 320 oitavas de peso.

EXECUTIVO.

111

Fonte: Regulamento da Administração Geral dos Correios (homologado pelo decreto de 5 de março de 1829).
BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1877, p. 241..

⁷⁸⁶ Ao final da tabela lê-se: "E assim progressivamente, augmentando-se sempre de duas em duas oitavas, o porte que corresponder a duas oitavas, até 320 oitavas de peso".

**ANEXO 7 - “Tarifa dos portes das cartas de Inglaterra, conforme a convenção dos
paquetes” (1829)**

N. 6.

**Tarifa dos portes das cartas de Inglaterra,
conforme a convenção dos paquetes.**

Peso, até	Réis.	Peso, até	Réis.	Peso, até	Réis.
2 oit. ^{as}	5330	52 oit. ^{as}	85580	102 oit. ^{as}	165830
4	5660	54	85910	104	175160
6	5990	56	95240	106	175490
8	15320	58	95570	108	175820
10	15650	60	95900	110	185150
12	15980	62	105230	112	185480
14	25310	64	105560	114	185810
16	25640	66	105890	116	195140
18	25970	68	115220	118	195470
20	35300	70	115550	120	195800
22	35630	72	115880	122	205130
24	35960	74	125210	124	205460
26	45290	76	125540	126	205790
28	45620	78	125870	128	215120
30	45950	80	135200	130	215450
32	55280	82	135530	132	215780
34	55610	84	135860	134	225110
36	55940	86	145190	136	225440
38	65270	88	145520	138	225770
40	65600	90	145850	140	235100
42	65930	92	155180	142	235430
44	75260	94	155510	144	235760
46	75590	96	155840	146	245090
48	75920	98	165170	148	245420
50	85250	100	165500	150	245750

E assim progressivamente, augmentando-se 330
réis de duas em duas oitavas, até o infinito.

Fonte: Regulamento da Administração Geral dos Correios (homologado pelo decreto de 5 de março de 1829).
BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1877, p.
242..

ANEXO 8 - “Conhecimentos dos Seguros” (1829)

N. 7.

Conhecimentos dos Seguros.

Sr. Administrador do Correio de

Sirva-se Vm. entregar ao
 um remettid pelo
 seguro no valor de cinquenta mil réis, chegando o
 dito a salvamento, que lhe remette o
 de que se lhe levou de premio de seguro 800 réis, e
 da entrega cobrará Vm. recibo, que remetterá a esta
 Administração.

Rio de Janeiro de de 18

—

Para a Administração do Correio de

Remetto ao Sr.
 um pel
 e seguro no valor de cinquenta mil réis, chegando o
 dito a salvamento, que lhe dirige
 de que se lhe levou de premio do seguro 800 réis; e se
 lhe deu esta cautela, para por ella procurar a seu tempo
 o recibo da entrega, o qual tendo vindo, se lhe dará,
 apresentando este a esta Administração.

Rio de Janeiro de de 18

Fonte: Regulamento da Administração Geral dos Correios (homologado pelo decreto de 5 de março de 1829).
 BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1877, p.
 243..

ANEXO 10 - “*Mapa das partidas dos correios*” (1829)

N. 9.

Mappa das partidas dos correios.*Do Rio de Janeiro, Ouro Preto, e S. João d'Elrei.*

Janeiro a 1, 11, 21 e 31....	} Pelas 10 horas do dia.
Fevereiro a 10 e 20.....	
Março a 2, 12 e 22.....	
Abril a 1, 11 e 21.....	

Nos mezes seguintes em todos os dias 1, 11, e 21.

Do Rio de Janeiro, e da cidade de S. Paulo.

Janeiro a 3, 13, e 23.....	} Pelas 10 horas do dia.
Fevereiro a 2, 12 e 22.....	
Março a 4, 14 e 24.....	
Abril a 3, 13 e 23.....	

Nos mezes seguintes em todos os dias 3, 13 e 23.

Do Rio de Janeiro, e da villa de S. Salvador dos campos de Goytacazes

Janeiro a 2, 12 e 22.....	} Pelas 10 horas do dia.
Fevereiro a 1, 11 e 21....	
Março a 3, 13 e 23.....	
Abril a 2, 12 e 22.....	

Nos mezes seguintes em todos os dias 2, 12, e 22.

Da Ilha Grande, e Paraty.

Chega nos dias 1, 11 e 21.
 Parte nos dias 3, 13 e 23.

De Santo Antonio de Sá, e Nova Friburgo.

Chega todas as quartas feiras ; e parte todas as sextas
 feiras.

ANEXO 11 - “Tabela das quantias que por sua passagem deve pagar na Administração do Correio Marítimo cada passageiro, a bordo dos Paquetes Imperiais” (1829)

N. 10.

Tabella das quantias que por sua passagem deve pagar na Administração do Correio Marítimo cada passageiro, a bordo dos Paquetes Imperiaes.

Do Rio de Janeiro para Santos.....	12\$000
Santa Catharina...	15\$000
Bahia.....	24\$000
Alagoas.....	30\$000
Pernambuco.....	34\$000
Da Bahia para..... Alagoas.....	10\$000
Pernambuco.....	16\$000
De Pernambuco para o Ceará.....	16\$000
Piauhý.....	24\$000
Maranhão.....	30\$000
Pará	34\$000

Os criados, ou escravos, pagarão um terço dos preços acima: as crianças menores de sete annos até dous, um quarto: as menores de dous annos não pagarão nada. Os preços na volta são os mesmos que na ida. Os passageiros da prôa pagarão metade dos preços acima determinados para os passageiros de ré; e os seus criados, ou escravos, dous terços do que pagarem seus amos, ou senhores.

Fonte: Regulamento da Administração Geral dos Correios (homologado pelo decreto de 5 de março de 1829). BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1877, p. 246..

ANEXO 12 - Modelo de recibo para passageiros de paquetes (1829)

N. 44.

Nome do paquete.

Ajustou — F — passagem para si, e para tantas pessoas, etc. — deste para o porto de tocando-lhe o camarote n.º do qual segundo a tabella pagará na Administração do Correio Marítimo a quantia de.... .. §

Fica obrigado a mostrar, que pagou effectivamente o preço da sua passagem na Administração do Correio deste porto, no prefixo termo de quarenta e oito horas, pena de perder o direito de ir no camarote designado.

Bordo do Paquete de de 1829.
Rubrica do Commandante — Assignado o Escrivão.

Registrado no livro de

Passageiros a fl.

Escrivão. Recibo da Administração do Correio

Assignatura.

Apresentou-se tendo pago; e tomou posse. Bordo

do Paquete de de 1829.

Escrivão

Fonte: Regulamento da Administração Geral dos Correios (homologado pelo decreto de 5 de março de 1829).
BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1877, p. 247..

ANEXO 13 - “Tabela das comedorias que deve pagar cada passageiro a bordo dos Paquetes Imperiais ao Comandante do respectivo Paquete” (1829)

N. 12.

Tabella das comedorias que deve pagar cada passageiro abordo dos Paquetes Imperiaes ao Commandante do respectivo Paquete.

Do Rio de Janeiro para Santos.....	14\$000
Santa Catharina....	18\$000
Bahia	24\$000
Alagôas	30\$000
Pernambuco	36\$000
Da Bahia para Alagôas.....	9\$000
Pernambuco	18\$000

N. B. As comedorias são as mesmas na volta.

De Pernambuco para o Ceará.....	18\$000
Piauí	24\$000
Maranhão	30\$000
Pará.....	36\$000

N. B. As comedorias na volta destes quatro portos para Pernambuco serão o dobro das da ida.

Os criados, ou escravos pagarão um terço das comedorias indicadas : as crianças de 2 até 7 annos pagarão um quarto : os menores de 2 annos nada pagarão. Os passageiros da prôa pagarão ao mestre metade das comedorias acima marcadas para as de ré : os seus criados, ou escravos um terço do que pagam seus amos, ou senhores : e as crianças de 2 a 7 annos, um quarto.

Fonte: Regulamento da Administração Geral dos Correios (homologado pelo decreto de 5 de março de 1829). BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1877, p. 248.

ANEXO 14 - Modelo de relação de comedorias (1829)

N. 13.

Nome do Paquete.

B. *tantas caixas.* Carregou F. abordo do Paquete de meu commando o seguinte—
M. *tantas saccas.* tantas caixas—tantas saccas—tantas pipas, etc. com a marca por fóra — o que tudo me obriga a levar debaixo de cuberta enxuta e bem acondicionado, levando-me Deos a salvamento ao Porto de e entregar a F...; responsabilizando-me pelas avarias na fórma do art. 138 do Regulamento dos Correios. Pagando o dito carregador de frete á Administração do Correio o que consta no verso deste. E para assim cumprir e guardar obrigo minha pessoa e bens. Deste se passarão tres do mesmo teor, dos quaes só um terá vigôr. Rio de Janeiro

Lançado no livro das cargas a frete a fl.

Assignado.

Commandante.

Assignado

Escrivão.

Tantos caixões, a tanto de frete cada um...	§
Tantas saccas, a tanto.....	§
Tantas pipas, a tanto.....	§
	<hr/>
	§

Commandante.

Escrivão.

Fonte: Regulamento da Administração Geral dos Correios (homologado pelo decreto de 5 de março de 1829). BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1877, p. 249..

ANEXO 15 - "Tabela dos fretes dos Paquetes no trimestre do 1º de Março a 30 de Junho de 1829" (1829)

N. 14.

Tabella dos fretes dos Paquetes no trimestre do 1.º de Março a 30 de Junho de 1829.

	<i>Do Rio de Janeiro para</i>	<i>Pernambuco.</i>	<i>Bahia.</i>	<i>Santa Catharina.</i>
ACTOS DO PODER	Saccas de feijão, arroz, farinha, etc., de 3 alqueires.....	a 1\$200	1\$080	1\$080
	Caixas de cera de 3 a 4 arrobas.....	2\$400	2\$160	2\$160
	Caixões, segundo o tamanho	de 3\$000 a 6\$000	2\$400 a 5\$400	2\$400 a 5\$400
	Jacazes de toucinho, carnes, etc.....	2\$000	1\$800	1\$800
	Ferro, aço, chumbo, etc., o quintal.....	6\$900	6\$800	6\$800
	Pipas.....	8\$000	7\$200	7\$200
	Barris de 4 em pipa	2\$000	1\$800	1\$800
	Dinheiro, cobre, prata, ouro, joias, etc.....	1 ½ por cento do valor	1 por cento.	1 por cento.
	Couros	6\$200	5\$60	5\$160
	Fardos de 2 rolos de algodão.....	2\$000	1\$800	1\$800
	Caixões de sabão, e de outros objectos, conforme o seu tamanho.	6\$800 a 2\$000	Idem.	Idem.
	Os fretes de Pernambuco para o Maranhão e Pará são os mesmos que daqui para Pernambuco; e para o Ceará e Tu- toya menos 30 por cento.			
	Os retornos são os mesmos fretes, acrescentando os ar- tigos seguintes:			
	Amarras de piassaba.....	800 por polleg. de bitola.	»	»
	Louça.....	1\$200 a talha.	»	»
250	Sal.....	200 o alqueire.	»	»
	Côcos	2\$000 o milheiro.	»	»
	Taboado.....	5\$000 a duzia.	»	»
	Pranchões de 16 palmos.....	6\$400 a duzia.	»	»

Fonte: Regulamento da Administração Geral dos Correios (homologado pelo decreto de 5 de março de 1829).
BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1877, p. 250..

ANEXO 16 - Declarações consulares sobre a taxação de jornais brasileiros [Anexo à representação da Comissão da Praça de Comércio do Rio de Janeiro]. JORNAL DO COMÉRCIO, 06 set. 1836

N.1. Nós o Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário de França no Brasil, certificamos e atestamos que o máximo da tarifa dos Correios, pela remessa dos jornais em França, é de 5 cêntimos por folha (Lei de 15 de Março de 1827). Certificamos mais que esta taxa é aplicável aos jornais impressos em línguas estrangeiras, e aos que vem de países de além mar (Lei de 14 de Dezembro de 1830). Em fé do que passamos a presente. Rio de Janeiro, aos 8 de Agosto de 1836. Assinado pelo Ministro da França no Brazil. – E. de Pontois.

N.2. Joaquim Antonio de Magalhães, do Conselho de S.M. Fidelíssima, e seu Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário junto a Sua Majestade o Imperador do Brasil, etc. Atesto, em virtude do conhecimento que tenho, que as cartas e gazetas idas dos portos do Brasil para Portugal pagam ali a razão de cento e vinte réis por folha de papel singela de cartas, e vinte réis por cada uma folha de gazeta. E por esta me ser pedida a mandei passar e selar com o selo desta Legação. Rio de Janeiro, 12 de Agosto de 1836. – Joaquim Antonio de Magalhães.

N.3. Eu abaixo assinado, João Henrique Freese, declaro que em Inglaterra se paga por porte de Correio sobre gazetas e preços correntes impressos, ainda para lá do Brasil, dois pence ou cinquenta réis, ao cambio atual, por cada gazeta, ou preço corrente. Rio de Janeiro, 5 de Agosto de 1836. – João Henriques Freese.

Eu abaixo assinado, certifico em como o porte de gazetas ou preços correntes vindos do Brasil, dirigidos a qualquer parte de Inglaterra, é dois pence por folha. Rio de Janeiro, 9 de Agosto de 1836. – Robert Hesketh. – H.B.M., Cônsul.

N.4. Eu abaixo assinado Cônsul dos Estados Unidos da América no Rio de Janeiro, certifico pelo presente, que as cartas e maços de gazetas recebidas nos Correios dos Portos dos Estados Unidos, entregues pelos Mestres dos navios chegados a tais portos de países estrangeiros, pagam o seguinte: por cada carta ou maço de gazeta, levado aos Estados Unidos ou conduzido de um Porto para outro em qualquer navio mercante, 6 cêntimos, se for entregue na Administração do Correio aonde o mesmo navio chegar; e pelo transporte de gazetas para o interior, 1 cêntimo até a distância de 100 milhas, e 1,72 cêntimo quando exceder essa distância. Os Redatores não pagam porte pelas gazetas que lhes vierem dirigidas de países estrangeiros. Dado, assinado e selado neste Consulado, no Rio de Janeiro, aos 29 de Julho de 1836. – João Martins Baker, Cônsul dos Estados Unidos no Rio de Janeiro.

ANEXO 17 - “Tabela dos Portes que devem pagar nos Correios do Império as cartas e mais papéis na conformidade do Decreto n. 254, de 29 de novembro de 1842”, em réis (1844)

Peso (em oitavas)	Correios de Terra		Correios de Mar				Os dois Correios de mar e terra		
	Cartas	Livros, papéis impressos, litogravados e gravados e mais papéis do foro	cartas pelas malas	cartas avulsas do Império e estrangeiras	autos e mais papéis do foro	Livros, papéis impressos, litogravados e gravados	Cartas	Autos e mais papéis do foro	Livros, papéis impressos, litogravados e gravados
até 4	\$60	\$30	\$120	\$150	\$60	\$30	\$180	\$90	\$60
4 a 6	\$90	\$30	\$180	\$210	\$90	\$60	\$270	\$120	\$90
6 a 8	\$120	\$30	\$240	\$270	\$120	\$60	\$360	\$150	\$90
8 a 10	\$150	\$60	\$300	\$330	\$150	\$90	\$450	\$210	\$120
10 a 12	\$180	\$60	\$360	\$390	\$180	\$90	\$540	\$240	\$150
12 a 14	\$210	\$60	\$420	\$450	\$210	\$120	\$630	\$270	\$180
14 a 16	\$240	\$60	\$480	\$510	\$240	\$120	\$720	\$300	\$180
16 a 18	\$270	\$90	\$540	\$570	\$270	\$150	\$810	\$360	\$210
18 a 20	\$300	\$90	\$600	\$630	\$300	\$150	\$900	\$390	\$240
20 a 22	\$330	\$90	\$660	\$690	\$330	\$180	\$990	\$420	\$270
22 a 24	\$360	\$90	\$720	\$750	\$360	\$180	1\$080	\$450	\$270
24 a 26	\$390	\$120	\$780	\$810	\$390	\$210	1\$170	\$510	\$300
26 a 28	\$420	\$120	\$840	\$870	\$420	\$210	1\$260	\$540	\$330
28 a 30	\$450	\$120	\$900	\$930	\$450	\$246	1\$350	\$570	\$360
30 a 32	\$480	\$120	\$960	\$990	\$480	\$240	1\$440	\$600	\$360
32 a 34	\$510	\$150	1\$020	1\$050	\$510	\$270	1\$530	\$660	\$360
34 a 36	\$540	\$150	1\$080	1\$050	\$540	\$270	1\$620	\$690	\$390
36 a 38	\$570	\$150	1\$140	1\$170	\$570	\$300	1\$710	\$720	\$420
38 a 40	\$600	\$150	1\$200	1\$230	\$600	\$300	1\$800	\$750	\$450
40 a 42	\$630	\$180	1\$260	1\$290	\$630	\$330	1\$890	\$810	\$450
42 a 44	\$660	\$180	1\$320	1\$350	\$660	\$330	1\$980	\$840	\$480
44 a 46	\$690	\$180	1\$380	1\$410	\$690	\$360	2\$070	\$870	\$510
46 a 48	\$720	\$180	1\$440	1\$470	\$720	\$360	2\$160	\$900	\$540
48 a 50	\$750	\$210	1\$500	1\$530	\$750	\$390	2\$250	\$960	\$570

Fonte: *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro para o ano de 1845*. Rio de Janeiro: Publicado e a venda em casa de Eduardo e Henrique Laemmert, 1844, p. 21.

**ANEXO 18 - Modelo de escrituração dos ofícios a serem entregues aos carteiros para
distribuição (1849)**

MODELO N.º 1.

DIA 15 DE AGOSTO DE 1849.

*Malas dos Correios da Bahia, Alagoas, Pernambuco, Parahiba do
Norte, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão e
Pará, vindas pelo vapor Bahiana.*

20 Offícios para o Ministerio do Imperio.
54 » para o da Justiça.
50 » para o de Estrangeiros.
16 » para o da Marinha.
53 » para o da Guerra.
1 » para o da Fazenda.

(Assigna o carteiro).

15 Offícios para o Inspector do Arsenal de Marinha.
30 » para o da Guerra.
25 » para o Chefe de Policia.

(Assigna o carteiro).

2 Offícios para o Presidente do Rio de Janeiro.
2 » para o de Minas Geraes.

(São remettidos ao chefe da turma que assigna).

Malas de Nicterohy.

2 Offícios para o Ministro da Justiça.
2 » para o Chefe de Policia.

(Assigna o carteiro).

35 Offícios para diversas autoridades da Provincia do Rio de Janeiro

(Assigna o chefe da turma da sahido).

Fonte: *Regulamento interno da Administração do Correio da Corte e Província do Rio de Janeiro* (homologado pelo decreto nº 637 de 27 de Setembro de 1849). BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1850, pp. 133 - 174.

ANEXO 19 - Modelo de "Entrada de cartas e jornais de porte a pagar" (1829)

MODELO N.º 2.

Entrada de cartas e jornaes de porte a pagar.

1849.			CARTAS.			JORNAES.			TOTAL.
			Numero.	Portes.	Importancia.	Numero.	Portes.	Importancia.	
		1.ª SEMANA.							
Julho.	1	Entrada de 17 cartas e jornaes vindos do Havre na Barca Franceza Levaillant—Capitão—Pierre Ardouin—entregues pelo Agente do mar.....	5 3 2 1 2 3 1	300 300 420 540 600	14500 18080 8840 8480 18080 18800 8660	4 4 2 4 2	90 94 120 126 150	8360 8378 8240 8504 8300	
	3	Entrada de 11 cartas e 100 jornaes vindos de Lisboa no Brigue Portuguez—Amor da Patria—Capitão Francisco Antonio Monteiro—e entregues pelo Agente do mar.....	11	120	18320	100	10	18000	
	7	Idem de 475 cartas avulsas vindas d'Inglaterra no Brigue Inglez—Andrew—Capitão—Everen—e entregues pelo Agente do mar.....	475	150	718250				
		Encontro.	503		808010	116		28782	828792
		Conforme o Liv. de sabida a fl.....							28302
		Lançado no respectivo Liv. de conta corrente a fl.....							808490
		2.ª SEMANA.							
	9	E assim por diante, levando ás columnas respectivas a somma das cartas e jornaes, e suas importancias durante a semana, de cuja quantia deverá ser deduzida a das cartas e jornaes que constar do Livro de sabida terem seguido para outros Correios, carregando-se a differença que existir entre essas duas quantias no Livro de conta corrente do Thesoureiro.							

Fonte: Regulamento interno da Administração do Correio da Corte e Província do Rio de Janeiro (homologado pelo decreto nº 637 de 27 de Setembro de 1849). BRASIL. Coleção das Leis do Império do Brasil. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1850, pp. 133 - 174.

ANEXO 20 - Modelo de ata das ocorrências e das faltas dos condutores (1849)

MODELO N.º 3.

Acta do dia 15 de Agosto de 1849.

As horas em ponto annunciei o principio do trabalho nesta sala pelo toque da campainha.

Estavão presentes 8 Empregados, faltando com causa communicada F. E. e F. e sem ella F.

Distribui á Secção 1.ª as malas da Estrella, Nictorohy, e Magé, chegadas aquella ás 9 horas, e estas ás 10.

Aª Secção 2.ª as malas de Minas, Goyaz e Mato Grosso, chegadas ás 8 horas.

Aª Secção 3.ª a mala de Liverpool, chegada á 1 hora da tarde.

Aª Secção 4.ª 300 cartas avulsas, vindas nos navios tal — Inglez, — tal — Portuguez, — ou vindas de paizes estrangeiros e entregues pelo Agente do mar, chegadas ás 5 horas.

Aª Secção 5.ª a mala de Cantagallo, e Espirito Santo, chegadas aquella ás 3 horas, e esta ás 4.

Aª Secção 6.ª as malas do Campos, e Macahé, chegadas aquella ás 2 horas e esta ás 6.

Ou

Aª Secção 1.ª, 2.ª e 3.ª a mala do Paquete Inglez, tocando á 1.ª os papeis da letra A. a F. ; á 2.ª da letra F. a L. ; á 3.ª da letra L. a Z. E semelhantemente se escreverá a distribuição de quaesquer malas que chegarom ao Correio.

Dentro de 1/4 de hora estavão separados os officios para as diversas Autoridades, que sendo relacionados sairão os carteiros com tantos a fazer delles a devida entrega, e para o chefe da sala de sahida forão remettidos tantos.

Se faltar algum membro de qualquer das Secções, o chefe da turma nomear-lhe-ha hum substituto, que poderá ser carteiro. humavez que com esta nomeação se não infrinja a 2.ª parte do Art. 36.

A's tantas horas comparecêrão os Empregados F. e F. que passarão a fazer o trabalho a seu cargo.

Dentro de 1/2 hora a Secção 1.ª ou 5.ª concluiu o aviamento das malas, dentro de tantas as Secções 2.ª ou 6.ª, &c.

A's tantas horas sairão os carteiros de Assignantes a entregar as cartas e mais papeis, para o que se lhes assignou tal espaço de tempo.

Os chefes das respectivas Secções entregarão as suas notas assignadas, e dellas consta o seguinte :

SECÇÃO 5.ª

Sem carimbo 20 cartas, 5 sem inutilisação de sellos e 2 ca-
mbadas, * em lugar diverso do marcado no Art. 9.º do Re-

gulamento. Huma carta sem sellos, 3 com sellos insufficientes ou falsos, ou já servidos (o que acontecerá mais vezes nas caixas filiaes). Vierão na mala ou malas, mais ou menos, tantas cartas, officios, ou outro papel, que não estavam relacionados nas listas que os acompanhãrão, e fora da mala tantas cartas ou papeis.

A Secção 3.^a suspeitou ter sido arrombada, ou illegalmente aberta a mala de S. Paulo, e communicando-se immediatamente esta occurrencia ao Sr. Administrador, ordenou elle, que se procedesse na forma dos Artigos 41 e 42 deste Regulamento; e sendo convidados os Srs. F. e F., pessoas de todo o conceito, perante ellas abriu-se a mala; e fazendo-se a conferencia dos objectos nella contidos com a respectiva relação, verificou-se faltarem tantos officios, que erão dirigidos por tal autoridade a tal autoridade desta Corte, ou de tal lugar. . . ., e tantas cartas para F. F. e F., o que tudo se mencionou no auto que se lavrou em presença das ditas testemunhas, e vai exarado no fim desta.

Se não apparecer a relação que sempre acompanha a correspondencia, isso mesmo se mencionará, e então se deverão relacionar todos os officios e cartas que se acharem na mala arrombada, e dessa relação se enviará huma copia ao Correio d'onde veio a dita mala, para elle conhecer qual a correspondencia que foi roubada ou extraviada.

Depois de preenchidas todas as formalidades que ficão mencionadas se dará a correspondencia achada na mala arrombada o mesmo destino que se der á vinda nas outras, que não houverem soffrido violencia alguma.

A's 1 hora da tarde multi ao Empregado F. na perda do vencimento de tantos dias, porque não quiz cumprir tal ordem que se lhe havia dado, ou por haver-se retirado sem licença.

A taes e taes horas tomei a ponto os carteiros, e faltãrão F. e F. que perdẽrão o dia, e destas faltas, bem como das multas impostas por infracção dos Arts. . . ., dei parte com a necessaria individuação ao Sr. Administrador, para que este, se as approvar, faça deduzir dos vencimentos as quantias que deverem perder.

A's 2 horas retirou-se a turma da entrada, tendo concluido todo o serviço de que a havia encarregado.

Seguiu-se a turma da tarde, que por não ter mala alguma que aviar, nem impressos que examinar, nenhum serviço fez nesta sbla, ou fez tal e tal (declara-se o que tiver feito).

Quando a turma da tarde tenha feito algum serviço, o seu chefe tomará apontamentos, como são obrigados a tomar os chefes das Secções, e os communicará ao chefe da turma da entrada, como determina a 2.^a parte do § 3.^o do Art. 33, para este fazer de tudo menção na acta do dia.

Auto do Corpo de delicto.

Aos tantos dias, &c. (vide Modelo n.º 4.)
E para constar lavrei a presente acta que assigno.
F.

SALA DA SAHIDA DA CORRESPONDENCIA.

Acta do dia 15 de Agosto de 1849.

(applica-se a esta o que da antecedente for applicavel.)

Incumbi aos Empregados F. e F. de extrahirem das caixas de hora em hora, ou de 1/2 em 1/2 hora, a correspondencia n'ellas lançada, e a conduzirem a esta sala.

Apresentada a correspondencia e sendo passada pelas mãos de cada hum dos ditos Empregados, duvidarão da sufficiencia do sello de tantas cartas, que por isso serão pesadas e se verificou estarem ou não conforme selladas.

Concluida a legalidade dos sellos nomeei para proceder a respectiva carimbação os Addidos F. e F. ou carteiros F. e F., recommendo-lhes a observancia do Art. 142.

Tantas cartas foram achadas sem sellos, ou sellos já servidos, ou falsos, tantas sem sobrescripto, ou com sobrescripto illegivel ou sem destino, ou com destino duvidoso, havendo por exemplo deus lugares do mesmo nome. Estes papais serão entregues ao Sr. Administrador para lhes dar o destino ordenado no Regulamento.

Aos Empregados F. F. e F. incumbi o preparo de taes, taes e taes malas, cujo fechamento principiou a.... horas e acabou a.... horas.

Entreguei aos ditos tantos seguros e tantas cartas de porte, Enchi tantos seguros.

Tomei a ponto duas vezes neste dia os carteiros ao serviço desta sala, e faltarão tantos.

A's 2 horas retirou-se a turma que foi substituida pela da tarde. Esta fez tal serviço ou nenhum fez.

Tendo sido reconhecido que huma das cartas com sello inferior tinha sido carimbada na Thesouraria, immediatamente a remetti ao Thesoureiro para que fizesse lançar-lhe o porte duplo a custo de quem a pesou e sellou, e nesse mesmo Correio foi remettida.

E para constar lavrei a presente acta que assigno.

F.

ANEXO 21 - Modelo de auto do estado das malas, sacos, maços, etc. das
correspondências neles contidas (1849)

MODELO N.º 4.

Aos... do mez... do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo, na casa da Administração do Correio da Corte, e na sala da entrada da correspondencia, onde se achava presente o Administrador (ou o Ajudante do Administrador) F. por este foi dito que havendo chegado á sua noticia que se achavão os cadeados, fechos, sellos, sacos, ou malas (o que se achar), com signaes visiveis de arrombamento, ou abertura illegal; e devendo proceder-se a corpo de delicto como ordena o Regulamento, fizera chamar pelo Porteiro desta Casa a F. morador em... que vive de... de idade de... e F. morador... que vive de... de idade de... pessoas que nella não são empregadas; não só para assistirem ao exame, e coadjuvarem a verificação dos signaes, e vestigios do sobredito arrombamento, ou abertura illegal, mas tambem para que na presença d'elle Administrador (ou Ajudante do Administrador) e dos Empregados desta sala sejam abertas as malas, ou sacos, e massos. No mesmo acto, presentes todos os referidos Empregados e testemunhas, ordenou o Administrador (ou o Ajudante do Administrador) que F. e F. (declarando-se os seus Empregos da Repartição) debaixo do juramento de seus cargos, e F. e F., testemunhas, debaixo do juramento dos Santos Evangelhos, que lhes deferio, passassem a averiguar os factos, que induzem a suspeita de ter sido arrombada, ou aberta illegalmente a mala, ou saco; ao que satisfazendo os referidos Empregados, e testemunhas, depois de escripto exame declararão (transcreve-se explicita e circunstanciadamente a declaração que fizerem), e que no seu conceito a mala, ou saco, fora arrombada, ou aberta illegalmente (por quebra, destruição, ou arrombamento dos cadeados, ou por qualquer outro modo de violencia). E immediatamente por mandado do Administrador (ou do Ajudante do Administrador) foi aberta pelos Empregados a mala, ou saco, e conferida a correspondencia com as listas, guias, ou factura, (não havendo se dirá, feita a contagem dos officios, cartas e mais papeis) se observarão as disposições do Regulamento na numeração e entrega da correspondencia (notando-se em algum officio, ou carta indícios de ter sido aberta se fará expressa menção). Do que para constar mandou o sobredito Administrador (ou o Ajudante do Administrador) lavrar este Auto, que assignou com os Empregados presentes, e testemunhas acima mencionadas; e eu F. (declara-se o Emprego) chefe da turma o escrevi, e subscrevi.

F.

F. Administrador.

F.

Fonte: *Regulamento interno da Administração do Correio da Corte e Província do Rio de Janeiro* (homologado pelo decreto nº 637 de 27 de Setembro de 1849). BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1850, pp. 133 - 174.

ANEXO 22 - Modelo de listas de cartas dos assinantes (1849)

MODELO N.º 5.

PRIMEIRO DISTRICTO DE ASSIGNANTES.

Cartas vindas de Liverpool em 7 de Agosto de 1849.

RUAS.	Andar.	N.º	Cartas?	Jornaes.	PORTES.	RUAS.	Andar.	N.º	Cartas.	Jornaes.	PORTES.
Direita ..		98	2	..	300						
»	1.º	78	3	...	450						
»		14	1		120						
Sabão....		12	1	...	150						
»		18	2		300						
»		18	1		120						
S. Pedro.		98	1	...	120						
»		120	1	...	150						
»		80	1		120						
					1830						

Recebi

F. (assignatura do carteiro).

N. B. As cartas que não forem entregues pelos carteiros serão abatidas nesta mesma lista ao carteiro, declarando-se a sua importancia, e numero da casa a que pertencião.

Fonte: *Regulamento interno da Administração do Correio da Corte e Província do Rio de Janeiro* (homologado pelo decreto nº 637 de 27 de Setembro de 1849). BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1850, pp. 133 - 174.

ANEXO 23 - Modelo de listas de distritos (1849)

MODELO N.º 6.

1.º DISTRICTO.

Cartas vindas do Norte pelo Vapor Imperador em 24 de Julho de 1849.

<i>Ruas.</i>	<i>Andar.</i>	<i>Numero.</i>	<i>Cartas.</i>	<i>Jornaes.</i>	<i>Observações.</i>	<i>Ruas.</i>	<i>Andar.</i>	<i>Numero.</i>	<i>Cartas.</i>	<i>Jornaes.</i>	<i>Observações.</i>
Direita ...	1.º	17	2	1		S Pedro ...	...	49	1		
»	...	20	1	2		»	...	32	...	1	
»	...	26	3	4		»	...	14	2		
Quitanda ..	...	44	1	2		Violas ...	...	42	1		
»	...	77	1	2		»	...	13	2		
»	...	130	2			»	...	18	...	1	
Pescadores.	...	21	1								
»	...	18	2						6	2	
»	...	32	...	2							
Sabão.....	...	44	2								
»	...	45	...	2							
»	...	117	1								
			46	15							

Recebi

F. (O nome do carteiro)

Fonte: *Regulamento interno da Administração do Correio da Corte e Província do Rio de Janeiro* (homologado pelo decreto nº 637 de 27 de Setembro de 1849). BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1850, pp. 133 - 174.

ANEXO 24 - Mapa de organização do Salão da Tesouraria da Administração Geral do Correio da Corte em conformidade com o artigo 104º do Regulamento Interno (1849)⁷⁸⁷

Fonte: Regulamento interno da Administração do Correio da Corte e Província do Rio de Janeiro (homologado pelo decreto nº 637 de 27 de Setembro de 1849). BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1850, pp. 133 - 174.

⁷⁸⁷ Diz esse artigo: "Para mais facilitar a busca e entrega, ainda se subdividirão as marítimas em – cartas marítimas das Províncias do Norte, e cartas marítimas das Províncias do Sul –. Também se subdividirão as terrestres em duas ou três partes segundo a casa o permitir. As cartas estrangeiras serão igualmente classificadas em – cartas de Portugal e seus domínios – cartas de França – cartas de Inglaterra – e cartas de diversos países estrangeiros. Nesta última classe estarão reunidas as cartas e jornais de todos os países estrangeiros, que não forem os três acima mencionados, por ser menor o seu número".

ANEXO 25 - Modelo de anúncio de entrega de cartas (1849)

MODELO N.º 8.

As cartas e mais papeis vindas d
sahido
d no dia do corrente
achão-se promptas , para serem entregues
às pessoas que as pedirem.

Correio Geral da Côrte de
de 18

Fonte: *Regulamento interno da Administração do Correio da Corte e Província do Rio de Janeiro* (homologado pelo decreto nº 637 de 27 de Setembro de 1849). BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1850, pp. 133 - 174.

ANEXO 27 - Modelo de "Pauta das linhas dos correios terrestres" (1849)

MODELO N.º 40.	
<i>Pauta das linhas dos Correios terrestres.</i>	
S. PAULO.	
<i>A mala de S. Paulo leva correspondencia para os seguintes lugares.</i>	
Paranaguá.	
Iguape.	
Santos.	
Cananea.	
Lapa.	
Antonina.	
Constituição.	
&c.	
<i>Malas directas.</i>	
Fazza-tres.	
S. João do Principe.	
Santa Cruz.	
Camponha	Conduz a de Jacuty, S. José de Alfenas, Cabo verde e 3 pontas.
Pirahy	Conduz a das Dores.
Resende	Idem a de Pouso alto e Baependy.
Lorena	Idem a de Caldas e Pouso alegre.
Barra mansa.	
Pouso seco	Idem a do Arrozal.
Jacarehy	Idem a de S. Sebastião e da Parahibuna.
Arçás	Idem a de Queluz.
Taubaté.	
Guaratiningueta.	
Pindamonhangaba.	
Bananal.	
Mangaratiba.	
Saco da Mangaratiba.	
Paraty.	
Itaguahy.	
Angra	Conduz a da Conceição da Ribeira, e Mambucaba.
<i>Malas que vão na bolsa.</i>	
Ubatuba.	
S. José da Parahiba.	
S. José do Barreiro.	
Mugy das Cruzes.	
Silveiras.	
Itacurussá.	
MINAS GERAES.	
<i>A mala do Ouro preto leva a correspondencia para os seguintes lugares.</i>	
Diamantina.	
Serro.	
Marianna.	
Sabará.	
Minas Novas.	
Curvelo.	
&c.	
<i>Malas directas.</i>	
S. João d'El-Rei.	
S. João Nepomuceno.	
Chapéo de Uvas.	
Barbacena	Conduz a de Queluz.
Parahiba do Sul.	
Vassouras.	
Valença.	
Iguassú.	
Parahibuna.	
Paty do Alferes.	
Por esta mesma forma se organizarão as linhas de Campos, Cantagallo, Estrella Nietzerohy, &c., assim como as dos Correios maritimos.	

Fonte: Regulamento interno da Administração do Correio da Corte e Província do Rio de Janeiro (homologado pelo decreto nº 637 de 27 de Setembro de 1849). BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1850, pp. 133 - 174.

ANEXO 28 - Modelo de listas de ofícios, seguros, cartas e jornais remetidos (1849)

MODELO N.º 11.

CORREIO GERAL DA CORTE.

*Lista dos Offícios, Seguros, Cartas e mais papeis remettidos para o
Correio de*

		SELLADAS.		COM PORTES.			VARIOS PORTES.	
		C.	J.	120	150	180		
<i>Officios.</i>								
2	Officios do Min. do Imperio.	}						
2	» » » da Justiça.							
3	» » » Guerra.							
2	» » » Marinha.							
1	» do Quartel General da Marinha							
1	» do Commandante das Armas							
<i>Seguros.</i>								
Carta de João José de Sousa.								
Dita de Antonio Francisco Santos.....								
<i>Cartas e Jornaes.</i>								
Antonio Alves Bastos.....		1	2					
A. Fernandes.....		2	1					
Bento José Gomes.....		4	3					
Caetano Alves dos Santos.....			1					
Domingos Sousa Dias.....		1						
		5	7					
Em 20 de Julho de 1849.								
O Official ou Praticante F.								

Fonte: Regulamento interno da Administração do Correio da Corte e Província do Rio de Janeiro (homologado pelo decreto nº 637 de 27 de Setembro de 1849). BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1850, pp. 133 - 174.

ANEXO 29 - Modelo de bilhete passado aos capitães e mestres de barcos (1849)

MODELO N. 12

Pela Administração do Correio Geral da Côrte despachou o
Sr.
Capitão do
que faz viagem para
Rio do de 18
O Administrador
F.

Fonte: *Regulamento interno da Administração do Correio da Corte e Província do Rio de Janeiro* (homologado pelo decreto nº 637 de 27 de Setembro de 1849). BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1850, pp. 133 - 174.

**ANEXO 30 - Modelo de guia de acompanhamento da requisição de selos para venda
(1849)**

MODELO N.º 13.

Pela Administração do Correio da Corte e Província do Rio de Janeiro, se remetem ao Sr.		
Agente do Correio de para o porteamento das cartas e mais papeis		
Sendo	de 10 réis de 30 réis de 60 réis de 90 réis	Sellos, \$ \$ \$ \$ \$ \$
e todos na importancia do		
na Conta respectiva	réis, que lhe fica debitada	
Administração do Correio da Corte, em de		
de 18	O Thesoureiro	O Contador
Recebi os Sellos constantes desta Guia.		
de	Agencia do Correio de de 18	em O Agente

Fonte: *Regulamento interno da Administração do Correio da Corte e Província do Rio de Janeiro* (homologado pelo decreto nº 637 de 27 de Setembro de 1849). BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1850, pp. 133 - 174.

ANEXO 31 - Modelo de "Caderno para lançamento das Cartas seguras" (1849)

MODELO N.º 14.

Caderno para lançamento das Cartas seguras.

1849 — Julho	3	1 Carta segura por Carvalho & Rocha para a Bahia	1 7 000
» »	»	1 Dita dita por José Francisco Mendes para Pernambuco	1 7 000
» »	»	1 Dita dita por Manoel Pinto da Fonseca para Minas	1 7 000

Fonte: *Regulamento interno da Administração do Correio da Corte e Província do Rio de Janeiro* (homologado pelo decreto nº 637 de 27 de Setembro de 1849). BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1850, pp. 133 - 174.

ANEXO 32 - Modelo de “Caderno para lançamento das partes dadas pelos Mestres das embarcações a saírem” (1849)

MODELO N.º 45.

Caderno para lançamento das partes dadas pelos Mestres das embarcações a sahirem.

ANNO.	MEZ.	Data da declaração do Mestre.	Lugares para onde se destina.	Dias em que devem sair.	Nomes das embarcações e rubricas dos Mestres.	Sahida.	Dia da sahida.	Transferencia de sahida.
1849.	Agosto.	5	Pernambuco.....	9	Brigue Escuna Minerva.....	Sahio..	11	Transferido para 16.
»	»	9	Portos do Norte....	13	Rubrica do Mestre.. Vapor Imperatriz...	»	15	Dito para o dia 17 às 4 horas,

Fonte: *Regulamento interno da Administração do Correio da Corte e Província do Rio de Janeiro* (homologado pelo decreto nº 637 de 27 de Setembro de 1849). BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1850, pp. 133 - 174.

ANEXO 33 - Modelo de "Caderno para o lançamento diário das cartas entradas" (1849)

MODELO N.º 16.						
Caderno para o lançamento diário das cartas entradas.						
DATAS.		Nomes dos portos e das embarcações.	N.º de cartas.	N.º de J.ªs, livros, &c.	Valores.	Importancia.
1849. Agosto.	6	Liverpool, Barca Ingleza Jonnes.....	158		150	238700
			20		210	48200
			12		270	38240
			4		330	18320
				4.ª parte 2	450	8300
				1		8600
				1		8870
				60		8
						348230
" "	12	Havre, Barca Fran- ceza Roze.....	380		120	458600
			24		180	48320
			14		240	38360
				300	314	98450
				16	63	18008
				10	944	8945
				4	126	8504
				7	157	18099
				4.ª parte 1		8060
				2	90	8180
				5	120	8600
						678126
						1018356

Fonte: Regulamento interno da Administração do Correio da Corte e Província do Rio de Janeiro (homologado pelo decreto n.º 637 de 27 de Setembro de 1849). BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1850, pp. 133 - 174.

ANEXO 34 - Modelo de “Caderno para se lançarem as Cartas de porte fiados aos Assinantes” (1849)

MODELO		N.º 17.
Caderno para se lançarem as Cartas de porte fiados aos Assignantes. 1849 A. B. Agirony Deve.		1849 A. F. Biesterfeld Haver.
Setembro	1 Por 7 cartas vindas do Havre na barca Rosa.....	4 Por 5 cartas vindas de Antuerpia no bri- gue Carrier.....
	1,350	28750

Fonte: *Regulamento interno da Administração do Correio da Corte e Província do Rio de Janeiro* (homologado pelo decreto nº 637 de 27 de Setembro de 1849). BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1850, pp. 133 - 174.

ANEXO 35 - Modelo de "Caderno para conta de cartas entregues aos carteiros" (1849)

MODELO		N.º 18.	
<i>Caderno para conta de cartas</i>		<i>entregues aos carteiros.</i>	
<i>Deve.</i>		<i>Haver.</i>	
1849—Agosto. 2	O Carteiro Ignacio de Sousa e Mello. Pelo que recebeu em cartas e jornaes. 1077 000	1849—Janeiro. 3	Entregou por conta do que recebeu em 2..... 877 000
<i>Deve.</i>		<i>Haver.</i>	
» Fevereiro. 4	O Carteiro Ferraz. Pelo que recebeu em cartas..... 277 000	» Fevereiro. 4	Entregou por conta do que recebeu hoje..... 177 500

Fonte: *Regulamento interno da Administração do Correio da Corte e Província do Rio de Janeiro* (homologado pelo decreto nº 637 de 27 de Setembro de 1849). BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1850, pp. 133 - 174.

ANEXO 36 - Modelo de "Caderno de lançamento das contas com os vendedores de selos na Tesouraria e diversas Agencias do Correio" (1849)

MODELO				N.º 19.	
Caderno de lançamento das contas com os e diversas Agen				vendedores de sellos na Thesouraria, cias do Correio.	
Sellos fornecidos aos vendedores da Cidade e Agencias do Correio.				Producto arrecadado.	
	N.º DE SELLOS.	VALORES DOS SELLOS.	IMPORTAN- CIA.		
1849—Agosto 1.º Vendedor Theodoro Luiz da Silva.....	765 3.060 1.530 765 306 153 51	10 30 60 90 180 300 600		1849—Agosto. 1.º Importancia recebida do Vendedor Theodoro Luiz da Silva.....	657.000
			3237.830	» » 2 Idem idem.....	807.000
» » » Agencia da Rua da Quitanda.....	3.000 2.000 500	30 60 90	2257.000	» » 5 Idem da Agencia da Rua da Quitanda.....	2007.000
» » » Caixa filial de Mata-porcos.....	200 500 300 100	10 30 60 90	447.000	» » 7 Idem da Caixa filial do Mata-porcos.	207.000
» » » Agencia do Correio de Paraty.....	1.500 2.000 500	30 60 90	2107.000	» » 7 Idem da Agencia do Correio de Paraty.....	1907.000
			8327.830		5537.000

Fonte: Regulamento interno da Administração do Correio da Corte e Província do Rio de Janeiro (homologado pelo decreto nº 637 de 27 de Setembro de 1849). BRASIL. Coleção das Leis do Império do Brasil. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1850, pp. 133 - 174.

ANEXO 37 - Modelo de “Pauta das embarcações próximas a saírem” (1849)

MODELO N.º 20.

Pauta das embarcações proximas a sahirem.

ANNO.	MEZ.	<i>Data da declaração da sahida.</i>	<i>Lugares para onde se destinão.</i>	<i>Dia em que devem sahir.</i>	<i>Nomes das embarcações.</i>	<i>Sahida.</i>	<i>Dias.</i>	<i>Transferencia de sahida.</i>
1849.	Agosto..	5	Pernambuco.....	9	Brig. Esc. Minerva.	Sahio...	11	Transferio para 16.
»	»	8	Portos do Norte..	11	Vapor Imperatriz...	»		Dito para 13 ás 4 horas

Fonte: Regulamento interno da Administração do Correio da Corte e Província do Rio de Janeiro (homologado pelo decreto nº 637 de 27 de Setembro de 1849). BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1850, pp. 133 - 174.

ANEXO 38 - "Inventário das cartas e mais papéis de porte existentes na Tesouraria do Correio da Corte desde o 1º de Julho de 1847 até o último de Junho de 1848, com declaração dos valores das ditas cartas e papéis, e dos meses a que elles pertencem" (1849)

MODELO N.º 21.

Inventario das cartas e mais papeis de porte existentes na Thesouraria do Correio da Corte desde o 1.º de Julho de 1847 até o ultimo de Junho de 1848, com declaração dos valores das ditas cartas e papeis, e dos meses a que elles pertencem.

DATAS.	N.º de cartas.	N.º de Jornaes.	Porte das cartas e Jornaes.	Importancia das cartas.	Importancia dos Jornaes.	TOTAES DE CADA MEZ.
1847 Julho.....	2		120	240		
	2		200	400		
		4	30		120	
		3	60		180	
				640	320	960
Agosto.....	4		800	3200		
	1		120	200		
		2			240	
				3240	240	3480
Setembro...	2		2500	4800		
	2		3800	6800		
		2	900		1800	
				10800	1800	11800
Outubro....	20		60	1200		
	20		120	2400		
		5	30		150	
		4	90		360	
				3860	510	4370
Novembro...	2		120	240		
		2	60		120	
				240	120	360
Dezembro...	4		60	240		
	3		90	270		
		3	30		90	
				510	90	600
						21840

Termo de encerramento do Inventario.

Aos.... dias do mez de..... tendo-se concluido este inventario começado em...., em virtude da disposição do Artigo 209 do Regulamento interno desta Administração, conheceo-se existirem na Thesouraria della tantas mil cartas no valor de 8 tantos Jornaes no valor de 8, e tanto de sellos; e para constar se lavrou o presente Termo que vai assignado pelos inventariantes e Thesoureiro. Correio Geral da Corte.... de..... de 18

O 1.º Official F. O 2.º Official F. O Praticante F.

O Praticante F. O Thesoureiro F.

Fonte: Regulamento interno da Administração do Correio da Corte e Província do Rio de Janeiro (homologado pelo decreto nº 637 de 27 de Setembro de 1849). BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1850, pp. 133 - 174.

ANEXO 39 - Modelo de “*Livro Caixa da Administração do Correio da Corte*” (1849)

MODELO N.º 22.

Livro Caixa da Administração do Correio da Côrte.

[illegible]

Caixa, &c., &c.

1919.	DEVE.	1919.	HAVER.	Pessoal.	Costeio.	Expedi- ente.	Extra- ordinaria.	Movim. de Fmud.	TOTAL.
Agosto..	Pelo salho existente em 30 de Julho ultimo, e que passou para o presente, como da fl. 1: quinhentos noventa e hum milrs. (Idem.) (Idem.)	501\$000	Agosto..	Pelo que pagou aos Empregados da Directoria Geral dos Correios de seus vencimentos do mez de Julho ultimo, conforme a folha respectiva: com null reis..... Idem aos desta Administracao no dito mez, como da respectiva folha: duzentos mil reis..... Idem aos Carteiros e Pedestres da mesma no referido mez, conforme a folha respectiva: noventa mil reis..... Idem ao Porteiro desta Administracao F. valor das despezas feitas com o expediente e utensilios no indicado mez, como da respectiva folha: doze mil reis..... (Assignatura do Contador.)	100\$000				100\$000
				200\$000					200\$000
				90\$000					90\$000
						12\$000			12\$000
								180\$000	180\$000
		501\$000		300\$000		12\$000		180\$000	501\$000

Fonte: *Regulamento interno da Administração do Correio da Corte e Província do Rio de Janeiro* (homologado pelo decreto nº 637 de 27 de Setembro de 1849). BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1850, pp. 133 - 174.

ANEXO 40 - Modelo de “*Livro de Contas correntes com o Tesoureiro*” (1849)

Fonte: *Regulamento interno da Administração do Correio da Corte e Província do Rio de Janeiro* (homologado pelo decreto nº 637 de 27 de Setembro de 1849). BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1850, pp. 133 – 174.

O Thesoureiro do Correio da Corte, José Antonio de Fi

1849.	DEVE.	IMPORTANCIA.		TOTAL.
		Sellos.	Cartas e mais papeis.	
Julho...	1.º	Por tantos sellos existentes no fim de Julho ultimo, conforme o respectivo in- ventario: vinte contos de réis.....	20.000\$000	20.000\$000
"	6	Por tantos ditos recebidos hoje do Thesouro Publico Nacio- nal: quatorze contos de réis. (Assig. do Thesoureiro.) (Assig. do Contador.)	14.000\$000	14.000\$000
"	7	Pelo valor das cartas e mais papeis de porte importados até hoje, conforme o Livro de entradas de fl até fl : oito contos e seiscentos mil réis.....	8.000\$000	8.000\$000
"	31	(Idm.) (Idm.) Por tantos sellos recebidos da Agencia do Correio do Rio Bonito, extincta por Aviso do Imperio de 20 de Abril ultimo, conforme o respec- tivo Livro de Contas cor- rentes a fl : vinte mil réis. (Idm.) (Idm.)	20\$000	20\$000
		26.020\$000	8.000\$000	34.020\$000

Fonte: *Regulamento interno da Administração do Correio da Corte e Província do Rio de Janeiro* (homologado pelo decreto nº 637 de 27 de Setembro de 1849). BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1850, pp. 133 - 174.

queiredo, em conta corrente com a Fazenda Nacional.

1849.	HAVER.	IMPORTANCIA.		TOTAL.		
		Scellos.	Cartas e mais papeis.			
Julho..	1.º	Pelo producto dos sellos e das cartas entregues hoje, como do Livro Caixa a fl : trinta mil e duzentos réis.....		20\$000	10\$200	30\$200
"	"	Por tantos sellos remettidos hoje para a Agencia do Cor- reio da Estrella, conforme o respectivo Livro de Con- tas correntes : quarenta mil réis.....		40\$000		40\$000
		(Dasta a assig. do Con- tador no fim do dia.)				
"	2	Idem idem entregues hoje, &c, &c.: doze mil réis....		10\$000	2\$000	12\$000
"	3	Idem idem, &c., &c.: trinta mil réis.....		20\$000	10\$000	30\$000
"	31	Idem idem, &c., &c.: vinte e dous mil réis.		14\$000	8\$000	22\$000
"	"	Por tantas cartas e mais pa- peis de porte queimados hoje em virtude do Artigo ... do Regulamento, re- servando-se tantos massos de jornaes para serem ven- didos a peso, na fórma do Art. ... do mesmo Regula- mento, como do Termo la- vrado no Livro de Inventa- rio a fl : cem mil réis..			100\$000	100\$000
"	"	Saldo existente na Thesour- ria em sellos e em cartas, e que passa para o mez se- guinte a fl deste Livro: trinta e quatro contos tre- zentos e oitenta e cinco mil e oitocentos réis.....		104\$000	130\$200	234\$200
				25.916\$000	8.469\$800	34.385\$800
				26.020\$000	8.600\$000	34.620\$000

Fonte: Regulamento interno da Administração do Correio da Corte e Província do Rio de Janeiro (homologado pelo decreto nº 637 de 27 de Setembro de 1849). BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1850, pp. 133 - 174.

ANEXO 41 - Modelo de "Livro de Contas correntes com as Agencias do Correio da Corte"
(1849)

MODELO

Livro de Contas correntes com as

A Agencia do Correio d'Angra em

N.º 24.

Agencias do Correio da Côte.

conta corrente com o Correio da Côte.

1849.	DEVE.	IMPORTANCIA.		TOTAL.
		<i>Cartas e mais papeis.</i>	<i>Sellos.</i>	
Julho... 3	Por saldo existente em cartas e sellos no fim do 4.º trimestre ultimo em poder do Agente F...., conforme o respectivo Balanço recebido hoje: oitenta mil e seiscentos réis.....	108000	708000	808000
Setemb. 30	Por cartas e sellos até esta data, conforme os Livros respectivos: quarenta e seis mil réis.....	68000	108000	168000

1849.	HAVER.	IMPORTANCIA.		TOTAL.
		<i>Cartas e mais papeis.</i>	<i>Sellos.</i>	
Outub. 3	Por cartas e sellos vendidos no 1.º trimestre ultimo, conforme o respectivo Balanço recebido hoje: sessenta e dous mil réis.....	108000	528000	628000

Fonte: Regulamento interno da Administração do Correio da Corte e Província do Rio de Janeiro (homologado pelo decreto nº 637 de 27 de Setembro de 1849). BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1850, pp. 133 - 174.

ANEXO 42 - Modelo de talão de quitação para os agentes e multas (1849)

MODELO N.º 25.

Para o talão das quitações para os Agentes e multas.

N.º _____

A fl. _____ do L.º _____

Fica debitado ao Thesoureiro _____

N.º _____

CORREIO GERAL DA CORTE.

A fl. _____ do L.º _____ fica debitado ao Thesoureiro _____

Recebidos _____

E para constar se deo este assignado pelo Thesoureiro, commigo Contador.

Rio de Janeiro de 18 _____

O Thesoureiro _____ O Contador _____

Fonte: *Regulamento interno da Administração do Correio da Corte e Província do Rio de Janeiro* (homologado pelo decreto nº 637 de 27 de Setembro de 1849). BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1850, pp. 133 - 174.

ANEXO 43 - Modelo de talão de quitação para papéis seguros (1849)

O Thesoureiro

O Contador

MODELO N.º 26.

Para o talão dos seguros.

N.º

Para

de Correio d

Remette-se a

hum pelo

que lhe dirige o
o qual segurando-o no valor de cinquenta mil réis, chegando o dito a salvamento, pagou de premio do seguro mil réis, e se lhe deo esta cautela para ser substituida pelo recibo logo que tenha sido devolvido.

Correio da Corte d

de 18

N.º

Senhor

do Correio d

Sirva-se V.

entregar a

hum remettido pelo

e seguro no valor de cinquenta mil réis, chegando o dito a salvamento, que
lhe dirige o pelo que se lhe
levou de premio do seguro mil réis; e da immediata entrega cobrará V.
recibo, passado neste conhecimento, que devolverá precisamente.

Correio da Corte d

de 18

Para o Correio de

seguro hum

para

pelo

Correio da Corte em
de 18

Fonte: *Regulamento interno da Administração do Correio da Corte e Província do Rio de Janeiro* (homologado pelo decreto nº 637 de 27 de Setembro de 1849). BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1850, pp. 133 - 174.

ANEXO 44 - Modelo para talão de quitação de assinaturas (1849)

MODELO N.º 27.

Para o talão das assignaturas.

N.º CORREIO GERAL DA CÔRTE.

A fl. do Livro Caixa N.º fica lançada ao The-
soureiro respectivo a quantia de que recebeu
do Assignante
de sua Assignatura por mezes
Em de 18

N.º

CORREIO GERAL DA CÔRTE.

Recebeo o Thesoureiro
do Sr. Assignante
morador á rua d
a quantia de
signatura por
Em de
O Thesoureiro.

mezes, a contar do corrente mez
de 18

de sua as-

O Contador

N. B. Convém que até ao dia 20 do mez do vencimento deste recibo,
impreterivelmente, o Sr. Assignante mande ao Correio reformar a sua assi-
gnatura, do contrario se entenderá que não quer continuar.

Fonte: Regulamento interno da Administração do Correio da Corte e Província do Rio de Janeiro (homologado pelo decreto nº 637 de 27 de Setembro de 1849). BRASIL. Coleção das Leis do Império do Brasil. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1850, pp. 133 - 174.

ANEXO 45 - Modelo de “*Livro da Receita e Despesa para as Agencias*” (1849)

Fonte: *Regulamento interno da Administração do Correio da Corte e Província do Rio de Janeiro* (homologado pelo decreto nº 637 de 27 de Setembro de 1849). BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1850, pp. 133 – 174

Conta de Caixa d'Agencia do Correio de

RECEITA.

Productos dos sellos vendidos.....	68\$310
Idem das cartas de porte.....	2\$880
Idem dos seguros.....	5\$000
Deficit.....	76\$190
	124\$195
	Rs. 200\$385

(Assignatura do Agente.)

Conta dos Sellos e

1849.	RECEITA.		Sellos.	Cartas de porte.
Julho.	1	Saldo existente em sellos e em cartas no dia 30 de Junho ultimo.....	109\$680	8\$640
Setembro.	30	Recebidos até hoje, conforme as facturas:		
		Do Correio Geral da Corte.	100\$000	4\$360
		Da Agencia de Pirahy.....		1\$260
			Rs. 209\$680	14\$260

Fonte: Regulamento interno da Administração do Correio da Corte e Província do Rio de Janeiro (homologado pelo decreto nº 637 de 27 de Setembro de 1849). BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1850, pp. 133 - 174.

Angra no 1.º trimestre de 1849—50.

DESPEZA.

Gratificação de 35 por cento da renda ao Agente.....	26\$666
Idem de 10 por cento idem ao Ajudante.....	7\$819
Idem de 10 por cento do 5 seguros, na forma do Art. 203 do Regulamento.	\$500
Salario de 600 réis diários aos 3 Pedestres que conduzem as malas desta Agencia para Paraty e vice-versa.....	165\$600
Rs.	200\$385

(Assignatura do Ajudante da Agencia.)

das Cartas de porte.

1849.	DESPEZA.	Sellos.	Cartas de porte.
Setembro. 30	Productos dos sellos e cartas arrecadado até hoje.....	68\$310	2\$880
»	» Devolução de cartas ao Correio Geral da Corte.....		1\$000
»	» Remessas para os Correios de Paraty. 1\$200 Mangaratiba.. 1\$020		2\$220
»	» Saldo existente hoje em sellos e cartas, que passa para o trimest. seguinte a fl. 2 deste Liv.	141\$370	6\$100 8\$160
	Rs.	209\$680	14\$260

Fonte: Regulamento interno da Administração do Correio da Corte e Província do Rio de Janeiro (homologado pelo decreto nº 637 de 27 de Setembro de 1849). BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1850, pp. 133 - 174.

ANEXO 46 - Modelo de balancetes mensais para as administrações (1849)

MODELO

PARA OS BALAN

Balancete da Administração do

RECEITA.

Producto do porte das cartas.....	1.038\$879
Idem dos seguros.....	204\$000
Idem das assignaturas.....	992\$300
Idem dos sellos vendidos na Administração.....	2.326\$070
Idem nos depósitos da Cidade.....	163\$790
	2.489\$860
Idem das multas dos Artigos 197 e 227 do Regulamento dos Correios.....	155\$700
Saldo do rendimento das Agencias.....	457\$300
Rs.	5.336\$569

Administração do Correio da

(Assignatura do Administrador).

(Assignatura do

N.º 29.

CETES MENSAES.

Correio da Corte no mez de *Ag.* *Ag.*

DESPEZA.

Pagamento da Folha do vencimento dos Empregados da Directoria.....	806\$864
Idem idem dos desta Administração.....	2.338\$561
Idem idem do salario dos Carteiros e Pedestres.....	806\$800
Idem aos conductores das malas de Campos, Cantagalo e S. João d'El Rei.....	511\$000
Idem de 10 por cento dos seguros expedidos.....	208\$400
Idem de 30 reis por carta avulsa aos Capitães de navios.....	708\$330
Idem de metade das multas do Artigo 197 e 227 do Regulamento.....	135\$450
Idem do aluguel do bote no serviço do Correio.....	90\$000
<i>Expediente e utensilios.</i>	
Da Directoria Geral dos Correios.....	100\$000
Da Administração.....	200\$000
<i>Movimento de Fundos.</i>	
Indemnização dos deficits das Agencias de Nicterohy, Angra e Paraty.....	100\$000
Saldo que se remette ao Thesouro Publico Nacional.....	35\$861
hs.	5.336\$569

Corte em 8 de Janeiro de 1849.

Thesoureiro.)

(Assignatura do Contador.)

Fonte: Regulamento interno da Administração do Correio da Corte e Província do Rio de Janeiro (homologado pelo decreto nº 637 de 27 de Setembro de 1849). BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1850, pp. 133 - 174.

ANEXO 47 - Modelo de balancete mensal para as agencias (1849)

MODELO		N.º 30.	
Balanco d'Agencia do Correio em Angra dos		Reis no 1.º trimestre de 1849—50.	
RECEITA.		DESPEZA.	
Productos dos sellos vendidos.....	68\$310	Agente vencendo 35 por cento da renda.....	26\$666
Idem das cartas de porte.....	2\$880	Ajudante idem 10 por cento idem.....	7\$619
Idem dos seguros.....	5\$000	10 por cento dos seguros (Art. 203 do Regulamento).....	8\$500
	76\$190	3 Pedestres com 276 dias a 600 rs. cada hum.....	165\$600
Deficit.....	124\$195		
	Rs. 200\$385		Rs. 200\$385

Conta de cartas e sellos.	
RECEITA.	
Saldo do 4.º trimestre de 1848—49.....	8\$640 109\$680
Recebido do Correio da Corte.....	4\$360 100\$000
Idem da Agencia de Pirahy.....	1\$260 1\$260
Rs. 14\$260	209\$680

DESPEZA.	Cartas.	Sellos.
Productos dos sellos e cartas.....	2\$880	68\$310
Devolvidos (Art. 140 do Regulamento).....	1\$000	
Remettidos para Paraty.....	1\$200	
Mangaratiba.....	1\$020	
	6\$100	
Existe em 30 de Setembro de 49.....	8\$160	141\$370
	Rs. 14\$260	209\$680

Fonte: Regulamento interno da Administração do Correio da Corte e Província do Rio de Janeiro (homologado pelo decreto nº 637 de 27 de Setembro de 1849). BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1850, pp. 133 - 174.

ANEXO 48 - Modelo de termo dos livros de balanços (1849)

MODELO N.º 34.

Aos dias do mez de Março, ou Setembro do anno de mil oitocentos, &c. do exercicio de , depois de examinada esta escripturação da qual se extrahio o competente balanço, que confere com o inventario a que se procedeo na Thesouraria no dia , e achando-se tudo exacto, verificou-se existir de saldo nesta conta (de caixa) ou (de sellos e cartas) a quantia de réis, que passa a conta nova a fl. , deste mesmo Livro (ou de outro, se houver mudança de Thesoureiro ou novo exercicio.)

E para constar lavrou-se este Termo que eu F. escrevi, e assignei com os Srs. Administrador, Ajudante e o Thesoureiro, perante os quaes teve lugar o exame supramencionado.

Fonte: *Regulamento interno da Administração do Correio da Corte e Província do Rio de Janeiro* (homologado pelo decreto nº 637 de 27 de Setembro de 1849). BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1850, pp. 133 - 174.

da Corte, no exercício de 18.. a 18..

DESPEZA.

DIRECTORIA GERAL.	ORDENADO.	GRATIFICA- ção.	TOTAL.
Director Geral.....	8	8	16
Official Maior.....	8	8	16
Dois Officiaes.....	8	8	16
Dois Amanuenses.....	8	8	16
A hum dos ditos que serve de Porteiro.....	8	8	16
Correio de officios.....	8	8	16
<i>Expediente.</i>			
Papel, pennas, tinta, lacre e outros arti- gos de escripta.....	8	8	16
<i>Utensilios.</i>			
Mobiliã.....	8	8	16
Reposteiros.....	8	8	16
Diversas miudezas.....	8	8	16
CORREIO DA CÔRTE.			
Administrador.....	8	8	16
Ajudante.....	8	8	16
Contador.....	8	8	16
Thesoureiro.....	8	8	16
4 Primeiros Officiaes.....	8	8	16
5 Segundos ditos.....	8	8	16
Dois Fieis do Thesoureiro.....	8	8	16
Dez Praticantes.....	8	8	16
Dez Escripturarios addidos.....	8	8	16
Porteiro.....	8	8	16
Ajudante do dito.....	8	8	16
Agente do mar.....	8	8	16
Ajudante do dito.....	8	8	16
Trinta Carteiros a 1\$200 por dia.....	8	8	16
Quatro ditos a 1\$ idem.....	8	8	16
Dois Pedestres a 800 réis idem.....	8	8	16
<i>Expediente.</i>	8	8	16
Papel, pennas, tinta, lacre e outros obje- ctos de escripta.....	8	8	16
<i>Utensilios.</i>			
Malas novas, sacos, concerto de malas, ca- rinholos, sinetes, e diversos moveis, ba- lanças, &c., &c.....	8	8	16
Diversas miudezas.....	8	8	16
<i>Costeio.</i>			
Commissão de 552 réis por onça de cartas ao Agente dos Paquetes Ingêzes.....	8	8	16
Item de 30 réis por carta avulsa aos Com- mandantes de embarcações.....	8	8	16
	8	8	16

Fonte: Regulamento interno da Administração do Correio da Corte e Província do Rio de Janeiro (homologado pelo decreto nº 637 de 27 de Setembro de 1849). BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1850, pp. 133 - 174.

**ANEXO 49 - Modelo de “Balanço definitivo da Administração do Correio da Corte”
(1849)**

Fonte: *Regulamento interno da Administração do Correio da Corte e Província do Rio de Janeiro* (homologado pelo decreto nº 637 de 27 de Setembro de 1849). BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1850, pp. 133 - 174.

RECEITA.	
Transporte.	§
Rs. ... §	

DESPEZA.			
CORREIO DA CÔRTE.	ORDENADO.	GRATIFICA- ção.	TOTAL.
Transporte..	§	§	§
Conduções de malas por arrematação....	§	§	§
Idem de malas por Pedestres.....	§	§	§
Dez por cento dos Seguros expedidos aos Empregados.....	§	§	§
Metade das multas impostas.....	§	§	§
Aluguel do bote.....	§	§	§
Servente.....	§	§	§
AGENCIAS DO MUNICIPIO DA CÔRTE, E DA PROVINCIA DO RIO DE JANEIRO.	§	§	§
Agentes.....	§	§	§
Ajudantes.....	§	§	§
Carteiros.....	§	§	§
Conduções de malas por tantos Pedestres..	§	§	§
Dez por cento dos Seguros expedidos.....	§	§	§
Aluguel de casas.....	§	§	§
Eventual.	§	§	§
Debaixo deste titulo lançar-se-ha qual- quer despesa extraordinaria que não se con- tiver no Orçamento.			
MOVIMENTO DE FUNDOS.			
Remessas para o Thesouro.....			§
	§	§	§

Administração do Correio Corte 31 de Janeiro de 1849.

O Administrador.

O Thesoureiro.

O Contador.

Fonte: *Regulamento interno da Administração do Correio da Corte e Província do Rio de Janeiro* (homologado pelo decreto nº 637 de 27 de Setembro de 1849). BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1850, pp. 133 - 174.

ANEXO 50 - Modelo de termo sobre o balanço geral definitivo do ano financeiro (1849)

MODELO N.º 33.

Aos dias do mez de Janeiro do anno de do
exercício de examinando-se toda
a escripturação do exercício findo de....., e confrontando-se
as operações deste livro Caixa, e as da conta corrente de cartas o
sellos e contas correntes com as Agencias do Município da Corte
e Provincia do Rio de Janeiro, com os auxiliares e documentos
respectivos, e o inventario dado na Thesouraria a tantos, verificou-se
ser exacto o balanço definitivo que foi extrahido da sobredita es-
cripturação em tal dia; achando-se tudo conforme e em estado
regular, e passando o saldo de tanto em dinheiro, tanto em cartas
e tanto em sellos, em poder do respectivo Thesoureiro, para a
conta nova do exercício corrente de..... para constar lavrei este
Termo, que eu F. escrevi e assignei, com os Srs. Administrador,
Ajudante e Thesoureiro.

Fonte: *Regulamento interno da Administração do Correio da Corte e Província do Rio de Janeiro* (homologado pelo decreto nº 637 de 27 de Setembro de 1849). BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1850, pp. 133 - 174.

ANEXO 51 - Modelo de “Orçamento da Receita e Despesa da Administração do Correio da Corte e suas Agencias” (1849)

Fonte: *Regulamento interno da Administração do Correio da Corte e Província do Rio de Janeiro* (homologado pelo decreto nº 637 de 27 de Setembro de 1849). BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1850, pp. 133 - 174.

Orçamento da Receita do Correio da Corte e

Correios.	<i>Productos das cartas e mais papeis de porte.</i>	<i>Productos dos sellos.</i>	<i>Productos dos seguros.</i>
Administração do Correio da Corte...	27.000\$000	36.000\$000	2.800\$000
Depositos na Corte.....		6.300\$000	
Agencia de Paqueta.....	18\$000	6\$000	1\$000
" " Santa Cruz.....	12\$000	12\$000	1\$000
" " Angra dos Reis.....	51\$000	440\$000	42\$000
" " Paraty.....	61\$000	300\$000	12\$000
" " Mangaratiba.....	27\$000	00\$000	5\$000
" " Conceição da Ribeira.....	7\$100	36\$000	1\$000
" " Itaguahy.....	42\$000	183\$000	11\$400
" " Mambucaba.....	9\$000	48\$000	3\$000
" " S. João do Principe.....	15\$000	114\$000	21\$000
" " Pirahy.....	42\$000	03\$000	1\$000
" " Resende.....	39\$000	222\$000	21\$000
" " Valença.....	42\$000	186\$000	20\$000
" " Paty do Alferes.....	15\$000	45\$000	6\$000
" " Iguassú.....	63\$000	303\$000	24\$000
" " Vassouras.....	51\$000	258\$000	40\$000
" " Parahiba do Sul.....	87\$000	03\$000	34\$000
" " Campos.....	126\$000	1.500\$000	131\$000
" " Macahé.....	51\$000	540\$000	58\$000
" " Cabo frio.....	0\$000	201\$000	3\$000
" " Aldeia de S. Pedro.....	30\$000	111\$000	10\$000
" " Maricá.....	21\$000	30\$000	1\$000
" " Nicterohy.....	117\$000	270\$000	25\$000
" " Itaborahy.....	21\$000	00\$000	2\$000
" " Sant'Anna.....	8\$100	24\$000	1\$000
" " Magé.....	21\$000	150\$000	1\$000
" " Santo Antonio de Sá.....	7\$200	18\$000	1\$000
" " Nova Friburgo.....	21\$000	225\$000	10\$000
" " Cantagallo.....	36\$000	225\$000	41\$000
" " S. João da Barra.....	12\$000	252\$000	4\$000
" " Arrozal.....	12\$000	30\$000	3\$000
" " Parahibuna.....	8\$40	73\$000	1\$000
" " Barra mansa.....	15\$000	81\$000	4\$000
" " Araruama.....	25\$00	60\$000	1\$000
" " Capivary.....	8\$500	36\$000	1\$000
" " Barra de S. João.....	21\$000	09\$000	2\$000
" " Itacurussá.....	3\$000	7\$300	1\$000
" " Saquarema.....	2\$100	25\$000	1\$000
" " S. Fidelis.....	1\$200	28\$350	1\$000
" " Aldeia da Pedra.....	1\$200	9\$000	1\$000
" " Santa Rita.....	4\$500	12\$000	1\$000
" " Saco da Mangaratiba.....	+ 9\$000	56\$000	4\$000
" " Pouso Secco.....	5\$000	7\$400	1\$000
" " Boreas.....	36\$000	36\$000	1\$000
" " Aparecida.....	1\$000	122\$10	1\$000
" " Sumidouro.....	2\$500	0\$000	1\$000
" " Passa-tres.....	5\$000	11\$100	1\$000
" " Estrella.....	81\$000	180\$000	1\$000
" " Sapucaia.....	8\$000	29\$520	1\$000
" " Rio Bonito.....	8\$000	14\$100	1\$000
Sommas.	28.272\$400	49.238\$120	3.372\$000

Obser

A Receita que se orça para o Correio da Corte he baseada no rendimento do presente semestre de 1847 — 48.

A mesma Receita de 1848 — 49 vai orçada para os depositos de sellos na Cidade, e para as Agencias porque ella he muito maior que a arrecadada no Exercício findo de 1846 — 47, e no primeiro semestre do corrente de 1847 — 48, cal-

suas Agencias para o Exercício de 1849 — 1850.

Producto das assignaturas.	Producto das multas.	Somma da receita que se orça.	RECEITA ARRECADADA EM		
			1844—1845	1845—1846	1846—1847
5.200\$000	300\$000	71.300\$000	71.344\$908	71.342\$725	64.735\$395
.....		6.300\$000		1.431\$000	4.740\$440
.....		25\$000	12\$030	23\$110	17\$160
.....		25\$000	20\$150	25\$510	23\$200
.....		530\$000	462\$180	540\$560	413\$900
.....		435\$000	400\$290	437\$520	331\$100
.....		122\$000	101\$000	121\$770	91\$040
.....		30\$100	28\$530	38\$610	20\$580
.....		236\$000	181\$890	236\$100	240\$060
.....		60\$000	55\$070	59\$560	57\$320
.....		153\$000	161\$780	154\$280	73\$070
.....		146\$000	145\$575	138\$760	138\$345
.....		282\$000	301\$015	281\$700	261\$990
.....		251\$000	202\$500	252\$815	222\$425
.....		60\$000	53\$260	63\$190	80\$200
.....		300\$000	123\$550	65\$320	121\$740
.....		349\$000	280\$100	349\$770	281\$260
.....		184\$060		121\$700	256\$580
.....		1.757\$000	1.160\$138	1.762\$110	1.538\$077
.....		649\$000	371\$370	653\$960	628\$010
.....		213\$000	127\$100	213\$200	202\$110
.....		151\$000	126\$155	150\$650	100\$360
.....		64\$000	41\$670	64\$000	45\$950
.....		412\$000	303\$770	413\$890	331\$990
.....		83\$000	58\$170	60\$900	26\$060
.....		33\$100	24\$100	32\$260	38\$130
.....		172\$000	74\$880	172\$370	101\$380
.....		26\$200	16\$210	24\$640	15\$670
.....		262\$000	214\$040	262\$740	196\$910
.....		302\$000	294\$091	301\$246	313\$820
.....		268\$600	172\$030	270\$710	241\$110
.....		51\$000	38\$280	37\$930	
.....		74\$920	11\$070		
.....		100\$000	82\$010	100\$950	96\$220
.....		64\$100	40\$620	62\$730	51\$710
.....		45\$100	26\$070	44\$130	28\$950
.....		122\$000	105\$090	122\$300	120\$950
.....		11\$200	6\$140	15\$000	
.....		28\$700	33\$810	27\$040	26\$740
.....		30\$550	10\$500	29\$610	32\$190
.....		11\$200	10\$830	7\$530	
.....		18\$100	13\$320	17\$130	16\$080
.....		109\$000	54\$170	100\$750	50\$250
.....		9\$000	11\$100	7\$140	15\$720
.....		73\$000	53\$040	75\$750	50\$170
.....		15\$200	15\$000		
.....		13\$000	8\$700	13\$110	10\$860
.....		13\$000		2\$700	21\$270
.....		265\$000			207\$360
.....		31\$110			2\$880
.....		16\$360			
5.200\$000	300\$000	86.382\$910	77.457\$056	80.436\$216	76.652\$722

vezes.

que se orçou para 1848—49: exceptuão-se as Agencias da Parahibuna, Sapucaia, e Rio Bonito, cuja Receita orçada se calculou pelo rendimento dellas no 1.º semestre de 1847—48 acima referido, visto não terem ellas sido contempladas no orçamento ultimo, a 1.ª por ter sido extinta, e as duas ultimas creadas ultimamente. Toda a Receita aqui contemplada he em virtude do Regulamento dos Correios de 21 de Dezembro de 1844.

Orçamento da Despesa do Correio da Corte e

NATUREZA DA DESPESA.	LEGISLAÇÃO.	OR- DENADO.	GRATIFI- CAÇÕES.	SOMMAS	ORÇADO 1848-1849.
<i>Administração da Corte.</i>					
1 Administrador	Dec. de 21 Dez. 1844.	1.800\$	600\$		
1 Ajudante	Lei de 2 de Set. 1846.	1.200\$	400\$		
1 Contador	Idem.....	1.200\$	400\$		
1 Thesoureiro.....	Idem.....	1.200\$	400\$		
4 Principaes Officiaes a 1.200\$.....	Idem.....	3.600\$	1.200\$		
5 Segundos Officiaes a 1.000\$.....	Idem.....	3.750\$	1.250\$		
2 Fieis do Thesourei- ro a 800\$.....	Dec. de 21 Dez. 1844.	1.200\$	400\$		
10 Praticantes a 600\$.	Lei de 2 de Set. 1846.	4.500\$	1.500\$		
10 Escripturarios adli- dos com a grati- ficação de 40\$000 mensaes.....	Aviso de 17 Dez. 1847.		4.800\$		
1 Porteiro	Lei de 2 de Set. 1846.	750\$	250\$		
1 Ajudante do dito ..	Idem.....	375\$	125\$		
2 Carteiros com exer- cicio de Correios de officio a 1\$200 diarios.....	Aviso de 17 Dez. 1847.		870\$		
21 Carteiros a 1\$200 diarios	Idem.....		9.198\$		
2 Pedestres com 800 réis de diaria....	Idem.....		584\$		
				42.758\$	36.005\$000
<i>Costeio.</i>					
			VENCI- MENTOS.		
Porcentagem do pre- mio dos seguros aos expedicionarios das malas na Adminis- tração.....	Reg. de 21 Dez. 1844.		280\$		
Commissão de 552 réis por onça de carta ao Agente dos Paquetes Ingleses	Dito e Aviso de 27 de Dezembro de 1845.		2.500\$		
Dita ao Agente dos Pa- quetes Francezes pe- las cartas que en- tregar	Convenção de 21 Nov. 1843, Decreto de 21 de Dezembro 1844.		\$		
Gratificação de 30 réis por carta avulsa aos Commandantes das embarcações que as entregarem.....	Reg. de 21 Dez. 1844.		920\$		
Commissão de metade das multas aos ap- prehensores das car- tas de que tratão os Artigos 197 e 227....	Idem.....		150\$		
				3.850\$	42.758\$
					36.005\$000

Fonte: Regulamento interno da Administração do Correio da Corte e Província do Rio de Janeiro (homologado pelo decreto nº 637 de 27 de Setembro de 1849). BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1850, pp. 133 - 174.

suas Agencias para o Exercício de 1849—1850.

NATUREZA DA DESPEZA.	LEGISLAÇÃO.	VEN- CIMENTOS.	SOMMAS.	ORÇADO 1848—1849.
Transporte.....		3.850\$000	42.753\$000	36.005\$000
Gratificação de 10\$000 mensaes a Manoel Ant. ^o da Silva, contractante da condução das malas para os portos da Piedade e Paquetá.....	Aviso de 14 Nov. 1844.	102\$000		
Gratificação de 6\$000 mensaes a Guilherme Pinto de Magalhães, contractante da condução das malas do porto da Piedade para Magé.	Idem.....	72\$000		
Idem de 100\$ por mez a Guilherme Tross, contractante da condução das malas da Corte para Cantagallo e pontos intermedios.....	Dito de 18 Julho 1846.	1.200\$000		
6 Pedestres conductores das malas desta Corte para Campos, e vice-versa a 50\$800 annuaes cada hum..	Ditos de 14 Nov. 1838, e 2 de Junho 1840..	3.010\$800		
Gratificação de 90\$000 por mez a João Midosi, pelo aluguel do bote para o Agente do mar.....	Dito de 21 Julho 1842 e Reg. de 21 de Dez. de 1844.....	1.080\$000		
Gratificação de 200\$000 mensaes a Vicente João Barreto, pela condução das malas da nova linha do Correio da Corte até a Cidade de S. João de El-Rei, passando por Iguassu, Vassouras, Valença, e Rio Preto.....	Aviso de 12 Fev. 1847.	2.400\$000	11.804\$800	14.503\$000
<i>Expediente.</i>				
Papel, penas, tinta, lacre e luzes.....	Reg. de 21 Dez. 1844.	1.674\$000		
<i>Utensilios.</i>				
Livros, cadernos, impressões, malas e outros objectos para a Administração.....	Idem.....	4.746\$000	6.420\$000	5.408\$000
1 Servente vencendo 16\$ por mez.....	Dito e Aviso de 6 de Fevereiro de 1845..	192\$000	192\$000	192\$000
			61.174\$800	56.195\$000

Fonte: Regulamento interno da Administração do Correio da Corte e Província do Rio de Janeiro (homologado pelo decreto nº 637 de 27 de Setembro de 1849). BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1850, pp. 133 - 174.

Continuação do Orçamento da Despesa do Correio da

NATUREZA DE DESPESA.	LEGISLAÇÃO.	VENCIMENTOS.	SOMMA.	ORÇADO 1848—1849.
Transporte.....			61.174\$800	56.198\$000
<i>Agências.</i>				
1 Agente em Paqueta.....	Decretos de 5 Março 1829, 2 Junho 1843 e 21 de Dez. 1844..	2\$560		
1 Dito em Santa Cruz.....	Idem.....	2\$140		
1 Dito em Angra.....	Reg. de 21 Dez. 1844..	191\$200		
1 Ajudante em Angra.....	Dec. de 28 Abril 1846.	53\$600		
3 Pedestres para Itagualy a 600 réis diários cada hum.....	Aviso de 17 Set. 1831.	657\$000		
1 Agente em Paraty.....	Dec. de 13 Jan. 1848.	131\$700		
1 2.º Ajudante idem.....	Dito de 12 Março 1846.	43\$500		
3 Pedestres vencendo 12\$000 mensaes cada hum.....	Reg. de 21 Dez. 1844.	432\$000		
1 Agente em Mangaratiba.....	Dec. de 7 Março 1840 e Reg. 21 Dez. 1844.	120\$500		
1 Dito em Itagualy.....	Dito de 14 Abril 1840, e dito.....	101\$100		
1 Dito em Mambucaba.....	Idem.....	30\$300		
1 Dito em S. João do Príncipe.....	Idem.....	82\$100		
1 Dito em Pirahy.....	Dec. de 5 Março 1840, e dito.....	68\$100		
1 Pedestre para S. João do Príncipe a 9\$000 por mez.....	Dito de 21 Dez. 1844.	115\$200		
1 Agente em Resende.....	Dito do 1.º de Março de 1845, e dito....	102\$100		
1 Pedestre para Ponso Secco a 19\$200 por mez.....	Dito de 21 Dez. 1844.	220\$100		
1 Agente em Valença.....	Dito de 31 Out. 1845.	51\$500		
1 Pedestre para Vassouras a 24\$ por mez.	Officio da Directoria de 8 de Julho 1847.	285\$000		
1 Agente em Paty do Alferes.....	Dec. de 4 Maio 1847, e Reg. de 1844....	33\$000		
1 Dito em Iguaçu.....	Dito de 5 Nov. 1846, e dito.....	197\$800		
1 Dito em Vassouras.....	Apostilla de 14 Abril 1847, e dito.....	143\$000		
1 Pedestre por 24\$000 mensaes para conduzir as malas do Paty.....	Regulamento de 1844.	288\$000		
1 Agente em Parahiba do Sul.....	Dec. de 14 Abril 1840.	53\$100		
1 Agente em Campos.....	Aviso de 9 Set. 1845, e dito.....	610\$180		
1 2.º Ajudante.....	Av. de 9 Agosto 1847.	281\$120		
1 Pedestre que conduz as malas para S. Fidelis a 12\$800 mensaes.....	Regulamento de 1844.	153\$000		
1 Dito para a Aldeia da Pedra a 10\$000 mensaes.....	Idem.....	192\$000		
			61.174\$800	56.198\$000

Fonte: Regulamento interno da Administração do Correio da Corte e Província do Rio de Janeiro (homologado pelo decreto nº 637 de 27 de Setembro de 1849). BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1850, pp. 133 - 174.

Corte e suas Agencias para o Exercicio de 1849—1850.

NATUREZA DA DESPESA.	LEGISLAÇÃO.	VEN- CIMENTOS.	SOMMAS.	ORÇADO 1849—1850.
Transporte.....			61.174\$800	56.198\$000
1 Agente em Macabé.....	Dec. de 4 Maio 1847, e Regulam. de 1844.	320\$300		
1 Dito em Cabo frio.....	Port. de 11 de Agosto de 1847, e Regulam. de 1844.....	106\$300		
1 Dito na Aldeia de S. Pedro.....	Dito de 10 Dez. 1847, e dito.....	46\$300		
1 Dito em Maricá.....	Dec. de 14 Abril 1840, e dito.....	20\$100		
1 Dito em Nicterohy.....	Dito de 7 Março 1840, e dito.....	252\$500		
1 2.º Adjuncto.....	Dito de 2 Abril 1840.	150\$000		
1 Carteiro com a diá- ria de 480 réis.....	Av. de 15 Dez. 1843..	175\$200		
1 Agente em Ilaborahy	Dec. de 14 Abril 1840.	30\$200		
1 Dito em Sant' An- na.....	Ditos de 5 Março 1829, 2 de Junho 1843, e Regulamento 1844..	28272		
1 Dito em Santo Anto- nio de Sã.....	Dito de 14 Abril 1840, e dito.....	12\$100		
1 Pedestre para Ilabo- rahy a 48 por mez..	Dec. de 21 Dez. 1844.	48\$000		
1 Agente em Magé.....	Dito de 6 Out. 1846, e dito.....	31\$500		
1 Dito em Nova Fri- burgo.....	Dito de 9 Fev. 1847, e dito.....	132\$000		
1 Pedestre para o Su- midouro e Appare- cida a 20\$ mensaes..	Av. de 14 Março 1843.	250\$000		
1 Agente em Canta- gallo.....	Dec. de 14 Abril 1840.	84\$100		
1 Dito em S. João da Barra.....	Dito de 4 Maio 1847, e Regulamento 1844.	131\$700		
1 Pedestre por 12\$000 mensaes.....	Regulamento 21 Dez. de 1844.....	141\$000		
1 Agente no Arrosal..	Decretos de 14 Abril de 1840, e 21 Dez. de 1844.....	30\$300		
1 Pedestre para Poço Secco a 68 por mez.	Dito de 21 Dez. 1844.	72\$000		
1 Agente na Barra Man- sã.....	Dito de 23 de Outubro de 1846 e dito.....	50\$500		
1 Pedestre para o Ar- rosal a 128 por mez.	Officio da Directoria de 9 de Dez. 1847..	111\$000		
1 Agente em Araruama	Decretos de 5 Março 1829, 2 de Junho de 1843, e Regulamen- to de 1844.....	48\$52		
1 Dito em Capivary...	Idem.....	25\$000		
1 Pedestre para Ara- ruama por 128 men- saes.....	Av. de 12 Out. 1843..	111\$000		
			61.174\$800	56.198\$000

Fonte: Regulamento interno da Administração do Correio da Corte e Província do Rio de Janeiro (homologado pelo decreto nº 637 de 27 de Setembro de 1849). BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1850, pp. 133 - 174.

**ANEXO 52 - Modelo de auto de infração em conformidade com o artigo 255º do
Regulamento Interno (1849)⁷⁸⁸**

MODELO N.º 35.

Aos.... do mez de....do anno de mil oitocentos quarenta e....ás.....horas do dia (ou da noite) no lugar de....encontrei (ou encontramos) a F. (declara-se o emprego, ou occupação, e se for escravo o nome, occupação, e moradia do senhor) o qual conduzia na algiheira (saco, mala, bahú...) tantas cartas, ou massos de cartas, ou papeis com o peso de....como se verificou no mesmo acto; e logo lhe declarei (ou declaramos) que trazendo as ditas cartas (massos, ou papeis) sem o pagamento do porte, tinha infringido o Art. tal do Regulamento de 21 de Dezembro de 1844, e ficara por isso sujeito (o seu senhor se o conductor for escravo) á multa nelle imposta; pelo que se procedia á apprehensão, que com effeito se effectuou em...cartas, massos ou papeis com endereços a F. F. F. (os nomes das pessoas, a que são dirigidas) para serem entregues ao Thesoureiro do Correio, a fim de que o mesmo as transmitta ao Administrador para proceder na fôrma do citado Regulamento; a respeito do que nada allegou o conductor que....(transcreve-se o que disser em defesa). Em fé do que se lavrou este termo, que foi lido ao apprehendido, ficando intimado para o ulterior procedimento; e eu F. (declara-se o emprego) o escrevi, e assignei com o apprehendido (se souber escrever, ou com a testemunha F. se elle não souber, ou não quizer assignar, ou for escravo).

F. — O nome do Empregado que escreveu.

F. — O nome do apprehendido — ou da testemunha.

N. B. Se tiverem sido dous os Empregados apprehensores se dirá — e eu F.... o escrevi, e assignei com F. (declara-se o emprego) &.

Fonte: *Regulamento interno da Administração do Correio da Corte e Província do Rio de Janeiro* (homologado pelo decreto nº 637 de 27 de Setembro de 1849). BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1850, pp. 133 - 174.

⁷⁸⁸ Diz esse dispositivo: “Os Empregados do Correio, e da Alfândega, e quaisquer outros a quem compete apreender as cartas e mais papéis que se tentar subtrair ao porte, lavrarão auto na forma do Modelo n.º 35, quando fizerem apreensão de cartas e mais papéis de porte, pelo não terem pago, na forma do Regulamento”.

ANEXO 53 - Modelo de assentamento de empregados (1849)

MODELO N.º 36.

<i>Emprego.</i>	<i>Nome do Empregado.</i>	<i>Vencimento.</i>	<i>Observações.</i>
Administrador.	José Maria Lopes da Costa.....	2.400\$000	<p>Começou a servir em.... do.... de.... em tal Repartição.</p> <p>Foi nomeado Administrador do Correio por Decreto de.... e tomou posse do emprego em....</p> <p>Obteve 6 meses de licença por Portaria de....</p>
Foi aposentado por Decreto de..... de..... e substituído por			
Administrador.	F.....	2.400\$000	Tomou posse em.....

Fonte: *Regulamento interno da Administração do Correio da Corte e Província do Rio de Janeiro* (homologado pelo decreto nº 637 de 27 de Setembro de 1849). BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1850, pp. 133 - 174.

ANEXO 54 - Modelo de estatística anual dos Correios (1849)

MODELO N.º 37.

Estatística dos officios, cartas e outros papeis sellados, francos e de porte, entrados e sahidos do Correio Geral da Côrte no trimestre ou anno de

LUGARES D'ONDE O CORREIO DA CÔRTE RECEBE E PARA ONDE REMETTE CORRESPON- DENCIA.	Recebeo.							Remetteo.						
	OFFICIOS.	CARTAS.			JORNAL E OUTROS IMPRESSOS.		TOTAL.	OFFICIOS.	CARTAS.			JORNAL E OUTROS IMPRESSOS.		TOTAL.
		Segu- ras.	Sel. ou francas.	De porte.	Francos.	De porte.			Se- guras.	Sel. ou francas.	De porte.	Francos.	De porte.	
PROVINCIAIS.														
Rio de Janeiro.....	9.000	20	20.000	20.000	2.200	200	51.510	3.500	50	71.000	100	50.000	150	125.000
Espirito Santo.....	300		150	18	2		471	618		1.446	10	2.493	10	4.577
Bahia.....	2.600	100	23.700	150	2.300	100	28.910	1.350	80	23.000	100	11.000	50	35.580
Sergipe.....														
Alagoas.....														
Pernambuco.....														
Parahiba.....														
Rio Grande do Norte.....														
Ceará.....														
Piauí.....														
Maranhão.....														
Pará.....														
S. Paulo.....														
S. Pedro.....														
Santa Catharina.....														
Minas Geraes.....														
Goyaz.....														
Mato Grosso.....														
Somma.														
PAIZES ESTRANGEIROS.														
Francia.....	60			14.000		2.000	16.000	40		6.000		1.500		7.500
Inglaterra.....	50			13.000	1.500		14.500	25		12.000		1.500		13.500
Portugal.....	80			30.000		1.800	31.800	30		20.000		250		20.250
Confederação Argentina	65			8.000	500		8.500	30		6.000		50		6.050
Total														

CARTAS.		JORNAL E OUTROS.	
Selladas.	De porte.	Francos.	De porte.
4.000	3.000	30	40

Forão consumidas por terem estado na Administração além do tempo prescripto pelo Regulamento.....

Forão vendidos por estarem no mesmo caso.....

Correio de..... 4 de Janeiro de 1850

O Ajudante F.

Fonte: Regulamento interno da Administração do Correio da Corte e Província do Rio de Janeiro (homologado pelo decreto nº 637 de 27 de Setembro de 1849). BRASIL. Coleção das Leis do Império do Brasil. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1850, pp. 133 - 174.

ANEXO 55 - Modelo de balanço (1834)

Balanço da Administração Geral do Correio da Pro

	PRATA.	PAPEL.	COBRE.	TOTAL.
RECEITA.				
CORREIO TERRESTRE.				
Importancia das cartas conduzidas pelos Correios de terra.....	\$	\$	\$	\$
CORREIOS MARITIMOS.				
Importancia proveniente das car- tas pelos Paquetes.....	\$	\$	\$	\$
Idem de fretes e passageiros	\$	\$	\$	\$
Idem por embarcações mercantes.	\$	\$	\$	\$
Idem de cartas francas de S. Paulo.	\$	\$	\$	\$
Idem de seguros.....	\$	\$	\$	\$
Idem avulsas	\$	\$	\$	\$
Idem de assignaturas	\$	\$	\$	\$
Rs....	\$	\$	\$	\$

N. B. Para os Correios centraes subtraia-se

Fonte: *Regulamento interno da Administração do Correio da Corte e Província do Rio de Janeiro* (homologado pelo decreto nº 637 de 27 de Setembro de 1849). BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1850, pp. 133 - 174.

vinha de... no anno financeiro de 1833 a 1834.

	PRATA.	PAPEL.	COBRE.	TOTAL.
DESPEZA.				
Importancia despendida com ordenados dos empregados.....	\$	\$	\$	\$
Idem salario dos Correios	\$	\$	\$	\$
Idem da 4. ^a parte do frete da carga dos Commandantes dos Paquetes..	\$	\$	\$	\$
Expediente.....	\$	\$	\$	\$
Consumo das cartas retardadas....	\$	\$	\$	\$
Cartas em ser.....	\$	\$	\$	\$
Rs....	\$	\$	\$	\$

o que diz respeito aos Correios maritimos.

Fonte: *Regulamento interno da Administração do Correio da Corte e Província do Rio de Janeiro* (homologado pelo decreto nº 637 de 27 de Setembro de 1849). BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1850, pp. 133 - 174.

**ANEXO 56 - Legislação relativa à organização de administrações dos Correios nas
províncias (1830 – 1835)**

(Continua)

Província	Dispositivo Legal	Cargos	Vencimentos (em réis)
Bahia	Decreto de 4 de fevereiro de 1830	1 Administrador/ Tesoureiro	800\$000
		1 Ajudante/ Contador	600\$000
		2 Oficiais papelistas	300\$000 ⁷⁸⁹
		1 Porteiro	360\$000
		2 Correios	\$640 ⁷⁹⁰
	Decreto de 1o de abril de 1835	2 Praticantes	200\$000
Santa Catarina	Decreto de 2 de abril de 1830	1 Administrador/ Tesoureiro	240\$000
		1 Ajudante/ Contador	180\$000
		1 Praticante/ Porteiro	140\$000
		1 Servente	\$300
Rio Grande do Sul	Decreto de 2 de abril de 1830	1 Administrador/ Tesoureiro	240\$000
		1 Ajudante/ Contador	180\$000
		1 Praticante/ Porteiro	140\$000
		1 Servente	\$320
Pernambuco	Decreto de 2 de abril de 1830	1 Administrador/ Tesoureiro	800\$000
		1 Ajudante/ Contador	600\$000
		2 Oficiais papelistas	300\$000
		1 Porteiro	360\$000
		2 Correios	\$640
São Paulo	Decreto de 16 de abril de 1830	1 Administrador/ Tesoureiro	550\$000
		1 Ajudante/ Contador	400\$000
		1 Oficial papalista	300\$000
		1 Porteiro	300\$000
		1 Correio	\$480
Alagoas	Decreto de 27 de maio de 1830	1 Administrador	200\$000
		1 Ajudante	160\$000
Paraíba	Decreto de 27 de maio de 1830	1 Administrador	180\$000
		1 Ajudante	150\$000
Pará	Decreto de 11 de julho de 1831	1 Administrador/ Tesoureiro	400\$000
		1 Ajudante/ Contador	300\$000
		1 Praticante/ Porteiro	200\$000
		1 Correio	\$400
Sergipe	Decreto de 2 de agosto de 1831	1 Administrador	200\$000
		1 Ajudante	100\$000

⁷⁸⁹ Valor anual relativo a cada cargo; mesmo caso para os praticantes do Rio de Janeiro (200\$000) e os oficiais papelistas de Pernambuco (300\$000).

⁷⁹⁰ Valor diário relativo a cada cargo; mesmo caso para os serventes de Santa Catarina (\$300) e Rio Grande do Sul (\$320); para os correios de Pernambuco (\$320 cada); São Paulo (\$480); Pará (\$400) e para os estafetas do Espírito Santo (\$60 cada).

(Conclusão)			
Província	Dispositivo Legal	Cargos	Vencimentos (em réis)
Rio Grande do Sul	Decreto de 17 de agosto de 1831	1 Administrador/ Tesoureiro	600\$000
		1 Ajudante/ Contador	400\$000
		1 Escriurário	300\$000
		1 Correio/ Porteiro	200\$000
Rio Grande do Norte	Decreto de 20 de agosto de 1831	1 Administrador	200\$000
		1 Ajudante	100\$000
Maranhão	Decreto de 29 de agosto de 1831	1 Administrador/ Tesoureiro	800\$000
		1 Ajudante do Administrador	600\$000
		1 Escriurário para os Correios do interior	400\$000
		1 Escriurário para os Correios do exterior	400\$000
		1 Porteiro	300\$000
		1 Correio de porta	300\$000
Goiás	Decreto de 4 de julho de 1832	1 Administrador	200\$000
		1 Ajudante	100\$000
Espírito Santo	Decreto de 4 de julho de 1832	1 Administrador	450\$000
		1 Ajudante	250\$000
		8 Estafetas	\$480
Minas Gerais	Decreto de 13 de Julho de 1832	1 Administrador	400\$000
		Ajudante	300\$000
		1 Oficial papalista	150\$000
Mato Grosso	Decreto de 28 de abril de 1835	1 Administrador/ Tesoureiro	150\$000
		1 Ajudante/ Oficial Papalista	100\$000
		12 porta-malas	6\$000 ⁷⁹¹

Fonte: BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional [anos 1830; 1831; 1832; 1835].

⁷⁹¹ Valor mensal relativo a cada cargo.

ANEXO 57 - Vencimento dos empregados do Correio da Corte, em réis (1829)

Empregos	Valor anterior	Aumento	Total
Administrador	800\$000 ⁷⁹²	400\$000	1:200\$000
Ajudante	300\$000	500\$000	800\$000
Contador			800\$000
Tesoureiro			720\$000
Oficiais papelistas	160\$000	440\$00	600\$000
Praticantes			30\$000 ⁷⁹³
Porteiro			600\$000
1º e 2º Correios de ofício			\$800 ⁷⁹⁴
3º e 4º Correios de ofício			\$640

Fonte: Decreto de 5 de março de 1829. BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1877, pp. 297 – 250.

⁷⁹² Data de 1810 a fixação desse valor (800\$000 réis anuais), mediante requerimento do administrador Manoel Teodoro da Silva. Também lhe foi concedido 150\$000 réis anuais para as despesas da sua administração. Decreto de 23 de fevereiro de 1810. In: BRASIL. *Collecção das Leis do Brazil de 1810*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1891, pp. 41 – 42. Note-se que, na época em questão, o salário do administrador dos Correios era equivalente ao dos escrivães do Consulado, da mesa grande da Alfândega e da mesa da estiva.

⁷⁹³ Valor mensal para cada praticante.

⁷⁹⁴ Valor correspondente a uma diária (idem para 3º e 4º Correios de ofício).

ANEXO 58 - "Tabela dos atuais vencimentos e do aumento concedido aos Empregados do Correio Geral desta Corte pelo Decreto da data de hoje [14 de novembro de 1834]" (1834)

Tabella dos actuaes vencimentos e do augmento concedido aos Empregados do Correio Geral desta Côrte pelo Decreto da data de hoje.

EMPREGOS.	VENCIMENTOS ACTUAES.	AUGMENTO.	TOTAL.
Administrador....	1:200\$000	800\$000	2:000\$000
Ajudante.....	800\$000	400\$000	1:200\$000
Contador.....	800\$000	400\$000	1:200\$000
Thesoureiro.....	720\$000	480\$000	1:200\$000
Officiaes papelistas, cada um.....	600\$000	300\$000	900\$000
Praticantes, cada um.....	360\$000	240\$000	600\$000
Porteiro	600\$000	200\$000	800\$000
Agente do mar....	292\$000	158\$000	450\$000
Correios de officios, cada um.....	292\$000	58\$000	350\$000
Correios de porta, cada um.....	233\$600	66\$400	300\$000

Fonte: Decreto A de 14 de novembro de 1834. BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1866 v. 2, p. 193 – 194.

ANEXO 59 - Relação dos funcionários dos Correios nas províncias e seus respectivos vencimentos, em réis (1839)

(Continua)

Províncias	Empregos	Vencimentos atuais	Aumentos	Total
Corte	Administrador	2:000\$000	400\$000	2:400\$000
	Ajudante	1:200\$000	240\$000	1:440\$000
	Contador	1:200\$000	240\$000	1:440\$000
	Tesoureiro	1:200\$000	240\$000	1:440\$000
	Oficiais Papelistas, cada um	900\$000	180\$000	1:080\$000
	Praticantes, cada um	600\$000	120\$000	720\$000
	Porteiro	800\$000	160\$000	960\$000
	Agente do Mar	450\$000	90\$000	540\$000
	Correios de Ofícios, cada um	350\$000	70\$000	420\$000
	Correios de Porta, cada um	300\$000	60\$000	360\$000
Bahia	Administrador	800\$000	320\$000	1:120\$000
	Ajudante	600\$000	240\$000	840\$000
	Oficiais Papelistas, cada um	300\$000	120\$000	420\$000
	Praticantes, cada um	200\$000	80\$000	280\$000
	Porteiro	360\$000	140\$000	500\$000
	Agente	192\$000	78\$000	270\$000
	Correios a 640 réis diários por ano	233\$600	96\$400	330\$000
Pernambuco	Administrador	800\$000	320\$000	1:120\$000
	Ajudante	600\$000	240\$000	840\$000
	Oficiais Papelistas, cada um	300\$000	120\$000	420\$000
	Porteiro	360\$000	140\$000	500\$000
	Agente do Mar	120\$000	50\$000	170\$000
	Correios de ofícios a 640rs diários	233\$600	96\$400	330\$000
	Correios de Porta a 480rs ditos	175\$200	74\$800	250\$000
Maranhão	Administrador	800\$000	320\$000	1:120\$000
	Ajudante	600\$000	240\$000	840\$000
	Oficiais Papelistas, cada um	400\$000	160\$000	560\$000
	Porteiro	300\$000	120\$000	420\$000
	Correio de Porta	300\$000	120\$000	420\$000
Minas Gerais	Administrador	700\$000	280\$000	980\$000
	Ajudante	450\$000	180\$000	630\$000
	Oficial Papalista	400\$000	160\$000	560\$000
São Pedro do Sul	Administrador	600\$000	240\$000	840\$000
	Ajudante	400\$000	160\$000	560\$000
	Oficial Papalista	300\$000	120\$000	420\$000
	Praticante	100\$000	40\$000	140\$000
	Porteiro	200\$000	80\$000	280\$000

(Conclusão)

Províncias	Empregos	Vencimentos atuais	Aumentos	Total
São Paulo	Administrador	550\$000	220\$000	770\$000
	Ajudante	400\$000	160\$000	560\$000
	Oficial Papelista	300\$000	120\$000	420\$000
	Porteiro	300\$000	120\$000	420\$000
	Correio de Porta a 480rs diários	175\$200	74\$800	250\$000
Espírito Santo	Administrador	450\$000	180\$000	630\$000
	Ajudante	250\$000	100\$000	350\$000
Pará	Administrador	400\$000	160\$000	560\$000
	Ajudante	300\$000	120\$000	420\$000
	Praticante servindo de Porteiro	200\$000	80\$000	280\$000
	Correio a 400rs diários	146\$000	54\$000	200\$000
Alagoas	Administrador	400\$000	160\$000	560\$000
	Ajudante	160\$000	70\$000	230\$000
Paraíba	Administrador	300\$000	120\$000	420\$000
	Ajudante	200\$000	80\$000	280\$000
Santa Catarina	Administrador	240\$000	100\$000	340\$000
	Ajudante	180\$000	80\$000	260\$000
	Praticante servindo de Porteiro	140\$000	60\$000	200\$000
	Correio de Porta a 300rs diários	102\$500	50\$500	160\$000
Ceará	Administrador	200\$000	80\$000	280\$000
	Ajudante	160\$000	70\$000	230\$000
Piauí	Administrador	200\$000	80\$000	280\$000
	Ajudante	120\$000	50\$000	170\$000
Sergipe	Administrador	200\$000	80\$000	280\$000
	Ajudante	100\$000	40\$000	140\$000
Rio Grande do Norte	Administrador	200\$000	80\$000	280\$000
	Ajudante	100\$000	40\$000	140\$000
Goiás	Administrador	200\$000	80\$000	280\$000
	Ajudante	100\$000	40\$000	140\$000
Mato Grosso	Administrador	150\$000	60\$000	210\$000
	Ajudante	100\$000	40\$000	140\$000

Fonte: Decreto n.º 32 de 7 de março de 1839. BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1839, pp. 57 – 60.

ANEXO 60 - Relação nominal dos empregados do Correio da Corte pagos pelo Tesouro Público (1833)

<i>Nomes</i>	<i>Empregos</i>	<i>Vencimentos anuais (em réis)</i>
Luiz Francisco Leal	Administrador	1:200\$000
Mariano José Martins	Ajudante	800\$000
Francisco Firmino dos Guimarães	Contador	800\$000
Anacleto José Heitor	Tesoureiro	720\$000
Braz Muniz dos Guimarães	Oficial Papalista	600\$000
Antonio Ribeiro de Paiva	Oficial Papalista	600\$000
Francisco Antonio da Silva Brandão	Oficial Papalista	600\$000
Antonio José da Câmara	Porteiro	600\$000
Constancio José Rodriguez	Praticante	360\$000
Luiz Viegas de Proença	Praticante	360\$000
Joaquim Ferreira Guimarães Filho	Praticante	360\$000
Soma		7:000\$000

Fonte: 10 dez. 1833. Orçamento das despesas que se poderão fazer da Administração do Correio Geral do Rio de Janeiro para o ano Financeiro de 1835 para o de 1836, em observância da Portaria da Secretaria de Estado dos Negócios do Império com data de 3 de Dezembro de 1833 [autor: Mariano José Muniz, Ajudante do Administrador do Correio Geral]. ANRJ, Série Comunicação, ICC3 – 25.

**ANEXO 61 - Relação nominal dos empregados subalternos do Correio da Corte e
província do Rio de Janeiro pagos pela Administração do Correio Geral (1833)**

<i>Nomes</i>	<i>Empregos</i>	<i>Vencimentos anuais (em réis)</i>
Porfírio Alves da Silva Gralha	Correio de Ofício	292\$000
José Antonio de Figueiredo	Correio de Ofício	292\$000
Isidoro dos Reis Lopes	Correio de Porta	233\$600
João Pereira Leitão	Correio de Porta	233\$600
Roque Joaquim de Brito	Correio de Porta	233\$600
José Bernardes de Campos	Correio de Porta	233\$600
José de Oliveira Leite	Correio de Porta	233\$600
Joaquim Correia Franco	Correio de Porta	233\$600
Vicente José Ferreira Serpa	Correio de Porta	233\$600
Ludgero Brasília Ferreira	Correio de Porta	233\$600
Inocência José Custódio	Agente do mar	292\$000
João Dias dos Santos	Pedestre	292\$000
Felisberto dos Anjos Maia	Pedestre	292\$000
Miguel Fernandes	Postilhão de Campos	219\$000
Francisco José de Medeiros	Postilhão de Campos	219\$000
Antonio José Fernandes	Postilhão de Campos	219\$000
Ângelo José da Silva Medeiros	Postilhão de Campos	219\$000
Francisco Rodrigues	Postilhão da Ilha Grande	219\$000
Jacinto Pereira	Postilhão da Ilha Grande	219\$000
Antonio Machado Botelho	Postilhão de Nova Friburgo	384\$000
Francisco Antonio de Oliveira	Postilhão de São José do Rio Preto	168\$000
João Antonio	Postilhão de Macacú para Magé	96\$000
Eugênio Caetano de Aguiar	Postilhão de Venda Nova para Itaboraí	61\$440
Thomaz Pires de Almeida	Postilhão de São João do Príncipe	57\$600
Soma		5:409\$840

Fonte: 10 dez. 1833. Orçamento das despesas que se poderão fazer da Administração do Correio Geral do Rio de Janeiro para o ano Financeiro de 1835 para o de 1836, em observância da Portaria da Secretaria de Estado dos Negócios do Império com data de 3 de Dezembro de 1833 [autor: Mariano José Muniz, Ajudante do Administrador do Correio Geral]. ANRJ, Série Comunicação, ICC3 – 25.

ANEXO 62 - Despesas diversas da Administração Geral dos Correios (1833)

Tipo de despesa	Valor (em réis)
Aos capitães de navios, por cartas encaminhadas	520\$000
Ao agente dos paquetes ingleses, por cartas encaminhadas	1:640\$000
Aos correios de porta, por cartas retardadas	60\$000
Malas e outros objetos extraordinários	540\$000
Despesas da Administração e expediente	980\$000
Aos comadantes para trem de mesa	200\$000
Aos mesmos comandantes pelos fretes da carga	950\$000
Soma	4:890\$000

Fonte: 10 dez. 1833. Orçamento das despesas que se poderão fazer da Administração do Correio Geral do Rio de Janeiro para o ano Financeiro de 1835 para o de 1836, em observância da Portaria da Secretaria de Estado dos Negócios do Império com data de 3 de Dezembro de 1833 [autor: Mariano José Muniz, Ajudante do Administrador do Correio Geral]. ANRJ, Série Comunicação, ICC3 – 25.

**ANEXO 63 - Relação nominal dos estafetas pagos pelas diversas administrações e
agencias da província do Rio de Janeiro (1833)**

<i>Nomes e funções</i>	<i>Por onde são pagos</i>	<i>Vencimentos anuais (em réis)</i>
Pedro Borges, estafeta da Ilha Grande para Parati	Ilha Grande	144\$000
Antonio Gomes, estafeta de Parati para Ilha Grande	Ilha Grande	115\$200
André Pereira da Costa, estafeta de Itaguaí para a Corte	Itaguaí	216\$000
Joaquim Manoel, estafeta de Itaguaí para a Corte	Itaguaí	216\$000
Joaquim Fabrício	Itaguaí	216\$000
Jornaleiro incerto de Rezende para o Bananal	Resende	72\$000
Lucio José Cardoso, estafeta de Valença para o Patí	Valença	72\$000
Domingos Ferreira Santos, estafeta de Vassouras para o Patí	Patí	72\$000
Candido José, estafeta de São João da Barra para Campos	Campos	108\$000
Soma		1:447\$200

Fonte: 10 dez. 1833. Orçamento das despesas que se poderão fazer da Administração do Correio Geral do Rio de Janeiro para o ano Financeiro de 1835 para o de 1836, em observância da Portaria da Secretaria de Estado dos Negócios do Império com data de 3 de Dezembro de 1833 [autor: Mariano José Muniz, Ajudante do Administrador do Correio Geral]. ANRJ, Série Comunicação, ICC3 – 25.

**ANEXO 64 - Relação dos empregados da Administração do Correio de Campos pagos
pela mesma administração (1833)**

<i>Nomes</i>	<i>Empregos</i>	<i>Vencimentos (em réis)</i>
Francisco José dos Santos Rego	Administrador	400\$000
Thomé José Ferreira Firoco	Ajudante	200\$000
Aluguel da Casa da Administração		144\$000
Soma		744\$000

Fonte: 10 dez. 1833. Orçamento das despesas que se poderão fazer da Administração do Correio Geral do Rio de Janeiro para o ano Financeiro de 1835 para o de 1836, em observância da Portaria da Secretaria de Estado dos Negócios do Império com data de 3 de Dezembro de 1833 [autor: Mariano José Muniz, Ajudante do Administrador do Correio Geral]. ANRJ, Série Comunicação, ICC3 – 25.

ANEXO 65 - Relação dos pedestres matriculados na província de São Paulo (1833)

<i>Trajetos</i>	<i>Número de pedestres</i>	<i>Vencimentos individuais (em réis)</i>
Entre São Paulo e a Corte, passando por Pindamonhangaba	6	\$640
Entre Pindamonhangaba e Bananal	6	\$480
Entre Bananal e Vila da Itaguaí	6	\$640
Entre Taubaté e São Sebastião	2	\$240
Entre Taubaté e Uberaba	1	4\$000
Entre São Paulo e Santos	2	\$320
Entre Santos e Iguape	2	\$320
Entre Iguape e Curitiba, passando por Paranaguá	3	\$240
Entre Curitiba e Sorocaba	4	\$240
Entre Sorocaba e São Paulo	1	\$400
Entre São Paulo e São Carlos	2	\$320
Entre São Carlos e Vila de Franca, passando por Mogi Mirim	3	\$240
Entre São Carlos e Vila da Constituição (atual Piracicaba)	1	\$240
Entre Porto Feliz e Jundiaí	1	“por ajuste”
Entre Porto Feliz e Capivari	1	1\$280
Entre São Paulo e Bragança, passando pela Freguesia de Camanducaia	1	\$320

Fonte: 08 nov. 1833. Relação do número de Pedestres dos Correios empregados em diferentes pontos e Administrações desta Província [São Paulo] com declaração do vencimento de cada um. APESP, CO 5642.

ANEXO 66 - Receita e despesa dos Correios brasileiros, em réis (1840 – 1889)**(Continua)**

Ano	Receita	Despesa	Saldo/ Déficit
1840	63:727\$000	136:910\$000	73:183\$000
1841	63:724\$000	132:061\$000	68:337\$000
1842	65:995\$000	138:655\$000	72:660\$000
1843	85:567\$863	114:851\$000	29:283\$137
1844	115:916\$731	-----	-----
1845	114:065\$277	-----	-----
1846	146:965\$724	169:822\$852	22:857\$128
1847	142:586\$002	186:70\$371	43:484\$369
1848	148:679\$873	204:529\$000	55:849\$127
1849	143:016\$974	211:617\$244	68:600\$270
1850	143:249\$116	204:245\$484	60:996\$368
1851	168:244\$133	236:848\$627	68:604\$494
1852	183:322\$195	246:021\$408	62:699\$213
1853	204:823\$352	249:845\$612	45:022\$260
1854	218:599\$604	252:171\$193	33:571\$589
1855	236:192\$971	265:410\$536	29:217\$565
1856	258:191\$076	297:712\$514	39:521\$438
1857	278:289\$034	373:139\$090	94:850\$056
1858	304:839\$723	437:770\$773	132:931\$050
1859	317:526\$004	491:579\$638	174:053\$634
1860	355:938\$837	512:606\$255	156:667\$418
1861	366:723\$881	549:779\$485	-183:055\$604
1862	383:289\$019	572:411\$932	-189:122\$913
1863	378:868\$617	568:278\$836	-189:410\$219
1864	403:414\$879	594:828\$830	-191:413\$951
1865	406:996\$911	609:129\$495	-202:132\$584
1866	419:885\$002	657:702\$084	-237:817\$082
1867	546:679\$087	691:781\$903	-145:102\$816
1868	586:142\$193	756:823\$540	-170:681\$347
1869	639:117\$651	759:985\$625	-120:867\$974
1870	700:117\$311	732:721\$272	-32:603\$961
1871	718:114\$406	777:770\$679	-59:656\$273
1872	786:668\$638	936:718\$290	-150:049\$652
1873	847:608\$798	1.000:380\$252	-153:771\$454
1874	887:747\$050	1.096:762\$135	-209:015\$085
1875	987:971\$263	1.214:423\$338	-226:452\$075
1876	1.043:741\$861	1.381:163\$235	-337:421\$374
1877	1.005:624\$879	1.489:011\$312	-483:386\$433
1878	1.090:420\$550	1.564:337\$106	-473:916\$556
1879	1.146:470\$881	1.562:699\$719	-416:228\$838
1880	1.206:503\$592	1.591:377\$670	-384:874\$078

(Conclusão)

Ano	Receita	Despesa	Saldo/ Déficit
1881	1.393:235\$668	1.694:859\$932	-301:624\$264
1882	1.514:965\$900	1.852:331\$313	-337:365\$413
1883	1.618:131\$443	2.195:929\$577	-577:798\$134
1884	1.679:495\$914	2.209:418\$601	-529:922\$687
1885	1.750:643\$140	2.301:908\$572	-551:265\$432
1886	1.896:727\$004	2.392:565\$020	-495:838\$016
1887	3.064:281\$313	3.324:783\$035	-260:501\$722
1888	2.194:460\$302	2.710:353\$844	-515:893\$542
1889	2.374:301\$256	2.400:000\$000	-25:698\$744

Fonte: Elaboração da autora com base nos relatórios dos Ministérios dos Negócios do Império (1832 – 1860) e da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1861 – 1865).

ANEXO 67 - Orçamento dos Correios do Império, em réis (1841 – 1847)

RECEITA							
Províncias	1841	1842	1843	1844	1845	1846	1847
Alagoas	563\$515	308\$910	633\$395	891\$363	658\$319	915\$130	1:035\$718
Bahia	7:643\$986	7:029\$150	7:046\$015	10:295\$217	10:133\$312	13:492\$580	14:483\$240
Ceará	1:009\$835	1:218\$940	1:244\$305	1:539\$690	1:601\$380	1:477\$880	1:349\$910
Espírito Santo	339\$519	335\$003	289\$361	231\$102	337\$312	367\$182	302\$510
Goiás	402\$445	283\$870	287\$895	168\$300		500\$000	500\$000
Maranhão	2:876\$368	3:215\$485	3:280\$424	5:378\$909	5:425\$374	4:396\$240	4:698\$042
Mato Grosso	460\$835	397\$195	233\$940	124\$290	125\$150	193\$850	177\$790
Minas Gerais	3:299\$856	531\$155	3:036\$430	3:540\$030	3:525\$557	6:284\$931	5:784\$230
Pará	1:574\$655	1:826\$660	1:892\$569	3:125\$183	2:723\$120	3:044\$431	3:337\$703
Paraíba do Norte	729\$179	455\$890	574\$210	907\$980	611\$228	881\$405	700\$660
Pernambuco	3:622\$695	5:368\$240	6:381\$157	8:075\$545	9:897\$110	11:971\$160	12:020\$843
Piauí	82\$370	66\$510	176\$930	269\$270	314\$345	320\$220	472\$170
Rio de Janeiro	34:495\$591	36:059\$168	44:697\$034	61:331\$154	71:318\$022	80:436\$216	76:652\$722
Rio G. do Norte	88\$760	118\$525	109\$480	140\$240	204\$280	285\$370	286\$370
Santa Catarina	807\$866	792\$596	821\$405	1:189\$634	1:403\$000	1:613\$800	1:432\$550
São Paulo	7:453\$280	4:499\$644	10:808\$250	12:875\$659	2:893\$978	11:222\$711	10:813\$764
São Pedro do Sul	621\$745	1:326\$380	3:874\$210	5:287\$435	2:723\$120	8:146\$760	8:036\$780
Sergipe	133\$410	120\$652	120\$733	445\$730	209\$350	500\$000	500\$000
Soma	66:205\$910	63:953\$973	85:507\$743	115:816\$731	114:103\$957	146:049\$866	142:585\$002
DESPESA							
Províncias	1841	1842	1843	1844	1845	1846	1847
Alagoas	3:394\$786	3:606\$749	3:940\$888			3:300\$159	3:596\$342
Bahia	10:169\$147	10:615\$444	10:514\$297			14:103\$315	15:241\$200
Ceará	2:137\$195	3:326\$122	2:348\$750			2:577\$011	2:942\$981
Espírito Santo	3:117\$472	3:178\$462	3:148\$074			3:138\$666	3:171\$507
Goiás	2:919\$150	3:182\$608	3:762\$319			4:615\$000	3:509\$000
Maranhão	5:898\$667	7:248\$816	6:827\$760			7:625\$929	8:252\$568
Mato Grosso	765\$614	864\$772	791\$322			1:689\$760	1:587\$708
Minas Gerais	28:092\$300	17:663\$453	28:373\$192			19:736\$944	21:257\$380
Pará	1:774\$874	1:725\$530	1:856\$136			2:364\$084	3:009\$741
Paraíba do Norte	2:314\$522	2:399\$955	2:199\$939			1:262\$161	2:641\$948
Pernambuco	8:700\$000	9:105\$071	9:245\$028			9:195\$381	9:074\$644
Piauí	1:456\$672	1:613\$177	2:677\$400			3:283\$000	3:680\$612
Rio de Janeiro	27:464\$692	29:313\$450	32:451\$877			60:885\$295	67:319\$600
Rio Grande do Norte	1:278\$316	1:372\$438	1:392\$072			1:239\$313	2:076\$651
Santa Catarina	1:817\$994	2:232\$967	2:230\$587			1:426\$831	2:091\$638
São Paulo	14:852\$313	14:168\$777	20:383\$237			17:054\$879	20:188\$097
São Pedro do Sul	5:270\$596	10:142\$213	12:196\$189			14:797\$466	14:283\$754
Sergipe	1:796\$588	1:807\$695	1:747\$514			2:127\$000	2:145\$000
Soma	123:220\$898	123:567\$699	146:086\$581			170.422.194	186.070\$371
Subsídio	131:000\$000	139:000\$000	150:000\$000	180:000\$000	190:000\$000	190:000\$000	202:780\$000

Fonte: Elaboração da autora com base nos relatórios dos Ministérios dos Negócios do Império (1832 – 1860).

ANEXO 68 - Receita da Administração do Correio Geral da Corte e província do Rio de Janeiro (1840 – 1860)

Anos	Receita (em réis)
1840	32:216\$563
1841	34:495\$591
1842	36:059\$168
1843	44:561\$194
1844	60:369\$597
1845	77:458\$195
1846	40:000\$000
1847	70:000\$000
1848	85:807\$900
1856	140:252\$682
1857	154:607\$440
1858	166:184\$746
1859	169:359\$017
1860	195:574\$959

Fonte: Elaboração da autora com base nos relatórios dos Ministérios dos Negócios do Império (1832 – 1860).

**ANEXO 69 - Cartas exportadas e importadas pela Administração Geral do Correio da
Corte e província do Rio de Janeiro (1838 – 1860)**

Ano	Volume
1838	530.967
1839	582.292
1845	742.359
1851	1.338.112
1852	1.421.284
1853	1.617.630
1854	1.718.370
1855	1.903.543
1856	2.342.873
1857	2.642.573
1858	2.936.137
1859	2.889.651
1860	3.221.907

Fonte: Elaboração da autora com base nos relatórios dos Ministérios dos Negócios do Império (1832 – 1860).

**ANEXO 70 - Receita e despesa do Correio Geral da Corte e suas agências, em réis
(1847/1848)**

(Continua)

Correio Geral e agencias	Receita	Despesa	Saldo a favor	Déficit
Correio da Corte	74:636\$666	65:664\$491	8:972\$174	
Paquetá	20\$370	1\$560	18\$810	
Santa Cruz	195\$780	1\$343	18\$137	
Niterói	317\$000	816\$000		199\$000
Magé	90\$540		90\$540	
Sapucaia	28\$270	301\$735		273\$163
Estrela	212\$840	153\$420	59\$420	
Itaboraí	88\$235	30\$000	58\$235	
Rio Bonito (a)⁷⁹⁵	38\$840		3\$840	
Santana (b)⁷⁹⁶	30\$000		30\$000	
Nova Friburgo	224\$410	352\$205		127\$795
Cantagalo	335\$180	63\$300	271\$880	
Santo Antonio de Sá	7\$840	21\$000		16\$140
Sumidouro	16\$910	1\$051	15\$859	
Aparecida (c)⁷⁹⁷	15\$000		15\$000	
Santa Rita (b)	19\$100		19\$000	
Itaguaí (c)	203\$440	100\$500	102\$940	
Itacurussá	6\$440	\$294	6\$145	
Mangaratiba	76\$650	120\$600		13\$950
Saco de Mangaratiba	37\$160	18\$780	18\$380	
Angra	389\$350	1:070\$207		690\$857
Mambucaba	39\$870	19\$933	19\$936	
Paraty	206\$900	269\$438		62\$538
Conceição da Ribeira (b)	18\$600		18\$000	
São João do Príncipe (b)	90\$770		20\$770	
Pouso Seco (b)	31\$440	15\$720	15\$720	
Passa Três	18\$530		13\$530	
Piraí	97\$050	174\$225		76\$575
das Dores	73\$830	103\$163		29\$333
Rezende	301\$065	332\$899		31\$834
Arrozal (d)⁷⁹⁸	53\$410	768\$280		228\$870
Barra Mansa (b)	99\$040	174\$900		75\$860
Maricá	66\$620		66\$620	

⁷⁹⁵ Sobre essa agencia de nota (a), consta a seguinte informação: “A receita desta Agencia é apenas do primeiro trimestre de 1847-48, e de então para cá não tem ela prestado contas”.

⁷⁹⁶ Sobre essa agencia e as de Santa Rita, Conceição da Ribeira, São João do Príncipe, Pouso Seco e Barra Mansa, consta a seguinte informação: “As agencias que levam a nota (b) nenhuma despesa apresentam em seus balanços”.

⁷⁹⁷ Sobre essa agencia e a de Itaguaí, consta a seguinte informação: “As ditas [agencias] com a nota (c) mostram a Receita e Despesa de 1844-45, por não terem desde então prestado contas”.

⁷⁹⁸ Sobre essa agencia, consta a seguinte informação: “A dita [agencia] com nota (d) idem a dita dita [mostram a receita e despesa] de 1846-47 pelo indicado motivo”.

(Conclusão)

Correio Geral e agencias	Receita	Despesa	Saldo a favor	Déficit
Saquarema	29\$230	2\$000	27\$230	
Araruana	52\$100	5\$000	47\$100	
Aldeia de São Pedro	157\$800	47\$340	110\$460	
Cabo Frio	199\$050	113\$524	85\$525	
Barra de São João	112\$510		112\$510	
Macabé	470\$466	237\$833	232\$633	
Campos	1:337\$061	1:182\$798	154\$263	
Capivari	26\$910	144\$000		117\$090
São João da Barra	212\$620	249\$122		36\$503
São Fidelis	258\$330	12\$664	12\$665	
Aldeia da Pedra	4\$050	26\$024		21\$975
Iguaçu	83\$790	41\$895	41\$895	
Paty	32\$860		32\$860	
Paraíba do Sul	171\$455	39\$360	132\$155	
Paraibuna	73\$460	36\$730	36\$730	
Vassouras	282\$130	403\$652		121\$522
Valença	49\$230	69\$916		20\$716
Petrópolis (e)⁷⁹⁹				

Fonte: *Relatório da Repartição dos Negócios do Império apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 1ª Sessão da 8ª Legislatura pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado Visconde de Monte Alegre*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1850 [Anexo nº 26].

⁷⁹⁹ Sobre essa agencia consta a seguinte informação: “Não aparece a renda da Agencia de Petrópolis por ter sido esta criada em Novembro de 1848”.

ANEXO 71 - Balanço das despesas dos Correios da província de Minas Gerais (1842/43)

Empregados	8:225\$000
Condução das malas para a Corte	8:557\$499
Condução das malas para Sabará	955\$000
Vencimento dos Pedestres	5:783\$560
Caminheiros e fogos	3:357\$100
Um carimbo para a Administração Geral	70\$000
Concertos de malas	22\$400
SOMA	26:970\$559

Fonte: APM, Seção Provincial – SP, Fundo Presidência de Província – PP 1/8, cx. 08, doc. 43.

Balanço das despesas dos Correios da província de Minas Gerais (1853/54)

Despesa	Ordenados	Gratificações	Total
Administração do Ouro Preto			
Administrador e Tesoureiro	750\$000	249\$996	999\$996
Ajudante Contador	406\$875	135\$621	542\$496
Oficial Papelista	375\$000	113\$881	488\$881
Fiel do Tesoureiro	150\$000	49\$992	199\$992
Praticante servindo de Porteiro	300\$000	99\$996	399\$998
Escrivário adido com a diária de 800 réis		290\$400	290\$400
2 pedestres da Administração com a diária de 600 réis cada um		438\$000	438\$000
Soma	1:981\$875	1:377\$886	3:359\$761
Expediente			
Papel, penas, tinta, lacre, e outros objetos de escrita.			392\$202
Utensílios			
Consertos, e compra de novas malas, e diversas impressões.			187\$220
Custeio			
Condução de malas por Arrematações, deduzida a importância de 986\$527 de multas impostas a diversos arrematantes.			19:041\$745
Condução das malas para o Bonfim			144\$000
10% de 320 seguros ao expedicionário das malas			320\$000
Eventual			
Importância de multas pagas pelo administrador do Correio de Sabará Patrício Pereira			80\$000

Fonte: APM, Seção Provincial – SP, código 509.

Balanço das despesas dos Correios da província de Minas Gerais (1854/1855)

Despesa	Valor
Vencimentos dos empregados da Administração	3:531\$972
Vencimento dos Agentes e Ajudantes	4:436\$042
Expediente na Administração	435\$100
Utensílios	192\$420
Condução de malas por arrematação	19:517\$441
Condução de pedestres, inclusive as malas desta capital para o Bonfim	6:540\$020
Foguetes na Agencia da Campanha	27\$000
10% de prêmio com os seguros expedidos	127\$200
TOTAL	34:807\$195

Fonte: APM, Seção Provincial – SP, código 601.

Balanço das despesas dos Correios da província de Minas Gerais (1855/1856)

Despesa	Valor (em réis)
Ordenados e gratificações	3:692\$272
Carteiros	72\$000
Custeio	32\$800
Estafetas	26:531\$261
Expediente e utensílios	627\$520
Vencimento dos agentes	4:450\$842

Fonte: APM, Seção Provincial – SP, código 601.

Balanço das despesas dos Correios da província de Minas Gerais (1856/1857)

Despesa	Valor (em réis)
Ordenados e gratificações	3:231\$172
Carteiros	168\$800
Custeio	202\$000
Estafetas	21:275\$611
Expediente e utensílios	669\$410
Vencimento dos agentes	5:170\$005

Fonte: APM, Seção Provincial – SP, código 601.

Balanço das despesas dos Correios da província de Minas Gerais (1857/1858)

Despesa	Valor (em réis)
Ordenados e gratificações	4:730\$240
Carteiros	306\$100
Custeio	67\$300
Estafetas	21:854\$064
Expediente e utensílios	634\$580
Vencimento dos agentes	5:571\$280

Fonte: APM, Seção Provincial – SP, código 601.

Balanço das despesas dos Correios da província de Minas Gerais (1858/1859)

Despesa	Valor (em réis)
Ordenados e gratificações	5:671\$183
Carteiros	509\$800
Custeio	571\$700
Estafetas	23:808\$771
Expediente e utensílios	759\$940
Vencimento dos agentes	7:791\$540

Fonte: APM, Seção Provincial – SP, código 833.

Balanço das despesas dos Correios da província de Minas Gerais (1859/1860)

Despesa	Valor (em réis)
Ordenados e gratificações	5:744\$720
Carteiros	951\$600
Custeio	310\$300
Estafetas	33:580\$115
Expediente e utensílios	1:199\$920
Vencimento dos agentes	8:200\$158

Fonte: APM, Seção Provincial – SP, código 833.

ANEXO 72 - Relação Despesa com correios/ orçamento provincial, em réis (1846)

Províncias	Despesa Geral	Despesa com Secretaria do Império	Despesa com Correios	% em relação à Despesa Geral	% em relação à Despesa Império
Alagoas	181:498\$235	5:616\$780	3:300\$159	2%	59%
Bahia	666:089\$825	34:853\$760	14:103\$315	2%	40%
Ceará	74:725\$579	5:299\$347	2:577\$011	3%	49%
Espírito Santo	23:229\$955	4:210\$140	3:138\$666	14%	75%
Goiás			4:615\$000		
Maranhão	224:254\$942	6:869\$211	7:625\$929	3%	111%
Mato Grosso	70:325\$379	2:210\$111	1:689\$760	2%	76%
Minas Gerais	82:205\$444	10:309\$998	19:736\$944	24%	191%
Pará	180:974\$489	3:340\$302	2:364\$084	1%	71%
Paraíba do Norte	40:097\$209	2:801\$315	1:262\$161	3%	45%
Pernambuco	430:675\$302	33:068\$627	9:195\$381	2%	28%
Piauí	30:231\$617	2:513\$922	3:283\$000	11%	131%
Rio de Janeiro	8.667:611\$974	1.373:326\$089	60:885\$295	1%	4%
Rio G. do Norte	30:245\$602	2:515\$351	1:239\$313	4%	49%
Santa Catarina	93:607\$217	5:411\$304	1:426\$831	2%	26%
São Paulo	142:639\$492	19:142\$870	17:054\$879	12%	89%
São Pedro do Sul	774:079\$091	17:497\$041	14:797\$466	2%	85%
Sergipe	41:583\$111	3:232\$556	2:127\$000	5%	66%
Soma	11.754:074\$463	1.532:218\$724	170:422\$194	1%	11%

Fonte: Elaboração da autora com base nos relatórios dos Ministérios dos Negócios do Império (1832 – 1860).

ANEXO 73 - Fontes de renda dos Correios Brasileiros, em réis (1853 – 1865)

Exercícios	Venda de selos	Cartas de porte	Seguros	Assinaturas	Multas	Extraordinárias	Total
1853/54	141:017\$550	45:511\$657	10:474\$000	10:621\$120	4:479\$780	737\$395	218:599\$604
1854/55	154:652\$930	41:893\$243	11:676\$000	11:035\$560	4:635\$301	201\$247	236:192\$971
1855/56	170:492\$165	46:084\$155	13:922\$000	11:679\$600	6:484\$031	690\$047	258:191\$076
1856/57	191:831\$510	50:760\$676	16:827\$000	12:417\$200	5:348\$482	647\$506	278:289\$034
1857/58	209:957\$050	56:428\$035	19:051\$000	13:494\$000	4:997\$074	911\$731	304:839\$723
1858/59	213:736\$520	60:628\$193	21:750\$000	13:587\$800	5:090\$500	2:732\$980	317:526\$004
1859/60	227:224\$100	65:937\$219	24:518\$000	12:887\$800	4:541\$853	8:723\$605	355:948\$837
1860/61	243:111\$080	64:169\$173	23:793\$000	12:592\$000	4:443\$346	2:803\$910	366:723\$881
1861/62	272:443\$730	63:603\$123	24:499\$000	13:861\$000	5:630\$727	2:668\$945	383:289\$019
1862/63	273:061\$040	61:631\$999	23:731\$669	12:634\$880	5:597\$175	2:211\$863	378:868\$617
1864/65	284:68\$700	79:584\$842	23:989\$000	14:188\$400	1:162\$467	3:903\$502	406:996\$911
Soma	2.381:696\$375	636:232\$315	214:230\$669	138:999\$360	52:410\$736	26:232\$731	3.505:465\$677

Fonte: Elaboração da autora com base nos relatórios dos Ministérios dos Negócios do Império (1832 – 1860) e da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1861 – 1865).

Fontes de renda dos Correios Brasileiros por província, em réis (1855/1856)⁸⁰⁰

Administrações	Venda de selos pretos	Vendas de selos azuis	Cartas de porte	Seguros	Assinaturas	Multas	Extraordinárias	Total
Corte e Província	70:435\$410	20:691\$160	32:010\$404	6:462\$000	9:299\$600	1:270\$221	83\$887	140:252\$682
Minas Gerais	5:984\$295	567\$600	109\$986	1:272\$000		3:789\$490		11:723\$371
São Paulo	17:866\$280	780\$880	506\$667	1:228\$000		222\$240		20:604\$067
São Pedro	10:798\$700	1:353\$790	1:734\$733	1:248\$000			74\$060	15:209\$283
Santa Catarina	1:896\$780	79\$920	142\$730	140\$000			1\$560	2:260\$990
Goiás								283\$000
Mato Grosso								310\$459
Bahia	11:486\$820	755\$860	5:818\$900	936\$000	896\$000		103\$080	19:996\$660
Espírito Santo	1:028\$530		22\$320	134\$080		26\$880		1:211\$810
Pernambuco	10:163\$400	2:234\$600	3:994\$968	959\$000	1:119\$000	1:141\$600		19:612\$568
Ceará	1:139\$600		35\$310	188\$000			148\$180	1:511\$090
Pará								8:059\$730
Maranhão	5:990\$740		1:428\$760	353\$000	365\$000	3\$600	163\$570	8:304\$670
Amazonas	752\$760	11\$440	38\$198	114\$000			1\$080	917\$478
Paraíba do Norte	860\$650		20\$910	113\$000				994\$560
Sergipe	557\$180	6\$760	38\$942	88\$000			16\$280	707\$162
Alagoas	1:730\$330	73\$600	41\$250	139\$000			15\$180	1:999\$360
Rio Grande do Norte								185\$880
Piauí	972\$860	17\$890	11\$798	379\$000		24\$000		1:405\$548
Paraná	2:251\$530		128\$279	169\$000			82\$870	2:631\$679
Soma	143:915\$865	26:573\$500	46:084\$155	13:922\$080	11:679\$600	6:478\$031	689\$747	249:342\$978

Fonte: Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Primeira Sessão da Décima Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império Luiz Pedreira do Couto Ferraz. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1857 [Anexos].

⁸⁰⁰ Ao final da tabela lê-se a seguinte informação: “A renda da Administração do Rio Grande do Norte compreende somente os primeiros seis meses do exercício; na renda de Mato Grosso não figuram as Agências. Diretoria Geral dos Correios, 25 de Fevereiro de 1857 – O Oficial José Tertuliano Monteiro de Mendonça”.

Fontes de renda dos Correios Brasileiros por província, em réis (1856/1857)⁸⁰¹

Administrações	Venda de selos pretos	Vendas de selos azuis	Cartas de porte	Seguros	Assinaturas	Multas	Extraordinárias	Total
Corte e Província	79:253\$060	22:168\$900	33:198\$755	7:988\$000	9:651\$000	2:272\$938	74\$787	154:607\$440
Minas Gerais	7:712\$739	150\$750	110\$690	1:190\$000		703\$380		9:867\$559
São Paulo	19:725\$890	646\$340	600\$140	1:585\$000		315\$444	3\$910	22:876\$724
São Pedro	12:631\$020	1:069\$020	1:669\$187	1:152\$000			122\$950	16:644\$177
Santa Catarina	2:187\$250		165\$130	116\$000				2:468\$380
Goiás								186\$660
Mato Grosso								270\$000
Bahia	9:355\$910	880\$590	6:663\$550	1:053\$000	1:011\$200	1:117\$100	21\$260	20:102\$610
Espírito Santo	1:188\$100		28\$840	203\$000		6\$120		1:426\$060
Pernambuco	10:159\$110	2:361\$320	1:415\$073	1:003\$080	1:159\$000	775\$000	225\$380	17:097\$963
Ceará	1:456\$890		44\$180	115\$000			33\$750	1:649\$820
Pará	5:255\$930		2:022\$173	372\$000	186\$000		3\$120	7:839\$223
Maranhão	6:909\$350		1:522\$173	502\$000	110\$000	81\$500	24\$290	9:149\$313
Amazonas	741\$810	32\$330	33\$168	99\$000			53\$000	959\$308
Paraíba do Norte	896\$300		18\$970	119\$000				1:034\$270
Sergipe	804\$370		30\$213	102\$000		20\$000	28\$220	984\$803
Alagoas	1:692\$380		51\$722	142\$000			25\$700	1:911\$802
Rio Grande do Norte								
Piauí	831\$670	10\$740	5\$140	227\$000		7\$000		1:081\$550
Paraná	3:081\$360		117\$210	199\$000		50\$000		3:447\$570
Soma	163:883\$139	27:319\$990	47:696\$314	16:167\$080	12:117\$200	5:348\$482	616\$367	273:148\$572

Fonte: Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Segunda Sessão da Décima Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império Marques de Olinda. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1858 [Anexos].

⁸⁰¹ O final da tabela consta a seguinte nota: “A receita de Goiás e Mato Grosso não vai detalhada por não se ter recebido os Balanços. A Administração do Rio Grande do Norte não tendo remetido os Balanços respectivos deixa de ser contemplada. Diretoria Geral do Correio, 27 de Fevereiro de 1858. Dr. Thomaz José Pinto de Serqueira”.

Fontes de renda dos Correios Brasileiros por província, em réis (1857/1858)⁸⁰²

Administrações	Venda de selos pretos	Vendas de selos azuis	Cartas de porte	Seguros	Assinaturas	Multas	Extraordinárias	Total
Corte e Província	83:805\$570	23:787\$500	37:201\$810	8:397\$000	10:430\$000	2:356\$661	206\$205	166:184\$746
Minas Gerais	8:823\$789	294\$840	143\$196	1:873\$000		987\$950		12:122\$775
São Paulo	20:180\$550	963\$480	606\$395	1:883\$000		198\$193	183\$660	24:015\$278
São Pedro	13:917\$700	1:899\$070	2:009\$570	1:808\$000		90\$000	91\$250	19:815\$590
Santa Catarina	1:995\$080	99\$020	223\$250	141\$000				2:458\$350
Goiás	108\$700		\$600	46\$000				155\$300
Mato Grosso	188\$960		17\$309	69\$000				275\$269
Bahia	10:857\$520	1:333\$340	6:946\$490	1:399\$000	1:036\$810	333\$000	3\$000	21:909\$160
Espírito Santo	1:274\$450		31\$870	198\$000			8\$040	1:512\$360
Pernambuco	13:386\$890	2:083\$280	6:654\$130	1:178\$080	1:371\$000	839\$800	231\$360	25:744\$540
Ceará	7:618\$130		161\$243	212\$000			79\$880	8:071\$253
Pará	5:373\$120		1:632\$797	417\$000	197\$000			7:619\$917
Maranhão	7:409\$090		1:487\$818	956\$000	460\$000	20\$400	2\$340	10:335\$648
Amazonas	761\$410		25\$158	107\$000				893\$568
Paraíba do Norte	794\$500		27\$030	149\$000				970\$530
Sergipe	1:146\$650		35\$303	119\$000			16\$380	1:317\$333
Alagoas	2:160\$788		82\$075	122\$000		33\$240	22\$510	2:420\$613
Rio Grande do Norte	831\$800		1\$280	20\$000				853\$080
Piauí	457\$190		4\$100	124\$000				585\$290
Paraná	3:035\$680		100\$090	233\$000		137\$880	67\$740	3:574\$390
Soma	184:127\$567	30:460\$530	57:391\$514	19:451\$080	13:494\$810	4:997\$124	912\$365	310:834\$990

Fonte: Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Terceira Sessão da Décima Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império Sergio Teixeira de Macedo. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1859 [Anexo M].

⁸⁰² Ao final dessa tabela consta a seguinte nota: “A renda arrecadada na Administração do Rio Grande do Norte é contemplada somente até o 3º trimestre, faltando a do 4º por não ter sido remetido. A de Piauí é contemplada somente com o 3º e o 4º trimestre, faltado o 1º e o 2º, por não terem sido remetidos os respectivos Balancetes. A de Goiás e Mato Grosso não compreende a das Agencias, por falta dos respectivos Balancetes. Diretoria Geral do Correio, 28 de Fevereiro de 1859. Dr. Thomaz José Pinto de Serqueira”.

Fontes de renda dos Correios Brasileiros por província, em réis (1858/1859)⁸⁰³

Administrações	Venda de selos pretos	Vendas de selos azuis	Cartas de porte	Seguros	Assinaturas	Multas	Extraordinárias	Total
Corte e Província	86:121\$220	22:031\$280	39:422\$058	9:006\$000	10:270\$000	1:995\$720	512\$739	169:359\$017
Minas Gerais	8:668\$200	195\$500	173\$860	2:077\$000		1:499\$480	641\$910	13:255\$950
São Paulo	22:586\$830	1:136\$060	700\$306	2:263\$000		63\$000	191\$830	26:941\$026
São Pedro	16:421\$210		2:127\$748	2:007\$000		460\$000	121\$610	21:137\$568
Santa Catarina	2:341\$770	67\$160	336\$250	210\$000			78\$000	3:033\$180
Paraná	3:379\$620		110\$837	401\$000		30\$000		3:921\$457
Goiás	106\$700			47\$000				153\$700
Mato Grosso	358\$190		23\$975	59\$000				441\$165
Espírito Santo	1:664\$890		57\$360	211\$000		50\$000	8\$070	1:991\$320
Pernambuco	10:082\$030	1:814\$570	6:059\$172	1:211\$000	1:557\$000	375\$800	840\$400	21:939\$972
bahia	13:082\$050		7:773\$410	1:737\$080	1:001\$800	454\$700	72\$510	24:121\$550
Sergipe	1:575\$830		45\$164	263\$000		100\$000	33\$030	2:017\$024
Alagoas	2:539\$869		99\$747	171\$000			6\$820	2:817\$436
Paraíba	667\$910		19\$470	127\$000				814\$380
Rio Grande do Norte								
Piauí	730\$890	108\$300	5\$159	299\$000		7\$000	53\$600	1:203\$949
Ceará	2:931\$030	401\$310	182\$440	215\$000			94\$720	3:824\$500
Maranhão	7:481\$640	490\$100	1:550\$616	701\$000	540\$000	144\$800	35\$530	10:943\$686
Pará	4:678\$800	408\$080	1:600\$846	550\$000	216\$000		5\$490	7:459\$216
Amazonas	677\$660		26\$787	132\$000			28\$760	865\$207
Soma	186:096\$339	26:652\$360	60:315\$205	21:687\$080	13:584\$800	5:180\$500	2:725\$019	316:241\$303

Fonte: Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Quarta Sessão da Décima Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império João de Almeida Pereira Filho. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1860 [Anexo D].

⁸⁰³ Ao final dessa tabela constam as seguintes informações: “A renda das Agencias de Goiás e Mato Grosso não figuram nesta tabela por ignorar-se; a Administração do Rio Grande do Norte não mandou balanço algum. Diretoria Geral do Correio em 3 de Março de 1860. O Oficial Maior, João José Teixeira.

Fontes de renda dos Correios Brasileiros por província, em réis (1859/1860)⁸⁰⁴

Administrações	Venda de selos pretos	Vendas de selos azuis	Cartas de porte	Seguros	Assinaturas	Multas	Extraordinárias	Total
Corte e Província	128:541\$150		43:796\$104	10:088\$000	9:910\$000	2:627\$943	611\$762	195:574\$959
Espírito Santo	1:770\$990	145\$240	61\$269	263\$000			28\$900	2:269\$399
Bahia	14:593\$740		7:571\$929	1:984\$000	1:132\$800	155\$000	360\$700	25:798\$169
Sergipe	1:147\$860		43\$205	289\$000		10\$000	435\$660	1:925\$725
Pernambuco	13:151\$000		6:556\$820	1:317\$000	1:608\$000	97\$200	651\$892	23:381\$912
Alagoas	3:004\$470		81\$690	222\$000		137\$980	6\$110	3:452\$250
Paraíba	905\$310		20\$110	147\$000			3\$640	1:076\$060
Rio Grande do Norte	406\$500		54\$600	60\$000				521\$100
Piauí	872\$850	139\$720	7\$230	258\$000			105\$330	1:383\$130
Ceará	3:106\$080		304\$190	306\$000			184\$620	3:900\$890
Maranhão								11:528\$900
Pará	5:099\$190	439\$510	3:374\$970	609\$000	227\$000		213\$800	9:963\$470
Amazonas	726\$330		27\$332	182\$000			12\$120	947\$782
Minas Gerais	6:431\$700	230\$830	206\$300	2:563\$000		1:235\$000	4:150\$120	14:816\$950
Goiás								537\$270
Mato Grosso	458\$480		40\$751	55\$000			2\$971	557\$202
São Pedro	15:379\$660		2:882\$659	2:281\$000		120\$000	1:133\$590	21:796\$909
Santa Catarina	2:156\$250	115\$580	156\$118	297\$000		50\$000	516\$860	3:291\$808
Paraná	3:291\$460		74\$380	375\$000		30\$000		3:770\$840
São Paulo	23:305\$780	1:741\$420	718\$256	2:622\$000		78\$736	239\$530	28:705\$722
Soma	224:348\$800	2:812\$300	65:977\$913	23:918\$000	12:877\$800	4:541\$859	8:657\$605	343:134\$277

Fonte: Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Primeira Sessão da Décima Primeira Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império José Antonio Saraiva. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1861 [Anexo F].

⁸⁰⁴ Ao final dessa tabela consta a seguinte nota: “Algumas administrações não tendo extremado a venda dos selos azuis da dos pretos, a importância daqueles está englobada na venda dos selos pretos. A renda da Agencia de Mato Grosso não figura nesta tabela por ignorar-se. Diretoria Geral dos Correios, 28 de Fevereiro de 1861. O Oficial José Tertuliano Monteiro de Mendonça”.

Fontes de renda dos Correios Brasileiros por província, em réis (1860/1861)

Administrações	Venda de selos pretos	Venda de selos azuis	Cartas de Porte	Seguros	Assinaturas	Multas	Extraordinárias	Total
Corte e Província	110:381\$130	27:000\$000	43:702\$346	9:021\$000	9:726\$000	868\$316	1:166\$299	262:765\$112
Alagoas	2:811\$030	766\$06	89\$073	\$197		2\$475	82\$000	4:192\$603
Amazonas	1:317\$770		268\$158	\$180			2\$538	1:558\$300
Bahia	10:376\$620	789\$17	6:042\$316	2:142\$000	1:940\$000	4\$643	15\$131	21:011\$716
Ceará								4:507\$170
Espírito Santo	2:208\$090	96\$000	72\$875	\$298			1\$916	2:694\$690
Goiás	475\$73			\$658				54\$073
Maranhão								11:304\$222
Mato Grosso	583\$41		8\$002	\$83			\$419	75\$002
Minas Gerais	12:034\$430	3\$856	177\$06	3:307\$000		2:440\$000	62\$148	18:965\$036
Pará	5:718\$160	4\$361	3:480\$141	652\$000	194\$000		23\$841	10:512\$711
Paraíba	981\$06	1\$157	5\$002	227\$000				1:269\$650
Paraná	3:295\$870		99\$29	360\$000		\$146		3:769\$769
Pernambuco	13:131\$360	2:011\$000	6:478\$601	1:314\$000	1:026\$000	\$986		21:662\$561
Piauí	1:003\$600		1\$065	228\$000			9\$367	1:336\$120
Rio Grande do Norte	676\$89	\$316	\$575	52\$000			12\$977	89\$601
Santa Catarina	3:226\$870		1\$383	250\$000		100\$000	\$199	3:722\$670
São Paulo	21:955\$190	1:718\$020	911\$191	2:078\$000			\$642	30:995\$121
São Pedro	11:072\$920	3:276\$030	2:740\$300	1:511\$000		260\$000	401\$904	19:264\$850
Sergipe	2:276\$980		\$502	313\$000		10\$000	1\$398	2:664\$160

Fonte: Relatório apresentado ao Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Manoel Felizardo de Souza e Mello Ministro e Secretário de Estado nos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas pelo Diretor da Diretoria Geral dos Correios Dr. Thomaz José Pinto Serqueira. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1862 [Anexos].

Fontes de renda dos Correios Brasileiros por província, em réis (1861/1862)⁸⁰⁵

Administrações	Venda de Selos	Cartas de Porte	Seguros	Multas	Assinaturas	Extraordinárias	Total
Corte e província	145:942\$450	41:488\$130	9:960\$000	202\$467	9:437\$000	671\$286	207:701\$333
Alagoas	3:722\$430	100\$904	160\$000	5\$400		51\$950	4:040\$684
Amazonas	1:103\$700	30\$882	154\$000			\$520	1:295\$102
Bahia	17:949\$840	5:904\$549	1:641\$864	406\$740	784\$000	101\$089	26:788\$082
Ceará	2:704\$920	195\$558	282\$000				3:182\$478
Espírito Santo	2:122\$840	83\$710	237\$000			\$240	2:443\$790
Goiás							591\$630
Maranhão	8:366\$950	1:706\$500	740\$000	31\$500	510\$000	41\$260	11:486\$210
Mato Grosso	700\$660	84\$510	86\$000				871\$200
Minas Gerais	12:542\$870	203\$910	3:313\$000	3:541\$860		497\$580	20:099\$220
Pará	6:230\$210	2:832\$163	637\$000		423\$000	78\$310	10:209\$683
Paraíba	896\$800	22\$900	163\$000				1:082\$760
Paraná	3:615\$480	161\$819	300\$000	110\$000			4:253\$299
Pernambuco	15:630\$740	6:530\$996	1:528\$000	714\$600	1:533\$000		25:937\$336
Piauí	1:048\$630	14\$090	235\$000			87\$170	1:384\$890
Rio Grande do Norte	976\$070	17\$900	78\$000			2\$940	1:074\$910
Santa Catarina	3:618\$930	89\$300	191\$000	5\$400		12\$040	3:916\$670
São Paulo	28:380\$740	1:183\$462	2:632\$000	108\$760	1:174\$000	18\$740	33:503\$702
São Pedro	14:617\$020	2:803\$250	1:875\$000	504\$000		1:091\$040	20:890\$310
Sergipe	2:257\$450	52\$500	221\$000			4\$780	2:535\$730
TOTAL	272:413\$730	63:603\$123	24:499\$864	5:630\$727	13:861\$000	2:668\$945	383:289\$019

Fonte: Relatório apresentado ao Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Pedro de Alcantara Bellegarde Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas pelo Diretor da Diretoria Geral dos Correios Dr. Thomaz José Pinto Serqueira. Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança, 1863 [Anexos].

⁸⁰⁵ Ao final da tabela consta a seguinte nota: “Nesta tabela não figura o rendimento das Agencias dos Correios do Ceará e Mato Grosso. Quarta Diretoria da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas em 28 de Fevereiro de 1853. O 2º Oficial José Tertuliano Monteiro de Mendonça”.

Fontes de renda dos Correios Brasileiros por província, em réis (1864/1865)

Administrações	Venda de Selos	Cartas de Porte	Seguros	Multas	Assinaturas	Extraordinárias	Total
Corte e província	148:065\$830	50:411\$403	10:215\$000	9:764\$000	129\$000	705\$742	219:320\$975
Alagoas	3:670\$780	138\$822	188\$000			35\$700	4:033\$302
Amazonas	1:369\$890	44\$590	167\$000				1:581\$480
Bahia	16:632\$620	5:642\$990	1:600\$000	998\$400	39\$600	90\$340	25:063\$950
Ceará	2:923\$770	550\$902	324\$000			626\$090	4:333\$810
Espírito Santo	2:670\$030	111\$670	24\$000			80\$480	3:057\$180
Goiás	592\$500		54\$000				646\$500
Maranhão	10:153\$470	3:640\$902	843\$000	650\$000	20\$000	165\$230	15:472\$602
Mato Grosso	350\$420	28\$030	49\$000				427\$450
Minas	12:839\$190	322\$110	2:868\$000		810\$000	1:861\$290	18:700\$599
Pará	7:818\$540	3:790\$518	660\$000	552\$000		15\$960	12:837\$018
Paraíba	1:182\$760	24\$780	101\$000			7\$600	1:316\$140
Paraná	3:690\$480	160\$520	289\$000		5\$000	72\$430	4:217\$430
Pernambuco	14:248\$540	8:897\$255	1:482\$000	1:515\$000	50\$000		25:692\$795
Piauí	1:454\$270	32\$613	166\$000		108\$867	15\$930	1:777\$680
Rio Grande do Norte	1:201\$480	178\$030	618\$000			21\$040	1:461\$550
Santa Catarina	2:822\$880	186\$797	230\$000				3:239\$677
São Paulo	32:583\$390	1:733\$525	2:533\$000	709\$000		143\$090	37:702\$605
São Pedro	17:811\$700	4:065\$400	1:675\$000			212\$580	23:764\$680
Sergipe	2:086\$160	84\$937	179\$000				2:350\$097
Total	284:168\$700	79:584\$842	23:989\$000	14:188\$400	1:162\$467	3:903\$502	406:996\$911

Fonte: Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Quarta Sessão da Décima Segunda Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Dr. Antonio Francisco de Paula Souza. Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança, 1866 [Anexo S].

ANEXO 74 - Relação dos vendedores de selos na cidade do Rio de Janeiro (1845)

Nomes	Endereços
Acácio Joaquim Correia	Rua do Ouvidor, 58
Antonio José de Almeida Pinto	Rua dos Barbonos, 94
Antonio José Pinto de Almeida Junior	Rua dos Barbonos, 94
Antonio Manoel Airosa	Rua do Rosário, 29, 31
Antonio Tertuliano dos Santos filho	Rua da Alfândega, 27, 23
Constantino Giraldo Mathias	Rua do Sabão, 87
Damaso Antonio de Moura	Rua da Alfândega, 95
Eduardo Augusto Ribeiro	Rua da Princesa dos Cajueiros, 2
Francisco de Paula Brito	Praça da Constituição, 64
Francisco Joaquim Correia de Brito Júnior	Rua da Quitanda, 78
Francisco Rodrigues d'Araújo Pinheiro	Rua da Saúde, 67; Rua de São Pedro, 150
Honório Benedicto Ottoni	Rua Direita, 77
João Affonso Lima	Rua da Carioca, 13; Largo da Carioca, 15
João de Araújo Coutinho Vianna	Rua Direita, 58
Joaquim de Sá Charém	Rua do Lavradio, 73
José Affonso da Silva Vianna	Rua do Ouvidor, 9; Rua dos Ourives, 91
José Antonio d'Araújo Filgueiras	Rua dos Pescadores, 35
José Luiz de Vargas	Rua do Ouvidor, 91
José Rodrigues de Araújo Pinheiro	Rua da Saúde, 51A; Rua de São Pedro, 150
Manoel Joaquim dos Passos	Rua do Ouvidor, 152
Manoel José Cardoso e C.	Rua do Ouvidor, 91
Manoel Pacheco da Rocha	Rua de São Bento, 16
Saturnino Ferreira da Veiga	Rua da Quitanda, 144
Torquato Joaquim da Costa	Largo da Lapa
Zeferino Ferreira de Faria	Rua da Quitanda, 144, 152
Jerônimo José de Souza	Rua da Lapa, 42
Manoel Joaquim Ferreira Dutra	Rua Direita, 95
Guilherme Carvalho de Miranda	Rua da Quitanda, 28; Rua do Ouvidor, 28; Rua do Rosário, 58
Zeferino José da Rosa	Estrada do Andaraí, junto à Fábrica das Chitas
Serafim da Costa Santos de Almeida	Rua do Lavradio, 124
Euzébio Pereira de Oliveira Coelho	Rua da Ajuda, 67
Diretoria Geral	Rua Direita, 52
Manoel José Machado	Cosme Velho, 72
José Baptista de Magalhães	São Clemente, 3
José de Moura Carvalho	Lagoa Rodrigo de Freitas
Ignácio José Malta	Rua de Estácio de Sá, 46
Antonio José Ferreira Guimarães	Engenho Velho
Miguel Marques Affonso	Andaraí
José Bento de Araújo Bastos	Praia Pequena, 2
José Joaquim Marinho da Cruz	Benfica
Francisco Xavier Moreira de Magalhães	São Cristovão, Rua da Feira, 6A

Fonte: *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Publicado e a venda em casa de Eduardo e Henrique Laemmert [ano 1844 a 1889]

ANEXO 75 - “Relação nominal de todos os Empregados das Agencias dos Correios da Província como dos locais onde as mesmas se acham colocados, para a vista deles se fazerem as remessas das quantias abaixo declaradas dos selos designativos dos portes dos ditos Correios” (1843)

Localidade	Nomes	Quantias de selos (em réis)
Cidade Mariana	Teodolindo Antonio Ferreira	200\$010
Queluz	Manoel Albino de Almeida	99\$990
Barbacena	Manoel da Costa Matos	99\$990
São João Nepomuceno	Pedro Garcia Alcântara Bretas	40\$020
Pomba	Domingos da Costa Matos	40\$020
Presídio	João de Mendonça Machado	40\$020
Piranga	Francisco Marques dos Santos	30\$000
São João del Rey	Manoel Muniz de Azeredo Coutinho	399\$990
São José	Francisco Vellozo Carmo	50\$010
Aiuruoca	José Joaquim Correia	40\$020
Baependi	Antonio José da Costa Miguelino	40\$020
Lavras	Luciano Antonio Brasileiro	99\$990
Campanha	Quintiliano Mendes Monteiro	399\$990
Três Pontas	Antonio José Rebelo Campos	30\$000
Jacuí	Francisco de Paula e Silva	40\$020
Caldas	Joaquim Teixeira Ribeiro	40\$020
Pouso Alegre	Antonio José da Silveira	200\$010
Tamanduá	José Custódio da Silva Oliveira	50\$010
Oliveira	Columbiano Francisco de Assis	40\$000
Formiga	Delfino Rodriguez Camara	30\$000
Sabará	Quintiliano da Silveira Lobato	300\$000
Caeté	Antonio José Leite	30\$000
Pitangui	Joaquim Luis dos Santos	99\$990
Curvelo	Jerônimo Martins do Rego	50\$010
Santa Barbara	João Luis dos Santos	50\$010
Cocais	Guilherme Furtado Leite	50\$010
Itabira	Antonio João de Freitas	50\$010
Conceição	Joaquim Bento de Oliveira	50\$010
Serro	Francisco Pereira de Magalhães	300\$000
Diamantina	Francisco Antonio de Castro	399\$990
Formiga	José da Silva Souto	50\$010
Barra do Rio das Velhas	Sabino Duarte de Oliveira	30\$000
Risonha	José Ribeiro de Vasconcelos	30\$000
Januária	Joaquim Bernardes Lisboa	30\$000
Paracatú	Luiz Rodrigues de Oliveira	50\$000
Patrocínio	Modesto Jacinto Ferreira	30\$000
Araxá	Antonio Manoel da Apresentação	30\$000
Uberaba	Candido Justiniano de Lira	30\$000
Minas Novas	Antonio José Ribeiro	50\$000
Rio Pardo	Inácio José da Cunha	30\$000

Fonte: APM, Seção Provincial – SP, Fundo Presidência da Província – PP 1/8, cx. 08, doc. 69.

ANEXO 76 - Orçamento das fontes de renda dos Correios da província de Minas
Gerais, em réis (1848 – 1850)

(Continua)

Localidades	1848/49				1849/50			
	Cartas de Porte	Venda de Selos	Cartas Seguras	Multas	Cartas de Porte	Venda de Selos	Cartas Seguras	Multas
Administração do Correio do Ouro Preto	31\$860	2:400\$000	287\$000		20\$000	2:000\$000	380\$000	
Mariana	13\$110	303\$930	42\$000		15\$000	350\$000	35\$000	
São João Del Rey	11\$310	500\$000	74\$000		10\$000	400\$000	90\$000	
Serro	3\$490	250\$000	40\$000		5\$000	250\$000	45\$000	
Diamantina	23\$250	400\$000	58\$000		10\$000	320\$000	70\$000	
Barbacena	12\$700	300\$000	26\$000		10\$000	230\$000	60\$000	
Campanha	23\$100	350\$000	46\$000		4\$000	164\$000	52\$000	
Sabará	1\$440	400\$000	31\$000		5\$000	360\$000	35\$000	
Minas Novas	9\$410	172\$580	32\$000		2\$000	70\$000	18\$000	
Paracatú		130\$540	3\$000			50\$000	10\$000	
Conceição		50\$480	16\$000		1\$000	34\$000	5\$000	
Pitangui		110\$670	5\$000		35\$000	105\$000	20\$000	
São José	13\$020	74\$770	2\$000			19\$000	1\$000	
Serra do Grão Mogol	9\$390	54\$780			9\$000	10\$000	1\$000	
Caldas	40\$270	50\$000				32\$000	8\$000	
Rio Preto		64\$040			5\$000	35\$000		
Cabo Verde		50\$000				9\$000	1\$000	
Itabira	5\$040	117\$570	18\$000		5\$000	137\$000	38\$000	
Tamanduá	2\$355	83\$820	19\$000		3\$000	76\$000	21\$000	
Santa Bárbara	9\$650	58\$050	5\$000		2\$000	66\$000	12\$000	
Nova Formiga	8\$160	69\$570	31\$000		4\$000	189\$000	7\$000	
Curvelo	3\$510	39\$200	2\$400	\$600		65\$000	5\$000	
Pouso Alegre	1\$700	132\$220	22\$000		1\$000	166\$000	13\$000	
Aiuruoca	2\$550	24\$510	11\$000		3\$000	40\$000	7\$000	
Piranga	6\$920	19\$200	8\$000		1\$000	18\$000	1\$000	
Queluz	6\$720	97\$220	12\$000		5\$000	120\$000	35\$000	
Pomba	\$320	38\$580	3\$000			37\$000	3\$000	
São João Nepomuceno	1\$180	26\$610	1\$000		1\$000	49\$000		
Rio Pardo	4\$980	12\$210	13\$000			22\$000	8\$000	
Lavras	1\$140	36\$030	9\$000		2\$000	38\$000	10\$000	
Jacuí	1\$380	26\$010	18\$000			9\$000	1\$000	
Oliveiras	2\$400	48\$710			19\$000	36\$000	5\$000	
Pium-í		20\$040	8\$000			18\$000	2\$000	
Presídio		26\$430	4\$000			22\$000	8\$000	
Januária	6\$660	30\$470	4\$000			18\$000	2\$000	
Formigas		33\$650	8\$000			23\$000	7\$000	
Araxá		50\$000				36\$000	4\$000	
Patrocínio		4\$160	3\$400			16\$000	4\$000	
Baependi	5\$760	114\$690	21\$000		4\$000	66\$000	20\$000	
Uberaba		10\$140	1\$000			39\$000	1\$000	
Santa Quitéria		13\$410	1\$000			30\$000		
Taquarassú		3\$070						
Chapéu d'Uvas		52\$350				28\$000	2\$000	
Caeté	1\$020	26\$050				18\$000	2\$000	
Três Pontas	4\$806	19\$540	6\$000		4\$000	20\$000	6\$000	
Vila Risonha	1\$140	11\$220	3\$400			10\$000		
Ouro Fino		30\$000				10\$000		

(Conclusão)

Localidades	1848/49				1849/50			
	Cartas de Porte	Venda de Selos	Cartas Seguras	Multas	Cartas de Porte	Venda de Selos	Cartas Seguras	Multas
Barra do Rio das Velhas		20\$000				19\$000	1\$000	
Cocais		25\$000				10\$000		
Bonfim		30\$000				10\$000		
São João Batista		20\$000				10\$000		
Santa Luzia						20\$000	10\$000	
Mateus Leme						10\$000		
Jaguarí						10\$000		
Pouso Alto						10\$000		
Carmo						10\$000		
Somas	269\$74 1	7:031\$520	894\$200	\$600	185\$00 0	5:969\$000	1:066\$000	

Fonte: *Orçamento da Receita e Despesa Geral dos Correios do Império*. ANRJ, Fundo Diretoria dos Correios (OF), 148, Volumes 1 e 2.

ANEXO 77 - Despesas dos Correios brasileiros, em réis (1853 – 1865)

Exercícios	ordenados e gratificações	vencimento dos carteiros	custeio	expediente e utensílios	condução de malas	vencimento dos agentes	total
1853/54	78:012\$802	25:864\$413	15:651\$863	16:163\$421	91:757\$424	24:721\$270	252:171\$193
1854/55	74:952\$439	25:589\$367	15:879\$782	20:340\$686	99:000\$580	2:766\$213	265:410\$536
1855/56	80:806\$080	26:007\$831	22:197\$182	19:765\$009	116:214\$358	31:613\$580	297:712\$514
1856/57	86:360\$634	36:064\$421	19:041\$662	31:056\$539	166:163\$032	34:452\$802	373:139\$090
1857/58	110:858\$436	44:649\$383	23:111\$173	34:402\$268	186:485\$755	38:263\$758	437:770\$773
1858/59	119:627\$247	47:587\$581	26:812\$690	31:016\$792	219:760\$842	46:774\$486	491:579\$638
1859/60	121:102\$019	45:464\$474	37:791\$166	22:606\$212	234:921\$103	50:721\$281	512:606\$255
1860/61	108:654\$403	45:167\$720	33:217\$752	22:894\$496	249:490\$316	64:211\$798	549:779\$485
1861/62	105:885\$809	49:420\$850	51:416\$528	28:639\$844	244:975\$832	68:882\$069	572:411\$932
1862/63	108:385\$902	51:876\$108	52:980\$655	24:900\$416	263:011\$304	66:944\$451	568:278\$830
1864/65	109:173\$314	53:506\$615	57:708\$906	26:651\$116	277:183\$048	85:006\$496	609:129\$495
Soma	1.103:819\$085	451:198\$763	355:809\$359	278:436\$799	2.148:963\$594	511:591\$991	4.929:989\$741

Fonte: Elaboração da autora com base nos relatórios dos Ministérios dos Negócios do Império (1832 – 1860) e da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1861 – 1865).

ANEXO 78 - Cálculo do imposto sobre vencimentos (1843)⁸⁰⁶

Faixa salarial	Porcentagem do vencimento
500\$000 a 1:000\$000	2%
1:000\$000 a 2:000\$000	3%
2:000\$000 a 3:000\$000	4%
3:000\$000 a 4:000\$000	5%
4:000\$000 a 5:000\$000	6%
5:000\$000 a 6:000\$000	7%
6:000\$000 a 7:000\$000	8%
7:000\$000 a 8:000\$000	9%
8:000\$000 para cima	10%

Fonte: Lei nº 317, de 21 de outubro de 1843. BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1843*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1867, pp. 46 – 67.

⁸⁰⁶ Relativo a exercícios de 1843/44 e 1844/45.

ANEXO 79 - Relação dos funcionários do Correio Geral da Corte e seus respectivos vencimentos, em réis (1843)

Vagas	Emprego	Ordenados	Gratificações
1	Diretor Geral	2:400\$000	400\$000
1	Administrador	1:200\$000	1:200\$000
1	Ajudante	800\$000	600\$000
1	Contador	800\$000	600\$000
1	Tesoureiro	800\$000	800\$000
1	Fiel do Tesoureiro	360\$000	360\$000
4	Oficiais papelistas	600\$000	400\$000
4	Segundos oficiais	360\$000	360\$000
6	Praticantes	240\$000	240\$000
1	Porteiro	600\$000	300\$000
1	Contínuo Ajudante do Porteiro	300\$000	180\$000
2	Correios de Ofícios	292\$000	108\$000
1	Agente do mar	292\$000	308\$000
1	Ajudante		408\$000
30	Carteiros		\$800 ⁸⁰⁷
4	Pedestres		1\$280 ⁸⁰⁸
			\$640 ⁸⁰⁹

Fonte: Decreto nº 303 de 2 de junho de 1843. BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1843*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1868, p. 109.

⁸⁰⁷ Valor relativo à diária de cada carteiro.

⁸⁰⁸ Valor pago quando em serviço.

⁸⁰⁹ Valor pago estando os pedestres parados.

ANEXO 80 - Relação dos funcionários dos Correios nas províncias e seus respectivos vencimentos, em réis (1843)

PROVÍNCIAS	Administrador/ Tesoureiro		Ajudante/ Contador		Fiel do Tesoureiro		Oficiais Papelistas		Praticantes		Praticantes servindo de Porteiro		Porteiro		Agente	
	Ordenado	Gratificação	Ordenado	Gratificação	Ordenado	Gratificação	Ordenado	Gratificação	Ordenado	Gratificação	Ordenado	Gratificação	Ordenado	Gratificação	Ordenado	Gratificação
Espírito Santo	450\$000		250\$000								100\$000	20\$000				
Bahia	800\$000	400\$000	600\$000	200\$000	200\$000	100\$000	300\$000	120\$000 (2)	200\$000	50\$000 (3)			360\$000	140\$000	192\$000	58\$000
Sergipe	200\$000	80\$000	100\$000	40\$000							100\$000	20\$000				
Alagoas	400\$000		160\$000	70\$000							100\$000	30\$000				
Pernambuco	800\$000	460\$000	600\$000	200\$000	200\$000	100\$000	300\$000	120\$000 (2)	200\$000	50\$000 (1)			360\$000	140\$000	120\$000	50\$000
Paraíba	300\$000	60\$000	200\$000	30\$000							104\$000	36\$000				
Rio Grande do Norte	200\$000	80\$000	100\$000	40\$000							100\$000	20\$000				
Ceará	240\$000	80\$000	160\$000	70\$000							100\$000	20\$000				
Piauí	200\$000	80\$000	120\$000	50\$000							100\$000	20\$000				
Maranhão	800\$000	400\$000	600\$000	200\$000	200\$000	100\$000	400\$000	20\$000 (2)					300\$000	100\$000		
Pará	400\$000	160\$000	300\$000	120\$000	120\$000	80\$000					200\$000	100\$000				
São Paulo	550\$000	200\$000	400\$000	100\$000	120\$000	80\$000	360\$000	100\$000 (1)			200\$000	100\$000				
Santa Catarina	240\$000	100\$000	180\$000	50\$000							100\$000	20\$000				
São Pedro	600\$000	200\$000	400\$000	100\$000	120\$000	80\$000	300\$000	100\$000 (1)			200\$000	100\$000				
Minas Gerais	700\$000	100\$000	450\$000	50\$000	120\$000	80\$000	400\$000	20\$000 (1)			200\$000	100\$000				
Goiás	200\$000	80\$000	100\$000	40\$000							100\$000	20\$000				
Mato Grosso	150\$000	60\$000	160\$000	40\$000							100\$000					

Fonte: Decreto nº 303 de 2 de junho de 1843. BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1843*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1868, p. 110.

ANEXO 81 - “Tabela do vencimento atual dos Empregados da Diretoria Geral dos Correios da Corte e Província do Império, com especificação do aumento proposto para os mesmos, e do total que devem ficar percebendo” (1846)

(Continua)

Províncias	Empregos	Venciment o atual	Aumento proposto	Total atual	Total proposto	Total do que devem vencer
Rio de Janeiro						
Diretoria Geral	Oficial Maior	1:400\$000	200\$000	1:400\$000	200\$000	1:600\$000
	1o Oficiais (2)	1:000\$000	200\$000	2:000\$000	400\$000	2:400\$000
	Amanuenses (2)	600\$000	200\$000	1:200\$000	400\$000	1:600\$000
Correio Geral da Corte	Ajudante do Administrador	1:440\$000	160\$000	1:440\$000	160\$000	1:600\$000
	Contador	1:440\$000	160\$000	1:440\$000	160\$000	1:600\$000
	Tesoureiro	1:440\$000	160\$000	1:440\$000	160\$000	1:600\$000
	1o Oficiais (4)	1:080\$000	120\$000	4:320\$000	480\$000	4:800\$000
	2o Oficiais (5)	800\$000	200\$000	4:000\$000	1:000\$000	5:000\$000
	Praticantes (10)	480\$000	120\$000	4:800\$000	1:200\$000	6:000\$000
	Porteiro	960\$000	40\$000	960\$000	40\$000	1:000\$000
	Ajudante do Porteiro	480\$000	20\$000	480\$000	20\$000	500\$000
	Agente do mar	600\$000	100\$000	600\$000	100\$000	700\$000
	Ajudante do agente do mar	480\$000	20\$000	480\$000	20\$000	500\$000
Espírito Santo	Administrador	450\$000	50\$000	450\$000	50\$000	500\$000
	Ajudante	250\$000	50\$000	250\$000	50\$000	300\$000
	Porteiro	150\$000	50\$000	150\$000	50\$000	200\$000
Bahia	Administrador	1:200\$000	400\$000	1:200\$000	400\$000	1:600\$000
	Ajudante	800\$000	200\$000	800\$000	200\$000	1:000\$000
	Oficiais papelistas (2)	420\$000	80\$000	840\$000	160\$000	1:000\$000
	Praticantes (3)	250\$000	50\$000	750\$000	150\$000	900\$000
	Porteiro	500\$000	100\$000	500\$000	100\$000	600\$000
	Agente do mar	250\$000	50\$000	250\$000	50\$000	300\$000
Sergipe	Administrador	280\$000	120\$000	280\$000	120\$000	400\$000
	Ajudante	160\$000	40\$000	160\$000	40\$000	200\$000
	Porteiro	120\$000	30\$000	120\$000	30\$000	150\$000
Alagoas	Administrador	450\$000	50\$000	450\$000	50\$000	500\$000
	Ajudante	250\$000	50\$000	250\$000	50\$000	300\$000
	Porteiro	150\$000	50\$000	150\$000	50\$000	200\$000
Pernambuco	Administrador	1:200\$000	400\$000	1:200\$000	400\$000	1:600\$000
	Ajudante	800\$000	200\$000	800\$000	200\$000	1:000\$000
	Oficiais papelistas (2)	420\$000	80\$000	840\$000	160\$000	1:000\$000
	Praticante	250\$000	50\$000	250\$000	50\$000	300\$000
	Porteiro	500\$000	100\$000	500\$000	100\$000	600\$000
	Agente do mar	170\$000	130\$000	170\$000	130\$000	300\$000
Rio Grande do Norte	Administrador	280\$000	120\$000	280\$000	120\$000	400\$000
	Ajudante	160\$000	90\$000	160\$000	90\$000	250\$000
	Porteiro	120\$000	80\$000	120\$000	80\$000	200\$000

(Conclusão)

Províncias	Empregos	Vencimento atual	Aumento proposto	Total atual	Total proposto	Total do que devem vencer
Ceará	Administrador	450\$000	150\$000	450\$000	150\$000	600\$000
	Ajudante	250\$000	50\$000	250\$000	50\$000	300\$000
	Porteiro	150\$000	50\$000	150\$000	50\$000	200\$000
Piauí	Administrador	280\$000	120\$000	280\$000	120\$000	400\$000
	Ajudante	160\$000	90\$000	160\$000	90\$000	250\$000
	Porteiro	120\$000	80\$000	120\$000	80\$000	200\$000
Maranhão	Administrador	1:200\$000	400\$000	1:200\$000	400\$000	1:600\$000
	Ajudante	800\$000	200\$000	800\$000	200\$000	1:000\$000
	Oficiais papelistas (2)	420\$000	80\$000	840\$000	160\$000	1:000\$000
	Porteiro	400\$000	100\$000	400\$000	100\$000	500\$000
Pará	Administrador	600\$000	200\$000	600\$000	200\$000	800\$000
	Ajudante	420\$000	180\$000	420\$000	180\$000	600\$000
	Porteiro	300\$000	100\$000	300\$000	100\$000	400\$000
São Paulo	Administrador	800\$000	200\$000	800\$000	200\$000	1:000\$000
	Ajudante	500\$000	200\$000	500\$000	200\$000	700\$000
	Oficial papalista	400\$000	100\$000	400\$000	100\$000	500\$000
	Porteiro	300\$000	100\$000	300\$000	100\$000	400\$000
Santa Catarina	Administrador	450\$000	50\$000	450\$000	50\$000	500\$000
	Ajudante	250\$000	50\$000	250\$000	50\$000	300\$000
	Porteiro	150\$000	50\$000	150\$000	50\$000	200\$000
São Pedro	Administrador	800\$000	200\$000	800\$000	200\$000	1:000\$000
	Ajudante	500\$000	200\$000	500\$000	200\$000	700\$000
	Oficial papalista	400\$000	100\$000	400\$000	100\$000	500\$000
	Porteiro	300\$000	100\$000	300\$000	100\$000	400\$000
Minas Gerais	Administrador	800\$000	200\$000	800\$000	200\$000	1:000\$000
	Ajudante	500\$000	200\$000	500\$000	200\$000	700\$000
	Oficial papalista	400\$000	100\$000	400\$000	100\$000	500\$000
	Porteiro	300\$000	100\$000	300\$000	100\$000	400\$000
Goiás	Administrador	280\$000	120\$000	280\$000	120\$000	400\$000
	Ajudante	160\$000	40\$000	160\$000	40\$000	200\$000
	Porteiro	120\$000	30\$000	120\$000	30\$000	150\$000
Mato Grosso	Administrador	280\$000	120\$000	280\$000	120\$000	400\$000
	Ajudante	160\$000	40\$000	160\$000	40\$000	200\$000
	Porteiro	120\$000	130\$000	120\$000	130\$000	250\$000
Ao agente do Correio da Cidade de São João Del Rey, Província de Minas					400\$000	400\$000
Ao ajudante do dito Correio					200\$000	200\$000
Ao Agente do Correio do Juazeiro, Província da Bahia					250\$000	250\$000
Ao agente do Correio da Cidade de Barbacena, Província de Minas Gerais					250\$000	250\$000
SOMA				50:270\$000	12:780\$000	63:050\$000

Fonte: Lei nº 396 de 2 de setembro de 1846. BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1846*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1847, pp. 61 – 62.

ANEXO 82 - “Tabela dos vencimentos dos Empregados da Diretoria Geral e das Administrações do Correio da Corte e das Províncias, a que se refere o art. 25 da Lei do Orçamento para o exercício de 1858 – 1859” (1857)

(Continua)

Empregos	Vencimentos	Soma
Diretoria Geral		
1 Diretor Geral	4:000\$000	4:000\$000
1 Oficial-maior	2:800\$000	2:800\$000
2 Oficiais	1:800\$000	3:600\$000
2 Amanuenses	1:200\$000	2:400\$000
1 Escriturário	600\$000	600\$000
1 Correio de Ofícios	500\$000	500\$000
Administração da Corte		
1 Administrador	3:000\$000	3:000\$000
1 Contador	2:000\$000	2:000\$000
1 Tesoureiro	2:000\$000	2:000\$000
2 Fiéis	1:000\$000	2:000\$000
4 Primeiros Oficiais	1:800\$000	7:200\$000
5 Segundos Oficiais	1:200\$000	6:000\$000
10 Praticantes	720\$000	7:200\$000
20 Escriturários	600\$000	12:000\$000
1 Porteiro	1:000\$000	1:000\$000
1 Ajudante de Porteiro	600\$000	600\$000
1 Agente do mar	1:000\$000	1:000\$000
1 Ajudante do Agente do mar	700\$000	700\$000
Pernambuco		
1 Administrador Tesoureiro	2:000\$000	2:000\$000
1 Ajudante Contador	1:400\$000	1:400\$000
3 Oficiais papelistas	800\$000	2:400\$000
1 Praticante	400\$000	400\$000
1 Porteiro	700\$000	700\$000
1 Agente do mar	400\$000	400\$000
Bahia		
1 Administrador Tesoureiro	2:000\$000	2:000\$000
1 Ajudante Contador	1:400\$000	1:400\$000
2 Oficiais papelistas	800\$000	1:600\$000
3 Praticantes	400\$000	1:200\$000
2 Escriturários	500\$000	1:000\$000
1 Porteiro	700\$000	700\$000
1 Agente do mar	400\$000	400\$000
Pará		
1 Administrador Tesoureiro	1:600\$000	1:600\$000
1 Agente Contador	1:200\$000	1:200\$000
1 Escriturário	500\$000	500\$000
1 Praticante Porteiro	600\$000	600\$000

(Continuação)

Empregos	Vencimentos	Soma
Maranhão		
1 Administrador Tesoureiro	1:600\$000	1:600\$000
1 Agente Contador	1:200\$000	1:200\$000
2 Oficiais papelistas	600\$000	1:200\$000
1 Praticante Porteiro	600\$000	600\$000
São Pedro		
1 Administrador Tesoureiro	1:600\$000	1:600\$000
1 Ajudante Contador	1:200\$000	1:200\$000
1 Oficial papalista	600\$000	600\$000
1 Praticante Porteiro	600\$000	600\$000
Minas Gerais		
1 Administrador Tesoureiro	1:600\$000	1:600\$000
1 Fiel do Tesoureiro	200\$000	200\$000
1 Ajudante Contador	1:200\$000	1:200\$000
1 Oficial papalista	600\$000	600\$000
2 Escriturários	500\$000	1:000\$000
1 Praticante Porteiro	600\$000	600\$000
São Paulo		
1 Administrador Tesoureiro	1:600\$000	1:600\$000
1 Ajudante Contador	1:200\$000	1:200\$000
1 Oficial papalista	600\$000	600\$000
2 Escriturários	500\$000	1:000\$000
1 Praticante Porteiro	600\$000	600\$000
Ceará		
1 Administrador Tesoureiro	1:000\$000	1:000\$000
1 Ajudante Contador	700\$000	700\$000
1 Praticante Porteiro	450\$000	450\$000
Paraíba		
1 Administrador Tesoureiro	1:000\$000	1:000\$000
1 Ajudante Contador	700\$000	700\$000
1 Praticante Porteiro	450\$000	450\$000
Alagoas		
1 Administrador Tesoureiro	1:000\$000	1:000\$000
1 Ajudante Contador	700\$000	700\$000
1 Praticante Porteiro	450\$000	450\$000
Santa Catarina		
1 Administrador Tesoureiro	1:000\$000	1:000\$000
1 Ajudante Contador	700\$000	700\$000
1 Praticante Porteiro	450\$000	450\$000
Amazonas		
1 Administrador Tesoureiro	800\$000	800\$000
1 Ajudante Contador	600\$000	600\$000
1 Praticante Porteiro	400\$000	400\$000

(Conclusão)

Empregos	Vencimentos	Soma
Piauí		
1 Administrador Tesoureiro	800\$000	800\$000
1 Ajudante Contador	600\$000	600\$000
1 Praticante Porteiro	400\$000	400\$000
Rio Grande do Norte		
1 Administrador Tesoureiro	800\$000	800\$000
1 Ajudante Contador	600\$000	600\$000
1 Praticante Porteiro	400\$000	400\$000
Sergipe		
1 Administrador Tesoureiro	800\$000	800\$000
1 Ajudante Contador	600\$000	600\$000
1 Praticante Porteiro	400\$000	400\$000
Espírito Santo		
1 Administrador Tesoureiro	800\$000	800\$000
1 Ajudante Contador	600\$000	600\$000
1 Praticante Porteiro	400\$000	400\$000
Paraná		
1 Administrador Tesoureiro	800\$000	800\$000
1 Ajudante Contador	600\$000	600\$000
1 Praticante Porteiro	400\$000	400\$000
Goiás		
1 Administrador Tesoureiro	800\$000	800\$000
1 Ajudante Contador	600\$000	600\$000
1 Praticante Porteiro	400\$000	400\$000
Mato Grosso		
1 Administrador Tesoureiro	800\$000	800\$000
1 Ajudante Contador	600\$000	600\$000
1 Praticante Porteiro	400\$000	400\$000
		119:900\$000

Fonte: Lei nº 939 de 26 de setembro de 1857. BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1857*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, pp. 54 – 57.

ANEXO 83 - Número de carteiros por província (1861)

Províncias	Número
Rio de Janeiro	54
Alagoas	1
Amazonas	1
Bahia	8
Ceará	1
Espírito Santo	1
Goiás	1
Maranhão	4
Mato Grosso	1
Minas	3
Paraná	5
Paraíba	2
Paraná	1
Pernambuco	12
Piauí	1
Rio Grande do Norte	1
Santa Catarina	1
São Paulo	3
São Pedro	4
Sergipe	1
Transporte	92
Total	198

Fonte: *Relatório apresentado ao Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Manoel Felizardo de Souza e Mello Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas pelo Diretor da Diretoria Geral dos Correios Dr. Thomaz José Pinto Serqueira*. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1862, pp. 9 – 10.

ANEXO 84 - Tabela dos vencimentos dos empregados da Diretoria Geral dos Correios do Império em conformidade com o decreto nº 3.443 de 12 de abril de 1865 (1865)

Cargo	Vagas	Ordenado	Gratificação pro labore	Total
Diretor Geral	1	4:000\$000	1:000\$000	5:000\$000
Contador	1	2:800\$000	800\$000	3:600\$000
Tesoureiro	1	2:800\$000	800\$000	3:600\$000
Primeiro Oficial	6	2:000\$000	500\$000	2:500\$000
Segundo Oficial	6	1:200\$000	400\$000	1:600\$000
Terceiro Oficial	10	640\$000	200\$000	840\$000
Praticantes	20	540\$000	180\$000	720\$000
Porteiro	1	800\$000	200\$000	1:000\$000

Fonte: Decreto nº 3.443 de 12 de abril de 1865. BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1865*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1865, p. 82.

ANEXO 85 - Razão de agências postais por número de habitantes (1854 – 1860)

Províncias	1854				1860			
	Agências	Habitantes	Média	Agências /1.000hab.	Agências	Habitantes	Média	Agências /1.000hab.
Alagoas	7	207.766	29.680,86	0,03	20	300.000	15.000,00	0,07
Amazonas	6	29.904	4.984,00	0,2	6	46.187	7.697,83	0,13
Bahia	26	900.000	34.615,38	0,03	39	1.400.000	35.897,44	0,03
Ceará	17	223.554	13.150,24	0,08	19	503.759	26.513,63	0,04
Espírito Santo	10	48.893	4.889,30	0,2	11	60.702	5.518,36	0,18
Goiás	18	97.592	5.421,78	0,18	19	135.000	7.105,26	0,14
Maranhão	13	250.000	19.230,77	0,05	23	384.577	16.720,74	0,06
Mato Grosso	9	54.558	6.062,00	0,16	9	52.688	5.854,22	0,17
Minas Gerais	49	1.081.909	22.079,78	0,05	66	1.200.000	18.181,82	0,06
Pará	9	31.930	3.547,78	0,28	13	30.623	2.355,62	0,42
Paraíba do Norte	15	211.952	14.130,13	0,07	16	191.952	11.997,00	0,08
Paraná	8	62.258	7.782,25	0,13	12	99.087	8.257,25	0,12
Pernambuco	10	320.000	32.000,00	0,03	34	1.200.000	35.294,12	0,03
Piauí	12	152.891	12.740,92	0,08	15	171.970	11.464,67	0,09
Rio de Janeiro e Corte	58	878.154	15.140,59	0,07	93	1.610.000	17.311,83	0,06
Rio Grande do Norte	17	190.000	11.176,47	0,09	18	240.000	13.333,33	0,08
Santa Catarina	3	101.559	33.853,00	0,03	4	119.181	29.795,25	0,03
São Paulo	47	564.374	12.007,96	0,08	62	677.248	10.923,35	0,09
São Pedro do Sul	18	149.363	8.297,94	0,12	27	322.857	11.957,67	0,08
Sergipe	13	250.863	19.297,15	0,05	15	280.000	18.666,67	0,05
Soma	365	5.807.520	15.911,01	0,06	521	9.025.831	17.324,05	0,06

Fonte: Elaboração da autora com base em SILVA, Joaquim Norberto de Souza e. “Investigações sobre os recenseamentos da população geral do Império e de cada província de per si tentados desde os tempos coloniais até hoje” *In: Relatório apresentado à Assembleia Geral na Segunda Sessão da Décima Quarta Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, Paulino José Soares de Souza.* Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1870 [Anexo D].

**ANEXO 86 - Relação dos emolumentos dos funcionários das agencias de Minas Gerais
(1854)**

(Continua)

Agencias	Funcionários	Ordenado fixo (em réis)	Gratificação de 50% (em réis)
São João Del Rey	Agente	400\$000	
	Ajudante	200\$000	
Sabará	Agente		206\$620
	Ajudante	200\$000	
Diamantina	Agente	250\$000	
	Ajudante		79\$470 ⁸¹⁰
Mariana	Agente	250\$000	
Piranga	Agente	100\$000	
Presídio	Agente		21\$855
Queluz	Agente	100\$000	
Barbacena	Agente	250\$000	
São José	Agente	150\$000	
Paracatú	Agente	150\$000	
Campanha	Agente		163\$380
Araxá	Agente	100\$000	
Lavras	Agente	150\$000	
Aiuruoca	Agente		12\$995
Jacuí	Agente		16\$120
Pouso Alegre	Agente		70\$440
Baependy	Agente		39\$205
Uberaba	Agente	120\$000	
Oliveira	Agente		15\$330
Patrocínio	Agente		8\$100
Pium-í	Agente		7\$235
Três Pontas	Agente		40\$473
Pomba	Agente	100\$000	
Chapéu d'Uvas	Agente		16\$800
Formiga	Agente		52\$510
Caeté	Agente		20\$380
Pitangui	Agente		55\$830
Curvelo	Agente		63\$895
São Romão	Agente		5\$330
Formigas	Agente		20\$225
Minas Novas	Agente	100\$000	
Rio Pardo	Agente	100\$000	

⁸¹⁰ Essa gratificação correspondia a 20% do vencimento da referida agencia.

(Conclusão)

Agencias	Funcionários	Ordenado fixo (em réis)	Gratificação de 50% (em réis)
Grão Mogol	Agente		32\$820
Itabira	Agente	200\$000	
Santa Bárbara	Agente	120\$000	
Conceição do Sul	Agente	100\$000	
Bonfim	Agente		15\$030
Rio Preto	Agente		33\$735
Cabo Verde	Agente		5\$480
Jaguarí	Agente		36\$015
Pouso Alto	Agente		48\$720
Carmo	Agente		15\$000
Juiz de Fora	Agente		15\$900
Mar de Espanha	Agente		26\$285
Desemboque	Agente		20\$000
Serro	Agente	250\$000	
Januária	Agente	100\$000	
Caldas	Agente		15\$690
Tamanduá	Agente		44\$700

Fonte: APM, Seção Provincial – SP, código 509.

ANEXO 87 - Evolução das agências postais no Brasil (1854 – 1860)

Províncias	Número de agências criadas								Total de agências por província	Média de crescimento (%)
	anterior a 1854	1854	1855	1856	1857	1858	1859	1860		
Alagoas	7		2			2	9		20	186%
Amazonas	6								6	0%
Bahia	26		3	2	3	2	3		39	50%
Ceará	17					1		1	19	12%
Espírito Santo	10							1	11	10%
Goiás	18		1						19	6%
Maranhão	13	1		5			3	1	23	77%
Mato Grosso	9								9	0%
Minas Gerais	49		3	3	3	2	6		66	35%
Pará	9				1			3	13	44%
Paraíba do Norte	15					1			16	7%
Paraná	8	3			1				12	50%
Pernambuco	10	19			1	3	1		34	240%
Piauí	12			2		1			15	25%
Rio de Janeiro	58	2	9	6	5	3	5	5	93	60%
Rio Grande do Norte	17							1	18	6%
Santa Catarina	3				1				4	33%
São Paulo	47	1	2	1	3	1	4	3	62	32%
São Pedro do Sul	18	1			1	2	2	3	27	50%
Sergipe	13		1		1				15	15%
Soma	365	27	21	19	20	18	33	18	521	43%

Fonte: Elaboração da autora com base nos relatórios dos Ministérios dos Negócios do Império (1832 – 1860) e da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1861 – 1865).

ANEXO 88 - Razão de número de empregados por agencia (1846)

Províncias	Agências	Empregados	Média de empregados por agência
Alagoas	7	23	3,286
Bahia	26	77	2,962
Ceará	17	60	3,529
Espírito Santo	10	15	1,5
Goiás	18	38	2,111
Maranhão	13	37	2,846
Mato Grosso	9	20	2,222
Minas Gerais	49	113	2,306
Pará	9	19	2,111
Paraíba do Norte	15	23	1,533
Pernambuco	10	44	4,4
Piauí	12	27	2,25
Rio de Janeiro	58	175	3,017
Rio Grande do Norte	17	28	1,647
Santa Catarina	3	16	5,333
São Paulo	47	125	2,66
São Pedro do Sul	18	49	2,722
Sergipe	13	15	1,154
Soma	351	904	2,575

Fonte: Elaboração da autora com base nos relatórios dos Ministérios dos Negócios do Império (1832 – 1860).

ANEXO 89 - Evolução das linhas postais no Brasil (1858 – 1860)

Província	Número de Linhas Postais			
	1858	1859	1860	Média de crescimento (%)
Alagoas	8	8	8	0%
Amazonas	7	7	7	0%
Bahia	35	23	35	0%
Ceará	16	16	17	6%
Espírito Santo	5	4	5	0%
Goiás	12	11	11	-8%
Maranhão	9	9	12	33%
Mato Grosso	4	4	5	25%
Minas Gerais	34	41	40	18%
Pará	12	12	12	0%
Paraíba	2	3	3	50%
Paraná	12	13	13	8%
Pernambuco	11	11	11	0%
Piauí	17	17	17	0%
Rio de Janeiro	54	57	52	-4%
Rio Grande do Norte	7	7	8	14%
Santa Catarina	6	4	4	-33%
São Paulo	36	40	44	22%
São Pedro	25	32	34	36%
Sergipe	7	7	7	0%
Soma	319	326	345	8%

Fonte: Elaboração da autora com base nos relatórios dos Ministérios dos Negócios do Império (1832 – 1860) e da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1861 – 1865).

ANEXO 90 - Cobertura das linhas postais nas províncias (1859 – 1860)

Províncias	Superfície total em léguas quadradas	1859		1860	
		Número de léguas abrangidas por linhas postais	Cobertura território (%)	Número de léguas abrangidas por linhas postais	Cobertura território (%)
Alagoas	2.556	176	7%	176	7%
Amazonas	66.300	431	1%	431	1%
Bahia	14.836	1.515	10%	1.515	10%
Ceará	3.627	534	15%	534	15%
Espírito Santo	1.561	120	8%	120	8%
Goiás	26.000	558	2%	558	2%
Grão Pará	40.000	573	1%	534	1%
Maranhão	12.000	510	4%	578	5%
Mato Grosso	30.173	391	1%	391	1%
Minas Gerais	20.000	918	5%	1.053	5%
Paraíba	3.500	199	6%	176	5%
Paraná	6.200	107	2%	117	2%
Pernambuco	3.287	509	15%	509	15%
Piauí	10.500	693	7%	693	7%
Rio de Janeiro	2.452	464	19%	468	19%
Rio Grande do Norte	2.000			176	9%
Santa Catarina	4.380	92	2%	93	2%
São Paulo	10.500	621	6%	664	6%
São Pedro	8.204	607	7%	821	10%
Sergipe	1.360	154	11%	154	11%

Fonte: Elaboração da autora com base nos relatórios do Ministério dos Negócios do Império (1832 - 1860) e em ALMEIDA, Candido Mendes de. *Atlas do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia do Instituto Filomático, 1868.

ANEXO 91 - Lista de encarregados das caixas filiais (1846)

Nomes	Endereços	Tipo de estabelecimento
Antonio Rodrigues Maia	Campo da Aclamação, 107	
Dulcio José Dias	São Clemente, 3	Botica
Ignácio José Malta	Mata Porcos, 46	Botica
José Maria de Lima	Catete, 93	Botica
Luiz Gonçalves da Silva	Engenho Velho, 105	Padaria
Luiz José Bardy	São Cristóvão, 121	Botica
Ricardo Antonio Machado	Cosme Velho, 14	Armazém
Sebastião Vieira do Nascimento	Catete, 215	Botica

Fonte: *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro para o ano de 1846*. Rio de Janeiro: Publicado e a venda em casa de Eduardo e Henrique Laemmert, 1845, p. 26.

ANEXO 92 - Localização das caixas postais (1857)

Número de Caixas	Localização
1	Praia dos Mineiros esquina do Arsenal
2	Prainha junto da Academia
3	Praça Municipal
4	Gambôa
5	Saco do Alferes
6	Largo de João Baptista
7	Largo do Capim
8	Rua Larga de São Joaquim
9	Rua de São Lourenço
10	Rua da Alfândega
11	Rua do Hospício
12	Largo da Carioca
13	Largo de São Francisco de Paula
14	Largo do Rocio
15	Campo da Aclamação junto da câmara municipal
16	Campo da Aclamação esquina da Rua do Hospício
17	Campo da Aclamação esquina da Rua do Conde
18	Campo da Aclamação esquina da Rua Nova do Sabão
19	Rocio pequeno
20	Rua Formosa esquina da do Areal
21	Rua das Flores esquina da Rua Nova do Conde
22	Rua da Misericórdia esquina da câmara dos deputados
23	Largo da Misericórdia
24	Largo da Mãe do Bispo
25	Largo da Lapa
26	Largo da Gloria
27	Largo do Valdetaro
28	Largo do Machado
29	Rua dos Barbonos esquina da dos Arcos
30	Rua de Matacavalos esquina da do Rezende
31	Rua do Lavradio esquina da dos Arcos
32	Rua dos Inválidos esquina da Rel.

Fonte: Elaboração da autora com base em *Regulamento – Cópia das instruções do Correio Urbano*, 04 mar. 1857.
 In: DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 22 mar. 1857.

ANEXO 93 - “Relação extraída do Livro de Registro das chegadas do Correio Ordinário a esta Administração desde o 1º de Janeiro até o último de Junho de 1833” (1833)

Janeiro	8	O Correio de 8 de Janeiro chegou a 9 às 4 horas da tarde.
	18	O Correio de 18 dito chegou a 20 às 7 horas da manhã, vindo só duas malas com Folhas, e alguns ofícios para S. Ex ^a , e a que vinha com Cartas, foi para S. João del Rei e a de S. João para esta administração, cuja mala mandou o Exmo. Snr. Presidente levar por um Militar de 1ª Linha, a fim de ser destrocada, a qual chegou no dia 23 às 6 horas da tarde, por um dos mesmos condutores do Arrematante.
	28	O Correio de 28 chegou a 30 às 11 horas e meia da manhã.
Fevereiro	7	O Correio de 7 de Fevereiro chegou a 9 às 7 horas da manhã.
	17	O Correio de 17 dito chegou a 18 às 7 horas da noite.
	27	O Correio de 27 chegou a 28 às 12 horas e meia do dia.
Março	9	O Correio de 9 de Março chegou a 10 às 5 horas e meia da tarde.
	19	O Correio de 19 dito chegou no dia marcado.
	29	O Correio de 29 chegou a 3 de Abril às 5 horas da tarde.
Abril	8	O Correio de 8 chegou a 9 às 8 horas e meia da noite.
	18	O Correio de 18 não veio.
	28	O Correio de 28 não veio.
Maio	8	O Correio de 8 não veio.
	18	O Correio de 18 chegou a 26 às 7 horas da noite vindo as malas por S. João.
	28	O Correio de 28 chegou no dia marcado.
Junho	8	Chegou a 9 às 7 horas da tarde.
	18	Chegou no dia marcado.
	28	Chegou no dia marcado.

Fonte: APM, Seção Provincial – SP, Fundo Presidência de Província – PP 1/8, cx. 01, doc. 43.

ANEXO 94 - Marcha dos Correios de São Paulo para a Corte do Rio de Janeiro em 03 out. 1831 e 03 nov. 1833. APESP, C05642

[folha 01]

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor,

Levo a presença de Vossa Excelência a nota inclusa sobre a marcha do Correio entre esta Capital e a Corte do Rio de Janeiro, e bem assim a representação também inclusa do Administrador do Correio da Freguesia do Bananal das quais se depreende que dentre este Ponto a mencionada Corte provém a tardança do Correio afim de que Vossa Excelência se Digne dar as providências que achar justas. Deus Guarde a Vossa Excelência, São Paulo 22 de Outubro de 1831.

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Presidente desta Província

Joaquim de Abreu Rangel.

[folha 02]

Marcha do Correio expedido desta Capitania para a Corte do Rio de Janeiro a 3 do corrente
Chegou em Pindamonhangaba 2º ponto no prefixo dia 5

Dito no Bananal 3º ponto no prefixo dia 8;

Dito no Rio de Janeiro com um dia demora a 12.

Torna viagem do Correio expedido da Corte do Rio de Janeiro no dia 13 pelas 6 horas da tarde com mais de meio dia demora.

Chegou no Bananal a 16 por toda noite com um dia demora, pela causal acima referida

Dito em Pindamonhangaba a 19 dito

Dito em São Paulo a 22 pelas 8 horas e três quartos, tendo adiantado meio dia em razão a detença do Correio na Corte.

São Paulo, 22 de Outubro de 1831. Joaquim de Abreu Rangel.

[folha 01]

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor,

Faço chegar ao conhecimento de Vossa Excelência o roteiro incluso da saída e volta do Correio próximo passado da Corte a esta Capital do qual se depreende ter havido três dias de demora ocasionada entre o ponto de Pindamonhangaba ao Bananal, e daqui ao Rio de Janeiro sem que por ora tenha obtido maiores informações que os simples atestados nas Guias. Deus Guarde a Vossa Excelência, São Paulo 25 de novembro de 1833.

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Presidente desta Província

Joaquim de Abreu Rangel.

[folha 02]

Marcha do Correio expedido desta Capital para a Corte do Rio de Janeiro a 3 de novembro corrente [1833]

Chegou o mesmo em Pindamonhangaba no dia 6 pelas 11 horas da manhã.

Chegou o dito na Vila do Bananal no dia 10 pelas 10 horas e meia da manhã, com 1 dia de atraso.

Chegou o dito na Corte do Rio de Janeiro a treze pelas 6 horas da tarde, com quase outro dia de atraso.

Torna viagem do Correio da Corte para esta Capital expedido a 14 de novembro corrente.

Chegou no Bananal a 18 pelas 10 horas da manhã com quase um dia de atraso, além dos dois dias que teve de demora para chegar no Rio de Janeiro.

Chegou em Pindamonhangaba na madrugada do dia 22 com algumas horas de atraso.

Chegou a esta Capital a 24 pelas 6 horas da tarde com marcha regular.

São Paulo 25 de novembro de 1833.

Joaquim de Abreu Rangel.

ANEXO 95 - Guias de certificação da marcha dos Correios de São Paulo para a Corte
do Rio de Janeiro em 20 ago. 1830. APESP, C05642

Seguem desta Cidade para a Corte do Rio de Janeiro, em seus Distritos
com o Correo de terra levando igualmente a bolca, que deve ser aberta
da em diversas Villas da Estrada: Orde para tanto as Chisthoas
da esta Provincia, e as freguesias do desfora della, que lhes prestem
tudo os auxilios e que necessarem declarando o Senr. Administrador
Geral do Correo da Corte, com Senr. Capitães-Meiros,
e encarregados da condução da Malha, e da dita bolca, no
verso desta Guia, para que cheguem a sua destino da
esta Districto, tanto na ida como na volta, com expressa
recomendação do seu Senr. Districto, e para o seu devido cumprimento
mente sera esta no segredo apresentada na Secretaria do
Governo.

Palacio do Governo de São Paulo 20 de Agosto
de 1830.

chegarem juntos ordens Districtos com amala
bolca do Correo, pelas duas horas da tarde, e
as mesmas dequira. Mago das Cruzes 23
de Agosto de 1830.
O Adm. Manoel da Silva

Chegamos ao meio da noite
 com a mira da colina da
 Coruja pelo dia de hoje da
 tarde com a mira da colina da
 Coruja 24 de Maio de 1830

They are amongst the Villages of
Daj Daj, a large Comarca
arranged about the equator
from the pole of the earth, can
be seen by the eye, the
North of the earth, 1890
Bridges by the 2. 02 in.

João Corradi da Silva
Chegarão cr. do J. Con.
nesta hora pelas 3 horas
da noite e de aqui ao
S. J. P. de 14. e 16.30.
João de S. J. P. de 14. e 16.30.

Regras: as doij pedras
ty com Ametista cabot
a yuba & pory da nota
as que se guirao: as
mesmas. Formas
de Agosto de 1838.

[illegible]

Francisco de Sales Moreira
 Legação os Pedregos, Torre de
 Costa Rica, e Salvo. Com
 uma malha, e botão de ouro
 as onze horas da manhã, e si
 quem, sem demora, o soldado
 Francisco de Sales Moreira
 1.1.230

Phagesas junctus on the Willows
 Curvity actus in the woods
 smallish. blackish green
 parula junctus very small. blackish
 caper. ^{small} in the woods. June
 Set. 26 day to 1830.
 Prof. Isaac. (1830)

Handwritten text, mostly illegible due to fading and bleed-through. Visible words include "adaxim" and "D. B. B." followed by a large, ornate flourish.

Chegarão fudestare
tro nomeado, com o preito
men cinnado, e conduzir
do tou bolear ali as tres
mal lare e bolear, p^{as} auto
aras da noite de dia base
quem p^{as} quatro aras da
madrugada José de
ta Salvação Com. B. an
7 de Abr. 1830

Pres. do
Chegarão amby os p^{as} fudestare
men cinnado, com tres mastro, e bolear
dolor. os cinco horas de madrugada, e
enrola tua de madrugada. Com a
segue com goutra a Ordenancia
Manuel An. de f. a. os tres horas
e meia de madrugada. Fiege de
septembro de 1830

Serapim
Chegarão q^{as} p^{as} fudestare
com amada e bolear de bolear
palla 10 horas de dia q^{as}
quas se guisa. os tres
maior. Ser. 9 de Abr. de
1830

Francisco X. de Moraes
Chegarão p^{as} fudestare
com amada e bolear de bolear
palla 10 horas de dia q^{as}
quas se guisa. os tres
maior. Ser. 9 de Abr. de
1830

Pres. do
Chegarão p^{as} fudestare
com amada e bolear de bolear
palla 10 horas de dia q^{as}
quas se guisa. os tres
maior. Ser. 9 de Abr. de
1830

Pres. do
Chegarão p^{as} fudestare
com amada e bolear de bolear
palla 10 horas de dia q^{as}
quas se guisa. os tres
maior. Ser. 9 de Abr. de
1830

Chegarão p^{as} fudestare
com amada e bolear de bolear
palla 10 horas de dia q^{as}
quas se guisa. os tres
maior. Ser. 9 de Abr. de
1830

Chegarão p^{as} fudestare
com amada e bolear de bolear
palla 10 horas de dia q^{as}
quas se guisa. os tres
maior. Ser. 9 de Abr. de
1830

**ANEXO 96 - Volume absoluto de correspondências recebidas e expedidas no Brasil
(1846 – 1865)**

Anos	Importação	Exportação	Total
1846	514.760	585.231	1.099.991
1847	697.681	798.672	1.496.353
1849	813.457	963.492	1.776.949
1850	879.683	1.016.220	1.895.903
1851	1.085.007	1.358.813	2.443.820
1852	1.224.019	1.546.004	2.770.023
1853	1.337.980	1.835.019	3.172.999
1854	1.417.132	1.913.689	3.330.821
1855	1.553.521	2.089.634	3.643.155
1856	1.925.948	2.382.968	4.308.916
1857	2.025.842	2.593.887	4.619.729
1858	2.248.416	2.919.022	5.167.438
1859	2.211.895	3.091.606	5.303.501
1860	2.475.220	3.245.239	5.720.459
1861	2.425.528	3.113.560	5.539.088
1862	2.481.377	3.724.487	6.205.864
1865	2.971.674	4.416.324	7.387.998

Fonte: Elaboração da autora com base nos relatórios dos Ministérios dos Negócios do Império (1832 – 1860) e da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1861 – 1865).

ANEXO 97 - Volume total de correspondencia das administrações provinciais dos Correios (1846 – 1860)

Administrações	1846	1847	1849	1851	1857	1858	1859	1860	1861	1862	1865
Alagoas					55.480	58.320	58.103	65.344	68.353	68.462	69.958
Amazonas					15.388	16.395	16.338	16.338	16.338	16.338	40.501
Bahia	135.860	127.816	125.125	200.011	261.487	281.134	270.885	307.052	342.415	313.507	344.395
Ceará		2.572	49.231	42.470	176.447	136.465	176.102	176.402	80.960	78.748	97.249
Espírito Santo	10.929	11.356	12.119	21.627	33.544	37.298	38.001	37.476	39.808	45.205	31.672
Goiás			4.369	10.511	16.182	18.377	23.596	27.455	21.871	33.260	27.566
Maranhão	50.772	60.741	78.126	66.289	147.771	136.513	161.944	164.780	181.441	169.489	197.575
Mato Grosso	3.800	3.421		5.392	10.221	10.198	13.277	13.276	13.340	11.585	7.588
Minas Gerais	160.048	129.940	63.718	70.910	177.075	177.345	180.078	202.668	200.553	226.801	226.435
Pará	28.616	43.579	48.967	56.234	123.330	131.165	140.468	143.917	163.621	183.330	557.180
Paraíba		10.784	18.995	23.681	53.856	54.107	53.274	56.769	62.696	55.722	51.223
Paraná									93.359	95.745	96.770
Pernambuco			74.501	127.961	293.270	322.741	304.766	350.373	362.522	401.363	536.271
Piauí		2.112	7.586	13.859	24.321	25.007	24.381	43.943	48.782	40.611	45.260
Rio de Janeiro	777.283	849.464	1.054.542	1.338.112	2.568.721	2.852.911	2.769.235	3.155.746	3.233.532	3.491.240	3.936.636
Rio Grande do Norte			22.393	19.052	22.179	21.932	22.170	30.913	36.048	34.190	41.772
Santa Catarina	24.138	15.131	16.594	32.787	62.724	68.491	77.367	91.589	101.714	114.816	76.451
São Paulo	145.960	175.444	210.433	196.544	470.900	520.713	579.399	541.963	535.790	558.374	770.242
São Pedro		63.993	58.367	61.261	113.606	140.924	182.171	185.217	181.490	185.102	176.806
Sergipe				11.245	19.175	21.950	52.077	52.077	48.873	48.934	57.454
Total	1.337.406	1.496.353	1.845.066	2.297.946	4.645.677	5.031.986	5.143.632	5.663.298	5.833.506	6.172.822	7.389.004

Fonte: Elaboração da autora com base nos relatórios dos Ministérios dos Negócios do Império (1832 – 1860) e da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1861 – 1865).

ANEXO 98 - Categorias de objetos postais recebidos e expedidos pelos Correios do Império (1849 – 1865)

Anos	Importação						Total	Exportação						Total
	Cartas			Jornais		Ofícios		Cartas			Jornais		Ofícios	
	Seguras	Seladas	de Porte	Selados	de Porte			Seguras	Seladas	de Porte	Selados	de Porte		
1849	5.941	616.371		171.014		82.095	879.683	5.599	507.400		399.648		99.766	1.016.220
1850	5.097	601.712		133.002		64.480	808.048	5.108	476.904		437.915		83.146	1.006.756
1851	7.094	711.510		278.300		88.013	1.085.007	6.802	629.791		610.975		111.155	1.358.813
1852	7.848	812.559		288.065		103.840	1.224.010	7.571	703.413		687.810		135.957	1.546.004
1853	8.363	914.592		283.909		110.808	1.339.980	8.159	830.231		825.810		147.520	1.835.019
1854	9.965	707.950	247.589	298.307		131.237	1.417.132	10.050	877.498	37.379	814.150		174.612	1.913.689
1855	11.100	1.036.940		319.126		147.773	1.563.521	10.691	1.006.692		874.643		197.608	2.089.634
1856	12.735	1.139.183		555.675		167.315	1.925.948	12.701	1.191.711		973.547		205.000	2.382.968
1857	15.038	1.045.551	290.385	492.272		182.595	2.025.842	14.470	1.212.626	54.033	1.158.561		224.194	2.693.887
1858	16.585	1.028.221	300.255	509.625	109.593	193.011	2.248.410	13.348	1.310.005	65.803	1.280.053	9.569	237.644	2.919.022
1859	17.927	988.992	307.791	479.667	106.310	211.780	2.211.895	17.873	1.496.582	62.341	1.230.590	9.877	274.313	3.091.606
1860	20.326	1.284.394	373.381	479.772	98.689	228.696	2.485.258	10.155	1.537.695	81.700	1.307.298	13.235	286.381	3.245.462
1861	22.542	1.271.658	393.576	418.943	84.117	234.694	2.425.528	19.697	1.477.939	215.532	1.420.953	23.674	305.705	3.463.500
1862	20.037	1.354.709	317.728	473.410	77.628	237.865	2.481.377	19.353	1.624.004	174.432	1.576.078	21.692	308.328	3.724.487
1865	22.947	1.722.834	432.094	432.094	80.294	264.428	2.971.674	21.362	2.006.635	197.355	1.810.744	51.702	328.526	4.416.324
total	203.545	15.237.176	2.662.799	5.613.181	556.631	2.448.630	27.093.313	182.939	16.889.126	888.575	15.408.775	129.749	3.119.855	36.703.391

Fonte: Elaboração da autora com base nos relatórios dos Ministérios dos Negócios do Império (1832 – 1860) e da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1861 – 1865).

ANEXO 99 - Categorias de objetos postais recebidos e expedidos pelas administrações dos Correios nas províncias do Império (1865)

Administrações	Importação						Total	Exportação						Total
	Ofícios	Cartas			Jornais			Ofícios	Cartas			Jornais		
		Seguras	Seladas	de Porte	Selados	de Porte			Seguras	Seladas	de Porte	Selados	de Porte	
Corte e província	76.916	10.704	932.200	203.125	109.236	20.865	1.413.046	71.349	10.053	1.053.157	101.257	1.273.689	14.085	2.523.290
Alagoas	4.968	275	17.805	874	8.326	647	32.895	8.268	208	15.992	167	12.400	26	37.090
Amazonas	4.326	46	11.672	240	3.847	171	20.302	5.432	164	11.970		2.633		20.199
Bahia	13.209	2.073	74.436	35.478	45.456	12.284	182.936	23.739	1.487	86.973	15.641	30.923	2.696	161.459
Ceará	8.153	352	25.284	2.558	9.528	1.111	46.986	9.106	497	23.428	178	16.979	75	50.263
Espírito Santo	3.373	142	5.953	254	3.178		12.902	4.964	102	6.524	28	7.152		18.770
Goiás	3.894	76	6.246	32	4.468		14.716	5.444	76	6.266		1.064		12.850
Maranhão	9.681	603	50.052	14.636	18.113	4.486	97.571	12.626	664	61.418	895	24.087	314	100.004
Mato Grosso	905	43	1.743	32	1.586		4.311	569	84	1.654		970		3.277
Minas Gerais	28.180	1.117	50.827	248	15.568		95.940	45.434	737	54.504	52	29.768		130.495
Pará	16.736	1.183	115.728	52.277	35.916	21.421	243.251	18.827	1.923	219.830	5.083	65.557	2.609	313.919
Paraíba	4.866	119	8.023		10.905		23.913	11.652	172	6.914		8.572		27.310
Paraná	6.920	186	18.182	138	9.816		35.042	15.070	216	24.884	110	21.448		61.728
Pernambuco	12.903	2.194	105.549	51.276	36.827	14.626	223.375	21.806	1.533	115.583	71.317	71.233	31.424	312.896
Piauí	8.539	90	8.579	118	4.211	5	21.542	9.589	104	9.080	19	4.921	5	23.718
Rio Grande do Norte	4.077	54	6.456	302	6.193	251	17.333	6.340	80	5.756	2	12.261		24.439
Santa Catarina	4.273	283	24.070	1.496	7.805	618	38.478	4.066	172	23.026	479	9.112	18	37.973
São Paulo	20.822	2.465	206.536	4.719	95.221	2.312	332.075	28.390	1.878	222.170	1.297	184.162	270	438.167
São Pedro	20.748	752	42.945	3.792	8.536	1.207	77.980	19.421	972	48.337	797	29.215	84	98.826
Sergipe	10.939	190	10.548	499	14.541	286	37.003	6.414	240	9.169	33	4.580	6	20.451
Soma	264.428	22.947	1.722.834	432.094	432.094	80.294	2.971.674	328.526	21.362	2.006.635	197.355	1.810.744	51.702	4.416.324

Fonte: Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Quarta Sessão da Décima Segunda Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas Antonio Francisco de Paula Souza. Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança, 1868 [Anexo S].

ANEXO 100 - “Demonstração do número dos ofícios, cartas e jornais importados e exportados pelo Correio Geral da Corte em 1847, e com um adiantamento da totalidade da importação e exportação dos referidos objetos no ano anterior de 1846 para melhor comparação do progresso das relações entes a Corte e cada uma das Províncias” (1848)

Nomes das províncias em relação com a Corte	Importação						Exportação					
	Em 1847					Em 1846	Em 1847					Em 1846
	Ofícios	Seguros	Cartas	Jornais	Total	Total	Ofícios	Seguros	Cartas	Jornais	Total	Total
Rio de Janeiro	9.067	365	40.325	2.437	52.194	49.780	3.223	531	70.629	55.658	130.041	126.005
Espírito Santo	300	13	250	3	566	1.396	618	22	1.424	2.493	4.557	3.386
Bahia	2.518	370	24.740	2.282	29.910	25.746	1.345	407	22.206	12.897	36.855	28.669
Sergipe	513	11	244	178	946	775	424	4	268	1.026	1.722	1.216
Alagoas	553	41	1.968	16	2578	2.084	612	42	1.771	2.888	5.313	3.019
Pernambuco	1.884	254	15.377	4.233	21.748	18.073	1.086	222	14.210	6.813	22.331	17.799
Paraíba	1.083	12	604	29	1.728	1.316	464	17	589	1.095	2.165	1.440
Rio Grande do Norte	883	7	568		1.458	1.327	479	12	385	556	1.432	1.189
Ceará	665	4	1.483	1.073	3.225	2.584	548	21	1.466	1.671	3.706	3.092
Piauí	712	56	262	37	1.067	802	440	7	184	1.162	1.793	918
Maranhão	939	190	4.294	1.044	6.467	5.458	817	153	3.789	5.805	10.564	7.805
Pará	1.094	83	4.108	222	5.507	3.983	785	98	3.093	3.032	7.008	5.903
São Paulo	1.745	378	34.067	1.499	37.689	34.708	1.561	364	42.845	36.740	81.510	73.016
São Pedro	2.380	416	20.261	4.480	27.537	21.538	1.393	204	19.586	17.009	38.192	35.900
Santa Catarina	1.076	49	2.871	22	4.018	4.087	794	37	4.283	1.752	6.866	6.476
Minas Gerais	2.093	537	28.799	2.258	33.687	29.556	10.049	448	41.084	28.703	80.284	67.730
Goiás	539	25	621		1.185	1.425	555	21	1.144	3.097	4.817	2.603
Mato Grosso	781	28	1.008	21	1.838	1.514	618	17	1.555	1.298	3.488	2.715
Diversos países est.	1.388		124.524	19.834	145.746	137.947	195		26.191	1.340	27.726	44.267
Soma	30.213	2839	306.374	39.668	379.094	344.099	26.006	2.627	256.702	185.035	470.370	433.148

Fonte: Relatório da Repartição dos Negócios do Império apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 1ª Sessão da 7ª Legislatura pelo respectivo ministro e secretário de estado Visconde de Macahé. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1848 [Anexos].

“Demonstração da quantidade de ofícios, cartas e jornais importados e exportados pelo Correio Geral da Corte no ano de 1848, com declaração das Províncias onde são importados, e para onde são exportados” (1849)

Nomes das províncias em relação com a Corte	Importação					Exportação				
	Ofícios	Seguros	Cartas	Jornais, livros e folhetos	Total	Ofícios	Seguros	Cartas	Jornais, livros e folhetos	Total
Rio de Janeiro	6.776	364	46.770	3.966	57.876	8.060	505	61.817	55.316	125.698
Espírito Santo	762	13	702	8	1.485	693	21	1.419	2.430	4.563
Bahia	2.344	305	25.454	2.573	30.676	1.207	419	20.982	12.785	35.393
Sergipe	671	38	317	313	1.339	478	12	240	1.328	2.058
Alagoas	512	31	2.463	34	3.040	572	54	1.838	2.839	5.303
Pernambuco	2.064	248	15.912	5.186	23.410	1.100	204	14.480	3.035	18.819
Paraíba	955	29	1.122	182	2.288	489	21	583	1.578	2.671
Rio Grande do Norte	870	2	619	6	1.497	522	9	448	357	1.336
Ceará	704	13	1.513	922	3.152	535	22	1.585	2.281	4.423
Piauí	679	53	185	185	1.102	542	11	363	941	1.857
Maranhão	808	117	4.558	2.630	8.113	775	108	3.808	6.403	11.094
Pará	1.236	68	581	3.989	5.874	734	91	2.882	2.981	6.688
São Paulo	3.144	471	41.960	16.458	62.033	1.627	320	43.571	29.397	74.915
Rio Grande do Sul	1.692	460	29.323	5.640	37.115	762	68	11.559	16.185	28.574
Santa Catarina	1.252	28	4.670	3	5.953	724	20	4.888	1.740	7.372
Minas Gerais	2.197	411	31.714	1.998	36.320	1.621	339	37.769	33.262	72.991
Goiás	602	20	548	5	1.175	553	6	649	2.451	3.659
Mato Grosso	880	49	580	56	1.565	625	18	945	1.657	3.245
Diversos países est.	1.273		140.538	19.638	161.449	142		41.095	1.850	43.087
Soma	29.421	2720	349.529	63.792	445.462	21.761	2248	250.921	178.816	453.746

Fonte: *Relatório da Repartição dos Negócios do Império apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 1ª Sessão da 8ª Legislatura pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado Visconde de Monte Alegre*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1860 [Anexo nº 26].

“Demonstração da quantidade de ofícios, cartas e jornais importados e exportados pelo Correio Geral da Corte em todo o ano de 1849, com a declaração das Províncias de onde são importados e para onde exportados” (1850)

Nomes das províncias em relação com a Corte	Importação					Exportação				
	Ofícios	Seguros	Cartas	Jornais, livros e folhetos	Total	Ofícios	Seguros	Cartas	Jornais, livros e folhetos	Total
Rio de Janeiro	9.862	425	51.288	2.470	64.045	9.876	415	104.195	111.417	225.903
Espírito Santo	935	27	644	1.380	2.986	665	55	1.836	2.443	4.999
Bahia	1.851	362	30.431	6.173	38.817	1.150	355	16.916	13.714	32.135
Sergipe	666	37	492	238	1.433	495	24	612	919	2.050
Alagoas	423	23	2.359	192	2.997	550	39	1.679	1.940	4.208
Pernambuco	1.678	458	20.920	7.365	30.421	1.174	389	14.402	11.354	27.319
Paraíba	884	40	769	292	1.985	413	9	504	1.193	2.119
Rio Grande do Norte	805	19	600	125	1.549	475	49	585	673	1.782
Ceará	461	21	1.807	1.265	3.554	511	43	1.378	2.182	4.114
Piauí	811	54	184	160	1.209	371	9	279	535	1.194
Maranhão	887	174	4.647	2.751	8.459	676	136	3.451	6.143	10.406
Pará	874	95	3.603	991	5.563	646	100	2.288	2.498	5.532
São Paulo	2.014	305	41.074	3.816	47.209	1.323	469	38.561	31.031	71.384
Rio Grande do Sul	1.260	474	20.729	2.502	24.965	1.908	291	26.081	16.978	45.258
Santa Catarina	487	99	3.655	248	4.489	576	54	4.821	2.550	8.001
Minas Gerais	2.082	505	29.929	3.839	36.355	1.233	432	38.551	61.211	101.427
Goiás	884	25	621		1.530	559	9	926	1.561	3.055
Mato Grosso	585	20	543	52	1.200	587	8	1.170	1.579	3.344
Diversos países est.	1.795		159.060	19.444	180.299	167	0	45.027	2.159	47.353
Caixas filiais	15		1.503	4	1.522					
Soma	29.259	3.163	374.858	53.307	460.587	23.355	2.886	303.262	272.080	601.583

Fonte: Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Segunda Sessão da Oitava Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império Visconde de Monte Alegre. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1850 [Anexo nº 20].

**ANEXO 101 - Estatística das cartas, jornais e ofícios recebidos e remetidos pela administração dos Correios da província de Alagoas
(1857)**

Lugares de onde o correio de Alagoas recebe e para onde remete	Recebeu							Remeteu							TOTAL GERAL
	Ofícios	Cartas			Jornais/impressos		Total	Ofícios	Cartas			Jornais/impressos		Total	
		Seguros	Selados	De porte	Selados	De porte			Seguros	Selados	De porte	Selados	De porte		
Rio de Janeiro	1.358	105	1.564	189	2.043	78	5.337	741	88	4.591		568		5.988	5.988
Espírito Santo	38	1	39		20		98	179						179	179
Bahia	190	10	2.531	46	365		3.142	171	16	2.503		231		2.921	2.921
Sergipe	285	8	174		206		673	587	4	241	7	153	6	998	998
Pernambuco	732	21	6.322	237	4.070	106	11.488	68	25	5.000		411		5.504	5.504
Paraíba	57		97		100		254	51	5	84		47		187	187
Rio Grande do Norte	32		108		155		295	96		92		22		210	210
Ceará							0			146		65		211	211
Piauí							0	124	4	116	1			245	245
Maranhão	72	1	136	2	119	2	332	119	4	195		103		421	421
Pará	102	1	254	1	27		385					34		34	34
Amazonas	28	5	9		2		44							0	0
São Paulo	2	1			2		5							0	0
São Pedro	10	3	14		3		30							0	0
Santa Catarina	12		51				63							0	0
Minas Gerais							0							0	
Goiás	13						13							0	0
Paraná	4		3		5		12							0	0
Mato Grosso	4						4							0	0
Agencias	1677	3	1.199				2.879	5.008	11	1560	55	1.991		8.625	8.625
Soma	4.616	159	12.501	475	7.117	186	25.054	7144	157	14.528	63	3625	6	25.523	25.523

Fonte: *Fala Dirigida à Assembleia Legislativa das Alagoas pelo Presidente da Província Angelo Thomaz do Amaral na abertura da 1ª Sessão Ordinária da 12ª Legislatura em 1º de março de 1858.* Maceió: Tipografia Comercial de Moraes & Costa, 1858 [Anexo 20].

ANEXO 102 - Estatística dos objetos postais recebidos e expedidos pela Administração dos Correios da província do Amazonas entre 2 de janeiro de 1852 até o fim de junho do mesmo ano (1853)

Locais	Recebidos				Remetidos				Total geral
	Ofícios	Cartas	Jornais	Total	Ofícios	Cartas	Jornais	Total	
Da Corte e províncias	982	2.000	745	3.727	1.654	2.442	390	4.486	8.213
Da agencia de Vila Bela	125	64		189	181	72	17	270	459
Da agencia de Maués	61	29		90	75	37		112	202
Da agencia de Serpa	46	57		103	173	39		212	315
Da agencia de Borba	32	29		61	121	17		138	199
Da agencia de Ega	375	97		472	227	86	12	325	797
Da agencia de Barcelos	35	22		57	129	34		163	220
Total	1.656	2.298	745	4.699	2.560	2.727	419	5.706	10.405

Fonte: *Fala dirigida à Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas no dia 1º de Outubro de 1853, em que se abriu a sua 2ª Sessão Ordinária pelo Presidente da Província o Conselheiro Herculano Ferreira Pena.* Amazonas: Tipografia de M. S. Ramos, 1853, p. 88.

ANEXO 103 - Estatísticas diversas da agencia dos Correios da Vila de Uberaba (1856)

Quadro demonstrativo do movimento do Correio na Agencia da Vila do Uberaba, tanto da entrada e saída das cartas e mais papéis, como de sua Receita, e Despesa, durante o ano financeiro de 1854 a 1855

(Continua)

Entradas	Ofícios	577	Saídas	Ofícios	474
	Seguros	26		Seguros	25
	Cartas	1677		Cartas	1496
	Jornais	2299		Jornais	59
4569			2054		
Observação: As somas acima são extraídas das listas que acompanham a correspondência das entradas, e dos orçamentos no livro das saídas; nelas não foram incluídos os malotes já aviados, que por intermédio desta Agencia, foram dirigidos a diversos pontos, vindos de diversos lugares constantes da tabela abaixo de n. 1; assim, como os papéis enviados à Administração Geral dos Correios da Província, por virtude do artigo 140 do Regulamento de 21 de Dezembro de 1844, constantes da tabela n. 2; observando-se que as entradas se podem juntar mais 1/20 em que se estima a correspondência que não vem relacionada, e que tudo unido eleva os algarismos de					
Entradas a 4681			Saídas a 2101		
As entradas foram efetuadas, vindo a correspondência dos seguintes lugares					
Lugares		Ofícios	Seguros	Cartas	Jornais
Araraquara				1	
Araxá		41	1	98	68
Bonfim dos Gerais				3	
Catalão				3	
Casa Branca				8	
Campinas		1		277	
Curvelo				1	
Desemboque		18		10	
Franca		3	1	263	246
Formiga			1		
Limeira				2	
Ouro Preto		455	4	213	1
Oliveira			2	14	
Paracatú				6	
Patrocínio				6	
Queluz		1	1		
Rio Claro				1	
Rio de Janeiro		11	15	580	1065
São João Del Rey		47	1	68	908
Santos				85	
Ubatuba				28	

(Continuação)

Entradas a 4681		Saídas a 2101		
As saídas foram efetuadas para os seguintes lugares				
Lugares	Ofícios	Seguros	Cartas	Jornais
Aparecida			1	
Araxá	28		65	5
Atibaia			2	
Araraquara			2	
Bananal			1	
Barbacena			6	
Bonfim dos Gerais			16	
Batatais			24	
Capital do Mato Grosso			1	3
Capital de São Paulo	6		31	1
Capital do Amazonas	1			
Capital da Bahia			8	
Capital de Pernambuco	1	5	7	1
Capital do Rio Grande do Sul			3	
Capital de Goiás	1		16	
Capital do Paraná			1	
Campanha			3	
Caeté			1	
Casa Branca			19	
Campinas		1	191	2
Catalão			7	
Curvelo			2	
Caldas			1	
Congonhas			3	
Desemboque	68		26	3
Diamantina			11	
Extrangeiros (Países)			18	
Formiga	2		28	
Franca	2		133	40
Itabira			1	
Indaiá			2	
Itú			2	
Januária			1	
Jundiá			3	
Jaguarí			2	
Lavras	1		8	
Limeira			5	
Mariana	1		10	
Mogi-Mirim			34	
Niterói			1	
Ouro Preto	335	7	178	

(Conclusão)

Entradas a 4681		Saídas a 2101		
As saídas foram efetuadas para os seguintes lugares				
Lugares	Ofícios	Seguros	Cartas	Jornais
Oliveira	1		46	
Paraibuna			1	
Presídio			1	
Paracatú		1	12	
Pium-í			4	
Pouso Alegre			1	
Patrocínio			11	
Pitangui			8	
Queluz	2		6	
Rio de Janeiro	23	9	352	
Rio Claro			1	
São João Del Rey			30	
Santa Cruz de Goiás			1	
Santos		1	82	
Sorocaba			8	
Sabará		1	25	
Santa Bárbara			3	
Ubatuba	2		27	4

Fonte: APM, Seção Provincial – SP, código 573.

Tabela n. 1

Donde vieram	Malas	Para onde foram	Malas
Araxá	1	Barbacena	1
Bonfim de Goiás	1	Campinas	1
Bonfim dos Gerais	2	Catalão	1
Catalão	2	Franca	6
Franca	6	Formiga	1
Patrocínio	3	Goiás	1
Paracatú	2	Patrocínio	1
Santa Luzia de Goiás	3	São Paulo	5
Soma	20	Santos	2
		Sorocaba	1
		Soma	20

Fonte: APM, Seção Provincial – SP, código 573.

Tabela n. 2

Datas das remessas		Papéis	
Em 2 de Julho de 1854		12	
Em 31 de Dezembro de 1854		12	
No 1o de Abril de 1855		4	
Soma		28	
A Receita e a Despesa durante o mesmo ano financeiro foi a seguinte			
Receita		Despesa	
1o trimestre; Renda da Agencia	29\$520	1o trimestre; Agencia	30\$000
2o trimestre; Idem	38\$650	Custeio	300
3o trimestre; Idem	36\$340	2o trimestre; Agencia	30\$000
4o trimestre; Idem	55\$220	Custeio	400
Total	159\$730	3o trimestre; Agencia	30\$000
		Custeio	400
		4o trimestre; Agencia	30\$000
		Custeio	1\$700
		Total	159\$730

Fonte: APM, Seção Provincial – SP, código 573.

Quadro do movimento do Correio na Agencia da cidade do Uberaba, tanto das entradas e saídas das cartas e mais papéis, como de sua Receita e Despesa nos anos financeiros de 1853 a 1854, 1854 a 1855 e 1855 a 1856

(Continua)

Movimentos	Classes dos papéis	Exercícios		
		1853 a 1854	1854 a 1855	1855 a 1856
Entradas	Ofícios	527	577	744
	Seguros	24	26	22
	Cartas	1680	1667	3283
	Impresoss	3225	2299	3087
	Somas	5456	4569	7136
Saídas	Ofícios	457	474	697
	Seguros	25	25	52
	Cartas	1467	1496	1740
	Impresoss	39	59	15
	Somas	1988	2054	2504

As somas acima são extraídas das listas que acompanharam a correspondência das entradas, e dos lançamentos nos livros das saídas, nelas não foram incluídos os malotes, já aviados, que por intermédio desta Agencia foram dirigidos a diversos pontos, vindos de diversos lugares, os quais no exercício de 1853 a 1854, somaram 10; no ano de 1854 a 1855, 20; e no ano de 1855 a 1856, 39. Também não se juntaram os papéis remetidos à Administração Geral dos Correios da província, por virtude do Artigo 140 do Regulamento de 21 de Dezembro de 1844, e que no exercício de 1853 a 1854 somavam 4; no de 1854 a 1855, 28 e no de 1855 a 1856, 17. Também se pode ainda adicionar às somas das entradas, no exercício de 1853 a 1854, 1/10 em que se estima a correspondência que não vem relacionada, e nos anos de 1854 a 1855, e 1855 a 1856, 1/20. Unidas todas estas parcelas, elevam-se as somas.

(Conclusão)

Exercícios	Entradas	Saídas	Total
De 1853 a 1854	6011	2062	8073
De 1854 a 1855	4817	2102	6919
De 1855 a 1856	7531	2560	10091
<p>No número dos ofícios, não só se compreendem todos os papéis oficiais, como os do foro. Nos dos impressos se compreendem também os livros, folhetos, etc. Toda esta correspondência entrou no exercício de 1853 a 1854, vindo relacionada de 19 diversos, e saiu relacionada para 57 lugares. No de 1854 a 1855 veio de 21 pontos e saiu para 59 lugares. No de 1855 a 1856 veio de 22 lugares e saiu para 67 diversos pontos.</p>			
A Receita e Despesa nos três exercícios, foi a do seguinte quadro.			
Movimentos	Exercícios		
	1853 a 1854	1854 a 1855	1855 a 1856
Receita	173\$000	159\$730	217\$890
Despesa	122\$200	122\$800	125\$100
Saldos	50\$800	36\$930	92\$790

Fonte: APM, Seção Provincial – SP, código 573.